

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

RICARDO RAMOS RUGAI

**O socialismo como crítica da Economia Política:
as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847)**

versão corrigida

- São Paulo -
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**O socialismo como crítica da Economia Política:
as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847)**

Ricardo Ramos Rugai

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

De acordo: _____

versão corrigida

- São Paulo -
2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

RUGAI, Ricardo Ramos
O socialismo como crítica da Economia Política: as
questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847) /
Ricardo Ramos Rugai; orientador Osvaldo Luis Angel
Coggiola. - São Paulo, 2011. 347 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História
Econômica.

1. Economia política. 2. Socialismo. 3. Anarquismo.
4. Proudhon, Pierre-Joseph, 1809-1865. I. Título. II.
Coggiola, Osvaldo Luis Angel.

RUGAI, Ricardo Ramos. **O socialismo como crítica da Economia Política:** as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Agradecimentos

Aos amigos e colegas que foram solidários com suas leituras, críticas e sugestões, cedendo seu precioso tempo, um agradecimento especial: Rafael, Alex, Elaine, Amir, Selene, Dayane, Mical, Suilei.

À Renata, minha grande família.

Aos amigos da Baixada, de São Paulo e da “Sul”, cuja amizade não falha enquanto “tanta gente dá a mão só prá empurrar”: Rodrigo, Troglo, Guilherme, Ronaldo, Alcides, Mazarope, Clodoaldo, Alba, Fausto, Magoo, Joãozinho, Mogly, Ceará e Marcelo.

À CAPES, pela bolsa sem a qual esta pesquisa seria impossível.

Aos funcionários da Pós-Graduação, Osvaldo e Nelson, pela a atenção e bom trato.

Ao Prof. Antonio Penalves, pelo rigor e franqueza,

Ao Prof. Osvaldo Coggiola, por confiança e compreensão.

"O patrão Vasques fez hoje um negócio em que arruinou um indivíduo doente e a família. Enquanto fez o negócio esqueceu por completo que esse indivíduo existia, exceto como parte contrária comercial. Feito o negócio, veio-lhe a sensibilidade. Só depois, é claro, pois, se viesse antes, o negócio nunca se faria. 'Tenho pena do tipo', disse-me ele. 'Vai ficar na miséria'. Depois, acendendo o charuto, acrescentou: 'Em todo caso, se ele precisar qualquer coisa de mim' - entendendo qualquer esmola - 'eu não esqueço que lhe devo um bom negócio e umas dezenas de contos'.

O patrão Vasques não é um bandido: é um homem de ação. O que perdeu o lance neste jogo pode, de fato, pois o patrão Vasques é um homem generoso, contar com a esmola dele no futuro"

RESUMO

RUGAI, Ricardo Ramos. **O socialismo como crítica da Economia Política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847)**. 2011. 347 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

O objeto da tese é o significado das questões econômicas – da *economia*, plano econômico da realidade, e da *Economia Política*, conhecimento econômico - no pensamento de Proudhon entre 1838-1847. Situada no campo da História Intelectual e considerando os textos do autor no período como partes constitutivas de um *corpus*, a tese tencionou demonstrar o importante papel que o autor atribuiu à *economia* tanto na preservação quanto na transformação da ordem social e como a Economia Política foi usada, criticada e transformada por ele para efeitos de análise e transformação dessa mesma ordem.

Palavras-chave: Economia Política. Socialismo. Anarquismo.

ABSTRACT

RUGAI, Ricardo Ramos. **Socialism as criticism of Political Economy: economic issues in the work of Proudhon (1838-1847)**. 2011. 347 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

The object of the thesis is the meaning of the economic questions - of *economy*, economic realm of reality, and the *Political Economy*, economic knowledge - in the thought of Proudhon between 1838-1847. Situated in the field of Intellectual History and considering the texts of the author in the period as constituent parts of a *corpus*, the thesis intended to demonstrate the important role that the author attributed to the *economy* both in the preservation and in the transformation of the social order, and how the *Political Economy* was used, criticized and transformed by him for the purpose of analysis and transformation of this same order.

Keywords: Political Economy. Socialism. Anarchism.

RÉSUMÉ

RUGAI, Ricardo Ramos. **Le socialisme comme critique de l'Économie Politique : les questions économiques dans l'oeuvre de Proudhon (1838-1847)**. 2011. 347 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

L'objet d'analyse de cette thèse est la signification des questions économiques - de l'*économie*, plan économique de la réalité, et de l'*Économie Politique*, connaissance économique - dans la pensée de Proudhon entre 1838-1847. Placée dans le champ de l'Histoire Intellectuelle et en considérant les textes de l'auteur dans la période comme pièces constitutives d'un *corpus*, la thèse prétend démontrer l'important rôle que l'auteur a attribué à l'économie tant à la préservation que à la transformation de l'ordre social, et comme l'Économie Politique a été utilisée, critiquée et transformée par lui aux fins d'analyse et de transformation de cette même ordre.

Mots-clés: Économie Politique. Socialisme. Anarchisme.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<i>Origem, objetivos, fontes e periodização da tese</i>	16
<i>Exame da bibliografia</i>	22
<i>Proudhon e o anarquismo</i>	30
<i>A emergência do econômico</i>	32
<i>As relações entre economia e Economia Política: uma reflexão metodológica</i>	52
<i>Metodologia</i>	63
<i>Núcleo das fontes e divisão dos capítulos</i>	66
1 AS PRIMEIRAS MEMÓRIAS: DA CRÍTICA DA PROPRIEDADE À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA (1838-1842)	70
1.1 Proudhon e sua condição operária nas primeiras décadas séc. XIX na França	70
1.2 A concessão da bolsa Suard	80
1.3 A utilidade da celebração do domingo	90
1.4 A 1ª memória sobre a propriedade	95
<i>1.4.1 Propriedade e progresso</i>	101
<i>1.4.2 A propriedade como Direito Natural</i>	106
<i>1.4.3 A propriedade justificada pelo trabalho</i>	114
<i>1.4.4 O valor-trabalho como critério matemático</i>	116
1.5 Governo e economia	128
1.6 O primeiro esboço para a superação da propriedade e a crítica à “comunidade”	130
1.7 O “socialismo científico” e um novo sentido para “anarquia”	137
1.8 A repercussão da 1ª memória	145
1.9 A 2ª memória sobre a propriedade: cartas entre Proudhon e Blanqui	153
1.10 A 3ª memória sobre a propriedade e o anarquismo em Proudhon	163
2 DA ECONOMIA POLÍTICA NA ORDEM DA HUMANIDADE À ECONOMIA EMPÍRICA (1843-1845)	170
2.1 A ordem na humanidade	173
2.1.1 Campo, circunscrição e método da Economia Política em <i>Création</i>	178
2.1.2 Elementos da Economia Política em <i>Création</i>	183
2.1.3 O Estado em função da economia	195
2.2 A resenha de Garnier no <i>Journal des Économistes</i>	197
2.3 Um trabalho em Lyon	200

2.4 O mutualismo lionês e os <i>canuts</i>	203
2.5 O Estado e a questão das ferrovias	213
3 CONTRADIÇÕES SEM SÍNTESE (1846-1847)	223
3.1 Proudhon entre os economistas	223
3.2 Os socialistas da esquerda hegeliana alemã	228
3.3 Proudhon e Guillaumin, editor oficial dos economistas	237
3.4 De Deus à Economia Política: à procura da ordem natural	243
3.5 Crítica e reforma da Economia Política	250
3.6 A necessidade de determinação do valor	256
3.7 Do “erro de conta” ao acerto de contas: as condições para a constituição do valor	261
3.7.1 <i>Divisão do trabalho e máquinas versus manufaturas</i>	266
3.7.2 <i>Concorrência versus monopólio</i>	271
3.7.3 <i>Do valor constituído à questão da propriedade</i>	275
3.7.4 <i>A constituição do valor como programa</i>	278
3.8 Economia Política: de ciência à ideologia	280
3.9 Socialismo e Utopia	284
3.10 Repercussão do livro: Molinari e Marx	288
3.11 O fim de um período	298
CONCLUSÃO	302
APÊNDICE	309
FONTES	325
BIBLIOGRAFIA	334

Introdução

A Revolução Francesa, que aboliu todos os privilégios e destruiu todos os direitos exclusivos, deixou, contudo subsistir um: o da propriedade [...] Quando o direito de propriedade não era mais que a origem e o fundamento de muitos outros direitos, era defendido sem esforço, ou melhor, não era atacado; constituía então um muro de proteção da sociedade, cujas defesas avançadas eram todos os outros direitos; os golpes a ele não chegavam; nem sequer se procurava seriamente atingi-lo.

Hoje, porém, quando o direito de propriedade torna-se o último remanescente de um mundo aristocrático destruído, o único a se manter de pé, privilégio isolado em meio a uma sociedade nivelada, sem a cobertura dos muitos outros direitos mais contestados e mais odiados, corre um perigo maior, pois só a ele cabe sustentar a cada dia o choque direto e incessante das opiniões democráticas [...] Logo, a luta política travar-se-á entre os que possuem e os que não possuem; o grande campo de batalha será a propriedade.

Alexis de Tocqueville, janeiro de 1848

Proudhon considerou a propriedade, na acepção jurídica que o vocábulo adquiriu no século XIX, como um alicerce da sociedade e deu um papel de relevo à sua relação com as questões econômicas, considerando-a responsável pelo fracionamento da sociedade entre proprietários e proletários.¹

Em 1840, em seu primeiro livro sobre questões políticas - *O Que é a Propriedade?* -, examinou os fundamentos do direito à propriedade individual e defendeu o Direito Natural² de todos os homens a ela, o que deveria se realizar na forma da posse. Todavia, o Direito Positivo restringia o direito de propriedade a uma minoria. Para o autor francês, a posse deveria ser sempre provisória e determinada pelo trabalho; dessa forma, o indivíduo seria proprietário apenas do produto de seu trabalho, do valor que criou, mas nunca dos meios e dos

¹ PROUDHON, P.-J. *Qu'est-ce que la propriété? Ou recherches sur le principe de droit et du gouvernement (premier mémoire)*. Paris: Marcel Rivière, 1926.

² Ibid., p. 158-165. Embora ele já tivesse se referido à questão da propriedade em *De l'utilité de la célébration du Dimanche*, de 1839, este não era o tema central do livro, que não alcançou a repercussão de *O Que é a Propriedade?*

instrumentos para produzir.³ Enfim, baseando-se na teoria do valor-trabalho, o socialista francês argumentou a favor da legitimidade da posse.⁴

Assim, a propriedade e a teoria do valor-trabalho foram as duas questões que dirigiram as atenções de Proudhon para a Economia Política, definida por ele como "(...) a história natural dos costumes, tradições, práticas e rotinas – as mais aparentes e as mais universalmente acreditadas da humanidade – relativas à produção e à distribuição da riqueza"⁵.

Embora não mencione o consumo, o trecho revela a semelhança dessa definição de conhecimento econômico com a de Jean Baptiste Say⁶ e, ao mesmo tempo, indica os limites da Economia Política, que era um saber "aparente", meramente descritivo, estacionado desde o *Tratado de Economia Política* (1803), a partir do qual, os economistas teriam se limitado a escrever variações dos textos clássicos deste campo.⁷ Não foi por acaso que Proudhon debateu e polemizou com os discípulos franceses de Say: Adolphe-Jérôme Blanqui, Pellegrino Rossi, Antoine-Auguste Walras, Charles Dunoyer, Charles Comte, Michel Chevalier, Hyppolyte Passy, Théodore Fix, Louis Leclerc, Leon Faucher, Bastiat, Thiers, entre outros.⁸

³ Ibid., p. 210.

⁴ Ibid., p. 211-213. A questão do valor-trabalho foi desenvolvida por Proudhon em *Avertissement aux propriétaires (troisième mémoire sur la propriété)* de 1841 e no Cap. II, Tomo I, do *Système des Contradictions Économiques ou Philosophie de la Misère* de 1846.

⁵ Id. *Système des Contradictions Économiques ou Philosophie de la Misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. p. 67. Todas as passagens parafraseadas no texto ou citadas entre as aspas foram traduzidas pelo autor da tese, exceto nos raros casos em que os termos em francês ou inglês pareceram mais apropriados ou intraduzíveis sem que perdessem o sentido.

⁶ O subtítulo do *Tratado de Economia Política* de certa forma apresenta a definição da Economia Política de Say: "[...] simples exposição da maneira como se formam, se distribuem e consomem as riquezas". O discurso inaugural desse livro afirma que a Economia Política "[...] ensina como se constituem, se distribuem e se consomem as riquezas [...]" (p. 39), trata das "[...] leis que dirigem a produção e o consumo das riquezas." (p. 52) e mostra "[...] como as riquezas se formam, se distribuem e se destroem." (p. 57). SAY, Jean-Baptiste. *Tratado De Economia Política*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os pensadores) . A conceituação de Say foi também aceita por Ricardo conforme mostra HALÉVY, Élie. *La Formation du radicalisme philosophique*. Paris: Presses universitaires de France, 1995. p. 214-227.

⁷ De Smith, Malthus, Ricardo e do próprio Say. PROUDHON. Op. cit. p. 66.

⁸ Algumas polêmicas suscitaram réplicas como, por exemplo, o debate sobre a questão da propriedade com Blanqui e Thiers, sobre o crédito com Bastiat e a disputa com Walras sobre a questão dos impostos.

Para Proudhon, a Economia Política era uma ciência que sequer definia seu objeto: o valor de troca das mercadorias.⁹ Os economistas teriam nas mãos as peças de uma obra-prima, mas seriam incapazes de montá-las para formar um todo coerente, razão pela qual a Economia Política não alcançava o estágio de ciência.¹⁰ Desse modo, ele tencionava fazer da Economia Política a "verdadeira ciência econômica", que seria, potencialmente, a "verdadeira ciência social", capaz de explicar o funcionamento da sociedade e de revelar "a lei orgânica da humanidade".

Conhecer a realidade "tal como ela é", de acordo com o socialista francês, seria uma tarefa necessária para a sua transformação social, pois, somente a partir dessa "ciência", o socialismo seria uma "concepção positiva da ordem"¹¹, isto é, um socialismo científico, e não uma mera aspiração. Ele estava de acordo com as críticas dos socialistas à ordem social vigente, embora atacasse duramente o pensamento socialista contemporâneo, fundado por Blanc, Blanqui, Fourier, Owen, Lamennais, Cabet e Saint-Simon, qualificando-o de utópico.¹² Entendia que esses socialistas erravam ao "perpetuar o devaneio religioso e lançar-se num futuro fantástico, em vez de captar a realidade que nos esmaga"¹³, o que só seria possível pelo estudo da Economia Política.

De acordo com Proudhon, a legítima aspiração socialista por fraternidade deveria se basear numa justiça objetivamente fundamentada. A esse respeito, afirmava que "enquanto o homem tiver que trabalhar para subsistir, e trabalhar livremente, a justiça será a condição da fraternidade e a base da associação: ora, sem uma determinação do valor, a justiça é manca e impossível"¹⁴.

⁹ Id. *Qu'est-ce que la propriété? Ou recherches sur le principe de droit et du gouvernement (Premier mémoire)*. Paris: Marcel Rivière, 1926. p. 230-231.

¹⁰ Id. *Système des Contradictions Économiques ou Philosophie de la Misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. p. 87.

¹¹ *Ibid.*, p. 89.

¹² *Ibid.*, p. 67.

¹³ *Ibid.*, p. 134.

¹⁴ *Ibid.*, p. 104.

Assim, da crítica à Economia Política resultaria o seu aperfeiçoamento por meio da construção de uma adequada teoria do valor-trabalho, que permitiria determinar objetivamente os valores criados - o produto do trabalho de cada indivíduo - e uma justa distribuição. Essa seria, portanto, a condição para a realização dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade; ou seja, ele assimilava os ideais da Revolução Francesa às aspirações socialistas.

Por esse caminho, compreende-se porque Proudhon definiu o socialismo como “nada mais [...] que uma crítica profunda e um desenvolvimento incessante da Economia política”¹⁵. Da mesma forma, esta é uma chave para entender como os seus esforços de compreensão do econômico e a sua crítica à Economia Política¹⁶ destinavam-se à transformação social.

Em 1848, Tocqueville escreveu que "a luta política travar-se-á entre os que possuem e os que não possuem" e que "o grande campo de batalha será a propriedade". No mesmo ano, Proudhon, que se via como um sucessor dos homens de 1789, dirigia o jornal *Le Représentant du Peuple*¹⁷, em cujo cabeçalho se lia: "O que é o produtor? Nada. E o que deveria ser? Tudo", numa alusão ao célebre livro de Sieyès, *O Que é o Terceiro Estado?*

Desse modo, ele reinterpretou os ideais da Revolução Francesa e seguiu aspirando conscientemente à liberdade, à igualdade e à fraternidade noutros termos. Na busca pelos fatores que, segundo ele, tornaram palavras mortas os ideais revolucionários de 1789, identificou o direito de propriedade, que daria margem à exploração do homem pelo homem e ao surgimento de duas classes sociais com interesses opostos: trabalhadores e burguesia.

¹⁵ Ibid., p. 76.

¹⁶ *Que é a Propriedade? e Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* são os textos mais difundidos sobre o tema. Todavia, o anarquista francês escreveu dezenas de obras ao longo sua vida, grande parte delas tratando de questões econômicas.

¹⁷ *La Représentant du Peuple, journal quotidien des travailleurs*, Paris (fev. 1848 – ago. 1848)

Dessa maneira, as questões econômicas¹⁸ assumiram importância seja na crítica social, seja na formulação de seu projeto de transformação social.

Entretanto, Proudhon é um autor pouco comentado, sobretudo no Brasil, onde sua obra tornou-se conhecida a partir de duas fontes: o marxismo e os artigos de síntese das histórias das ideias e doutrinas econômicas escritos desde Gide e Rist; sendo raramente interpretado a partir da leitura direta de seus textos.¹⁹ Assim, a importância que ele teve para seus contemporâneos, sobretudo a partir de 1848²⁰, e para a segunda metade do século XIX contrasta com a atenção dispensada ao seu pensamento no século XX.

No campo da Economia Política, ele foi comentado e combatido por figuras tão díspares como Marx²¹, Thiers²², Bastiat²³ e Léon Walras²⁴, o que evidencia sua relevância no debate. Assim, por um lado a obra de Proudhon chamou a atenção de Marx para a crítica da Economia Política²⁵ e, por outro, motivou uma refutação de Walras, que Schumpeter²⁶ avaliou como decisiva para os desenvolvimentos que redundaram na chamada “revolução marginalista”.

¹⁸ Conforme já dito, a expressão *questões econômicas* na tese está abrangendo tanto a *economia*, plano econômico da realidade, quanto a *Economia Política* e a *Economia*, conhecimento econômico.

¹⁹ A *1ª memória* permaneceu como a única obra de Proudhon editada integralmente em português até pouco tempo atrás. Somente em 2003 o primeiro volume de *Contradictions* foi traduzido para o português (editora Ícone); o segundo aguardou até 2007 e tem uma qualidade bastante questionável (editora Escala). As demais obras permanecem sem tradução, excetuando-se algumas compilações constituídas por extratos de diversos textos.

²⁰ A celebridade de Proudhon esteve estreitamente relacionada à sua participação na Revolução de 1848; até então ele era conhecido tão somente entre os socialistas e economistas.

²¹ MARX, Karl. *Misère de la philosophie, réponse à la philosophie de la misère de M. Proudhon*. Paris: Franck, 1847.

²² THIERS, Louis-Adolphe. *Du droit de propriété*. Paris: Pagnerre, 1848. (Petits traités publiés par l'Académie des sciences morales et politiques)

²³ BASTIAT, Frederic. *Intérêt et Principal: discussion entre M. Bastiat sur l'intera voix du peuple*. Paris: Garnier, 1850.

²⁴ WALRAS, Leon. *L'économie politique et la justice: examen critique et réfutation des doctrines économiques de M. P.-J. Proudhon précédés d'une Introduction à l'étude de la question sociale*. Paris: Guillaumin, 1860. Meses depois eles se enfrentaram num concurso acadêmico sobre os impostos em Lausanne, cujo vencedor foi Proudhon. Os textos apresentados tornaram-se os seguintes livros: WALRAS, Leon. *Théorie critique de l'impôt: précédée de Souvenirs du Congrès de Lausanne*. Paris: Guillaumin, 1861. PROUDHON, P. – J. *Théorie de l'impôt: question mise au concours par le conseil d'état du Canton de Vaud en 1860*. Paris: Lacroix, 1968.

²⁵ A apreciação de Marx sobre Proudhon no início da década de 1840 revela isso.

²⁶ SCHUMPETER, 1958, p. 78. Apud DE PAULA, João Antonio. Walras nos *Journal des Economistes*: 1860-65. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 56, nº 1, p. 121-146, jan. - mar. 2002. p. 133.

Para a formação do anarquismo, sua importância é mais que evidente, ainda que se possa questionar se pode ser considerado como tal.²⁷ No movimento operário francês a repercussão de suas ideias e a influência de seus discípulos foi notória e estendeu-se por muitas décadas²⁸, como atestaram os operários inspiração proudhoniana presentes na formação da 1ª Internacional²⁹, na Comuna de Paris e no Sindicalismo Revolucionário³⁰, no final do século XIX. Para além das fronteiras francesas a influência proudhoniana se fez sentir entre a esquerda hegeliana alemã e também no populismo russo.³¹

Mesmo no mundo das letras, Proudhon foi bastante apreciado. Tolstói visitou-o em Bruxelas em 1862, tomando emprestado do francês o título *Guerra e Paz*³²; Baudelaire³³, Flaubert e Victor Hugo o admiravam; Pierre Larousse, considerava-se seu discípulo³⁴ e o homenageou no prefácio de seu *Grand Dictionnaire*³⁵; Sainte-Beuve, respeitado crítico literário da época, é autor de sua primeira biografia³⁶; Courbet, o pintor da Comuna de 1871, a quem se deve a imagem perpetuada de Proudhon, aderiu às suas ideias sociais e à sua defesa

²⁷ A apreensão de Proudhon por Bakunin que o considerou como o “pai da anarquia” era muito distinta dos proudhonianos franceses mais próximos dele em vida, como Gustave Chaudey por exemplo. Essa discrepância tornou-se clara na 1ª Internacional, quando Bakunin se aliou aos partidários de Marx contra os proudhonianos em diversas ocasiões.

²⁸ Halévy considerou Proudhon o pensador mais influente no socialismo francês até a década de 1930. HALÉVY, Elie. *Histoire du socialisme européen*. Paris: Gallimard, 1948. p. 30-33; HALÉVY, Elie. *L'Ere des tyrannies*. Paris: Gallimard, 1990. p. 213.

²⁹ Os delegados franceses - Toulon, Limousin, Fribourg e Varlin – em Londres, propuseram a fundação da AIT em 28 de setembro de 1864. Os quatro eram artesãos parisienses, os três primeiros proudhonianos e o último mais próximo das ideias de Bakunin Cf. WOODCOCK, George. *História das Ideias e Movimentos Anarquistas*. V. 1: A Idéia. Porto Alegre: L&PM, 2004 e PUECH, Jules L. *Le proudhonisme dans l'Association internationale des travailleurs*. Paris: Alcan, 1907.

³⁰ FEBVRE, Lucien. Une question d'influence: Proudhon, Pelloutier et le syndicalisme révolutionnaire. *Revue de synthèse historique*, Paris, t. XIX, n°56, p. 179-193, out. 1909.

³¹ BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 215; 229-230 e 134; 213.

³² Ibid., p. 72; 244; 304; WOODCOCK. Op. cit., pp. 251-252; P.-J. PROUDHON. *La guerre et la paix: recherches sur le principe et la constitution du droit des gens*. Paris: Michel Lévy Frères, 2 vol., 1861.

³³ WOODCOCK. Op.cit. p. 117; Baudelaire apoiou sua candidatura nas páginas de *La Tribune Nationale*, jornal que editava na época, p. 139.

³⁴ RETIF, Alain. Proudhon vu par un disciple: P. Larousse. *Cahier et Revue de l'Ours*, Supplément, n° 58, mar. 1975.

³⁵ Proudhon contribuiu com os vocábulos “Anarchie”, “Dieu” e “Propriété” na enciclopédia de Larousse, para quem ele foi “o mais corajoso e mais profundo pensador do século XIX [...]” LAROUSSE, Pierre. Prefácio. In: GRAND DICTIONNAIRE UNIVERSEL DU XIXE SIÈCLE, français, historique, géographique, mythologique, bibliographique, littéraire, artistique, scientifique, etc., etc. 1866. 17 v. p. LXXVI.

³⁶ Cf. SAINTE-BEUVE, P.-J. *Proudhon, sa vie et sa Correspondance*, 1838-1848. 5ª ed. Michel Lévy Frères, 1875.

do realismo na arte.³⁷ No século XX, Gurvitch o considerou, ao lado de Saint-Simon, como o fundador da Sociologia.³⁸

Enfim, caracterizada em linhas gerais a importância das questões econômicas na obra de Proudhon e a influência de seu pensamento em diversos campos, cabe definir mais precisamente os parâmetros da pesquisa, antes de passar ao exame da bibliografia.

Origem, objetivos, fontes e periodização da tese

O objeto da tese - o significado da *Economia Política*, do conhecimento econômico e da *economia* bem como o conhecimento do plano econômico da realidade no pensamento proudhoniano entre 1838-1847 – foi construído a partir da observação do contraste entre o papel fundamental que as questões econômicas tiveram em seus textos e a atenção desproporcional que têm recebido por parte da produção acadêmica.

Considerando os textos de Proudhon no período como partes constitutivas de um *corpus*, a tese tenciona mostrar: 1) como a Economia Política foi usada, criticada ou transformada por ele para efeitos de análise e de mudança da sociedade vigente; 2) que papel atribuiu à economia tanto na preservação quanto na transformação desta sociedade.

Portanto, o objetivo geral da tese consiste em precisar o papel das questões econômicas na obra de Proudhon no período de 1838 a 1848. E, se de fato as questões econômicas constituem o núcleo estruturante do pensamento proudhoniano, elas podem tornar inteligível o conjunto de tal pensamento.

Convém informar que essa tese inicialmente não se limitava às questões econômicas em Proudhon, mas focalizava também o distanciamento que o anarquismo, de maneira geral, parecia guardar em relação às questões econômicas. Tal quadro revelava-se mais evidente a

³⁷ BOWNESS, Alan. Courbet's Proudhon. *The Burlington Magazine*, Londres, v. 120, n. 900, p. 123-130, mar.1978.

³⁸ GURVITCH, Georges. *Fundadores Franceses de la Sociologia Contemporânea: Saint Simon e Proudhon*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970; _____. *Dialética e Sociologia*. São Paulo: Vértice, 1987.

partir do século XX, contrastando com a notável presença e importância das questões econômicas entre os anarquistas no século XIX. Assim sendo, em sua primeira formulação, o objeto da pesquisa era o significado das questões econômicas no anarquismo mutualista, coletivista e comunista; e pretendia-se considerar a obra de outros fundadores do anarquismo no século XIX: Bakunin, Reclus e Kropotkin.

Todavia, tanto pela excessiva abrangência quanto pelo acidentado percurso da pesquisa, tornou-se necessário redefini-la em termos mais modestos. Em sua reformulação, a tese restringiu sensivelmente seu objeto ao exame das questões econômicas na obra de Proudhon entre 1838 e 1847, abrindo mão de examinar o anarquismo coletivista de Bakunin e o comunismo anarquista de Reclus e Kropotkin.

A escolha do período que delimitou o *corpus* de fontes deu-se em função da análise das características da obra proudhoniana: a extensão, a amplitude, a reiteração de questões, caráter de exercício aberto dos escritos e a articulação consciente entre os diversos domínios examinados.

Por sua extensão, a obra por si só é um desafio ao fôlego de qualquer estudioso: cerca de sessenta livros e panfletos, quatorze volumes de cartas (além de muitas outras reveladas depois da edição de 1875), quatro volumes de *Carnets*³⁹, dezenas de artigos em jornal, além dos seus manuscritos inéditos⁴⁰, verdadeiros hieróglifos à espera de pesquisadores obstinados. A obra também se caracteriza pela amplitude temática, abrangendo domínios tão distintos quanto a Filosofia, o Direito, a Moral, a Economia Política, as questões militares, religiosas e

³⁹ Os cadernos de anotações de Proudhon.

⁴⁰ PROUDHON, P.-J. *Économie: notes, extraits et fragments*. NAF 18255. 132 f.; PROUDHON, P.-J. *Économie: notes, extraits et fragments*. NAF 18258. 213 f. Manuscritos obtidos junto a Bibliothèque Nationale de France. Na biblioteca de Besançon eles são classificados sob outra codificação. Dentre esses manuscritos, redigidos entre 1850 e 1855, consta aquele que ficou conhecido como “Cours d’Économie Politique”, em 22 folhetos, depois que Hauptmann mencionou pela primeira vez sua existência (*La Philosophie sociale de P.-J. Proudhon*. Presses universitaires de Grenoble, 1980. p. 101-130; “nota documentaire sur et historique sur le cours d’économie, p. 259-261.) Mas o verdadeiro título dos manuscritos é *Économie: essai de constitution de une science nouvelle*. O que Hauptmann chamou de folhetos, na verdade são as 22 divisões do manuscrito. Cf. BIBLIOTHÈQUE DE BESANÇON. *Catologue des Manuscrits, deuxième supplément: notices*, 1986. p. 139.

linguísticas. Assim, a extensão e a amplitude sugeriram precauções relacionadas às conclusões precipitadas e generalizantes a respeito do pensamento proudhoniano.

Outra marca dos textos é a reiteração de temas e questões.⁴¹ A questão da propriedade, por exemplo - presente desde os primeiros escritos - foi retomada até mesmo num livro póstumo, *Theorie de la Propriété*; temas como a definição da Economia Política, o valor e a divisão do trabalho estão presentes da *1ª memória* às *Contradictions*, passando por *Création*.

Proudhon escrevia com a intenção de ser imediatamente lido e de influenciar o público e os acontecimentos, por isso, sua obra é uma espécie de pesquisa aberta, que expõe reflexões e críticas mesmo que ainda não tivesse chegado a conclusões diferentes. Esse atributo de sua obra oferece aos estudiosos um acesso mais fácil ao processo de desenvolvimento de suas ideias e explica, pelo menos em parte, sua extensão.

Numa carta de 1846, ele afirmou que “tudo o que publiquei até o momento, não é outra coisa senão minha investigação, da qual fiz confiança ao público à medida que avançava”⁴²; noutra, da maturidade, respondeu assim a um interlocutor que lhe cobrara coerência:

Tenha em conta, estimado capitão, que eu nunca me releio; primeiro porque uma vez que o pensamento saiu de minha cabeça e foi recolhido pelo escrito, me repugna voltar a ele; reler o que publiquei é para mim como se, fazendo comparação à Bíblia, voltasse a meu vômito. Em segundo lugar me atenho antes de tudo a escrever com a franqueza de meu sentimento e o frescor de minhas idéias; desconfio de um autor que tem a pretensão de ser, a vinte e cinco anos de distância, idêntico a si mesmo e de estar adequado ao seu próprio pensamento. Essa maneira de impor-se ao leitor me é odiosa e não revela mais que mentira e orgulho [...]⁴³

⁴¹ Dalmácio Negro lembra que Proudhon tenta se dirigir aos trabalhadores, por isso usa uma linguagem mais familiar para traduzir conceitos, retoma seguidamente temas já expostos em outras obras e panfletos e reescreve continuamente. NEGRO, Dalmacio. *Retorica y Dialectica. La polemica entre Marx y Proudhon. Revista de Estudios Políticos*, Madri, nº 204, nov-dez. 1975. p. 116. Ansart também nota que Proudhon “[...] a organização econômica haveria de ser permanentemente retomada e discutida”. ANSART, Pierre. *El nacimiento del anarquismo*. Buenos Aires: Amorrutu, 1973. p. 247

⁴² Carta a Tissot, 13 dez. 1846. Apud SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. *Proudhon: su vida y su correspondência*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945. p. 188.

⁴³ Carta a Clerc, 4 mar. 1863, T. XII, p. 338.

No entanto, a extensão da obra torna-se mais desafiadora à luz de outra particularidade: a pretensão autoconsciente de constituir um todo orgânico, um sistema no qual todos os temas estariam coerentemente articulados entre si. Deste modo, o próprio autor parece alertar que Política, Direito, Arte, Moral e Economia Política não se explicariam por si só, descontextualizados do conjunto mais amplo.

Assim, seja pela extensão, seja pelos distintos domínios que abordou, a obra de Proudhon não poderia deixar de suscitar as mais variadas e contraditórias interpretações⁴⁴, algumas delas cometendo generalizações abusivas ou graves distorções ao focarem exclusivamente um aspecto ou período particular.

Mas, se por um lado, o conhecimento mais extensivo dos textos proudhonianos contribui para esclarecer relações entre os diversos aspectos em sua obra; por outro, essa mesma busca acarreta o risco de uma análise superficial do contexto social e intelectual que influenciou as ideias do socialista francês, caso seja excessivamente centrada na interpretação dos textos, ensejando uma visão panorâmica, meramente descritiva.

Em suma, o estudo do pensamento proudhoniano apresenta uma dupla demanda: de um lado, a leitura mais extensiva possível de sua obra e, de outro, o aprofundamento dos temas levando em conta o contexto social e intelectual. No extremo, isso demandaria o contato com a obra completa de Proudhon, como núcleo das fontes, associado à leitura mais ampla possível de fontes e de uma bibliografia que dessem conta do contexto social e intelectual no qual ela foi produzida.

Essas exigências se confrontaram com as dificuldades e limitações da pesquisa, impondo escolhas para cumprir seu propósito. Foi assim que a pesquisa renunciou à pretensão de abarcar as questões econômicas ao longo de todo o *corpus* e centrou-se apenas num período para que fosse possível compreender o significado da Economia Política e da

⁴⁴ ANSART. Op. cit., p. 11-17.

economia situando-as tanto no quadro geral de seu pensamento quanto no contexto social e intelectual do período.

A pesquisa identificou etapas distintas a partir do teor dos seus textos, das indicações do próprio autor e da avaliação de outros estudiosos. *Grosso modo*, distinguem-se nitidamente duas grandes etapas: a primeira delas, predominantemente crítica, é anterior a 1848; a segunda, marcadamente construtiva, é posterior ao período revolucionário, estendendo-se até a morte de Proudhon em 1865. Ele próprio dividiu a evolução de suas ideias com esse critério:

De 1839 a 1852, tive aquilo que se costuma chamar o meu período de crítica. Como um homem não se deve repetir [...] junto os materiais de novos estudos e me disponho a começar brevemente um novo período que chamarei, se quiser, o meu período positivo ou de construção. Durará o mesmo tanto que o primeiro, treze a catorze anos. Tenho que tirar a limpo todas estas questões que há vinte e cinco anos importunam o movimento intelectual na França.⁴⁵

Desde os seus primeiros escritos o autor demarcou a distinção entre a crítica e a formulação construtiva, evidenciada num adágio bíblico de Deuteronômio, *Destruam et Aedificabo*, citado por ele. De fato, os textos escritos entre 1840 e 1847 são predominantemente críticos e ele sempre considerou essa etapa como condição para chegar a uma solução construtiva.

Essa periodização foi corroborada por diferentes estudiosos⁴⁶, entretanto, é possível estabelecer a existência de uma etapa intermediária com características próprias. Desde meados de 1847, após a publicação de *Contradictions*, Proudhon passou da crítica às soluções

⁴⁵ PROUDHON. 1855. Apud TRINDADE, Francisco. *O Federalismo de Proudhon: Morte do Estado?* Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 21 nov. 2005.

⁴⁶ ANSART. Op. cit., p. 215-216, PIOZZI, Patrizia. *Os Arquitetos da Ordem Anárquica: de Rousseau a Proudhon e Bakunin*. São Paulo, UNESP, 2006. p. 157; CARR, Edward Hallet. Proudhon: Robinson Crusoe of socialism. In: _____. *Studies in revolution*. Londres: Macmillan, 1954. p. 49-51; SAINTE-BEAUVE. Op. cit., TRINDADE. Op. cit.

do problema social.⁴⁷ A partir de então, ele se dedicou à fundação de um jornal, atuando como jornalista, polemista e panfletário:

O jornal *Le Peuple* será o primeiro ato da revolução econômica, o plano de batalha do trabalho contra o capital, o órgão central de todas as operações da campanha que vou começar contra o regime proprietário. Da crítica passo à ação; e esta ação se inaugura com um jornal [...]⁴⁸

De fato, embora almejasse oferecer mais soluções do que críticas antes da Revolução de 1848, ele se sentiu surpreendido e despreparado perante seu advento. Sob pressão dos fatos e munido das reflexões críticas que acumulara, esforçou-se para interferir nos acontecimentos e engajou-se, à sua maneira, na revolução. Nesse período, Proudhon lançou-se, efetivamente, na vida pública, não só como jornalista, mas como parlamentar. Portanto, no período situado entre a Revolução de 1848 e a consolidação no poder de Luis Napoleão, em 1852, sua produção intelectual possui características específicas, distintas tanto da fase crítica precedente quanto da fase construtiva posterior; tanto assim que ele demarcou, *a posteriori*, o início de sua fase construtiva em 1852.

O reconhecimento de uma fase intermediária - com características próprias - no desenvolvimento das ideias de Proudhon entre 1848 e fins de 1851⁴⁹, torna plausível dividir sua obra em três etapas distintas: 1ª) fase crítica, de 1838 a 1847; 2ª) fase de ação revolucionária, entre 1848 e 1851; 3ª) fase construtiva, de 1852 a 1865.

Dentre os três períodos, a tese optou por centrar-se no primeiro deles. O principal motivo é que a escolha de qualquer dos períodos subsequentes obrigaria a pesquisa a se

⁴⁷ PROUDHON, P.-J. *Organisation du crédit et de la circulation, et solution du problème social, sans impôt, sans emprunt*. Paris: Pilhes et Guillaumin, 1848.

⁴⁸ Carta a Bergmann, 24 out. 1847, T. II, p. 272.

⁴⁹ Gurvitch adota uma divisão semelhante no livro *Proudhon e Marx*. Ferraton reconhece as seguintes fases: 1ª) 1839 a 1848: fase crítica; 2ª) 1848: ruptura forçada pelos acontecimentos, Banco do Povo; 3ª) 1848: período mais construtivo e positivo, no qual coloca em dia sua teoria do mutualismo (FERRATON Cyrille. *L'association mutuelliste de Pierre-Joseph Proudhon, une synthèse du socialisme et de l'économie politique classique. Économies et Sociétés, histoire de la pensée économique*, Paris, v. 39, n° 10, p. 1791-1818, 2005. p. 1793.). Ansart destaca dois temas centrais antes de 1850: a) crítica da propriedade e do capitalismo presente nas primeiras memórias e no *Sistema de Contradições*; b) formulação de projetos revolucionários e os escritos "anarquistas" da Revolução de 1848 e de *Ideia Geral de Revolução XIX* (ANSART. Op. cit., p. 215-216).

remeter constantemente ao primeiro deles. Dessa maneira, a tese que inicialmente pretendia abarcar as três correntes fundadoras do anarquismo no século XIX, restringiu-se ao primeiro período da obra de Proudhon.

Exame da bibliografia

A importância histórica do pensamento proudhoniano nos séculos XIX e XX atraiu a atenção de estudiosos, que edificaram uma grande biblioteca sobre o assunto. A bibliografia pertinente às questões econômicas em sua obra é constituída por histórias do pensamento econômico, tópicos dos dicionários de economia e obras gerais, livros e artigos.

Paralela à acadêmica há uma produção militante no século XX, que pode ser dividida em estudos econômicos de inspiração anarquista que fazem alusão a Proudhon⁵⁰ e trabalhos mais recentes⁵¹ que buscam no pensamento econômico dos anarquistas do séc. XIX parâmetros para propostas econômicas que possam ser colocadas em prática. Assim, aproxima-se daquilo que Pérsio Arida denominou “modelo *soft science*”⁵² na história das ideias econômicas.

⁵⁰ CORNELISSEN, Christian. *El comunismo libertário y el régimen de transición*. 1930. Edição cibernética de 2004. Disponível em: <<http://www.antorcha.net/biblioteca>>. Acesso em: 20 jul. 2004; PUENTE, Isaac. *El Comunismo Libertário y otras proclamas insurreccionales y naturistas*. Bilbao: Likiniano Elkarte, 2003; SANTILLÁN, D. A. *O Organismo Económico da Revolução: a autogestão na guerra civil espanhola*. São Paulo: Brasiliense, 1980; GUILLÉN, Abraham. *Economía Autogestionaria: las bases del desarrollo económico de La sociedad libertaria*. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 1990; _____. *Economía Libertaria: alternativa para un mundo en crisis*. Bilbao: Fundación Anselmo Lorenzo, 1988; _____. *Socialismo Libertario: ni capitalismo de monopolios, ni comunismo de estado*. Móstoles: Madre Tierra, 1990; LEVAL, Gastón. *Colectividades Libertarias en España*. Buenos Aires: Proyección, 1972; _____. *Concepciones constructivas del socialismo libertário*. Buenos Aires: Anagrama, 1972; _____. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2002.

⁵¹ BANCAL, Jean. *Pluralismo e Autogestão: os fundamentos*. Brasília: Novos Tempos, 1984. _____. *Proudhon, pluralisme et autogestion: les réalisations*. T. II. Paris: Aubier Montaigne, 1970; BOOKCHIN, Murray. Municipalization: community ownership of the economy. *Green Perspectives*, nº 2, fev. 1986; BEKKEN, Jon. *Anarchist Economics*. Disponível em: <http://www.syndicalist.org/theory/anarchist_economics.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2005; STEIN, Jeff. Proudhon's Economic Legacy. *Libertarian Labour Review*, Philadelphia, nº 10, p. 8-13, Inverno, 1991; _____. The Collectivist Tradition. *Libertarian Labour Review*, Philadelphia, nº 13, p. 24-29, Verão, 1992; _____. Market Anarchism? Caveat Emptor. *Libertarian Labour Review*, Philadelphia, nº 13, p. 33-34, Verão 1992; BERTHIER, René. *Essai sur les fondements théoriques de l'anarchisme*. 2008. Disponível em: <<http://www.monde-nouveau.net/spip.php?article114>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

⁵² Os conceitos de *soft e hard science* na história do pensamento econômico são expostos por ARIDA, Pérsio. A

Por outro lado, em consonância com o “modelo *hard science*”, diversos artigos acadêmicos⁵³ dedicados ao mesmo objeto dessa pesquisa, vinculam as teorias dele a de outros economistas ou procuram ligá-lo ao estado atual da ciência econômica, do qual resultam prospecções das ideias econômicas proudhonianas à procura de antecipações e semelhanças com os fundamentos da teoria econômica atual. Assim, na interpretação *hard science* o único interesse em examinar o passado consiste na identificação de algum legado ainda válido para a ciência econômica.

Outra vertente da bibliografia é formada por obras gerais sobre o pensamento anarquista do século XIX, as quais constituem um material importante na medida em que oferecem elementos para a contextualização das questões econômicas, sem, contudo, terem seu foco particularmente voltado para o objeto dessa pesquisa.⁵⁴

História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: GALA, Paulo; REGO, José Márcio (orgs.). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 13-44.

⁵³ Por exemplo, Devon buscou em Proudhon as similaridades com o pensamento de Henry George (DEVON, J. Terrence. *The Anarchist Economy. Economic Incentives*, School of Economic Science, jan.-fev. 1979.); Birrel buscou na proposta econômica anarquista o conceito de autarquia (BIRRELL, Neil. The Some notes for na anarchist theory of trade. *The Raven*, Austrália, v. 31, p. 247-261.); Dillard procurou em Proudhon, através de Silvio Gessel, as raízes do pensamento de Keynes (DILLARD, Dudley. Keynes and Proudhon. *Journal of Economic History*, v. 2, p. 63-76, maio 1942.); De Paula analisou a crítica de Walras a Proudhon como fundamental para o desdobramento da obra do primeiro como pioneiro da teoria marginalista (DE PAULA, João Antonio. Walras nos *Journal des Economistes*: 1860-65. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 56, nº 1, p. 121-146, jan. - mar. 2002.) e Taft o analisou nos mesmos moldes que as histórias do pensamento econômico (TAFT, Philip. Anarchism. In: _____. *Movements for Economic Reform*. Rinehart & Co, 1950.).

⁵⁴ BERLIN, Isaiah. *Limites da Utopia: capítulos da história das idéias*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991 (1979); CARR, Edward Hallet. Proudhon: Robinson Crusoe of socialism. In: _____. *Studies in revolution*. Londres: Macmillan, 1954. p. 38-55; CHOMSKY, Noan. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Imaginário/Sedição, 2004; COLE, G.H.D. *Historia del Pensamiento Socialista: los precursores, 1789-1850*. V. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1958. 4 v; GUCHET, Y. Liberte, Progres et Machinisme dans le Pensee de Proudhon. *Revue du Droit Publique et de la Science Politique en France et a l'Etranger*, Paris, v. 80, p. 951-974, set.-out. 1964; GUÉRIN, Daniel. *Marxismo e Socialismo Libertário*. Buenos Aires: Projección, 1964; HARMEL, Claude. *Histoire de L'Anarchie: des origines a 1880*. Paris: Champ Libre, 1984; HAUBTMANN, Pierre. *Marx et Proudhon, leurs rapports personnels (1844-1847)*. Paris: Économie et Humanisme, 1947; _____. *Pierre-Joseph Proudhon, sa vie et sa pensée: les grandes années 1849-1855*. T. II. Desclée de Brower, 1987 (1982); _____. *Pierre-Joseph Proudhon, sa vie et sa pensée: les dernières années 1855-1865*. T. III. Desclée de Brower, 1987; JACKSON, John Hampden. *Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. (Homens que fazem época); MAITRON, Jean. *Histoire du mouvement anarchiste en France: (1880-1914)*. Paris: Soc. Universitaire, 1955; _____. *Le Mouvement Anarchiste en France: des origins à 1914*. V. I. Paris: Gallimard, 1975; MASON, E. S. Fourier and Anarchism. *The Quarterly Journal of Economics*, Massachusetts, v. 42, nº 2, p. 228-262, fev. 1928; MENEZES, Djacyr. *Proudhon, Hegel e a dialética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966; MOTTA, Fernando C. Prestes. *Burocracia e Autogestão (a proposta de Proudhon)*. São Paulo: Brasiliense, 1981; NETTLAU, Max. *Bibliographie de l'Anarchie*. Bruxelas/Paris: Bibliothèque des Temps Nouveaux/P.-V. Stock, 1897; _____. *La anarquia a traves de los tiempos*. Madri: Jucar, 1975; PERRINJAQUET, Alain. *Idéal libertaire et idée du droit naturel*.

Quase todos os livros sobre a história do pensamento econômico dedicam algum espaço às ideias do autor aqui discutido.⁵⁵ Dentre os mais relevantes, o primeiro foi a *História das Doutrinas Econômicas*, de Gide e Rist, cujo capítulo "Proudhon e o socialismo em 1848" expõe as características gerais do pensamento econômico do anarquista francês e o contexto social de 1848.⁵⁶ René Gonnard dedicou igualmente um capítulo de sua *História das Doutrinas Econômicas* ao socialista aqui estudado, no qual destaca que várias concepções do francês antecipam as de Marx, entre elas a de que o socialismo utópico deveria ser sucedido por um socialismo científico.⁵⁷ Schumpeter, em sua *História da Análise Econômica*, considerou Proudhon "o mais articulado, mas não o mais ortodoxo ou o mais coerente" dos anarquistas, pondo em relevo a originalidade de sua ideia de gratuidade do crédito e criticando sua teoria do valor; sendo assim, corroborou a crítica de Marx ao francês feita em *Miséria da Filosofia*.⁵⁸ Finalmente, Henri Denis, na sua *História do Pensamento Econômico*, sublinhou a

Refractions: recherches et expressions anarchistes, Paris, nº 6. Disponível em: <<http://refractions.plusloin.org/>>. Acesso em: 23 dez. 2005; _____. *La Propriété. Refractions, recherches et expressions anarchistes*, Paris, nº 7. Disponível em: <<http://refractions.plusloin.org/>>. Acesso em: 23 dez. 2005; PESSIN, Alain. Le Libéraire, le libéral et le libérin. In: *La Rêverie Anarchiste (1848-1914)*. Paris: Librairie des Méridiens, 1982. (Bibliothèque de l'Imaginaire); REICHERT, William O. Natural Right in the Political Philosophy of Pierre-Joseph Proudhon. *The Journal of Libertarian Studies*, Alabama, v. 4, nº 1, p. 77-91, inverno 1980; WATKINS, Frederic M. Proudhon and the Theory of Modern Liberalism. *Canadian Journal of Economics and Political Science*, v. 13, p. 429-435, ago. 1947; WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas: a idéia*. V. 1. Porto Alegre: L&PM, 2004.

⁵⁵ Além dos comentados outros textos tratam de Proudhon na história do pensamento econômico: HUGON, Paul. O socialismo de trocas ou proudhonismo. In: _____. *História das Doutrinas Econômicas*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1962. p. 232-245; ROLL, Eric. Proudhon. In: _____. *Historia de las Doctrinas Económicas* (1962). México: Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 238-248; KARATAIEV, N.; RINDINA. El socialismo pequeño burgués de Proudhon. In: _____. *Historia de las doctrinas económicas*. Buenos Aires: Ed Cartago, 1965. p. 230-238; DILLARD, Dudley. Keynes and Proudhon. *Journal of Economic History*, v. 2, p. 63-76, maio 1942; MASON. Op. Cit., 1992; SCHAPIRO, J. Salwyn. Pierre-Joseph Proudhon, Harbibger of Fascism. In: BLAUG, Mark. Dissenters: Charles Fourier (1772-1837), Henri de St. Simon (1760-1825), Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), John A. Hobson (1858-1940). Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vt., USA: E. Elgar Pub., 1992. (Pioneers in economics, 31). p. 94-117; BLAUG, Mark. Dissenters: Charles Fourier (1772-1837), Henri de St. Simon (1760-1825), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), John A. Hobson (1858-1940). Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vt., USA: E. Elgar Pub., 1992. (Pioneers in economics, 31).

⁵⁶ GIDE, Charles; RIST, Charles. Proudhon e o Socialismo em 1848. In: _____. *História das Doutrinas Econômicas: desde os Fisiocratas até os nossos dias* (1909). Rio de Janeiro: Alba, 1941. p. 331-364.

⁵⁷ GONNARD, René. Proudhon. In: *Historia de las Doctrinas Económicas* (1921). Madri: Aguilar, 1952. p. 445-453.

⁵⁸ SCHUMPETER, Joseph Alois. Anarquismo. In: _____. *Historia da Análise econômica*. V. 2. Rio de Janeiro: Aliança para o Progresso, 1964. p. 91-94.

tese proudhoniana de direito econômico⁵⁹, que deveria substituir os direitos políticos segundo o socialista francês.⁶⁰

O exame dessas histórias do pensamento econômico revela alguns elementos comuns entre os autores abordados. Tanto Gonnard quanto Denis seguiram as linhas gerais do texto de Gide e Rist, pois todos eles dedicam um capítulo no qual discorrem sobre a proximidade entre as ideias de Proudhon e as do liberalismo, sobre sua crítica à propriedade, sobre sua proposta do Banco de Trocas (ou do Povo), sobre o acerto das críticas de Marx ao francês e sobre a falta de coerência de seu ideário. Schumpeter diferencia-se dos demais por dedicar poucas linhas a Proudhon, embora suas apreciações se mantenham sintonizadas com a corrente de pensamento formada desde Gide e Rist.

Os artigos sobre o anarquismo dos dicionários de Economia Política ou de Economia apresentam as mesmas características observadas nos livros acima citados: o *Palgrave's Dictionary of Political Economy* contém um artigo de Gide⁶¹ sobre Proudhon, que repete as apreciações da sua *História das Doutrinas Econômicas*; e outro denominado “Anarquismo”, de Edwin Cannan⁶², que destaca a polêmica entre Proudhon e Bastiat sobre a questão do crédito. *The New Palgrave* atualizou os verbetes da edição anterior; H. Bártoli⁶³ assinou o artigo “Proudhon”, no qual pondera que para o anarquista francês o trabalho era a categoria principal a se observar na Economia Política; George Woodcock⁶⁴ escreveu o artigo

⁵⁹ A noção de “direito econômico” encontra-se subjacente ao longo da obra do anarquista; porém, foi definida com mais rigor na segunda parte de *A Capacidade Política da Classe Operária* de 1865.

⁶⁰ DENIS, Henri. Pierre-Joseph Proudhon. In: _____. *História do Pensamento Econômico* (1966). 4ª ed. Lisboa: Horizonte, 1982. p. 397-405.

⁶¹ GIDE, Charles. Proudhon. In: PALGRAVE'S DICTIONARY OF POLITICAL ECONOMY. V. III: N-Z. (Ed.) HIGGS, Henry. London: Macmillan, 1963. 3 v. p. 237-238.

⁶² CANNAN, Edwin. Anarchism. In: PALGRAVE'S DICTIONARY OF POLITICAL ECONOMY. V. I: A-E. (Ed.) EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter. Londres/Nova Iorque: Macmillan/Stockton, 1998. 4v. p. 38-39.

⁶³ BÁRTOLI, H. Proudhon. In: THE NEW PALGRAVE: A DICTIONARY OF ECONOMICS. V. III: K-P. (Ed.) EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter. Londres/Nova Iorque: Macmillan/Stockton, 1998. 4v. p. 1035-1036.

⁶⁴ WOODCOCK, George. Anarchism. In: THE NEW PALGRAVE: A DICTIONARY OF ECONOMICS. (1987) V. I A-D. (Ed.) EATWELL, John; MILGATE, Murray e NEWMAN, Peter. Londres/Nova Iorque: Macmillan/Stockton, 1998. 4v. p. 90-93

"Anarquismo", no qual discute a origem do termo e identifica precursores antigos e modernos até chegar a Proudhon - para ele, o "fundador do anarquismo moderno". Na *Encyclopedia of Political Economy*, o artigo "Anarquismo", de Walter W. Hill⁶⁵, limita-se a diferenciar as formas de propriedade em Proudhon, Bakunin e Kropotkin, tecendo considerações muito próximas às de Woodcock. De forma geral, os dicionários pouco acrescentam em relação às histórias do pensamento econômico.

Algumas obras gerais sobre o pensamento proudhoniano merecem destaque: em *O nascimento do anarquismo*⁶⁶, Pierre Ansart procurou explicá-lo a partir de homologias com a estrutura econômica e forneceu uma boa caracterização do contexto social no qual suas noções foram gestadas. Georges Gurvitch examinou-o em dois livros⁶⁷ muito semelhantes entre si, mas que auxiliam na compreensão do contexto intelectual.

Além destes livros, uma série de artigos abordou questões pontuais relacionadas ao pensamento econômico de Proudhon, contribuindo conseqüentemente para a pesquisa. *La Propriété*⁶⁸, de Alain Perrinjaquet, examina brevemente o conceito de propriedade no referido autor e sua relação com as ideias de Locke. Em *Proudhon et Smith*, Béraud⁶⁹ acompanha as anotações de leitura do francês sobre a *Riqueza das Nações*; Costes examina a correspondência entre Proudhon e Adolphe Blanqui em 1848⁷⁰; Delmas⁷¹ apresenta um excelente artigo sobre as relações dele com a Academia; Ferraton⁷² trata da relação entre as associações mutualistas defendidas pelo mesmo, o socialismo e a Economia Política;

⁶⁵ HILL, Walter. W. Anarchism. In: ENCYCLOPEDIA OF POLITICAL ECONOMY. V. 1: A-K. (Ed.) O'HARA, Phillip Anthony. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2001. 2v. p. 13-16.

⁶⁶ ANSART. Op. cit., 1973.

⁶⁷ GURVITCH, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Presença, 1980; Idem. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983.

⁶⁸ PERRINJAQUET. Op. cit., 2005.

⁶⁹ BÉRAUD, Alain. Proudhon et Smith. *Journées d'Études*, Paris, 9 jun 2007.

⁷⁰ COSTES, A. P.-J. Proudhon et Adolphe Blanqui. *Le Mouvement Social*, nº 48, p. 71-75, jul.-set. 1964.

⁷¹ DELMAS, Corinne. L'affaire Proudhon. Lectures croisées de Qu'est-ce que la propriété? *Politix*, vol. 8, nº 29, p. 80-102, 1995.

⁷² FERRATON Cyrille. L'association mutualiste de Pierre-Joseph Proudhon, une synthèse du socialisme et de l'économie politique classique. *Économies et Sociétés, histoire de la pensée économique*, Paris, v. 39, nº 10, p. 1791-1818, 2005.

Noyelle⁷³ aborda a ligação da noção de justiça com o conceito de valor na obra econômica proudhoniana; e, por fim, Trindade forneceu algumas indicações preciosas na série de artigos sobre o autor das obras aqui estudadas.⁷⁴

Recentemente, novas abordagens do assunto examinaram o porquê da exclusão do anarquismo da História do Pensamento Econômico, questionando os critérios da orientação historiográfica desse campo e conferindo ao tema “anarquismo e questões econômicas” a condição de objeto histórico.

O artigo *Bref voyage dans l'économie qui n'existe pas*, de Luciano Lanza⁷⁵, observa o progressivo desaparecimento da economia no pensamento anarquista; um processo iniciado depois de Proudhon, que prosseguiu com Kropotkin e culminou com a "irrelevância econômica para a transformação social" no pensamento de Malatesta. Essa hipótese é desenvolvida pelo autor no artigo *Ajustar contas com a Economia*⁷⁶, no qual ele assinala que, atualmente, "falar de teoria anárquica e economia significa descrever mais uma ausência do que uma presença". Contudo, quando examinou “a economia dos pais fundadores”, Lanza argumentou que nem sempre foi assim e ressaltou que Proudhon "baseia grande parte da sua proposta de transformação social em estruturas econômicas".

Ronald Creagh, no artigo *Misères de l'économie, Économie de la misère*, considerou que as múltiplas práticas libertárias “não suscitaram uma teoria econômica e não a podem suscitar porque recusam o discurso da Economia [...] o vocabulário da linguagem econômica, sua lógica de clausura, seu sistema de organização e seu monismo [...] situando-a no campo das relações sociais”⁷⁷. Entretanto, assim como Lanza, o autor reconhece a existência de um

⁷³ NOYELLE, H. La notion de justice dans l'œuvre économique de Proudhon. *Revue d'histoire des doctrines économiques et sociales*, Rivière, n° 2, 1923. p. 179-199.

⁷⁴ Por exemplo, em TRINDADE, Francisco. *O essencial de Proudhon*. São Paulo: Imaginário, 2001.

⁷⁵ LANZA, Luciano. *Bref voyage dans l'économie qui n'existe pas*. *Réfractations: recherches et expressions anarchistes*, Paris, n° 7, 2005.

⁷⁶ Id. *Ajustar as contas com a Economia*. *Revista Utopia*, Lisboa, n° 16, ago. 2004.

⁷⁷ CREAGH, Ronald. *Misères e l'économie, Économie de la misère*. In: *Réfractations, recherches et expressions anarchistes*, Paris, n° 9, Out.-Inv. 2002. p. 16.

discurso econômico anarquista e direciona suas críticas às histórias do pensamento econômico - como as de Schumpeter, Pareto e Samuelson - que excluem toda doutrina fora de sintonia com "evangelho" da teoria econômica. Para Creagh "dois séculos de dominação capitalista excluíram o anarquismo dos manuais e dos trabalhos de pesquisa" e conclui que "seria preciso [...] todo um tratado para expor o conjunto das teorias e das práticas da economia libertária", pois "a reflexão libertária sobre economia é uma mina inesgotável de ideias e de experiências. Ela ainda aguarda seus exploradores"⁷⁸.

O australiano Rob Knowles, num artigo, criticou a historiografia do pensamento econômico - segundo ele, dominada pelos paradigmas da economia neoclássica, razão pela qual negligencia o pensamento econômico socialista, especialmente o anarquista. Da mesma forma que Lanza e Creagh, ele combate as versões da história do pensamento econômico que se resumem a "crônicas de erros e mal-entendidos" na antecipação da teoria econômica contemporânea.

Porém, diferentemente dos dois primeiros, ele avançou em suas críticas e no seu livro *Political Economy from Below*⁷⁹, procurou "escutar as vozes do passado dentro de seu próprio contexto social e político". Nesse sentido, para compreender as ideias econômicas de Proudhon, Bakunin, Herzen, Reclus, Kropotkin, Grave e Tolstói, ele recorreu tanto aos conceitos de economia substantiva e economia socialmente embutida de Karl Polanyi, quanto aos métodos sugeridos por Marshall Sahlins. A obra citada, compreendendo o período de 1840 a 1914, examina o pensamento econômico de todos os autores citados que, segundo Knowles, fariam parte de uma corrente do pensamento econômico coerente e com características próprias: o anarquismo comunitário (*communitarian anarchism*). Diante da carência de estudos sobre o tema, é um trabalho de mérito inegável, pois trouxe à luz um

⁷⁸ Ibid., p. 16.

⁷⁹ É sintomático da carência de estudos mais abrangentes que este seja o primeiro e único livro que efetivamente aborda o objeto dessa pesquisa.

panorama geral das questões econômicas entre as diversas correntes anarquistas do século XIX.

Porém, todos esses autores - Lanza, Creagh e Knowles - parecem supor que, na diversidade entre as correntes anarquistas, há uma unidade e uma coerência; Knowles, particularmente, classifica todos os autores anarquistas que examinou entre 1840 e 1914 sob o questionável conceito de *communitarian anarchism*.

As diferenças entre o pensamento de Proudhon, Bakunin e Kropotkin, por exemplo, não se situam no plano dos detalhes, especialmente no que tange às questões econômicas. A título de exemplo, vale lembrar que o primeiro rejeitava vigorosamente o termo comunidade e que Kropotkin considerava a Economia Política Clássica "especulativa", "pouco científica" e ignorante das "leis naturais" sobre as quais deveria repousar.⁸⁰ Para ele, as bases da Economia Política deveriam ser completamente diferentes das emprestadas pelos economistas clássicos, entre os quais Marx e Proudhon.⁸¹ Assim, a teoria do valor, por exemplo, - peça fundamental para a Economia Política Clássica - era rejeitada como uma teoria "metafísica"⁸² pelo anarquista russo.

Além disso, conforme será comentado adiante, essa tese abandonou a pré-suposição que considera Proudhon anarquista e remeteu essa questão à condição de hipótese. Nesse sentido, contribuiu muito a inovadora história intelectual de Steven Vincent⁸³, *Pierre-Joseph Proudhon and the Rise of French Republican Socialism*. O livro trata do republicanismo e do associacionismo presentes na concepção de socialismo do autor francês e, embora suas atenções não se voltem para as questões econômicas, Vincent foi capaz de traçar um rigoroso

⁸⁰ KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953. p. 150.

⁸¹ Id. *A Questão social: o humanismo libertário em face da ciência*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 19(??) p. 147.

⁸² Id. *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953. p. 151.

⁸³ VINCENT, K. Steven. *Pierre-Joseph Proudhon and the Rise of French Republican Socialism*. Nova Iorque: Oxford, 1984.

quadro intelectual do pensamento proudhoniano, do qual resultam reservas quanto à sua caracterização anarquista.

Além da bibliografia examinada, durante seu transcorrer, a pesquisa trocou informações com alguns pesquisadores na França, que, preocupados com a mesma temática aqui abordada, começaram a trabalhar com as leituras econômicas de Proudhon e informaram sobre o andamento de um projeto de transcrição dos manuscritos econômicos inéditos, ainda inconcluso, visando uma edição crítica desses documentos.⁸⁴

Diante do exame bibliográfico, conclui-se que, entre os autores classificados como anarquistas, Proudhon foi certamente o que mais atenção mereceu dos estudiosos no que tange às questões econômicas. Contudo, de maneira geral, não há uma correspondência entre a importância dos temas econômicos na obra do autor e a importância que os estudos acadêmicos atribuíram a eles, uma vez que estes têm suas atenções voltadas para outros aspectos.⁸⁵

Proudhon e o anarquismo

De maneira geral Proudhon é caracterizado como o “pai do anarquismo” moderno, o primeiro dos anarquistas; essa a interpretação dominante, seja no mundo acadêmico, seja entre as diversas tendências libertárias. Alguns estudiosos matizam essa caracterização identificando dois períodos em sua trajetória.⁸⁶ No período crítico - balizado entre 1840 e o ciclo revolucionário de 1848-1851, Proudhon recusaria o Estado, confiando na existência de

⁸⁴ Edward Castleton, Henri Touboul e Vincent Bourdeau organizaram o seminário Proudhon, lecteur des économistes, Journées d'études, Besançon, 7 e 8 jun 2007. Castleton é o pesquisador da Universidade Franche-Comté particularmente empenhado na transcrição dos manuscritos.

⁸⁵ Um levantamento do conjunto de obras e pesquisas acadêmicas sobre o anarquismo, realizado em minha dissertação de mestrado permitiu verificar que os temas predominantes referem-se à pedagogia, cultura, comportamento, gênero, cotidiano, prática sindical e ideologia. A atualização desse levantamento mostrou o mesmo quadro, no qual as questões econômicas são mencionadas apenas ocasionalmente nas pesquisas sobre a prática sindical e as lutas sociais. Cf. RUGAI, Ricardo. *O Anarquismo Organizado: as concepções e práticas da Federação Anarquista Uruguia, 1952-1964*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2003.

⁸⁶ PIOZZI. Op. cit., GURVITCH. Op. cit., TRINDADE. Op. cit.

uma ordem natural que prescindiria de qualquer organismo político. No construtivo, (também chamado de etapa federalista), que vai até o fim de sua vida em 1865, ele admitiria um tipo de mecanismo político federalista, inclusive denominando-o de Estado. Assim, para a grande maioria dos estudiosos ele seria anarquista ao longo de toda sua trajetória; ao passo que, para um segundo grupo mais restrito, o anarquismo de Proudhon estaria limitado à primeira etapa de sua obra. De qualquer maneira, salvo raras exceções⁸⁷, todos o caracterizam como anarquista entre 1840 até 1848, o período delimitado nessa pesquisa.

Segundo a tendência dominante entre os acadêmicos e militantes, o anarquismo teria se desenvolvido no século XIX a partir das ideias de Proudhon, prosseguido com Bakunin e caminhado para o comunismo anarquista com Reclus e Kropotkin no final do século XIX. Porém, de fato, não se pode falar de anarquismo como movimento social ou político, nem como organização especificamente anarquista antes da 1ª Internacional⁸⁸, pois nada semelhante se construiu em torno das ideias de Proudhon ao longo de sua vida. Fica subentendido, então, que o fato de ser interpretado como anarquista se apoia em outro tipo de argumento. Embora ele não tenha sido o dinamizador do movimento, ele teria formulado uma doutrina, que foi desenvolvida e colocada em prática a partir de Bakunin.⁸⁹ Isso supõe uma coerência entre os principais fundamentos do pensamento proudhoniano e as ideias e práticas que se desenvolveram no coletivismo bakuninista e no comunismo anarquista, pois, ainda que possam existir divergências menores e pontuais, deve existir uma linha de continuidade em

⁸⁷ Vincent é o único autor que não atribuiu uma identidade anarquista a Proudhon mesmo antes de 1848.

⁸⁸ Ainda assim, com a ressalva de que durante esse período a corrente liderada por Bakunin era designada como “coletivista”, “socialista anti-autoritária” e “socialista libertária”. De fato, somente em meados da década de 1870, com o comunismo anarquista de Kropotkin, Reclus e outros, é que o termo anarquismo adentrou o vocabulário político e passou a ser empregado com frequência e regularidade para designar uma corrente político-ideológica. Dessa forma, além da hipótese de que Proudhon não era anarquista, também merece ser examinada seriamente a hipótese que o bakuninismo seria um precursor do anarquismo, que se afirmaria somente com o comunismo anarquista.

⁸⁹ Woodcock exemplifica bem a interpretação dominante: “Proudhon não criou o movimento anarquista – embora divida com Godwin a honra de ter criado o anarquismo – [...] mas sem o seu trabalho preliminar este dificilmente poderia ter se manifestado sob o comando do mais espetacular e herético de seus discípulos, Michael Bakunin.”. WOODCOCK. Op. cit., p. 160.

torno dessas correntes que supostamente seriam parte de um mesmo movimento: o anarquismo.

Essa tese não tem como objeto a investigação sobre a coerência e continuidade entre as ideias de Proudhon e dos autores e correntes anarquistas que o sucederam, o que demandaria uma pesquisa de outra amplitude, com fontes e periodização distintas. O que está no horizonte da pesquisa é compreender o seu ideário nos seus termos e no seu contexto da maneira mais precisa possível. Isso inclui as questões referentes ao Estado e à anarquia, na medida em que elas se relacionam às questões econômicas, o que por sua vez contribui para uma melhor avaliação quanto ao suposto anarquismo de Proudhon. Este tema, presente ao longo da tese de forma secundária, será abordado na forma de um apêndice, que também formula algumas hipóteses quanto destino ulterior das ideias do autor e sua maior ou menor coerência com o anarquismo subsequente.

A emergência do econômico

Para compreender a configuração da Economia Política no século XIX é importante retomar seu contexto intelectual no século XVIII. Para traçar esse percurso, o fio condutor será a interpretação de Rosanvallon⁹⁰, segundo a qual o econômico constituiu-se como solução filosófica para os problemas da modernidade; embora, isso não exclua o recurso a autores que abordaram o mesmo tema de perspectivas semelhantes ou complementares. Nessa perspectiva, ao se emancipar da Religião, da Moral, da Legislação e da Política, a Economia Política respondia a diversos dilemas do século XVIII e anunciava um futuro promissor sob os auspícios do livre mercado. Mas, ao longo do século XIX, quando os resultados sociais do

⁹⁰ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.

desenvolvimento do capitalismo colocaram em xeque as promessas da ideologia econômica, a nova ciência foi confrontada com a realidade e perdeu muito do seu encanto.⁹¹

Por conseguinte, os grandes temas da ideologia econômica do século XVIII - tais como o internacionalismo dos produtores, o interesse de classe, a apologia do trabalho e da indústria, o definhamento do Estado e a passagem do governo dos homens para a administração das coisas -, foram transpostos e incorporados pelos socialistas do século XIX. Para Rosanvallon “os verdadeiros herdeiros de Smith são Godwin, Proudhon, Fourier, Bakunin, Saint-Simon, Marx”⁹². Isso porque a Economia Política limitou seus propósitos - a economia “pura” de Walras já não pretendia expressar uma realidade - ou se vinculou à ordem dominante, em muitos casos se degradando e vulgarizando como ideologia justificadora da ordem. Nessa situação, coube ao socialismo tornar-se portador das promessas de futuro.⁹³

Dessa forma, a abordagem da emergência do econômico relaciona-se intimamente ao percurso intelectual de Proudhon, que caminhando na contramão da tendência dominante na Economia Política, reivindicava para a Economia Política uma abrangência que os economistas se esforçavam para abandonar. A questão do direito de propriedade, por exemplo, era considerada alheia à Economia Política, uma espécie de axioma tratado como um dado natural; nesse quadro a inserção desse tema no debate econômico rompia as fronteiras traçadas para a ciência. Mas Proudhon era grande admirador de Smith, para quem os limites da Economia Política – como a *Riqueza das Nações* testemunha - eram significativamente mais amplos do que os estabelecidos no século XIX:

⁹¹ As obras de List, Sismondi e Walras expressam esse desencantamento. Cf. ROSANVALLON. Op. cit., p. 248-255.

⁹² Ibid., p. 257.

⁹³ Partindo de um ponto de vista distinto, Hobsbawm chega a mesma conclusão de Rosanvallon: “[...] os novos socialistas simplesmente se defendiam empurrando os argumentos do liberalismo clássico franco-britânico para além do ponto até onde os liberais burgueses estavam preparados para ir. A nova sociedade por eles defendida também não necessitava abandonar o terreno tradicional do humanismo clássico e do ideal liberal. Um mundo no qual todos fossem felizes e no qual todo indivíduo realizasse livre e plenamente suas potencialidades, no qual reinasse a liberdade e do qual desaparecesse o governo coercitivo era o objetivo máximo de liberais e socialistas. O que distinguia os vários membros da família ideológica descendente do humanismo e do iluminismo – liberais, socialistas, comunistas ou anarquistas – não era a amável anarquia mais ou menos utópica de todos eles, mas sim os métodos para alcançá-la.” HOBBSAWM. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 337

Utilizando a linguagem moderna, diremos que a economia política pretendia expressar a inter-relação entre a forma de governo, a economia e a sociedade, uma inter-relação que nós tratamos agora de compreender nos campos divididos da sociologia, da economia, da psicologia e da história que apareceram como fragmentos balcanizados do projeto dezoitista original de ciência da sociedade.⁹⁴

Por isso, diversos autores consideram que Proudhon era um “homem do século XVIII”⁹⁵ e sua trajetória intelectual – vinculada inicialmente à Religião⁹⁶, à Moral e ao Direito, antes da Economia Política - guarda certo paralelo com os caminhos pelos quais se deu a emergência do econômico ao longo de tempo.

O Direito Natural e a questão das paixões

Wilhelm Hasbach investigou *Os fundamentos filosóficos da Economia Política de Quesnay e de Smith* e a partir da configuração geral da Filosofia moderna, mostrou que a ideia de liberdade econômica somente triunfou quando foi articulada à doutrina do Direito Natural⁹⁷ reelaborada na modernidade. Segundo essa doutrina, “a razão divina penetrava o universo”, sendo a natureza igualada à própria razão e, nesse sentido, “o direito natural não era outra coisa senão o lado social da lei da natureza que reina naquilo que constitui o universo racional”⁹⁸. A partir desse ponto de vista, Grotius e Hobbes construíram

⁹⁴ IGNATIEFF, Michael. Marxismo y Economía Política Clásica. In: SAMUEL, Raphael (org.). *Historia Popular y Teoría Socialista*. Barcelona: Grijalbo/Critica, 1984. p. 226.

⁹⁵ Na primeira memória o autor coloca o problema da propriedade nos termos do direito natural, utilizando um vocabulário mais próximo do século das luzes que do historicismo do XIX. ANSART. Op. cit., p. 186.

⁹⁶ A formação religiosa de Proudhon ocorreu no ambiente social da Restauração; logo a seguir foi reforçada pela bolsa de estudos no *Collège Royal* de Besançon, de direção católica e, finalmente, o trabalho como impressor e corretor de provas numa gráfica especializada em publicações teológicas completa essa formação. VINCENT. Op. cit., p. 13-32.

⁹⁷ Ressurgiu no final da Idade Média, como em oposição ao Direito Divino. Cf. HASBACH, Guillaume. *Les Fondaments Philosophiques de l'Économie Politique de Quesnay et de Smith*. *Revue D'Économie Politique*, Paris, Tome VII, p. 747-795, 1893.

⁹⁸ Por conseguinte, a orientação fundamental defendida pelo Direito Natural antigo era viver conforme a natureza, cujas leis poderiam ser compreendidas pela razão humana, pois ela também seria parte da razão do universo. Vale ainda lembrar que para os estóicos o início da humanidade caracterizou-se por uma idade de ouro, na qual o Direito Natural era respeitado, a igualdade e a liberdade vigentes. Para os antigos estóicos, depois desse período, seguiu-se uma degeneração da sociedade, que construiu leis positivas e instituições artificiais, em desacordo com os direitos naturais, e que por esse motivo mereciam ser criticadas e abolidas. *Ibid.*, p. 755.

respectivamente um sistema de Direito Natural estóico e epicuriano renovados; todavia, Hasbach considera que foi Pufendorf o responsável por sistematizar a nova ciência do Direito Natural, difundida e admitida em boa parte das universidades europeias.⁹⁹

Em linhas gerais, ao partir do pressuposto de que o próprio ser supremo deseja a felicidade dos homens, o Direito Natural rompeu com a ideia da vida terrena como expiação de pecados¹⁰⁰ e defendeu que Deus criou o universo e os seres segundo leis mecânicas, das quais derivaria um direito eterno aplicável a todos os tempos e povos. O conhecimento das leis naturais faria desaparecer as diferenças entre as diversas leis positivas, promovendo um direito - baseado numa moral filosófica que admite a bondade primitiva da natureza humana - que reconhecesse a liberdade e igualdade dos homens e tendesse a realizá-la.¹⁰¹

Nesse quadro, desde o início da modernidade, a desconfiança quanto à capacidade moralizante da Filosofia e da religião para refrear as paixões, habilitou o reaparecimento de sistemas éticos da antiguidade que defendiam o prazer e a dignidade na terra.¹⁰² Assim, desenvolvimento moderno do Direito Natural e sua crítica ao Direito Divino¹⁰³ deu um enfoque totalmente distinto à questão das paixões - os instintos e os apetites - que eram objeto de grande preocupação no pensamento medieval; assim, aquilo que era objeto de repressão, passou a merecer atenção como objeto de estudo, como um dado da natureza para o qual se deveria encontrar algum arranjo que produzisse efeitos benéficos.

⁹⁹ Representada, segundo Hasbach, na Alemanha por Thomasius e Wolff; na França por Barbeyrac, Burlamaqui, de Felice e Vicat; na Inglaterra por Gershom Carmichael e na Filosofia Moral da Escócia por Hutcheson, Smith e Ferguson. *Ibid.*, p. 755-756.

¹⁰⁰ Para Hasbach, a noção dominante no mundo medieval é de que o homem, em virtude do pecado original, é incapaz de produzir o bem por ele mesmo, e o faz somente quando a graça divina opera nele ações virtuosas. A própria finalidade da vida se encontra noutra mundo e não neste, e o melhor que se pode atingir na vida é uma morte feliz. Os esforços devem se dirigir à repressão dos instintos, apetites e paixões; daí a exaltação da abstinência e da mortificação, daí a consideração do trabalho como uma arma contra a ociosidade e não como criador de riquezas. *Ibid.*, p. 777-778.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 786.

¹⁰² *Ibid.*, p. 778-779.

¹⁰³ O ato de obter dinheiro, por exemplo, antes desprezado como ambição e avareza na escala de valores medievais, tornou-se uma atividade honorável na modernidade; Hirschman recorda que para Santo Agostinho, que define a linha básica do pensamento medieval, os 3 pecados principais do homem caído, eram o desejo de dinheiro e posses; de poder e sexual. Cf. HIRSCHMAN, Albert O. *As Paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 17-18.

A questão da instituição da sociedade

Há um quadro intelectual no qual o Direito Natural renovado forneceu o arcabouço geral para a emergência do pensamento econômico na modernidade e, ao mesmo tempo, as paixões foram o objeto em torno do qual se pretendeu reconhecer a ação das leis naturais na sociedade humana, análogas às do mundo natural. Para Hirschman, buscava-se um equivalente para os preceitos religiosos; novas regras de conduta e instrumentos que impusessem a disciplina e as restrições tão necessárias aos governantes e aos governados “[...] e se pensava que a expansão do comércio e da indústria era muito promissora neste sentido”¹⁰⁴.

O advento da modernidade se deu no quadro de desagregação da ordem social tradicional e de seus valores, um processo que se efetuou desde o século XIII, e acelerou-se no século XVII segundo Rosanvallon.¹⁰⁵ Todavia, ele foi acompanhado pelo medo da dissolução social, pela busca de fundamentos sólidos para a instituição e regulação da sociedade, pois “o pensamento sobre a origem da sociedade e o pensamento sobre a harmonia do seu funcionamento são as duas faces de uma mesma investigação”¹⁰⁶. Esse autor entende que durante o século XVII predominou o tema da instituição da sociedade e o debate em termos políticos, enquanto no século XVIII predominou a questão da regulação social e o debate em termos jurídicos e econômicos.¹⁰⁷

No Direito Natural, Deus permanece como o criador da natureza, mas não mais da sociedade, que seria, nas palavras de Grotius, “um *estabelecimento humano*, por oposição a um estabelecimento divino”.¹⁰⁸ Assim, Deus deixa de ser o “gestor direto” do mundo para

¹⁰⁴ HIRSCHMAN. Op. cit., p. 133.

¹⁰⁵ ROSANVALLON. Op. cit., p. 21.

¹⁰⁶ Ibid., p. 23.

¹⁰⁷ Ibid., p. 25.

¹⁰⁸ Ibid., p. 22.

ocupar o papel de criador e arquiteto da natureza, da qual o homem faz parte. Portanto, os problemas da ordem social são causados pelo homem que, desconhecendo as leis naturais, forjou instituições sociais, em desarmonia com a natureza.

Dessa forma, a primeira grande questão da modernidade, de acordo com Rosanvallon, é pensar a sociedade como “auto-instituída”¹⁰⁹, pensá-la a partir do que ela é de fato, preocupação expressa por diversos autores da época, quando tratam “da natureza humana” e do “estado de natureza”¹¹⁰. O desejo de dar à sociedade um fundamento sólido requeria uma análise realista do ser humano, fundada no reconhecimento da natureza humana, condição necessária à uma análise científica.¹¹¹ A pretensão de tratar cientificamente os assuntos do comportamento humano, os assuntos morais, da mesma forma como já se tratava a natureza, consta abundantemente na literatura da época, sendo bem exemplificada por Helvetius quando ele afirma que “[...] a moral deve ser tratada como todas as ciências, e a moral deve ser desenvolvida como uma física experimental”¹¹², ou seja, advoga-se a elaboração de uma ciência das paixões, equivalente à ciência da razão nas matemáticas.¹¹³

Dessa maneira, as paixões tornaram-se objeto de uma Filosofia Moral que “só pode existir como ciência das leis da natureza humana”, segundo Hobbes¹¹⁴; e assim, deixaram de ser alvo de uma moral repressora e tornaram-se ponto de partida para a reflexão política.¹¹⁵ Aceitá-las e dirigi-las marca a nova atitude; governar seria a “arte combinatória das

¹⁰⁹ Ibid., p. 21.

¹¹⁰ Ibid., p. 23.

¹¹¹ ROSANVALLON. Op. cit., p. 23.

¹¹² Ibid., p. 23.

¹¹³ Para Holbach, aplicada à sociedade humana, a “razão é o ato de escolher as paixões a seguir para nossa felicidade”. HIRSCHMAN. Op. cit., p. 34.

¹¹⁴ ROSANVALLON. Op. cit., p. 24.

¹¹⁵ Ibid., p. 24-25.

paixões”¹¹⁶, cujo objetivo era compô-las de tal modo, que a sociedade pudesse funcionar harmoniosamente.¹¹⁷

Para Rosanvallon, foi nos termos da “aritmética das paixões” que a instituição original da sociedade foi pensada na modernidade por Hobbes, Pufendorf, Locke e Rousseau. Todos eles participam do movimento através do qual a Política se emancipou da Teologia ao pensar a sociedade como autoinstituída por alguma forma de contrato social, pois “não é mais a graça divina, mas sim um bom governo que pode remediar os erros do estado de natureza”¹¹⁸. O modo pelo qual cada filósofo concebeu as paixões humanas está estreitamente relacionado à caracterização do estado de natureza, do tipo de pacto ou contrato social e do tipo de sociedade civil resultante. Com Proudhon não seria diferente, para ele, o caráter científico que ele atribui ao seu socialismo - por oposição aos “utópicos” - estava fundamentado numa avaliação “científica” a respeito da natureza humana e das instituições que lhe seriam correspondentes. Mas, Proudhon pensou o contrato social em termos econômicos, e não mais em termos políticos; nesse sentido, ele é tributário da reflexão sobre o estado de natureza e a sociedade civil a partir de John Locke, quando verifica-se “a radicalização da ruptura com as teorias do direito divino” e a emergência do econômico na Filosofia.

A crítica do filósofo inglês ao Leviatã como “deus mortal” é dirigida à autoridade não consentida do monarca, que o coloca acima da lei, separado da sociedade civil, dotado de um domínio que só poderia encontrar justificativa coerente na doutrina do Direito Divino e jamais no quadro do Direito Natural.¹¹⁹ Como diz Rosanvallon, Locke não indica apenas um erro lógico em Hobbes e Pufendorf, pois sua divergência está enraizada noutra compreensão do estado de natureza. Tal como Hobbes, “concebe [...] que o fundamento do direito natural reside no instinto de conservação do indivíduo”; mas, diferentemente dele, rejeita que esse

¹¹⁶ HIRSCHMAN. Op. cit., p. 38-40.

¹¹⁷ ROSANVALLON. Op. cit., p. 25.

¹¹⁸ Ibid., p. 27.

¹¹⁹ Ibid., p. 33.

instinto conduza ao estado de guerra. Para Locke, o indivíduo expressa esse instinto de conservação através da propriedade.¹²⁰ Em Hobbes a conservação está ligada à defesa contra a violência; em Locke, à própria sobrevivência alimentar, ou seja, a possibilidade de saciar o próprio apetite. Ele retoma a doutrina do Direito Natural para fundamentar sua argumentação, que pode ser assim resumida: **a)** Deus deu a terra aos homens como bem comum; **b)** Deus também criou cada indivíduo livre, sendo cada um proprietário de si mesmo e, portanto, do trabalho de seu corpo; **c)** O homem tem direito à conservação: comer, beber e outros meios; **d)** os frutos “espontâneos” da terra não são suficientes (é preciso limpar, arar, semear, etc.). Decorre dos pontos anteriores que, ao tornar a terra produtiva, o homem acrescenta algo de seu trabalho à mesma, tornando-a sua propriedade privada. Finalmente, aquele que a violar atentará contra um Direito Natural, ameaçará sua conservação, ofenderá a sua liberdade pessoal.¹²¹ Assim, o raciocínio de Locke parte do apetite e termina na propriedade.

Hasbach destaca a importância crucial de Locke e o considera o primeiro autor moderno a reelaborar o Direito Natural com uma inovação fundamental: a inserção do direito de propriedade, ainda no estado de natureza. Dentro desta lógica, se a propriedade é o que garante a conservação do indivíduo no estado de natureza, a instituição da sociedade civil tem como objetivo assegurar a paz para que a propriedade – no sentido amplo que Locke confere ao vocábulo¹²² - seja salvaguardada.

Assim, Locke associa propriedade privada, liberdade e igualdade; e funda o individualismo político e social moderno, a teoria dos direitos fundamentais invioláveis e inalienáveis do homem e a teoria do Estado fraco, cuja única finalidade é proteger estes direitos.¹²³ Além disso, o texto de Locke anuncia a superação do debate em torno da

¹²⁰ Ibid., p. 33-34.

¹²¹ HASBACH. Op. cit., p. 756-757.

¹²² LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 2º Tratado, Livro II, Cap. IX, p. 494.

¹²³ HASBACH. Op. cit., p. 758. Esse argumento será contestado por Proudhon nas memórias sobre a *Propriedade*, nas quais ele examina se o direito de propriedade é ou não um Direito Natural.

instituição do social e o deslocamento do mesmo para a questão do funcionamento da sociedade¹²⁴, evidenciando que a teoria do pacto social tornou-se uma ideia disseminada naquele tempo.

A questão da regulação social

A partir do século XVIII, a sociedade civil passou a ser o terreno das reflexões filosóficas, mas os problemas ainda eram pensados nos termos de uma aritmética das paixões.

A filosofia de Montesquieu se inscreve neste contexto, reconhecendo o desejo de poder como uma paixão natural - porém destrutiva - que poderia ser contraposta por paixões da mesma ordem; e nisso se funda sua teoria da distinção e da separação de poderes.¹²⁵ Mas, esse autor também já apontava o comércio como um suavizador dos costumes¹²⁶, mitigando as paixões e promovendo a paz. Helvetius trabalhou sobre o mesmo terreno, mas condenou a complexidade dos esquemas de Montesquieu, demandando “um princípio organizador da sociedade tão simples quanto o da ordem divina contestada”, uma “máquina simples”¹²⁷. Nessa busca, ele identificou o “sentimento de amor por si”, que chamou de “interesse”, como a fonte das demais paixões e princípio sobre o qual poderia se assentar a ordem social.¹²⁸

A conversão das paixões em interesses é da maior importância e os termos, embora semelhantes, não designam as mesmas coisas; pois, segundo Helvetius, os vícios e as virtudes seriam exceções extremas dentre as paixões, enquanto o interesse seria a regra, uma espécie de ponto médio, algo razoavelmente constante, uniforme e previsível na natureza humana, ao contrário do caos engendrado pelas paixões extremas. Assim, ele buscava um equivalente às ciências da natureza e acreditava que o universo moral era governado pelas leis do

¹²⁴ ROSANVALLON. Op. cit., p. 35.

¹²⁵ Ibid., p. 40-41.

¹²⁶ Ibid., p. 41.

¹²⁷ Ibid., p. 41.

¹²⁸ Ibid., p. 42.

interesse¹²⁹, assim como o mundo físico era governado pelas leis do movimento. Em suma, ele julgou ter encontrado no interesse o equivalente da gravidade, e se o último regia o mundo da mecânica, dos corpos, o primeiro poderia reger a sociedade humana e, por conseguinte, tornar-se objeto da política.¹³⁰

Dessa forma, o destino dos países dependeria da convergência entre os interesses particulares e os interesses gerais, a economia das paixões se reduziria a uma economia dos interesses, a Política seria a arte de combiná-los e as filosofias políticas de Rousseau, Montesquieu, Helvetius, Beccaria e Bentham sobre a política e a legislação podem ser lidas como diferentes soluções para essa questão. No entanto, política e legislação eram formas artificiais para gestar uma harmonia que não parecia se realizar naturalmente e, além disso, estavam sempre sujeitas à arbitrariedade dos ocupantes do poder.

O vínculo social: paixões, interesses, necessidades, simpatia e o mercado

Na Grã-Bretanha do séc. XVIII, a questão da regulação social ocupou o centro do debate e a noção de interesse situou-se no primeiro plano para Mandeville e Hume, ainda que não tivesse uma conotação econômica e seguisse vinculada ao âmbito da política.¹³¹

Nesse quadro, Hume sugeriu que o verdadeiro guia do interesse eram as necessidades naturais do indivíduo, e assim, o interesse dispensaria o concurso de elementos artificiais e externos, tais como a legislação.¹³² Em seu *Tratado da Natureza Humana*, ele pretendeu harmonizar os interesses do indivíduo e o da sociedade, buscando um vínculo natural entre ambos que operasse sem o concurso de forças externas, assim, ele encontrou na noção de *simpatia* uma necessidade que faria o indivíduo moderar suas paixões mais perniciosas.¹³³

¹²⁹ HIRSCHMAN. Op. cit., p. 49-50.

¹³⁰ Ibid., p. 56.

¹³¹ Ibid., p. 47-48.

¹³² Ibid., p. 49-52.

¹³³ Ibid., p. 50.

A teoria da simpatia de Hume se inscrevia na busca de um fundamento natural para a sociabilidade; inspirados pelas ciências naturais, ele e Helvetius buscaram no aparente caos das paixões humanas algum elemento comum e estável passível de regulação. Foi nesse sentido que Helvetius privilegiou o interesse em meio às variadas paixões e que Hume associou o interesse à necessidade e buscou o conceito de simpatia.¹³⁴ Foi a partir dessa mesma perspectiva que o professor de Filosofia Moral Adam Smith¹³⁵ escreveu sua *Teoria dos Sentimentos Morais*¹³⁶.

De fato, bem antes da *Riqueza das Nações*¹³⁷, esse autor já buscava um fundamento natural para a regulação da sociedade, que prescindisse dos meios políticos e legislativos¹³⁸, tanto que na TSM, ele classificou as paixões de acordo com sua capacidade para suscitar a simpatia¹³⁹ alheia e, conseqüentemente, reforçar a sociabilidade.¹⁴⁰

Inspirado na mecânica de Newton, Smith observou a natureza como uma máquina perfeita dotada de uma ordem natural estabelecida por um Deus criador. Observar a natureza, neste contexto, equivalia a contemplar a perfeição e, portanto, o ideal da razão¹⁴¹ e a TSM é percorrida do início ao fim por este princípio. Assim, se o homem aceitasse suas limitações e agisse em função de suas inclinações naturais, estaria atuando conforme o plano divino. Mas, quando o homem se propunha a governar o universo, usurpava a função divina, agia

¹³⁴ Foi sobre a noção de interesse que Proudhon fundamentou as possibilidades de uma sociedade mais solidária “[...] a fraternidade, a solidariedade, o amor, a igualdade, etc., só podem resultar de uma conciliação dos interesses, ou seja, de uma organização do trabalho e de uma teoria da troca.” PROUDHON, P.-J. *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. (Oeuvres complètes, 2) p. 271-272.

¹³⁵ Ignatieff lembra que “[...] se voltamos ao começo de Smith como professor de Jurisprudência, se faz evidente que a linguagem disponível para a análise social tratava as relações sociais em termos de direitos e obrigações jurídicas.” IGNATIEFF. Op. cit., p. 234.

¹³⁶ SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais ou Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Daqui para diante o livro será referido como TSM no texto e nas notas.

¹³⁷ SMITH, Adam. *Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril, 1984. Daqui para diante o livro será referido como RN no texto e nas notas.

¹³⁸ ROSANVALLON. Op. cit., p. 51-53.

¹³⁹ Cuja melhor tradução do significado em português é *empatia*.

¹⁴⁰ Nesse sentido, ele avaliou que as paixões medianas são aquelas que geram maior simpatia, o que o levou a valorizar a moderação, a temperança, a prudência e a frugalidade. SMITH. TSM, p. 24-31.

¹⁴¹ HASBACH. Op. cit., p. 773.

arbitrariamente e criava uma ordem artificial e desarmoniosa. Foi dentro deste quadro que Smith criticou a religião e o Direito Positivo na TSM.

Embora Deus tenha dotado os homens de inclinações naturais, o fato é que o próprio Smith reconheceu que elas não se manifestavam plenamente na sociedade. Assim, a ordem natural parecia aviltada e para torná-la vigente seria necessário, em primeiro lugar, reconhecê-la, o que se faria com o concurso da razão humana.

Dessa forma, o conhecimento da natureza deveria fundamentar uma nova moralidade para a sociedade, por isso Smith avaliou e criticou todos os sistemas morais anteriores como insuficientes¹⁴² e tencionou construir um sistema que superasse tanto a Ética quanto a Jurisprudência, avaliando que “todo sistema de lei positiva pode ser considerado uma tentativa mais ou menos imperfeita de se atingir um sistema de jurisprudência natural, ou uma enumeração das regras particulares da justiça”. Porém, como o conhecimento do homem sobre as leis naturais, aplicáveis à sociedade, ainda era falho, o Direito Positivo não podia ser considerado um sistema de justiça natural.¹⁴³

A TSM revela a influência da doutrina dos direitos naturais, pois Smith considera sua investigação como um desenvolvimento do trabalho e das intenções de Grotius¹⁴⁴; pois, para ele, o estabelecimento dos princípios morais sobre os quais devia se fundar a sociedade era o assunto mais importante e menos cultivado das ciências: a “Jurisprudência Natural”¹⁴⁵. Todavia, embora aponte a necessidade de uma verdadeira jurisprudência natural, baseada na moralidade do indivíduo, ele não se satisfaz com os resultados que apresentou na TSM.¹⁴⁶

¹⁴² Os antigos moralistas que fundaram a Ética (Aristóteles, Cícero) portaram-se como críticos literários e, para Smith, eram imprecisos. Já os casuístas da Idade Média e os que lidaram com a jurisprudência natural portaram-se como gramáticos e prescreveram regras precisas, porém injustas e arbitrárias, porque ignoram as condições de fato e pretenderam julgar igualmente coisas desiguais. Cf. SMITH. *TSM*, p. 409-412.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 426-427.

¹⁴⁴ “Grotius parece ter sido o primeiro a intentar oferecer ao mundo algo semelhante a um sistema de princípios que deveriam perpassar e fundamentar as leis de todas as suas imperfeições, talvez seja até hoje a obra mais completa que já se fez sobre esse assunto.” *Ibid.*, p. 427.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 273.

¹⁴⁶ Seja quando trata da *simpatia* (*empatia*), seja quando fala que o “homem tem ‘vice-reis’ instalados por Deus

Dessa forma, se a regulação externa - exercida pelo outro - mantinha o problema da autoridade do homem sobre o homem, a regulação interior - exercida por cada indivíduo - parecia-lhe muito frágil para garantir a ordem social. No final do livro, ele admitiu que investigação relativa à regulação social não se resolvia com a TSM; tanto assim, que anunciou seus próximos passos:

Em outro discurso tratarei de explicar os princípios da lei e do governo, e das diferentes revoluções que experimentamos nos diferentes tempos e períodos da sociedade, não apenas no que diz respeito à justiça, mas à ordem e à fazenda pública, ao exército e tudo o que mais seja objeto da lei. Portanto, não me estenderei nesta obra, sobre as minúcias da história da jurisprudência.¹⁴⁷

Esse “outro discurso” anunciado era *Riqueza das Nações*, caracterizada como uma “história da jurisprudência”. Assim, na avaliação de Rosanvallon, o pensamento de Smith se “economiciza” porque a TSM não respondeu satisfatoriamente à questão da regulação social, pois a benevolência natural ali cogitada, não o satisfaz como explicação suficiente para os laços sociais. Por conseguinte, nessa linha de interpretação há uma continuidade entre TSM e RN, e assim:

Smith tornou-se economista quase sem saber. A economia não será para ele um domínio separado da investigação científica: verá aí o resumo e a essência da sociedade, o terreno sólido sobre o qual a harmonia social poderá ser pensada e praticada. De fato, Smith quase tornou-se economista por necessidade filosófica. Cremos poder ler, nesse movimento, a figura da modernidade tal como ela se dispõe no fim do século 18.¹⁴⁸

No mesmo sentido, Louis Dumont pondera que “[...] a ideologia econômica não se introduz por arrombamento no pensamento moderno, mas se afirma no seu movimento mais interior e mais necessário”; a Economia enquanto Filosofia constituiu-se paulatinamente como a

dentro de nós”, que condenam ou aprovam nossos atos e paixões, Smith não deduz daí que eles fossem suficientes para garantir a moralidade social. Cf. *Ibid.*, p. 200.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 428.

¹⁴⁸ ROSANVALLON. *Op. cit.*, p. 54-55.

resposta aos problemas mais decisivos dos séculos XVII e XVIII: os da instituição e da regulação do social, que não encontraram solução seja na Política, no Direito ou na Moral.¹⁴⁹

Hasbach mostra que a ideia da liberdade econômica, entendida como simples direito do indivíduo em buscar seus interesses, teve imensa dificuldade de ser aceita.¹⁵⁰ Somente a promessa de uma nova ordem (natural ao invés da ordem artificial reinante), onde se incluía a liberdade econômica, fez com que a ideia ganhasse terreno, pois dessa forma, o egoísmo conduziria à utilidade pública. Assim, a inovação representada pela ideia de liberdade econômica precisou ser conformada e veiculada no interior de uma linguagem política, reconhecida e suficientemente poderosa para que fosse aceita: o Direito Natural.

Foi no quadro comum do Direito Natural e da Ilustração que Smith e Quesnay estabeleceram a liberdade econômica¹⁵¹ como uma lei natural a partir da teoria de Locke¹⁵², e isso explica as semelhanças entre suas teorias: as raízes no deísmo otimista do séc. XVII e XVIII; a defesa dos direitos naturais; a liberdade da vida econômica e a aliança entre ordem natural e econômica¹⁵³; ainda que existam claras divergências entre as ideias de ambos.¹⁵⁴

¹⁴⁹ DUMONT, Louis. *Homo aequalis*. Apud Ibid., p. 55.

¹⁵⁰ Embora o pensamento de Turgot - de que “em geral todo homem conhece melhor seu próprio interesse que um outro homem qualquer, para quem esse interesse é completamente indiferente” - pudesse ser aceito como uma verdade para caracterizar a vida cotidiana, esse mesmo pensamento causava temores em relação aos seus efeitos sobre a ordem social, pois nada parecia garantir que o interesse individual coincidisse com o geral. Nessa condição, a ideia de liberdade econômica não foi convincente e sempre causou o temor de que o “cada um por si” abalasse os laços sociais. HASBACH. Op. cit., p. 753-754.

¹⁵¹ Ibid., p. 753.

¹⁵² O primeiro apoiando-se em Hutcheson, o segundo em Wolff e Cumberland. Ibid., p. 767.

¹⁵³ Os vínculos da Economia Política com o Direito Natural eram tão fortes que Dupont de Nemours combateu Jean-Baptiste Say com indignação quando este último quis definir a Economia Política como “a ciência das riquezas”. Dupont de Nemours pretendia que a Economia Política fosse descrita como “a ciência do direito natural aplicado como deve sê-lo às sociedades civilizadas”. Ibid., p. 767.

¹⁵⁴ Smith acredita na harmonia entre a vontade de Deus e a felicidade dos homens, Quesnay quer introduzir a ordem natural de forma artificial (Estado), a ordem social natural deve ser imposta através de uma ordem legal; para Quesnay a lei natural depende de leis jurídicas (econômicas), para Smith depende da atitude moral do indivíduo; Quesnay influenciado por Cumberland, Burlamaqui e Malebranche; Smith por Shaftesbury e Hutcheson. Ibid., p. 776.

A ideologia econômica como solução para os dilemas do séc. XVIII

A emergência da ideologia econômica ocorreu na medida em que ela forneceu respostas para a questão da paz internacional, para os fundamentos do pacto social e para a evolução histórica universal.

A frequência das guerras fez da paz, civil ou entre as nações, um dos problemas crucial para a Filosofia Política no século XVIII. Todavia, no quadro da Filosofia Política do século XVII e XVIII, a questão da paz só encontrou solução satisfatória no plano civil. As reflexões políticas de Hobbes, Mandeville, Helvetius e Rousseau formulam soluções apropriadas para a paz civil, nas quais a sociedade, sob alguma forma de pacto, delega poderes a uma instância superior.¹⁵⁵ Contudo, no plano internacional, as nações se encontravam numa situação análoga à dos indivíduos num instável estado de natureza, sem que houvesse alguma instância de caráter universal capaz de harmonizar seus diferentes interesses.

Com a emergência da ideologia econômica, a ideia de um mercado que transcendia as fronteiras se afirmou, pois do “[...] ponto de vista do comércio, o mundo inteiro é apenas uma única nação ou um único povo, no interior do qual as nações são como pessoas”¹⁵⁶. E assim, a ideologia econômica abria a perspectiva de um mundo uno, passível de ser integrado pelo mercado, um mecanismo que civilizaria os costumes e socializaria as nações como se fossem indivíduos. Esse papel integrador do mercado foi visto como uma “arma da paz”, numa época em que o desenvolvimento de uma nação parecia significar perda para as demais, numa conta de soma zero, na qual o território era o índice que aferia o poder e a riqueza das nações.

Nesse quadro, a ideia de um mercado que transcendesse os limites da nação subverteu essa lógica, permitiu pensar numa conta de resultado positivo, uma vez que o comércio beneficiaria todas as nações envolvidas e contribuiria para a paz¹⁵⁷, requisito básico para

¹⁵⁵ ROSANVALLON. Op. cit., p 57.

¹⁵⁶ Dudley North, economista inglês (1641-1691) Cf. Ibid., p 58.

¹⁵⁷ A guerra toma a civilizada forma de concorrência, e torna-se instrumento da paz. Ibid., p. 59.

efetivação das trocas comerciais. Isso foi possível porque os conceitos econômicos foram desterritorializados e passaram a englobar o conjunto das nações, submetendo-as à lógica do mercado.¹⁵⁸ Assim, a ideologia econômica sobrepujou a lógica da Política, permitindo repensar a ordem internacional de forma mais satisfatória.

Dessa forma, o livre mercado inspirou a restauração de uma ordem universal, abalada pelo questionamento ao Direito Divino; sugerindo uma universalidade que transcendia as fronteiras nacionais e forjava uma nova unidade cosmopolita para o mundo. Mais do que isso, prometia uma universalidade que se realizaria sem o concurso de nenhuma autoridade humana, sem a subordinação do homem pelo homem, garantida apenas pela ação de uma “mão invisível” que substituía Deus pelo mercado.

Além disso, o conceito de mercado respondia à questão dos fundamentos de obrigação no pacto social. Hobbes solucionou a questão admitindo a necessidade de um Estado coercitivo em relação ao indivíduo; Rousseau pretendeu fundar o pacto no livre comprometimento de cada um; Helvetius (e depois Beccaria e Bentham) imaginaram utilizar as leis para garanti-lo. Todas essas soluções pressupunham alguma autoridade responsável pelo governo da ordem social, ao passo que o mercado permitia pensar num vínculo social sem autoridade¹⁵⁹, numa “[...] lei reguladora da ordem social sem legislador; na qual a lei do valor regula as relações de trocas entre as mercadorias, e as relações entre as pessoas são entendidas como relações entre mercadorias, sem nenhuma intervenção exterior”¹⁶⁰.

Porém, a fecundidade da ideologia econômica mostrou-se ainda maior, pois ela incorporou um tipo de uma explicação histórica para a evolução humana e a diversidade dos povos que reformulou radicalmente a questão da instituição do social e do estado de natureza. Trata-se da chamada “teoria dos quatro estágios”, segundo a qual a humanidade se

¹⁵⁸ Ibid., p. 59.

¹⁵⁹ Mesmo considerando que Smith esteve longe de defender a eliminação do Estado o que importa é que as relações sociais fundamentais se fazem sem o concurso do Estado.

¹⁶⁰ Ibid., p. 61.

desenvolvia por estágios baseados no modo de subsistência econômica (caça, pastoreio, agricultura e comércio) e determinantes do conjunto da vida social.¹⁶¹

Segundo essa teoria, a América estaria no primeiro estágio e a Europa seria o último da evolução “natural” da humanidade.¹⁶² Vários autores ao longo da história atribuíram algum papel às determinações econômicas¹⁶³, mas Meek ressalta que são aproximações parciais¹⁶⁴, ao passo que a “teoria dos quatro estágios” faz do modo de subsistência econômica “o” fator determinante. Para o autor, embora se possam encontrar precursores na França e na Escócia¹⁶⁵ que, partindo de estudos sobre direitos de propriedade, afirmaram que o poder segue a propriedade¹⁶⁶; os verdadeiros “inventores” da “teoria dos quatro estágios” foram Turgot e Smith. Por conseguinte, a teoria foi acolhida no interior da Fisiocracia e da Economia Política e inseriu as diferentes nações do mundo numa sequência histórica cujo fundamento seria o mesmo: as condições materiais de subsistência.

Nas duas últimas décadas do século XVIII a teoria dos quatro estágios alcançou seu apogeu e foi usada pelos economistas na construção de um novo sistema de Economia Política¹⁶⁷; Meek vai além e considera que “[...] os grandes sistemas da economia política clássica do século XVIII surgiram da teoria dos quatro estágios”¹⁶⁸. Assim, os iluministas escoceses integraram o modelo de mercado numa teoria social capaz de compreender a

¹⁶¹ MEEK, Ronald Lindley. *Economia e Ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 6.

¹⁶² Ibid., p. 64-65.

¹⁶³ Embora não equivalassem a essa teoria, segundo Ronald Meek, tradições como os escritos sobre as origens históricas da propriedade (de Grotius, Hobbes, Pufendorf e Locke), a teoria providencial baseada na escatologia bíblica - que de certa forma acabou secularizada por Bossuet - e os debates entre antigos e modernos (que ao comparar ambos em termos de progresso ou degeneração) induziram um tipo de pensamento histórico e contribuíram para a “teoria dos quatro estágios”. Cf. Ibid., p. 23-27.

¹⁶⁴ Montesquieu, por exemplo, relacionou o modo de sustento com as leis, mas essa não é a tônica de sua obra, sendo este apenas um entre os diversos fatores determinantes das leis para ele. Cf. Ibid., p. 33-35.

¹⁶⁵ John Millar já falava do modo de subsistência como um grande motor oculto. Cf. Ibid., p. 161.

¹⁶⁶ Ibid., p. 101.

¹⁶⁷ Ibid., p. 174.

¹⁶⁸ Ibid., p. 217.

anatomia da “sociedade comercial” nascente.¹⁶⁹ Nesse sentido, a “teoria dos quatro estágios” afirmava que o processo histórico era autônomo, movido pela máquina econômica, governado por leis e passível de ser estudado, constituindo um campo adequado para uma ciência social. Tudo isso esteve presente na emergência da Economia Política¹⁷⁰, que ao propiciar um esquema explicativo baseado na evolução dos modos de subsistência, inaugurou uma dimensão histórica para a política e para instituição do social.¹⁷¹ Assim, a “teoria dos quatro estágios” reconfigurou e substituiu a escatologia religiosa cristã por uma solução secular, prometendo uma felicidade terrena para futuro.

Pode-se dizer então que, com a ideia de mercado, a ideologia econômica articulada no interior do Direito Natural, respondeu à questão da regulação do social oferecendo uma solução para a paz entre nações e um novo fundamento para o pacto social; além disso, ofereceu uma explicação sobre a diversidade de situações entre os vários povos do mundo, inserindo-os numa evolução histórica universal, que supostamente caminharia para um aumento da felicidade geral.

A ideologia econômica como utopia liberal pré-capitalista

Todavia, segundo Rosanvallon, o triunfo da ideologia econômica foi possibilitado pela enorme distância entre a sociedade concreta e o discurso econômico¹⁷², pois no último quartel do século XVIII, auge da Economia Política Clássica, o capitalismo encontrava-se num estágio nascente e a ciência econômica podia representar a promessa de um mundo melhor.¹⁷³

Nesse contexto, a ideia de mercado foi em grande medida uma utopia liberal pré-capitalista; mas, ao longo do século XIX, “[...] os verdadeiros resultados sociais e econômicos

¹⁶⁹ IGNATIEFF. Op. cit., p. 231-233.

¹⁷⁰ MEEK. Op. cit., p. 218.

¹⁷¹ ROSANVALLON. Op. cit., p. 61-63.

¹⁷² Ibid., p. 248.

¹⁷³ Ibid., p. 255.

do capitalismo provaram ser menos felizes do que tinham sido previstos”¹⁷⁴ e passaram a se distanciar das promessas da ideologia econômica. Como bem expressaram os chefes de oficina de Lyon em 1832, “[...] a ordem das coisas mudou, mas o despotismo, eliminado dos castelos, se refugiou nos mostradores”¹⁷⁵. Assim, confrontada com a realidade, a Economia Política, na primeira metade do século XIX, perdeu seu encanto; na expressão de Carlyle a *gay science* cedeu lugar à *dismal science*.¹⁷⁶ Diante disso, o liberalismo de maneira geral e, particularmente, a Economia Política¹⁷⁷ limitaram suas ambições; pois, como diz Rosanvallon,

[...] o liberalismo, como ideologia econômica desenvolvida é impensável na sociedade capitalista do século XIX. Só pode existir na medida em que se traduz numa outra ideologia, anunciando um mundo futuro, ainda não realizado. Com efeito, por ser uma utopia, a ideologia econômica só pode se desenvolver: e só pode ser pensada num contexto que não sofra a pressão do capitalismo e da revolução industrial. A utopia só existe antes de qualquer possibilidade de invalidação histórica.¹⁷⁸

Nessa situação, coube ao socialismo tornar-se portador das promessas de futuro¹⁷⁹, até porque ele se desenvolveu a partir do quadro intelectual do Iluminismo do séc. XVIII, cujos

[...] expoentes acreditavam firmemente (e com razão) que a história humana era um avanço mais que um retrocesso ou um movimento oscilante ao redor de certo nível. Podiam observar que o conhecimento científico e o controle técnico do homem sobre a natureza aumentavam diariamente. Acreditavam que a sociedade humana e o homem individualmente podiam ser aperfeiçoados pela mesma aplicação da razão, e que estavam destinados a

¹⁷⁴ HOBBSAWN. Op. cit., p. 331

¹⁷⁵ Rapport fait et présenté à M. le Président du Conseil de ministres sus les causes générales qui ont amené les événements de Lyon par deux chefs d’atelier, 1832. Apud ANSART. Op. cit., p. 222.

¹⁷⁶ Cf. GROENWEGEN, Peter. Thomas Carlyle, ‘The Dismal Science,’ and the Contemporary Political Economy of Slavery. *History of Economics Review*. Canberra, Australian National University) 34 (Summer 2001), p. 74-94. DIXON, Robert. *The Origin of the Term "Dismal Science" to Describe Economics*. Department of Economics, University of Melbourne, Working Paper No 1999/715.

¹⁷⁷ As obras de List, Sismondi e Walras expressam esse desencantamento. Cf. ROSANVALLON. Op. cit., p. 248-255.

¹⁷⁸ Ibid., p. 258.

¹⁷⁹ Hobsbawm escreve que a “[...] a economia política clássica em sua forma ricardiana podia virar-se, contra o capitalismo, fato este que levou os economistas da classe média posteriores a 1830 a ver Ricardo com alarme, e até mesmo a considerá-lo, como o fez o americano Carey (1793-1879), como fonte de inspiração de agitadores e destruidores da sociedade.” HOBBSAWN. Op. cit., p. 335. Uma preocupação que legítima quando se observa o surgimento de ricardianos de esquerda.

seu aperfeiçoamento na história. Com isso concordavam os liberais burgueses e os revolucionários socialistas proletários.¹⁸⁰

No que tange ao anarquismo de forma geral, diversos autores apontaram sua afinidade com o Direito Natural¹⁸¹ e os pressupostos da ideologia econômica. Para Laslett “a doutrina da virtude política natural é anarquista em suas implicações genéricas” e os contemporâneos de Locke teriam considerado anárquica sua afirmação de que “em questões políticas extremas não existe um apelo final a não ser Deus – que significa combate, revolução”¹⁸². O liberal radical William Godwin – cujo principal texto motivou o ensaio sobre a população de Malthus¹⁸³ – foi considerado um pioneiro do anarquismo¹⁸⁴, pois, seu pensamento tem como horizonte intransponível “[...] a sociedade de mercado como lugar da extinção do político”¹⁸⁵. Nesse sentido, segundo Rosanvallon, a ideia de uma “[...] auto-suficiência da sociedade funda a perspectiva de uma extinção da política, de um definhamento do Estado em

¹⁸⁰ Ibid., p. 326.

¹⁸¹ Isaiah Berlin estima que o estoico Zenão, expoente do Direito Natural na antiguidade, foi “o primeiro anarquista utópico, o fundador de uma longa tradição”, indicando a semelhança entre a antiga doutrina estoica dos direitos naturais e os pressupostos básicos do anarquismo moderno (BERLIN, Isaiah. *Limites da Utopia*: capítulos da história das idéias. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 30-31.) A menção a Zenão sugere uma genealogia do anarquismo que caminhará da antiguidade até o anarquismo moderno. Isso foi proposto por Kropotkin, quando escreveu uma síntese histórica do anarquismo no verbete “Anarquismo” encomendado pela Enciclopédia Britânica de 1905. Ali, pela primeira vez, se considera Zenão como o primeiro anarquista; versão que depois seria vulgarizada em histórias do anarquismo que buscavam remontar suas origens desde a antiguidade.

¹⁸² Segundo Laslett, as ideias de Locke sobre o poder são “anarquistas” na medida em que consideram “[...] o Estado, a sociedade e o governo como desnecessários, acidentais ou simplesmente como uma infelicidade”, e que somente a corrupção, o vício e a degeneração de alguns tornaram necessário estabelecer comunidades separadas da comunidade vasta e natural formada pela espécie humana como um todo. LASLETT, Peter. Introdução. In: LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 172.

¹⁸³ *An Essay on the Principle of Population* de Malthus foi escrito como resposta a *An Enquiry Concerning Political Justice* de Godwin de 1793. Cf. POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campos, 1980, p. 130.

¹⁸⁴ Na *Histoire de l'économie politique en Europe*, de Blanqui, Godwin é tido como adepto da doutrina das “simpatias naturais”, sem nenhuma menção a ele como socialista ou anarquista (BLANQUI, Adolphe-Jérôme. *Histoire de l'économie politique en Europe*: depuis les anciens jusqu'à nos jours. Paris: Guillaumin et cie, 1882. p. 136). Proudhon rejeita qualquer identidade com o “comunista” Godwin na única passagem que cita seu nome até 1847: “Malthus era sincero quando, respondendo às hipóteses de comunismo de Wallace, Condorcet, Godwin, Owen [...]” Cf. PROUDHON, P.-J. *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. (Oeuvres complètes, 2) p. 342. A apreciação de Godwin como anarquista ou precursor do anarquismo parece se iniciar na passagem do século XIX e XX com Kropotkin. Cf. PIOZZI. Op. cit. nota 5, p. 101.

¹⁸⁵ ROSANVALLON. Op. cit., p. 174.

benefício da sociedade civil”, pois não haveria lugar para uma instância separada de regulação e de orientação da ordem social no quadro de uma sociedade concebida como um mercado:

Assim, a aplicação dos princípios de Smith conduz ao anarquismo no sentido original do termo, ou seja, à representação de uma sociedade imediata a si mesma, que não precisa de organização separada de direção. Transposto para a política, o princípio da identidade natural dos interesses funda diretamente a tese anarquista.¹⁸⁶

Portanto, o fato de Proudhon ter principiado sua trajetória intelectual com uma crítica à propriedade enquanto Direito Natural e, logo a seguir, tenha direcionado suas atenções para a Economia Política, definindo o socialismo como “nada mais [...] que uma crítica profunda e um desenvolvimento incessante da economia política”¹⁸⁷, está em plena sintonia com o contexto intelectual no qual emergiu o econômico na modernidade e sua trajetória intelectual parece corresponder em grande medida à tese de Rosanvallon para quem

Proudhon será o herdeiro do liberalismo, entregue a seus pés. Como Saint-Simon, Proudhon estimará que ‘o século XIX está destinado a substituir no governo da humanidade, os princípios teológicos e políticos pelos princípios econômicos e sociais’. Para Proudhon o objetivo do socialismo é o de absorver o Estado na sociedade, de permitir à sociedade concreta ser mestre dela mesma. O Estado se reduz a uma espécie de “funcionário da sociedade.”¹⁸⁸

As relações entre economia e Economia Política: uma reflexão metodológica

Como a pesquisa adotou a distinção entre *economia* e *Economia Política* convém tecer algumas considerações metodológicas sobre as relações entre ambas, ou nos termos de Karl Polanyi, entre o significado *real* ou *substantivo* de economia e seu significado *formal*¹⁸⁹.

¹⁸⁶ Ibid., p. 169, grifo nosso.

¹⁸⁷ PROUDHON, Pierre-Joseph. *Système des Contradictions Économiques ou Philosophie de la Misère*. V. 1. Paris: Marcel Rivière, 1923. p. 76.

¹⁸⁸ ROSANVALLON, Pierre. *L'age de l'autogestion*. Paris: Seuil, 1976. p. 36.

¹⁸⁹ O conceito de *economia substantiva* designa os fatos empíricos enquanto a *economia formal* designa a elaboração lógica. POLANYI, Karl. *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris: Larousse, 1974, p. 289.

Donald Winch, em seu estudo sobre a aparição da *Economia* como ciência, afirma que, em geral, os estudiosos concordam que “algo ocorreu” para mudar o caráter dos escritos econômicos em meados do século XVIII.¹⁹⁰ Todavia, segundo ele, há um grande desacordo quanto à natureza deste “algo”. De um lado estariam aqueles que entendem a emergência da ciência econômica como um desenvolvimento autônomo da Filosofia; de outro, aqueles que consideram a nova ciência como crítica, explicação ou justificação das mudanças que se verificaram no mundo econômico.¹⁹¹ Assim sendo, a princípio seriam duas interpretações conflitantes sobre o desenvolvimento do conhecimento econômico: uma “idealista” e outra “materialista”.¹⁹²

Logicamente estas duas posições foram apresentadas de maneira esquemática por Winch. Todavia, este é um esquema útil para principiar a reflexão sobre a aparição da *Economia Política* ou *Economia* enquanto ciência.

A relação entre *economia* e *Economia Política* é particularmente difícil de captar, pois, segundo Louis Dumont, devido à primazia do ponto de vista econômico no mundo moderno, o mapeamento do que seja economia ou econômico não é uma tarefa fácil, donde se conclui que este ponto de vista deva estar profundamente enraizado na constituição mental do homem moderno.¹⁹³ Para este estudioso, o ponto de vista econômico é elemento central na ideologia moderna¹⁹⁴ e, por isso mesmo, difícil de ser isolado. Dessa maneira, o mapeamento do significado de economia e econômico adquire a conotação de uma tomada de consciência sobre os “[...] elementos de base da ideologia [...] quase sempre implícitos”, uma vez que “as

¹⁹⁰ WINCH, Donald. La aparición de la economía como ciencia, 1750-1870. In: CIPOLLA, Carlo. (Org.). *Historia Económica de Europa*. V. 3: La Revolución Industrial. Barcelona: Ariel, 1985. 6v. p. 519.

¹⁹¹ Para Winch, compartilharam dessa posição “historiadores da economia tão distantes entre si como Alfred Marshall e Karl Marx”, que interpretaram o desenvolvimento da Economia como um produto marginal da revolução agrícola e industrial que se difundiu pela Europa a partir de 1750. *Ibid.*, p. 517.

¹⁹² *Ibid.*, p. 519.

¹⁹³ DUMONT, Louis. *Homo Aequalis*. Bauru: EDUSC, 2000. p. 23.

¹⁹⁴ Dumont conceitua ideologia moderna da seguinte forma: “Chamo de ‘ideologia’ o conjunto das idéias e dos valores comuns em uma sociedade. Como existe no mundo moderno um conjunto de idéias e de valores que é comum a inúmeras sociedades, países ou nações, falaremos de uma ‘ideologia moderna’ [...]. Em geral, a ‘ideologia’ é muito semelhante àquilo que a antropologia americana chama de ‘cultura’ por oposição à ‘sociedade’ [...]” *Ibid.*, p. 11-16.

idéias fundamentais são tão evidentes e onipresentes que não têm necessidade de serem expressas”¹⁹⁵ Enfim, o que Dumont propõe é tomar a própria ideologia na qual estamos imersos como objeto de reflexão. Ele ilustra a ideologia econômica moderna considerando que:

[...] a tendência geral entre nós é aceitar, mesmo que seja à guisa de esquema familiar e útil, algo parecido com a construção marxista infraestrutura/superestrutura: em um pólo a vida material e as relações de subsistência, em outro, o resto, sejam as relações sociais, compreendendo as relações políticas, a religião, a arte e a ideologia em geral - concedendo-se ao primeiro pólo, pelo menos de forma hipotética, uma eficiência causal preeminente. Este ponto de vista é parte integrante de uma forte tendência ideológica contemporânea: é assim que a maioria de nossos contemporâneos gostam de representar as coisas em uma primeira aproximação [...]¹⁹⁶

Nessa perspectiva, as motivações humanas são descritas como “materiais” e “ideais”, e os incentivos sobre os quais a vida quotidiana está organizada proveriam das motivações “materiais”. Em relação à sociedade, propôs-se uma doutrina afim, segundo a qual as instituições eram “determinadas” pelo sistema econômico, que constituiria uma esfera separada.¹⁹⁷ O mercado seria uma instituição que acompanharia o desenvolvimento econômico da sociedade, tornando-se progressivamente mais amplo e dominante a cada etapa histórica. As sociedades ditas “primitivas” viveriam miseravelmente, com forças produtivas pouco desenvolvidas e submetidas a um árduo trabalho para obter sua subsistência.

Embora nas últimas décadas vários estudos históricos e antropológicos de relevância tenham colocado em xeque a perspectiva descrita acima, mais importante do que o juízo de valor sobre ela é reconhecer o quão forte é sua presença, afinal ela presidiu boa parte dos estudos históricos sobre as mais diversas sociedades e períodos.

¹⁹⁵ Ibid., p. 19.

¹⁹⁶ Ibid., p. 25.

¹⁹⁷ POLANYI, Karl. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de História das Idéias*, Porto, nº 1, 1978. p. 2.

Pierre Clastres concluiu que a noção de “economia de subsistência” das tribos indígenas era inapropriada¹⁹⁸, pois não há relação determinante entre a situação econômica e a ordem social, ou seja:

No que tange às sociedades primitivas, a mudança ao nível do que o marxismo chama de infra-estrutura econômica [ou do que os iluministas escoceses e Adam Smith chamaram antes de modo de subsistência] não determina de modo algum o seu reflexo conseqüente, a superestrutura política, já que esta surge independentemente da sua base material.¹⁹⁹

Trabalhando a partir dos conceitos de *economia substantiva* e *economia formal*, Karl Polanyi chegou a conclusões muito semelhantes àquelas de Clastres a respeito das “sociedades primitivas”²⁰⁰. Para o primeiro, as atividades de produção e distribuição mostram-se englobadas nessas sociedades, evidenciando a inexistência de uma economia enquanto esfera separada. Para sustentar sua argumentação, Polanyi se remete às pesquisas de Malinowski, Thurnwald e outros investigadores, enumerando diversos trabalhos que revolucionaram as pesquisas neste campo.²⁰¹

Estudando a antiguidade, Finley criticou a imposição de conceitos econômicos modernos às sociedades clássicas antigas, que sequer formularam elas mesmas um conceito de economia.²⁰² Para ele, “economia” e “econômico” são termos e conceitos modernos,

¹⁹⁸ Para Clastres essa economia não implicava em trabalho árduo sob tempo integral em busca do alimento. Constatada a existência de tempo livre, a ideia de economia de subsistência cai por terra, pois traz “a afirmação implícita de que, se as sociedades primitivas não produzem excedentes, é porque são incapazes de fazê-lo, inteiramente ocupadas que estariam em produzir o mínimo necessário à sobrevivência” CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 135-136. No mesmo sentido, Polanyi entende que “não existe inanição em sociedades que vivem à margem da subsistência” e que “[...] a contribuição inicial do homem branco para o mundo do homem negro consistiu principalmente em acostumá-lo a sentir o agulhão da fome.”. POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 1980. p. 167-168.

¹⁹⁹ CLASTRES. Op. cit., p. 141.

²⁰⁰ POLANYI, Karl. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, M. Conrad; PEARSON, Harry W. *Comercio y Mercados en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976a. p. 289.

²⁰¹ Id. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de História das Idéias*, Porto, nº 1, 1978. p. 6.

²⁰² Ele afirmou que “[...] é paradoxal que tenha escrito um livro intitulado *A Economia Antiga* ao mesmo tempo em que afirmo que os próprios gregos e romanos não possuíam qualquer conceito de ‘economia’”. FINLEY, M.I. *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1973. p. 5-6.

produtos do capitalismo²⁰³, que não podem ser aplicados de maneira automática a outras formações sociais²⁰⁴, avaliação corroborada por Cannan.²⁰⁵

No que tange ao período chamado mercantilista, a maior parte dos autores entende que a busca pela riqueza estava subordinada à busca pelo poder e que o desenvolvimento do comércio teria cumprido o papel de enriquecer e engrandecer o reino.²⁰⁶ Mas Viner lembra que há um nítido contraste entre a atitude no interior, estimulando o comércio e dissolvendo barreiras, e a atitude relativa ao exterior, erigindo proteções contra os demais países.²⁰⁷ Mais do que isso, a busca pela riqueza precisa ser matizada, pois, como destaca Polanyi, embora houvesse uma pressão deliberada no sentido de se criar um mercado interno:

[...] a terra permaneceu sujeita ao costume da propriedade feudal, do mosteiro ou da legislação urbana, dependente das limitações reais e costumeiras respeitantes aos direitos dos bens de raiz [...]” e “[...] o trabalho era regulado por leis contra a indigência e vagabundagem, por estatutos de trabalhadores e artífices, leis sobre a pobreza, ordenanças corporativas ou municipais [...]”²⁰⁸

²⁰³ A própria palavra *capitalismo* era ausente no vocabulário político da primeira metade do século XIX. O dicionário *Littre* não registra a palavra e o *Larousse du XXe siècle* a qualifica como neologismo. Jean Dubois mostra que a palavra começou a ser utilizada no final da década de 1860, quando capitalismo tinha sinônimos como “proprietarismo”, “parasitismo” e até mesmo, “vampirismo”. Para esse autor, o termo “capitalismo” foi difundido a partir de 1872 com M. Block (*Les Théoriciens du socialisme en Allemagne*, 1872. p. 48. Apud DUBOIS, J. *Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872. À travers les œuvres des écrivains, les revues et les journaux*. Paris: Larousse, 1962. p. 48-49; 88; 160; 161; 166). Braudel considera “[...] impossível empregar o termo sem anacronismo antes da era industrial”. Para ele, apenas no princípio do século XX a palavra surgiu com força nas discussões políticas, como o antônimo natural de socialismo; lançada nos meios científicos pelo livro de W. Sombart, *Capitalismo Moderno*, 1902. Cf. BRAUDEL, Fernand. A Produção ou o Capitalismo em casa alheia. In: _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVIII: os Jogos de Troca*. V. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 205-6.

²⁰⁴ A maior das histórias do pensamento econômico remonta à Antiguidade e se remete a Aristóteles e ao termo *oikos nomos* presente em seus escritos. Castoriadis lembra que as formulações sobre economia, igualdade e valor de Aristóteles estão contidas na Política, ciência “mais soberana e mais arquitetônica”, que subordina a estratégia, a economia, a retórica e a ética e pouco tem a ver com a acepção moderna do termo. Cf. CASTORIADIS, Cornelius. Valor, Igualdade, Justiça, Política: de Marx a Aristóteles e de Aristóteles até nós. In: _____. *As Encruzilhadas do Labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 357-358.

²⁰⁵ CANNAN, Edwin. *Repaso a la teoría económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1940. p. 1-3.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 5-11. Viner contestou esta tese argumentando que a riqueza e o poder eram objetivos complementares e de mesma importância no Mercantilismo. VINER, Jacob. Adam Smith e o Laissez-Faire. In: _____. *Ensaio selecionados*. Rio de Janeiro: FGV, 1972. p. 205-34; 272.

²⁰⁷ A luta por riqueza seguiu a lógica da luta por território na guerra e a noção de que “lucro para um, é, necessariamente, perda para outro” foi adotada pelos mercantilistas e aplicada ao país. *Ibid.*, p. 270-271.

²⁰⁸ POLANYI, Karl. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de História das Idéias*, Porto, nº 1, 1978. p. 4.

Com efeito, o mercado se restringia às mercadorias no sentido genuíno do termo, excluindo-se terra e trabalho. De maneira geral, é o Estado que impõe a “liberdade de comércio” nos limites do território nacional, ou seja, é a política mercantilista que destrói o protecionismo local das cidades.²⁰⁹

Mesmo quando se trata da Inglaterra no século XIX²¹⁰, Polanyi mostra a existência de uma série de entraves ao livre funcionamento do mercado, seja para a força de trabalho, para a terra ou para as mercadorias “genuínas” na forma de produtos. Ele destaca que o período mais ativo (1795 a 1834) da Revolução Industrial inglesa transcorreu sem que houvesse um mercado de trabalho livre. Somente em 1834, com a *Poor Law Reform*, o sistema de abonos foi extinto e o mercado de trabalho pôde se estabelecer plenamente.²¹¹ Ainda assim, levaria muito tempo para que o número de trabalhadores “produtivos” ultrapassasse os “domésticos”²¹². Sobre a terra, Polanyi ressalta que os cercamentos no campo inglês se estenderam até o século XIX e a conversão da terra em mercadoria - iniciada no século XIV - levou cinco séculos para se generalizar.²¹³ Quanto às “mercadorias genuínas”, ele salienta que as manufaturas de algodão - mais importantes do livre-comércio - foram criadas com auxílio do Estado e funcionaram com tarifas protetoras, exportações subvencionadas e subsídios

²⁰⁹ Cf. POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 1980. p. 79. Rosanvallon examina a importância do Estado para a formação do mercado, seja construindo este mercado (casos de França e Espanha), seja apoiando o fortalecimento de um mercado frágil e disperso (casos de Itália e Alemanha) Cf. ROSANVALLON. Op. cit., p. 135-151.

²¹⁰ POLANYI. Op. cit., p. 81. Ele define a economia de mercado como “um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados”.

²¹¹ Ibid., p. 92. Desde o estabelecimento da *Poor Law*, de 1536, e do *Statute of Artificers*, de 1601, o tecido social foi mantido estável na Inglaterra. O Decreto de Domicílio (*Act of Settlement and Removal* de 1662) impedia os deslocamentos da população pobre e só foi limitado em 1795. Mas, nesse mesmo ano, foi adotada a *Speenhamland Law*, que introduziu um sistema de abonos estatais que complementava os baixos salários até fazê-los alcançar um suposto nível de subsistência para o trabalhador. Essa legislação significava a interferência direta do Estado, impedindo a existência de um mercado de trabalho competitivo na Inglaterra. Cf. Ibid., p. 94-99.

²¹² Em 1862 haviam 775 mil trabalhadores industriais em todo o Reino Unido, e mais de 1 milhão de trabalhadores domésticos apenas na Inglaterra (Ibid., p. 98). Pelos dados se percebe mesmo em 1862 os trabalhadores improdutivos ainda predominavam na Inglaterra.

²¹³ Ibid., p. 182.

indiretos nos salários.²¹⁴ Além disso, no século XIX, o protecionismo era a regra e o livre-comércio, a exceção; e a própria Inglaterra só se tornou livre-cambista a partir de 1850, quando podia auferir grande vantagem de seu poder industrial.²¹⁵

Se uma economia de mercado é, conforme definiu Polanyi, “um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados” - ou fundamentalmente por mercados -, é preciso reconhecer que mesmo na Inglaterra a formação desse tipo de economia encontrou duros entraves, só removidos na metade do século XIX, quando a atividade econômica foi isolada e “[...] a sociedade humana tornara-se um acessório de sistema econômico”²¹⁶.

Como afirmou Polanyi, nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Porém, isto não implica na existência de instituições econômicas separadas²¹⁷ e, normalmente, a ordem econômica é apenas uma função da ordem social, na qual ela está inserida.²¹⁸ É para isso que apontam os estudos históricos e antropológicos aqui mencionados, diante dos quais parece não se sustentar a noção familiar - já mencionada por Dumont - de que as diferentes sociedades, em diferentes períodos, possuiriam uma articulação similar entre uma estrutura econômica

²¹⁴ Ibid., p. 144. Essa indústria, que lutava contra as regulamentações na esfera da produção, temia muito a liberdade de comércio nas trocas de mercadorias. Liberais, como Townsend e Ricardo, defendiam uma abolição gradual, estimada em 10 anos, para tarifas protecionistas. Além disso, é preciso lembrar que as *Corn Laws*, protetoras do mercado do trigo, só foram revogadas em 1846, mostrando o quão difícil foi a derrubada do protecionismo na Inglaterra (Ibid., p. 143.)

²¹⁵ ROSANVALLON. Op. cit., p. 241-242.

²¹⁶ Ibid., p. 84-87.

²¹⁷ Para Heilbroner, antes da modernidade a ideia de um sistema organizado com base no ganho pessoal ainda não criara raízes, e um mundo econômico isolado, auto-suficiente, ainda não surgira. Assim, o mundo dos negócios práticos estava inextricavelmente misturado com o mundo da vida política, social e religiosa, e, até que esses dois mundos se separassem - depois de uma longa e amarga batalha - não houve nada semelhante ao ritmo e ao aspecto da vida moderna. Cf. HEILBRONER, Robert L. *A História do Pensamento Econômico: as vidas, épocas e idéias dos maiores pensadores econômicos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 26.

²¹⁸ POLANYI. Op. cit., p. 84. Para Polanyi: “[...] não existe qualquer diferença entre uma sociedade primitiva e uma sociedade civilizada a este respeito. Se olharmos para a cidade-estado antiga, para os Impérios despóticos, para o feudalismo, para a vida urbana do século XIII, para o regime mercantilista do século XVI, ou o regulamentarismo do século XVIII - o sistema econômico encontra-se invariavelmente submergido no social. Os incentivos nascem de uma grande variedade de fontes, como o costume, a tradição, o dever público e a convicção privada, a prática religiosa e a filiação política, a obrigação judicial e a regulamentação administrativa estabelecida pelo príncipe, pela municipalidade ou pela corporação. Hierarquia e status, compulsão legal e ameaça de punição, a aprovação na vida pública e o bom nome da vida privada, asseguram que o indivíduo contribua com a parte que lhe compete para a produção [...]” Cf. POLANYI, Karl. *A nossa obsoleta mentalidade mercantil*. *Revista Trimestral de História das Idéias*, Porto, nº 1, 1978. p. 7-8.

determinante (o modo de subsistência ou de produção) e uma superestrutura determinada (política, jurídica, ideológica). Estes postulados seriam inaplicáveis às sociedades pré-capitalistas²¹⁹ e só fariam sentido a partir da modernidade, pois, como pondera Castoriadis:

[...] se o aspecto econômico só recebe uma atenção marginal em outras sociedades ou períodos históricos, não é porque a inteligência ou a reflexão eram menos “desenvolvidas”, nem porque o material econômico estava ausente ou era ignorado. É que a economia não se tinha constituído como monumento separado, “autônomo”, da atividade humana [...]²²⁰

Decorre daí que

[...] a idéia de que em todas as sociedades o desenvolvimento das forças produtivas ‘determinou’ as relações de produção e, em consequência, as relações jurídicas, políticas e religiosas, pressupõe que em todas as sociedades existe a mesma articulação das atividades humanas, que a técnica, a economia, o direito, a política e a religião são sempre e necessariamente separadas ou separáveis, sem o que esta afirmação é desprovida de sentido [...] Mas, isso é extrapolar ao conjunto da história a articulação e a estruturação próprias da nossa sociedade, que não tem forçosamente um sentido fora dela.²²¹

Em suma, os estudos históricos que tomam esses parâmetros para interpretar outras épocas e lugares estariam cometendo generalizações abusivas a partir do ponto de vista da ideologia econômica moderna, incorrendo, por isso mesmo, em anacronismo. Assim, o contraste entre os estudos históricos mencionados e as interpretações contemporâneas sobre as sociedades em tela colocou em xeque a validade universal dos postulados da ideologia econômica e, portanto, esse questionamento contribuiu para situar historicamente a emergência do ponto de vista econômico na sociedade.

Todavia, os estudos citados podem ser observados sob outro prisma, pois, ao negar a validade universal dos postulados da ideologia econômica, sugerem que os mesmos são

²¹⁹ No prefácio de *A Economia Antiga* Finley pede que os leitores considerem a hipótese que “‘economia’ e ‘econômico’ são, no seu sentido corrente, termos e conceitos modernos, produtos do capitalismo moderno que não podem ser aplicados de maneira automática [...] a outras formações sociais [...]” Cf. FINLEY. Op. cit., p. 5-6.

²²⁰ CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 24.

²²¹ *Ibid.*, p. 36.

válidos para a sociedade capitalista, moderna ou de mercado.²²² Nesse caso, quando se encontram determinados valores e atitudes eles devem necessariamente corresponder a uma determinada realidade.

Particularmente, quando encontramos o pensamento ou a ideologia econômica, também deve haver uma realidade econômica, uma economia de fato constituída como campo separado e autônomo. Desse modo, observa-se aqui a presença de um pressuposto básico da ideologia econômica, ou seja, a afirmação de que o mundo material determina o mundo das ideias e de que há um paralelismo entre ambos. Ora, isso sugere que toda possibilidade de compreensão de história das ideias econômicas reside numa realidade econômica que lhe seria correspondente.

Convém lembrar que há importantes ressalvas – dos próprios autores - a respeito dessa perspectiva. Por exemplo, Polanyi que, ao falar das grandes guerras do século XX, afirma que “(...) as origens do cataclisma repousam na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado auto-regulável”²²³. Quando o autor interpreta o liberalismo como um projeto utópico a ser implantado, está pressupondo um hiato entre a realidade e as ideias que buscam transformá-la. Ele também considera que “seria inteiramente a-histórico antecipar a política do *laissez-faire* para a época em que essa palavra-chave foi usada pela primeira vez na França, em meados do século dezoito”²²⁴. No mesmo sentido, Rosanvallon, acrescentando que a ideologia econômica precedeu a sociedade mercantil²²⁵, lembra o quão incipiente era o desenvolvimento da vida econômica britânica à época de Adam Smith²²⁶ e que este, como a

²²² A caracterização que cada autor utiliza para designar a sociedade que emerge (capitalismo, sociedade de mercado ou moderna), o caráter da mudança (mais gradual ou mais abrupta), e o período que cada qual indica como marco fundamental não importa aqui. O que merece destaque é a relação que eles estabelecem entre realidade e ideias, ficando implícito que as mudanças no plano das ideias seriam originárias de uma mudança da realidade social.

²²³ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campos, 1980. p. 47. grifo nosso.

²²⁴ Ibid., p. 141.

²²⁵ ROSANVALLON. Op. cit., p. 82; WINCH. Op. cit., p. 533.

²²⁶ Embora Smith se distancie da antiga concepção de Economia Política na *Riqueza das Nações*, ele ainda definiu a Economia Política como saber endereçado ao Estado: “A Economia Política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou

maior parte dos economistas e dos filósofos da época, não tinha em absoluto pressentido a Revolução Industrial.

Tais autores chamam atenção para a defasagem temporal entre o desenvolvimento da *economia* e o da *Economia Política*, mostrando que as ideias econômicas mencionadas não aguardaram o desenvolvimento da realidade econômica que supostamente seria determinante. Logicamente há uma relação entre a realidade social e as ideias, mas, como disse Pocock, "a velha noção de que a linguagem (ou a consciência) 'reflete' a sociedade parece ao historiador uma afirmativa que não presta suficiente atenção ao tempo"²²⁷. Afinal, os autores podem se antecipar aos fatos a partir de elementos e tendências pouco manifestas na sociedade, assim como se “atrasar” e demorar a “refleti-los”. Nesse sentido, uma perspectiva que insista em sincronizar realidade e representação pode tanto exagerar a precocidade da Revolução Industrial e a emergência do mercado como principal ordenador da vida social para que coincidam com o surgimento da *Economia Política* quanto caracterizar Adam Smith como apologista de um capitalismo no mínimo incipiente na sua época.

Assim, a interpretação da Economia Política baseada fundamentalmente na economia, desloca o objeto de estudo do plano das ideias para o plano da realidade econômica, no qual pretende lastrear suas certezas; porém, Dumont lembra que

[...] os fatos materiais ou extra-ideológicos não são os mais fáceis de ser reconhecidos, muito pelo contrário. A discussão continua sobre numerosas e importantes questões de fato, e o não-especialista raramente tem o sentimento de que um acordo, mesmo passageiro, tenha sido alcançado e sobre o qual ele possa se basear. Pode parecer estranho, mas é mais fácil formar uma idéia relativamente certa da *Riqueza das Nações* de Adam Smith que da situação da Inglaterra em 1776, ano de sua publicação.²²⁸

manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa enriquecer tanto o povo quanto o soberano.” SMITH. *RN*, Livro IV, p. 357.

²²⁷ POCOCK, John G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 56.

²²⁸ DUMONT. Op. cit., 41-42. Hobsbawm cita a existência de problemas semelhantes na datação da revolução industrial inglesa (HOBSBAWM. Op. cit., p. 44.)

Para ele, há uma considerável dificuldade em reconhecer esta situação, cujo motivo não é outro senão a aceitação geral - fruto da vigência da própria ideologia econômica - de que os fatos materiais seriam incontroversos, de que neles residiria, em última instância, a raiz e a verdade das ideias. Assim, as ideias econômicas escapam enquanto objeto, dissolvendo-se numa determinada realidade econômica, esta sim o objeto em questão. Num plano mais geral, essa era a preocupação de Dumont quando considerou que “isolar nossa ideologia é uma condição *sine qua non* para transcendê-la, porque ela é o veículo espontâneo do nosso pensamento e nela permanecemos encerrados por tanto tempo que não a tomamos como objeto de nossa reflexão”²²⁹. Enfim, a sugestão de Dumont é tomar o discurso econômico como objeto e, a partir dele, direcionar os esforços para a compreensão, valendo-se inclusive da realidade econômica, mas sem a expectativa de que ela forneça todas as respostas.

Diante disso, é possível retomar de outra perspectiva a reflexão metodológica sobre a relação entre *economia* e *Economia Política*, sobre as raízes do conhecimento econômico, pois esta pesquisa considera que tanto a interpretação “idealista” quanto a “materialista”, mencionadas por Winch, mostram-se insuficientes.

A perspectiva idealista, ao isolar as ideias de seu contexto social mais amplo, deixa de considerar acontecimentos e condições sociais que podem ter influenciado no desenvolvimento delas. Pelo mesmo motivo, deixa de apreender as motivações e intenções dos autores, cujos textos não eram fruto de uma reflexão desinteressada, mas sim de motivações deliberadas, muitas vezes com a finalidade explícita de intervir politicamente na sociedade. Resulta disso que a interpretação idealista, tomada dessa forma, conduz a uma história das ideias imanente, que geralmente pressupõe a existência de “ideias universais” e “elementos intemporais”²³⁰ transmitidos através dos grandes pensadores.

²²⁹ Ibid., p. 24-25.

²³⁰ SKINNER, Quentin. *Visões da Política: sobre os métodos históricos* (2002). Algs: Difel, 2005.

Por outro lado, a perspectiva materialista considera que a realidade material determina as ideias ou representações. No caso das questões econômicas, o desenvolvimento da *economia* determinaria o desenvolvimento da *Economia Política*. Entendida dessa forma, a concepção materialista reduz a realidade à *economia* e demanda um paralelismo histórico entre o seu desenvolvimento e o da *Economia Política* que não parece se sustentar.

Metodologia

Toda essa reflexão levou a pesquisa a adotar o *contextualismo* desenvolvido por Skinner e Pocock como metodologia inspiradora. A partir da década de 1960, esse método, situado no campo da História Intelectual, renovou metodologicamente a tradicional história das ideias. De fato, para efetuar essa renovação, historiadores de Cambridge – principalmente Skinner, Pocock e Dunn²³¹ - consideraram, em tese, as ideias como ação linguística contextualizada. Para esses autores, o recurso à Linguística se justifica, pois, como escreveu Pocock, "o presente de necessidades práticas em que os autores do passado se encontravam não é imediatamente acessível, dado que deve chegar até nós pela mediação da linguagem que eles usavam"²³².

Partindo desse pressuposto básico, este grupo de historiadores desenvolveu a metodologia do "contextualismo linguístico", cujo expoente foi Quentin Skinner. Sua crítica à tradicional história das ideias, iniciada com *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, de 1969, teve dois alvos, a saber:

1) o método "textualista", que, segundo o autor, escrevia a história das grandes ideias abstraída de seu contexto, recorrendo à hermenêutica como única ferramenta de prospecção

²³¹ Tanto Pocock quanto Dunn já haviam escrito artigos criticando a tradicional história das ideias antes da publicação do artigo de 1969, *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, de Skinner, que se tornou o texto divulgador da nova proposta metodológica. Conforme respectivamente, POCOOCK, John G. *The history of political thought: a methodological enquiry*. In: LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W.G. (org.) *Philosophy, Politics and Society*. Second Series. Oxford: Blackwell, 1962. p. 183-202 e DUNN, John. *The identity of the history of ideas*. In: _____. *Political Obligation in Historical Context: essays in political theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

²³² POCOOCK. Op. cit. p. 38.

do significado dos textos; pressupondo, como foi dito, a existência de "ideias universais" e "elementos intemporais". Para Skinner, o resultado de tal procedimento é a produção de uma série de "mitologias"²³³, originando interpretações anacrônicas, imputando aos textos e a seus autores conceitos e intenções impossíveis no contexto histórico em que atuaram.²³⁴

2) o "contextualismo sociológico", no qual Skinner inclui tanto algumas vertentes inspiradas pelo marxismo quanto uma da historiografia britânica, a namierista²³⁵, cujo método baseava-se na compreensão das ideias como simples reflexo ou epifenômeno do contexto social, entendido como a realidade material e as classes sociais.²³⁶ Embora aponte as insuficiências dessas metodologias, Skinner considera o contexto social um importante elemento para a compreensão das ideias.

A esse respeito, no prefácio de *As Fundações do Pensamento Político Moderno* (1978) - texto particularmente esclarecedor, Skinner explicou sua pretensão de "[...] enfocar a matriz mais ampla, social e intelectual", das obras dos pensadores clássicos. Quanto à matriz social, ele procurou identificar as características mais relevantes da sociedade, partindo do princípio de que a vida social faz com que certas questões sejam realçadas, colocando-as em pauta no debate de ideias de uma época. Todavia, o autor não considera as "superestruturas ideológicas" como um reflexo direto de sua base social. Nota-se claramente que o conceito de "matriz social" é bem mais amplo do que os fatores econômicos nela englobados. Para esse historiador, tão importante quanto os temas colocados pela sociedade é o contexto intelectual de uma determinada época, ou seja, a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível que contribuem para determinar as vias pelas quais certas questões virão a ser

²³³ Mitologias relacionadas entre si como a da *doutrina* (p. 32-38), a da *coerência* (p. 39-43), a da *prolepse* (p. 44-45) e a do *parochialismo* (p. 45-47). SKINNER, Quentin. *El retorno de la gran teoría en las ciencias humanas*. Madri: Alianza, 1988.

²³⁴ *Ibid.*, p. 30-56.

²³⁵ Inspirada em Lewis Bernstein Namier (27/06/1888-19/08/1960), historiador inglês, autor de *Structure of Politics at the Accession of George III, England in the Age of the American Revolution* e *History Of Parliament*. Namier estudou o comportamento político dos parlamentares ingleses no século XIX a partir dos grupos e classes sociais que eles representavam.

²³⁶ *Ibid.*, p. 56-63.

identificadas e discutidas. Para ele, este contexto intelectual é composto por obras e axiomas herdados do passado e por contribuições contemporâneas ao pensamento social e político em questão. Em suma, ele considera que o contexto social influencia a definição dos temas em debate e motiva inovações no discurso e que o contexto intelectual influencia as formas dentro das quais se dá esse mesmo debate.²³⁷

Usando essas premissas metodológicas os fundadores do “contextualismo linguístico” têm mostrado uma profícua produção historiográfica no campo da História Intelectual, na qual têm aplicado seus métodos, expostos, debatidos e fortalecidos com a absorção de algumas críticas. Assim sendo, os autores mencionados, concomitantemente, argumentaram a favor da História Intelectual e apresentaram os resultados práticos de seus trabalhos.

Portanto, a pesquisa considera que a formulação metodológica do “contextualismo linguístico” revela-se profícua para dar conta dos aspectos “reais” e “ideais” influentes no pensamento político, inclusive na *Economia Política*. A crítica do contextualismo, como já foi dito, teve dois alvos: o “textualismo”, perspectiva assemelhada ao idealismo; e o “contextualismo sociológico”²³⁸, perspectiva assemelhada ao materialismo; e sua formulação metodológica pode ser apreendida como uma tentativa de superação crítica dessas duas abordagens.

Quando se atenta para a noção de “contexto social” e “contexto intelectual” é perceptível o paralelismo que guardam com as abordagens criticadas, respectivamente, do “contextualismo sociológico” e do “textualismo”. Mais do que isso, os conceitos de “contexto social” e “contexto intelectual” induzem a pensar respectivamente nos aspectos materiais e ideais relevantes para uma história das ideias, remetendo às duas perspectivas dominantes

²³⁷ Id. *Fundações do Pensamento Político Moderno* (1978). São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 11., grifo nosso.

²³⁸ A crítica reconhece a importância do contexto social para a compreensão das ideias e as contribuições do marxismo: “[...] não só não rejeito em bloco como acho lamentável que a teoria social contemporânea o tenha descreditado tão integralmente (...) todos nós em nossa sociedade internalizamos a essa altura um pressuposto fundamental dessa metodologia, isto é, que o ser social determina a consciência em algum nível e num certo grau. É claro que o problema surge quando queremos determinar o grau e o nível exatos dessa determinação.” Entrevista de Skinner. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. O anjo e a história. *Folha de São Paulo*, 16 ago. 1998. MAIS! p. 5-7.

sobre o desenvolvimento do pensamento econômico mencionadas por Winch. Todavia, não há no contextualismo um posicionamento *a priori* sobre a predominância de um aspecto sobre o outro, apenas a indicação de que a compreensão deve considerar ambos e estabelecer suas relações.

Dessa forma, a metodologia exige que antes de passar à interpretação dos textos em questão, a pesquisa tenha o conhecimento mais amplo possível do contexto intelectual e social imediato dos mesmos. Essa demanda, bastante simples em sua formulação, exige um árduo trabalho de leitura e um razoável grau de erudição do pesquisador. Assim, a pesquisa buscou a mais ampla contextualização possível antes de passar ao exame dos textos de Proudhon. Porém, embora o contextualismo tenha norteado a pesquisa, seria inadequado considerar que a metodologia foi plenamente aplicada na pesquisa e caberá ao leitor avaliar até que ponto os resultados expressaram a opção metodológica definida.

Na prática, para dar conta do contexto social, a pesquisa recorreu aos estudos históricos que informam a respeito das condições gerais da sociedade em que ele viveu, escreveu e atuou. Além disso, as próprias fontes primárias fornecem informações relevantes sobre o contexto social. No que tange ao contexto intelectual, além da obra de Proudhon, a pesquisa procurou examinar fontes que tiveram influência na formação dele ou que dialogaram de alguma forma com seus escritos; valendo-se também da bibliografia que trata da história intelectual no período.

Núcleo das fontes e divisão dos capítulos

O núcleo das fontes é constituído pelos textos e cartas de Proudhon no período. A maior parte dessas fontes é citada repetidas vezes na tese e possui longos títulos; por isso, a partir o primeiro capítulo, elas serão referidas de maneira sucinta no texto e nas notas.

Abaixo, consta a referência bibliográfica completa das edições originais em ordem cronológica, com a designação utilizada na tese destacada em negrito quando for o caso:

Candidature a la pension Suard. Besançon, 1838.

*De l'utilité de la **célébration** du Dimanche, considérée sous les rapports de l'hygiène publique, de la morale, des relations de famille et de cité*. Besançon: Bintot, 1839.

Qu'est-ce que la propriété? ou recherches sur le principe de droit et du gouvernement. Paris: Brocard, 1840. (**1^a memória**)

Lettre à Blanqui, professeur d'économie politique au Conservatoire des Arts et Métiers, sur la propriété (deuxième mémoire sur la propriété). Paris: Prévot, 1841. (**2^a memória**)

Avertissement aux propriétaires; ou lettre á M.V. Considérant, rédacteur de La Phalange, sur une défense de la propriété (troisième mémoire sur la propriété). Paris: Prévot, 1841. (**3^a memória**)

Explications présentées au ministère public sur le droit de propriété (Cour d'Assises du Doubs, 03/02/1842). Besançon: 1842.

*De la **création** de l'ordre dans l'humanité; ou principes d'organisation politique*. Paris: Prévot, 1843.

De la **concurrence** entre les chemins de fer et les voies navigables. *Journal des Économistes, revue mensuelle d'Économie Politique et des questions agricoles, manufacturières et commerciales*. Paris, n° 42, p. 157-202, maio 1845.

Le Miserere ou la Pénitence d'un roi: lettre au R. P. Lacordaire sur son carême de 1845. *Revue Indépendante*, Paris, mar. 1845.

*Système des **contradictions** économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Guillaumin, 1846. 2 v.

Excetuando-se o artigo *De la concurrence entre les chemins de fer et les voies navigables*, tomado diretamente do *Journal des Économistes* onde foi publicado pela primeira

vez, para os demais textos, foram utilizadas as republicações das obras completas de Proudhon pela editora Marcel Rivière, cujo cuidado, tanto na estética quanto nas introduções, notas e comentários, é visível.

As cartas de Proudhon receberam atenção especial. Nesse caso foi utilizada principalmente a primeira edição delas: *Correspondance de P.J. Proudhon*. Paris: Librairie Internationale A. Lacroix et Cie, 1875. 14 v. Todavia, essa primeira edição não continha toda a correspondência de Proudhon, pois diversas cartas vieram à luz posteriormente em edições independentes da coleção editada pela Lacroix; algumas delas foram utilizadas no texto e estão referenciadas ao final da tese.

Os estudos e o livro de Sainte-Beuve, publicados meses após a morte de Proudhon, em 1865²³⁹, trazem na íntegra algumas cartas que não constam na edição Lacroix. Os textos do crítico literário situam-se num ponto impreciso entre as fontes e a bibliografia, pois foram editados após a morte de Proudhon, mas elaborados a partir de entrevistas e da convivência com o mesmo em seus últimos anos de vida. É, portanto, ao mesmo tempo uma biografia ilustrada por cartas, um testemunho pessoal e uma análise do socialista francês.

Os *Carnets*²⁴⁰ só foram utilizados ocasionalmente e os manuscritos inéditos obtidos junto à Biblioteca de Besançon não puderam ser aproveitados, seja porque se referem à década de 1850, seja pelo paciente trabalho de transcrição que demandariam. Além dos textos e cartas de Proudhon, a pesquisa se valeu de fontes relacionadas à Economia Política e ao socialismo, todas elas referenciadas ao final da tese.

A tese possui três capítulos, organizados segundo um critério cronológico e não temático, pois esse pareceu o melhor caminho para contextualizar a evolução das questões econômicas na obra de Proudhon. A organização temática dos capítulos (definição da

²³⁹ SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. P. J. Proudhon. *La Revue Contemporaine*, out.-nov.-dez. 1865. e _____ . *P.-J. Proudhon, sa vie et sa Correspondance*, 1838-1848. 5ª ed. Michel Lévy Frères, 1875.

²⁴⁰ PROUDHON Pierre Joseph. *Carnets: texte inédit et intégral établi sur les manuscrits autographes avec annotations et appareil critique de Pierre Hauptmann*. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1960. 4 v.

Economia Política, divisão do trabalho e valor, por exemplo) tenderia a forçar uma síntese uniformizante da posição do autor sobre cada tema, perdendo de vista seu processo evolutivo e isolando-os do contexto mais amplo. A única maneira de evitar esse risco, dando conta das diferentes formulações ao longo do período exigiria constantes digressões, o que não pareceu conveniente à melhor redação da tese.

O primeiro capítulo enfoca o período compreendido entre 1838 e 1842. Ele é balizado pelo ano em que Proudhon obteve a Bolsa Suard e vinculou-se à Academia de Besançon e por sua defesa perante a Corte de Apelação da província do Doubs. Antes de passar ao exame dos textos, o capítulo procurou situar a condição operária de Proudhon no contexto social francês da primeira metade do século XIX, traçando um breve panorama sócio-econômico da época e destacando alguns elementos da biografia do autor. O período coincide com a duração de sua bolsa e compreende a publicação de uma memória sobre a celebração do domingo, das três memórias sobre a propriedade e da defesa de Proudhon perante a corte do Doubs.

O segundo capítulo aborda o período entre 1842 e 1845. Nesse ínterim, Proudhon retornou a Besançon, publicou *Création* e mudou-se para Lyon, onde passou a trabalhar no ramo de transporte fluvial de cargas, tomou contato com o mundo dos negócios e com o movimento operário. O período compreende também a publicação de um importante artigo sobre a concorrência entre o transporte fluvial e ferroviário no *Journal des Économistes*.

O terceiro e último capítulo, que compreende os anos de 1845 a 1847, sobrepõe-se em parte ao terceiro e aborda vários temas como as relações de Proudhon com os economistas e com os socialistas, em especial com hegelianos de esquerda alemães; o período que precedeu a publicação de *Contradictions*; o livro em si, no qual o autor pretendeu ter passado a limpo suas investigações econômicas; a repercussão da publicação e o encerramento que Proudhon decreta para seu período crítico em 1847.

Capítulo 1

As primeiras memórias: da crítica da propriedade à crítica da Economia Política (1838-1842)

1.1 – Proudhon e sua condição operária nas primeiras décadas séc. XIX na França

O impacto político e social dos escritos de Proudhon advêm não apenas dos textos, mas também da condição social do autor, pois, desde o início de sua atividade intelectual, ainda em Besançon, ele chamou atenção por ser um membro da classe operária que buscava ocupar um espaço sempre destinado às classes superiores. Tal postura constituía uma grande novidade para a sociedade da época e para a elite francesa, que sempre se mostrou curiosa e ao mesmo tempo temerosa a esse respeito. Mais do que isso, ele se inseriu na academia, reivindicando sua condição operária, precisamente num momento em que a pobreza e as classes trabalhadoras – as “classes perigosas”¹, segundo uma expressão criada àquela época – tornavam-se objeto de investigação acadêmica.

Entre os autores e lideranças socialistas e republicanas, a presença de um operário também era uma novidade, uma vez que, até então, a imensa maioria dos socialistas e republicanos pertencia à classe média: advogados, jornalistas, artistas e profissionais liberais. Os operários eram minoria, poucos alcançavam a condição de liderança e normalmente eram agitadores de rua ou panfletários. Portanto, um operário que escrevia sobre temas eruditos e acadêmicos era, sem dúvida, uma inovação sem precedentes:

Diferentemente dos [socialistas] precedentes, Proudhon não faz estágio nem no sansimonismo, nem no fourierismo. Ele é Proudhon. Proudhon o autônomo, o isolado, o único [...] Coisa nova: aqui pela primeira vez, ou quase, um teórico socialista – e um teórico-militante – que não é *seigneur*, nem burguês, nem filho de burguês, nem politécnico, nem oficial, nem advogado, nem homem de letras. Ele é operário, filho de operário, ou quase [...]”²

¹ AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 118.

² LABROUSSE, Ernest. *Le mouvement ouvrier et les idées sociales en France de 1815 à la fin du XIX^e siècle*.

Assim, muitos enxergaram em Proudhon uma espécie de anúncio da emancipação operária, um representante de uma classe que se tornava consciente de seus próprios interesses. Mesmo Marx, que depois o criticaria com virulência, se mostrou admirado, pois o francês

não escreve visando somente o interesse dos proletários: ele próprio é proletário, operário. Sua obra é um manifesto científico do proletariado francês, e por isto ele se reveste de uma significação histórica muito maior do que qualquer outra elucubração literária da Crítica crítica.³

Mesmo depois desse período, entre os grandes autores socialistas do século XIX, qualquer que fosse a orientação, Proudhon seguiu sendo um dos raros de origem operária.

Dessa forma, todos os comentadores contemporâneos a Proudhon destacam sua condição social, relacionando-a ao teor de seus textos. Portanto, se é inegável essa influência na recepção de seus textos, interessa examinar aspectos de sua biografia, identificando com mais precisão sua posição no contexto sócio-econômico francês da primeira metade do século XIX; até porque diversos autores já interpretaram suas ideias como reflexo de determinadas classes sociais, em especial a pequena-burguesia⁴ e o campesinato.⁵

O objetivo deste trabalho não é reconstituir detalhadamente sua biografia - empresa que os outros autores já desenvolveram⁶ - mas sim melhor situá-lo no contexto social e

Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1964. p. 157.

³ MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 43, grifo nosso.

⁴ É a visão dominante em textos, marxistas ou não, que seguem a apreciação de Marx. E. H. Carr exemplifica bem esse juízo: "Proudhon permanece como figura solitária e excêntrica, anarquismo para pequenos círculos intelectuais, camponeses e pequenos artesãos "Os grandes batalhões da revolução industrial estiveram ao lado de Marx." CARR. Op. cit., p. 61. Assim também pensa HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas. La Teoría*. Alianza, Madri, 1977. p. 22.

⁵ Aimé Berthod considera a obra de Proudhon como um "socialismo para os camponeses". Cf. BERTHOD, Aimé. *Proudhon et le propriété: un socialisme pour les paysans*. Paris: Giard, 1910.

⁶ Entre os quais podem ser citados: CUVILLIER, Armand. *Proudhon*. Paris: Éditions Sociales Internationales, 1937.; DESJARDINS, Arthur. *P. J. Proudhon, sa vie, ses oeuvres, sa doctrine*. Paris: Perrin, 1896. 2 v.; DOLLÉANS, Édouard. *Proudhon*. Paris: Gallimard, 1948.; DOMMANGET, Maurice. *Proudhon*. Paris: Société univ. d'éd. et de librairie, 1951. (Les grands Éducateurs socialistes); DROZ, Édouard. *P. J. Proudhon*. Paris: Librairie des Pages libres, 1909.; GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983. (Biblioteca Básica de Filosofia); HALÉVY, Daniel. *La jeunesse de Proudhon*. Paris: Cahiers du Centre, 1913; HAUBTMANN, Pierre. *Marx et Proudhon, leurs rapports personnels (1844-1847)*. Paris: Économie et Humanisme, 1947.; HAUBTMANN, Pierre. *Pierre-Joseph Proudhon, sa vie et sa pensée 1809-1849*. Paris:

intelectual do período, por isso convém destacar alguns elementos no panorama da economia francesa da primeira metade do século XIX. Segundo o censo de 1841, a França tinha 34 milhões de habitantes, sendo que 25 milhões - 73,5% - viviam no meio rural⁷ e 54% sobreviviam da agricultura, que respondia pela maior parte do PIB⁸, superando a indústria e o comércio. De 1815 e 1840, a França viveu uma espécie de primeira fase da Revolução Industrial; a produção agrícola cresceu 50%, a de carvão sete vezes e a de ferro cinco vezes.

No setor industrial, as grandes fábricas eram minoria, predominando as manufaturas tradicionais.⁹ A mecanização acelerada, ainda uma exceção até 1848, contrastava com métodos antigos e, mesmo no ramo têxtil, persistiam níveis bastante desiguais nesse aspecto.¹⁰ Até o início do séc. XIX somente a indústria da mineração estava nas mãos de grandes companhias, que tinham nobres e magistrados entre os sócios. Na maior parte dos ramos, o capital comercial ainda dominava a pequena indústria.¹¹ Um bom exemplo disso era a indústria têxtil de Lyon, onde os grandes comerciantes controlavam as pequenas oficinas.¹²

A extensão da grande indústria, que acarretaria predominância do capital industrial sobre o comercial e promoveria a classe dos empresários industriais, ainda que se mostrasse

Beauchesne, 1982.; _____. *Pierre-Joseph Proudhon, sa vie et sa pensée 1849-1855 : les grandes années 1849-1855*. T. II. Paris: Desclée de Brower, 1988.; _____. *Pierre-Joseph PROUDHON, sa vie et sa pensée 1855-186 : les dernières années 1855-1865*. T. III. Paris: Desclée de Brower, 1988.; SAINTE-BEUVE, Charles Auguste. P.-J. Proudhon. *La Revue Contemporaine*, out.-nov.-dez. 1865.; _____. *P.-J. Proudhon, sa vie et sa Correspondance, 1838-1848 (1872)*. 5ª ed. Michel Lévy Frères, 1875; TRINDADE, Francisco. *O essencial de Proudhon*. São Paulo: Imaginário, 2001.; WOODCOCK, George. *Pierre-Joseph Proudhon, a biography*. London: Routledge & Kegan, 1956.; _____. O homem dos paradoxos. In: *História das idéias e movimentos anarquistas: a idéia*. V.1. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 116-160.; DIAZ, Carlos. *Las Teorias Anarquistas*. Zero: Madrid, 1977.

⁷ A população urbana era menos de ¼ da total; sendo que pelos critérios da época se considerava “urbana” toda população vivendo em cidades com mais de 2 mil habitantes. ANSART, Pierre. *El nacimiento del anarquismo*. Buenos Aires: Amorrutu, 1973. p. 62.

⁸ No final do período da Restauração (1814-1830) produto agrícola bruto era três vezes o industrial; no início do Segundo Império ainda era duas vezes maior. Cf. ANSART. Op. cit., p. 62.

⁹ Ibid., p. 38-39.

¹⁰ Ibid., p. 41-42.

¹¹ Até 1848 só a Inglaterra é verdadeiramente industrializada. Cf. HOBBSBAWM, Eric. *Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 235.

¹² ANSART. Op. cit., p. 43.

como uma tendência - cujo impacto era objeto de debate¹³ - não constituía uma realidade dominante. Portanto, até a primeira metade do século XIX, predominou a produção rural¹⁴ e artesanal, numa economia ainda pouco integrada e heterogênea, na qual formas do “passado” faziam-se muito presentes.¹⁵

As manufaturas artesanais ainda eram o setor mais importante no conjunto da produção industrial; entre 1835 e 1844, respondiam por 70% do produto industrial e do número de trabalhadores; entre 1860-1865, os artesãos ainda representavam de 70 a 75% da força de trabalho industrial; somente no final do séc. XIX o produto da indústria seria equivalente ao do artesanato. Outro dado importante é que a maioria das grandes indústrias situava-se fora dos centros urbanos onde a agitação operária e política era mais intensa. Em Paris e Lyon, a força de trabalho artesanal, os empregados em “artes e ofícios” constituíam a esmagadora maioria.

Assim, nada indicava desaparecimento da produção artesanal e o número de trabalhadores nesse setor chegou a aumentar ao longo do século XIX.¹⁶ Na França - como em todo lugar, à exceção da Inglaterra - o proletariado das grandes fábricas era minoria¹⁷ e seu papel no movimento socialista e revolucionário muito limitado, especialmente na primeira metade do século XIX.¹⁸ Apontando a heterogeneidade da estrutura econômica francesa, Ansart chama atenção para a composição das classes sociais, avaliando que burguesia,

¹³ A.-J. Blanqui comenta desaparecimento de pequenas oficinas: “[...] A indústria se organiza em fábricas imensas, parecidas com quartéis ou conventos, providas de uma maquinaria imponente, impulsionadas por motores de uma potência infinita. Os operários se aglomeram às centenas, às vezes aos milhares, nestes laboratórios severos [...]” *Les classes ouvrières em France pendant l’anée 1848*. Paris: Pangerre, 1849. p. 15. Apud Ibid., p. 40.

¹⁴ Segundo Ansart, o campo francês era bastante heterogêneo. As grandes propriedades respondiam por 4/5 do valor total das propriedades francesas; os camponeses minifundiários muitas vezes arrendavam outras terras para compor a renda, ou trabalhavam como diaristas em outras funções. Em 1860, metade das famílias camponesas não eram proprietárias de suas terras, sendo que 4/5 eram proletários agrícolas e 1/5 arrendatários ou meeiros. Entre os pequenos proprietários somente metade vivia exclusivamente de sua própria terra. Ibid., p. 63.

¹⁵ Ibid., p. 48-49.

¹⁶ A proporção de artesãos deveria ser ainda maior uma vez que se classificavam empresas muito pequenas como “indústrias”; entre 1835 e 1844, dos 4.250.000 trabalhadores “industriais”, mais de 2/3 eram do artesanato e menos de 1/3 das indústrias. Cf. Ibid., p. 69-71.

¹⁷ HOBBSAWM. Op. cit., p. 414.

¹⁸ LABROUSSE. Op. cit., p. 1.

campesinato e classe operária denotam uma classificação muito genérica, incapaz de apreender a realidade da época.¹⁹

Foi nesse contexto sócio-econômico que Proudhon viveu a maior parte de sua vida, iniciada em 1809, em Besançon – capital do Franco-Condado, próxima à fronteira leste com a Suíça e Alemanha. Era o mais velho de cinco irmãos, dois dos quais morreram nos primeiros anos de vida. Os pais dele viviam no *quartier* Battant, subúrbio pobre de Besançon²⁰, que contou com adeptos do republicanismo²¹ e do jacobinismo durante a Revolução e nos anos seguintes até o fim das guerras napoleônicas.²²

O casal Proudhon sobrevivia de uma atividade econômica urbana; ambos trabalhavam numa grande cervejaria da região cuja propriedade era do Sr. Renard. O pai trabalhava na produção da cerveja e a mãe realizava serviços gerais no mesmo estabelecimento. Com a falência da empresa, o pai de Proudhon tentou estabelecer uma pequena tonelaria e cervejaria por conta própria. Produzia e comercializava tonéis, além de vender cerveja no local, enquanto a mãe trabalhava como cozinheira e o filho ajudava os pais desde cedo na bodega.²³

Em 1820, aos onze anos de idade, Proudhon conseguiu uma bolsa de estudos, que o permitiu frequentar o *Collège Royal* de Besançon – de direção católica, embora seguisse ajudando os pais no trabalho fora da escola. Este seria o primeiro episódio de uma relação sempre conflituosa, entre o estudioso operário e o mundo escolar e acadêmico. O conteúdo

¹⁹ No que tange à classe operária, Georges Duveau tipifica quatro agrupamentos distintos: a) operários-camponeses muito ligados à vida rural, numerosos no 2º império; b) operários habitantes de centros urbanos de média importância, que trabalhavam em pequenos estabelecimentos diversificados, dispersos, com pouca diferenciação salarial, vivendo em locais sem grandes mudanças na vida social, onde a participação da cidade, na formação da identidade, era maior que a do trabalho; c) operários de pequenas cidades dominadas por uma grande indústria, situação na qual o operário era mais ligado à fábrica que à cidade; d) finalmente, os operários dos grandes centros urbanos, como Lyon e Paris que, de alguma forma, participam da vida intelectual da cidade, na qual predominava a cultura urbana sobre a cultura da oficina¹⁹. DUVEAU, G. 1946. Apud ANSART. Op. cit., p. 96-97.

²⁰ FEBVRE, Lucien. *Philippe II et la Franche-Comté*. Paris: Champion, 1911. p. 456.; HALÉVY, Daniel. 1913. Apud VINCENT. Op. cit., p. 13.

²¹ Como evidência da politização da cidade vale lembrar que além de Proudhon Charles Fourier, Vicor Considerant e Victor Hugo também eram de Besançon.

²² VINCENT. Op. cit., p. 16.

²³ SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. *Proudhon, su vida y su correspondencia*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945. p. 17-19.

dos estudos era focado em disciplinas humanísticas como Retórica, Latim, Grego, História e algo de Filosofia.²⁴

O ensino no *Collège Royal* acentuou seu conservadorismo durante a Restauração dos Bourbon. Nesses anos, a reação clerical na França alcançou o apogeu, incidindo intensamente sobre o ensino.²⁵ Pelos relatos sobre o período, verifica-se que Proudhon era o mais pobre entre os alunos da escola. Sem dinheiro para comprar sapatos, usava os tradicionais tamancos de madeira das famílias artesãs e camponesas; sendo rotineiramente advertido por “fazer barulho” ao caminhar, era obrigado a deixá-los do lado de fora da sala e assistir às aulas descalço. Da mesma forma, sem nenhuma condição de adquirir livros, copiava-os à mão tomando-os emprestados de colegas ou da biblioteca, da qual passou a ser frequentador assíduo, emprestando muitos livros por vez.²⁶ Fez todos seus estudos de línguas sem dicionário e foi punido diversas vezes por “esquecer os livros”²⁷. Contudo, Proudhon tomou gosto pelos estudos e se destacou, obtendo, desde o primeiro ano, menções honrosas e distinções pela excelência escolar. Os livros que ganhou como prêmio ilustram bem o espírito da escola: três vezes o *Abregé de l’Ancien Testament*, de Loyaumont; duas vezes *Las vies des Saintes*, de Godescart; e uma vez o *Traité de l’existence de Dieu*, de Fénelon.

Por sete anos prosseguiu seus estudos até que seu pai, mergulhado em litígios judiciais, recebeu a notícia de que perdera uma causa, sendo obrigado a vender tudo que tinha, a fim de pagar a importância sentenciada. Em junho ou julho de 1827, contando 18 anos e meio, Proudhon se viu forçado a abandonar o colégio na iminência de terminar seus estudos e receber o bacharelado.²⁸

²⁴ VINCENT. Op. cit., p. 16.

²⁵ Ibid., p. 18-19.

²⁶ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 19.

²⁷ DIAZ. Op. cit., p. 38; NEGRO, Dalmacio. Retorica y Dialectica. La polemica entre Marx y Proudhon. *Revista de Estudios Políticos*, Madri, nº 204, nov-dez. 1975. p. 122.

²⁸ DIAZ. Op. cit., p. 38, WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas: a idéia*. V. 1. Porto Alegre: L&PM, 2004, p. 121, VINCENT. Op. cit., p. 18; 23.

Nesse mesmo ano, conseguiu emprego como aprendiz na Maison Gauthier, gráfica cuja propriedade pertencia à família de um colega estudante. Trabalhou na empresa de 27 de novembro de 1827 a 23 de março de 1830 (exceto no período de junho a agosto de 1828).²⁹ Ali, tornou-se tipógrafo, trabalho que por sua natureza permitiu-lhe o acesso à leitura.³⁰ Em pouco tempo, passou a corretor de provas, logo a seguir a encarregado geral, dirigindo os demais operários. A gráfica imprimia, sobretudo, livros religiosos: vidas de santos, o *Dicionário Teológico* de Bergier, uma edição da Bíblia latina, entre outros. Nesse tempo, lia todos os livros que passavam pela gráfica³¹, inclusive *Le Nouveau Monde Industriel et Societaire*, de Charles Fourier - também nascido em Besançon -, do qual Proudhon foi o corretor de provas em 1829.

Nessa primeira passagem pela gráfica Gauthier, Proudhon encontrou um amigo que o estimulou a seguir a vida acadêmica: o filólogo Gustave Fallot. Este preparava uma edição em latim das *Vie de Saints*, quando percebeu que havia sugestões incomuns para correção do texto. Curioso para conhecer o autor delas, se deparou com Proudhon, o jovem corretor de provas, e passou a estimulá-lo a seguir uma carreira nas letras.³²

Em 23 de março de 1830, deixou a Maison Gauthier, aparentemente por falta de trabalho. Por um curto período trabalhou noutra gráfica; segundo Sainte-Beuve, que viu seu *livret ouvrier*³³, a primeira anotação oficial é de 21 de setembro de 1830, como “compositor de tipos”, embora se saiba que bem antes já fosse aprendiz e depois corretor de provas.³⁴ Essas anotações mostram que, em 1831, Proudhon decidiu enveredar em seu primeiro *Tour de France*;³⁵ uma prática comum naquele tempo³⁶, na qual, depois de um período inicial de

²⁹ VINCENT. Op. cit., p. 23.

³⁰ WOODCOCK. Op. cit., p. 121.

³¹ ANSART. Op. cit., p. 23; 36-38.

³² Ibid., p. 27-28.

³³ Espécie de Carteira de Trabalho.

³⁴ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 20

³⁵ Essa na verdade é a origem remota do termo que batiza a famosa volta ciclística pela França.

formação num ofício, o artesão itinerante percorria diversas localidades pelo interior em busca de trabalho e experiência profissional. Ao que parece, isso foi motivado muito mais pelo desemprego que pela tradição do ofício. Em seu primeiro *Tour de France*, Proudhon não foi muito longe: trabalhou por um mês como mestre de estudos num colégio de Gray, no Haute-Saône, em fevereiro de 1831; de abril a novembro do mesmo ano, foi impressor na firma Attinger em Neuchâtel; retornando a Besançon, empregou-se entre novembro de 1831 a abril de 1832 como impressor na firma Chalandre. Enfim, ele não se distanciou mais do que 80 km do departamento de Doubs.³⁷

De volta à sua terra natal, reencontrou Fallot que insistiu para que ele seguisse uma carreira nas letras e fosse para Paris, onde se dispunha a abrigá-lo. Com 23 anos de idade Proudhon deixou a gráfica Chalandre e seguiu para a capital, onde sob orientação do amigo, estudou gramática e línguas antigas. Contudo, para sua má sorte, a cidade viveu uma epidemia de cólera que chegou a matar 44 mil habitantes. Fallot contraiu a doença (da qual morreria quatro anos mais tarde), se recuperou das crises, mas jamais restabeleceu seu ânimo.

Em maio de 1832, dois meses após sua chegada e sem encontrar trabalho, a situação econômica de Proudhon se agravou. Com apenas 50 francos nos bolsos, decidiu voltar a Besançon, dando início a seu segundo *Tour de France*. Caminhando a pé como de praxe, munido de seu *livret ouvrier*, tornou-se um impressor desempregado e andarilho. À cata de provas para corrigir ou de trabalhos de composição que lhe dessem de comer, oferecia mão-de-obra por onde passava.³⁸ Levou cinco meses até que chegasse a Besançon, em setembro do mesmo ano. Impossível saber as distâncias exatas que Proudhon percorreu nesse segundo *tour*, ele deixou poucos detalhes sobre sua jornada, embora se saiba que não voltou a

³⁶ HUGON. Op. cit., p. 232.

³⁷ VINCENT. Op. cit., p. 27.

³⁸ GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 9; HUGON. Op. cit., p. 232.

Besançon diretamente, mas rumou para o sul da França.³⁹ A primeira cidade em que parou foi Lyon, distante cerca de 480 km de Paris⁴⁰; de lá seguiu para Valence, cerca de 110 km; dirigiu-se para Avignon, mais 130 km; Marseille, 110 km; Toulon, mais 65 km, onde à beira do desespero solicitou audiência com o prefeito, apresentou seu *livret ouvrier* e exigiu trabalho, sem sucesso. De Toulon partiu para Draguignan, 85 km, onde contou com ajuda de parentes; finalmente, seguiu o longo caminho voltando do sul a Besançon por cerca de 600 km. Agruras difíceis de captar, por maior que se tenha imaginação histórica.

Na volta a Besançon, rapidamente buscou trabalho e se empregou num jornal local de inspiração fourierista, chamado *l'Impartial*. Suas contribuições à publicação, na qual permaneceu até o final do ano, evidenciam suas convicções republicanas.⁴¹ Entre o final de 1832 e início de 1833, Proudhon trabalhou numa pequena empresa gráfica, na cidade de Arbois, 40 km a sudeste de Besançon, no Jura.⁴² Logo a seguir, ainda no princípio de 1833, voltou a trabalhar como corretor de provas na Maison Gauthier - a mais importante gráfica de Besançon⁴³ -; logo a seguir, assumiu o posto de encarregado geral e permaneceu nesse emprego até fevereiro de 1836. Entre seus trabalhos, predominavam, como antes, aqueles de teor religioso.

Nesse tempo, Proudhon encontrou certa estabilidade, cogitou voltar a Paris, consultou Fallot a esse respeito, mas temeroso de não encontrar trabalho abandonou a intenção⁴⁴ e ficou em Besançon, onde pretendia abrir uma pequena gráfica. Em 1836 - junto a dois sócios,

³⁹ VINCENT. Op. cit., p. 28-29.

⁴⁰ Distâncias aproximadas segundo as rotas atuais, sendo impossível aferir com exatidão as distâncias percorridas pelos caminhos da época.

⁴¹ Proudhon menciona em diversas cartas a amigos de Besançon um “juramento” comum. Para Corine Delmas esse juramento se relacionava à *Société des frères philadelphes*, pequena sociedade secreta republicana da qual ele fez parte na juventude. Cf. DELMAS, Corinne. L'affaire Proudhon. Lectures croisées de Qu'est-ce que la propriété? *Politix*, vol. 8, n° 29, p. 80-102, 1995, p. 83 e VINCENT. Op. cit., p. 29-32.

⁴² Ibid., p. 47.

⁴³ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 20.

⁴⁴ VINCENT. Op. cit., p. 48.

Lambert e Maurice -, estabeleceu sua própria tipografia na cidade.⁴⁵ Porém, a gráfica nunca andou bem e ele se arrependeu da empreitada, embora tenha mantido o negócio por quase seis anos.

Nessa época Proudhon parece ter decidido seguir seriamente a carreira de Letras, certamente influenciado pelo amigo, o filólogo Fallot, que morreria neste ano.⁴⁶ Então, se engajou por conta própria no estudo da Linguística e publicou seu primeiro escrito: *Essai de grammaire générale*, que saiu como um apêndice à reedição de *Les Eléments primitifs des langues* de Bergier, impresso na gráfica da qual era sócio. O texto de Proudhon (que já em 1842 ele próprio repudiaria) buscava descobrir as grandes verdades da “lei natural”, provando a unidade da humanidade por meio da unidade original das línguas. Ainda que observado em seu contexto, o apêndice de Proudhon estava totalmente afastado das tendências modernas da Linguística e Filologia da época e ignorava Bopp, Grimm e Humboldt.⁴⁷ Ressalta-se que, embora renegue o texto posteriormente, um elemento importante em sua obra já se mostrava presente nesta: a busca das “leis naturais” como fundamento para reordenar a sociedade.⁴⁸

Porém, ainda em novembro de 1837, ante o malogro da gráfica e a necessidade de obter trabalho, Proudhon seguiu para Paris. Lá se empregou como corretor de provas na gráfica Everat e travou contatos com linguistas como Pauthier, Ackermann e Bergmann. Nesse período, mostrou-se decidido a prosseguir seus estudos de Linguística e dirigiu seus esforços para conquistar a Bolsa Suard, oferecida pela Academia de Ciências, Artes e Belas Letras de Besançon.⁴⁹ Mas a gráfica seguiu muito mal e, em abril de 1838, Lambert, o sócio que dava nome ao estabelecimento, cometeu suicídio.

Proudhon voltou às pressas a Besançon e abandonou suas pretensões acadêmicas em

⁴⁵ WOODCOCK. Op. cit., 122.

⁴⁶ VINCENT. Op. cit., p. 48.

⁴⁷ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 21-22.

⁴⁸ VINCENT. Op. cit., p. 49.

⁴⁹ A partir desse ponto designada simplesmente como Academia de Besançon. Cf. VINCENT. Op. cit., p. 50.

Paris. A bancarrota da gráfica e o suicídio do sócio o fizeram herdar grandes dívidas, somas que Proudhon passaria o resto de sua vida tentando, sem sucesso, pagar.⁵⁰ Nessa época, considerou que o negócio se tornara inviável e devia ser vendido para amortizar parte das dívidas, porém, só conseguiria fazê-lo em 1843.

1.2 – A concessão da bolsa Suard

Nos primeiros meses de 1838, Proudhon concentrou suas atenções na candidatura à Bolsa Suard, ofertada pela viúva do acadêmico que deu nome ao auxílio. A escolha cabia à Academia de Besançon.⁵¹ Essa aproximação, marcada pelo receio mútuo, entre um membro do operariado e a academia é um episódio representativo do contexto da época e, mais do que isso, foi um evento crucial para determinar os rumos da vida intelectual dele.

Convém lembrar o importante papel das academias naquele contexto. A Academia de Besançon foi fundada pelo Duc de Tallard, governador da província do Franche-Comté, em 1752. Como a maioria delas, desapareceu durante a revolução e renasceu em 1806. Era formada por trinta membros titulares, todos oriundos dos mais altos cargos das ordens militar, judiciária, eclesiástica e civil.⁵²

Todavia, a Academia de Besançon, instituição provinciana, referenciava-se sempre pela Academia de Ciências Morais e Políticas⁵³ sediada em Paris, caracterizada pela prudência, por uma pretensa neutralidade e pela intenção de produzir o consenso nos debates.⁵⁴ Desde 1832, a academia promovia diversos estudos e inquéritos sobre a classe operária; numerosos concursos tinham por tema o “problema operário”⁵⁵ e vários estudiosos

⁵⁰ WOODCOCK, p. 122; VINCENT. Op. cit., p. 50.

⁵¹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 26-27.

⁵² DELMAS. Op. cit., p. 90.

⁵³ Será referida a partir de agora como ACMP.

⁵⁴ Ibid., 90.

⁵⁵ Os problemas sociais como a urbanização e o novo proletariado se tornaram pauta no debate político com ainda mais intensidade na década de 1840. Cf. HOBSBAWM. Op. cit., p. 241.

produziam análises sobre o “estado físico e moral da classe operária”.⁵⁶

Assim, por um lado, a academia preocupou-se em compreender o operariado como “problema” e tomou-o como objeto de estudo; por outro, preocupou-se com sua primeira e verdadeira vocação: reunir, harmonizar e pacificar e, sobretudo, controlar a vida intelectual. Esta vocação que tomou ares de combate político, num momento em que boa parte dos escritores estavam “perdidos em abstrações, seduzidos pelas utopias” e raramente ligados a teses úteis e aplicáveis. Dessa forma, o discurso e a prática acadêmica configuravam uma espécie de “polícia de ideias”, que pretendia ter o imenso poder de produzir e dizer a verdade, realizando a vocação de legitimar a ordem social pela ciência. Educar, divulgar o saber, moralizar as classes perigosas: essa preocupação se intensificou e paralelamente às possibilidades de extensão do sufrágio universal. Ou seja, a educação devia contribuir à pacificação dos espíritos, objetivo essencial num momento de efervescência ideológica e social⁵⁷, pelo avanço do utopismo socialista, pelas pressões em torno da ampliação do sufrágio universal e, sobretudo, pelo crescimento da classe operária, a “mais pobre e numerosa”⁵⁸, como dizia Saint-Simon.

É importante considerar que, neste momento, as universidades estão apenas começando a concorrer com as academias; mas perdem no que tange à promoção social: são as academias que distribuem prêmios, fazem concursos, ofertam bolsas diversas. Enfim, são iscas para os candidatos menos afortunados e constituem um potente meio de consagração intelectual e reconhecimento social, o que exigia uma abertura eventual aos autodidatas autorizada pelas regras do jogo acadêmico nesse período.⁵⁹

Assim, ainda que a Academia de Besançon - distante do centro do poder -, fosse infinitamente mais modesta que a ACMP, seguia as mesmas diretrizes. A bolsa Suard -

⁵⁶ DELMAS. Op. cit., p. 92.

⁵⁷ Ibid., p. 91-92.

⁵⁸ Todas as citações entre aspas deste parágrafo pertencem ao mesmo livro e página. Ibid. p. 92.

⁵⁹ Ibid. p. 92.

apenas uma - era ofertada para um jovem bacharel em Letras ou Ciências do departamento de Doubs, que fosse “desprovido de fortuna”, e essa exigência foi da maior importância.

A primeira dificuldade para a candidatura de Proudhon foi a exigência do bacharelado, que ele não tinha devido ao abandono do *Collège Royal* para ajudar a família. No início de maio de 1838 ele realizou os trâmites para que pudesse prestar um exame e em 16 de maio, recebeu o bacharelado; duas semanas depois, entregou a carta de candidatura à bolsa na Academia de Besançon.⁶⁰ O texto começa assim: “Senhores, eu sou compositor e corretor gráfico”; para, na sequência, trazer uma breve biografia, falando de seus pais, de sua pobreza, da situação de bolsista no *Collège Royal*, das dificuldades de conduzir os estudos⁶¹, da perda do processo do pai, abandono da escola, entrada na vida de impressor, enfim, de toda sua vida pregressa.⁶² Ele também descreve suas leituras, os estudos mais recentes e suas pretensões intelectuais, então direcionadas à Linguística e à Filologia.⁶³ Proudhon expõe a intenção de descobrir nos princípios morais das religiões, por meio do estudo das línguas, “uma filosofia tradicional que em conjunto constituirá uma ciência exata”.⁶⁴ Chama atenção a intenção de descobrir, para o mundo moral, princípios análogos aos das ciências da natureza, que permitiriam constituir, para a sociedade, uma ciência tão exata quanto às primeiras.

No entanto, o que mais suscitou atenção e reserva, por parte dos membros da academia, era a condição operária de Proudhon e os possíveis embaraços que isso poderia ocasionar futuramente; temores que se mostrariam bem fundados pouco tempo depois. Apesar disso, entre os membros da academia e as pessoas que participavam da vida intelectual de Besançon, ele contava com simpatizantes conhecedores de sua vida escolar, de sua diligência nos estudos e, que por isso, criam em seu potencial. Um deles, o secretário da academia, Sr.

⁶⁰ VINCENT. Op. cit., p. 50.

⁶¹ PROUDHON, Pierre-Joseph. *Candidature*. p. 9-10.

⁶² Ibid., p. 10-11.

⁶³ Ibid., p. 11-12.

⁶⁴ Ibid., p. 15.

Pèrennès, conhecedor dos demais membros, recomendou prudência e moderação a Proudhon e solicitou explicitamente que ele mudasse o parágrafo final de sua carta de candidatura tornando-o mais ameno.⁶⁵ Vale a pena conferir as duas versões e a sutil modificação introduzida por Proudhon. Eis o texto original:

Nascido e crescido no seio da classe operária, pertencendo-lhe ainda, hoje e todos os dias, pelo coração, pelo gênio, pelos hábitos, e, sobretudo, pela comunidade de sofrimentos e votos, minha maior alegria, se eu reunir vossos sufrágios, será, não duvidem, Senhores, de ter atraído em sua pessoa vossa justa solicitude sobre esta interessante porção da sociedade, assim chamada pelo nome de operária, de ser julgado digno de ser o primeiro representante junto à vós; e de poder doravante trabalhar sem relaxar, pela ciência e a filosofia, com toda a energia de minha vontade e todo o poderio de meu espírito para a libertação completa desses irmãos e companheiros.⁶⁶

Tentando moderar o tom Proudhon reescreveu o parágrafo conclusivo da seguinte forma:

Nascido e crescido no seio da classe operária, lhe pertencendo ainda, pelo coração e afeições, e, sobretudo pela comunidade de sofrimentos e votos, minha maior alegria, se eu reunir vossos sufrágios, será, não duvidem, Senhores, de poder doravante trabalhar sem relaxar, pela ciência e a filosofia, com toda a energia de minha vontade e todo o poderio de meu espírito para a melhoria moral e intelectual dos que agrada chamar de meus irmãos e meus companheiros; de poder espalhar entre eles as sementes de uma doutrina que eu vejo como a lei do mundo moral; e, esperando o sucesso os meus esforços, dirigidos por vossa prudência, encontro-me já, de alguma maneira, como seu representante diante de vós.

Entre uma versão e outra surgem mudanças significativas. Nas primeiras linhas o sentido de pertencimento à classe operária é menos intenso: desaparecem “hoje e todos os dias”, “pelo gênio, pelos hábitos”; ao mesmo tempo ele inclui “afeição”, que denota uma espécie de simpatia externa e sentimental, incomum em Proudhon e atacada violentamente em seus escritos posteriores. Mas é nas linhas seguintes que se nota a maior mudança: o objetivo de “libertação completa desses irmãos e companheiros” é trocado pela “melhoria

⁶⁵ Carta a Ackermann, 13 jun. 1838. In: PROUDHON, P.-J. *Correspondance*. T. I. Paris: Librairie internationale, Lacroix et Cie, 1875. p. 50-53. Como quase todas as cartas de Proudhon citadas pertencem a essa edição da *Correspondance*; assim, a partir dessa nota serão indicados apenas o destinatário, a data, o tomo e paginação, exceto quando não pertencerem à edição mencionada.

⁶⁶ Id. *Candidature*. p. 15-16.

moral e intelectual dos que agrada chamar de meus irmãos e meus companheiros”. A palavra “operária” para designar a classe desaparece. Na primeira versão, Proudhon se coloca sem rodeios como “o primeiro representante [da classe operária] junto à vós”, denotando claramente a distinção de classe entre ele e os membros da academia; na segunda versão, Proudhon se dobra à orientação recebida e não é tão direto ao se colocar como representante da classe operária quando diz que “encontre-me já, de alguma maneira, como seu representante diante de vós.”

Ora, o conjunto da carta de Proudhon revela uma tensão entre dois pólos. Por um lado, ele quer escrever franca e compromissadamente sobre a verdade; por outro, precisa fazer mediações que evitem chocar as suscetibilidades da academia devido ao estilo rude ou agressivo. Essa tensão esteve presente em seus escritos posteriores e lhe rendeu tanto fama quanto perseguições e ódios.

No caso da carta de candidatura à bolsa, ele parecia consciente das expectativas da academia e de que sua condição operária poderia favorecer sua escolha; sobretudo porque era apenas uma bolsa para vários candidatos. Assim, ele pareceu se aproveitar conscientemente da intenção da academia em promover membros das classes perigosas. A redação do último parágrafo, habilmente reformulada, permitia uma dupla interpretação: Proudhon representará a academia junto às classes perigosas? Levaria as luzes da Ciência e Filosofia para apaziguá-las? Ou usará a academia para promover os interesses das classes operárias? Criticaria a Ciência e a Filosofia e as voltaria contra a academia? A primeira versão do parágrafo final nos remete à segunda hipótese, ao passo que a segunda versão nos induz mais à primeira. O sentido impreciso do parágrafo final acabou sendo uma espécie de solução de compromisso, que permitiu a cada leitor concluir da forma que melhor lhe aprouvesse.⁶⁷

Ao que parece, qualquer concessão além da amenização do tom seria muito para

⁶⁷ É curioso que Woodcock, autor simpático ao anarquismo, omita a existência de duas versões sobre este parágrafo final e apresente a formulação original como prova de um destemido compromisso de classe de Proudhon. WOODCOCK. Op. cit., p. 122-123.

Proudhon; da mesma forma que foi pouco para dissolver os receios da academia. Todos os relatos sobre a deliberação para a concessão da bolsa indicam o temor da academia.⁶⁸ Em meio às intrigas de bastidores, o mérito acadêmico de Proudhon parecia incontestado, seu *Essai de grammaire générale*, fez certa fama local e parece ter contribuído para comprovar as qualidades dele, o que mais preocupava os membros da academia era sem dúvida a sua incomum condição de classe. Ele próprio ironizou a situação numa carta:

[...] O único que em todas as objeções levantadas contra minha candidatura, se aproximou um pouco da verdade, é um médico grande e alto, com cara de colono e anel de 36 quilates, que assegurou que eu estava desprovido completamente de instrução e de meios, e que eu não tinha nenhum valor moral. Quanto à ciência, isso é verdade, tanto que rogo para que me concedam os meios de adquiri-la; quanto à moral, também é verdade, porque não tenho dinheiro.⁶⁹

Na proclamação dos resultados, quando anunciou a escolha de Proudhon, a academia ponderou que ele tinha “a incontestável e triste vantagem de possuir menos recursos e de ter sido mais duramente atingido pela fortuna”⁷⁰. Assim, em 23 de agosto de 1838, Proudhon tornou-se bolsista da Academia de Besançon, com prazo de concessão de 3 anos.⁷¹ A bolsa concedia 1500 francos anuais, o que segundo a estimativa de Labrousse permitiria uma vida razoável. Essa era também a impressão de todos em Besançon. Isso incomodou profundamente Proudhon e quando todos em Besançon o felicitavam porque poderia “subir na vida” com a bolsa, alcançar uma “boa posição” por meio da academia, ele sentiu repugnância⁷² e condenou a ascensão social pela via acadêmica como uma espécie de corrupção moral:

⁶⁸ DELMAS. Op. cit., p. 83.

⁶⁹ Carta a Ackermann, 20 de ago. 1838, T. I. p. 54-58.

⁷⁰ DOLLÉANS, Édouard. *Proudhon*. Paris: Gallimard, 1948. Apud DELMAS. Op. cit., p. 83.

⁷¹ DELMAS. Op. cit., p. 82.

⁷² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 82.

Estou oprimido pelas vergonhosas exortações de todos os que me rodeiam. Que furor de bem-estar material! Que abjeto epicurismo vejo por todas as partes! Já não deixo escapar uma só palavra de meus pensamentos: adquiri a certeza de que minha profissão de fé me faz ser considerado como um cérebro doente, ou ao menos exaltado. Faço rir, mas não convenço ninguém. O materialismo está implantado nas almas, o materialismo prático, digo, porque já não têm bastante espírito para professar outro...⁷³

Nessa ocasião, aos amigos mais íntimos, jurou não se corromper e não se deixar levar pela vaidade, numa espécie de reafirmação virtuosa do juramento da pequena sociedade secreta republicana.⁷⁴ Porém, a situação econômica de Proudhon jamais permitiu que ele gozasse dos benefícios da bolsa de estudos. Sua família passava por necessidades e, uma vez que ele não mais trabalharia como gráfico, decidiu destinar um terço do valor da bolsa à sua família. As dívidas que acumulava com a má situação da gráfica também pesavam e ele reservou outro terço para amortizá-las.⁷⁵ No final das contas, durante o primeiro ano, reservou para si apenas um terço do valor total⁷⁶, situação que se tornaria ainda mais crítica no ano seguinte.

O fato é que a referida outorga da bolsa se inscreveu, sem dúvida, dentro dessa dupla perspectiva, de recompensa de um talento e de abertura da academia às classes perigosas com fins de pacificação social.⁷⁷ Entretanto, Proudhon foi inserido tardiamente na academia; em agosto de 1838 ele estava a quatro meses de completar trinta anos.

Ele nasceu e cresceu num ambiente operário, viveu o contraste entre sua pobreza e a riqueza dos demais na vida escolar como bolsista, trabalhou ajudando a família desde os oito anos de idade e trabalhou como operário gráfico por cerca de doze anos. Todos estes fatores certamente contribuíram para que Proudhon fosse relativamente impermeável às seduções de

⁷³ Carta a Ackermann, 16 set. 1838, T. I, p. 59-60.

⁷⁴ Não se sabe ao certo quais eram esses amigos, provavelmente Ackermann e Bergmann estavam entre eles, se eram os membros da *Société des frères philadelphes*, se a mesma mantinha vínculos à época ou se restavam somente o compromisso de amizade na ocasião. Cf. SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 32.

⁷⁵ Apesar da situação falimentar, a gráfica ainda funcionava, com apenas um dos sócios, Huguenet, cuidando do negócio entre 1839 e 1843. Somente em janeiro de 1843 a gráfica seria vendida.

⁷⁶ LABROUSSE. Op. cit., p. 157.

⁷⁷ DELMAS. Op. cit., p. 93.

ascensão social que uma carreira acadêmica poderia permitir; além disso, ele claramente se mostrava incomodado quando necessitava conviver em certos ambientes. Se, como diz Delmas, nas academias da época “a divulgação do saber é um fator de civilização e de moralização” e, além disso, de “domesticação do operário que escapou ao povo”⁷⁸, esse processo de cooptação foi frustrado diversas vezes com Proudhon. Muito rapidamente, poucos meses após receber a bolsa, ele renunciou aparentemente a qualquer projeto de integração à boa sociedade e buscou afirmar sua identidade operária.⁷⁹

Então, o que queria Proudhon nesse momento? Ao que tudo indica, simplesmente ter condições de estudar, pois não buscava uma posição de destaque, nem ganhos materiais. Por outro lado, a despeito da afirmação de sua identidade operária, não era um militante e não se considerava socialista em 1838; e mesmo quando mencionava o potencial transformador da Ciência e da Filosofia para as classes operárias a forma como isso se daria era impreciso na época.

Depois de conceder a bolsa, a Academia instruiu Proudhon a seguir seus estudos em Paris e designou como seu tutor Joseph Droz⁸⁰, filósofo, moralista, experiente professor nascido em Besançon, membro da Academia Francesa e da ACPM.⁸¹ Em novembro de 1838, o bolsista chegou a Paris e se entrevistou com seu tutor. Não gostou da agitação da cidade, não se mostrou sociável e compareceu sempre com relutância às reuniões noturnas na casa de Droz, a despeito da insistência deste.⁸²

Ao conseguir a bolsa, Proudhon sentiu-se no dever de “mostrar serviço”, por isso, entre o final de 1838 e começo de 1839, trabalhou na revisão de seu primeiro texto, o referido *Essai de grammaire générale*. Mas, nessa ocasião, recusou a tese central do *Essai* (provar a

⁷⁸ Ibid., p. 92.

⁷⁹ Ibid., p. 95.

⁸⁰ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 44.

⁸¹ VINCENT. Op. cit., p. 51, DELMAS. Op. cit., p. 83.

⁸² VINCENT. Op. cit., p. 51-52.

unidade do gênero humano a partir de uma língua comum da qual as demais derivariam) e reformulou o texto. Em 29 de fevereiro de 1839, enviou o ensaio para concorrer ao prêmio Volney, sob o título de *Recherches sur les catégories grammaticales et sur quelques origines de la langue française*. Nessa segunda versão, apareceu uma curiosa epígrafe, sem indicação de autor: “a ordem persegue a desordem”⁸³. Entre os quatro concorrentes, nenhum ganhou o prêmio, embora a memória de Proudhon (nº4) e uma outra (nº1) tenham recebido menções honrosas.⁸⁴ A comissão julgadora recomendou a ele que abandonasse as conjecturas e empregasse o método comparativo e experimental. Logo a seguir, sempre constrangido pela penúria, vendeu o manuscrito ao *Journal de la Langue Française*, a 30 francos por página.⁸⁵ O texto chegou a ser publicado por partes no jornal, que, no entanto, desapareceu antes de terminar sua publicação. Sainte-Beuve menciona que Proudhon cogitou editar integralmente o texto, mas não levou a cabo seu intento.⁸⁶

A situação econômica de Proudhon continuava bastante preocupante.⁸⁷ Numa carta de julho de 1839, ele estimou em 20 mil francos suas dívidas.⁸⁸ Nesse período tentou amenizar sua situação trabalhando na correção de provas durante a noite.⁸⁹ Além disso, aproveitando seus conhecimentos em religião, escreveu, a convite do editor Parent-Desbarres, artigos para a *Encyclopédie Catholique* pelos quais receberia duzentos francos. Para seu azar, em agosto de 1839, a publicação foi temporariamente suspensa por falta de recursos e ele foi obrigado a renunciar ao valor acordado.⁹⁰ Nesse mesmo período, numa carta a Maurice, mostrava-se

⁸³ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 25.

⁸⁴ Ibid., p. 26.

⁸⁵ VINCENT. Op. cit., p. 54.

⁸⁶ Sainte-Beuve diz ter o original manuscrito. SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 26.

⁸⁷ Ele reclamava constantemente dos amigos que lhe escreviam e pediam respostas frequentes, pois o “porte” lhe custava caro. SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 55.

⁸⁸ Carta a Maurice, 13 jul. 1839, Tomo I, p. 139.

⁸⁹ Do livro *L'Europe*, paper legitimista, carlista. Cf. VINCENT. Op. cit., nota 97, p. 52.

⁹⁰ GLAIRE; P. B., WALSH (org.). *Encyclopedie Catholique, répertoire universel et raisonné des Sciences, des Lettres, des Arts et des Metiers, formant une bibliothèque universelle*. Paris: Parent-Desbarres, 1839. A obra pretendia constituir-se numa resposta à Encyclopédie do séc. XVIII. Os 29 artigos escritos por Proudhon constam no Tomo II da enciclopédia e foram reproduzidos integralmente em PROUDHON, P.-J. *Encyclopedie Catholique (extraits)*. In:

irritado por ser chamado de “bolsista de Suard”, pois se sentia desonrado e preferia ser conhecido como tipógrafo e corretor de provas⁹¹, uma atitude que expressava um senso de pertencimento e uma opção de classe.⁹²

No primeiro ano de bolsa, Proudhon viveu dez meses em Paris, de novembro de 1838 a setembro de 1839. Nesse período, frequentou cotidianamente a *Bibliothèque de l'Institut* e assistiu a diversos cursos: História da Filosofia Moderna, de Darimon; História da Filosofia Antiga, de Vacherot; Literatura, de Gérusez; Semântica, com Eugene Burnouf e História da França nos séculos XIV e XV, com Michelet. Seus cadernos de anotações indicam todas as suas leituras - algumas delas com muitos comentários – e os temas dominantes, entre elas Teologia, Filosofia e Linguística.⁹³

O interesse dele pela Economia Política ainda não se manifestara com evidência, o mais próximo do tema que consta em suas anotações de leitura é *Traite d'économie politique*, de Destutt de Tracy e *Esquisse de philosophie morale* de Dugald Stewart.⁹⁴ No entanto, possivelmente influenciado pelas aulas e leituras, Proudhon progressivamente abandonava a Linguística e se interessava cada vez mais pelas teorias econômicas e sociais. Pierre Hauptmann⁹⁵ defende a hipótese de que essa mudança teve muito a ver com o estreitamento da relação entre Proudhon e Theodore Jouffroy. Este último havia traduzido obras de Dugald Stewart e Thomas Reid, dois filósofos da escola do Iluminismo “materialista” escocês. Reid substituiu Adam Smith na Universidade de Glasgow em 1764 (na mesma cadeira pertencente

Ecrits sur la religion. Paris: Marcel Rivière, 1959. (Oeuvres complètes, 15.) p. 89-132.

⁹¹ Ele diz isso explicitamente na Carta a Maurice, 18 ago. 1839, T. I, p. 147-149.

⁹² DELMAS. Op. cit., p. 95.

⁹³ VINCENT. Op. cit., p. 53.

⁹⁴ Além dos três livros citados constam as seguintes leituras: *Philosophie du christianisme*, Abade Bautain; *Rapports du physique et du moral*, Cabanis; *Cours de philosophie positive*, Auguste Comte; *Du développement progressif des idées religieuses*, B. Constant; *Cours d'histoire de la philosophie* e *Fragments philosophique*, Cuvier; jornal *Moniteur*, números desde 1835; *Esprit des lois*, Montesquieu; *Nouvelle Revue Germanique*; *Histoire de la philosophie allemande*, Barchou de Penhoen; *Gorgias*, Platão; *Essai sur la métaphysique d'Aristote*, Ravaisson; rapport à la Convention (sessão do 18 floreal, ano II), Robespierre; *De la démocratie en Amérique*, Tocqueville. HAUBTMANN, Pierre. Apud VINCENT. Op. cit., p. 53.

⁹⁵ VINCENT. Op. cit., p. 54-55; HAUBTMANN, *Pierre-Joseph Proudhon, as vie et se pensée*, 1809-1849. Paris: Beauchesne, 1982, p. 188-190.

a Francis Hutcheson antes de Smith); Stewart foi seu aluno e sucedeu Ferguson na cadeira de Filosofia Moral de Edimburgo. Assim, por intermédio de Jouffroy, Proudhon conheceu o pensamento escocês que forneceu as bases da Economia Política.⁹⁶ A leitura dos escoceses parece ter tido um efeito significativo sobre o método em Proudhon; a partir de então ele tentaria fundamentar suas ideias nos fatos e na observação da natureza. Nesse mesmo sentido, as leituras de Condillac e Montesquieu parecem tê-lo influenciado.⁹⁷ O fato é que seus estudos em Paris se reorientaram na direção da sociedade e das teorias econômicas, nas quais ele parecia buscar “explicações para as observações sociais feitas no curso de sua vida operário ou pequeno impressor”⁹⁸.

1.3 – A utilidade da celebração do domingo

No mês de abril de 1839, a Academia de Besançon colocou em concurso o tema *De l'utilité de la célébration du dimanche, sous le rapports de l'hygiène, de la morale, des relations de famille et de cité*. Proudhon sentia que era seu dever enquanto bolsista escrever algo a respeito do tema posto em concurso. Ao que tudo indica, ele viu no programa do concurso a oportunidade de expor suas ideias sobre a justiça e igualdade⁹⁹, num texto que marcou sua renúncia em prosseguir os estudos de Linguística para se consagrar à crítica da sociedade.

A memória foi escrita durante o mês de maio de 1839, pois no início de junho ele comunicou ao amigo Huguenet a conclusão do discurso.¹⁰⁰ Proudhon tinha consciência do potencial polêmico do texto, do quanto se afastara do tema original e do mal-estar que causaria na Academia de Besançon. O verdadeiro tema era a coesão e a justiça social e a tese

⁹⁶ LABROUSSE. Op. cit., p. 157.

⁹⁷ VINCENT. Op. cit., p. 55.

⁹⁸ PROUDHON. *Célébration*. p. 19.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 19.

¹⁰⁰ Cf. LABROUSSE. Op. cit., p. 55; Carta a Huguenet, 1º jun. 1839, T. 1, p. 129.

fundamental de Proudhon é que a função primordial do domingo é social e não religiosa.¹⁰¹ Ele compreendeu o domingo como um momento no qual o espaço público deveria imperar, a celebração do domingo deveria reforçar os laços sociais, amenizando o egoísmo e o isolamento social; assim, percebe-se uma espécie de demanda republicana no texto de Proudhon.¹⁰² Todavia, para ele, a função do domingo foi pervertida na França e o dia de descanso se tornou um período de recreação egoísta e culto ao “amor próprio”; desta forma, a virtude republicana, que lhe parecia necessária à coesão social, mostrava-se enfraquecida, fato que o preocupava.¹⁰³ Na busca pelos fundamentos que dariam coesão à sociedade, Proudhon recorrera à religião, à moral e à virtude política republicana. Nota-se uma similitude entre sua atitude e a dos filósofos morais escoceses. Num e noutro caso, a economia parece ter sido a resposta filosófica para o dilema da regulação social, como bem observou Rosanvallon.

Na *Célébration du Dimanche* podem ser encontrados alguns temas que seriam posteriormente desenvolvidos ao longo da obra de Proudhon: o igualitarismo, a liberdade, a rejeição da maioria como critério democrático e a crítica a Rousseau. A necessidade de uma ciência social é outro ponto que ele defenderá desde então, afirmando que “deve existir, assim, uma ciência da sociedade; absoluta, rigorosa, baseada sobre a natureza do homem, de suas faculdades e de suas relações; ciência que não é preciso *inventar*, mas *descobrir*”¹⁰⁴. Desde então, Proudhon considerou o compromisso com a verdade – cujo conhecimento viria pela ciência - como um compromisso moral, pois, para ele, “ver a verdade é estar obrigado a dizê-la”¹⁰⁵.

¹⁰¹ LABROUSSE. Op. cit., p. 56.

¹⁰² Proudhon parece se basear em Montesquieu e Rousseau nessas passagens e cita o último expressamente diversas vezes. VINCENT. Op. cit., p. 56. Todavia, ele rejeita cabalmente o republicanismo clássico e contemporâneo nesse texto. Ainda no prefácio ele pergunta “Qu’est-ce que la republique? – Rien.” PROUDHON, P-J. *De l'utilité de la célébration du Dimanche, considérée sous les rapports de l'hygiène publique, de la morale, des relations de famille et de cité*. Paris/Besançon: Prévot/Bintot, 1845. p. IV.

¹⁰³ LABROUSSE. Op. cit., p. 57.

¹⁰⁴ PROUDHON. *Célébration*. p. 24.

¹⁰⁵ Ibid., p. 26.

Além desses temas, o texto revela seu primeiro ataque público à propriedade. A pergunta, “Qu’est-ce que la propriété? – C’est le vol” - que se tornaria célebre no seu livro seguinte (a 1ª memória sobre a propriedade) - já constava no prefácio deste texto e, logo a seguir, também aparece sua primeira apreciação sobre o regime da comunidade, como se costumava referir ao comunismo: “Qu’est-ce que la communauté? – C’est la mort”¹⁰⁶.

Na *Célébration du Dimanche* ele já denunciava a propriedade como causa de desigualdades: “A opulência e a miséria, companheiras inseparáveis, crescerão numa progressão sem fim. A grande propriedade invadirá tudo [...] A ignorância e o embrutecimento dos proletários atingirão o seu cúmulo [...]”¹⁰⁷. Proudhon chama a propriedade de “o último dos falsos deuses”¹⁰⁸, mas essa recusa partia de várias perspectivas. Há uma condenação que procurava se fundamentar na própria religião. Proudhon discordava da tradução oriunda do hebraico para o oitavo mandamento, “não roubarás”:

A expressão [diz Proudhon] é genérica como a idéia mesma; proscree não somente o roubo cometido com violência ou com astúcia [...] como também toda espécie de lucro obtido sobre os outros sem seu pleno consentimento. Implica, numa palavra, que toda infração à igualdade de distribuição, tudo que seja arbitrariamente exigido e tiranicamente recebido, seja nas trocas, seja sobre o trabalho alheio, é uma violação da justiça comutativa, uma concussão.¹⁰⁹

Portanto, segundo o autor francês, “não roubarás” significava “Não apartarás nada, não separarás nada para ti”¹¹⁰. Assim, partindo da linguagem de cunho religioso, ele já falava em descobrir e constatar as leis econômicas, para combater os abusos da propriedade e

¹⁰⁶ Id. *De l'utilité de la célébration du Dimanche, considérée sous les rapports de l'hygiène publique, de la morale, des relations de famille et de cité*. Paris/Besançon: Prévot/Bintot, 1845. p. IV.

¹⁰⁷ Ibid., p. 89.

¹⁰⁸ Cf. LABROUSSE. Op. cit., p. 158. A passagem se assemelha muito à reflexão de Tocqueville considerando o direito de propriedade como o “[...] último remanescente de um mundo aristocrático destruído” TOCQUEVILLE, Alexis de. *Oeuvres Completes*. Tomo XII *Souvenirs*. Paris: Gallimard, 1964. p. 36-37.

¹⁰⁹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., nota 2, p. 421.

¹¹⁰ Ibid., p. 40-41; WOODCOCK. Op. cit., p. 123.

instaurar a propriedade-usufruto, de modo a reconhecer o direito ao trabalho.¹¹¹ O que se evidencia é a questão social, colocada no centro de suas preocupações e a propriedade como objeto de um questionamento, que ainda buscava a melhor linguagem disponível para tratá-las. Desse modo, há uma relação muito estreita entre a *Célébration du Dimanche* e a próxima memória de Proudhon sobre a propriedade, que não fará mais que desenvolver o mesmo questionamento sob outras bases.¹¹² Em *Célébration* ele resumiu sua problemática da seguinte forma: “[...] Encontrar um estado de igualdade social que não seja nem comunidade, nem despotismo, nem fragmentação, nem anarquia, mas liberdade dentro da ordem e independência dentro da unidade”¹¹³.

Ele formulou uma espécie de programa para sua obra futura¹¹⁴ e vale notar que a primeira oportunidade em que ele mencionou a palavra “anarquia” foi para rejeitá-la, utilizando-se do termo no sentido corrente, ou seja, negativo.

O texto também traz a condenação, não apenas da propriedade, mas dos proprietários em si: “monopolizadores de trabalho, exploradores do proletariado, autocratas ou feudatários da indústria, acumuladores [...]”¹¹⁵. O estilo de Proudhon nessas passagens torna-se mais violento e provocativo, os parágrafos finais do texto são o maior exemplo disso e expressam uma ameaça explícita aos proprietários:

[...] - Como sois vós ricos e somos nós pobres? - Nós trabalhamos, responderão os ricos, nós poupamos, nós adquirimos ... - Nós trabalhamos tanto quanto vocês, como é que nós não adquirimos nada nunca? - Nós herdamos de nossos pais ... - Ah! Vós invoqueis a posse, a transmissão, a prescrição ... pois bem! Nós apelamos à força. Proprietários, defendei-vos! Haverá combates e massacres, e quando a força for reduzida à lei, quando os revoltados forem destruídos, escreverão sobre suas tumbas ASSASSINOS, enquanto que suas vítimas serão glorificadas como MÁRTIRES. E isso

¹¹¹ PROUDHON. *Célébration*. p. 27-28.

¹¹² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 41.

¹¹³ PROUDHON. Op. cit., p. 26-27.

¹¹⁴ Ibid., p. 23-24.

¹¹⁵ Ibid., p. 25.

durará até Deus tenha piedade de vós.¹¹⁶

As pretensões científicas de proclamar a verdade de maneira imparcial acabaram em ameaças de sangue, o que se tornaria uma das características de sua obra desde então: um esforço de compreensão racional e equilibrado, que, no entanto, não lograva “domar” uma verve marcada pelo ódio de classe.

De fato, *Célébration du Dimanche* é uma obra mais moralista que política ou econômica¹¹⁷; é um texto de transição, no qual elementos de crítica social, política e econômica aparecem mesclados com elementos religiosos e morais, ainda que de caráter deísta. Um indicativo da transição da religião para a crítica social está na epígrafe do texto, no original: *De Sion eribit Lex (De Sião sairá a lei)*, tomada da Bíblia (Isaías, II, 3).

A receptividade da Academia de Besançon, como era de se esperar, não foi boa. O texto suscitou reservas e defensivas; o relatório de avaliação recomendou que o autor se limitasse ao tema, reprovando os desvios para teorias aventureiras e questões de política prática, assim como o estilo rude e agressivo.¹¹⁸ Ainda assim, a academia reconheceu virtudes no trabalho de Proudhon e lhe concedeu uma medalha de menção honrosa, na sessão pública de 24 de agosto de 1839.¹¹⁹

Nos meses seguintes, ele se empenhou na publicação do texto: duzentos exemplares apressadamente impressos na gráfica de Besançon por suas próprias mãos¹²⁰ e custeados com o auxílio de amigos.¹²¹ Proudhon enviara o texto original ao amigo Ackermann; este lhe respondeu com várias críticas ao estilo, que ele não incorporou em virtude do prazo exíguo

¹¹⁶ Id. *De l'utilité de la célébration du Dimanche, considérée sous les rapports de l'hygiène publique, de la morale, des relations de famille et de cité*. Paris/Besançon: Prévot/Bintot, 1845. p. 90.

¹¹⁷ Id. *Célébration*. p. 25.

¹¹⁸ Carta a Ackermann, 9 set. 1839, T, I, p. 150-152; SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 38; DELMAS. Op. cit., p. 84.

¹¹⁹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 38.

¹²⁰ Ibid., p. 45.

¹²¹ O livro seria reimpresso em 4 de março de 1841, depois de lançada a 1ª memória sobre a propriedade. Também foi reeditado em 1845 por Prévot (Paris) e Bintot (Besançon) e, em 1850, pela editora Garnier.

para publicação.¹²² Todavia, ele deu razão a Ackermann e confessou: “[...] devo aperfeiçoar meu estilo. Isto me custará mais que todos os meus outros estudos”¹²³. Percebe-se que, nesse momento, ele considerava a agressividade de sua linguagem como um problema de estilo a ser sanado, ao mesmo tempo sentia o quão difícil seria essa tarefa. Uma segunda edição, corrigida e reduzida, sintomaticamente teve a epígrafe bíblica trocada por uma passagem do *Contrato Social* de Rousseau, sobre as assembleias¹²⁴, o que evidencia o deslocamento da temática religiosa para a social e a aproximação que o autor pretendeu estabelecer entre a celebração do domingo e uma assembleia popular.

1.4 - A 1ª memória sobre a propriedade¹²⁵

Com a *Célébration du Dimanche*, as reticências que a academia demonstrava antes da concessão da bolsa se converteram em reprovação e não tardariam muito a se transformar em horror e escândalo. Em outubro de 1839, ainda em Besançon, enquanto preparava a edição do texto, Proudhon parecia vivenciar uma espécie de revelação sobre a natureza da sociedade proporcionada pelos seus estudos.¹²⁶ Ao mesmo tempo, se encontrava oprimido pela pobreza e pelas dívidas, enquanto recebia recomendações de prudência e moderação no estilo por parte do mundo acadêmico. Esse conjunto de fatores parece explicar o estado de espírito

¹²² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 45.

¹²³ Ibid., nota 5, p. 45.

¹²⁴ “Não devem existir assembléias fixas e periódicas que ninguém pode abolir nem prorrogar, de tal maneira que no dia marcado o povo seja legitimamente convocado pela lei, sem que seja necessária para isso nenhuma outra convocação formal.” Rousseau, *Contrat Social*. Cf. PROUDHON, P.-J. *De l'utilité de la célébration du Dimanche, considérée sous les rapports de l'hygiène publique, de la morale, des relations de famille et de cité*. Paris/Besançon: Prévot/Bintot, 1845.

¹²⁵ O título completo do livro, conforme mencionado na introdução, era *Qu'est-ce que la propriété? ou recherches sur le principe de droit et du gouvernement*. Nos anos seguintes, sem que isso fosse previamente planejado, Proudhon publicou outras duas memórias sobre a questão da propriedade, de forma que este livro acabou conhecido como a “1ª memória”, expressão que será usada alternativamente na tese para designá-lo.

¹²⁶ A. Tiran e M. Laudet notam que os temas relativos à Economia Politique fazem-se muito presentes a partir de julho/agosto de 1839 nos *Carnets* de Proudhon. Suas leituras concernem, sobretudo, aos economistas franceses como Pellegrino Rossi, Jean-Baptiste Say, Adolphe Blanqui, Joseph Garnier e Augustin Cournot. LAUDET, M; TIRAN, A. Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). In: FROBER, L; TIRAN, A.; J.P. POTIER (dir) *Économistes em Lyonnais em Dauphiné et en Forez*. Lyon: Éditions de l'Intitut des Sciences de l'Homme. p. 318-336. Apud FERRATON. Op. cit., p. 1793.

belicoso que o animava, uma amostra disso pode ser vista num trecho de carta a Ackermann: “Eu não espero nada de ninguém, eu retornarei ao meu negócio no próximo ano, armado até os dentes contra a civilização e vou começar a partir deste momento uma guerra que só vai acabar com minha vida”¹²⁷.

Proudhon referia-se certamente aos planos para seu próximo texto. Em novembro, depois de acertar os trâmites para a impressão do trabalho anterior, ele retornou a Paris, instalou-se num modesto quarto na Rua Jacob, 16,¹²⁸ onde prosseguiu seus cursos e leituras.¹²⁹ No final de 1839, acompanhou cinco cursos: um de Jules Michelet; um do economista Jérôme-Adolphe Blanqui; um de Pelegrino Rossi sobre a pobreza na Idade Média; um do egiptologista, Lanormant; e, por fim, um de Marc Girardin, sobre Literatura e Política francesa.¹³⁰ As anotações de leitura dos três meses decorridos, entre o meio de novembro de 1839 e o meio de fevereiro de 1840, indicam uma atividade intelectual fervorosa e evidenciam a mudança de foco nos estudos; além disso, revelam a bibliografia utilizada por Proudhon na elaboração de *Qu'est-ce que la propriété?*

Do número aproximado de trinta livros que constam nas anotações de leitura de Proudhon os seguintes abordam Economia Política: o *Traité d'économie politique*, Destutt de Tracy; o *Cours complet d'économie politique*, J. B. Say; o *Traité de la propriété*, Charles Comte; *Économie politique ou Principes de la sciences des richesses*, Joseph Droz; *Philosophie de l'économie politique*, Joseph-Michel Dutens¹³¹; *Recherches sur les principes mathématiques de la théorie des richesses*, Antoine Cournot (do qual ele indica ter lido somente o prefácio) e as *Oeuvre*, do escocês Reid, principalmente a *Morale*. Vale notar dois

¹²⁷ Carta a Ackermann, 15 out. 1839, T. I, p. 154; VINCENT. Op. cit., p. 61.

¹²⁸ Ibid., p. 16.

¹²⁹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 45.

¹³⁰ HAUBTMANN. Apud VINCENT. Op. cit., p. 62.

¹³¹ Joseph-Michel DUTENS, físico, engenheiro e geômetra, defensor da doutrina dos fisiocratas ou antigos economistas. Escreveu *Analyse raisonnée des progrès de l'économie politique*, de 1804 e *Philosophie de l'économie politique*, de 1835. Apud PROUDHON. 1ª memória. p. 173.

aspectos: primeiro: Proudhon não lia em inglês com fluência e não lia nada de alemão, portanto todo seu acesso à literatura econômica se fez por meio de traduções francesas; segundo: Proudhon não lera nada de Adam Smith (nem mesmo nas traduções francesas existentes¹³²), Malthus ou Ricardo até essa época. Assim, tudo que ele conhecia a respeito de Economia Política devia-se ao ambiente intelectual francês e às leituras mencionadas.¹³³ Em resumo, das cerca de trinta obras que Proudhon utilizou em *Qu'est-ce que la propriété?* apenas seis delas versavam sobre Economia Política e é perceptível que elas não representavam o estado contemporâneo do debate econômico.

A seguir, é possível identificar um segundo grupo de livros cujo tema principal é a questão do pauperismo: *Traité de la charité*, de Charles Duchâtel; *De pauperisme de la mendicité et des moyens d'en prévenir les funestes effects*, de Pothier; e *Esclavage moderne*, de Lamennais.

O direito era um campo de estudos importante para Proudhon, o que depois ficaria evidente na *1ª memória*, que destacava, entre suas leituras: *Traité des débats et des peines*, Beccaria; *Traité de législation*, Charles Comte; *De jure belli ac pacis*, Grotius; *Traité de législation*, Hennequin e *Traité de droit civil*, Charles Toullier. Chama atenção o texto de Grotius, pois Proudhon questionaria a propriedade enquanto Direito Natural em sua obra.

¹³² A *Riqueza das Nações* de Smith é conhecida e comentada na França pouco depois de sua publicação. Edgard Allix (ALLIX, Edgard. L'Oeuvre économique de Germain Garnier, traducteur de Adam Smith e disciple Cantillon. *Revue d'histoire des doctrines économiques et sociales*, 1912. p. 317-342.) informa que uma tradução de má qualidade, feita por Blavet, apareceu entre 1779 e 1780 no *Journal de l'Agriculture des Arts et du Commerce*; ela foi reimpressa clandestinamente em 6 vol. "in 12" em 1780 ou 1781. Uma nova edição, feita sem o conhecimento de Blavet, apareceu em 1788 (Paris: Duplain, 2 v.) e o próprio tradutor editou a obra novamente em 1800. Roucher, utilizando a tradução francesa de Blavet, editou novamente, e de forma distorcida, a obra em 1890 (ALLIX, p. 318). Somente em 1802, a *Riqueza das Nações* seria traduzida de maneira integral e rigorosa pelo Marquês Germain Garnier (ALLIX, p. 328), que "[...] numa extensa introdução, pretendeu demonstrar a existência de uma unidade entre o sistema de Smith e o dos fisiocratas, atribuindo a um mal-entendido os ataques do economista escocês aos economistas franceses" (ROCHA, Antonio Penalves. Um documento antiescravista do primeiro terço do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, nº137, dez. 1997). Uma segunda edição traduzida pelo mesmo Garnier veio a público em 1822. De qualquer maneira, importa destacar que Smith já era debatido entre os franceses desde meados de 1880 e que, independentemente da tradução de Garnier, J.-B. Say divulgou amplamente as idéias do economista escocês na França, seja por artigos, seja pelo seu *Traité d'Économie Politique* de 1803.

¹³³ Na *1ª memória* as ideias de Smith não são discutidas e seu nome aparece somente 2 vezes; o conhecimento dos clássicos ingleses é indireto. Cf. BÉRAUD. Op. cit.

A despeito da Economia Política e do Direito, no período a maior parte das leituras dele - ainda que elas estivessem relacionadas às questões sociais e econômicas - foi sobre temas filosóficos e históricos: *Introduction à l'histoire universelle*, de Michelet; *Grandeur et décadence des Romanis* e *Lettres Persanes*, de Montesquieu; *Fragments sur la Philosophie de l'histoire*, de Victor Cousin; *Idées sur la philosophie de l'histoire de l'humanité*, de Herder; *Progrés de l'esprit humaine*, de Condorcet; *Critique de la raison pure* e *Principes des moeurs métaphysiques*, de Kant; *Recherche de la verité*, de Malebranche; *Contrat sociale*, *Emile*, *Discours sur l'inégalité*, *Lettre à d'Alambert sur les spectacles*, de Rousseau; *Oeuvres completes*, *Opuscules*, T. II, de Turgot e *Science nouvelle*, de Vico (com tradução e introdução de Michelet) e *Essai sur l'art d'être heureux*, de Joseph Droz.¹³⁴

Paralelamente, Proudhon pôs-se a trabalhar na sua próxima memória e em dezembro fez alusão a um novo trabalho nas cartas a amigos. Em fevereiro, já estava em plena febre da escrita¹³⁵ e se esquecera totalmente do último texto, que considerava superado.¹³⁶ As cartas deste mês dão ideia da situação de Proudhon em meio à redação do livro. Para Ackermann ele escreveu que estava “[...] como um leão [...]” e que nessa ocasião “[...] se um homem tiver a infelicidade de prejudicar-me, teria compaixão se caísse em minhas mãos [...]”¹³⁷. Dias depois, outra carta revelava o mesmo estado de ânimo:

Fui pobre o ano passado, este ano, se tu vens a Paris, me verás indigente. Eu não tenho como viver mais com uma pensão de 1500 francos [...] dois terços são destinados aos meus credores e minha família. Eu terei 250 francos para viver de 20 de março próximo a 20 de setembro. Seria bonito ler, escrever, estudar, mas eu estou oprimido, consternado, desanimado. Às vezes olho o Sena ao passar sobre as pontes, outras vezes eu acho que vou me fazer ladrão. O sentimento de minha miséria é tal que se amanhã eu chegasse à fortuna, o pesadelo que me persegue não me abandonaria por dois anos. Eu não trabalho mais que para recolher desprezos e maledicências; meu infortúnio quer que no lugar de ensinar aos outros coisas que os divirtam e encantem, eu não tenho mais que tristes verdades a lhes dizer, que me farão

¹³⁴ HAUBTMANN, p. 238-255, 1079-1092. Apud VINCENT. Op. cit., p. 62-63.

¹³⁵ AUGÉ-LARIBE, Michel. Introduction. In: PROUDHON. *1ª memória*. p. 101.

¹³⁶ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 49.

¹³⁷ Carta a Ackermann, 12 fev. 1840. T. I, p. 183.

odiado e pisado. Eu não sei nada de outras coisas. Devo calar-me? Eu não posso; me sinto arrastado a beber desse cálice que me horroriza e que todas as delícias não me impediriam de tragar.¹³⁸

Foi nesse estado de espírito que Proudhon redigiu o livro, enquanto preocupava-se também em viabilizar a edição. Todavia, em virtude do seu teor, não esperava encontrar editor disposto a publicá-lo. Ao amigo Ackermann comunicou que “[...] o estilo será rude e áspero; a ironia e a cólera se farão sentir bastante; é um mal irremediável. Quando o leão tem fome, ele ruge [...]”¹³⁹. Dez dias depois, numa carta a Bergmann, diz que no livro se proibiu “toda retórica, toda hipérbole, todo lugar-comum: “eu conto, eu calculo, eu raciocino, eis aí tudo”¹⁴⁰. Portanto, é visível que tem pretensões científicas e matemáticas por um lado e cólera por outro; e na associação desses dois elementos, talvez resida boa parte do impacto de seus escritos. Enfim, para levar à cabo a edição, ele reuniu cerca de cinquenta subscrições para custear a edição, inclusive a do amigo Bergmann, para quem escreve que “é uma contribuição forçada em favor da liberdade e da igualdade; é preciso que tu se resigne”¹⁴¹.

No começo de maio, o texto bruto estava terminado e durante o mês Proudhon revisou-o para amenizá-lo, pois ele próprio o considerava muito rude. Em junho, corrigiu as primeiras provas impressas e em julho, enfim, o livro foi editado com quinhentos exemplares. Dias depois, viajou de Paris à Besançon. A memória foi apresentada e dedicada à Academia de Besançon - e também enviada à ACMP.¹⁴²

Ele estava plenamente confiante que seu livro esclareceria os franceses sobre os males da propriedade¹⁴³, pois tinha a convicção de estar escrevendo uma obra chocante e sem

¹³⁸ Carta a Bergmann, 22 fev. 1840, T. I, p. 187-188.

¹³⁹ Carta a Ackermann, 12 fev. 1840, T. I, p. 183.

¹⁴⁰ Carta a Bergmann, 22 fev. 1840, T. I, p. 189.

¹⁴¹ Ibid., p. 188.

¹⁴² DELMAS. Op. cit., p.81

¹⁴³ VINCENT. Op. cit., p. 63.

precedentes.¹⁴⁴ Além disso, decidiu, quase num ato de desforra contra a Academia de Besançon, fazer-lhe uma dedicatória que soava sarcástica:

[...] ‘A Academia convida o titular a remeter-lhe todos os anos, na primeira quinzena de julho, uma exposição sucinta e racional dos diversos estudos por ele empreendidos no ano anterior’. Venho, senhores, cumprir esse dever. Quando solicitei vossos sufrágios, exprimi abertamente a intenção de encaminhar meus estudos para os meios de *melhorar a condição física, moral e intelectual da classe mais numerosa e mais pobre*. Tal idéia, por estranha que possa ter parecido ao objeto de minha candidatura, vós a acolhestes favoravelmente; e graças à preciosa distinção com que me quisestes honrar, fizestes para mim, desse compromisso solene, uma obrigação inviolável e sagrada [...]¹⁴⁵

É quase como se ele dissesse: - *Falei de minhas intenções e mesmo assim concederam-me a bolsa, agora venho cumprir minha promessa*; o escândalo estava armado. No processo de elaboração do texto, Proudhon definiu claramente que o objeto da *1ª memória* sobre a propriedade era “[...] determinar a idéia do justo, seu princípio, seu caráter e sua fórmula”¹⁴⁶. Portanto, a questão da justiça mostrou-se, desde o princípio, como a grande norteadora¹⁴⁷ de sua obra; ela parece ter sido o veículo que o conduziu da temática religiosa à moral, da moral ao direito de propriedade e deste à economia. Mas nesse percurso, mudanças significativas ocorreram e a mais notável delas foi a adoção de uma perspectiva científica. O primeiro elemento que se destaca na *1ª memória* é a intenção de encontrar, para as ciências morais, padrões equivalentes aos das ciências naturais. Proudhon diz que, desde a concessão da bolsa:

[...] a metafísica e a moral passaram a ser minha ocupação única; minha experiência de que tais ciências, ainda mal determinadas em seu objeto e mal circunscritas, são, como as ciências naturais, suscetíveis de demonstração e

¹⁴⁴ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 51.

¹⁴⁵ PROUDHON. *Candidature*. p. 1.

¹⁴⁶ Carta a Bergmann, 9 fev. 1840, T. I, p. 178; AUGÉ-LARIBE, Michel. Introduction. In: PROUDHON. *1ª memória*. p. 101.

¹⁴⁷ Cumpre a função de um axioma segundo GIDE, Charles; RIST, Charles. Proudhon e o Socialismo em 1848. In: _____. *História das Doutrinas Econômicas: desde os Fisiocratas até os nossos dias* (1909). Rio de Janeiro: Alba, 1941. p. 340.

certeza já recompensou meus esforços.¹⁴⁸

Nesse sentido, estava em plena sintonia com a intenção que presidiu a formação da Economia Política, enquanto disciplina autônoma: construir uma ciência tão exata quanto às ciências da natureza, valendo-se de métodos semelhantes. Entretanto, ele entendia que essa tarefa ainda estava por se realizar e - sem modéstia alguma - em correspondência ao amigo Bergmann diz ter criado “[...] um método de investigação para os problemas sociais e psicológicos como os geômetras criaram para os problemas da matemática”¹⁴⁹. O livro é dividido em cinco capítulos: o primeiro é uma espécie de introdução; o segundo examina a ocupação e sanção legal como fundamentos da propriedade; o terceiro examina o trabalho como fundamento da propriedade; o quarto capítulo procura impugnar de todas as formas a propriedade; e, finalmente, o quinto capítulo aponta as conclusões do autor sobre o tema.

1.4.1 - Propriedade e progresso

O capítulo introdutório intitula-se “Método seguido nesta obra – Ideia de uma revolução”¹⁵⁰, o que indica explicitamente a intenção transformadora do texto. O início torna patente o estilo que procura chocar e provocar o leitor. O autor compara o regime de propriedade ao regime de escravidão, ponderando que neste último há uma relação imediatamente visível e reprovável socialmente, ao passo que no primeiro a realidade é mascarada, embora o regime de propriedade não seja mais que a escravidão transformada. Na mesma passagem, o autor considera a propriedade como o princípio do governo e das instituições, o que se afina totalmente com a tradição filosófica que descende da teoria dos quatro estágios e deságua na Economia Política.

Proudhon apresenta sucintamente sua intenção: questionar as duas principais linhas de

¹⁴⁸ PROUDHON. *Candidature*. p. 2.

¹⁴⁹ Carta a Bergmann, 22 fev. 1840, T. I, p. 189.

¹⁵⁰ PROUDHON. *1ª memória*. p. 131.

argumentação que sancionam a propriedade: ele irá contestá-la enquanto Direito Natural, cuja fonte é o trabalho e enquanto Direito Civil, oriundo da ocupação e sancionado por lei.¹⁵¹ Dessa forma, apropriou-se do próprio saber dominante para impugnar suas conclusões. Ele utilizou as linguagens políticas disponíveis – notadamente o Direito e a Economia Política - e buscou suas contradições, para chegar a conclusões diametralmente opostas. Como disse Gurvitch, “contando unicamente com a força da lógica, Proudhon pretendeu arrastar atrás de si os seus adversários, com as mãos ligadas pelos seus próprios princípios”¹⁵², como quem disputa o jogo, nas regras de seus adversários e se compraz de vencê-los em seu próprio campo.

Para Proudhon há uma relação muito simples e direta entre o seu “método” e a Revolução, ambos presentes no título do capítulo. O método permite conhecer a verdade sobre a propriedade, que, para ele, é sintetizada assim: “A propriedade é o roubo! Eis o chamamento à revolta de 93! Eis o deflagrador das revoluções!”¹⁵³. Assim, a descoberta (jamais a invenção) do método correto permite acessar a verdade sobre a sociedade, o que por sua vez é a chave para a Revolução.

Assim sendo, do início ao fim do texto estão presentes metáforas que remetem ao mundo físico, à mecânica, à química, enfim, às ciências naturais e exatas.¹⁵⁴ Proudhon diz ao leitor que “[...] aqui só encontrareis uma série de experiências sobre o justo e o direito, uma espécie de verificação dos pesos e medidas de vossa consciência [...]”¹⁵⁵. Por outro lado, ele maltrata as “ciências morais”, desprovidas do método correto: “consultei os mestres da ciência, li cem volumes de filosofia, direito, economia política e história: e quis Deus que eu

¹⁵¹ Ibid., p. 131.

¹⁵² BOUGLÉ Apud SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 25-26.

¹⁵³ PROUDHON. Op. cit., p. 132.

¹⁵⁴ Ele cita método geométrico de Pascal para comparar ao que irá seguir na obra. Ibid., p. 135.

¹⁵⁵ Ibid., p. 133-134.

vivesse num século onde tanta leitura me fosse inútil!”¹⁵⁶.

Em *Qu'est-ce que la propriété?* Proudhon se colocou como continuador da tradição iluminista, apoiando toda sua crítica social em argumentos lógicos e racionalistas¹⁵⁷, ele se considerou um desbravador no caminho do progresso, partindo do ponto onde outros estacaram. Para ele: "Há progresso contínuo do gênero humano em direção à verdade, triunfo incessante da luz sobre as trevas [...] Ora, se o homem chegar a saber tudo o que precisa conhecer, pode-se acreditar que, não se enganando mais, deixará de sofrer"¹⁵⁸.

Portanto, ele estabeleceu uma ligação direta entre o conhecimento da realidade social e a reorganização da sociedade em conformidade com as leis naturais, o que traria a felicidade humana. Nesse sentido, ele se inseriu numa linha de continuidade direta com a tradição filosófica fundadora da Economia Política, comentada no primeiro capítulo. Essa é uma característica perene no pensamento proudhoniano, no qual a ciência é valorizada e reivindicada.¹⁵⁹

O próprio conceito de revolução está relacionado ao conceito de progresso para o autor francês e a comparação que ele evocou para ilustrá-lo pertence ao campo das ciências naturais:

Quando a propósito de um fato físico, intelectual ou social, nossas idéias mudam radicalmente, a partir da observação, chamo a esse movimento espiritual *revolução*. Quando há apenas extensão ou modificação de idéias, temos *progresso*. Dessa forma, o sistema de Ptolomeu foi um progresso da astronomia, o de Copérnico foi revolucionário. Assim também em 1789 houve luta e progresso, mas não revolução.¹⁶⁰

¹⁵⁶ Ibid., p. 134.

¹⁵⁷ Gurvitch considera os primeiros escritos de Proudhon marcados por um racionalismo de inspiração cartesiana e kantiana que visa combater o misticismo social em voga entre os filósofos como Saint-Simon, Fourier, Leroux, Buchez e, finalmente, A. Comte. Cf. GURVITCH. Op. cit., p. 26-28.

¹⁵⁸ PROUDHON. Op. cit., p. 142.

¹⁵⁹ O anticientificismo é um traço que muitas vezes se atribui ao anarquismo como um todo. É verdade que esse traço pode ser encontrado aqui e acolá em alguns pensadores anarquistas, mas daí a derivar uma “regra geral” vai uma enorme distância. No caso de Proudhon, imputar um traço anticientificista a seu pensamento é totalmente descabido. Aos que o consideram anarquista ou “pai” do anarquismo, à parte qualquer juízo de valor, cabe reconhecer que ele se enquadra plenamente na classificação de “cientificista”, epíteto rotineiramente utilizado com conotação negativa e atribuído exclusivamente ao marxismo por muitos anarquistas.

¹⁶⁰ Ibid., p. 148.

Aparece, portanto, a ideia de 1789 como uma revolução incompleta, um *progresso* que deveria se tornar uma *revolução*. Nesse quadro, Proudhon atribui-se o papel de um continuador radicalizado da tradição das luzes¹⁶¹, e ao mesmo tempo, criticou os ideólogos que renunciaram ao progresso e se adaptaram à ordem vigente, alinhados aos partidários do Antigo Regime no discurso do “fatalismo social”, que:

[...] não é próprio apenas dos teólogos: encontramos-lo em termos equivalentes nos escritos dos filósofos materialistas, partidários de uma perfectibilidade indefinida. Destutt de Tracy ensina formalmente que o pauperismo, os crimes, a guerra, são a condição inevitável de nosso estado social, um mal necessário, contra o qual seria loucura revoltar-se. Assim, *necessidade do mal* ou perversidade original são no fundo a mesma filosofia.¹⁶²

A primeira crítica proudhoniana à democracia tem uma relação estreita com os conceitos de *progresso* e de *revolução* e um sentido muito preciso. Para Proudhon, da monarquia à democracia há evidente progresso, mas não revolução, porque ambos os regimes se baseiam na soberania: de “um”, no caso da monarquia; da “maioria nacional”, no caso da democracia. Para ele, a questão não está no número, o problema residiria na própria ideia de soberania como o “poder de fazer leis”, um absurdo oriundo do despotismo.¹⁶³

Segundo o autor, não é preciso “fazer leis”, as leis foram feitas pela natureza e o homem precisa reconhecê-las por meio da razão. O problema, para ele, é a soberania “[...] do homem no lugar da soberania da lei, a soberania da vontade no lugar da soberania da razão, numa palavra, as paixões no lugar do direito”¹⁶⁴. O problema fundamental era o governo baseado nas paixões, no sentimentalismo, na emoção, nos instintos, em suma: no arbítrio. Isso deveria ser substituído por um governo baseado nas leis naturais, compreendidas pela razão.

¹⁶¹ A *1ª memória* “[...] desenvolve-se sobre o tema dos direitos naturais. Isto é significativo, porque o autor considerar-se-á sempre como sucessor dos homens de 89”. Cf. DENIS. Op. cit., p. 399.

¹⁶² PROUDHON. Op. cit., p. 142.

¹⁶³ Ibid., p. 149.

¹⁶⁴ Ibid., p. 148.

Essa avaliação fez com que ele desdenhasse das reformas no plano político, que apenas democratizariam a arbitrariedade¹⁶⁵, sobretudo no período que vai até 1848. Para ele, na monarquia e na república, “fora a diferença no número de vontades, ambos os sistemas são perfeitamente iguais: em um e outro o erro é o mesmo: considerar a lei como expressão de uma vontade quando ela deve ser a expressão de um fato”¹⁶⁶. Assim, a rejeição da política se fez em nome da razão científica, das leis naturais e do império de uma ordem econômica que absorveria a ordem política como poderá ser percebido mais adiante.

Para Proudhon, o progresso está associado à descoberta de critérios racionais na aplicação da justiça; assim, a própria ideia sobre o que é justo evoluiu sem cessar, alcançando cada vez maior precisão. Todavia, ele pergunta, “terá chegado à última fase?”; responde que não, ainda restaria um último obstáculo a vencer: “a instituição do domínio de propriedade”, cuja abolição seria a condição necessária “para terminar a reforma do governo e consumir a revolução”; por isso a propriedade deveria ser atacada.¹⁶⁷ Nessa passagem fica evidente a ideia de continuidade num processo que culminaria na revolução; ao mesmo tempo, fala em “reforma do governo”, ou seja, até aqui ele não sugere nada parecido com a abolição do governo ou Estado.

Nesse ponto, centra-se na questão da propriedade e pergunta ao leitor se ela é justa. Ele responde *não*, embora todos digam que *sim*, e faz uma ressalva sutil: “Digo todos porque ninguém, até o presente, parece ter respondido não com conhecimento pleno”, pois uma resposta motivada não teria sido coisa fácil; só o tempo e a experiência podiam conduzir a uma solução.¹⁶⁸ Esse trecho sugere que Proudhon tinha consciência de que outros autores já tinham refutado a propriedade, mas sem conhecimento pleno da questão. Mas a crítica dele

¹⁶⁵ Proudhon cita cita Tocqueville (*De la démocratie aux États-Unis*, primeira parte de 1835, segunda de 1840) e Chevalier (*Lettres sur l’Amérique du Nord*) para mostrar que mesmo na democracia podemos não ser livres. Cf. *Ibid.*, nota 33, p. 149.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 149.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 153, grifo nosso.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 153, grifo nosso.

“[...] é de uma ordem mais interna e é mais original, quer pela forma quer pela força de expressão que lhe imprimiu Proudhon”¹⁶⁹. Até mesmo a sentença “a propriedade é um roubo”, já havia sido pronunciada por Brissot num contexto muito distinto¹⁷⁰, em 1789, mas seguramente era desconhecida por ele.¹⁷¹

No capítulo introdutório, Proudhon anunciou que a abolição da propriedade era a condição real para a igualdade política.¹⁷² Além disso, ele vislumbrou na propriedade uma instituição suscetível de aproximar o mundo natural e o mundo social, porque “[...] como a propriedade só se exerce [...] sobre coisas materialmente apreciáveis, a justiça, objetivando-se a si mesma, por assim dizer, secretamente, deve surgir sob uma fórmula algébrica”¹⁷³. Assim, a propriedade cumpriria a função de abrir as portas do mundo social aos critérios matemáticos das ciências físicas e naturais.

1.4.2 - A propriedade como Direito Natural

O segundo capítulo, intitulado “Da propriedade considerada como Direito Natural – Da ocupação e da lei civil como causas eficientes do domínio de propriedade”, começa com as definições de propriedade do Direito Romano, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do artigo 544 do Código Civil Napoleônico - todos eles definindo plenos direitos aos proprietários.¹⁷⁴

A primeira diferenciação que Proudhon ressalta - fundamental para a compreensão de

¹⁶⁹ HUGON. Op. cit., p. 236. Também em GIDE; RIST “[...] como todos os socialistas, o seu ponto de partida é uma crítica ao direito de propriedade. Este direito, que os economistas cuidadosamente se abstiveram de discutir [...]”. Op. cit., p. 331.

¹⁷⁰ Jacques-Pierre Brissot (Chartres, França, 15 de Janeiro de 1754 - Paris, 31 de Outubro de 1793) foi um político revolucionário francês, e chefe do partido político Gironda. *Recherches sur le droit de propriété et sur le vol*, 1780. ANSART. Op. cit., p. 187.

¹⁷¹ NEGRO nega que Proudhon tenha tirado a fórmula “a propriedade é um roubo”, de Brissot, que ele desconhecia. Op. cit., p. 103; GIDE e RIST ressaltam que ele coloca a questão em termos totalmente distintos. Op. cit., nota 261, p. 333-334.; Numa carta a J.-B. von Schweitzer (24 jan. 1865), Marx também destacou a precedência de Brissot.

¹⁷² PROUDHON. Op. cit., p. 153.

¹⁷³ Ibid., p. 154, grifo nosso.

¹⁷⁴ Ibid., p. 156.

sua crítica - é entre o *proprietário* e o *possuidor*: o primeiro apoiado na legalidade do direito, no *jus in re*; o segundo, na posse de fato, no *jus ad rem*.¹⁷⁵ O autor compara o primeiro ao marido e o segundo ao amante.¹⁷⁶ Feita esta distinção, Proudhon principia sua argumentação perguntando se a propriedade, como define a Declaração Universal, é realmente um dos direitos naturais do homem junto à *liberdade*, a *igualdade*, e a *segurança*.¹⁷⁷ Responde que não, sob o argumento de que, ao contrário da propriedade, a *liberdade*, a *igualdade* e a *segurança* são direitos inerentes ao homem, inegociáveis.¹⁷⁸ Além disso, avalia que tais direitos são absolutos, não suscetíveis de aumento ou diminuição¹⁷⁹; pois nos associamos para alcançar esses direitos. Com a propriedade nada disso ocorre: ela é passível de redução e acréscimo; é um direito que dispensa a associação, que separa o indivíduo do conjunto da sociedade. Assim, se ela é um Direito Natural, não é social, pois propriedade e sociedade são coisas repulsivas entre si.¹⁸⁰ De toda essa argumentação, se depreende claramente que Proudhon está se referindo à propriedade como coisa e não à propriedade enquanto característica de personalidade do indivíduo.

Ao escrever o texto, ele sabe que está mexendo num dos fundamentos sobre os quais se sustenta a ordem social e tinha plena consciência do incômodo que a questão da propriedade causava quando posta em discussão:

Há pessoas que não gostam que se levante a poeira dos pretensos títulos do direito de propriedade e se busque a fabulosa e talvez escandalosa história deles; querem que fiquemos nisto: a propriedade é um fato, sempre foi e sempre será. Por aí começa o sábio Proudhon¹⁸¹ em seu *Traité des droits d'usufruit*, colocando a questão da origem da propriedade no nível das

¹⁷⁵ “Eu, que, na qualidade de trabalhador, tenho direito à posse de bens da natureza e da indústria, e que, pela condição de proletário, de nada gozo, é em virtude do *jus ad rem* que pretendo alcançar o *jus in re*.” Ibid., p. 157.

¹⁷⁶ Ibid., p. 157.

¹⁷⁷ Ibid., p. 158.

¹⁷⁸ Ibid., p. 159-160.

¹⁷⁹ Ibid., p. 164.

¹⁸⁰ Ibid., p. 164

¹⁸¹ O Proudhon mencionado nessa passagem era Jean Baptiste Victor Proudhon, um tio de 6º grau do socialista francês, Prof. Faculdade de Direito de Dijon e autor do *Traité des droits d'usufruit, d'usage, d'habitation e et de superficie*, de 1833.

banalidades escolásticas. Talvez eu subscrevesse tal desejo, que considero inspirado por um louvável amor à paz, se visse todos os meus semelhantes gozando de uma propriedade suficiente, mas...não...não o subscreveria.¹⁸²

Vale lembrar que a Economia Política francesa da época estava totalmente assentada sobre o reconhecimento do direito de propriedade. Mais do que isso, o grande mestre dos economistas franceses¹⁸³, J.-B. Say, recusava-se a colocar os fundamentos da propriedade em questão, “deixando essa tarefa para a ‘filosofia especulativa’ [...]”¹⁸⁴. A própria separação de disciplinas e a delimitação da Economia Política impuseram uma espécie de admissão axiomática da propriedade:

O filósofo especulativo pode ocupar-se em procurar os verdadeiros fundamentos do direito de propriedade; o jurisconsulto pode estabelecer as regras que presidiam à transmissão das coisas possuídas; a ciência política pode mostrar quais são as garantias mais seguras desse direito; quanto à Economia Política, ela considera a propriedade apenas como o mais poderoso encorajamento à multiplicação das riquezas. Ela pouco ocupar-se-á com o que fundamenta e garante, desde que ela seja assegurada.¹⁸⁵

Portanto, a Economia Política trata a propriedade como uma “verdade evidente”¹⁸⁶. Say recusa claramente adentrar na seara da origem e justificativa da propriedade, como quem tem consciência dos problemas que poderia suscitar. Tal recusa é quase que por conveniência e mais pela utilidade do direito de propriedade no presente do que por qualquer tipo de justificativa legítima para sua existência:

É por um sentimento confuso dessa utilidade do direito de propriedade, tanto quanto por causa do interesse privado dos ricos, que, em todas as nações civilizadas, o atentado às propriedades é perseguido e punido como um crime. O estudo da Economia Política é muito adequado para justificar e fortalecer essa legislação e explica por que os felizes efeitos do direito de propriedade são tanto mais notáveis quanto está mais bem garantido pela

¹⁸² Ibid., p. 165.

¹⁸³ Economia Política francesa no séc. XIX, em todas as suas correntes, procede de Say. Cf. LUTFALLA, Michel. Aux origines du libéralisme économique en France, Le “Journal des Économistes”, analyse du contenu de la première série 1841-1853. *Revue d’Histoire Économique et Sociale*, Paris, ano 50, p. 494-517, 1972, p. 13.

¹⁸⁴ TAPINOS, Georges. Prefácio. In: SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril, 1983. p. 8.

¹⁸⁵ SAY, Jean-Baptiste. *Tratado De Economia Política*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os pensadores). p. 133.

¹⁸⁶ Ibid., p. 133.

constituição política.¹⁸⁷

Proudhon compreendia que o reconhecimento do direito de propriedade é uma garantia de paz social - como já foi citado -, e até cogitou subscrever “tal desejo, que considero inspirado por um louvável amor à paz [...]”, mas apenas sob a condição de ver “todos os meus semelhantes gozando de uma propriedade suficiente, mas...não...não o subscreveria”¹⁸⁸. Nessa passagem, podem ser destacados dois momentos: primeiro, ele insinua transigir com o direito de propriedade, caso os “seus” também tivessem acesso a esse direito - o que por si só afirma uma identificação de classe; mas, depois de insinuar uma transigência, se recusa a subscrever o direito de propriedade e, nesse momento, não se coloca apenas como membro de uma classe que reivindica direitos iguais, mas como pensador universal que transcende sua posição particular e busca a ordem social mais harmônica.

Seguindo um procedimento comum em sua obra, de questionar a propriedade valendo-se dos seus próprios princípios, Proudhon toma os argumentos de seus adversários e os leva aos extremos de suas contradições, atirando-os uns contra os outros, assistindo sarcasticamente à sua destruição mútua. Ele critica o imposto proporcional sobre a riqueza, que pretendia cobrar porcentagens maiores dos ricos. De fato, suas críticas soam estranhas para um socialista, mas Proudhon tem apenas uma intenção: mostrar que o imposto proporcional estava em contradição com o direito de propriedade, porque se este último era um direito legítimo não poderia ser punido com uma taxa mais elevada: “[...] se o Estado me toma mais, que me devolva mais ou pare de falar em igualdade de direitos; porque de outra forma a sociedade estará instituída para organizar a destruição da propriedade, não para defendê-la”¹⁸⁹. No mesmo sentido, ele questiona as leis inglesas contra a pobreza: “na Inglaterra existe uma taxa dos pobres: querem que eu pague essa taxa. Mas que relação existe

¹⁸⁷ Ibid., p. 136.

¹⁸⁸ PROUDHON. Op. cit., p. 165.

¹⁸⁹ Ibid., p. 161.

entre o meu direito natural e imprescindível de propriedade e a fome que atormenta dez milhões de miseráveis?”¹⁹⁰. Evidência da relação entre a propriedade e a pobreza? Algum sentimento de culpa pela pobreza? Incoerência presente na própria lei? Seja como for, o autor quer ressaltar essas contradições no leitor, provocar uma espécie de má consciência.

Proudhon lembra que no transcorrer das deliberações a respeito do Código Napoleônico o direito de propriedade foi aprovado sem nenhum tipo de debate ou controvérsia¹⁹¹, pois parecia ser “natural”. A partir desse ponto, o autor começa a examinar o direito de ocupação e definir o conceito de posse - crucial em seu pensamento - citando Cícero que compara a terra a um vasto teatro: os lugares são possuídos, mas não apropriados, cada qual só pode ocupar um lugar, cada um tem direito somente ao que lhe basta.¹⁹² Segundo Proudhon, “a doutrina de Cícero conclui pelo direito à igualdade: sendo a ocupação mera tolerância, se essa tolerância for mútua, e não poderia deixar de sê-lo, as posses são iguais”¹⁹³. A metáfora do teatro de Cícero serve para o questionamento da propriedade por ocupação primitiva; a terra, como o teatro, exige que o espaço seja partilhado entre todos; ninguém pode ocupar dois lugares ao mesmo tempo no teatro, assim como ninguém pode ocupar uma terra na qual não consiga trabalhar por si mesmo; por isso, o direito de posse jamais pode ser fixo, não pode se tornar propriedade.¹⁹⁴

Para refutar o direito de propriedade como Direito Natural, ele cita o escocês Reid, que considera o direito de propriedade como adquirido e não como natural.¹⁹⁵ Proudhon pondera que, se o direito de viver deve ser igual para todos, o direito de trabalhar e de ocupar também devem sê-lo e ironiza a imagem típica do “proprietário-ocupante primitivo”:

¹⁹⁰ Ibid., p. 161.

¹⁹¹ Ibid., p. 165.

¹⁹² Ibid., p. 166.

¹⁹³ Ibid., p. 166.

¹⁹⁴ LABROUSSE. Op. cit., p.159.

¹⁹⁵ PROUDHON. Op. cit., p. 168.

Os insulares poderiam, sem crime, a pretexto de defender a propriedade, expulsar a golpes de arpão infelizes náufragos que tentassem ganhar a costa? [...] “O proprietário, qual Robinson em sua ilha, afasta a golpes de chuço e a balaços de fuzil o proletário que a vaga da civilização engole e que procura agarrar-se aos rochedos da propriedade. Dá-me trabalho, grita ele com toda a sua força ao proprietário; não me expulses, trabalharei pelo salário que quiseres. – Não preciso dos teus serviços, responde o proprietário brandindo o chuço ou o fuzil. – Pelo menos baixa meu aluguel. – Preciso de minhas rendas para viver. – Mas como posso te pagar sem trabalhar? – O problema é teu. Então o desventurado proletário se deixa arrastar pela corrente ou, se tenta penetrar na propriedade, o proprietário faz pontaria e o mata.”¹⁹⁶

A rejeição da ocupação como legitimadora da propriedade se faz por dois caminhos combinados. Por um lado, Proudhon considera a posse por si só insuficiente, se não estiver acompanhada do trabalho; mas por outro, coloca em questão a limitação do espaço a ocupar e a qualidade dos terrenos confrontada com a igualdade de direito para todos; citando Victor Cousin ele avalia que, “[...] para se tornar proprietário é preciso tomar posse pela ocupação e pelo trabalho”, mas acrescenta que “é preciso chegar ainda a tempo, pois, se os primeiros ocupantes ocuparem tudo, o que os retardatários ocuparão?”¹⁹⁷.

Como legítimo continuador dos homens de 1789, ele persegue a igualdade e a justiça e identifica a propriedade como a grande geradora das desigualdades, a instituição que torna a igualdade política e civil uma farsa. É para cumprir essa demanda de igualdade que ele pretende abolir a propriedade:

A igualdade de condições, esse dogma terrível aos ouvidos do proprietário, verdade consoladora no leito do moribundo, temível realidade sob o escalpelo do anatomista, a igualdade de condições, transposta à ordem política, civil e industrial, não passa de enganadora impossibilidade, armadilha honesta, satânica mentira.¹⁹⁸

Todavia, é necessário precisar de que propriedade se trata. Em *Qu'est-ce que la propriété?* ele procurou delimitar claramente a acepção do termo propriedade, rejeitando a

¹⁹⁶ Ibid., p. 168-169.

¹⁹⁷ Ibid., p. 173.

¹⁹⁸ Ibid., p. 177.

identidade entre propriedade/característica pessoal e propriedade/domínio sobre coisa externa.¹⁹⁹ Consequentemente, ele termina por criticar Destutt de Tracy²⁰⁰, pois este considera que “[...] ter necessidades e meios, direitos e deveres é ter, possuir alguma coisa. São tipos de propriedade, ou tomando a palavra em sua forma genérica: são coisas que nos pertencem”.

Proudhon responde que isso é um

[...] equívoco indigno, que a necessidade de generalizar não justifica. A palavra *propriedade* tem duas acepções: 1.^a – Designa a qualidade pela qual uma coisa é o que é, pela virtude que lhe é própria e a distingue especialmente: é neste sentido que dizemos: *as propriedades do triângulo* ou *dos números*, *a propriedade do imã*, etc. 2.^o - Exprime o direito dominial de um ser inteligente e livre sobre uma coisa; é nesse sentido que a tomam os juristas. Assim, nesta frase: *O ferro adquire a propriedade do imã*, a palavra propriedade não veicula a mesma idéia que nesta outra: *Adquiri a propriedade deste imã*. Dizer a um infeliz que ele *tem* propriedades porque *tem* braços e pernas; que a fome que o oprime e a faculdade de dormir ao relento são propriedades, isso é brincar com as palavras e juntar a derrisão à desumanidade [...] Admiremos a boa fé e a razão dos filósofos. O homem tem propriedades, ou seja, faculdades, na primeira acepção do termo; tem a propriedade, ou seja, o domínio, na segunda acepção: tem portanto a propriedade da propriedade de ser proprietário. Como eu coraria de evocar tais puerilidades [...]²⁰¹

Dentro dessa perspectiva, que distingue dois conceitos de propriedade, Proudhon entende que os vocábulos “teu” e “meu”, quando aplicados às coisas exteriores a nós, só podem indicar posse, função, utilização e jamais propriedade.²⁰² Essa posse, diz ele, não é uma invenção; os árabes e os antigos germanos já agiam dessa maneira.²⁰³ Para ele, historicamente a agricultura foi o fundamento da posse territorial e a causa eventual da propriedade, pois não significaria nada assegurar ao agricultor o fruto de seu trabalho sem assegurar-lhe ao mesmo tempo o meio de produzir.²⁰⁴ Assim, Proudhon considera que a

¹⁹⁹ Ibid., p. 173.

²⁰⁰ Nos cinco volumes dos *Elementos de Ideologia*, Destutt de Tracy tratou de múltiplos assuntos, mas termina com a propriedade: “quer dizer pelo fundamento da ciência econômica: os volumes 4 e 5 dos *Eléments d’idéologie* (1826) são, com efeito, um tratado de economia”. Cf. LUTFALLA. Op. cit., p. 494-517, p. 16.

²⁰¹ PROUDHON. Op. cit., p. 171.

²⁰² Ibid., p. 170.

²⁰³ Ibid., p. 179.

²⁰⁴ Ibid., p. 184.

sociedade pode outorgar posse mediante três condições: ocupação primitiva, trabalho e contrato social de partilha; lembrando que isso confere ao indivíduo a condição de usufrutuário e não de proprietário.²⁰⁵ Em resumo, sob estas três condições, ele considera justa a posse, totalmente distantes dos ditames do Código Civil, que estabelece a propriedade, independentemente da posse, ocupação ou trabalho.²⁰⁶

Portanto, Proudhon demarca a diferença entre o que considera a verdadeira justiça, o Direito Natural - derivado da compreensão racional das leis naturais - e a legalidade do Direito Positivo plasmado no Código Civil. Para ele, o hiato entre Direito Natural e o Direito Positivo deve-se às próprias limitações da compreensão humana em cada época, pois “o homem enganou-se sobre a constituição das sociedades, sobre a natureza do direito, sobre a aplicação do justo, como se enganou sobre a causa dos meteoros e o movimento dos corpos celestes; suas velhas opiniões não podem ser tomadas como artigos de fé”²⁰⁷. Aqui, novamente se evidencia a pretensão de um paralelismo com as ciências naturais, pelo qual o autor pretende mostrar que numa sociedade fundada na igualdade, a ocupação teria como consequência a interdição da propriedade:

[...] Pois, uma vez que todo homem tem o direito de ocupar pelo simples fato de existir, não podendo prescindir, para viver, de uma matéria de exploração e de trabalho; e como, por outro lado, o número de ocupantes varia continuamente, graças aos nascimentos e óbitos, segue-se que a quota de matéria à qual cada trabalhador pode aspirar varia com o número de ocupantes; em consequência, a ocupação está sempre subordinada à população; finalmente, a posse, em direito, não podendo nunca permanecer fixa, é impossível que possa transformar-se em propriedade de fato. [...] O direito de ocupar é igual para todos. Não estando a medida da ocupação na vontade, mas nas condições variáveis do espaço e do número, a propriedade não pode se formar.²⁰⁸

²⁰⁵ Ibid., p. 180.

²⁰⁶ Ibid., p. 183.

²⁰⁷ Ibid., p. 187.

²⁰⁸ Ibid., p. 188-189.

Também é importante destacar que a posse, embora possa ser individual, precisa cumprir os requisitos já expostos; por isso mesmo, “[...] o usufrutuário está colocado sob a supervisão da sociedade, submisso à condição do trabalho e à lei da igualdade”, o que, por sua vez, se opõe totalmente à definição romana de propriedade, herdada pelo Código Civil francês, como o *direito de usar e abusar*.²⁰⁹

1.4.3 - A propriedade justificada pelo trabalho

Georges Gurvitch considerou que na *1ª memória* bastou a razão e a justiça, concebidas na linguagem do Direito Natural, para que Proudhon impugnasse a propriedade.²¹⁰ De fato, este procedeu assim; porém, nessa mesmo texto ele mudou a perspectiva do questionamento e também questionou a propriedade a partir do trabalho, o que o conduziu do Direito à Economia Política.

O terceiro capítulo é particularmente importante porque marca a aproximação de Proudhon com a Economia Política que, segundo ele, deu-se porque “os juristas modernos, seguindo os economistas, abandonaram quase todos a teoria da ocupação primitiva, considerando-a ruínoza demais, e adotaram com exclusividade a que faz a propriedade nascer do trabalho”²¹¹. Todavia, ele chama atenção para o descompasso entre a justificativa da propriedade pelo trabalho²¹² e o Código Civil quando comenta que os “[...] partidários do trabalho não percebem que seu sistema está em contradição absoluta com o Código, do qual todos os artigos e disposições supõem a propriedade fundada no fato da ocupação primitiva”.²¹³

²⁰⁹ Ibid., p. 189.

²¹⁰ GURVITCH. Op. cit., p. 26-27.

²¹¹ Ibid., p. 190.

²¹² Ibid., p. 191-192.

²¹³ Ibid., p. 190.

Proudhon se irritava com Say por este último defender a propriedade privada da terra com base na facilidade e na conveniência²¹⁴, dizendo que é mais fácil se apropriar da terra do que do ar ou da luz. Por isso, acusou Say de “falta de inteligência ou má fé”²¹⁵. Ele diz que a questão não é o porquê (a facilidade), mas o direito. E pergunta: como o homem pode se apropriar de algo que a natureza entregou de graça? Nesse ponto, o autor evidenciou toda a sua religiosidade deísta e mencionou Deus como criador da terra, da natureza, o proprietário original de toda terra.²¹⁶ E assim, a propriedade privada acabou assumindo feições de usurpadora da grande “propriedade divina”.

Ainda dentro da linguagem do Direito Natural, o socialista francês recriminou a propriedade porque ela atentaria contra os demais direitos naturais: “como à liberdade, o homem não pode renunciar ao trabalho; ora, reconhecer o direito de propriedade territorial é renunciar ao trabalho, porquanto implica renunciar ao meio de exercê-lo, é ceder de um direito natural e despojar-se da qualidade de homem”²¹⁷.

Proudhon não encontrou, entre os defensores da propriedade, nenhum tipo de argumento que lhe parecesse convincente, pois toda a defesa da propriedade parecia ter duas fontes, aliás, bastante próximas: uma era o próprio interesse dos beneficiados pela ordem; outra era o temor de desordens sociais, receio que não atingia apenas os proprietários, mas outros setores da sociedade. Contra esses argumentos, ele utilizou o racionalismo e os métodos das ciências naturais aplicados à questão social, colocando-se ao lado da ciência e mostrando que os defensores da propriedade se apoiavam na ignorância e na mistificação.²¹⁸ Todavia, se o argumento era racional, o estilo proudhoniano era marcado pela ironia, pelo sarcasmo e pela ridicularização dos adversários: “sempre houve proprietários, sempre haverá”:

²¹⁴ Ibid., p. 193.

²¹⁵ Ibid., p. 193.

²¹⁶ Ibid., p. 194.

²¹⁷ Ibid., p. 197.

²¹⁸ “Por que o provérbio *Nada de novo sob o sol* parece reservado exclusivamente às pesquisas metafísicas?” “[...] Ainda estamos fazendo filosofia com a imaginação em lugar de fazê-la com a observação e o método [...]” Ibid., p. 199.

é com essa máxima profunda, último esforço do egoísmo em apuros, que os doutores da desigualdade social julgam responder aos ataques de seus adversários, supondo sem dúvida que as idéias prescrevem como as propriedades”²¹⁹. Mais do que isso, seu cinismo adquiria um tom agressivo quando algum valor - como a paz, por exemplo - era invocado e sobreposto ao que ele considerava o maior dos valores: a justiça:

[...] Ainda que um milhão de proprietários queimem até o julgamento, cobro de sua consciência a parte que me tomam dos bens deste mundo. Grotius acrescenta a essa consideração vigorosa uma outra: é mais seguro abandonar um direito litigioso do que pleitear, perturbar a paz das nações e atizar o fogo da guerra civil. Caso queiram, acato esse raciocínio, desde que me indenizem; mas, se a indenização me for recusada, que importa a mim, proletário, o repouso e a segurança dos ricos? Preocupo-me tão pouco com a ordem pública quanto com a salvação dos proprietários; peço para viver trabalhando, do contrário morrerei combatendo.²²⁰

1.4.4 - O valor-trabalho como critério matemático

No parágrafo 6º do cap. III (“Que o trabalho conduz à igualdade das propriedades”), Proudhon se aproxima da questão do valor como criador da riqueza pela primeira vez em sua obra. Questionando Charles Comte, ele pergunta se quando o trabalhador acrescenta valor à propriedade ele se torna proprietário também²²¹, pois:

Quem trabalha torna-se proprietário fato inegável dentro dos atuais princípios de Economia política e direito. E quando digo proprietário não entendo apenas, como os economistas hipócritas, o proprietário de seu soldo, salário, estipêndio; refiro-me ao proprietário do valor que ele cria e do qual o dono é o único a beneficiar-se [...] muita gente fala em dar aos operários [uma] participação nos lucros e nos produtos, mas em caráter de mera beneficência; nunca se demonstrou, nem talvez se suspeitou, que esse fosse um direito natural, necessário, inerente ao trabalho, inseparável da qualidade de produtor, até o último dos trabalhadores. Minha proposição é esta: O trabalhador conserva, mesmo após receber seu salário, um direito natural de propriedade sobre a coisa que produziu.²²²

Em síntese, todo valor a mais criado por qualquer trabalhador no processo produtivo

²¹⁹ Ibid., p. 199.

²²⁰ Ibid., p. 203-204.

²²¹ Ibid., p. 210.

²²² Ibid., p. 212, grifo nosso.

deveria fazer dele proprietário, ou mais precisamente, co-proprietário em função do caráter coletivo da produção. Assim, no quadro do Direito Natural, Proudhon colocou o direito à liberdade como decorrente do direito ao trabalho e, deste último, derivou o direito à propriedade dos valores criados pelo trabalho. Assim, sustenta que o trabalho cria valor e, portanto, justifica a propriedade dos frutos do trabalho. Nesse sentido, ele retomou o mesmo tipo de argumentação desenvolvida desde Locke até Smith²²³, embora rejeite a propriedade dos meios de produção e aceite somente a posse - ainda que ele não tenha lido nem um nem outro antes de escrever *Qu'est-ce que la propriété?*

Proudhon se interessou em determinar quem exatamente realizava este trabalho que agregava valor e justificava a propriedade. Quem é o sujeito social criador dos valores? Desde Adam Smith, esteve presente no debate político a ideia de que determinadas classes são “produtivas”, ao passo que outras seriam “improdutivas”, vivendo parasitariamente da riqueza social.

Na França, o termo “produtores”, popularizado por Saint-Simon, adentrou no vocabulário político carregado de valor social.²²⁴ Dessa forma, a ideia amplamente propagada de que o povo é o único produtor não era nova em 1840, pois este a defendera ao afirmar que os “produtores industriais” eram os únicos criadores da riqueza.²²⁵ Porém, na definição de

²²³ Na *Riqueza das Nações*, embora Smith não aprofunde a questão, ela dá margem para se concluir que o trabalhador é o produtor do valor e não o patrão. Numa passagem do Livro I, Cap. VI, ele diz que quando não há patrão “todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador”, mas quando “[...] o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender o negócio. Nesse caso, o valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais desdobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários dos trabalhadores, e a outra, os lucros do empresário, por todo o capital e os salários que ele adianta no negócio.” Na mesma passagem Smith rejeita francamente que o lucro do patrão seja uma espécie de salário pelo trabalho de administração, argumentando que ele não tem nenhuma proporção com o engenho ou dureza de seu trabalho; ele indica que seu lucro segue outro princípio. SMITH. *RN*. p. 78.

²²⁴ ANSART. *Op. cit.*, p. 158.

²²⁵ Segundo Gurvitch o termo “exploração” foi utilizado no sentido de exploração de uma classe sobre a outra pela primeira vez em *L'Exposé de la Doctrine de Saint-Simon* (Paris, 1830; reeditada por C. Banyle e E. Halbey em 1924), obra coletiva dos seus discípulos, que fala da “exploração do homem pelo homem” apud. GURVITCH,

Saint-Simon os produtores não estavam limitados exclusivamente aos operários e artesãos; os empresários industriais eram bastante valorizados no sansimonismo que considerava o capital como uma das fontes do valor.

Para a crítica proudhoniana é, portanto, essencial atacar com insistência os sansimonianos e toda a argumentação – associada à desigualdade dos talentos – que legitimava os empresários como parte da classe “dos produtores” de valores²²⁶; dessa forma, Proudhon iria deslocar a linha divisória entre as classes produtivas e improdutivas, inserir uma cunha no conceito de “classes produtoras”, reclassificando os proprietários e patrões como parte dos improdutivos e parasitários. A ideia do proprietário como parasita ou ladrão tem semelhança com a recorrente metáfora sansimoniana das *abelhas* e *zangões*, cujo alcance é alargado ao serem classificados como zangões não apenas os que vivem de rendimentos, mas todos os capitalistas.²²⁷

Ao fazer isso, ele está sintonizado com as mudanças na sociedade francesa, com a emergência da questão operária, das “classes perigosas”, da separação progressiva - na realidade e nas representações - entre a classe operária e a burguesia. A década de 1830 testemunhou pela primeira vez, na história da sociedade francesa, a aparição de múltiplos periódicos escritos por operários, assim como o nascimento de numerosas publicações destinadas a “leitores operários”. Em setembro de 1830 apareceram, por exemplo, três periódicos cujos títulos denotam abertamente seu caráter: *Le Journal des Ouvriers*; *L'Artisan, journal de la classe ouvrière*; e *Le Peuple, journal général des ouvriers, rédigé par eux-mêmes*.²²⁸ Nesse momento, começa a se associar o conceito de povo à classe operária, excluindo dele a burguesia e o corte que o autor introduz na “classe produtora” parece

Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Presença, 1980. nota 1, p. 34.

²²⁶ ANSART. Op. cit., p. 201-202.

²²⁷ GURVITCH. Op. cit., p. 35.

²²⁸ Periódico que inspiraria o título do primeiro intento jornalístico de Proudhon. Cf. ANSART. Op. cit., p. 106.

pertencer ao mesmo movimento.²²⁹

O socialista aqui estudado tenta identificar a relação entre os valores criados pelo trabalho e os salários recebidos pelos trabalhadores, apontando primeiramente que o salário não reflete o valor criado:

Essa quantia paga não basta: o trabalho dos operários criou um valor; ora, tal valor é propriedade deles. Mas não o venderam nem trocaram; e vós, capitalista, de modo algum o adquiristes. Que tendes um direito parcial sobre o todo, pelos fornecimentos que fizestes e pela subsistência que proporcionastes nada mais justo: contribuístes para a produção, deveis partilhar do gozo. Mas vosso direito não anula o dos operários, que, malgrado vós, foram vossos colegas na tarefa de produzir. Falais em salários? O dinheiro com que pagais as diárias dos trabalhadores mal cobriria alguns anos da posse perpétua que eles vos abandonaram. O salário é a despesa que a manutenção e a restauração diária dos que trabalham exigem; estais errados vendo nisso o preço de uma venda. O operário não vendeu nada: não conhece nem seu direito nem o alcance da cessão que vos fez, nem o sentido do contrato que pretendeis ter lavrado com ele. De sua parte, ignorância completa; da vossa, erro e surpresa, para não dizer dolo e fraude!²³⁰

Esta é uma passagem preciosa, em que Proudhon não só aponta a diferença entre os valores criados e o salário, mas também indica que o verdadeiro aferidor do salário é o custo de manutenção do trabalhador e não o valor de sua produção. Além disso, recusa a pretensão liberdade no contrato de compra e venda da força de trabalho, na medida em que pelo menos uma das partes ignora o que de fato comercializa. Nesse sentido, indica que a liberdade na relação comercial depende da consciência de ambas as partes. Finalmente, ele resumiu em duas alternativas a atitude dos proprietários diante da verdade que julgava revelar sobre os salários e lucros: “erro e surpresa, para não dizer dolo e fraude!”²³¹ Advertindo, logo a seguir: “[...] cuidado, leio em vossos olhares surpresos a censura de uma consciência pesada, não o ingênuo espanto de uma ignorância involuntária”²³². Sob a mesma ótica, Proudhon trata as

²²⁹ *L'Artisan*, 26 set 1830. Apud Ansart p. 107 “De nossa parte, afirmamos que o povo não é senão a classe operária: é ela que a que valoriza os capitais ao explorá-los e sobre ela repousam o comércio e a indústria dos Estados.” ANSART. Op. cit., p. 107.

²³⁰ *Ibid.*, p. 212-213.

²³¹ *Ibid.*, p. 212-213.

²³² *Ibid.*, p. 215.

proposições da Economia Política: ignorância ingênua ou defesa consciente da ordem. Seja como for, ele considera que os economistas estão divorciados da ciência.

A apropriação desse valor criado pode se dar até mesmo numa pequena oficina, com pouquíssimos operários, na qual a divisão do trabalho é praticamente ausente. Mas Proudhon iria indicar outro mecanismo de apropriação de valores, este sim, relacionado às novas dinâmicas produtivas que avançavam na época:

O capitalista, diz-se, pagou *as diárias* dos trabalhadores; para ser exato, é preciso dizer que o capitalista pagou *uma diária* tantas vezes quantos trabalhadores empregou por dia, o que não é a mesma coisa. Pois a força imensa que resulta da união e harmonia dos trabalhadores, da convergência e simultaneidade de seus esforços, essa ele não pagou.²³³

Nesse trecho, Proudhon identifica o incremento da exploração do trabalho alheio em função do aumento da produtividade ocasionada pela divisão do trabalho. Esta é a primeira oportunidade em sua obra em que trata daquilo que conceituaria como *forças coletivas*²³⁴ na *2ª memória*, quando acusou os capitalistas de apropriação gratuita de tais forças. Ele concluiu este parágrafo afirmando não só que o trabalhador é proprietário do valor que cria, mas também que ele adquiriu essa propriedade em função da ociosidade do proprietário de direito. Além disso, pondera que o trabalhador tem direito na proporção de seu trabalho à participação nos produtos e nos lucros, uma vez que toda a produção é necessariamente coletiva; e, finalmente, que, sendo todo capital acumulado, propriedade social, ninguém pode ter sua propriedade exclusiva. Assim, o Direito Natural à propriedade dos frutos do trabalho negaria o Direito Positivo à propriedade privada dos meios e instrumentos de produção. Para ele:

²³³ Ibid., p. 215.

²³⁴ “[...] Proudhon y Marx se limitam a batizar como forças – um termo da Física – sociais a nova apresentação ‘demoníaca’ da realidade [...] sustentam que graças à ciência o homem pode dominá-las, como na Física. Só falta encontrar seu princípio newtoniano.” Cf. NEGRO. Op. cit., p. 114. Também HAUBTMANN, insiste na semelhança entre o conceito de *forças coletivas* de Proudhon e de *forças produtivas* de Marx, embora não aprofunde a analogia. Apud GURVITCH, Georges. Op. cit., 1980. p. 33.

Tais conseqüências são irrefragáveis; só elas bastariam para subverter toda a nossa economia, mudar nossas instituições e leis. Por que aqueles que estabeleceram a princípio agora se recusam a segui-lo? Por que os Say, os Comte, os Hennequin e outros, após afirmarem que a propriedade provém do trabalho, tentam em seguida imobilizá-la pela ocupação e prescrição?²³⁵

O seu passo seguinte foi a determinação do valor de troca das mercadorias, pois, da perspectiva que reivindica critérios objetivos e matemáticos para a compreensão da sociedade, chegar à quantificação era fundamental. Ele pergunta então qual o valor da *Iliada* de Homero?²³⁶ Algo entre o zero e o infinito é uma resposta totalmente insatisfatória, pois

[...] esse problema era [...] o primeiro que a Economia política deveria resolver; mas não apenas não o fez como declarou o problema insolúvel. Segundo os economistas, o valor relativo ou de troca das coisas não pode ser determinado de uma maneira absoluta; ele varia essencialmente.²³⁷

Essa é a posição de J.-B. Say²³⁸, que fez escola entre os economistas franceses, defendendo que o valor oscila conforme a utilidade, que é subjetivo e variável de acordo com a opinião. Proudhon mostra-se indignado com a incerteza proclamada pela Economia Política francesa: “Ora, sendo a Economia política a ciência dos valores, de sua produção e distribuição, troca e consumo, se o valor de troca não pode ser absolutamente determinado, como a Economia política é possível? Como seria uma ciência? Como dois economistas podem se olhar sem rir?”²³⁹ Renunciando à determinação objetiva do valor de troca das

²³⁵ PROUDHON. Op. cit., p. 218.

²³⁶ “Se Homero me cantar seus versos, ouvirei esse gênio sublime, junto ao qual eu, rude pastor, humilde cultivador, nada sou. Com efeito, se se comparar obra com obra, que são meus queijos e favas diante de uma *Iliada*? Mas se, por salário de seu poema inimitável, Homero quiser me tomar tudo que tenho e fazer de mim seu escravo renuncio ao prazer de seus cantos e agradeço. Posso ficar sem a *Iliada* e esperar, se for preciso, a *Eneida*; já Homero não pode ficar vinte e quatro horas sem meus produtos. Que aceite então o pouco que tenho a lhe oferecer e, em seguida, que sua poesia me instrua, me encoraje e console.” Cf. Ibid., p. 229-230.

²³⁷ Ibid., p. 230.

²³⁸ Ibid., p. 230. Para Lutfalla, em Say, “o valor não é mais que comparativo, quer dizer relativo; ele é por essência variável – no tempo e no espaço, fazer comparações fora do mesmo tempo e do espaço é extremamente perigoso. J.B. Say é um antípoda do estalão invariável dos valores [...] A idéia do valor-utilidade é antiga. Ele é amplamente, senão totalmente, continental, eu diria européia, por oposição ao ‘materialismo’ britânico.” Ele também lembra que apesar de ter traduzido a *Riqueza das Nações* para o francês, publicada no mesmo ano na França e na Inglaterra, Say não segue Smith na teoria do valor. Cf. LUTFALLA. p. 494-517, 1972, p. 25-27.

²³⁹ PROUDHON. Op. cit., p. 230.

mercadorias, ele entendia que a Economia Política francesa se deteve e não avançou no sentido de se constituir como verdadeira ciência da sociedade:

O exemplo dado por Say frutificou: a Economia política, no ponto a que chegou, lembra a ontologia; discorrendo sobre efeitos e causas, ela não sabe nada, não explica nada, não conclui nada. O que se ornou com o nome de leis econômicas se reduz a umas quantas generalidades triviais, que se pretendeu envolver num clima de profundidade revestindo-as de um estilo pomposo e jargões; quanto às soluções que os economistas tentaram dar aos problemas sociais, o máximo que podemos dizer é que, se suas lucubrações às vezes vêm do banal, logo caem no absurdo. Há vinte e cinco anos que a Economia política, qual espesso nevoeiro, paira sobre a França, detendo o livre curso dos espíritos e reprimindo a liberdade.²⁴⁰

Proudhon resolve a questão do valor de troca de maneira simples e direta, avaliando que toda criação industrial possui um valor venal, absoluto, imutável, portanto legítimo e verdadeiro e todo produto do homem pode ser trocado por um produto do homem. Passando aos negócios práticos ele indaga, então, quantos pregos vale um par de tamancos?

[...] Se pudéssemos resolver esse terrível problema, teríamos a chave do sistema social que a humanidade vem buscando há seis mil anos. Diante desse problema, o economista confunde-se e recua; o camponês, que não sabe ler nem escrever, responde sem hesitar: tantos quantos se possa fabricar em tempo igual e com a mesma despesa.
O valor absoluto de uma coisa é, então, o que ela custa em termos de tempo e despesa [...]²⁴¹

Eis aí o valor de troca das mercadorias, definido por um denominador comum: o tempo de trabalho. Diante disso, ele pergunta: o que é então o “valor de opinião”? E responde “– Uma mentira, uma injustiça e um roubo”²⁴².

Proudhon não ignora as possíveis oscilações do valor, pois o mesmo produto, em diferentes épocas e lugares, pode custar mais ou menos tempo e despesas. Sob esse aspecto, é verdade que o valor constitui uma quantidade variável, ou seja, o valor varia historicamente de acordo com a evolução da produtividade do trabalho, que faz variar o tempo despendido na

²⁴⁰ Ibid., p. 230.

²⁴¹ Ibid., p. 231, grifo nosso.

²⁴² Ibid., p. 231.

produção. Mas tal variação, nada tem a ver com a sugerida pelos economistas, “que nas causas de variação dos valores confundem os meios de produção com o gosto, o capricho, a moda, a opinião. Numa palavra, o valor verdadeiro de uma coisa é invariável em sua expressão algébrica, se bem que possa variar em sua expressão monetária”²⁴³, ou seja, as possíveis discrepâncias entre valor e preço, admitidas por ele.

O que importa destacar, independente de qualquer juízo de valor, é que a teoria do valor-trabalho, tendo como medida o tempo, permite a satisfação de um dos critérios exigidos para aproximar as ciências da sociedade das ciências naturais: a objetivação da realidade; ela permite que Proudhon diga: “ataco a propriedade não mais por seus próprios aforismos, mas pelo cálculo”²⁴⁴, pois ele considera que:

Os números governam o mundo, *mundum regunt numeri*: o adágio é tão verdadeiro para o mundo moral e político quanto para o mundo sideral e molecular. Os elementos do direito são os mesmos da álgebra; a legislação e o governo não são mais que a arte de fazer classificações e equilibrar potências: toda a jurisprudência está contida nas regras da aritmética.²⁴⁵

Uma vez encontrado o método correto, o mundo humano poderia ser tão bem conhecido quanto o mundo físico, pois ambos seriam partes da mesma natureza. Nesta condição, a sociedade poderia ser reformada de acordo com a natureza humana e a igualdade alcançada, pois

[...] a aparente impossibilidade que lhe atribuímos vem do fato de sempre a concebermos seja na propriedade, seja na comunidade, formas políticas igualmente contrárias à natureza do homem [...] se aproxima o instante em que, sem tê-la buscado ou mesmo querido [a igualdade], tê-la-emos estabelecido em toda parte; que com ela, nela e por ela, deve manifestar-se a ordem política conforme à natureza e à verdade.²⁴⁶

Assim, a teoria do valor-trabalho é um elemento progressista, que permite superar as formas vigentes de propriedade, identificadas com o passado. Nesse sentido, o texto

²⁴³ Ibid., p. 232.

²⁴⁴ Ibid., p. 243.

²⁴⁵ Ibid., p. 242-243.

²⁴⁶ Ibid., p. 243.

proudhoniano caracterizou, de forma recorrente, o direito de propriedade como um direito senhorial, uma sobrevivência feudal:

[...] Os direitos senhoriais, abolidos pela revolução de 1789, os dízimos, mãos mortas, corvéias, etc., eram diferentes formas do direito de propriedade; e aqueles que, com o nome de nobres, senhores, prebendários, beneficiários, etc., gozavam desses direitos, nada mais eram que proprietários. Defender a propriedade hoje é condenar a revolução.²⁴⁷

Assim, o direito de propriedade é um obstáculo ao pleno desenvolvimento da economia, um limitador do progresso, um empecilho à consecução da revolução. Essa apreciação do direito de propriedade como uma herança feudal e último obstáculo à revolução é quase idêntica à de Tocqueville; ainda que em Proudhon a conotação fosse sempre depreciativa. Quando este denomina o direito de propriedade como *droit d'aubaine*²⁴⁸, está utilizando o termo em dois sentidos: por um lado, a conotação feudal do termo caracterizava o direito de propriedade como um privilégio feudal sobrevivente, destinado a ser extinto pelo progresso²⁴⁹; por outro, no sentido mais familiar do século XIX, o *droit d'aubaine* equivalia simplesmente a um “benefício imprevisto”. Assim, Proudhon procurava evidenciar que o lucro do proprietário não tem mérito algum, pois é simplesmente um benefício gratuito obtido de forma improdutiva²⁵⁰:

A propriedade é o direito de ganho, quer dizer, o poder de produzir sem trabalhar; [...] A propriedade é o direito de ganho: esse axioma será para nós como o nome da besta do Apocalipse, nome que encerra todo mistério da besta. Sabe-se que quem penetrasse o mistério desse nome obteria o

²⁴⁷ Ibid., p. 255.

²⁴⁸ Ibid., p. 244.

²⁴⁹ Durante a Idade Média os estrangeiros não naturalizados que viviam na França estavam submetidos ao *droit d'aubaine*, pelo qual o soberano francês herdava seus bens em caso de morte. No decorrer do Antigo Regime esse direito passou a beneficiar os nobres titulares do feudo habitado pelo estrangeiro. A abolição do *droit d'aubaine* na França foi decretada em 1790 e 1791 pela Assembleia Constituinte, no curso da Revolução. Todavia, ainda subsiste no direito francês uma forma semelhante ao *droit d'aubaine*, cosignada no direito que o Estado possui de herdar bens no caso de uma sucessão vacante, sem herdeiros. Além desse sentido, o Dicionário Littré cita outra conotação para o termo, mais familiar no século XIX: “todo benefício imprevisto”, ilustrando-o com uma passagem das *Fábulas* de La Fontaine, de quem era Proudhon era um grande leitor. Disponível em <<http://littré.reverso.net/dictionnaire-francais/>> Acesso em 10 maio 2010.

²⁵⁰ PROUDHON. Op. cit., p. 244. Cf. GURVITCH. Op. cit., p. 28.

conhecimento de toda a profecia e venceria a besta. Pois bem! É pela interpretação aprofundada de nosso axioma que mataremos a esfinge da propriedade [...]²⁵¹

No texto de Proudhon, o *droit d'aubaine* é primeiramente relacionado à renda da terra auferida com o arrendamento que, em virtude do direito de propriedade, desvia a força produtiva para os bolsos de um proprietário improdutivo. Nessas passagens, ele cita indiretamente argumentos semelhantes aos de Adam Smith e neles se apóia para atacar Say e os economistas franceses,²⁵² defensores do direito de propriedade²⁵³:

Buchanan, comentador de Smith, não via no arrendamento senão o resultado de um monopólio e pretendia que apenas o trabalho é produtivo. Conseqüentemente, julgava que, sem tal monopólio, os produtos custariam menos, e não encontrava para o arrendamento outra base senão a lei civil.²⁵⁴

Dessa forma, Proudhon se apoia na teoria do valor-trabalho de Smith para refutar a pretensa legitimidade da propriedade, uma vez que somente os produtivos tem direito a receber algo em troca. Seguindo esse raciocínio, ele menciona a justificativa de Say para a renda do proprietário: “[...] a terra também é um instrumento cujo serviço deve ser pago [...]”, argumento que Proudhon refuta, conforme pode ser visto no trecho seguinte;

[...] Concordo que a terra é um instrumento; mas quem a fabricou? O proprietário? Foi ele que, graças à sua *qualidade moral* infundida no solo, comunicou-lhe a força e a fecundidade? Eis aí, precisamente, em que consiste o monopólio do proprietário: não fez o instrumento e faz com que paguem por seu uso. Que o Criador se apresente e reclame ele mesmo a renda da terra, calcularemos com ele; ou, então, que o proprietário, seu pretenso procurador, mostre a procuração.²⁵⁵

²⁵¹ Ibid., p. 246.

²⁵² Sobre os economistas franceses defensores do direito de propriedade Proudhon diz que “[...] quando leio o que a maior parte deles escreveu, não posso furtar-me a um sentimento de desprezo misto de cólera à vista desse monte de tolices, onde o odioso disputa com absurdo [...] Procurar uma origem racional e legítima para o que não é nem pode ser senão roubo, concussão e rapina, tal devia ser o cúmulo da loucura proprietária, o mais alto grau de enfeitamento a que a perversidade do egoísmo lançou nos espíritos de outro modo esclarecidos.” Ibid., p. 248-249.

²⁵³ Ibid., p. 250.

²⁵⁴ Ibid., p. 251.

²⁵⁵ Ibid., p. 251.

Dessa forma, ele caracteriza o direito à propriedade como uma espécie de Direito Divino que o proprietário usurpa do Criador e se atribui. Mas essa perspectiva deísta, presente em seu texto, exige de seus adversários argumentos lógicos e coerentes para justificar a propriedade. Por isso, Proudhon se irrita muito com o ecletismo que atribui a J.-B. Say na justificação do direito de propriedade, pois, por um lado, este tentava argumentar que a propriedade merecia uma renda pelos serviços que presta; por outro, reconhece que “o serviço do proprietário é cômodo [...] Mas não podemos dispensá-lo. Sem a propriedade, um agricultor brigaria com o outro para cultivar um campo sem dono, que permaneceria inculto’ [...]”²⁵⁶. Sobre esse raciocínio, Proudhon comenta:

Assim, o papel do proprietário consiste em pô-los de acordo enquanto despoja a todos... Ó razão! Ó justiça! Ó ciência maravilhosa dos economistas! Segundo eles, o proprietário é como Perrin-Dandin que, chamado por dois viajantes para dirimir uma disputa sobre uma ostra, abre-a, devora-a e lhes diz: O tribunal dará a cada um uma parte da concha.²⁵⁷

Parece evidente que a defesa do direito de propriedade feita por Say, vincula-se mais à sua utilidade para a paz social do que à sua justiça em função do trabalho; nesse sentido, ele o defende porque é útil, ainda que não corresponda ao trabalho do proprietário. Esse tipo de argumentação revolta Proudhon, para quem a justiça e a razão devem governar a sociedade e somente o trabalho produtivo é digno de recompensa. O cerne da questão está em definir quais são os elementos produtivos:

Segundo Quesnay e os antigos economistas, toda produção vem da terra; Smith, Ricardo e De Tracy, ao contrário, atribuem a produção ao trabalho. Say e quase todos os que vieram depois dele ensinam que a terra é produtiva, o trabalho é produtivo, os capitais são produtivos. Temos aí o ecletismo em Economia política.²⁵⁸

O ecletismo que Proudhon atribui a Say impedia a Economia Política de se tornar uma

²⁵⁶ Ibid., p. 252.

²⁵⁷ Perrin-Dandin personagem das *Fables* de La Fontaine, livro IX, fábula IX. Cf. Ibid., p. 252.

²⁵⁸ Ibid., p. 252.

verdadeira ciência: “De fato, a economia política trata da produção, distribuição e consumo das riquezas ou valores”²⁵⁹ produzidos pelo homem e não dos produtos espontâneos da natureza, sugere Proudhon. Assim, ao considerar terra e trabalho como produtivos, o próprio objeto da Economia Política permanecia mal definido. Ele acusa Say de não levar às últimas consequências seu próprio raciocínio e relembra uma de suas máximas: “*Os produtos, dizem os economistas, só se compram com produtos*”, considerando que esse aforismo é a condenação da propriedade, pois “o proprietário, não produzindo nem por si nem por seu instrumento, e recebendo produtos em troca de nada, é parasita ou ladrão”²⁶⁰.

Para Proudhon, a ociosidade é a marca distintiva que torna os proprietários fúteis, destituídos da virtude, sempre associada por ele ao trabalho. Ele nota que os próprios economistas, considerando todo consumo improdutivo como um mal, como um roubo ao gênero humano, não se cansam de exortar os proprietários à moderação, ao trabalho, à poupança, pregando a necessidade de se fazerem úteis e de devolverem à produção o que recebem dela:

[...] lançam contra o luxo e a preguiça as mais terríveis imprecações. Essa moral é muito bonita, sem dúvida; pena que não revele senso comum. O proprietário que trabalha, ou, como dizem os economistas, *que se torna útil*, faz-se pagar por esse trabalho e essa utilidade: será ele menos ocioso em relação às propriedades que não explora e cujas rendas embolsa? Sua condição, o que quer faça, é a improdutividade e a *felonia*; só deixará de esbanjar e destruir quando não mais for proprietário.²⁶¹

Trata-se, portanto, de perceber que a crítica aos “improdutivos”, feita pela própria Economia Política, deve ser generalizada para os proprietários em geral e não apenas aos que vivem da renda da terra ou na esfera do Estado. Ele lembra que Say “[...] raciocina

²⁵⁹ Ibid., p. 253.

²⁶⁰ Ibid., p. 255.

²⁶¹ Proudhon caracteriza o proprietário assim: “O proprietário, animal essencialmente libidinoso, destituído de virtudes e vergonha, não se acomoda a uma vida ordeira e disciplinada; se ama a propriedade é para satisfazer apenas a sua vontade, quando quer e como quer. Seguro de ter com que viver, abandona-se à futilidade, à moleza; joga, diverte-se com bobagens, corre atrás de novidades e sensações novas. A propriedade, para gozar de si mesma, precisa renunciar ao padrão comum e lançar-se em ocupações de luxo, a prazeres sórdidos.” Ibid., p. 258.

maravilhosamente sempre que ataca o imposto, mas que nunca quer entender que o proprietário exerce, em relação ao arrendatário, o mesmo ato de espoliação que o recebedor de impostos [...]”²⁶²; pois “o proprietário permanece estranho à ação social: mas, como o abutre, os olhos fixos na presa, está sempre pronto a lançar-se sobre ela e devorá-la”²⁶³. No mesmo sentido, ele se apropria da crítica da Economia Política ao monopólio e procura demonstrar que a propriedade é, em si mesma, a forma mais geral e disseminada do monopólio, exercendo sobre a sociedade o mesmo efeito pernicioso do monopólio das terras e dos capitais.²⁶⁴

Proudhon admite unicamente o direito de ganho limitado ao máximo que cada um é capaz de produzir²⁶⁵, isso seria um ganho “submetido às leis da razão”, que pode ser apurado segundo o valor-trabalho produzido por cada um e, assim, a ciência econômica forneceria os parâmetros para uma justiça efetiva. Ele parecia estar empenhado em promover o encontro entre a realidade e seu ideal racional de justiça. O título do quarto capítulo, “que a propriedade é impossível”, só pode ser compreendido nesse sentido, pois parece mostrar ao leitor que a propriedade é logicamente impossível; um absurdo histórico, que deve ser corrigido a partir da compreensão racional de sua verdadeira natureza. Isso permitiria que os verdadeiros produtores tivessem acesso ao que produziram, pois na situação da época:

O povo formado pelos trabalhadores não pode comprar os tecidos que tece, nem os móveis que fabrica, nem os metais que forja, nem as pedrarias que lapida, nem as estampas que grava; não pode adquirir o trigo que semeia, nem o vinho que produz, nem a carne dos animais que cria; não lhe é permitido habitar as casas que construiu, assistir aos espetáculos que custeia, gozar o repouso que seu corpo reclama: e por quê? Porque para usufruir tudo isso seria preciso comprar ao preço de custo, e o direito de ganho não o permite. Na fachada dessas lojas suntuosas que sua indignação admira, o trabalhador lê em letras garrafais: É TUA OBRA E NÃO A TERÁS: *Sic vos non vobis!*²⁶⁶

²⁶² Ibid., p. 263.

²⁶³ Ibid., p. 266.

²⁶⁴ Ibid., p. 268.

²⁶⁵ Ibid., p. 262.

²⁶⁶ Ibid., p. 272.

1.5 – Governo e economia

Outro ponto fundamental na *1ª memória* é a questão do governo, cujas poucas referências merecem atenção. Proudhon apresenta uma definição “econômica” do governo: “o governo é a Economia pública, a administração suprema dos trabalhos e bens de toda a nação”; e mais ainda: “[...] a nação é como uma grande sociedade da qual todos os cidadãos são acionistas: cada um tem voto deliberativo na assembléia, e, se as ações forem iguais, dispõe de um sufrágio”²⁶⁷. Ou seja, os votos deveriam ser proporcionais às “ações” de cada um, o direito político deveria refletir e corresponder a um “direito econômico”; qualquer assimetria entre ambos seria uma distorção.

Nessa passagem, Proudhon encarna o “advogado do diabo” e afirma que a consequência lógica desse raciocínio é que “num país de propriedade, a igualdade de direitos eleitorais é uma violação da propriedade”²⁶⁸, pois ela “[...] é incompatível com a igualdade política e civil, portanto a propriedade é impossível”²⁶⁹. Seguindo esta lógica, ele comenta que nos Estados Gerais de 1789 a nobreza e o clero possuíam juntos $\frac{3}{4}$ do solo francês e deveriam ter $\frac{3}{4}$ da representação nacional e que, portanto, a duplicação da representação do Terceiro Estado foi uma usurpação e um ataque à propriedade.²⁷⁰

Ao tecer essas considerações, Proudhon tenciona chamar a atenção para a incongruência entre as demandas políticas e sociais dos republicanos e o direito de propriedade, afirmando que a oposição republicana radical defende alterações nos impostos, garantia de trabalho e participação nos lucros; enfim, medidas que na prática atacam a propriedade, mas, ao mesmo tempo, esses mesmos republicanos são defensores zelosos da propriedade, o que para ele é uma “[...] prova cabal de que não sabem nem o que fazem nem o que querem”. Todavia, embora critique os republicanos por uma pretensa cegueira quanto à

²⁶⁷ Ibid., p. 285.

²⁶⁸ Ibid., p. 285.

²⁶⁹ Ibid., p. 286.

²⁷⁰ Ibid., p. 286.

questão econômica, ele próprio não deixa de se identificar como republicano, ainda que exigindo do republicanismo uma mudança de perspectiva, pois “uma vez que a propriedade é a causa maior do privilégio e do despotismo, a fórmula do juramento republicano deve ser mudada. Em lugar de *Juro ódio à realeza*, doravante o recipiendário de uma sociedade secreta dirá: *Juro ódio à propriedade*”²⁷¹; trata-se claramente de uma guinada do político para o econômico.

Essa preeminência do econômico fica ainda mais evidente na décima proposição do capítulo quarto, intitulada, “a propriedade é impossível porque é a negação da igualdade”, na qual ele resumiu toda sua argumentação em tópicos:

- 1.º - O princípio do direito econômico é que *os produtos só se compram com produtos* [Say]; a propriedade, não podendo ser defendida a não ser como produtora de utilidades, nada produz e por isso está condenada;
- 2.º - É *lei de economia* que o trabalho deve ser equilibrado pelo produto; e é fato que, com a propriedade, a produção custa mais do que vale;
- 4.º e 5.º - “Como o inseto que fia sua seda, o trabalhador só produz para si mesmo; a propriedade, exigindo produto duplo e não podendo obtê-lo, despoja e mata o trabalhador.”
- 8.º - “Toda satisfação de um direito natural é uma equação; em outras palavras, o direito a uma coisa é necessariamente satisfeito pela posse dessa coisa. Assim, entre o direito à liberdade e a condição de homem livre há equilíbrio equação; entre o direito de ser pai e a paternidade, equação; entre o direito à segurança e a garantia social, equação. Mas entre o direito de ganho e a percepção desse ganho nunca há equação; pois à medida que o ganho é percebido dá direito a um outro, este a um terceiro, e assim por diante, indefinidamente. A propriedade, sempre inadequada a seu objeto, é um direito contra a natureza e a razão.”²⁷²

Observa-se acima que Proudhon interpretou a Economia Política valendo-se dela para impugnar a propriedade, o que faz citando, inclusive, as palavras de Say.

²⁷¹ Ibid., p. 286.

²⁷² Ibid., p. 296-297, itálico do autor, grifo nosso.

1.6 – O primeiro esboço para a superação da propriedade e a crítica à “comunidade”

No quinto e último capítulo, bastante distinto dos precedentes, Proudhon tentou esboçar um caminho para a superação do regime de propriedade, tarefa que estava associada à definição do conceito de justiça.²⁷³ Mas, antecedendo a própria ideia de justiça, estava a interrogação sobre a sociabilidade humana, sobre como se formariam laços sociais harmônicos na humanidade - mesmo tipo de questão que Smith tentou elucidar na *Teoria dos Sentimentos Morais* e que o encaminhou à *Riqueza das Nações*.

A primeira constatação de Proudhon é que o ser humano tem como essência a animalidade²⁷⁴, pois, assim como os animais, possui bons e maus instintos.²⁷⁵ Ele considera que existe uma simpatia natural e secreta que leva o homem a ser sociável em certas ocasiões, mas que isso não o distingue dos animais²⁷⁶, pois é uma sociabilidade instintiva, uma fuga necessária da solidão. Por esse motivo, ele considera este o primeiro grau de sociabilidade, imposto pela necessidade.²⁷⁷

Num segundo grau de sociabilidade, estaria a justiça ou “o reconhecimento no outro de uma personalidade igual à nossa”, que Proudhon considera comum a humanos e animais no sentimento; mas exclusiva em nós no reconhecimento.²⁷⁸ Para ele, “[...] sociedade, justiça e igualdade são três termos equivalentes, três expressões que se traduzem e cuja mútua conversão é sempre legítima”²⁷⁹. Mas considera que é preciso objetivar de alguma forma este segundo grau de sociabilidade fundado na justiça e, por isso, a justiça deve ser fundada no trabalho e na economia:

²⁷³ Ibid., p. 299.

²⁷⁴ Ibid., p. 299.

²⁷⁵ Ibid., p. 301.

²⁷⁶ Ibid., p. 300-301.

²⁷⁷ Ibid., p. 303.

²⁷⁸ Ibid., p. 303.

²⁷⁹ Ibid., p. 303.

A sociabilidade é como a atração dos entes sensíveis; a justiça é essa mesma atração acompanhada de reflexão e conhecimento. Mas sob que idéia geral, sob que categoria do entendimento percebemos a justiça? Sob a categoria das quantidades iguais. Daí a antiga definição de justiça: *Justum aequale est, injustum inaequale*. O que é então praticar a justiça? Dar a cada um parte igual de bens sob igual condição de trabalho; é agir societariamente. Nosso egoísmo pode reclamar à vontade; não há subterfúgio contra a evidência e a necessidade.²⁸⁰

Em suma, os valores produzidos por cada um em seu trabalho, sendo grandezas quantificáveis, fornecem, segundo Proudhon, uma medida objetiva para a administração da justiça; por isso, “[...] quem se apossa pela força ou pela astúcia do que não produziu destrói em si mesmo a sociabilidade, é um malfeitor”²⁸¹. No mesmo sentido, a posse “[...] não pode tornar-se exclusiva senão a partir do instante que uma permissão igual de ocupar seja concedida a todos”²⁸². O ato de se apropriar do trabalho alheio adquire a conotação de uma atitude anti-social, desprovida de qualquer valor moral. Desse modo, ele enquadra, sob a mesma categoria, qualquer indivíduo que viva aproveitando-se do trabalho alheio, seja um proprietário ou um pobre pouco afeito ao trabalho, pois

[...] o vagabundo, o devasso que, sem realizar nenhuma tarefa social, usufrui com os outros, e com frequência até mais, os produtos da sociedade, deve ser perseguido como ladrão e parasita: devemos a nós mesmos a recusa em dar-lhe seja o que for; mas como, apesar de tudo, é preciso que ele viva, que fique sob vigilância e seja obrigado a trabalhar.²⁸³

O segundo grau de sociabilidade consiste numa justiça objetivada pelo trabalho que ainda se situa nos limites do balanço entre o *dever* e o *haver*, uma sociabilidade que se manifesta na participação nas “coisas físicas, únicas suscetíveis de peso e medida [...]”²⁸⁴, na qual o interesse próprio e egoísta do homem ainda é um elemento fundamental, embora já esteja mais distante da animalidade do primeiro grau de sociabilidade.

²⁸⁰ Ibid., p. 306.

²⁸¹ Ibid., p. 300.

²⁸² Ibid., p. 304.

²⁸³ Ibid., p. 306.

²⁸⁴ Ibid., p. 312, grifo nosso.

Entretanto, Proudhon menciona um terceiro grau de sociabilidade, mais elevada, mais humana, mais afastada das necessidades típicas da animalidade do homem quando diz que a igualdade de condições é “[...] uma consequência necessária do direito natural, da liberdade, das leis de produção, dos limites da natureza física e do próprio princípio da sociedade essa igualdade não detém o impulso do sentimento social no limite do *dever* e do *haver* [...]”²⁸⁵. Uma vez alcançado o segundo grau de sociabilidade, a humanidade poderia avançar rumo a um terceiro: a equidade, isto é, “[...] uma justiça acompanhada de admiração e estima, coisas que não se medem”²⁸⁶. Seria uma sociabilidade que, transcendendo o cálculo, a objetivação e a troca de valores - sempre idênticos -, seria o espaço da generosidade. É importante ressaltar esta concepção, pois Proudhon atacou violentamente as ideias de fraternidade, solidariedade e piedade presentes nos socialistas e comunistas; não porque era contra esses valores, mas porque entendia que eles seriam consequências de uma evolução a partir da segunda forma de sociabilidade, sem a qual seriam impossíveis.²⁸⁷

Portanto, para ele, o desenvolvimento de sentimentos humanos mais elevados deveria ter por base o desenvolvimento da justiça no campo econômico e não o inverso. Nesse raciocínio residia sua defesa de um “socialismo científico” contra um “socialismo utópico” e, no último capítulo do livro, ele já enunciava essa distinção. Para Gide e Rist “se tivesse nascido vinte anos antes, Proudhon, como tantos outros, talvez imaginasse alguma utopia [...]”, mas ele as conhece e as rejeita, considera que todas iriam fracassar, “e eis como a crítica do socialismo se junta à dos economistas!”²⁸⁸. Assim, ele dá por terminada a tarefa de criticar a propriedade²⁸⁹ e passa a tratar de como se daria sua superação.

²⁸⁵ Ibid., p. 310.

²⁸⁶ Ibid., p. 312.

²⁸⁷ Proudhon esboçou etapas de sociabilidade distintas; uma na qual a sociedade ainda seria refém do cálculo objetivos dos valores e outra – a equidade - na qual a justiça objetivada pelos valores se tornaria desnecessária. Todavia, a perspectiva de uma sociedade sem a mediação objetiva da lei do valor seria não apenas abandonada em *Contradictions*, como também considerada equivalente à utopia por Proudhon.

²⁸⁸ GIDE; RIST. Op. cit., p. 331.

²⁸⁹ “Nesse ponto minha tarefa devia terminar. Provei o direito do pobre, mostrei a usurpação do rico; peço justiça: a

Ao longo de todo o livro, seu método de argumentação foi quase totalmente lógico, procurando mostrar as contradições e incoerências no interior do próprio discurso dominante. Mas nesse último capítulo, Proudhon tenta raciocinar em termos históricos, identificando a origem da propriedade, os regimes anteriores e alternativos que existiram e considerando a propriedade como uma espécie de “motor da história”:

[...] Sem dúvida, o progresso se deve a mais elementos; mas, entre as inúmeras causas secretas que agitam os povos, não existem mais poderosas, mais regulares, menos irreconhecíveis que as explosões periódicas do proletariado contra a propriedade. A propriedade, atuando ao mesmo tempo pela exclusão e invasão enquanto a população se multiplica, foi o princípio gerador e causa determinante de todas as revoluções [...]²⁹⁰

Porém, se Proudhon criticou a propriedade e buscou superá-la, ele identificou na história apenas um regime distinto da propriedade - no qual ele reuniu tudo que não equivalia ao regime de propriedade contemporâneo - considerado inexoravelmente ultrapassado e ainda mais pernicioso: *o regime da comunidade*. Mas o que Proudhon entendia sob a expressão “comunidade”? Os exemplos que ele enumerou para ilustrar sociedades organizadas sob o regime da “comunidade” são diversos; entre eles constavam a “República comunista de Platão”, a República de Licurgo, as comunidades da Igreja primitiva, as missões jesuíticas no Paraguai e as sociedades preconizadas pelos babouvistas²⁹¹ e sansimonianos²⁹².

O que se depreende do texto é que Proudhon agrupou, sob o conceito de “comunidade”, todas as sociedades nas quais a tradição, a religião, a política e a imposição militar - isolada ou conjuntamente - estruturavam a ordem social por meio de instituições estatais ou semelhantes a um Estado. Assim, para ele, a “comunidade”, uma vez que se apoiasse no Estado e mesmo sob inspiração socialista ou comunista, tenderia a restaurar, sob

execução da sentença não me diz respeito [...] O mal conhecido deve ser condenado e destruído, o legislador não pode alegar ignorância da ordem a estabelecer em favor da iniquidade patente [...]” PROUDHON. Op. cit., p. 316-317.

²⁹⁰ Ibid., p. 315-316.

²⁹¹ Simpatizantes de François Noël Babeuf (23/11/1760-27/05/1797), vulgo Gracchus Babeuf, militante e jornalista que participou da Revolução Francesa e foi executado por seu papel na Conspiração dos Iguais.

²⁹² Ibid., p. 325-326.

outras condições, algo próximo do absolutismo monárquico. E é compreensível que durante a primeira metade do século XIX, vivendo sob a Restauração monárquica na França, Proudhon rejeitasse tudo que se assemelhava de alguma forma ao regime. Para Proudhon, a “comunidade” era algo ultrapassado pela história, um tipo de ordem social que atentava contra as liberdades individuais e o progresso; e o “[...] pior perigo a que a sociedade atual se expõe é naufragar de novo nesses escolhos”²⁹³. Em suma, o grande temor dele era permitir que a sociedade fosse submetida a um único e grande proprietário, o Estado:

Coisa singular! A comunidade sistemática, negação ponderada da propriedade, é concebida diretamente do preconceito de propriedade; e é a propriedade que se encontra no fundo de todas as teorias dos comunistas. Os membros de uma comunidade, é verdade, nada têm de próprio; mas a comunidade é proprietária não apenas dos bens, mas ainda das pessoas e das vontades. É a partir desse princípio de propriedade soberana que em toda comunidade o trabalho, o qual não deve ser para o homem senão uma condição imposta pela natureza, transforma-se em mandamento humano, por isso mesmo odioso; que a obediência passiva, irreconciliável com uma vontade reflexiva, é rigorosamente prescrita; que a fidelidade a regulamentos sempre imperfeitos, por mais sábios que os considerem, nunca é posta em questão; que a vida, o talento, todas as faculdades do homem são propriedades do Estado, que pelo interesse geral pode utilizá-los como queira [...] Comunidade é opressão e servidão [...]²⁹⁴

Vale destacar a ligação que Proudhon estabelece entre “comunidade” e opressão estatal. Ele não cogita de modo algum que o Estado possa se elevar acima dos interesses individuais, guiando-se pelo espírito público e defendendo o interesse geral. Mais do que isso, ele não aceita que o Estado ordene a vida econômica da sociedade civil:

[...] O homem aceita submeter-se à lei do dever, servir sua pátria, obsequiar os amigos; mas quer trabalhar naquilo que lhe apraz, quando lhe apraz e enquanto lhe apraz; quer dispor de seu tempo, só obedecer à necessidade, escolher as amizades, as recreações, a disciplina; prestar serviço pela razão, não pela ordem; sacrificar-se por egoísmo, não por obrigação servil. A comunidade é essencialmente contrária ao livre exercício de nossas faculdades, às nossas tendências mais nobres, a nossos sentimentos mais íntimos [...] Assim, a comunidade viola a autonomia da consciência e a

²⁹³ Ibid., p. 325-326.

²⁹⁴ Ibid., p. 325-327.

igualdade [...] ²⁹⁵

Assim, a “comunidade” seria, portanto, uma regressão histórica de efeitos perversos que ameaçaria as liberdades individuais, tidas como conquistas da humanidade, progresso das luzes. Todavia, Proudhon percebia elementos positivos e negativos, seja na comunidade, seja na propriedade:

A comunidade procura a *igualdade* e a *lei*: a propriedade, fruto da autonomia da razão e do sentimento do mérito pessoal, almeja acima de tudo a *independência* e a *proporcionalidade*. Mas a comunidade, tomando a uniformidade por lei e o nivelamento por igualdade, torna-se tirânica e injusta: a propriedade por seu despotismo e suas invasões, não tarda a mostrar-se opressiva e insociável. ²⁹⁶

A busca de Proudhon é por uma sociedade apoiada, simultaneamente, nos quatro princípios positivos oriundos da comunidade e da propriedade: igualdade, lei, independência e proporcionalidade. Nesse último capítulo, em que ele procurou tratar a comunidade e a propriedade em termos históricos, apareceu, pela primeira vez, uma referência direta a Hegel ²⁹⁷ e sua concepção triádica:

[...] Reduzindo tudo isso a uma fórmula hegeliana, direi:
A comunidade, primeiro modo, primeira determinação da sociabilidade, é o primeiro termo do desenvolvimento social, a *tese*; a propriedade, expressão contraditória da comunidade, faz o segundo termo, a *antítese*. Resta descobrir o terceiro termo, a *síntese*, e teremos a solução. Ora, essa síntese resulta necessariamente da correção da tese pela antítese; portanto, é necessário, por um último exame de seus caracteres, eliminar de ambas aquilo que elas encerram de hostil à sociabilidade; os dois restos formarão, juntando-se, o verdadeiro modo de associação humanitária. ²⁹⁸

Nota-se o intuito de se valer da terminologia de Hegel, embora Proudhon não tenha

²⁹⁵ Ibid., p. 325-327, grifo nosso.

²⁹⁶ Ibid., p. 342.

²⁹⁷ Na 1ª memória sobre a propriedade a referência a Hegel é ocasional e não denota uso ou conhecimento aprofundado da Filosofia. Assim, a utilização dos termos *tese*, *antítese* e *síntese* por parte de Proudhon parecem apenas servir como um vocabulário apropriado para indicar a superação histórica da comunidade e da propriedade. Para Labrousse, a referência à dialética na 1ª memória é puramente retórica. Cf. LABROUSSE. Op. cit., p. 158.

²⁹⁸ PROUDHON. Op. cit., p. 324.

operado nenhuma síntese nesse texto. Porém, a passagem revela a intenção de encontrar uma síntese, que elimine as contradições presentes no regime da comunidade e da propriedade; induz a pensar mais numa superação das contradições e numa síntese harmônica do que num equilíbrio dinâmico e instável entre dois pólos contraditórios, caminho para o qual Proudhon se inclinou posteriormente. É sintomático que o autor não tenha avançado para além da intenção de chegar a uma síntese, ele pressupõe que isto só poderia ser alcançado depois de exaurida a tarefa de crítica dos dois primeiros termos: comunidade e propriedade; a síntese seria assim um resultado decorrente da crítica. De qualquer forma, Proudhon fornece indícios importantes sobre caráter dessa terceira forma social:

[...] não juntamos sem discernimento a comunidade e a propriedade, o que seria um ecletismo absurdo [...] Buscamos, graças a um método analítico, o que cada uma delas possui de verdadeiro, em conformidade com o anseio da natureza e as leis da sociabilidade [...] e o resultado fornece uma expressão adequada à forma natural da sociedade humana, numa palavra, a liberdade.²⁹⁹

Fica evidente que o terceiro termo, a sociedade que superaria a comunidade e a propriedade, deveria estar de acordo com as leis naturais, e nisso consistia a liberdade para Proudhon. Por isso ele diz que, “essa terceira forma de sociedade, síntese da comunidade e da propriedade, nós a chamaremos LIBERDADE”. Nesse trecho do texto, há uma importante nota de rodapé junto à palavra liberdade, onde é justificada etimologicamente a escolha do termo liberdade e fixado o sentido que o conceito terá em sua obra: “*Libertas, liberare, libratio, libra*, liberdade, liberar, libração, balança (libra) são todas expressões cuja etimologia parece a mesma. A liberdade é a balança dos direitos e deveres: tornar um homem livre é pesá-lo com os outros, ou seja, nivelá-lo com eles”³⁰⁰.

²⁹⁹ Ibid., p. 343, grifo nosso.

³⁰⁰ Ibid., p. 342, nota “n”.

1.7 - O “socialismo científico” e um novo sentido para “anarquia”

Da ideia de um regime social, caracterizado como a “liberdade”, Proudhon chegou a noção de anarquia, concebida num novo sentido para a época. Essa passagem merece um exame bastante cuidadoso, uma vez que muitos estudiosos enxergaram nessa inovação vocabular os sinais de “batismo” do anarquismo moderno. A própria consideração do francês como o primeiro anarquista ou o pai do anarquismo moderno decorre daí.

A menção ao termo anarquista, no último capítulo, ocorreu num contexto bastante particular, ou seja, num diálogo simulado sobre a forma de governo predileta de Proudhon:

Que forma de governo preferiremos? – Ora, responderá sem dúvida algum de meus leitores mais jovens, para que perguntá-lo? Sois republicano. – Republicano sim; mas essa palavra não diz nada. *Res publica* é a coisa pública; quem quer que almeje a coisa pública, sob não importa que forma de governo, pode dizer republicano. Os reis também são republicanos. – Então sois democrata? – Não. – Como?! Seríeis por acaso monarquista? – Não. – Constitucional? – Deus me livre! – Sois então aristocrata? – De forma alguma. – Aspirais a um governo misto? – Menos ainda. – Que sois então? – **Sou anarquista.**

- Entendo: estais satirizando o governo. – De modo algum: acabais de ouvir minha profissão de fé, séria e maduramente refletida; embora muito amigo da ordem, sou, em toda força da expressão, anarquista [...] ³⁰¹

Aqui ele não trata apenas da forma de governo, mas da questão da autoridade, para ele correlata ao grau de ignorância humana:

Quanto mais ignorante é o homem, mais sua confiança e obediência ao guia são absolutas. Porém, o homem, cuja lei é conformar-se à regra, isto é, descobri-la pela reflexão e o raciocínio, pensa nas ordens de seus chefes: ora, semelhante pensamento é um protesto contra a autoridade, um princípio de desobediência. A partir do momento em que o homem procura os princípios da vontade soberana, ele é um revoltado [...] ³⁰²

Em outros termos, o homem que busca as verdadeiras regras, a verdadeira ordem, descobrindo-as e por meio da razão, contesta a ordem arbitrária dos chefes e das autoridades constituídas. Esse é o anarquista para Proudhon, aquele busca “conformar-se à regra”, a

³⁰¹ Ibid., p. 335, negrito do autor, grifo nosso.

³⁰² Ibid., p. 338, grifo nosso.

verdadeira ordem, a ordem natural. Assim, a descoberta das leis e da ordem natural, tende, progressivamente, a limitar o poder arbitrário. Para ele, tanto a reflexão racional quanto a experiência e os costumes contribuem para isso:

[...] aos poucos a experiência vai formando hábitos; os hábitos, costumes; em seguida os costumes são formulados em máximas, são colocados como princípios, enfim, são traduzidos em leis, às quais o rei, lei viva, é obrigado a prestar homenagem. Chega um tempo em que os costumes e as leis são tantos que a vontade do príncipe se vê por assim dizer enlaçada pela vontade geral; que, ao ser coroado, é forçado a jurar que governará em conformidade com os usos e costumes, e que ele próprio é apenas o poder executivo de uma sociedade cujas leis foram feitas sem ele.³⁰³

Esse tipo de observação - afinada com o empirismo inglês de Hume e dos iluministas escoceses que influenciaram a formação da Economia Política – evidencia que o anarquismo do qual fala Proudhon consiste na redução progressiva de um governo que decide baseado no arbítrio e na vontade. Todavia, até aqui não há nenhuma menção à abolição do Estado e muito menos das leis. O que ele demanda é adequação das leis positivas às leis naturais. O caminho está bem claro: pela instrução, o homem adquire ciência, concebe sistemas de conhecimento deduzidos da observação e conformes com a realidade das coisas; afinal, se o homem procura sistemas na natureza, “como não procuraria também o sistema da sociedade?” Nisso consiste seu anarquismo: tornar a política independente de vontades soberanas, opiniões e crenças populares³⁰⁴; sem abolir o governo ou o Estado.

Em suma, para Proudhon, “a liberdade é anarquia, pois não admite o governo da vontade, apenas a autoridade da lei, isto é, da necessidade”³⁰⁵. Ou seja, o termo é tomado como sinônimo de liberdade, que por sua vez nada mais é do que o respeito às leis e à ordem natural, que estabelecem uma “balança dos direitos e deveres” para o homem. Dessa forma, a ideia de anarquia representa um rigoroso respeito à ordem natural reconhecida pela razão

³⁰³ Ibid., p. 338.

³⁰⁴ Ibid., p. 338-339.

³⁰⁵ Ibid., p. 343.

humana e, ao mesmo tempo, uma negação da ordem política arbitrária baseada na vontade de indivíduos e grupos que ignoram essa mesma ordem natural. Em última instância, tal conceito traduz a defesa do Direito Natural contra o Direito Divino enraizado politicamente no Estado.

Ao utilizar o termo anarquia e anarquista, Proudhon mostra-se plenamente consciente do novo sentido que imprime ao termo. Uma nota de rodapé inserida numa das passagens em que fala da “anarquia”, diz: “o sentido comumente atribuído à palavra *anarquia* é o de ausência de princípio, ausência de norma; daí ter sido transformada em sinônimo de *desordem*”³⁰⁶. Até 1840, é esse o sentido do termo anarquia. Jean Maitron, investigador da história do vocábulo, constata que as palavras *anarquia*, *anarquismo* e *anarquista*, todas de origem grega, são muito pouco utilizadas em francês até meados do século XVII.³⁰⁷ No dicionário de Godefroy (do séc. IX ao XV) o significado de anarquia é “desordem produzida num Estado pela ausência de governo ou pela impotência dos que governam”³⁰⁸. Ainda segundo Maitron, do século XVI em diante, o uso do vocábulo se torna cada vez mais corrente, sendo encontrado nas obras de Bossuet, Voltaire, Mirabeau e outros escritores da época.³⁰⁹ Durante a Revolução Francesa, o termo “anarquista” tornou-se um adjetivo desqualificador utilizado pelas mais diversas tendências.³¹⁰ Robespierre, por exemplo, é acusado de anarquismo algumas vezes, mas ele próprio utiliza o termo contra seus adversários

³⁰⁶ Ibid., nota n , p. 339.

³⁰⁷ MAITRON, Jean. De quelques précisions nécessaires. In: _____. *Le Mouvement Anarchiste en France*. I - des origins à 1914. Paris: Gallimard, 1975. p. 13.

³⁰⁸ *Le Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes du IXe au XVe* de F. Godefroy. nota 2 : t. 8, Complément, p. 117. É Nicole Oresme (1330-1382) que mostra o termo, traduzindo de Aristóteles. Todavia, o termo não figura em dois dicionários posteriores: *Dictionnaire historique de l'ancien langage françois ou glossaire de la langue française depuis son origine jusqu'au siècle de Louis XIV*, de La Curne de Sainte-Pelaye. Paris: H. Champion, 1925. e *Dictionnaire de la langue française du XVIe siècle*, de E. Huguet. Paris: Librairie ancienne E. Champion, 1925. Apud MAITRON. Op. cit., p. 13.

³⁰⁹ MAITRON. Op. cit., p. 13-14.

³¹⁰ F. Brunot cita uma mensagem do diretório de 13 floreal ano VI, no *Journal des Débats*: “Por ‘anarquistas’, o Diretório executivo entende os homens cobertos de crimes, manchados de sangue e fartos de rapinas, inimigos das leis que não fizeram e de qualquer governo onde eles não governam, pregando a liberdade e praticando o despotismo, falando de fraternidade e abatendo seus irmãos, e ostentando seu desinteresse em partilhar seus despojos: tiranos, escravos, adutores servis do hábil dominador que os subjuga, capazes numa palavra de todos os excessos, de todas as baixezas, e de todos os crimes”. Apud MAITRON. Op. cit., p. 14.

de esquerda.³¹¹

Vale notar que tal vocábulo passa ao debate político a partir do final do século XVIII, juntamente com a palavra democracia, ainda associada à imagem de desordem e anarquia, segundo os ideais da Antiguidade.³¹² Em 1789, alguns grandes senhores falam com desprezo de “democracia”, para qualificar a situação que resultaria nos Estados Gerais, do princípio de um voto por cada cabeça. Brissot assinala o pânico que a palavra suscita nos debates. Em maio de 1789, um discurso do Conde d’Antraigues na câmara dos nobres temia as ameaças do poder do povo, “que tendiam à democracia, que num grande império, não era distinta da anarquia”³¹³.

Conforme mostrou Rosanvallon, toda mudança de significado da palavra democracia, que se operou na primeira metade do séc. XIX, deu-se no sentido de separá-la de sua conotação anárquica, vinculada ao sentido antigo, que sugeria a participação direta do povo no poder:

A falsa democracia cai prontamente na anarquia, é o governo da multidão; tal é o povo amotinado; então, o povo insolente despreza as leis e a razão; seu despotismo tirânico se destaca pela violência de seus movimentos e pela incerteza de suas deliberações. Na verdadeira democracia, se atua por meio de deputados, e estes deputados são autorizados mediante a eleição; a missão dos eleitos pelo povo e a autoridade que os apóia constituem o poder público.³¹⁴

Assim, a democracia foi convertida em “democracia representativa”, purificando-se de sua conotação anárquica e, desse modo, o antigo sentido acabou sendo caracterizado como “democracia direta”³¹⁵. Todavia, até que essa mudança fosse operada a palavra seguiu associada à anarquia e esse parece ter sido o motivo pelo qual raramente apareceu nos debates

³¹¹ JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Publicações do Quixote, 1977. notas 17 e 18, p. 48.

³¹² Em seu *Dictionnaire social et patriotique* (1770), Lefevre de Beauvray escreve no artigo “Democracia”: “o regime democrático está mais próximo da anarquia que o monárquico do despotismo”, p. 109. Apud ROSANVALLON, Pierre. La historia de a palabra “democracia” en la época moderna. *Estudios Políticos*, Colômbia, jan.– jun. 2006, nota 14, p. 13.

³¹³ Cf. ROSANVALLON. Op. cit., nota 17, p. 14.

³¹⁴ D’AGERSON. 1765. Apud ROSANVALLON. Op. cit., p. 13.

³¹⁵ ROSANVALLON. Op. cit., p. 18-19.

políticos à época da Revolução:

Na massa de periódicos revolucionários não encontramos nenhum, de 1789 a 1796, que mencione em seu título a palavra ou o adjetivo democrático. São os adjetivos ‘nacional’, ‘patriótico’ ou ‘republicano’ (a partir de 1792) os que aparecem geralmente na capa dos diários. Observamos também, de maneira especialmente significativa, que a palavra democracia não é pronunciada uma só vez nos debates de 1789 e 1791 nos debates sobre o direito ao sufrágio. Esta relativa ausência da palavra democracia na linguagem revolucionária é confirmada pelo exame dos dicionários do período. De 1789 a 1801 aparecem dez dicionários sócio-políticos. Um só consagra uma entrada a “democracia”. Tanto os setores de direita como os de esquerda parecem ignorá-la amplamente [...]”³¹⁶

É importante notar que a própria esquerda recusava a democracia nessa época. Para Sieyès, por exemplo, a dimensão da França impedia todo exercício direto da vontade geral e, conseqüentemente, a democracia. O governo representativo, portanto, não se confundia com ela, que permanecia compreendida nos termos do século XVIII. No mesmo sentido, Brissot defendia a República e se opunha à democracia: “Os republicanos da França não querem a democracia pura de Atenas”. Dessa forma, ele dissociava a “República” da noção de uma democracia “direta”, ressignificando a ideia republicana e “protegendo-a das críticas preconceituosas e das acusações de anarquia que lhe dirigiam seus detratores”³¹⁷. Porém, mesmo na terceira década do século XIX, a democracia parecia perigosa demais. Num artigo de 1837, Guizot comenta que “aquilo que foi antes a democracia, seria hoje a anarquia”, pois ela ensejaria um movimento entre as classes sociais, “uma guerra aos de cima, do grande número contra o número reduzido, dos pequenos contra os grandes”³¹⁸.

Assim, até o princípio da década de 1840, o termo anarquia seguia sendo pensado em termos políticos, relacionado à democracia. Assim, quando Proudhon reivindicava como epíteto para si próprio um termo que até então era usado como adjetivo depreciativo, ele certamente suscitou escândalo e polêmica e, nesse sentido, se valeu da conotação política do termo. Mas,

³¹⁶ Ibid., p. 14.

³¹⁷ Ibid., p. 17.

³¹⁸ GUIZOT. 1837. Apud ROSANVALLON. Op. cit., p. 13.

o novo sentido que ele impingiu ao vocábulo anarquia cumpriu a função de deslocar o debate sobre a ordem, do terreno político para o terreno sócio-econômico e esse deslocamento foi muito mais importante do que a inversão de um sentido negativo para positivo no termo. Somente nessa perspectiva é possível entender como o autor pôde se considerar anarquista.

Proudhon não é defensor da anarquia no sentido político de termo, como sinônimo de uma democracia na qual todos participam e decidem.³¹⁹ Mais do que considerar a democracia-anarquia tecnicamente inviável, ele recusa uma ordem estabelecida pelo plano político, baseada nas vontades e opiniões, seja na vontade de “um”, seja na vontade de “muitos”. Se ele pensa na anarquia política, é porque a ordem deve se apoiar em outro fundamento, externo à ordem política. Por isso, Proudhon era crítico da ideia do sufrágio universal, das reformas políticas como variações sobre o mesmo tema, quando a verdadeira questão é mudá-lo.

Convencido de que uma lei natural de equilíbrio age no seio da sociedade, ele considerava a política vigente como inimiga da ordem, como artificialidade imposta à sociedade e geradora de desordem. Assim, ele faz recair sobre os agentes políticos as acusações feitas anteriormente aos anarquistas. O novo sentido que Proudhon imprimiu ao termo anarquia só pode ser compreendido em sua função de deslocar o debate sobre a ordem do terreno político para o terreno sócio-econômico. Ele imagina, muito sinceramente, que a *1ª memória* vai inaugurar uma nova era, como Sieyès fez na política com seu panfleto, *O que é o terceiro estado?* Da *1ª memória* deveria sair uma revolução na Economia Política: é a redução do problema político a um problema econômico e, uma vez dado o sinal e disparado o primeiro tiro de canhão, o centro de combate se deslocaria.³²⁰

Além de um novo sentido para o termo anarquia, o último capítulo apresenta outra novidade importante e diretamente relacionada com a primeira: o *socialismo científico*; cuja

³¹⁹ J. J. May, comunista fundador do jornal *L'Humanitaire* escreveu em 1841 que “o governo democrático deve ser anarquista, na acepção científica, e não revolucionária, da palavra”. Cf. STERN, D. (Marie de Flavigny, condessa de Agoult). *Histoire de la Révolution de 1848*. Paris: A. Lacroix-Verboeckoven, 1880. p. 239. Apud ANSART. Op. cit., nota 59, p. 227.

³²⁰ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 60.

passagem em que a expressão surge pela primeira vez na obra de Proudhon é a seguinte

[...] numa determinada sociedade, a autoridade do homem sobre o homem está na razão inversa do desenvolvimento intelectual a que essa sociedade chegou, e a duração provável dessa autoridade pode ser calculada pelo desejo mais ou menos geral de um governo verdadeiro, ou seja, um governo conforme à ciência. E assim como o direito da força e o direito da astúcia restringem-se diante da determinação cada vez mais ampla da justiça e devem acabar por se extinguir na igualdade, assim a soberania da vontade cede ante a soberania da razão e deve acabar por se anular num **socialismo científico**. A propriedade e a realeza estão em demolição desde o começo do mundo; como o homem busca a justiça da igualdade, a sociedade busca a ordem na anarquia.

Anarquia, ausência de senhor, de soberano, tal é a forma de governo da qual nos aproximamos dia a dia e que o hábito inverterado de tomar o homem por norma e sua vontade por lei nos fez olhar como o cúmulo da desordem e a expressão do caos. Conta-se que um burguês de Paris, no século XVIII, tendo ouvido dizer que em Veneza não havia rei, não pôde conter o espanto e quase morreu de rir de uma coisa tão ridícula. Assim é nosso preconceito: todos queremos um chefe ou chefes; e tenho em mãos neste momento uma brochura cujo autor, comunista zeloso, sonha com a ditadura, qual novo Marat. Os mais evoluídos de nós são os que querem o maior número possível de soberanos [...] ³²¹

Na leitura desse trecho pode ser notada a identidade entre a noção de anarquia e a de socialismo científico, pois a ciência permitiria o conhecimento que eliminaria o arbítrio e possibilitaria um “governo verdadeiro”. Assim, a passagem que celebrizou Proudhon como anarquista é a mesma no qual ele demandou um socialismo científico, expressão que ele utilizou como sinônimo desse seu anarquismo. É surpreendente que, na obra mais comentada de toda bibliografia proudhoniana, essa relação tenha passado despercebida para muitos estudiosos e seja tão pouco destacada por outros. ³²²

No entanto, o que mais importa para esta pesquisa é o caminho pelo qual Proudhon chegou a demandar um socialismo qualificado como científico. A motivação, já mostrada na *1ª memória*, será mais nítida nas obras seguintes: o socialismo não deve ser apenas uma aspiração, deve ser solidamente fundamentado de acordo com as leis apreendidas a partir da

³²¹ Ibid., p. 339.

³²² Dalmácio Negro destaca que Proudhon inventou a expressão “socialismo científico” NEGRO. Op. cit., p. 104; e Georges Gurvitch considera que Proudhon “[...] é representante do ‘socialismo científico’ (termo que ele próprio criou) [...]” GURVITCH, Georges. Op. cit., p. 37.

natureza. Mais importante ainda: a ciência que, segundo Proudhon, mostra maior potencial para compreender cientificamente a sociedade é a Economia Política. Ou seja, é o conhecimento, a crítica e o aperfeiçoamento da Economia Política que permitiria ao socialismo se tornar científico.

1.8 – A repercussão da 1ª memória

Os parágrafos finais do livro mostram que Proudhon, sem nenhuma modéstia, considerava a *1ª memória* como um livro revolucionário³²³: “[...] terminei a obra que me propus; a propriedade está vencida; nunca mais se reerguerá. Em toda parte onde este discurso for lido e comunicado ficará depositado um germe de morte para a propriedade [...]”³²⁴ De fato, ele nutria grandes expectativas quanto à repercussão do seu livro bem como acreditava que a publicação o conduziria a uma posição de destaque entre os escritores franceses; no entanto, nada disso ocorreu. A *1ª memória* veio a público no início de julho de 1840, com 500 exemplares; porém, temeroso por uma má repercussão do livro, o editor negou-se a fazer qualquer propaganda nos diários³²⁵ e a divulgação foi escassa.

O livro principia com a dedicatória à Academia de Besançon, na qual a obra é apresentada como uma prestação de conta anual sobre os estudos do bolsista.³²⁶ No início de julho, Proudhon voltou para lá, onde, além de apresentar o livro a seus conterrâneos, planejava retomar sua tipografia e conseguir tempo livre para prosseguir seus estudos.³²⁷ Todavia, seus planos seriam rapidamente frustrados pela reação da Academia de Besançon e, antes mesmo que o livro alcançasse qualquer repercussão pública em Paris, Proudhon se viu diante da reação negativa da academia em sua terra natal, especialmente devido à dedicatória,

³²³ Segundo SAINTE-BEUVE, Proudhon tem a convicção de estar escrevendo uma obra sem precedentes e chocante, cf. Op. cit., p. 51.

³²⁴ PROUDHON. Op. cit., p. 345.

³²⁵ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 63.

³²⁶ DELMAS. Op. cit., p. 84

³²⁷ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 64.

pela qual a academia se sentiu associada às intenções de seu autor bolsista.³²⁸

Na sessão da academia de 24 de agosto de 1840³²⁹, em que o texto foi debatido, aprovaram-se as seguintes propostas: censura pública ao texto, desaprovação e condenação da dedicatória, exigência de anulação da mesma e, finalmente, que a desaprovação constasse nas publicações do bolsista. Então a academia cogitava seriamente suspender a bolsa de Proudhon, até conseguir uma retratação e uma censura pública do texto e, além disso, obter a suspensão da publicação até o final do ano escolar de 1840-1841, para que o caso fosse mais bem avaliado, para isso foi marcada uma sessão de defesa para novembro de 1840.

A reação acadêmica só fez crescer o escândalo em torno do livro, resultando numa “propaganda” que em quinze dias fez vender duzentos dos quinhentos exemplares da primeira impressão. Em agosto, foi proposta uma segunda edição, mas ele decidiu esperar o andamento dos fatos imaginando que uma nova edição seria certamente interpretada como uma provocação a mais contra a academia. A polêmica em torno da *1ª memória* ainda teve como efeito colateral alavancar as vendas do que restava dos exemplares da *Celebração do Domingo*.³³⁰

Passada a reação colérica inicial, Proudhon acreditou que o caso se encerraria por si só e, em outubro, partiu para Paris, com a intenção de prosseguir seus estudos e desenvolver uma segunda memória sobre a propriedade.³³¹ Além disso, queria encontrar seu amigo Bergmann, com quem gostaria de debater com ele seu livro e suas intenções para o futuro. A propósito, uma carta endereçada ao amigo nessa ocasião revela não apenas a sua necessidade de um diálogo intelectual, como também sua situação financeira:

³²⁸ Ibid., p. 65.

³²⁹ PROUDHON. Op. cit., p. 6.

³³⁰ DELMAS. Op. cit., p. 86.

³³¹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 67.

Meu querido Bergmann, eu partirei domingo 11 de outubro, sem falta e, embora a pé, vou fazer todas as diligências para chegar a Paris no sábado dia 17, no mais tardar. Trate, pois, de prolongar sua estadia do dia 15 até 20, afim de que possa vê-lo. Não tenho como fazer melhor [...] Eu conto, portanto, em te ver; é por ti que parto um mês antes do que gostaria; é por ti que vou quebrar minhas pernas.³³²

Enfim, Proudhon partia para mais um *Tour de France*, no qual previa vencer em seis dias os cerca de 430 km³³³ que separavam Besançon e Paris. Mas, ele se atrasa dois dias e, quando lá chega, o amigo já partira. Este certamente faria observações acerca da memória de Proudhon, especialmente no tocante ao estilo. De qualquer maneira, desde a *1ª memória*, a reflexão sobre o estilo da escrita foi uma constante na sua obra e na sua correspondência. Para ele, parece existir uma certa associação entre o estilo rude e a verdade; ao passo que o refinamento e a ponderação excessiva poderiam ser mostra de incerteza e de falseamento da realidade:

[...] detesto mortalmente quem se vale de circunlóquios no discurso e na conduta. Desde a primeira página deste escrito venho me expressando de forma clara e decidida [...] Não receio, pois, ousar demais afirmando não estar longe o tempo em que a tão decantada reserva dos filósofos, o justo meio-termo tão insistentemente recomendado pelos doutores em ciências morais e políticas, só será olhada como vergonhoso caráter de uma ciência carente de princípio e como selo de sua reprovação. Em legislação e em moral, tanto quanto em geometria, os axiomas são absolutos, as definições precisas, e, desde que rigorosamente deduzidas, as conseqüências mais extremas tornam-se leis. Deplorável orgulho! Nada sabemos de nossa natureza e a responsabilizamos por nossas contradições, e no entusiasmo de nossa ingênua ignorância ousamos bradar: 'A verdade reside na dúvida, a melhor definição é nada definir'. Saberemos um dia se essa desoladora incerteza da jurisprudência provém de seu objeto ou de nossos preconceitos; se para explicar os fatos sociais não basta alterar nossa hipótese, como fez Copérnico ao inverter o sistema de Ptolomeu.³³⁴

³³² Carta a Bergmann, 30 set. 1849, T. I, p. 242-244.

³³³ 430 km é a distância baseada nas estradas atuais. É impossível saber a distância exata que Proudhon percorreu uma vez que se desconhece as distâncias exatas nos caminhos da época, é provável que as distâncias fossem bem maiores em virtude dos caminhos mais sinuosos da época, Sainte-Beuve comenta que a distância girava em torno de 80 léguas, cerca de 528 km. SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 70.

³³⁴ PROUDHON. Op. cit., p. 177-178.

Entretanto, logo após a publicação da *1ª memória*, sentindo as reações ao texto, Proudhon se questiona sobre seu estilo de escrita:

A obra que acabo de terminar me sugeriu algumas idéias sobre o estilo e a arte de escrever, que quero por de novo em prática; começo a dar-me conta de que poderia ser algo como escritor. Daqui em diante trabalharei mais lentamente e abandonarei a tonta presunção de crer que minhas idéias não podem ser retardadas em sua publicação por cuidados de forma e de exposição, sem que a verdade e o bem público se vejam comprometidos [...]³³⁵

Quanto a seu próprio estilo, a atitude de Proudhon oscilou constantemente entre uma espécie de satisfação com o tom rude e a pretensão de suavizar o estilo. Uma boa amostra dessa atitude é sua reação à crítica de Ackermann, para quem ele enviou um exemplar do livro solicitando uma apreciação. O amigo, que havia feito uma leitura atenta da *1ª memória* e lhe remetido as apreciações e críticas, recebeu uma dura resposta. Proudhon diz que sua crítica era correta e que ele tinha somente uma desculpa:

[...] quando um homem de 32 anos está num estado próximo da indigência sem que tenha culpa; quando chega a descobrir de repente, por suas meditações, que um “erro de conta”, numa má contabilidade, é a única causa de tantos crimes e misérias; quando ao mesmo tempo, crê observar nos advogados do privilégio mais descaramento e má fé que incapacidade e necessidade, é muito difícil que sua bÍlis não se atice, e que em seu estilo não se sintam os furores de sua alma. Você fala comodamente, você, artista, para quem tudo que se escreve não parece ser mais que matéria de exercício e tema de retórica: enquanto eu sofro, ferve, me encolerizo, você mede as frases, passa na peneira algumas expressões um pouco duras. Se surpreende ao comprovar que sou menos delicado que um Voltaire, um Hamilton, um Suard, etc. Ei! Deixe um pouco seus literatos cortesãos e milionários, e olhe para baixo; olhe você mesmo e diga-me se sua própria condição não é para mim uma desculpa suficiente!³³⁶

Depois dessa espécie de “defesa” de seu próprio estilo, termina dando razão ao amigo, prometendo melhorar: “daqui para frente, no lugar de molhar minhas flechas no vinagre, as molharei no azeite; a ferida será menos aguda, mas seguramente mortal”³³⁷. Sainte Beuve

³³⁵ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 64-65.

³³⁶ Carta a Ackermann, 5 nov. 1840, T. I, p. 251.

³³⁷ Ibid., p. 252.

lembra que as exortações quanto à moderação na linguagem não eram novidade para Proudhon, uma vez que, desde que ele era aluno em Besançon, o padre Weiss, bibliotecário da cidade, dizia-lhe para se lembrar da frase de Henrique IV: “se pegam mais moscas com uma colher de mel que com cem tonéis de vinagre”; ao que Proudhon respondia: “Não se trata de caçar moscas, se trata de matá-las”³³⁸. Para Sainte-Beuve, a *1ª memória* não era simplesmente um tratado de conclusões científicas e neutras, mas sim uma desforra raivosa, de tom emocional³³⁹, uma espécie de represália de Proudhon contra a desigualdade que o atingia.

A maioria dos estudiosos do socialista francês destaca o impacto que o estilo proudhoniano sobre os leitores da época, independentemente dos diferentes juízos de valor.³⁴⁰ Pierre Ansart, por exemplo, ressalta que não existem lamúrias pela situação penosa da classe operária, pelo contrário, ele cobra direitos de modo altivo e orgulhoso. Ansart parte do pressuposto que a originalidade da *1ª memória* reside justamente nisto: ela exclui a comiseração pela miséria operária e ataca os proprietários como causadores da miséria³⁴¹; uma atitude que contrasta com quase toda a vasta literatura sobre a miséria operária, cujos autores, mesmo quando defendem os operários, pertencem à burguesia ou são de origem nobre. Assim, para Ansart, muito além de uma questão de estilo, o texto de Proudhon representa a irrupção da luta de classes na literatura acadêmica; lembrando que a oposição entre “frieza burguesa” e as “paixões populares” era um tema recorrente na década de 1840.³⁴²

Evidentemente, o estilo de Proudhon foi um dos elementos que incomodou a

³³⁸ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 73.

³³⁹ Ibid., p. 56.

³⁴⁰ Para HUGON (Op. cit. p. 236) outros socialistas já haviam condenado a propriedade na França, mas sua condenação da propriedade “[...] é de uma ordem mais interna e é mais original, quer pela forma que pela força de expressão que lhe imprimiu Proudhon”; para GIDE e RIST (Op. cit., p. 335) “a originalidade do livro reside, pois, não tanto nas idéias como na brilhante exposição, na profunda veemência do estilo, na graça da força polêmica contra os argumentos envelhecidos dos que fazem assentar a propriedade de hoje no trabalho, no direito natural ou na ocupação [...]”. LABROUSSE (Op. cit., p. 158) também destaca o vigor inédito da crítica proudhoniana.

³⁴¹ ANSART. Op. cit., p. 200-201.

³⁴² Ibid., p. 198.

academia, mas, além disso, um conjunto de fatores suscitou a cólera de uma academia que se sentiu traída, pois ele atacou a propriedade, instituição tida como “de origem divina”, “sagrada”, sobretudo num momento onde as sociedades acadêmicas pretendiam fazer uma obra de pacificação social, particularmente em relação aos reformistas e socialistas. Nesse contexto, o livro de Proudhon, com sua linguagem virulenta, é um desmentido completo à academia, um ataque à instituição fundamental da sociedade e uma convocação dos leitores à revolução. O bolsista não foi cooptado ou “pacificado” de modo algum; ao contrário, utilizou-se da academia e da bolsa conferida para promover a inquietação social, tornando compreensível, portanto, que a Academia de Besançon tenha se sentido traída e ele sido visto como um ingrato, um provocador.³⁴³

Para os acadêmicos, os bolsistas deveriam ter “qualidades morais”, entre as quais o respeito pela “ordem estabelecida”³⁴⁴. Prudência, neutralidade e produção de consenso faziam parte das diretrizes da ACMP que orientavam todas as demais academias provinciais, mas no que concerne à memória de Proudhon “[...] a neutralização das expressões e a delimitação tácita do campo de discussão não podem ser obtidas [...]”³⁴⁵.

O mundo acadêmico francês vivia um processo de institucionalização e delimitação de campo entre os saberes. Nesse contexto, havia uma batalha, travada em várias frentes - no seio da Academia, na relação com outros espaços de saber e na relação com o próprio poder político -, pela legitimação da Economia Política como disciplina científica distinta e “emancipada” da moral. Mas a Economia Política havia sofrido baixas: as aulas de Ciências Morais e Políticas do Instituto haviam sido suprimidas por Napoleão em 1803 e, na monarquia de julho, a disciplina teve seu ensino limitado, pois foi vista como subversiva por

³⁴³ DELMAS. Op. cit. p. 85.

³⁴⁴ Ibid., p. 86.

³⁴⁵ Ibid., p. 90.

um poder político protecionista.³⁴⁶ Assim, em 1840 não havia mais que duas cadeiras oficiais de Economia Política na França.³⁴⁷

Na ACPM, a autonomia da Economia Política era amplamente atacada pelos moralistas e partidários da “paz” entre as Ciências Morais, tais como Joseph Droz, tutor de Proudhon, que concebia a Economia Política como auxiliar da Moral. Porém, as reivindicações de independência se multiplicaram. Joseph Garnier, por exemplo, defendia a separação dos princípios da Economia Política e da Moral. Diante da resistência da Academia, ele e os economistas conceberam a formação de um grupo separado, a *Société des Économistes*, que se reuniu pela primeira vez em 1842, como um grupo de pressão. De fato, a sociedade conheceu um vívido sucesso no final dos anos 1840; com uma revista, um editor e cinquenta membros (acadêmicos, parlamentares, membros do conselho de Estado, da administração, da agricultura, da indústria, do comércio, do ensino e das letras). Assim, tornou-se rapidamente um espaço de saber concorrente da Academia, pretendendo controlar a chancela qualificativa de economista, como se comprova no caso Proudhon.³⁴⁸

Todavia, a *Société des Économistes* ainda lutava por sua afirmação em 1840, quando ele publicou sua *1ª memória*, na qual reivindicava a reintegração da Moral na Economia Política, caminhando no sentido oposto ao da maioria dos economistas de seu tempo. Proudhon quer dar um fundamento matemático à moral; e o amigo Bergmann, depois de ler o livro, questionou se a Economia Política era uma “ciência de cálculo” ou uma “ciência moral”, dizendo que essa questão não ficou suficientemente clara na *1ª memória*.³⁴⁹ A dúvida manifestada pelo amigo não era sem fundamento, porque para Proudhon, a Economia Política deveria preencher ambas as condições: ser ao mesmo tempo uma ciência “de cálculo” e uma

³⁴⁶ Ibid., p. 97.

³⁴⁷ A cadeira do Conservatório de Artes e Ofícios, ocupada inicialmente por J.-B. Say (1820) e depois Blanqui (1833); e a cadeira do *Collège de France*, ocupada sucessivamente por J.-B. Say (1820), Pellegrino Rossi (1833) e Michel Chevalier (1840). Ao lado do ensino público, existia um ensino privado que se fazia na cátedra do Ateneu Real, que J. Garnier iria ocupar depois. Ibid., nota 6, p. 97.

³⁴⁸ Ibid., p. 98.

³⁴⁹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 74.

ciência moral.³⁵⁰

Para Sainte-Beuve, a unidade na obra de Proudhon reside justamente nesse intento de determinar cientificamente a justiça social, universal - que deverá servir a todas as classes da sociedade, sem exceção – e, em seguida, em introduzir a moral na Economia Política submetendo a liberdade de cada um e as forças egoístas da sociedade à norma ditada pelo senso moral.³⁵¹ Nesse sentido, o proudhonismo tenta conferir precisão à justiça por meio de um critério econômico.³⁵² O fato é que, ao tratar da relação entre Economia Política e Moral, ele se imiscuiu num dos principais debates da academia francesa, embora não tenha sido esse o motivo que suscitou a indignação da Academia de Besançon.

No final de 1840, ele recebeu uma espécie de intimação, uma carta oficial e confidencial datada de 24 de dezembro, para uma sessão de esclarecimentos a se realizar em 15 de janeiro de 1841, na referida Academia.³⁵³ Em 6 de janeiro, mesma data que consta no memorial de defesa preparado para a sessão, ele respondeu por carta ao secretário da Academia.

Vale notar que a defesa por escrito chegou às mãos dos membros da academia formatada como um folheto pronto para ser impresso, de forma que o autor ameaçava tornar pública a querela. Claramente, Proudhon percebeu o temor de escândalo que tomou conta da academia e tirou partido da situação.³⁵⁴ Na sessão, a maioria dos membros vota pela retirada da bolsa (16 votos contra 14), todavia, para aprovar essa decisão eram necessários dois terços, ou seja, vinte dos trinta votos. Assim, a permanência da bolsa foi assegurada³⁵⁵ e, apesar de

³⁵⁰ Um elemento central da crítica de Marx a Proudhon reside justamente nesse ponto: ele exige de todos, e de Proudhon em especial, a abstração da moral para a análise científica Cf. NEGRO. Op. cit., p. 108.

³⁵¹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 76.

³⁵² NOYELLE, H. La notion de justice dans l'œuvre économique de Proudhon. *Revue d'histoire des doctrines économiques et sociales*, Paris, n° 2, 1923, p. 180; p. 183.

³⁵³ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 67.

³⁵⁴ Ibid., p. 69.

³⁵⁵ DELMAS. Op. cit., p. 86.

tudo, Proudhon manteve a dedicatória na segunda edição da *1ª memória*.³⁵⁶

Entretanto, mesmo com essa pequena celebridade gerada pela polêmica local, o livro não suscitou o impacto esperado. Para ele, a imprensa praticamente o ignorou³⁵⁷, assim como a maioria dos socialistas, economistas e intelectuais em geral. Numa carta ao amigo Bergmann, o autor reconheceu a situação e considerou que “os grandes jornais não dirão uma palavra, até que o clamor público os obrigue”³⁵⁸. Porém, algumas importantes exceções merecem ser comentadas: Proudhon comentou que *La Revue du Progrès*, de Louis Blanc, fez menção ao livro e que Armand Marrast³⁵⁹ confessou-lhe partilhar de suas ideias, mas que não as publicaria por medo de assustar seus leitores.³⁶⁰ Também a *Revue étrangère et française de législation et d'économie politique* citou a memória, contudo sem maiores comentários.³⁶¹ A *Revue de législation et jurisprudence*, de Louis Wolowski, não mencionou expressamente suas memórias, mas se faz campeã da defesa da propriedade em sua edição de jul-dez de 1840, numa clara alusão ao livro de Proudhon.³⁶²

1.9 - A 2ª memória sobre a propriedade: cartas entre Proudhon e Blanqui

Embora a repercussão da *1ª memória* tenha sido bastante limitada, Proudhon enviou um exemplar, que chegou às mãos de Blanqui, à ACMP.³⁶³ No final de 1839, ele havia seguido um curso de Blanqui no *Conservatoire des Arts e Métiers* e o envio do livro fez com que ambos estreitassem a relação acadêmica a partir de 1840, fato que se revelaria da maior

³⁵⁶ Ibid., p. 87

³⁵⁷ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 81-82.

³⁵⁸ Carta a Bergmann, 19 ago. 1840, T. I, p. 235.

³⁵⁹ Armand Marie François Pascal Marrast, jornalista e político republicano; diretor de *Le National* à época.

³⁶⁰ Carta a Bergmann, 19 ago. 1849, T. I, p. 236.

³⁶¹ *Revue étrangère et française de législation et d'économie politique*, Paris, T. 7, 1840, p. 648; T. 8, 1841, p. 848. Nessa revista colaboram juristas e publicistas, membros da Academia e da *Société de la morale chrétienne*; entre os quais estavam Blanqui, Gerando, Berriat-Saint-Prix, Royer-Collard, P. Rossi, C. Lucas, de Beaumont, Tocqueville e Laferrière.

³⁶² *Revue de législation et jurisprudence*, Paris, jul-dez 1840. Especialmente o artigos de Victor Molinier, *Étude sur le droit de propriété*, p. 419-439; e Alphonse Vuy, sobre Eduard Laboulaye, *Histoire de la propriété foncière em occident: examen critique*, p. 452-467. Cf. DELMAS. Op. cit., p. 96.

³⁶³ Ibid., p. 81.

importância pouco tempo depois.

Depois de ler o texto, Blanqui remeteu, na condição de membro da seção de Economia Política da ACMP, uma longa carta de agradecimento em nome da instituição.³⁶⁴ Proudhon se sentiu recompensado pela atenção dispensada e levou em consideração as críticas do economista.³⁶⁵ No final de 1840, ele trabalhava numa 2ª memória sobre a propriedade, na qual a influência da relação com Blanqui é evidente, a começar pelo título: *Qu'est-ce que la propriété? Lettre à Blanqui, professeur d'économie politique au Conservatoire des Arts et Métiers, sur la propriété*. Pelas anotações de leitura de Proudhon, é sabido que, nesse período, ele leu o célebre livro de Blanqui, *Histoire de l'économie politique en Europe: depuis les anciens jusqu'à nos jours*³⁶⁶, e frequentou um curso ministrado por ele no *Conservatoire de Arts e Metiers*, entre 1840 e 1841, do qual afirma que deduziu as conclusões expostas na 2ª memória.³⁶⁷

As cartas de Proudhon nesse período indicam que ele passou a se preocupar seriamente com o estilo e a forma, julgando ter encontrado um caminho adequado a seus propósitos:

O gênero *Memória* parece ser o que me convém: metade ciência, metade panfleto, nobre, alegre, triste ou sublime, fala à razão, à imaginação e ao sentimento: creio que farei bem em ater-me a esta forma. A ciência pura é muito seca; os jornais muito fragmentados; os longos tratados muito pedantes: é Beaumarchais*, é Pascal, que são meus mestres.³⁶⁸

³⁶⁴ Ibid., p. 87. Carta de Blanqui a Proudhon, datada de 1º maio 1841. Em resposta ao envio do livro de Proudhon, Blanqui diz ao autor que “não é possível ter mais estima por um homem do que tenho por vós”. Cf. GIDE; RIST. Op. cit., p. 337.

³⁶⁵ Proudhon escreve a respeito para Antoine Gauthier: “[...] Recebi ontem, do senhor Blanqui, uma carta encantadora, afável e especial para dar-me orgulho. Te das conta que esse professor não pode aceitar minha doutrina nos termos em que a exponho; mas à parte suas reservas e a timidez que parece ser natural nele, é um homem que está comigo. Por outro lado, é um homem de profundo saber, a quem todos estimam e é o organizador mais capaz que temos. De vez em quando recebo testemunhos de consideração da parte de personagens eminentes, que sem dizer ‘sim’, dizem ‘valor!’ Compreendes? [...]” Cf. Carta 2 maio de 1841, T. I, p. 327-328.

³⁶⁶ VINCENT. Op. cit., p. 72.

³⁶⁷ PROUDHON. 1ª memória. p. 27.

* Pierre-Augustin Caron de Beaumarchais (24/01/1732 – 18/05/1799), autor de teatro francês.

³⁶⁸ Carta a Ackermann, 19 maio 18, T I, p. 333.

Nitidamente, Proudhon modera sua linguagem atendendo às sugestões dos leitores de sua *1ª memória*, em especial do próprio Blanqui, pois almeja escrever um texto mais persuasivo e elegante que o anterior, embora amenize seu tom com esforço e pesar, como uma espécie de concessão à futilidade literária.³⁶⁹ No entanto, numa carta a Bergmann, três meses depois de editada a *2ª memória*, comenta que “o que mais me aborrece no ofício de autor é estar obrigado a divertir o leitor, quando deveria ser suficiente que eu raciocine com justeza”³⁷⁰. O que para ele é uma penosa concessão, para Blanqui é apenas uma ligeira melhora no estilo, conforme sugere um trecho da carta que o economista envia depois de ler a *2ª memória*: “você fez dois magníficos manifestos, o segundo mais comedido do que o primeiro, faça um terceiro mais comedido que o segundo, e você tomará seu lugar na ciência, cujo primeiro dever é calma e imparcialidade”³⁷¹.

Embora a linguagem na *2ª memória* tenha sido mais polida, ele nada concedeu quanto ao conteúdo, ainda que o texto principie com um preâmbulo cerimonioso que homenageia Blanqui, considerado por Proudhon, apesar das críticas, como uma espécie de defensor solitário de sua *1ª memória*. A segunda parte do texto, claramente inspirada pelo citado livro de Blanqui, é uma exposição da história da propriedade e dos princípios sobre os quais é fundada. Além disso, Proudhon faz um exame das diversas doutrinas sobre a propriedade, ocasião em que ataca, além de Thiers, Troplong e Wolowski, ambos membros da ACMP.³⁷²

Aqui, também critica Lamennais e os fourieristas e mostra-se profundamente incomodado por ter sido confundido estes últimos, em sua *1ª memória*, pretendendo desfazer qualquer identidade com os discípulos de Fourier.³⁷³ A *2ª memória* tenta apresentar as mesmas proposições da anterior de uma forma mais palatável e menos agressiva, mas é

³⁶⁹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 77.

³⁷⁰ Carta a Bergmann, 24 abr. 1841, T. I. p. 308.

³⁷¹ BLANQUI, Adolphe-Jérôme. Carta a Proudhon, Paris, 1º maio 1841. In: PROUDHON. *1ª memória*. p. 14-17.

³⁷² AUGÉ-LARIBE, Michel. Introduction. PROUDHON. *2ª memória*. p. 19.

³⁷³ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 98-100.

basicamente a mesma demanda que se encontra no texto, tanto que Sainte-Beuve chega a considerar a 2ª *memória* como uma “apologia da primeira”³⁷⁴. A mudança de enfoque mais significativa, consiste no grande espaço dedicado à argumentação histórica, quase ausente na 1ª *memória* na qual a argumentação lógica foi o fio condutor do texto.³⁷⁵

Uma questão importante no texto é a propriedade literária, que estava em debate na câmara dos deputados. Wolowski se colocou contra, argumentando que a sociedade teria um direito de produção coletiva sobre toda criação do espírito. Proudhon concorda, mas quer estender o mesmo princípio a toda espécie de produto³⁷⁶ e, num *post-scriptum*, menciona que na sessão de 2 de abril, a câmara dos deputados rejeitou, por ampla maioria, o projeto de lei sobre a propriedade literária porque nada entendeu. Mas para ele:

[...] a propriedade literária não é mais que uma forma particular do direito de propriedade, que todo mundo crê compreender. Esperemos que este precedente legislativo não seja estéril para a causa da igualdade. A consequência do voto da câmara é a abolição da propriedade capitalista, propriedade incompreensível, contraditória, impossível e absurda.³⁷⁷

Essa passagem, significativa porque até esse momento Proudhon nada tinha escrito a respeito dos meios pelos quais tencionava corrigir os abusos da propriedade, indica o recurso a algum tipo de regulamentação jurídica que constranja a propriedade para reformá-la, sugerindo que já havia cogitado essa via em 1840. Assim, tanto sua candidatura e eleição, em 1848, quanto sua malograda tentativa de assegurar crédito por meio da legislação, não indicam nenhuma ruptura com suas ideias iniciais. Para Sainte-Beuve, Proudhon é um reformador, não um revolucionário, pois aspira transformar o mundo de forma progressiva e não por rupturas violentas considerando impossível qualquer espécie de desapropriação

³⁷⁴ Ibid., p. 96.

³⁷⁵ Ibid., p. 101.

³⁷⁶ PROUDHON. Op. cit., p. 101.

³⁷⁷ Ibid., p. 153. O tema seria retomado por Proudhon em *Majorats littéraires; examen d'un projet de loi ayant pour but de créer au profit des auteurs, inventeurs et artistes un monopole perpetuel*. Bruxelas: Office de Publicité, 1862.

geral.³⁷⁸

Ainda assim, a Academia de Besançon ignorou essas sutilezas e o rechaçou totalmente. Por outro lado, apesar de achar que o talento de Proudhon é, ao mesmo tempo, motivo de admiração e de preocupação por causa do potencial subversivo das proposições do texto, Blanqui agiu com muito mais perspicácia, procurando assimilá-lo ao mundo acadêmico, uma vez que o trabalho de Proudhon “[...] revela profundos estudos e um incontestável talento”³⁷⁹. Assim, a primeira atitude de Blanqui é levar o texto ao conhecimento da ACMP na sessão semanal de 29 agosto de 1840, dedicada ao relato do economista sobre o livro de Proudhon a seus pares. Esse relato foi publicado logo a seguir como resenha do livro em *Le Moniteur Universel*.³⁸⁰

Em sua apreciação, Blanqui considerou que o direito de propriedade - princípio vital e base essencial de nossa organização social - estava até agora ao abrigo de controvérsias³⁸¹; mas um desconhecido “filósofo e economista”³⁸² demandava a destruição imediata da propriedade, defendendo tal objetivo sem nenhuma dissimulação.³⁸³ Ele expôs em linhas gerais o conteúdo do livro³⁸⁴, destacou a distinção que Proudhon fazia entre propriedade e posse³⁸⁵ e notou que ele criticava e se distinguia de Fourier e Saint-Simon.³⁸⁶ O juízo de Blanqui era claro: pela erudição e talento literário, Proudhon poderia ser considerado um de seus pares, embora o conteúdo e a agressividade do livro fossem reprováveis.³⁸⁷

³⁷⁸ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 104.

³⁷⁹ BLANQUI, Adolphe-Jérôme. Qu'est-ce que la propriété? Séance du 29 août 1840. In: VERGÉ, Charles; LOISEAU. VERGÉ, Charles; LOISEAU. *Séances et travaux de l'Académie des sciences morales et politiques (Institut de France), comptes rendus publiés dans le Moniteur Universel, 1840-1841*. Paris: Alphonse Picard et Fils 1893. p. 124.

³⁸⁰ Em 27 de set. 1840. Cf. SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 81; DELMAS. Op. cit., p. 89.

³⁸¹ BLANQUI. Op. cit., p. 125.

³⁸² Ibid., p. 126.

³⁸³ Ibid., p. 127.

³⁸⁴ Ibid., p. 127-132.

³⁸⁵ Ibid., p. 133.

³⁸⁶ Ibid., p. 135.

³⁸⁷ “É deplorável ver uma erudição tão grande empregada para sustentar semelhantes paradoxos; assim, malgrado o valor científico deste escrito, não nos é possível conceder nossa aprovação às doutrinas que ele tem

Na conclusão, Blanqui ponderou que era “[...] necessário reconhecer com lealdade, o estilo elevado do autor, suas imensas pesquisas, uma rara erudição, uma lógica severa e um notável talento na análise, que fazem desse escrito o mais enérgico manifesto que se escreveu contra a propriedade”³⁸⁸. Justamente por isso, faz um alerta aos membros da academia para que leiam “[...] com atenção esta obra, que oferece um vivo interesse e curiosidade”. A intenção era fazer com que a academia percebesse os riscos que uma divulgação generalizada do texto proudhoniano acarretaria, pois, segundo Blanqui “[...] poderia ser perigoso, pela investigação filosófica, por seu estilo e por sua lógica, que o texto não fosse endereçado especialmente às altas inteligências e aos espíritos cultivados”³⁸⁹. De fato, o grande receio de Blanqui é que um texto como o de Proudhon fosse mais divulgado e instrumentalizado por lideranças socialistas radicais entre a massa. Assim, sua assimilação pela academia cumpriria um duplo objetivo: eliminaria um potencial perigo externo, ao mesmo tempo, incorporaria um talentoso intelectual operário às fileiras da Economia Política. A partir de então, Blanqui se empenhou em “normalizar” Proudhon, recomendando prudência, moderação e sinalizando que por esta via ele alcançaria um “lugar na ciência”³⁹⁰.

Configura-se, então, uma situação paradoxal, na qual a Academia da província rechaça totalmente a memória, ao passo que a Academia parisiense, apesar dessas críticas, se interessa pela mesma, e trata seu autor de forma respeitosa. Para Delmas, essa situação singular revela as contradições de uma academia que busca a institucionalização dos saberes, assim como suas estratégias de assimilação.³⁹¹

De que forma Proudhon lidou com a situação? Os acontecimentos posteriores à publicação de 2ª memória são reveladores. Ele remeteu um exemplar diretamente a Blanqui, e

por objeto desenvolver.” Ibid., p. 136.

³⁸⁸ Ibid., p. 127.

³⁸⁹ Ibid., p. 136.

³⁹⁰ BLANQUI, Adolphe-Jérôme. Carta a Proudhon, Paris, 1º maio 1841. In: PROUDHON. 1ª memória. p. 14-17.

³⁹¹ DELMAS. Op. cit., p. 82.

obteve como resposta uma carta do economista da qual faria uso logo a seguir. O teor da carta segue respeitoso e crítico: Blanqui felicita-o pela amenização do tom, ainda tímido para ele, que ficara assustado com a *1ª memória*; ele escreve que “não se dispensa tanto conhecimento verdadeiro para por fogo no país”³⁹², recomendando que Proudhon “*adouci la forme*”, mas também afirma que está de acordo em uma coisa: que há muitos abusos, de todos os tipos, na propriedade, mas que eles devem ser corrigidos sem violar o direito de propriedade.³⁹³ Na sequência, teceu mais elogios a Proudhon:

Você disse, senhor, nas suas duas belas e paradoxais improvisações, muitas coisas excelentes e práticas para ser utopista puro e inflexível. Você conhece muito bem a linguagem econômica e a linguagem acadêmica para fazer com as palavras grandes tempestades. Assim, eu creio que você fez com a propriedade o que Rousseau fez, há oitenta anos, com as letras: uma magnífica e poética devassa de espírito e de ciência. Tal é pelo menos minha opinião.³⁹⁴

Um elemento em especial chama a atenção nessa passagem: Blanqui classifica-o à parte dos demais socialistas, alcunhados por ele de utópicos, isso porque o conhecimento da linguagem econômica, supostamente científica, o distanciaria dos demais socialistas. Embora não se saiba exatamente quando e quem começou a utilizar o termo, o certo é que foi com Blanqui que o adjetivo utopista penetrou no vocabulário político³⁹⁵ muito antes de ser utilizado por qualquer socialista, e mesmo tendo sido usado pejorativamente relação a eles.

As alcunhas de “utopista” e “utópico” são encontradas no segundo tomo da *Histoire*

³⁹² BLANQUI. Op. cit., p. 15.

³⁹³ Ibid., p. 15.

³⁹⁴ Ibid., p. 15, grifo nosso.

³⁹⁵ Bobbio constata essa informação, embora passe diretamente de Blanqui a Marx e Engels, ignorando completamente o uso do termo por Proudhon: “Lá pelo fim da década de 1830, começou a ser usado pelos críticos do Socialismo a qualificação de ‘utopistas’ para designar os socialistas (a aproximação entre ‘Socialismo’ e ‘utopismo’ foi feita pela primeira vez em 1839, na *História da economia política* do economista liberal francês J.-A. Blanqui). Mas foram Marx e Engels que estabeleceram no Manifesto (e depois em vários outros lugares, entre os quais destacamos especialmente os capítulos do *Antiduring* de Engels refundidos no pequeno volume *A evolução do socialismo da utopia à ciência*, 1888) a distinção entre socialismo ‘utópico’ e socialismo ‘científico’ a que se refere depois continuamente a tradição marxista.” Cf. DICIONÁRIO DE POLÍTICA. BOBBIO, Norberto et alli (orgs.). 7ª ed. Brasília: UnB, 1995.

*de l'économie politique en Europe: depuis les anciens jusqu'à nos jours*³⁹⁶, editada originalmente em 1837. O capítulo XLIV do livro de Blanqui examina o “sistema societário”, de Fourier, e o “sistema social”, de Owen, ambos classificados como “utopistas”. Saint-Simon, que antecede ambos, foi excluído dessa categoria e qualificado como “reformador” no capítulo anterior.³⁹⁷

O que interessa ressaltar aqui é a relação que Blanqui estabelece entre as soluções utópicas e o afastamento da Economia Política, o que fica particularmente nítido quando critica Fourier porque este último acusa de esterilidade todas as doutrinas econômicas contemporâneas³⁹⁸, ainda que avalie que “seu livro permanecerá como o trabalho crítico mais feroz que já foi publicado contra a economia política moderna: mas ele não foi tão feliz na descoberta das soluções sociais”³⁹⁹. Para Blanqui, isso ocorreu precisamente porque ele ignorou as questões econômicas ao projetar suas soluções no futuro. Assim, o problema com as ideias de Fourier não seria necessariamente projetar no futuro as transformações na sociedade, mas ignorar a dimensão econômica da sociedade ao fazê-lo. O próprio Blanqui afirma que uma utopia “[...] muitas vezes não é mais que uma opinião avançada proclamada em face de uma geração que ainda não a compreende e destinada a ser tornar um lugar comum para a geração seguinte”⁴⁰⁰.

Assim, para Blanqui, Proudhon apresentava, em relação a Fourier - atacado duramente na 2ª memória -, a incontestável vantagem de conhecer a Economia Política e procurar utilizá-la para conhecer a sociedade e fundamentar qualquer proposta de mudança. Esse é o elemento principal que explica o vivo interesse de Blanqui pelo texto de Proudhon, ainda que o

³⁹⁶ O termo aparece expressamente no capítulo XLIV (Des Économistes utopistes. - Du système *sociétaire* de Fourier. - Revue de ses principaux ouvrages. - Idée fondamentale de sa doctrine. - Développement qu'elle paraît susceptible de recevoir. - Du système *social* de M. Owen. - Essais infructueux tentés par lui à New-Lanark et à New-Harmony. - Esquisses des vues particulières de cet économiste). BLANQUI, M. Adolphe-Jérôme. *Histoire de l'économie politique en Europe: depuis les anciens jusqu'à nos jours*. Paris: Guillaumin et cie, 1882. p. 258-272.

³⁹⁷ Ibid., p. 258-259.

³⁹⁸ Ibid., p. 259.

³⁹⁹ Ibid., p. 267.

⁴⁰⁰ Ibid., p. 265.

economista manifestasse claramente sua desaprovação às suas ideias.⁴⁰¹ Uma carta do socialista é reveladora sobre este tema; o amigo de infância Antoine Gauthier o interroga a respeito de como se dariam as transformações sociais e ele responde da seguinte forma:

Posto que leste meu livro, deves compreender que não se trata agora de ‘imaginar’, de combinar em nosso cérebro um sistema e apresentá-lo a seguir; assim não se reforma o mundo. A sociedade não se pode corrigir-se a não ser por si mesma, isto é, há que se estudar a natureza humana em todas as suas manifestações, nas leis, nas religiões, nos costumes, na economia política; [...] De maneira que, creia-me, não há ninguém no mundo que seja capaz, como quiseram dizer Saint-Simon e Fourier, de construir um sistema composto com todas as peças e completo, de modo que só se tenha que fazê-lo andar. Esta é a mentira mais deslavada que se pode apresentar aos homens e por isso me oponho com tanta força ao fourierismo [...]⁴⁰²

Essa resistência às soluções utópicas seduziu bastante Blanqui, mas sua carta, além de comentar a 2ª memória, relata ao autor um fato importante: uma ameaça de perseguição ao texto quase levada adiante. O Ministro da Justiça Alexandre-François Vivien, antes de ordenar uma ação legal contra a 2ª memória⁴⁰³, solicitou um parecer a Blanqui, que, com o nome associado ao livro, chegou a ser considerado “co-conspirador” pelo chefe de polícia. Por sorte, o texto chegou às suas mãos e não às do procurador do rei.⁴⁰⁴ Blanqui conta que passou duas noites preparando um parecer ao ministério no qual foi extremamente benevolente com Proudhon, concluindo que pelo estilo, pela lógica e pelo valor científico, este escrito se endereçava tão somente aos espíritos cultivados e não tinha, portanto nada de repreensível.⁴⁰⁵ Mais do que isso, ele informa aos ministros que se houvesse processo ele

⁴⁰¹ “Eu não estou de acordo com mais que numa única coisa: que existem muitas vezes nesse mundo abusos em todos os tipos de propriedade. Mas eu não concluo do abuso a abolição da propriedade, expediente heróico, muito semelhante a morte, que cura todos os males. Eu irei mais longe: vou admitir que de todos os abusos o mais odioso para mim são os da propriedade; mas, uma vez mais, há um remédio para este mal, sem violá-la, e acima de tudo, sem destruí-la. Se as leis vigentes regulam mal seu uso, podemos refazê-las. O nosso código civil não é o Corão, nós não necessitamos provar isso.” Id. Carta a Proudhon, Paris, 1º maio 1841. In: PROUDHON. Op. cit., p. 15.

⁴⁰² Carta a Gauthier, 2 maio 1841, T. I, p. 324-326.

⁴⁰³ VINCENT. Op. cit., p.71

⁴⁰⁴ BLANQUI. Op. cit., p. 15-16.

⁴⁰⁵ COSTES, A. P.-J. Proudhon et Adolphe Blanqui. *Le Mouvement Social*, Paris, nº 48, p. 71-75, jul-set 1964, p. 71.

próprio tomaria a defesa do acusado.⁴⁰⁶ Diante de tudo isso, as autoridades abandonaram a intenção original. E assim, Proudhon deve a Blanqui o fato de não ter sido perseguido e não ter a obra apreendida.

O momento era de repressão policial aos intelectuais, como mostrou a interdição de vários jornais e a condenação de Lamennais e a de Thore (que elogia Proudhon). O conselho ministerial cogitava seriamente a apreensão da obra e o jornal *Le Constitutionnel*, chegou mesmo a noticiá-la. Nesse quadro, Blanqui defendeu não apenas Proudhon, mas a própria instituição acadêmica perante o governo, pois queria evitar o constrangimento das Academias de Besançon e de Paris, contendo um escândalo iminente. Tem-se, portanto, um quadro ambíguo na academia: de um lado, a hostilidade que o trabalho de Proudhon suscita; de outro, a solidariedade de Blanqui aos intelectuais vítimas da repressão governamental.⁴⁰⁷

Assim, a ameaça governamental forneceu um argumento extra para Blanqui convencer Proudhon a moderar seu estilo; algo que ele julgava ter alcançado, com muito esforço, na 2ª *memória*, mas que ainda parecia insuficiente. Nessa passagem, o economista foi mais explícito sobre os temores que o texto proudhoniano lhe inspira:

Seu estilo é muito alto para que sejam utilizados para os insensatos que discutem com pedradas na rua as mais grandes questões de nossa ordem social. Mas esteja em guarda senhor, eles vêm em breve procurar nesse formidável arsenal, e que sua metafísica vigorosa não caia nas mãos de algum sofista de esquina que a comentaria diante de uma audiência famélica: teríamos a pilhagem por conclusão e por epílogo.⁴⁰⁸

Em 1848, Blanqui comprovaria que seus temores não eram infundados. Já Proudhon se mostrou não apenas lisonjeado pela atenção dispensada pelo outro⁴⁰⁹, mas, sobretudo grato

⁴⁰⁶ DELMAS. Op. cit., p. 96.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 89.

⁴⁰⁸ BLANQUI. Op. cit., p. 16. Os receios quanto aos usos que o povo poderia fazer se confirmariam em 1848 com os ataques que Blanqui recebeu nas ruas de gente inspirada em Proudhon.

⁴⁰⁹ Carta a Gauthier, 2 maio 1841, T. I, p. 327; Carta a Ackermann, 16 maio de 1841, T. I. p. 332.

pela defesa do economista perante o ministério que lhe poupou muitos dissabores.⁴¹⁰

Todavia, se por um lado Blanqui representa a investida da academia para assimilar um operário; por outro lado, Proudhon também se valeu do prestígio do economista para conferir legitimidade a seu texto e a seu nome. O título da 2ª *memória*, ao evocar o nome de Blanqui, cumpriu esse papel. Mais do que isso, o apoio do economista serviu como uma espécie de desforra contra a Academia de Besançon, da qual Proudhon se vingava publicando uma segunda edição da 1ª *memória* contendo a carta no prefácio.

A relação entre os ambos foi permeada de nuances. Nem Blanqui pode ser caracterizado pura e simplesmente como um acadêmico maquiavélico procurando cooptar politicamente um operário, nem Proudhon unicamente como um revolucionário convicto que somente se utilizou taticamente da academia para desenvolver ideias revolucionárias. Com todos os receios compreensíveis em sua posição de classe, Blanqui, reconhecendo as injustiças sociais, demonstrou uma sincera preocupação com a situação da classe operária. Quanto a Proudhon, é certo que em diversas ocasiões ele se mostrou interessado em “tomar um lugar na ciência”⁴¹¹ e nutriu esperanças de alcançar uma posição que lhe permitisse desenvolver seus estudos sem as perturbações da luta cotidiana pela sobrevivência.⁴¹²

Ainda em 1841, Proudhon, já tentando se prevenir pelo fim de sua bolsa - seja por um possível cancelamento, seja pela aproximação do prazo final de três anos de concessão - aceitou o convite de um juiz chamado Turbat, do tribunal do Sena, para trabalhar como uma espécie de secretário, por cerca de 1800 a 2000 francos anuais. O magistrado pretendia ser deputado ou presidente do tribunal e, para fazer fama, pretendia escrever um livro sobre Instrução Criminal dotado de reflexões filosóficas.⁴¹³ Assim, durante seis meses, do início de

⁴¹⁰ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 93-94.

⁴¹¹ Carta a Ackermann, 16 maio de 1841, T I, p. 332.

⁴¹² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 114, 122, 134. No início de 1842 Proudhon esperava ser nomeado para um cargo público no conselho de Besançon, que lhe renderia 2400 francos anuais e pouco trabalho. Mas passa todo ano trabalhando em sua gráfica. Cf. Carta a Bergmann, 23 jan. 1842, T II, p. 8-12.

⁴¹³ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 78.

fevereiro ao final de julho⁴¹⁴, Proudhon trabalhou seis horas diárias estruturando a redação para o livro⁴¹⁵ de um juiz que desprezava.⁴¹⁶

1.10 - A 3ª memória sobre a propriedade e o anarquismo em Proudhon

Em agosto de 1841, a bolsa Suard havia terminado e Proudhon voltou a Besançon com a intenção de escrever um novo livro⁴¹⁷, que se intitularia *De la création de l'ordre dans l'humanité* e seria uma “economia humana transcendente”⁴¹⁸. Porém, os seus planos foram alterados pelo aparecimento de uma brochura anônima: *Défense du fouriérisme, Réponse à MM. Proudhon, Lamennais, Reybaud, Louis Blanc, etc. Réfutation de l'égalité absolue. Solution des problèmes du paupérisme; de la richesse générale et du travail par la théorie de Fourier*. A brochura, anunciada como a primeira de várias memórias, era totalmente consagrada a Proudhon e as demais parecem não ter sido jamais publicadas. Desde a sua 1ª memória, ele havia rompido relações com os fourieristas de *La Phalange*, que atacara duramente; portanto, ele supôs que o texto tenha partido de Victor Considérant ou de Lamennais; mas ao que tudo indica a paternidade do texto era de Claude-Marie-Henri Dameth⁴¹⁹, um professor de história que se lançara no jornalismo socialista e colaborava na *Phalange* e na *Démocratie Pacifique*. O texto acusava Proudhon de se utilizar de sarcasmo, tom violento e injúria, criticando sua pretensão de chegar a uma espécie de “igualdade matemática” entre os valores gerados pelo trabalho e o salário recebido pelo trabalhador.⁴²⁰

Resultou dessa publicação o nascimento não planejado da última memória sobre a

⁴¹⁴ VINCENT. Op. cit., p. 71.

⁴¹⁵ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 98.

⁴¹⁶ “Eu trato com um bravo homem, totalmente desprovido de talento [...] um verdadeiro gaiato, sem dignidade, sem inteligência [...]” Cf. Carta a Bergmann, 24 abr. 1841, T I, p. 311.

⁴¹⁷ VINCENT. Op. cit., p. 73.

⁴¹⁸ Carta a Bergmann, 18 jul. 1841, T. I, p. 344.

⁴¹⁹ Barbier, no *Dictionnaire des ouvrages anonymes* e na *Grand Encyclopédie*, atribui a paternidade do texto a esse autor. Apud AUGÉ-LARIBE, Michel. Introduction. In: PROUDHON. 3ª memória. p. 157.

⁴²⁰ Ibid., p. 160-161.

propriedade, que seria “metade ciência, metade panfleto”⁴²¹ e teria como principal objetivo rebater o texto fourierista. Em carta a Ackermann ele disse que “no lugar de um panfleto pessoal, eu publicarei uma 3ª memória, na qual Lamennais não comparecerá senão como acidente”⁴²². Na verdade, o texto é muito mais um panfleto de combate político do que uma memória acadêmica.⁴²³ Intitulado *Avertissement aux propriétaires; ou lettre á M. V. Considérant, rédacteur de ‘La Phalange’, sur une défense de la propriété (troisième mémoire sur la propriété)*, o livro se divide em duas partes: a primeira uma “teoria” da propriedade; a segunda uma resposta às acusações. Proudhon apela a Smith e seus primeiros comentadores franceses para novamente legitimar a propriedade unicamente pelo trabalho e declara que toda propriedade é um monopólio.⁴²⁴ Nota-se no texto, que a esta altura ele já lera a *Riqueza das Nações* na tradução francesa e se apoia frequentemente seu autor para desenvolver a argumentação de que o trabalho fornece a medida do valor das coisas.⁴²⁵ Na questão da retribuição segundo os talentos, residia sua principal crítica ao fourierismo e isso o levou a centrar fogo em *Considérant*.⁴²⁶ Nos conceitos de gênio e talento, Proudhon encontrou justificativas da desigualdade social, dos privilégios e da escravidão⁴²⁷: “Deixai, pois, crescer essas inteligências atemorizadas por vossas demonstrações de gênio, e cessa de mendigar um indigno imposto para o talento, quando tantas almas estão privadas do alimento espiritual”⁴²⁸. Em suma, para Proudhon, numa situação de igualdade de condições, as diferenças de inteligência tenderiam a desaparecer, ao passo que uma maior recompensa pelo talento - medida preconizada pelos fourieristas - contribuiria para perpetuar a desigualdade social.

⁴²¹ Para o crítico literário Sainte-Beuve a 3ª memória revela Proudhon como um dos mestres do gênero tipicamente francês dos *panfletos*.

⁴²² PROUDHON. Op. cit., p. 157; Carta a Bergmann, 18 jul. 1841, T I, p. 341.

⁴²³ Ibid., p. 164.

⁴²⁴ Ibid., p. 165.

⁴²⁵ Ibid., p. 188-199.

⁴²⁶ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 108.

⁴²⁷ Ibid., p. 108.

⁴²⁸ Ibid., p. 109.

Nessa mesma memória há uma passagem particularmente reveladora, na qual Proudhon resumiu seu programa de transformação social:

Encontrar um sistema de igualdade absoluta, na qual todas as instituições atuais, menos a propriedade, ou a soma dos abusos da propriedade, não somente possam encontrar lugar, mas sejam elas mesmas os meios de igualdade: liberdade individual, divisão de poderes, ministério público, júri, organização administrativa e judiciária, unidade e integralidade no ensino, casamento, família, hereditariedade em linha direta e colateral, direito de venda e de troca, direito de testar, e mesmo direito de patrimônio; - um sistema que, mais apropriadamente assegure a formação dos capitais e entretenha a emulação geral; que de uma perspectiva superior explique, corrija e complete as teorias de associação propostas até a hoje, desde Platão e Pitágoras até Babeuf, Saint-Simon e Fourier; - um sistema, enfim, que servindo ele mesmo de meio de transição, seja imediatamente aplicável.⁴²⁹

Trata-se então de reformar as instituições para que promovam a igualdade, mas nada indica algo que se aproxime da abolição do Estado, traço que denotaria o anarquismo de Proudhon. Poderia se pensar que é uma passagem marginal, uma exceção nos textos deste período inicial “anarquista”, mas ele próprio cita que essa passagem reflete o “programa de organização igualitária” que “foi redigido na segunda edição de minha *1ª memória*”, com o qual ele diz permanecer coerente. Portanto, não se pode confundir a crítica ao Estado e à política - ainda que carregadas de grande violência verbal - e a afirmação do econômico como principal ordenador da sociedade, com a ideia de supressão do Estado.

Nesse mesmo período, Proudhon enviou um exemplar do livro e uma carta ao Ministro do Interior Charles Duchâtel - que pertencia a ACMP e tinha proximidade com os economistas - na qual expressa a expectativa de que sua publicação “seja acolhida favoravelmente” e “possa tornar benéfica ao governo as teorias mais radicais”⁴³⁰.

No que tange à linguagem, todo o esforço de moderação empreendido na *2ª memória* desapareceu na *3ª memória*; mais do que isso, ele escreve com uma violência verbal mais intensa do que na *1ª memória*, desferindo críticas nas mais diversas direções: economistas,

⁴²⁹ PROUDHON. *3ª Memória*. p. 185-186, grifo nosso.

⁴³⁰ Carta a Bergmann, 23 jan. 1842, T. II, p. 10.

fourieristas e, uma novidade: os republicanos do jornal *Le National*, que ele acusou de espionar os socialistas para o rei.⁴³¹

Para Sainte-Beuve, o livro tem um tom ameaçador e de guerra.⁴³² Nas páginas finais, Proudhon disse que os proprietários não deviam temer a mudança, pois não seriam atacados, mas convocados a dividir e a participar do novo mundo junto aos operários, uma vez que o povo sabia que a ordem não poderia ser interrompida, mas apenas reformada progressivamente, o que seria, todavia, inevitável. Diante da reivindicação de igualdade do povo, as recomendações de Proudhon aos burgueses proprietários tornaram-se ameaças explícitas, conforme pode ser visto a seguir

Não esperem, portanto, nem por concessões, nem por raciocínios, nos fazer retroceder do que vocês chamam de *fanatismo e quimeras*, e que não é mais que o sentimento de nossos justos direitos: o entusiasmo que nós possuímos, o entusiasmo da igualdade, é desconhecido de vocês. É uma embriaguez mais forte que o vinho, mais penetrante que o amor, a paixão ou o furor divino, que o delírio de Leônidas de Esparta, de São Bernardo e de Michelangelo não iguala jamais. Não escutem os sofistas que vos tranqüilizam: não esperem nada de vossos tribunais; não menosprezem nossa pobreza desarmada; não contem com vosso ouro, nem com o número de vossos batalhões, nem com o socorro de vossos aliados: porque, como a torrente que ribomba, como o raio que devora, como o granizo que mata, assim ocorre com a cólera do povo. Não provoquem, sobretudo, a explosão de nosso desespero, porque quando vossos soldados e vossos policiais recusarem-se a nos oprimir, vós não tereis diante de nós vosso último recurso. Não é nem o regicídio, nem o assassinato, nem o envenenamento, nem o incêndio, nem a recusa do trabalho, nem a imigração, nem a insurreição, nem o suicídio: é alguma coisa de mais terrível que tudo aquilo e mais eficaz, alguma coisa que já se viu, mas que eu não posso dizer.⁴³³

Com essa ameaça não revelada, termina a 3ª memória, a *Advertência aos Proprietários*, publicada em 10 de janeiro de 1842.⁴³⁴ Proudhon aguardava algum tipo de

⁴³¹ PROUDHON. Op. cit., p. 240-243.

⁴³² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 105.

⁴³³ PROUDHON. Op. cit., p. 247. Proudhon revelou em carta ao amigo Ackermann (23 maio de 1842, T. II, p. 42-43) que tinha em vista a reorganização de algo semelhante às cortes vêmicas ou tribunais secretos germânicos na Idade Média. Os membros das Cortes Vêmicas eram chamados *francs-juges* ou *Freischöffen* (*juízes livres*). A Vehme Sagrada tomava conhecimento de todos os crimes, durante o período sem leis comuns do medievo, e suas sentenças eram executadas por meios secretos, sem que se soubesse quem eram seus executores. Uma vez executado um criminoso, seu corpo era pendurado numa árvore, para comunicar a todos o fato e ainda intimidar outros. Sua origem é incerta, mas remonta aos tempos carolíngios e com toda certeza guarda vínculos com os primitivos tribunais livres germânicos.

⁴³⁴ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 105; VINCENT. Op. cit., p. 73.

reação negativa, tanto que, esperando compensá-la, tentou angariar compreensão e proteção política, chegando a remeter um exemplar da memória ao Ministro do Interior Charles Duchâtel.⁴³⁵ No entanto, isso de nada adiantou. A obra foi depositada oficialmente em 8 de janeiro de 1842 e a partir de então, a reação foi muito célere: dia 22 de janeiro a obra foi apreendida, dia 24 ele recebeu intimação para comparecer à Corte de Apelação da província do Doubs, para uma audiência em 3 de fevereiro⁴³⁶ e responder por crimes contra ordem pública. Inicialmente, eram nove acusações, depois reduzidas a quatro: ataque à propriedade, perturbação da paz pública ao incitar o desprezo ou o ódio dos cidadãos contra uma ou mais classes de pessoas, incitação ao ódio e ao menosprezo do Governo e do Rei e ultraje à religião católica - culto legalmente reconhecido na França.⁴³⁷ A pena máxima prevista para o conjunto dos crimes seria de cinco anos de prisão e 6 mil francos de multa.

Proudhon partiu dia 29 de Paris, chegou dia 31 em Besançon e teve dois dias para conseguir um advogado e preparar sua defesa; nessas condições optou por fazê-la ele próprio⁴³⁸, ainda que tivesse um advogado por exigência legal. O julgamento foi o principal assunto em Besançon e os muitos desafetos da academia local regozijavam-se pela situação dele.

A leitura de sua defesa levou duas horas nas quais ele abusou dos termos e fórmulas da Economia Política. Ao longo dela, tentou convencer a audiência de que a 3ª memória era apenas um estudo científico e conduziu a explanação de maneira propositalmente árida no intuito de que o tribunal se sentisse incapaz de entender o conteúdo. Tal linha de defesa obteve sucesso e na conclusão do júri, o primeiro ponto ressaltado foi que “as proposições cientificamente demonstradas” devem ficar fora dos tribunais; que os tribunais devem se abster de julgar doutrinas científicas, ou seja, o tribunal se declara incompetente para avaliá-lo.⁴³⁹ Enfim, o tribunal

⁴³⁵ Ibid., p. 94-95.

⁴³⁶ PROUDHON, P.-J. *Explications présentés au Ministère Public sur le droit de propriété*. Paris: Marcel Rivière, 1938. (Oeuvres complètes, 10.) p. 251; DELMAS. Op. cit., p. 87.

⁴³⁷ Todos eles delitos previstos e punidos pelos artigos 1, 4 e 10 da lei de 25 de março de 1822, artigo 8 da lei de 9 de setembro de 1835 e o artigo 8 da lei de 17 de maio de 1719. PROUDHON. Op. cit., p. 252.

⁴³⁸ Carta a Ackermann, 23 maio 1842, T II, p.40-44.

⁴³⁹ PROUDHON. Op. cit., p. 275.

reconheceu nele um “[...] *homem de meditação, não de revolução, economista, não anarquista* [...]”⁴⁴⁰, avaliação com a qual Proudhon se sentiu bastante satisfeito. Assim, a conclusão do tribunal tornou-se uma espécie de salvo-conduto para ele.

O duplo caráter do texto proudhoniano, ao mesmo tempo político/planfetério e científico/acadêmico permitiu que ele manipulasse habilidosamente o julgamento,⁴⁴¹ salvando-se da condenação. Além disso, ele insinuou que publicaria sua defesa perante o tribunal de Doubs, o que constrangeu ainda mais a Academia, que corria o risco de ser caracterizada como aliada do poder.⁴⁴²

Nas cartas pessoais ao amigo Ackermann, Proudhon se compraz pelo desempenho no tribunal, dizendo: “[...] imagine você, um homem acusado de conspiração contra a ordem social, que apresenta como defesa uma receita de Economia política tão difícil de captar e digerir que todo mundo confessou não haver entendido nada, e você terá apenas a idéia desta mistificação judicial”.⁴⁴³

Observadas em conjunto, a memória sobre a celebração do domingo e as memórias sobre a propriedade revelam o percurso pelo qual Proudhon, buscando a justiça e raciocinando nos termos do Direito Natural, transitou da crítica ao direito de propriedade à crítica da Economia Política. No seu entender, a ciência econômica prometia uma aproximação com os critérios matemáticos das ciências naturais, mas permanecia estagnada desde Say. Diante disso, ele ressaltou a importância de uma definição objetiva do valor de troca como condição necessária à cientificidade da Economia Política e defendeu a necessidade de uma crítica da Economia Política, uma vez que os economistas franceses tinham recuado perante esse problema. Todavia, esses foram apenas os seus primeiros passos no sentido de posicionar as questões econômicas no centro de sua reflexão.

⁴⁴⁰ Carta a Bergmann, 8 fev. 1842, T. II, p. 13, grifo nosso.

⁴⁴¹ DELMAS. Op. cit., p. 80.

⁴⁴² Ibid., p. 88.

⁴⁴³ Carta a Ackermann, 23 maio 1842, T. II, p. 40-43.

Capítulo 2

Da Economia Política na ordem da humanidade

à economia empírica (1843-1845)

Após o período crítico do processo judicial, Proudhon confessou seu desgaste físico e mental com o processo.¹ A bolsa Suard havia terminado, o trabalho com o juiz em Paris fora encerrado há seis meses, ele havia publicado suas três memórias, recebido duras críticas, ameaças, processos e, ao mesmo tempo, mostrava-se insatisfeito com a escassa repercussão de seus textos no meio acadêmico e na imprensa.² De volta a Besançon, onde permaneceu durante todo o ano de 1848, ainda teria que encarar a situação falimentar e as dívidas da gráfica da qual ainda era sócio.

No final de fevereiro, imprimiu a defesa perante o tribunal³ que “fechará a série de minhas Memórias de ataque e servirá de transição às minhas pesquisas sobre a organização econômica da sociedade”⁴. O próximo livro, cujos planos foram suspensos temporariamente devido à 3ª memória, já possuía título: *De la création de l'ordre dans l'Humanité; ou Principes d'organisation politique*. O subtítulo, “princípios da organização política”, guarda muita semelhança com o subtítulo da primeira memória - “investigações sobre o princípio de direito e do governo” - e evidenciava que ambos os livros participavam de uma mesma busca. Proudhon enxergou esse período como uma preparação, uma fase necessária para concluir seus estudos e sair ao combate novamente.⁵ Ele projetava se tornar um “libelista” aos

¹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 121.

² Nesse período Proudhon considera que há “uma conspiração de silêncio a meu respeito”. Corresp, T. II, p. 18, Carta a Tissot, 28 fev. 1842).

³ PROUDHON, P.-J. *Explications présentées au Ministère Public sur le droit de propriété (Cour d'Assises du Doubs, 03/02/1842)* Paris: Marcel Rivière, 1938. (Oeuvres complètes, 10)

⁴ Carta a Tissot, 28 fev. 1842, T. II, p. 16,

⁵ Ibid., p. 18.

quarenta anos, mas para isso queria chegar lá “equipado”⁶. Em suas cartas e anotações, é perceptível a crescente importância que atribuía às questões econômicas mencionando mais de uma vez, a Economia Política como uma “ciência em criação”⁷.

Durante esse período, mostrou-se propenso a uma acomodação profissional e ansiou pela obtenção de um emprego na prefeitura de Besançon que lhe permitisse prosseguir seus estudos em paz. No entanto, as autoridades locais já estavam suficientemente prevenidas contra ele para se arriscarem a incorporá-lo⁸ e além disso, sua atitude perante a Igreja intensificaria ainda mais esses receios.

Em Besançon, um círculo de estudos local lhe pediu um artigo para publicação e Proudhon lhes ofereceu dois: um sobre Filologia, outro sobre a exegese bíblica oficial. Este último era particularmente polêmico; nele, o autor procurava mostrar que a Igreja não sabia interpretar a Bíblia e, para ilustrar sua argumentação, destacava passagens, por ele traduzidas, em que pretendia apresentar uma interpretação mais correta do ponto de vista gramatical, lógico e histórico. O artigo foi recusado pelo círculo que temia problemas com a Igreja.⁹ Incomodado, Proudhon tornou públicas suas críticas ao abade Ravignan, padre jesuíta da cidade de Besançon que fazia conferências. Essa atitude, além de terminar com suas chances de conseguir um cargo na prefeitura local, revelam o aprofundamento de sua crítica à Igreja e à religião. Nas primeiras memórias, ele atacou a Igreja ao mesmo tempo que manifestou sua crença em Deus e apontou a necessidade de uma religião secular que regenerasse a moral. Estava sintonizado com o deísmo herdado das luzes e, ao mesmo tempo, com o teor religioso dos textos socialistas franceses no período.¹⁰ Na interpretação de Vincent, o socialismo dos

⁶ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 129.

⁷ Carta a Tissot, 3 mar. 1842, T. II, p. 23.

⁸ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 122; VINCENT. Op. cit., p. 87; Carta a Tissot, 31 jul. 1842. T. I, p. 59.

⁹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 129-130; Carta a Tissot, 31 jul. 1842. T. I, p. 58.

¹⁰ VINCENT. Op. cit., p. 74-78.

franceses “era primeiro uma doutrina moral e somente depois uma doutrina econômica”¹¹.

Entre 1842 e 1846, o autor abandonou progressivamente o tom religioso que seu socialismo ainda carregava em favor de um socialismo secular¹², em que as questões econômicas ganham cada vez mais proeminência. Sem se tornar ateu, ele se proclamou antiteísta¹³, passando a atacar o que havia de espírito religioso no próprio socialismo.¹⁴ Essa oposição acabaria se tornando cada vez mais radical, a ponto dele rejeitar a noção de piedade e criticar até mesmo a ideia de fraternidade em *Contradictions*. Além disso, Proudhon assimilou toda a atitude religiosa e sentimentalista à utopia. Essa guinada intelectual iria se evidenciar em *Création*.

Em 1842, Proudhon passou quase todo tempo em Besançon preparando *Création*¹⁵, enquanto trabalhava em sua gráfica¹⁶ e tentava vendê-la para saldar as dívidas¹⁷; este foi o último ano em que exerceu a profissão. Em 15 de janeiro de 1843, finalmente vendeu a gráfica ao Sr. Bintot¹⁸, por um preço que segundo sua estimativa era 25% menor do que valia o negócio.¹⁹ Mesmo assim, ele ainda herdou uma dívida de sete mil francos, com a qual ainda esteve às voltas por muitos anos.

¹¹ Ibid., p. 77.

¹² Ibid., p. 80-87.

¹³ O anti-teísmo de Proudhon não equivalia ao ateísmo. Para ele, o ateísmo era o ponto final na trajetória de uma reflexão filosófica que partia da ideia de Deus e que precisava ser superada. No prólogo de *Contradictions* ele discorreu sobre o tema, do qual se pode destacar essa representativa passagem: “Assim, a história das sociedades nada mais é para nós, senão uma longa determinação da ideia de Deus, uma revelação progressiva dos destinos do homem. E enquanto a antiga sabedoria fazia tudo depender da noção arbitrária e fantástica da Divindade, oprimindo a razão e a consciência e travando o movimento pelo terror de um mestre invisível, a nova filosofia – derrubando o método, rompendo a autoridade de Deus bem como a do homem e não aceitando outro jugo e não ser o imposto pelos fatos e pela evidência – faz tudo convergir para a hipótese teológica, como o último de seus problemas. O ateísmo humanitário é, portanto, o último termo do homem e conseqüentemente a última fase da filosofia, servindo de passagem para a reconstrução e verificação científica de todos os dogmas demolidos”. PROUDHON. *Contradictions*, v. 1, p. 53. Vincent examinou o antiteísmo proudhoniano no capítulo 2 de seu livro “Moral Anti-Theism”. Ibid., p. 79-118.

¹⁴ Ibid., p. 79.

¹⁵ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 122.

¹⁶ Ibid., p. 122.

¹⁷ Ibid., p. 122.

¹⁸ VINCENT. Op. cit., p. 87.

¹⁹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 137.

Nessa mesma época, depois de nutrir esperanças ao longo de quase um ano, Proudhon percebeu que o cargo na prefeitura jamais lhe seria ofertado²⁰ e mostrou-se desiludido: “[...] rechaçado da prefeitura e da administração, suspeito no judiciário, hostil ao clero, temido pela burguesia, sem profissão, sem posse e sem crédito, eis aí aonde cheguei aos trinta e quatro anos”²¹. Diante da situação ele decidiu abandonar Besançon e viver como compositor gráfico – no que provavelmente seria mais um *Tour de France* em sua vida – e conseguir algum dinheiro extra escrevendo.²²

A esta altura, *Création* já estava terminada, revisada e com as provas corrigidas. O autor imaginava que em abril o livro seria publicado, mas somente em 20 de junho ele sairia da gráfica com 1500 exemplares²³, sendo posto à venda em 1º de setembro. A capa já trazia o timbre do novo editor: “Besançon, Bintot impressor, sucessor de Proudhon”²⁴.

2.1 – A ordem na humanidade

Création é um livro de pretensões filosóficas, no qual o autor se afastou do estilo panfletário presente nas memórias²⁵, pois pretendia começar uma verdadeira carreira literária²⁶ e esperava nada mais do que uma revolução nos estudos filosóficos tão grande quanto a revolução efetuada por Kant. Mas a repercussão foi tímida, o livro vendeu lentamente e o reconhecimento foi escasso.²⁷

Anos depois, em 1848, ele próprio reconheceu as limitações do texto.²⁸ Para Gurvitch,

²⁰ Ibid., p. 137.

²¹ Carta a Bergmann, 4 fev. 1843, T. II, p. 80.

²² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 137.

²³ VINCENT. Op. cit., p. 81.

²⁴ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 142.

²⁵ Ainda que no primeiro capítulo, “Religião”, a linguagem lembre muito a das primeiras memórias. Cf. Ibid., p. 142.

²⁶ Ibid., p. 143.

²⁷ VINCENT. Op. cit., p. 82.

²⁸ “Malgrado sua originalidade, meu trabalho é pouco mais que medíocre: que seja essa minha punição! No entanto, por defeituoso que ele possa parecer hoje em dia, foi suficiente para o meu objetivo”. PROUDHON, P.-J. *Les confessions d’un révolutionnaire pour servir à l’histoire de la révolution de février*. Paris: Au Bureau du journal La Voix du Peuple, 1849. p. 44.

era um livro “muito dogmático e racionalista”²⁹; para outros é confuso, uma das piores obras de Proudhon³⁰; Ansart vê o livro como uma exceção, uma tentativa de Filosofia da História que se aproximava do pensamento historicista; para Lucien Febvre é um livro “abundante em ideias novas, em visões do futuro, que muitas vezes fizeram a fortuna de outros autores [...]”³¹, particularmente os capítulos consagrados à Economia Política e à História. Todavia, mais do que os julgamentos sobre os méritos e deméritos do livro, o que importa para a tese é captar a evolução do pensamento proudhoniano nessa obra.

A reflexão central em *Création* consiste na crítica a toda concepção de ordem transcendente; pois, para Proudhon, a ordem é imanente, criada pelo homem, composta por uma pluralidade de ordens integradas serialmente.³² O livro examina diversas concepções de ordem como; nas de Bossuet, Malebranche, De Maistre e Lamennais ele criticou a noção de ordem transcendente; em Leibniz e Fourier, criticou o otimismo com o qual pretendem chegar a uma ordem harmoniosa; em Hegel³³ e Comte ele criticou o que chamou de “ideomania”, ou seja, a tendência que esses pensadores tinham de impor algum tipo de ordem artificial à sociedade a partir do mundo das ideias.

Chama a atenção prontamente a nova postura do autor sobre a religião. Inicialmente religioso, depois anticlericalista deísta³⁴, em *Création* emergiu um Proudhon antirreligioso,

²⁹ GURVITCH, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Presença, 1980. p. 37.

³⁰ CUVILLIER, Armand. Apud VINCENT. Op. cit., nota 13, p. 81.

³¹ Lucien Febvre, tal como Proudhon natural de Besançon no Franche-Comté, dedicou uma resenha ao livro no primeiro número dos *Annales*. Para Febvre, que considera Proudhon como um de seus mestres, *Création* é livro “de um criador de ideias muito fecundo, corajoso e muitas vezes brilhante”. P.-J. Proudhon, De la création de l’ordre dans l’Humanité, ou Principe d’organisation politique, réédité par Bouglé et A. Cuvillier. *Annales*, 1929, v. 1, nº1, p. 128-129.

³² GURVITCH. Op. cit., p. 42.

³³ “O sistema de Hegel recolocou em voga o dogma da Trindade: panteístas, idealistas, materialistas tornam-se trinitários e muitas pessoas imaginaram que o mistério cristão ia se tornar um axioma metafísico” PROUDHON. *Création*. p. 162-163.

³⁴ A simpatia que Proudhon demonstra ainda na 2ª memória por Pierre Leroux evidencia isso claramente. Cf. VINCENT. Op. cit., p. 76). Aliás, Vincent ressalta o forte significado religioso do termo *socialisme* quando ele aparece pela primeira vez num periódico francês em 1831. Mesmo quando Pierre Leroux introduziu o termo no vocabulário político para se referir aos saintsimonianos em 1834, ele carregava um forte sentido religioso, procurando se opor ao individualismo da Economia Política inglesa. Cf. VINCENT. Op. cit., p. 76-77.

embora distante do ateísmo.³⁵

Essa nova atitude refletia mudanças em sua concepção sobre a evolução do pensamento humano. Ele passou a encarar a religião como algo desnecessário, algo que se tornou obsoleto diante do avanço da ciência; ela seria expressão de uma sociedade recém-nascida, situada no estágio mítico de desenvolvimento.

No quadro mais amplo da marcha da humanidade e da inteligência, Proudhon identificou três épocas sucessivas que se sobrepujavam³⁶: a religiosa, a filosófica e a científica.³⁷ Para ele, “[...] a religião e a filosofia são estados particulares e transitórios da consciência e da razão que devem desaparecer na ciência pura”³⁸. A fase religiosa seria caracterizada pela fascinação com *substancialidade*, a fase filosófica pela fascinação com a *causalidade* e a fase científica descobriria as *relações* entre as coisas, o que seria o objeto exclusivo da ciência.³⁹

Para captar as relações, a ciência deveria encontrar a *série* - conceito de Fourier que Proudhon assimilou e reformulou em seus termos. Para este, a *série* é a condição para que a ciência seja verdadeira, ela revelaria a unidade na multiplicidade, a síntese na divisão; mais do que isso, permitiria às ciências da sociedade alcançar um grau de certeza homólogo à certeza matemática. O autor defende que a série não é uma criação humana arbitrária, mas que reflete as relações que se encontram na própria natureza, traduzidas em leis gerais, e por isso pode ser erigida como método.⁴⁰ Assim, em *Création* ele expôs o método que batizou como “dialética serial”, um esforço para combinar Fichte, Krause⁴¹ e Ahrens⁴² com a ideia de *série*

³⁵ Ibid., p. 83.

³⁶ Ibid., p. 82-84.

³⁷ A sequência dos primeiros capítulos no livro segue *pari passu* a ordem das supostas etapas históricas da humanidade: Cap. I – Religião (p. 44-74), Cap. II - Filosofia (p. 75-126) e Cap. III - Metafísica (p. 127-288)

³⁸ Carta a Bergmann, 20 dez. 1842, T. I, p. 65-68.

³⁹ VINCENT. Op. cit., p. 84.

⁴⁰ PROUDHON, P.-J. *Création*. p. 140-141. Ao longo de todo capítulo três - “La Méthaphysique” - ele esforço para esclarecer o leitor sobre a dialética serial e fornece exemplos de séries nas mais diversas áreas do conhecimento.

⁴¹ Karl Christian Friedrich Krause (1781-1832), Nascido em Eisenberg (Saxônia-Altenburg), estudou na Universidade de Iena, foi professor em Gino (1802), Göttingen (1823) e Munique (1831). A filosofia de

de Fourier⁴³.

O período religioso era tido como historicamente necessário e não apenas fruto da malícia de padres que exploram a ignorância do povo.⁴⁴ Assim, para Proudhon, a religião apresentava-se como a primeira forma do pensamento humano, destinada a perecer à medida que a sociedade amadurecesse.⁴⁵

Essa linha evolutiva, apresentada em *Création*, sugere imediatamente a similaridade com os estágios históricos apresentados por Auguste Comte, ainda mais quando se sabe que Proudhon leu o *Cours de philosophie positive*⁴⁶ cerca de dois anos antes, embora Cuvillier e Bouglé⁴⁷ creditem essa similaridade mais à difusa influência de Saint-Simon do que a uma influência direta de Comte.⁴⁸ Além disso, uma leitura atenta do texto revela as discrepâncias entre ambos, mais nítidas nos capítulos dedicados à Economia Política e à História. Comte é criticado por ignorar que o progresso ligado ao trabalho é que cria a ordem, porque o mundo do trabalho - o mundo econômico - traduziria a ordem e as leis naturais. Proudhon toma uma frase célebre de Comte, “o progresso é o desenvolvimento da ordem”, e a inverte: “a observação do progresso é indispensável à descoberta da ordem”⁴⁹. Dessa forma, considera que a “ideomania” do positivista tende a impor uma ordem artificial e arbitrária à sociedade.

De qualquer maneira, nota-se uma clara rejeição da religião a partir dessa obra, por

Krause pretendia ser uma continuação autêntica do pensamento de Kant, contra o que ele considerava as falsas interpretações (filosofias de Fichte, Schelling e Hegel). Suas ideias, que aspiravam a continuar o pensamento de Kant, pretenderam atenuar os conceitos panteístas, estabelecendo o que denominou Panenteísmo (*Panenteismus*), doutrina que sustenta que tudo está em Deus. VITA, Luis Washington. *Pequena História de Filosofia*. São Paulo: Saraiva, 1968. p. 115.

⁴² Heinrich Ahrens (1808-1874), jurista e psicólogo alemão. Publicou em francês um *Cours de psychologic* (2 v., Paris, 1837-8) e um *Cours du droit naturel* (Paris, 1838; 5ª ed., 1860). Sabe-se que Proudhon seguiu seus cursos livres de filosofia alemã no *Collège de France*, e que ele Ahrens era crítico de Hegel e simpático a Kant e Krause.

⁴³ Gurvitch comenta que o método por si só evidencia a grande distância de Proudhon para Hegel, que de alguma forma ele já conhecia e rejeitava antes de conhecer Marx, Grun e Bakunin. GURVITCH. Op. cit., p. 15-16, 42.

⁴⁴ VINCENT. Op. cit., p. 82-83.

⁴⁵ GURVITCH. Op. cit., p. 39.

⁴⁶ HAUBTMANN, p. 171-178, 1079-1092. Apud VINCENT. Op. cit., p. 53.

⁴⁷ CUVILLIER (p. 18) e BOUGLÉ (p. 94). Apud VINCENT. Op. cit., p. 49.

⁴⁸ VINCENT. Op. cit., p. 83; nota 25, p. 259.

⁴⁹ PROUDHON. Op. cit., p. 40; GURVITCH. Op. cit., p. 43.

consequente, Proudhon não via com bons olhos a ideia de uma “nova religião”; rejeitando tanto a igreja saint-simoniana, o “novo cristianismo” e seu papa Enfantin, quanto a “religião da humanidade”, de Comte.⁵⁰

Para ele, a função da religião como reguladora da sociedade era importante, mas deveria encontrar novas formas. Nesse sentido, Proudhon estava plenamente afinado com a demanda que presidiu a emergência do econômico: encontrar a melhor forma possível de regulação social. Assim, a religião deveria ser substituída por leis morais plenamente libertas da degeneração religiosa, o que seria alcançado com a ciência ocupando o posto da religião.⁵¹

O último período histórico, denominado científico, no qual a ciência deveria tomar o lugar da filosofia e da religião, foi também intitulado de “metafísico” - termo polissêmico que, no contexto da obra do socialista francês, designa uma metodologia extraída da própria lógica das ciências.⁵² Vale lembrar que para Comte, “metafísico” tem um sentido bem distinto, sendo o modo de pensar intermediário entre o “teológico” e o “positivo” (científico).

A crítica à religião e à Filosofia presente no texto fez com que o socialista alemão Karl Grun chamasse Proudhon de “Feuerbach francês” e comparasse seu livro com *A Essência do Cristianismo*.⁵³ O próprio Gurvitch identifica a proximidade entre as críticas de Proudhon e de Marx a Feuerbach⁵⁴. também mostrada na crítica à Filosofia como um conhecimento que cumpriu sua missão histórica e precisaria ser superado, cedendo lugar à ciência. Proudhon referiu-se a ela da seguinte forma: “A filosofia, expansão da inteligência para a certeza, revolta da consciência contra o jugo religioso, grito de liberdade, foi necessária; mas fonte de sofisma [...] e hoje instrumento de despotismo para alguns charlatões, a filosofia é detestável:

⁵⁰ GURVITCH. Op. cit., p. 40.

⁵¹ VINCENT. Op. cit., p. 83-84.

⁵² GURVITCH. Op. cit., p. 41-42.

⁵³ Ibid., p. 40.

⁵⁴ Ibid., p. 40-41.

guerra à filosofia!”⁵⁵

Depois dos três primeiros capítulos que abordam as referidas etapas históricas⁵⁶, nos capítulos seguintes.⁵⁷

2.1.1 – Campo, circunscrição e método da Economia Política em *Création*

Em *Création*, o espaço dedicado à Economia Política é, à primeira vista, modesto; apenas um capítulo com cerca de sessenta páginas num livro de quatrocentos e sessenta. Todavia, a obra permite compreender a posição ocupada pela Economia Política no conjunto mais amplo do pensamento proudhoniano e as questões econômicas estão muito presentes nos dois últimos capítulos: “História” e “Funções Sociais”.

Em suas três memórias nota-se uma aproximação progressiva com a Economia Política, mesmo que ela apareça de forma secundária e subordinada à crítica do direito de propriedade. Em *Création* ela é definitivamente eleita como a ciência social de maior potencial. Ela parece promissora a Proudhon, que deseja com “[...] a ajuda de cinco ou seis verdades retiradas da massa dos fatos econômicos, mostrar que a sociedade, como a natureza, é sujeita às leis eternas e imutáveis, àquelas que não mudam segundo o capricho dos homens”⁵⁸. Portanto, ele via na Economia Política o potencial para revelar tais leis⁵⁹, o que não era identificado no período religioso e filosófico.

Naquele tempo, Proudhon ponderava que “[...] a Economia Política não está constituída”⁶⁰ e, portanto, longe de satisfazer os critérios de cientificidade necessários, em

⁵⁵ PROUDHON. Op. cit., p. 126; GURVITCH. Op. cit., p. 41.

⁵⁶ Cap I - A Religião, p. 44-74.; Cap II - A Filosofia, p. 75-126.; Cap III - A Metafísica, p. 127-288.

⁵⁷ Cap. IV - A Economia política, p. 289-356; Cap. V - A História, p. 357-418; e Cap. VI – As Funções, p. 419-461.

⁵⁸ PROUDHON. Op. cit., p. 291.

⁵⁹ “Uma ciência, com efeito, que procede de imediato por observação e análise, por cálculos da estatística e dos detalhes técnicos, uma semelhante ciência deve oferecer em primeiro lugar o mais alto grau de positivismo.” Cf. PROUDHON. Op. cit., p. 291. Evidentemente o termo *positivismo*, que ainda não tinha seu significado exclusivamente associado à doutrina de A. Comte nessa época, tinha o sentido de rigor científico no período.

⁶⁰ Ibid., p. 291.

grande parte, pelo ecletismo, considerado como: “fonte vergonhosa para inteligências que a natureza privou de invenção e de coragem”⁶¹. Assim, todos os dados sobre comércio e indústria foram coletados, mas não passaram pela análise, foram apenas acumulados como materiais⁶² e, como exemplo disso, ele cita a *História da Economia Política* de Blanqui.⁶³ Não era de dados e informações que carecia a Economia Política, mas de princípios e leis claras, por isso essa ciência ainda não descobrira seu método; superar essa situação seria a condição para a solução dos problemas relativos ao progresso da sociedade.⁶⁴

Diante desse quadro, a intenção de Proudhon em *Création* era avançar na definição dos parâmetros da Economia Política, pois, com o “objeto de uma ciência estando dado, o campo de observação, o método e a circunscrição desta ciência devem naturalmente se deduzir”⁶⁵. Desse modo, o capítulo sobre a Economia Política procurou determinar cada um destes termos.

Na interpretação dele, ao considerar que a Economia Política é “[...] a ciência da produção e da distribuição das riquezas” e tomar o trabalho como produtor das riquezas⁶⁶, Adam Smith foi “o primeiro que determinou cientificamente o campo de observação” dessa ciência, campo este que, segundo Proudhon é o trabalho.

Na visão proudhoniana, o trabalho pode ser considerado sob dois pontos de vista. 1) do ponto de vista da técnica o trabalho é a mão-de-obra: os procedimentos, os meios de fabricação, o aperfeiçoamento de instrumentos e máquinas; 2) em termos mais gerais: as leis de produção e organização comuns a todas as espécies de trabalho e indústria, o que, para ele, seria a Economia Política propriamente dita.⁶⁷ Proudhon afirma que essa distinção, até certo

⁶¹ Ibid., nota, p. 291.

⁶² Ibid., p. 292.

⁶³ Ibid., nota 200, p. 292.

⁶⁴ Ibid., 292.

⁶⁵ Ibid., p. 292-293.

⁶⁶ Ibid., p. 293.

⁶⁷ Ibid., p. 293.

ponto banal, não é suficientemente estabelecida, pois muitos cursos da época confundiam os dois aspectos, desvirtuando o ensino da Economia Política e confundindo-o com aulas sobre mecânica, metalurgia e outras disciplinas técnicas. Diante disso, ele afirmava categoricamente que a ciência econômica, ao contrário, trabalhava com generalizações, válidas em todos os ramos e atividades particulares: “Assim, procedimentos de mão-de-obra ou de execução, essa é a *technographie* ou técnica; leis gerais da produção e da distribuição das riquezas, essa é a Economia política”⁶⁸.

Nesse mesmo tópico, aparece uma importante reflexão acerca da Economia Política, quando ele diz que ela “[...] abarca em sua esfera o governo, assim como o comércio e a indústria” e critica Say e Chevalier por se recusarem a tratar das coisas da administração e do governo, considerando a ciência uma mera “serva da política”. Proudhon repudia a separação entre economia e governo, pois “[...] dentro do governo, tudo é direção, repartição, circulação, organização; em que, portanto, a economia excluiria de seu domínio o governo?”⁶⁹ Assim, mais do que concorrer com a Política ou eliminá-la, a Economia Política deveria abrangê-la e submetê-la às suas regras.

Mas, não é apenas a Política que está incluída no campo da Economia Política. Na abertura do capítulo que trata das “funções sociais”, o autor pretende que a Economia Política abarque praticamente todas as esferas do mundo social, como é visto pelo texto a seguir⁷⁰:

A Economia política, limitada depois de A. Smith ao círculo restrito da produção, da circulação, dos valores, do crédito, da renda, do imposto; a Economia política abrange ainda a organização das oficinas e do governo, a legislação, a instrução pública, a constituição da família, a gestão do globo; ela é a chave da história, a teoria da ordem, o último verbo do Criador. Por

⁶⁸ Ibid., p. 294.

⁶⁹ Ibid., p. 294.

⁷⁰ Na interpretação de Gurvitch, Proudhon é, juntamente com Saint-Simon, o fundador das Ciências Sociais. Gurvitch defende que a ciência econômica é subordinada à ciência social em *Création*; para ele, a Economia Política seria ramo da ciência social, um subconjunto, ainda que o mais importante deles. Cf. GURVITCH. Op. cit., p. 44-45. Mas parece muito claro que ciência econômica e ciência social são sinônimas para Proudhon e que os termos não se referem a âmbitos disciplinares distintos, dando razão à Trindade quando afirma que, para o socialista francês, “a economia política seria a verdadeira ciência social”. TRINDADE, Francisco. *O Campo de Observação da ciência social*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

seus aspectos diversos, ela toca à psicologia, à moral, à história natural, à medicina e à arte; mais do que nenhuma outra ciência, enfim, ela contribuirá para a solução desses vastos problemas: Que é o homem? De onde vem? Onde vai? – Que é o mal? Que é Deus?...⁷¹

Essa espantosa definição dos limites reivindicava a retomada de um campo tão amplo como o da Economia Política em Smith.⁷² Tratava-se de reunir todo o saber que dizia respeito à sociedade sob a orientação da única ciência capaz de fornecer um método equivalente ao das ciências naturais.⁷³ Para Proudhon, “a Economia política é uma aplicação da teoria universal, por consequência uma ciência *a priori*; a História é a exposição das mesmas leis, mostradas na sua natureza e na sociedade [...]”⁷⁴.

Decorrente da definição do campo da Economia Política surge a definição de “circunscrição” da mesma, cujo sentido é mais preciso e menos filosófico. Proudhon pretendia circunscrever a ciência “plenamente constituída” em três diferentes “seções”:

- 1ª) a ciência da produção e circulação das riquezas;
- 2ª) “ciência da organização” ou “segunda seção da economia política”
- 3ª) a síntese das duas primeiras partes da ciência, dão lugar a uma terceira e última seção, que tem por objeto a distribuição das funções e a repartição dos salários, e constitui o *Direito*.⁷⁵

Ainda que ele não tenha discorrido muito sobre a segunda e a terceira seção, elas ilustram perfeitamente quais são suas intenções, quando fala em “constituir” a Economia

⁷¹ PROUDHON. Op. cit., p. 419.

⁷² Proudhon reivindicava um campo para Economia Política abandonado desde Smith, o que incluía a Moral. Ignatieff diz não saber “[...] o que ocorre com o espaço que se destina à valoração moral na economia política depois da morte de Smith. Certamente, a ciência econômica ricardiana lhe dedica pouco espaço em seu conceito de limites da disciplina”. Cf. IGNATIEFF. Op. cit., p. 234. Ora, segundo Béraud, as anotações de leitura de Proudhon mostram que ele começou a ler *Os Princípios* de Ricardo, mas abandonou rapidamente a leitura (o desconhecimento de Ricardo é algo que Marx iria destacar em sua crítica), não indo além do primeiro capítulo e avaliando que Ricardo não compreendeu Smith. Cf. BÉRAUD. Op. cit., p. 9.

⁷³ Curiosamente, Lucien Febvre escolheu resenhar no primeiro número dos *Annales*, justamente *Création*, onde Proudhon pretendeu reunir na Economia Política - a ciência social por excelência - todas as disciplinas sobre a sociedade. Essa demanda, feita num contexto distinto e sob outra perspectiva metodológica, não deixa de se assemelhar àquela *Annales*, quando defenderam a reunião das ciências sociais contra a compartimentação então em voga. Ainda que essa reivindicação proudhoniana esteja num livro onde afirma que a “leis da Economia política, são as leis da história” (p. 369 *Création*) e que “a História não é ciência, mas matéria da ciência”. Cf. PROUDHON. Op. cit., p. 357.

⁷⁴ Carta a Bergmann, 26 dez. 1842, p. 65-68.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 301.

Política. As duas últimas seções englobam a esfera da Política e do Direito e denotam a abrangência já exposta quando ele tratou do campo da Economia Política. A própria ordem das seções tem um sentido muito preciso: o conhecimento sobre a produção e a distribuição (1ª seção), deveria habilitar uma nova organização nesses planos (2ª seção), e, finalmente permitir uma nova configuração social que se estenderia até o plano do Direito (3ª seção). Dessa forma, as “seções” da Economia Política têm paralelo com a ordem lógica e cronológica, segundo a qual Proudhon concebia as transformações sociais. Tanto que ele identificou diferentes graus de desenvolvimento entre as três seções:

[...] O trabalho, tomado do ponto de vista objetivo, quer dizer nas suas realizações e resultados, forma a primeira parte da Economia política, a única até o dia de hoje abordada e cultivada com sucesso.

O trabalho, considerado subjetivamente na sua divisão e sua série, forma a segunda parte da Economia política: ela é relativa à organização, e muito menos conhecida que a primeira [...]

Enfim, a terceira parte da Economia política tem relação com a ciência do Direito; é como a síntese das duas primeiras divisões, a libertação das regras do justo e do injusto, segundo os dados fornecidos pela teoria dos valores e da organização.⁷⁶

Assim, ele se afasta dos economistas quanto à delimitação de seu campo e se aproxima quanto ao privilégio que atribui à disciplina e quanto ao método.

A Economia política sendo “o último produto da investigação humana [...] compõe seu método pela comparação com todos os métodos”, ou seja, as ciências físicas e naturais constituem o grande paradigma metodológico para Proudhon. Assim, o método seria a “dialética serial” que ele expôs no livro⁷⁷, pois todo “[...] o movimento das ciências matemáticas, físicas e naturais foi uma preparação à teoria da lei serial [...]”. Todavia, se ele identifica sua dialética serial com estas ciências, afirma também que “nenhum economista de algum talento foge a essa tendência; todos sentem que a Economia política deve ser como as ciências já feitas; positivas, regulares, tendo seus princípios nelas mesmas, seu objeto

⁷⁶ PROUDHON. Op. cit., p. 302-303.

⁷⁷ Ibid., p. 295.

especial, seu método”.

Nessa perspectiva, buscando uma terceira opção, ele condena duas tendências opostas no que tange à metodologia: a tendência empirista, pela qual a Economia Política fica limitada a estudos descritivos e não avança para generalizações⁷⁸; e a tendência teorizante, perdida em excesso de abstrações.⁷⁹

2.1.2 – Elementos da Economia Política em *Création*

Proudhon definiu o trabalho como “ação inteligente do homem sobre a matéria, com o objetivo previsto de satisfação pessoal”⁸⁰ e o viu como representativo da comunhão do homem com a natureza, a força ativa do homem aplicada sobre a matéria inerte.⁸¹ Assim, trabalhando sobre a natureza - criação divina -, o ser humano torna-se ele próprio um criador; vem daí a recorrente comparação em sua obra do homem em sociedade com Prometeu. Portanto, a emancipação da ciência econômica perante a religião tem relação com a demanda por um saber secular, para tratar de uma atividade eminentemente secular, pois “[...] a Economia política é a ciência da produção humana, não da produção terrestre: ela começa com o trabalho do homem, *depois* do trabalho do Criador”⁸². Essa passagem sugere que o deísmo ainda estava bastante vivo em Proudhon.

Sempre citando A. Smith, em *Création* ele considerou a divisão do trabalho como um princípio que resolvia o problema da eficácia, pois desenvolvia a destreza, a habilidade e a inteligência.⁸³ Proudhon nutria grande admiração dele pela obra e em especial pela forma como Smith apresentou o princípio da divisão do trabalho, que segundo ele trouxe mais progresso à humanidade do que fora gerado em vinte séculos com

⁷⁸ Ibid., p. 295.

⁷⁹ Ibid., p. 295.

⁸⁰ Ibid., p. 296.

⁸¹ Ibid., p. 297.

⁸² Ibid., p. 296.

⁸³ Ibid., p. 299.

[...] a *Política* de Aristóteles, os *Econômicos* de Xenofonte, a *República* e as *Leis* de Platão, os *Códigos* de Justiniano com todos os comentários dos juristas, a *Utopia* de Morus, o *Romano* de Fenélon, o *Espírito das Leis* de Montesquieu e o *Contrato Social* de Rousseau [...]

E, mesmo no século XIX, ele considera que o “[...] contém de melhor as doutrinas de Saint-Simon, de Fourier e dos comunistas decorre da lei de Smith [...]”⁸⁴

No entanto, isso não o impediu de divergir de Smith quanto à origem da divisão do trabalho, acusando-o de confundir causa e consequência. Para este, divisão do trabalho tem origem na necessidade das trocas, ou seja, o mercado estimula a divisão do trabalho; já para Proudhon “o objetivo da divisão do trabalho é, imediatamente, celeridade na produção, abundância e melhoria da qualidade dos produtos; ulteriormente, comércio e associação [...]”⁸⁵, por conseguinte, o incremento do comércio seria somente uma consequência da divisão do trabalho e não a sua causa.

Essa importante inversão de perspectiva em relação a Smith revela que para Proudhon, o mercado é apenas um facilitador das trocas e não o motor das inovações na produção. De certa forma, ele sugere que a produção evolui para propiciar menor dispêndio de forças, mais qualidade e quantidade dos produtos e que essas mudanças não são guiadas pelas promessas de lucro no mercado. Como se a tendência ao aperfeiçoamento dos produtos enquanto valores de uso fosse inerente ao ser humano, independentemente da existência do mercado. Decorre daí que, para o francês, “o trabalho, ou para melhor dizer o produto [...]”, e não a mercadoria, “[...] é o objeto da primeira parte da ciência econômica”⁸⁶.

Na continuação do capítulo, ele expôs o conceito de *força coletiva*, já presente na argumentação das memórias sobre a propriedade e escreveu que, depois de Smith, um “[...]”

⁸⁴ Ibid., p. 299-300.

⁸⁵ Ibid., p. 300.

⁸⁶ Ibid., p. 300.

outro economista, o Marquês Germain Garnier⁸⁷, formulou uma nova lei, que não era mais que uma transformação daquela de Smith [a lei da divisão do trabalho], é a lei da *força coletiva*”. Segundo Proudhon, a “[...] divisão do trabalho é sinônimo de multiplicação do operário: divisão do trabalho e força coletiva ou comunidade de ação são duas faces correlativas da mesma lei”⁸⁸. Todavia, ele avaliou que Garnier não percebeu essa conexão nem as consequências da lei que ele constatou.⁸⁹

Todo o segredo da exploração decorreria do aumento de produtividade em virtude da *força coletiva*, pois cem indivíduos trabalhando coordenadamente aumentavam a produtividade muito além do que seria a produção individual de cem indivíduos isolados. Porém, os patrões pagam como se os indivíduos trabalhassem isoladamente, abstendo-se de pagar o incremento gerado pelo trabalho coletivo, há um “erro de conta entre operários e mestres”. Além da exploração, a *força coletiva* acarretava outra consequência: ela tendia a reduzir progressivamente as diferenças individuais no desempenho do trabalho, fazendo com que operários diferentes produzissem cada vez homoganeamente, seja em quantidade, seja em qualidade.

A descoberta dessa *força coletiva* e de seus efeitos, segundo Proudhon, deveria lançar os “fundamentos de uma jurisprudência nova [...]”, para corrigir injustiças e privilégios; e assim, “para conseguir reparação da desordem, o proletariado foi chamado a fornecer a prova da ordem, quer dizer, a criar a ciência mesma da Economia”⁹⁰. Nesse ponto, aparece

⁸⁷ Político e economista francês, o Marquês Germain Garnier (1754-1821) realizou – conforme já comentado – uma tradução, com notas e introdução, da *Riqueza das Nações*, de Smith em 1802 (1ª ed.) e 1822 (2ª ed.). Também foi autor do primeiro manual destinado ao ensino da Economia Política na França, o *Abrégé élémentaire des principes de l’Economie politique*. Paris: Agasse, 1796. Cf. ALLIX. Op. cit., p. 317. Além disso publicou diversas obras de teor econômico: *De la propriété considérée dans ses rapports avec le droit politique*, 1792; *Théorie des banques d’escompte*, 1806; *Deux mémoires sur la valeur des monnaies de compte chez les peuples de l’antiquité*, 1817; *Observations en réponse aux « Considérations générales sur l’évaluation des monnaies grecques et romaines »*, 1818; *Histoire de la monnaie, depuis le temps de la plus haute antiquité, jusqu’au règne de Charlemagne*, 1819.

⁸⁸ PROUDHON. Op. cit., p. 301.

⁸⁹ Ibid., p. 300-301.

⁹⁰ Ibid., p. 302.

claramente a relação entre o interesse da classe trabalhadora e a necessidade de reformular a Economia Política, entre a transformação social e o conhecimento necessário para tal.

Para Proudhon, depois de Smith, a doutrina que fundamenta o direito de propriedade mudou totalmente, aceitando apenas a legitimidade pelo trabalho e não mais pela ocupação.⁹¹ De acordo com ele, a teoria smithiana do valor-trabalho é o grande sustentáculo do questionamento à propriedade e do próprio caráter científico da Economia Política, pois permite determinar matematicamente o valor produzido por cada trabalhador e, desse modo, tornar nítida a linha divisória entre os “produtivos” e os “improdutivos”. Assim, em *Création*, Proudhon pretendeu levar as ideias de Smith às últimas consequências. Um bom exemplo disso é a menção que ele faz à renda da terra e aos juros do capital como fontes de lucro para os “improdutivos” que não deveriam entrar nos custos de produção. Ele faz questão de ressaltar que essa opinião já foi demonstrada por Pellegrino Rossi, que sucedeu Say na cadeira de Economia Política do *Collège de France*, em 1833. De acordo com o socialista francês, trata-se de aplicar o conceito de “improdutivo” aos “preguiçosos”, os próprios capitalistas:

O antagonismo do capital e do trabalho, tão deplorado pelos amigos do progresso, longe de ser resolvido numa associação que manteria a distinção efetiva de trabalhador e capitalista, deve terminar, ao contrário, pela sujeição absoluta do capital ao trabalho e a transformação da preguiça capitalista na função de comissário de poupança e distribuidor de capitais. Os verdadeiros capitalistas, aos olhos da ciência e do direito, são os trabalhadores [...]⁹²

Assim, Proudhon pôde considerar os trabalhadores como os “verdadeiros capitalistas” na medida em que considerava que o Capital era produzido exclusivamente pelos trabalhadores. A relação é simples e direta: “O trabalho executado se chama *produto*. O produto útil tem o nome de *valor*. O valor acumulado torna-se, por destinação reprodutiva,

⁹¹ Ibid., p. 304.

⁹² Ibid., p. 313.

CAPITAL, quer dizer, princípio, fermento, meio ou órgão de produção”⁹³. O capital pode ser uma terra preparada pelo trabalho, a construção de uma máquina, os instrumentos de um artista, a educação dada a um jovem, a moeda colocada em reserva, todos “são acumulações de valores e constituem os capitais”⁹⁴. Nessa gama de exemplos estão inclusos sob a categoria de capital o trabalho fisicamente acumulado, o preparo intelectual do trabalhador e a moeda.

A única destinação que Proudhon menciona para um excedente seria sua transformação em alguma espécie de poupança para a previdência da sociedade, por isso ele escreve sobre “a transformação da preguiça capitalista na função de comissário de poupança”, o que significa a conversão de sua função administrativa em benefício da sociedade. Aqui nota-se a intenção de transformar a sociedade, redirecionando seus elementos, sem pretender eliminá-los.

Numa passagem pouco desenvolvida neste livro, Proudhon escreveu sobre a necessidade de “centralizar as forças industriais e disciplinar o mercado”, deixando claro que isso não supõe uma centralização estatal, mas uma regulação social por contratos baseados no valor das mercadorias⁹⁵; de qualquer maneira isso indica que a ordem e as leis naturais que, de acordo com Proudhon, deveriam governar o mundo econômico não se realizavam plenamente na sociedade e precisariam ser libertas e promovidas por algum tipo de intervenção.

Duas outras evidências são mais importantes do que a forma de “centralizar” e “disciplinar” o mercado: a primeira é a própria intenção de preservar o mercado enquanto instituição; a segunda é a pretensão de ordenar as forças econômicas deste mercado segundo as leis científicas da Economia Política que deveriam presidir as trocas. Sobre este último ponto, Proudhon se mostrou um crítico acerbo das teorias que procuravam fundamentar os valores e preços das mercadorias na oferta e na procura. Em *Création* ele comentou que “[...]”

⁹³ Ibid., p. 312.

⁹⁴ Ibid., p. 316.

⁹⁵ Ibid., p. 308.

na maior parte dos livros de Economia política, a oferta e a demanda são duas divindades caprichosas e ingovernáveis, que não dependem de nenhuma lei que não o bel prazer [...]”⁹⁶. Assim, ele questionou a teoria do valor predominante na França a partir dos parâmetros da Economia Política inglesa, cujos textos ele conhecia por meio de traduções para o francês como já mencionado.

Quando Proudhon tratou da propriedade em *Création* foi possível notar um elemento ausente nas primeiras memórias: a noção de “necessidade histórica”. Dessa forma, a despeito de todas as suas críticas, ele considerou a propriedade como “condição necessária da divisão da indústria e a fonte de seu progresso”; pois, “[...] o mundo começa pela ignorância e barbárie”, mas “o destino da humanidade é instruir-se e organizar-se por si mesma [...]”⁹⁷. Assim, ele identificou a propriedade com a noção de civilização, como elemento fundamental no progresso da humanidade, totalmente sintonizado com a teoria dos quatro estágios formulada pela geração iluminista escocesa que precedeu Adam Smith.

Neste mesmo livro, aparece pela primeira vez na obra de Proudhon a questão da moeda, retomando a discussão histórica entre os economistas a respeito do seu caráter: mercadoria ou somente signo representativo de valores? A resposta do autor é que a moeda tem um duplo caráter, cumprindo simultaneamente ambas as funções.⁹⁸ Mais do que isso, ele atribuiu-lhe grande importância como elemento essencial para uma sociedade livre. Nessa interpretação, sem a moeda o trabalho teria que ser organizado de forma autoritária, absolutista e tradicional.⁹⁹ Portanto, a “[...] a sociedade, ao menos tal como a conhecemos, não pode subsistir sem moeda [...]”¹⁰⁰. O que se evidencia nessa passagem é a grande valorização atribuída ao mercado e à moeda como elementos promotores de uma sociedade

⁹⁶ Ibid., p. 308.

⁹⁷ Ibid., p. 317.

⁹⁸ Ibid., p. 319-320.

⁹⁹ Ibid., p. 321.

¹⁰⁰ Ibid., p. 320.

livre. Dessa forma, delinea-se a perspectiva almejada por Proudhon: uma sociedade de mercado igualitária e sem exploração, na qual a Economia Política forneceria os parâmetros científicos para trocas justas segundo o valor-trabalho incorporado nos produtos. A propriedade comparece como um elemento perturbador da ordem natural, um artifício parasitário que impede o desenvolvimento do “bom mercado”, expressão usada posteriormente.¹⁰¹

No tópico sobre os salários, o autor ponderou que esta era a “questão mais delicada da Economia política”¹⁰². Isso é particularmente relevante no pensamento proudhoniano, pois a teoria do valor-trabalho não tem apenas um valor filosófico ou explicativo, sua pretensão é, de fato, encontrar meios de aplicar empiricamente a lei do valor-trabalho às trocas mercantis na sociedade. Assim, a questão dos salários pede uma solução que exige a confrontação das teorias da Economia Política com a realidade da economia de fato.

Ele pondera que “se cada um trabalhasse por si só como um selvagem o salário seria igual ao produto do seu trabalho”¹⁰³, uma vez que o tempo é medida de valor para o trabalho. Entretanto, as coisas não se passam de maneira tão simples em função das grandes diferenças industriais e entre os tipos de trabalho, o que o leva a admitir que esse critério do tempo de trabalho como medida de valor é arbitrário. Proudhon reconhece a situação extremamente heterogênea nas condições de desenvolvimento da economia francesa àquela época, onde a presença de atividades artesanais e semi-artesanais nas manufaturas ainda é muito grande, e aquilo que Marx chamou depois de “trabalho abstrato” é ainda pouco generalizado. Nesse quadro, o tempo de trabalho despendido não pode ser medida para a quantidade de trabalho efetivamente realizada; e assim, não pode ser considerado um denominador seguro dos valores criados. Esta situação cria dificuldades a qualquer aplicação empírica da teoria do

¹⁰¹ PROUDHON. *Concurrence*. p. 200.

¹⁰² Id. *Creation*. p. 321.

¹⁰³ Ibid., p. 321.

valor-trabalho para a justa remuneração dos operários¹⁰⁴, problema que Proudhon ignorou nas primeiras memórias.

Nessa época, a questão salarial estava diretamente ligada a um tema dominante no debate político francês: a “organização do trabalho”. Certamente, o livro de Louis Blanc, *L’Organisation de travail*¹⁰⁵, era a maior referência sobre o tema, mas Proudhon lembra que quase todos os socialistas e comunistas - como Leroux, Cabet e Fourier - defendiam a “organização do trabalho” baseada em diferentes princípios.¹⁰⁶ Mas, para ele, todos eles eram considerados “romanos humanitários”, retrógrados e extravagantes, que demandavam uma organização do trabalho fundada em desejos e sentimentalismo, uma vez que afirmavam utopias num tempo de avanço dos conhecimentos positivos e negavam a realidade sem o apoio de regras ou de método.¹⁰⁷ Porém, ainda que discordasse dessas soluções, ele próprio reconhecia na “organização do trabalho” a legitimidade de uma questão que estava na ordem do dia, e comenta que “ter a sorte de colocar o problema, é quase tê-lo resolvido”¹⁰⁸.

Os efeitos da divisão do trabalho e as contradições que ela enseja são especialmente perturbadores para Proudhon, que deu atenção à temática em *Création* e em diversas ocasiões ao longo de sua obra, pois reconhecia os benefícios em termos de produtividade no trabalho e o caráter inexorável da divisão deste, que parecia seguir o progresso da própria humanidade. Mais do que isso, admitia que “sem divisão se ficaria na infância da indústria, na imbecilidade original”¹⁰⁹. Até esse ponto ele não fez mais do que seguir as reflexões de Smith, que se limitou a apontar os efeitos perniciosos de uma divisão do trabalho cuja face trágica apenas

¹⁰⁴ Ibid., p. 323-324.

¹⁰⁵ O livro de Louis Blanc foi publicado pela primeira vez em 1839.

¹⁰⁶ Pierre Leroux fala em organizar o trabalho segundo a vontade de Deus; Cabet pensa em organizar o trabalho para propiciar felicidade e amor e os fourieristas buscam na organização do trabalho mais conforto e bem-estar. Cf. Ibid., p. 324.

¹⁰⁷ Ibid., p. 325.

¹⁰⁸ Ibid., p. 325.

¹⁰⁹ Ibid., p. 329.

começava a se revelar.¹¹⁰

Todavia, Proudhon já se deparava com a realidade da divisão do trabalho cotidianamente, tanto que ele faz diversas referências à situação de miséria e barbárie dos trabalhadores dos centros industriais mais avançados, citando Mulhouse e Saint-Etienne.¹¹¹ De fato, as observações que ocuparam uma posição periférica na obra de Smith, estiveram no centro de suas atenções. Desse modo, a primeira consequência da divisão do trabalho observada por ele é a “condenação da pequena indústria”¹¹², algo que soa como obviedade, mas que não era mais que uma tendência emergente na sociedade francesa na década de 1840, como bem mostrou Ansart.¹¹³ Porém, a principal preocupação de Proudhon tinha outro foco: os efeitos sobre o trabalhador, pois como resultado da divisão, “o trabalho se reduziria a uma manipulação mecânica, uniforme, monótona, elementar, sem talento, sem ideal! [...]”¹¹⁴. Ele ponderava que, quanto mais parcelado o trabalho, mais se multiplicaria a incapacidade dos operários e mais se tornariam importantes os contramestres, os chefes de oficina, os diretores e os engenheiros.¹¹⁵ Portanto, ele percebeu claramente a relação entre a divisão do trabalho e a alienação - ainda que não usasse o termo - do processo produtivo, que ensejava o advento de “autoridades” com a função específica de compreender e gerenciar o processo produtivo em seu conjunto.¹¹⁶ Proudhon concluiu que o trabalho parcelar era útil se começava por alguma

¹¹⁰ “Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. [...] Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres – isto é, a grande massa da população – a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça.” SMITH, Adam. *RN*, V. 1, p. 213-14.

¹¹¹ PROUDHON. Op. cit., p. 333.

¹¹² Ibid., p. 327.

¹¹³ ANSART. Op. cit., p. 38-49.

¹¹⁴ PROUDHON. Op. cit., p. 329.

¹¹⁵ Ibid., p. 333.

¹¹⁶ Proudhon discorre sobre este tema, incluindo as autoridades públicas como parte de uma cadeia que começa na

parte, onde o aprendiz desenvolvia destreza, habilidade, mas não devia ser eterno, pois o trabalhador deve aprender novas tarefas e se educar; do contrário, temia que “[...] o homem-máquina, uma vez rotinizado na sua mão-de-obra, seqüestrado da composição e da arte, degenera rapidamente num bruto sem endereço e sem moralidade”¹¹⁷. Fica evidente que o temor de Proudhon não se limitava apenas à inteligência do processo produtivo por parte do trabalhador, mas também se referia à própria personalidade, à degeneração moral acarretada pela divisão do trabalho; até porque, para ele, os costumes se desenvolviam de acordo com o trabalho e não por influência da pregação moral e religiosa.¹¹⁸

Para um pensador como Proudhon, que pretendia alicerçar a moral no mundo do trabalho e reinseri-la na Economia Política, a divisão do trabalho representava um grande desafio; por isso, contra os riscos que ela comportava, ele esboçou uma solução: sugeriu que cada operário passasse de uma função à outra de tempos e tempos. Para ele, tratar-se-ia de preservar a consciência do processo produtivo global e a integridade dos trabalhadores no quadro de uma divisão do trabalho que ele não imaginava ser possível abolir.

De qualquer maneira, tal solução só teria aplicação de fato numa sociedade transformada, pois, nas condições da época, o próprio Proudhon reconhecia que era impossível combinar a divisão do trabalho com a integridade do trabalhador. Para ele, numa sociedade que associava a lei de divisão do trabalho com o direito de propriedade e a liberdade individual, este aforismo era válido: “divisão do trabalho, grande exploração:

unidade de trabalho e vai se ampliando: “Ora, à medida que a função ganha em generalidade representativa; que dizer, à medida em que ela resume um maior numero de pessoas, ela perde em especialidade efetiva, em matéria industrial e em aplicação científica. Assim, o chefe de oficina produz materialmente menos que o operário, mas mais que o empreendedor; assim o presidente da câmara municipal, o prefeito, o ministro, o conselho de Estado, o rei, não exercem nem arte, nem ciência, nem ofício; sua função é agrupar as funções inferiores, centralizar e unificar as relações. O trabalho, nesta região elevada, supõe, como em toda parte, uma aptidão, uma educação, e condições de elegibilidade especiais, mais, em si, ele não é mais nem menos difícil que em outros lugares [...]” Ibid., p. 345, grifo nosso.

¹¹⁷ Ibid., p. 337.

¹¹⁸ Proudhon considera que o exercício de profissões diversificadas tornou a classe média mais fecunda em “altas capacidades”. Ibid., p. 332.

pequena propriedade, grande cultura”¹¹⁹. Da exposição de Proudhon se depreende que a divisão do trabalho e a liberdade individual são elementos positivos a serem preservados, enquanto o direito de propriedade corrompe ambos, tornando possível a “grande exploração”. Dessa forma, numa perspectiva distinta das primeiras memórias, ele reitera sua crítica ao direito de propriedade como a maior causa dos problemas sociais.

Na última parte do capítulo sobre a Economia Política ele avalia que “o trabalho é a ciência colocada em ação [...]” e, assim como a ciência deve preencher certos requisitos, o trabalho está submetido a determinadas condições¹²⁰ para que se realize. Nesse ponto, se percebe em que medida o deísmo estava vivo e foi transportado para o terreno das questões econômicas. Para ele, “a indústria humana é a transposição das séries da natureza”¹²¹ e assim como a natureza representa a obra do Criador, o trabalho, por analogia, faz nascer a obra humana. Nesse raciocínio, “[...] todo operário que, dentro do seu trabalho, não aprendeu a ver uma imagem da operação criadora, e no seu produto um microcosmo, é uma inteligência adormecida, um órgão inútil”¹²². Portanto, o trabalho criador conduz o homem a patamares mais elevados, ao passo que a divisão do trabalho, dependendo das condições em que é exercida, intensifica a animalidade humana. Segundo Proudhon, o avanço do conhecimento humano coloca o homem mais próximo da onisciência universal de Deus, ainda que por caminhos tortos¹²³; nesse quadro, a recorrente metáfora da humanidade como *Prometeu* ganha ainda mais sentido na obra do francês.

Assim há um fio condutor entre Deus, a natureza (que é sua criação), as leis naturais, a transposição dessas leis para a compreensão científica da sociedade e a encarnação dessa ciência no trabalho. Quando o homem se torna consciente desse processo e passa a trabalhar

¹¹⁹ Ibid., p. 328.

¹²⁰ Seriam três as condições: 1º Especificação; 2º Composição; 3º Processo de execução (método, formulário, procedimento, técnica).” Ibid., p. 340.

¹²¹ Ibid., p. 341.

¹²² Ibid., p. 342.

¹²³ Ibid., p. 343.

de forma criadora, ele se torna simultaneamente um ser moral. Nesse ponto, seguindo sua lógica serial, Proudhon pretendia chegar ao fim da Filosofia e à abolição da fé religiosa [...]”¹²⁴, ambas totalmente absorvidas numa moralidade intrínseca ao próprio funcionamento da economia.

Nas páginas finais do capítulo, Proudhon examinou de passagem os comunistas e fez um balanço do fourierismo, rejeitando o apelo a quaisquer “[...] sentimentos como a graça, o elogio, a piedade [...]”; por isso ele insistia que o salário deve representar fielmente o produto¹²⁵, uma vez que se “[...] ele é menos ele é um castigo ou um prejuízo para o trabalhador; se ele é mais alto, ele é prodigalidade ou usurpação”¹²⁶. Sobre as obras de Fourier – o que vale também para seus seguidores - comenta que “tudo é indeterminado, incoerente, apocalíptico [...]”, pois para ele as paixões são a forma vital, tais como as categorias são as formas do entendimento para Kant.¹²⁷ Quanto aos comunistas, o centro da crítica proudhoniana está na anulação do indivíduo em prol da comunidade ou da sociedade. Para Proudhon, eles “[...] parecem esquecer às vezes que o homem não vive somente da vida pública, que lhe faz falta ainda uma vida privada”¹²⁸, observação que se coaduna com a defesa da posse como fundamento para a independência do cidadão.

De uma forma geral, o capítulo de *Création* sobre a Economia Política revela o estágio dos estudos econômicos de Proudhon e a importância cada vez maior que ele atribuía à Economia Política. Nesse capítulo, muitos dos apontamentos retomam e desenvolvem as observações econômicas dispersas nas primeiras memórias e, ao mesmo tempo, prenunciam os desenvolvimentos que se plasmariam em *Contradictions*. Alguns deles, que percorrem toda a obra proudhoniana, se mostram consolidados a esta época: a defesa da teoria do valor-

¹²⁴ Ibid., p. 344.

¹²⁵ Ibid., p. 346-347.

¹²⁶ Ibid., p. 346.

¹²⁷ Ibid., p. 350.

¹²⁸ Ibid., p. 355.

trabalho, o valor social do mercado e da moeda como garantias de independência do cidadão e a necessidade de superar a exploração do trabalho alheio. No entanto, mais importante do que as observações sobre estes tópicos, é o fato de Proudhon situar, com razoável precisão, o *status* e a importância da economia e da Economia Política no conjunto de seu pensamento. Como ele próprio afirmou em 1849, ainda que o livro fosse “[...] pouco mais que medíocre [...] foi suficiente para o meu objetivo”¹²⁹.

2.1.3 – O Estado em função da economia

Na passagem em que descreveu como se daria o processo de rodízio periódico de funções nas fábricas e oficinas, Proudhon fez um comentário que esse sistema seria “[...] uma miniatura do governo democrático, pelo qual a França luta depois de cinquenta anos”¹³⁰.

O que pode ser entendido por “governo democrático” nesse contexto? A questão não foi aprofundada por Proudhon; mas a passagem permite duas interpretações distintas sobre este governo: *a)* num sentido mais amplo seria o governo enquanto organização da sociedade, governo realizado diretamente a partir de uma economia reformada - com a propriedade se democratizando pela posse e sem exploração de trabalho alheio - na qual todos os cidadãos se tornariam agentes econômicos; *b)* num sentido mais estrito, seria o governo enquanto instituição política, para o qual os mecanismos do mundo econômico - de rodízio de funções, por exemplo - serviriam como modelo numa sociedade em que o Estado estivesse submisso à economia.

Contudo, o trecho citado não permite que nenhuma das interpretações possa ser seguramente adotada, pois a questão não é desenvolvida. Entretanto, o capítulo denominado “Funções - imensidade da ciência econômica: visão geral da sociedade” oferece elementos

¹²⁹ Id. *Les confessions d'un révolutionnaire pour servir à l'histoire de la révolution de février*. Paris: Au Bureau du journal La Voix du Peuple, 1849. p. 44, grifo nosso.

¹³⁰ Id. *Creation*, p. 336. Proudhon empregará mais tarde a expressão “democracia industrial” em *De la capacité politique des classes ouvrières*. Paris: Dentu, 1865.

para uma resposta mais precisa, pois resume tudo que Proudhon considerava estar em função da economia em sentido estrito: governo, legislação, instrução família, etc.

Nele, há a afirmação de que “a soberania do ser coletivo, representado pelo Trabalho, se divide em quatro poderes iguais e paralelos”: poder consular, poder executivo, poder arbitral, poder professoral.¹³¹ A partir daí, o texto dirime qualquer dúvida a respeito do sentido que Proudhon emprestou à expressão “governo democrático”. Depois de definir cada um dos poderes soberanos do ser coletivo ele afirma que:

Para alterar propriedade nós não necessitamos senão de vias legais: o rebaixamento das taxas de juros, a extensão do domínio público, a vigilância administrativa, a centralização da agricultura, do comércio e da indústria, com as medidas acessórias de polícia e de ordem; Para reformular nosso sistema político, não pedimos mais que medidas legais: a divisão, a especialização, a coordenação e a responsabilidade das funções e dos poderes, em conformidade com as leis da Economia.¹³²

Na sequência do capítulo, Proudhon desceu ao nível dos detalhes administrativos da “organografia social”, tratando das atribuições da guarda nacional, do eleitor, dos deputados, dos colégios eleitorais, assembleias comunais e departamentais.¹³³ Curiosamente, escreveu que uma das primeiras reformas a operar seria a eleitoral; “reforma progressiva e prudente, contudo; sem o que, correr-se-ia o risco de não encontrar mais que a anarquia”¹³⁴. Ainda nesse capítulo, ele discorreu longamente sobre as condições de elegibilidade e funcionamento para todos os cargos políticos e instâncias de poder, da guarda nacional ao judiciário, passando pelos ministros.¹³⁵

Embora para Proudhon a política esteja incluída como a 2ª seção na “imensidade da Economia política”, não resta dúvida de que objeto tratado nesse capítulo distingue-se nitidamente do sentido que normalmente se atribui à economia. Assim, tanto a descrição que Proudhon fez dos

¹³¹ O último dos poderes está grafado como “pouvoir enseignant” no original. Ibid., p. 425-426.

¹³² Ibid., p. 427, grifo nosso.

¹³³ Ibid., p. 427-429.

¹³⁴ Ibid., p. 427.

¹³⁵ Ibid., p. 428-446.

poderes, quanto suas propostas para reformar o sistema político desautorizam qualquer interpretação que suponha uma abolição ou supressão do Estado em *Création*.

2.2 – A resenha de Garnier no *Journal des Économistes*

A tiragem de mil e quinhentos exemplares de *Création* saiu da gráfica em junho de 1843 e a repercussão do livro foi pequena. Ainda assim mereceu uma resenha no *Journal des Économistes*¹³⁶, cujo autor foi o economista Joseph Garnier¹³⁷, cunhado de A.-J. Blanqui e um dos impulsionadores da recém-formada *Société des Économistes*.¹³⁸ Nas primeiras linhas da referida resenha, Garnier considera que as três memórias sobre a propriedade e a obra mais recente, destacam-se pela “ousadia da forma e também audácia profunda” e faz um breve histórico dos textos precedentes que habilitaram Proudhon à bolsa Suard.¹³⁹

Ele examina a primeira memória e julga que Proudhon cometeu uma insensatez, ao colocar a frase “a propriedade é um roubo” na primeira página, pois, para Garnier “o autor se serviu de uma etiqueta que valia menos que o conteúdo”. Segundo o economista, “sucedeu ao novo escritor o que já havia ocorrido a Malthus, que por não haver adocicado certas expressões, foi distorcido e injuriado por todos que o leram, e que são a grande maioria”. Para Garnier, o que Proudhon propunha de fato - a substituição do direito de propriedade pela posse - era bem menos violento do que sugeria o aforismo citado na primeira página.

¹³⁶ *Journal des Économistes*, cujo subtítulo era *Revue Mensuelle de L'Économie Politique, des Questions Agricoles, Manufacturières et Commerciales*. O primeiro número circulou em 1842.

¹³⁷ GARNIER, Joseph. Ouvrages de M. P.-J. Proudhon. *Journal des Économistes*, Paris, T. 6, p. 290-296, ago.-nov. 1843.

¹³⁸ Em 1842 uma primeira sociedade de economistas foi fundada por Ferdinand d'Esterno e presidida por P. Rossi; mas, segundo Garnier, era “muito acadêmica” e atraiu poucas pessoas às suas reuniões. No mesmo ano, e sob outros moldes, a *Société des Économistes* foi refundada em 15 de novembro numa reunião com cinco pessoas. Entre seus fundadores estavam A. Blaise, Joseph Garnier e Eugene Daire, todos amigos próximos de Adolphe Blanqui, sendo a maior parte deles adeptos membros da Academia de Ciências Morais e Políticas. A nova sociedade decidiu tratar dos temas econômicos “sem a pompa acadêmica”, reunindo-se mensalmente num jantar, após o qual se seguiam os debates. A sociedade esperava se elevar à categoria de “clube político”, no qual se trataria das questões doutrinárias e dos fatos econômicos, permitindo que homens de posições e sentimentos políticos diversos, de grande influência por “sua situação e por seus escritos” pudessem se encontrar “sobre o terreno neutro da ciência”, se esclarecer mutuamente. GARNIER, J. *Société des Économistes*. In: COQUELIN, C.; GUILLAUMIN, G. U. *Dictionnaire de l'économie politique contenant l'exposition des principes de la science*. 3ª ed. Paris: Guillaumin, 1864. 2 V. p. 670-671.

¹³⁹ GARNIER. Op. cit., p. 290.

Além disso, ele lamenta e repudia as críticas “injustas e brutais” endereçadas aos economistas, “homens que nós veneramos”. Por isso, ele chega a comparar o autor da *1ª memória*, a “um javali irritado que distribui golpes de focinho a torto e a direito por onde passa”¹⁴⁰. A segunda (comentada tão somente num parágrafo) e a terceira memória são elogiadas pelo tom mais ameno em relação aos economistas. Seja como for, Garnier mostrou-se interessado no tratamento que Proudhon dispensou aos economistas nas quatro obras resenhadas:

No primeiro trabalho, os economistas são, como nós já dissemos, tratados com um profundo desprezo; no segundo, Proudhon fala deles quase polidamente; no terceiro, Adam Smith é um homem de gênio; no quarto, enfim, nós lidamos com um pensador que medita sobre as verdades fundamentais da economia política, e que chegou a uma amplitude de ponto de vista onde mostra reconhecimento pelos ‘economistas, amigos apaixonados da verdade, observadores escrupulosos e infatigáveis’.¹⁴¹

Garnier se mostra extremamente satisfeito ao avaliar que Proudhon elevou seu conceito sobre os economistas e, por isso, considera a insolência das primeiras memórias como fruto de seu limitado conhecimento sobre a Economia Política.¹⁴²

Elogiando a erudição e a lógica dos textos, Garnier considerou que as críticas endereçadas à Religião e à Filosofia eram precipitadas e que, para chegar às conclusões anunciadas em *Création*, seriam necessários mais estudos.¹⁴³ O exame do capítulo sobre a Economia Política o fez ponderar que Proudhon “penetrou admiravelmente na doutrina de Smith”, enquanto tantos passam por ela sem compreendê-la.¹⁴⁴ Claramente, Garnier regozija-se pelo papel central atribuído à Economia Política e por comprovar que ele domina a disciplina, “bem diferente da maior parte dos socialistas que a ignoram”. O autor também felicita a intenção de Proudhon em fazer a Economia Política avançar para sua “segunda

¹⁴⁰ Ibid., p. 291.

¹⁴¹ Ibid., p. 292.

¹⁴² Ibid., p. 292.

¹⁴³ Ibid., p. 293.

¹⁴⁴ Ibid., p. 293-294.

parte” (denominada de “segunda seção”) e tratar não apenas de produção e distribuição, mas da organização da sociedade. Enfim, para Garnier este ainda é um “país desconhecido, forte impenetrável, que ainda espera muitos pioneiros”, entre os quais está Proudhon. Esses “novos reinos” que a Economia Política deveria conquistar parecem ter boa receptividade por parte de Garnier, que elogia bastante esta intenção:

O autor da *l'Ordre dans l'humanité* é um desses pioneiros, que tem direito, porque sozinho se aventura longe, à nossa consideração; porque, observe-o bem, partiu com todas as precauções necessárias: a instrução, o amor pela verdade, o bom senso e a clareza nas idéias. Em seu espírito, pois, a economia política é mais que a ciência das riquezas, é a ciência do trabalho. Ela deve dirigir os governantes [...]¹⁴⁵

Outro item que parece agradá-lo é a valorização da ciência e a crítica mordaz desferida contra as universidades, dominadas majoritariamente pela “besta negra” do jesuitismo.¹⁴⁶ Na conclusão, o resenhista teme que seja acusado de complacência com o autor e por isso faz questão de condenar sua doutrina sobre a propriedade, socorrendo-se em citações de Rousseau e de Say. Finalmente, ele reconhece que, diferente de muitos que negam a propriedade sem nenhum tipo de argumento sustentável, Proudhon o faz apoiado na “metafísica e na ciência”¹⁴⁷.

A resenha de Garnier animou-o e, agradecido pelo tom respeitoso - ainda que o socialista tenha considerado o texto tímido e pouco aprofundado¹⁴⁸ -, entendeu que era uma avaliação honesta, diferente das que encontrava entre os radicais e independentes que o chamavam de “irmão” e “cidadão”¹⁴⁹. Consequência direta disso foi uma carta datada de 28 de setembro de 1843, na qual Proudhon solicitou humildemente a Garnier para que se correspondessem; prometeu não ser inoportuno e escreveu que “nada é mais valioso para um

¹⁴⁵ Ibid., p. 294.

¹⁴⁶ Ibid., p. 295.

¹⁴⁷ Ibid., p. 295-296.

¹⁴⁸ Numa carta a Ackermann (25 nov. 1843, T. II, p. 112), considera o artigo de Garnier no *Journal des Économistes* anódino, nem contra nem a favor, limitando a apresentar seus textos.

¹⁴⁹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 164.

sábio que um homem de paradoxos; e de minha parte me atrevo a dizer que com o movimento de minha imaginação e colocado como estou, vejo mais coisas do meu escritório que um professor de sua cátedra”¹⁵⁰. A carta, escrita do escritório de negócios no qual Proudhon já trabalhava em Lyon, é reveladora de sua nova situação profissional. De qualquer maneira, a aproximação com Garnier lhe reabriria as portas do mundo acadêmico pouco tempo depois.

2.3 – Um trabalho em Lyon

Em meados de 1843, Proudhon se deparava com a seguinte situação: a bolsa findara, a gráfica fora vendida, a perspectiva de conseguir um emprego público malograra, as portas do mundo acadêmico se fecharam e tudo que ele tinha era uma dívida oriunda da gráfica. Diante disso, estava em vias de enveredar em mais um *Tour de France* como impressor andarilho. Nesse momento reencontrou um amigo de infância com quem mantinha contato¹⁵¹, Antoine Gauthier, seu companheiro no *Collège Royal* de Besançon. A partir daí, mudanças relevantes ocorreram na vida dele. Gauthier convidou-o para trabalhar na sua empresa; juntamente com o irmão, ele era negociante em Lyon e Mulhouse no ramo de transporte de carvão mineral em barcos a vapor, além de fazer reboques pelo canal do Rio Ródano (perto de Lyon) até o Rio Reno.¹⁵²

Proudhon aceitou prontamente o emprego que parecia ser a melhor alternativa diante de sua condição. Com os Gauthier ele assumiu o posto de encarregado geral dos negócios, fazendo as vezes de conselheiro, redator de memórias e advogado. O trabalho não lhe exigia uma assiduidade absolutamente regular¹⁵³, lhe proporcionava viagens constantes a Paris, além

¹⁵⁰ Ibid., p. 169.

¹⁵¹ A correspondência de Proudhon mostra que eles mantiveram contato ao longo do tempo. Numa carta de 2 de maio de 1841, este faz um resumo das ideias que expôs em suas memórias, fala “boa natureza *franc-comtoise* que os acadêmicos se esforçam todos os dias para corromper com sua ignorância e sua estupidez” e trata Gauthier como “o mais antigo camarada” Carta a Gauthier, 2 maio 1841, T. I, p. 322-324.

¹⁵² Rios Rhône (Ródano) e Rhin (Reno). SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 144.

¹⁵³ Ibid., p. 150.

de algum tempo livre para se dedicar aos estudos e escritos.¹⁵⁴ De maio de 1843 até novembro de 1847, Proudhon viveu a maior parte de seu tempo a bordo do rebocador *Le Dragon*, um dos maiores do Rio Saône, onde também mantinha seu escritório.¹⁵⁵

Como era de se esperar, a natureza do trabalho e a própria cidade acarretaram muitas mudanças em sua vida, influenciando em sua produção intelectual. Por um lado, a nova profissão propiciou-lhe o contato direto com o mundo dos negócios numa das cidades economicamente mais dinâmicas da França. Por outro, Lyon era um dos maiores centros de agitação operária da França, onde Proudhon conheceu as *Compagnonnages*, as Sociedades de Socorro Mútuo e as organizações mutualistas, cuja impressão positiva o fez intitular de mutualismo sua proposta de transformação social. Ali, travou contato direto com organizações da classe operária pela primeira vez em sua vida e também testemunhou novas relações no campo intelectual; seja com a *coterie* economista; seja com socialistas franceses e com imigrados, entre eles: Karl Grun, Karl Marx e Bakunin.

Proudhon permaneceu em Lyon a maior parte dos primeiros oito meses e se encarregava de todo tipo de serviço burocrático. Além disso, mesmo sem diploma, incumbia-se dos litígios jurídicos da firma, tanto que em Lyon ficou conhecido como o “advogado dos Gauthier”. Pelo relato de Sainte-Beuve, tratava-se de demandas, a maioria ganhas por ele, cujos valores oscilavam entre cinquenta e duzentos mil francos.¹⁵⁶ Pouco tempo depois, ele passou a viajar frequentemente a Paris, Besançon, Alsácia e Dijon.¹⁵⁷ Assim, os horizontes de Proudhon se expandiam e com os Gauthier ele tomou contato com o mundo dos transportes e dos grandes negócios, bem distantes de sua pequena gráfica em Besançon.¹⁵⁸ Ao longo desses

¹⁵⁴ GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 10.

¹⁵⁵ “[...] eu me mantenho como barqueiro, vivo com as gentes do rio, e te escrevo à bordo do rebocador a três milhas de Lyon, no mais belo vale da França [...]” Carta a Pauthier, 13 ago. 1843, T. II, p. 98.

¹⁵⁶ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 152-153.

¹⁵⁷ VINCENT. Op. cit., p. 88.

¹⁵⁸ Uma evidência da confiança da qual Proudhon gozava junto a seus chefes e outros negociantes é que a companhia de seguros *l'Urbaine* necessitando preencher um cargo, lhe pediu indicações, ocasião na qual ele convidou Huguenet, o amigo que ficou com parte da gráfica semi-falida em Besançon. Carta a Huguenet, 7

anos, ele fez de tudo um pouco na empresa de transportes: manteve relações com escritórios de ministros e prefeitos, ocupou-se da contabilidade, da advocacia bem como da realização de trabalhos manuais como barqueiro e carvoeiro durante os transportes fluviais.¹⁵⁹

Essa experiência direta com o mundo econômico, aliada ao tempo livre que lhe restava, fez Proudhon considerar os Gauthier como uma espécie de substitutos da bolsa Suard.¹⁶⁰ Ele descreveu assim os seus estudos em meio ao trabalho:

[...] Ali multiplico minhas observações e finalizo 'ab experto' meu curso de Economia política, que havia começado com Adam Smith e Say. Não terei perdido tempo. A concorrência, quando eu era industrial, me matou; agora eu contribuo para destruir a outros; você não imaginará nunca o efeito terrível que produz uma teoria científica empregada com intenções destruidoras. Como sou o principal, e ainda, o único conselheiro de meus patrões, tenho ampla liberdade para aplicar minhas idéias de organização; coisa que aproveito para experimentar contra os competidores mal-intencionados, 'in anima vili'. Em meio a isso, escrevo folhetos sobre matérias administrativas: petições ao ministério, demandas ao prefeito, forneço notas aos escritórios do ministério; em uma palavra, se o governo soubesse que auxiliar poderoso tem em mim, ao invés de me vigiar me concederia uma pensão.¹⁶¹

Mas esse estado de ânimo não durou muito; pouco tempo depois, o trabalho se fez mais intenso e o tempo livre foi reduzido, tornando os estudos intermitentes. Em fevereiro de 1844, uma carta dele a Garnier evidencia sua condição de estudo e trabalho:

Senhor, sua carta, datada de 15 de janeiro, recém me chegou ontem, pois meu amigo, o senhor Dessirier, ignorava meu endereço desde princípios deste ano. Assim que terminei a campanha da flotilha no Saône, os negócios de meus patrões me chamaram à Alsácia: ali, fiz-me prontamente advogado e negociante, indo sem cessar de Mulhouse a Estrasburgo e de Basiléia a Colmar, apenas se pode recolher, através das fábricas de fios e dos estaleiros do país, algumas observações econômicas. Minha vida é tal há seis meses, que sua carta senhor, me desorientou completamente. Não me recordo já de que tive a honra de escrever-lhe; até parece que agora me esqueci, pela terceira ou quarta vez em minha vida, tudo o que havia aprendido de Economia política. Assim vou, trabalho por curtos espaços de tempo, e tenho

nov. 1843, T. II, p. 107-108.

¹⁵⁹ “[...] eu estou retornando de Paris depois de uma quinzena, e parto amanhã para Lyon, retomando minhas funções de *batelier* e *charbonnier*. Carta a Bergmann, 12 maio 1844. T. II, p. 126.

¹⁶⁰ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 152.

¹⁶¹ Carta a Ackermann, 20 set. 1843, T. II, p. 99-100.

necessidade, cada vez que tenho a intenção de escrever, de recordar penosamente o que sei aos outros para acrescentar. Não se surpreenda, pois, senhor, se no momento compartilho inteiramente sua opinião; dentro de seis semanas, talvez pense outra coisa...¹⁶²

Enfim, foi em meio a tal ambiente de trabalho que Proudhon prosseguiu seus estudos, se aproximou dos economistas e socialistas em Paris e redigiu o *Contradictions*.

Embora Proudhon viajasse muito devido ao trabalho, foi em Lyon que ele passou a maior parte desses quase cinco anos. Ora, para um socialista de pretensões reformadoras como Proudhon, essa cidade era um grande laboratório, pois era um dos principais centros da revolução industrial francesa¹⁶³, o que permitiu a ele observar tanto o desenvolvimento econômico, quanto a situação da classe operária.

2.4 – O mutualismo lionês e os *canuts*

Lyon era uma cidade que vivia sob intensa agitação operária na época e a influência desse contexto social no pensamento proudhoniano é mencionada por diversos estudiosos, mas foi Pierre Ansart¹⁶⁴ quem mais se aprofundou no tema.

Orientando-se pela Sociologia do Conhecimento de inspiração marxista¹⁶⁵, para a qual os fatos sociais são determinantes na explicação das ideias¹⁶⁶, ele pesquisou as homologias entre as estruturas sociais e os conjuntos intelectuais do pensamento proudhoniano.¹⁶⁷ Para tanto, analisou sucessivamente três esferas situadas dentre as estruturas sociais - as estruturas

¹⁶² Carta a Garnier, 24 fev. 1844. Apud SAINTE-BEUVE, Op. cit., p. 211.

¹⁶³ WOODCOCK, Op. cit., 128.

¹⁶⁴ ANSART, Op. cit. como um todo.

¹⁶⁵ Para Ansart, ao classificar Proudhon como pequeno-burguês, Marx postula que sua posição política reflete uma posição de classe (p. 18-19). Mas, para ele, Marx fez generalizações abusivas ao criticar Proudhon, não examinou as classes sociais diretamente na França (p. 24) e não seguiu seu próprio método em estudos históricos (p. 26-27). Em suma, ele considera que os textos de Marx sobre Proudhon foram de natureza muito mais polêmica que analítica. Seu estudo pretendeu aplicar uma metodologia marxista na explicação do pensamento proudhoniano, ainda que isso contradiga a interpretação do próprio Marx e da maioria dos marxistas sobre Proudhon. Cf. ANSART. Op. cit.

¹⁶⁶ Ibid., p. 20-21.

¹⁶⁷ Ibid., p. 31.

econômicas, as práticas sociais e as visões de mundo -, concluindo que os escritos de Proudhon refletiam a mentalidade da pequena indústria manufatureira, setor mais importante no conjunto da produção industrial entre 1840 e 1865.¹⁶⁸

Depois de estabelecer essa homologia, Ansart investigou a relação entre as ideias de Proudhon e as formas organizativas nas quais ele teria se inspirado, chegando sucessivamente às *sociedades de socorro mútuo*, ao mutualismo lionês e, finalmente, aos trabalhadores têxteis de seda em Lyon, os *canuts*.¹⁶⁹ Essa relação merece atenção, pois foi em Lyon que este último aprofundou seus estudos econômicos, reelaborando suas ideias em contato com as práticas operárias, pouco antes de escrever *Contradictions* e um artigo sobre a concorrência nos transportes, que foi publicado no *Journal des Économistes*.

As sociedades de socorro mútuo têm origem remota nas corporações que seguiam vivas sob a forma de *compagnonnages* nos ramos menos afetados pela mecanização, apesar dos decretos de 1791.¹⁷⁰ As *compagnonnages*¹⁷¹ eram associações operárias de instrução profissional e ajuda mútua vinculadas às corporações de ofício. Formalmente, essas sociedades, existentes às centenas em Paris e Lyon, tinham um cunho filantrópico e educativo; mas, com frequência, encobriam sociedades de resistência que reivindicavam

¹⁶⁸ Ansart rejeita a hipótese de que as ideias de Proudhon derivem de alguma inspiração na propriedade camponesa “Sem dúvida, ele justificará um determinado individualismo econômico e defenderá a autonomia do produtor, mas esta unidade de produção terá como protótipo não o isolamento do camponês, mas a unidade de um grupo estabelecido a partir de regras de divisão e de participação. Não se assimilará esta unidade a uma mônada econômica, pelo contrário, ela será imediatamente considerada num complexo de trocas que condicionam sua atividade” Ibid., p. 64-68.

¹⁶⁹ Ibid., p. 155-156.

¹⁷⁰ Foi grande a difusão das associações de ajuda mútua durante a Restauração e a monarquia de julho, estima-se em 2 mil em 1848, mesmo perante a lei de 2 março de 1791, que dissolvia as corporações e de outra de 10 de abril de 1834 que proibia as associações (p. 124-126). A vitalidade e extensão nacional das sociedades mutualistas também pode ser evidenciada pelos seus intentos de enlacs locais, regionais e nacionais, muitos efetivados. Ibid., p. 140-142.

¹⁷¹ Existia hierarquia interna na *compagnonnages*: aspirantes, afiliados, jovens, *compagnons* admitidos e *compagnons* plenos; além de rivalidades entre as diferentes *compagnonnages*. Alguns *compagnons* se rebelavam contra os membros efetivos e fundavam novas associações sob o ideal de igualdade interna (p. 121). Porém, muitas delas mantinham ligações com a religião católica, o que desagradava muito Proudhon, simpático a alguns aspectos das *compagnonnages* e avesso a outros. Cf. Ibid., p. 117-118.

melhores salários e condições de trabalho.¹⁷² Este é o caso da *Société de Devoir Mutuel de Lyon* que esteve à frente das insurreições de 1831 e 1834.¹⁷³

Para Ansart, Proudhon encontrou nas práticas mutualistas um modelo social para sua teoria nas relações de reciprocidade, igualdade e transparência. Tais elementos sempre foram fundamentais para o socialista francês¹⁷⁴, pois pretendia criar sistema de relações equilibradas entre protagonistas econômicos independentes.¹⁷⁵ Além disso, o surgimento das associações era espontâneo e de baixo para cima, no sentido de que não nasciam por influência de nenhum grupo estatal, político ou religioso¹⁷⁶, característica que também se afinava com as ideias de Proudhon, uma vez que:

O fundamento do grupo não estava num projeto moral ou espiritual, tal como a realização da 'fraternidade', mas, pelo contrário, uma tarefa material: a constituição de um fundo de reserva, a atribuição de pensões, a organização da ajuda, a gestão dos fundos comuns. O grupo tampouco era um grupo de discussão ou um clube político, mas um grupo constituído para uma tarefa precisa e organizado em função dela.¹⁷⁷

Em suma, o laço de união da sociedade residia no interesse econômico imediato da classe operária, o que para Proudhon era um fato positivo, uma resposta prática contra o individualismo e também contra o comunismo (as sociedades não se propunham a dividir bens nem propriedades). Assim, Ansart entende que a dupla luta sustentada por Proudhon contra o individualismo e o comunismo, desde a sua primeira memória, pôde encontrar nesta prática social seu homólogo e seu significado.¹⁷⁸

Todavia, no seio do mutualismo, pode ser identificada uma relação ainda mais estreita

¹⁷² A transição de "sociedade mutualista" para "sociedade de resistência" não exigia mudanças formais nem longas transições. O autor exemplifica com os tipógrafos de Nantes, que recém fundam sua sociedade e entram em greve. Cf. *Ibid.*, p. 139.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 102.

¹⁷⁴ Para Ansart, todos os projetos de Proudhon, como o banco de trocas e a associação progressiva, pressupõem modelos de troca igualitária entre produtores. Cf. *Ibid.*, p. 133-135.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 135.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 123-125.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 128.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 129.

entre as ideias de Proudhon e as práticas dos *canuts*. Em 1843, quando ele chegou a Lyon, a luta operária tinha importantes antecedentes: em 1831 ocorrera uma grande insurreição - a *Révolution des canuts* - reeditada em abril de 1834¹⁷⁹ quando eclodiu uma segunda.¹⁸⁰ A primeira reivindicava um aumento no preço mínimo pelo trabalho¹⁸¹ num momento de expansão dos negócios, mas o movimento não foi gerado por uma situação de extrema penúria, pois os *canuts* recebiam bem mais que outras categorias.¹⁸²

A revolta, principiada por uma reivindicação econômica e radicalizada depois que um acordo intermediado pelo prefeito foi descumprido, culminou na eliminação do poder oficial e na formação de dois poderes paralelos: uma junta de governo provisório republicana que apoiava o movimento e mantinha o poder formal¹⁸³ e uma junta composta por chefes das seções operárias.¹⁸⁴ Ambas se mantiveram, conflituosamente, até o dia 3 de dezembro, quando a insurreição foi derrotada por tropas enviadas de Paris.¹⁸⁵

A revolta dos *canuts* trouxe à tona um operariado que se recusava a encaminhar suas demandas sob a direção dos agrupamentos republicanos; aliás, todos com grande presença burguesa. Concomitantemente, afirmavam a prioridade das questões sociais e econômicas sobre os temas políticos¹⁸⁶, até porque eles eram mais afetados pela conjuntura econômica que

¹⁷⁹ Ibid., p. 150-151.

¹⁸⁰ Alguns estudos examinam este tema PERDU, Jacques. *La Révolution des canuts*. Paris: Spartacus, 1974; RUDE, Fernand. *La Révolution des canuts, 1831-1834*. Paris: La Découverte, 2001; RUDE, Fernand. *Le mouvement ouvrier à Lyon de 1827-1832*. Paris: Domat-Montchrestien, 1944; FESTY, O. *Le mouvement ouvrier au debut de la monarchie de Juillet (1830-1834)*. Paris: E. Cornély, 1908.

¹⁸¹ A *Société de Devoir Mutuel de Lyon* encabeçada por Charnier, que liderou o movimento, contava com 50 chefes em fevereiro de 1831 e alcançou 350 em outubro; transitou rapidamente para sociedade de resistência e organizou cerca de 8000 chefes de oficina no auge da revolta; momento em que realizava assembleias centrais com delegações de bairro. De 21 de novembro até início de dezembro, a cidade foi tomada pela insurreição Ibid., p. 149-151.

¹⁸² Isso contrariava a tese de Sismondi, Eugene Buret e Louis Blanc, na qual toda insurreição estava associada a uma situação de miséria. Cf. Ibid., p. 174-175.

¹⁸³ Ibid., p. 183-184.

¹⁸⁴ Ibid., p. 179.

¹⁸⁵ Hobsbawm dá uma amostra do terror causado pelo movimento: “Todo fabricante vive em sua fábrica como os plantadores coloniais no meio de seus escravos, um contra uma centena, e a subversão em Lyon é uma espécie de insurreição de São Domingos. [...] Os bárbaros que ameaçam a sociedade não estão nem no Cáucaso nem nas estepes tártaras; estão no subúrbio de nossas cidades industriais. [...] A classe média deve reconhecer claramente a natureza da situação e saber onde está pisando.” Saint-Marc, 1831. Apud HOBBSAWM. Op. cit., p. 279.

¹⁸⁶ Ibid., p. 177.

por mudanças políticas.¹⁸⁷ O lema dos *canuts* - “viver trabalhando ou morrer combatendo” - inscrito numa bandeira negra¹⁸⁸, além de evidenciar essa prioridade, era conhecido por Proudhon, que o utilizou literalmente numa passagem de sua *1ª memória* sobre a propriedade, em 1840.¹⁸⁹

De fato, no período vivido em Lyon, o socialista francês se envolveu com os trabalhadores têxteis das sedarias, cuja organização, como todas as sociedades mutualistas da época, era clandestina em função das leis contra a associação.¹⁹⁰

A origem social dos *Canuts* era essencialmente urbana e, por isso, eles representavam o típico operariado da grande cidade. Nas sedarias, as técnicas de trabalho pouco tinham mudado, a mecanização continuava escassa e a concentração industrial baixa. A produção deles, que eram donos de suas pequenas oficinas têxteis¹⁹¹ e de seus instrumentos, era vendida sob encomenda para os grandes comerciantes¹⁹² que, por sua vez, comercializavam a produção nos mercados, forneciam matéria-prima, adiantavam capitais e definiam os modelos. Enfim, eram os verdadeiros capitalistas do negócio¹⁹³, controlando as pequenas oficinas¹⁹⁴ e impondo preços rebaixados.

¹⁸⁷ Tendência acentuada pela distância entre Lyon e o poder central sediado em Paris Cf. Ibid., p. 160-1.

¹⁸⁸ A bandeira negra dos *canuts*, símbolo aparentemente criado pelo alfaiate republicano Jean-Claude Romand (Ibid., p. 178; 181) nada tem a ver com a bandeira negra com a letra “A” inscrita adotada pelo movimento anarquista contemporâneo, sobretudo a partir de maio de 1968.

¹⁸⁹ “[...] Preocupo-me com a ordem pública tanto quanto com a salvação dos proprietários; peço para viver trabalhando, do contrário morrerei combatendo”. PROUDHON. *1ª memória*. p. 203-204, grifo nosso.

¹⁹⁰ Uma grande diferença entre o mutualismo em geral e a sociedade dos *Canuts* é que o mutualismo reunia gente de diversas profissões e locais, às vezes até patrões-fabricantes burgueses; ao passo que os *Canuts* eram mais homogêneos, agregavam-se pela profissão e local de trabalho. Cf. Ibid., p. 158.

¹⁹¹ Uma grande oficina em Lyon empregava 5 ou 6 *compagnons* (aprendizes e demais subordinados), a maioria empregava menos e muitos mestres trabalham a sós. Na cidade eram 8 mil chefes para 30 mil *compagnons*; e o salário desses, por peça, variava entre metade a dois terços dos do mestre. Cf. Ibid., p. 168.

¹⁹² “Os trabalhadores pobres mais ativos, militantes e politicamente conscientes não eram os novos proletários fabris, mas os artífices qualificados, os artesãos independentes, os empregados domésticos de pouca importância e outros que viviam e trabalhavam da mesma forma que antes da revolução industrial, mas sob pressão bem maior. Os primeiros sindicatos eram quase invariavelmente de impressores, chapeleiros, alfaiates, etc”. Cf. HOBBSAWM. Op. cit., p. 297.

¹⁹³ ANSART. Op. cit., p. 78.

¹⁹⁴ A extensão da grande indústria no século XIX acarretou a predominância do capitalismo industrial sobre o comercial e promoveu a classe dos empresários industriais; mas no séc. XVIII somente a indústria mineradora estava nas mãos de grandes companhias, e mesmo em meados do século XIX o capital comercial ainda

O operariado de origem camponesa estava bem distante dos *canuts*, cujos salários eram altos se comparados aos setores que se mecanizaram e concentraram e cujos motins não eram motivados pelas condições extremas da fome¹⁹⁵, ainda que suas reivindicações se mantivessem essencialmente no terreno econômico e os assuntos políticos fossem praticamente ignorados.¹⁹⁶ Eles constituíam um grupo sem intelectuais, distante dos clubes políticos republicanos, nos quais a pequena burguesia era predominante. Isso atraiu Proudhon, seja pelas suas origens, seja por sua rejeição aos clubes republicanos e socialistas.

Os mestres, chefes de oficina, conheciam o processo produtivo, pois participavam dele como operários e relacionavam-se com os demais operários e com o proprietário-negociante. Eram, ao mesmo tempo, operários assalariados e “gerentes”¹⁹⁷, diferenciando-se dos *compagnons* mais pela posição do que pela renda e constituindo uma espécie de elite operária relativamente aberta às novas ideias.¹⁹⁸ Portanto, ainda que existissem atritos entre os chefes de oficina e os *compagnons*, o conflito fundamental se dava entre o conjunto dos operários têxteis e proprietários-negociantes.¹⁹⁹ Nesse contexto, as relações sociais nas quais estavam inseridos estes produtores assalariados e independentes não são, de modo algum, assimiláveis à pequena-burguesia. Para Ansart:

[...] se se entende por pequena burguesia o conjunto dos indivíduos que não são nem grandes proprietários nem operários das grandes fábricas, se incluirá o chefe de oficina dentro da classe média, mas uma estratificação tão grosseira não pode ser muito esclarecedora em relação à sociedade francesa do século XIX [...] Dentro da produção o pequeno burguês teria um papel, senão parasitário, ao menos marginal; o chefe de oficina é realmente um produtor: no processo de produção se situa sem ambigüidades entre os

dominava a esfera da produção em diversos setores da economia francesa, como era o caso da indústria têxtil de sedaria em Lyon. Ibid., p. 43.

¹⁹⁵ Ibid., p. 157.

¹⁹⁶ Woodcock sugere que o primado do econômico sobre o político na obra de Proudhon pode ter se originado do contato com o meio operário da cidade. Cf. WOODCOCK. Op. cit., 129-130. Mas, ainda que essa característica possa ter se acentuado em Lyon, o autor não presta atenção suficiente à preponderância do econômico presente desde as primeiras memórias.

¹⁹⁷ ANSART. Op. cit., p. 159.

¹⁹⁸ Ibid., p. 160.

¹⁹⁹ Ibid., p. 167-168.

trabalhadores diretos [...] É presumível que a denominação de pequeno burguês poderia produzir o desconhecimento total da especificidade desta situação, se é que não tem como objetivo ocultá-la.²⁰⁰

Assim, situada no devido contexto e evitando o anacronismo, parece não caber questionamentos quanto à condição operária dos *canuts*.

Uma série de características presentes no movimento dos *canuts* se afinava com as formulações de Proudhon. As sociedades eram mantidas pelo compromisso moral dos aderentes; esse compromisso os mantinha cotizando e essa era a única garantia, de forma que a Moral e Economia estavam entrelaçadas. Havia uma normatização jurídica interna minuciosa na sociedade, um direito que era, ao mesmo tempo, norma redigida e valor moral²⁰¹ e que se opunha ao Código Civil.²⁰² Isso guarda grande semelhança com a valorização que Proudhon confere ao Direito e com sua futura demanda por um “direito econômico”. Assim, os operários gerenciavam a sociedade, realizando uma experiência de administração²⁰³ que desenvolvia sentimentos de dignidade e solidariedade.²⁰⁴

No aspecto organizativo, o mutualismo também incorporava o modelo de democracia defendido por Proudhon, no qual os chefes seguiam trabalhando, havia delegação e rodízio de funções, troca de lideranças e uma grande rejeição à idolatria pessoal.²⁰⁵ A prática de cotizações induziu muitos operários a cogitar a abertura de oficinas para custear as lutas, o que, por sua vez, levou-os a pensar em substituir os patrões e trabalhar por conta própria em oficinas autônomas²⁰⁶ - um tipo de iniciativa que punha em questão a necessidade do crédito para tal empreendimento. Nesse contexto, o mutualismo era uma prática operária real, uma forma de luta que

²⁰⁰ Ibid., p. 167.

²⁰¹ Ibid., p. 136-137.

²⁰² Ibid., p. 129-131.

²⁰³ Ibid., p. 131

²⁰⁴ Ibid., p. 132.

²⁰⁵ Ibid., p. 152-153.

²⁰⁶ Ibid., p. 142.

[...] exclui o recurso à edificação da sociedade utópica: querem ver em sua organização atual e em sua própria criação o modelo da associação futura. Enquanto Fourier e Cabet incitam um divórcio radical entre a percepção do presente e a invenção do mundo futuro, Proudhon e os mutualistas se negam a dissociar o imaginário do real e querem encontrar os sinais do futuro em sua própria ação.²⁰⁷

Assim, Proudhon se propunha a fundamentar teoricamente as práticas operárias que lhe pareciam mais promissoras para gestar transformações sociais.²⁰⁸ A confiança dele quanto às possibilidades de desenvolver e implementar tal modelo²⁰⁹ refletem a própria vivacidade do movimento.²¹⁰

Além dos *canuts*, ele conheceu os mineiros de Saint-Étienne e Rive-de-Gier, para onde viajava frequentemente no transporte de carvão mineral. Também teve contato com os marinheiros, com os quais afirmou ter aprendido *l'argot*, a sua gíria²¹¹; numa carta desse período a Ackermann diz que passava “[...] os dias com os marinheiros, porteiros, carroceiros, negociantes, comissionários de venda, motoristas, etc”²¹².

Nessa época ele parece ter comprovado o aforismo citado em *Création*: “Divisão do trabalho, grande exploração: pequena propriedade, grande cultura”²¹³. Se os *canuts* pareciam representar um modelo de “grande cultura”, outros setores do operariado ilustravam a degeneração ocasionada pelas relações de trabalho, mesmo com bons salários. Proudhon exemplificou essa situação num comentário sobre os estivadores do porto de Lyon, os *Rigues*, que “ganham muito bem e trabalham pouco devido a um monopólio”. Ele dizia que seria de

²⁰⁷ Ibid., p. 217.

²⁰⁸ Ibid., p. 143.

²⁰⁹ Proudhon rejeitou explicitamente a família como modelo social, preterida em função da oficina: “A família não é, se assim ousar dizer, o tipo, a molécula orgânica da sociedade [...] A família é o tipo de berço da monarquia e do patriarcado; nela reside e se conserva a idéia de autoridade e de soberania, que se apaga cada vez mais no Estado. É sobre o modelo de família que todas as sociedades antigas e feudais se organizavam e é precisamente contra esta velha constituição patriarcal que a democracia moderna protesta e se revolta. A unidade constitutiva da sociedade é a oficina.” PROUDHON. *Contradictions*. p. 238.

²¹⁰ ANSART. Op. cit., p. 142.

²¹¹ Isso porque ele viajava frequentemente para as regiões de minas.

²¹² Carta a Ackermann, 20 set. 1843, T. II, p. 99.

²¹³ PROUDHON. *Creation*. p. 328.

se esperar que, com melhores rendimentos eles adquirissem cultura, afinal desfrutavam de uma

[...] condição favorável [salarial] ao desenvolvimento da inteligência tanto para os filhos quanto para os pais; seja por si mesma, seja pelos ócios que proporciona, se fosse a riqueza um princípio moralizador! Mas não ocorre nada disso: os carregadores de Lyon são hoje o que sempre foram: bêbados, crápulas, brutais, insolentes, egoístas e frouxos. É penoso dizê-lo, mas considero esta declaração como um dever porque ela contém a verdade: uma das primeiras reformas a operar nas classes trabalhadoras será a de reduzir o salário de algumas delas [...] ²¹⁴

Trabalhando no transporte fluvial, Proudhon lidava com esses trabalhadores em seu cotidiano e nem a identificação com a classe operária impediu-o de tecer esses comentários. ²¹⁵

É possível que o tom seja fruto de alguma desagradável experiência no cotidiano de trabalho, mas, independente disso, o argumento principal que ele esgrimiu contra os estivadores era de ordem econômica: eles recebiam mais do que valia o seu trabalho devido a um monopólio que deveria ser combatido como fonte de injustiça, mesmo que beneficiasse algum setor operário, pois:

Não é pelo fato de pertencer às últimas classes do povo, que o monopólio torna-se mais respeitável, sobretudo quando ele serve para manter o mais grosseiro individualismo. A revolta dos operários da seda não encontrou simpatia alguma entre os carregadores e entre a gente ribeirinha em geral; eles lhes foram hostis. Bestas de carga previamente moldadas pelo despotismo, desde que seja mantido o seu privilégio eles jamais se imiscuirão em política. Devo dizer, entretanto, em seu favor, que já há algum tempo, como as necessidades da concorrência abriram brechas nas tarifas, sentimentos mais sociáveis começaram a despertar nestas naturezas maciças, com mais algumas reduções, condimentadas com um pouco de miséria as *Rigues* lyonesas formarão o corpo de elite quando for preciso assaltar as bastilhas. ²¹⁶

²¹⁴ Id. *Contradictions*. p. 163.

²¹⁵ Nessa mesma passagem ele ainda agrega comentários que dão uma ideia de seu tom moral: “O bem-estar sem educação embrutece o povo e o torna insolente: esta observação foi feita desde a mais alta antiguidade [...] De resto, o trabalhador parcelar julgou-se a si mesmo: ele está contente, desde que tenha o pão, o sono num catre [cama de improvisado] e a embriaguez no domingo. Toda outra condição lhe seria prejudicial e comprometeria a ordem pública.” Ibid., p. 163.

²¹⁶ Ibid., p. 163-164.

Enfim, na conclusão de sua diatribe contra os *Rigues*, Proudhon se vingava imaginando os sentimentos sociáveis que as agruras econômicas no horizonte trariam, fazendo nascer da penúria a solidariedade e a combatividade. Porém, mais do que a crueza sarcástica dessa passagem, o que é notável no período em que ele esteve em Lyon, é um progressivo senso de realidade em seus textos. Ao que tudo indica, o período lá vivido promoveu o confronto entre as teorias racionalistas e idealistas de justiça que Proudhon desenvolvera nas primeiras memórias, com a dinâmica realidade da economia e do movimento operário. Nota-se que sua visão de mundo passou a ser mais “pragmática” e que a relação com o mutualismo lionês influenciou para que ele consolidasse sua aversão ao utopismo e procurasse cada vez mais calcar suas ideias na realidade empírica.²¹⁷

O vigor do movimento operário lionês e suas demandas concentradas sobre aspectos econômicos, pareciam ser o extremo oposto das aspirações de um socialismo chefiado pela pequena burguesia, cujas ideias pareciam muito distantes da realidade para Proudhon. Assim, na mesma medida em que buscava desenvolver relações no meio operário ele repudiava os círculos políticos:

Eu vejo poucas pessoas e me distancio o mais que posso das reuniões políticas. Cabet está aqui neste momento. Este bravo homem já me designou como seu sucessor no apostolado; eu cedo a sucessão a quem me der um xícara de café. Ele prega nesse momento não sei qual novo evangelho, evangelho segundo Buchez, evangelho segundo Pierre Leroux, evangelho segundo Lamennais, Considerant, Mme. George Sand, Mme. Flora Tristán, evangelho segundo Pecquer, e ainda outros. Eu não quero discutir com todos esses loucos [...]²¹⁸

²¹⁷ Gurvitch identifica um percurso que caminha do racionalismo cartesiano e kantiano das primeiras obras para o pragmatismo em Proudhon. GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 27-28.

²¹⁸ Carta a Maurice, 27 jul 1844, T. II, p. 130-131.

2.5 – O Estado e a questão das ferrovias

Proudhon daria mostras desse realismo que parecia se aguçar em Lyon no próprio trabalho de transportes fluvial. No decorrer de 1843, intensificaram-se os debates sobre a criação de uma ferrovia que correria paralelamente às vias navegáveis, ligando o Mediterrâneo ao Rio Reno, ou seja, afetando diretamente a área de atuação da empresa dos Gauthier.

Como era de praxe, Proudhon passou a estudar o tema, seja por dever de trabalho, seja porque atribuiu à questão. Em linhas gerais, ele entendia que a navegação fluvial era um meio de transporte mais econômico do que a ferrovia, desde que o Estado regulamentasse esta atividade. Ainda em agosto de 1843, em carta ao amigo Maurice, comentou sobre um relatório que fez sobre os direitos de navegação e que pretendia publicar. Todavia, seus patrões acharam por bem não publicá-lo oficialmente, porque continha duras críticas aos banqueiros. A despeito disso, ele diz que o texto correu em forma de brochura em várias cidades, que *Le National* o utilizou num artigo, que ele mesmo o faria chegar à câmara dos deputados²¹⁹ e que, ele “voltaria à carga” no ano seguinte.²²⁰ Apesar de estar diretamente vinculado aos interesses de seus patrões, o texto também parecia cumprir outro objetivo para ele: o trabalho junto aos Gauthier de alguma forma o desafiava a se colocar no terreno da prática econômica, no qual ele sentia que falhara com sua gráfica semi-falida e endividada.²²¹ Assim, não surpreende que, a propósito do texto sobre as ferrovias e transportes fluviais, ele tenha comentado com Maurice: “[...] é preciso que eu mostre que entendo de questões práticas tanto quanto das teóricas”²²².

Nessa mesma carta, aparece, pela primeira vez em sua obra, a demanda de uma

²¹⁹ Carta a Maurice, 4 ago. 1843, T. II, p. 89.

²²⁰ Tudo indica que essa brochura não publicada foi a primeira versão do que se tornaria o artigo sobre o mesmo tema publicado em 1845 no *Journal des Économistes*.

²²¹ Para Sainte-Beuve, é inegável que Proudhon defendia o interesse dos Gauthier nessa questão, embora Proudhon acreditasse sinceramente nas vantagens do transporte fluvial pelos canais do Ródano até o Reno SAINTE-BEUVE. Op. cit., nota 6, p. 155.

²²² Carta a Maurice, 4 ago. 1843, T. II, p. 90.

intervenção estatal na economia. Até esse momento, o Estado aparecia nos textos de Proudhon apenas como uma espécie de guardião das leis e instituições republicanas, jamais se imiscuindo na atividade econômica. Numa das passagens da carta, ao comentar sobre as viagens que fez às minas de carvão de Saint-Étienne e Rive-de-Gier, ele criticou a situação de concorrência anárquica nesse ramo, que beneficiava os monopólios e as coalizões de capitalistas e prejudicava os trabalhadores em seus salários e moralidade.²²³ Para ele, o mesmo se ocorria com a navegação fluvial, pois a concorrência rebaixava os ganhos de empreendedores e trabalhadores a um mínimo quase insustentável para os negócios. Nos dois casos ele repudiava a “desordem” vigente no ramo.²²⁴ Vincent cita que em suas anotações privadas, Proudhon foi ainda mais longe, sugerindo a intervenção direta do governo como proprietário de todas as minas em nome do bem comum como único meio de por termo ao monopólio das coalizões capitalistas.²²⁵

Em 1844, o projeto da ferrovia voltou a ser discutido na câmara dos deputados e Proudhon tentou interferir diretamente no rumo dos debates. Em virtude do negócio dos Gauthier, conheceu e manteve relações com o Sr. Tourneux, subordinado ao Ministro dos Trabalhos Públicos, por meio de quem pretendeu fazer chegar ao ministro seus argumentos e dados. Numa carta em junho, informou que estava procedendo:

[...] o recolhimento de documentos sobre a navegação do Saône, e sobre as chances de melhoramento que ele ainda pode ter. E resultará das minhas cifras, ou, mais que tudo, dos fatos existentes dos quais eu sou testemunha, que com um pouco de ordem, e colocando fim à anarquia que causa um dano imenso ao comércio e ao Estado, no que concerne ao transporte, que a estrada de ferro projetada entre Lyon e Chalon-sur-Saône será a menos produtiva de todas as ferrovias da Europa [...]²²⁶

²²³ Ibid., p. 91-92; VINCENT. Op. cit., p. 8.

²²⁴ Carta a Maurice 4 ago. 1843, T. II, p. 92.

²²⁵ PROUDHON, P.-J. *Carnets. I. 1843-1846*. Texte inédit et intégral établi sur les manuscrits autographes avec annotations et appareil critique de Pierre Haubtmann. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1960. p. 13, 15 e 19. Apud VINCENT. Op. cit., nota 72, p. 88.

²²⁶ Carta a Touneux, 12 jun. 1844, T. II, p. 128-129, grifo nosso.

Ele pretendia convencer o ministro apresentando “motivos novos e categóricos”²²⁷ contra a ferrovia, para tanto perguntou a Torneux quando se daria a discussão do projeto e qual a melhor forma para convencer o ministro de sua posição. Por fim, disse que, embora escrevesse em nome dos Gauthier, o fazia como cidadão preocupado com a economia nas despesas do Estado.²²⁸

Pouco tempo depois, em agosto de 1844, Proudhon enviou oficialmente um relatório ao Sr. Dufaure, Ministro dos Trabalhos Públicos. Logo a seguir, escreveu a Torneux para informá-lo de que o documento estaria disponível no gabinete do ministro, tentando fazer com que o texto fosse efetivamente entregue.²²⁹ Além disso, ele se empenhou em convencer o próprio amigo, citando os custos e dados do transporte fluvial e, no final da carta, lamentou não ser alguém da universidade, um chefe de divisão no ministério ou editor de obras, posição na qual julgava poder interferir com mais peso no debate. Mostrando amargura, ele afirmou que era “simplesmente um excomungado”, pois a aparição de suas brochuras o teria “colocado em todos os lugares no índice”. Todavia, ele ainda nutria esperanças de que os “[...] estudos econômicos me criem cedo ou tarde uma posição, senão oficial, pelo menos literária e comercial [...]”; por isso iria a Paris e trataria com Guillaumin da edição de um próximo livro que deveria estar pronto em seis meses.²³⁰

Apesar de todas as tentativas de gestão que Proudhon realizou junto ao ministério²³¹, no final de 1844 a Câmara finalmente aprovou o projeto da ferrovia que ligaria o Mediterrâneo ao Reno e correria paralelamente aos rios.²³² Mesmo assim, ele prosseguiu no embate contra as ferrovias e, ao que tudo indica, a argumentação que desenvolvera em forma de brochura, relatórios e cartas ao ministério, redundou no longo artigo (com cerca de 45

²²⁷ Ibid., p.128.

²²⁸ Ibid., p.129.

²²⁹ Carta a Torneux, 1 set. 1844, T. II, p. 144.

²³⁰ Ibid., p. 147.

²³¹ Ibid., p. 150-151. Nessa carta ele pede informações sobre o andamento das demandas.

²³² Id. Concurrence. p. 166.

páginas) publicado em maio de 1845 no *Journal des Économistes*.²³³

Tal artigo revela, com toda clareza possível, as condições em que Proudhon, demandou o monopólio estatal sobre o transporte na França. Trata-se do primeiro e único artigo dele acolhido pela publicação dos economistas, o que evidencia as boas relações que mantinha com a *Société des Économistes* na época. O artigo desse “estranho no ninho” é precedido por uma “advertência”, cujo autor foi Hippolyte Dussard, na qual o leitor é prevenido contra algumas conclusões de Proudhon. Dussard discordou das cifras apresentadas a respeito da produtividade do transporte fluvial e das ferrovias afirma que as últimas eram sempre mais eficazes, no entanto, admira a “sagacidade” do autor do artigo e considera “inovadora e digna de atenção” a hipótese de que o transporte fluvial seria mais rentável caso fosse monopolizado pelo Estado.²³⁴

Para Proudhon, a eficácia no transporte de mercadoria estaria na “compensação inteligente de três coisas, anunciadas aqui segundo a ordem de importância: o preço, a precisão, o tempo”²³⁵. Seguindo esse critério, a viabilidade das ferrovias ou do transporte fluvial deveria ser examinada caso a caso, levando-se em conta as condições específicas de cada região. É o que ele se propôs a fazer no artigo, apresentando dados sobre os Rios Saône, Ródano e Reno, região onde trabalhava. A maior parte do artigo é uma exposição extensiva de dados sobre preços e tonelagem de carga transportada em cada trecho desses rios. A comparação procura mostrar que os custos de transporte ferroviário não compensam, na maior parte das regiões francesas.²³⁶ Para isso, ele cita os dados da Bélgica²³⁷ - país onde a malha ferroviária é a mais completa da Europa - e depois de expor os números, concluiu pela

²³³ Para Delmas o artigo tem um tom totalmente diferente dos escritos anteriores e reflete nova condição de trabalho de Proudhon. DELMAS. Op. cit., p. 96.

²³⁴ PROUDHON. Concurrence. p. 158.

²³⁵ Ibid., p. 166.

²³⁶ As ferrovias da época são todas feitas com financiamento estatal, à exceção da Inglaterra. Cf. HOBSBAWM. Op. cit., p. 246; PROUDHON. Op. cit., p. 177-188.

²³⁷ PROUDHON. Op. cit., p. 174-175.

vantagem do transporte fluvial, sem pretender fazer dos casos que cita uma regra geral.

Para ele, a opção do governo pelas ferrovias tem uma motivação oculta: o interesse especulativo do que ele chama de *bancocratie*²³⁸, que, em conluio com homens do Estado, lucraria muito com o financiamento da malha ferroviária.

Os dados levantados levam-no a concluir que as grandes obras de utilidade pública (canais fluviais e ferrovias) deveriam ser executadas e exploradas num regime diferente das explorações comerciais normais. Isso porque, nesses casos, a iniciativa privada sempre tendia a constituir um monopólio que praticaria preços exorbitantes, impondo um alto custo ao conjunto da sociedade. Finalmente, ele considerava que a França não possuía uma produção de mercadorias que demandasse imperiosamente as ferrovias, pois a circulação deveria seguir “logicamente e fisicamente” à produção. Portanto, as expansões das “[...] estradas de ferro para uma parte da burguesia não são um instrumento de riqueza nacional; são uma ocasião, um meio, um instrumento de agiotagem”; ela se fazia ou por moda ou por interesse comercial de banqueiros e especuladores.²³⁹

Proudhon formulou duas propostas no artigo: 1) que toda prestação de serviços pelo Estado deve ser gratuita; 2) que sejam definidas as circunstâncias em que o Estado deve intervir na iniciativa privada e derrogar a lei de concorrência.²⁴⁰ Sua sugestão para o segundo caso é que, em obras custosas, em que o valor a ser cobrado dos usuários para compensar os custos seria proibitivo, somente o Estado seria capaz de agir como empreendedor, uma vez que isso seria impossível à iniciativa privada.²⁴¹ Nota-se, de passagem, que essa observação está plenamente sintonizada com uma das funções atribuídas ao Estado por Adam Smith²⁴²,

²³⁸ Ibid., p. 175.

²³⁹ Ibid., p. 190-192.

²⁴⁰ Ibid., p. 193.

²⁴¹ Ibid., p. 193-195.

²⁴² No livro quinto da *RN*, Smith trata da “A Receita do Soberano ou do Estado” em cerca de duzentas páginas, e inclui entre suas atribuições os gastos com a defesa, com a justiça e com as obras e instituições públicas. SMITH. Op. cit.

cujas leituras haviam sido retomadas por ele entre junho e julho desse ano.²⁴³

Assim, nas obras de grande porte, o Estado deveria obter uma compensação a longo prazo²⁴⁴, cobrando preços módicos que viabilizassem a atividade econômica. De fato, na França da época, o Estado financiava grande parte das ferrovias, que eram repassadas a seguir por meio de concessões de quarenta a cinquenta anos para a iniciativa privada. A crítica de Proudhon na realidade é simples: uma vez que as grandes obras necessitavam do financiamento estatal, ele defendia o monopólio estatal na exploração e era contra o repasse à iniciativa privada, que, segundo ele, era especuladora. Quanto ao preço dos serviços, ele propunha um custo zero ou uma tarifa baixíssima sob controle do estado.²⁴⁵

Embora os dados que Proudhon apresentou ao comparar os custos do transporte ferroviário e marítimo pareçam consistentes, não há como averiguá-los com rigor e nem há essa pretensão a tese. Seja como for, a questão do transporte ferroviário o preocupou por muito tempo, tanto que na década de 1850 ele próprio tomou parte numa concorrência para a concessão de uma ferrovia.²⁴⁶

O que mais interessa na análise dessa questão é a inflexão que as ideias proudhonianas experimentaram ao tratar do tema. Se nas primeiras memórias o Estado parece ser a maior

²⁴³ A leitura de *Riqueza das Nações* é feita em outubro de 1841 e retomada em junho e julho de 1844. Isso pode ter contribuído para que Proudhon valorizasse o papel do Estado nas grandes obras públicas. Segundo Beraud, essas leituras contribuíram para a evolução de pensamento econômico de Proudhon entre 1840 e 1846. Cf. BÉRAUD. Op. cit., p. 2.

²⁴⁴ PROUDHON. Op. cit., p. 193-195.

²⁴⁵ Ibid., p. 195-197.

²⁴⁶ Em 1853, sob o governo de Luis Napoleão, Proudhon participou junto ao amigo Huber de uma concorrência para a construção de estrada de ferro entre Besançon e Belfort. Ambos encabeçaram uma companhia formada por diversos investidores, proprietários, gerais e ministros especificamente para a concorrência. Concorriam também a Cia. Grimaldi e o Banco Pereire. O objetivo alegado por ele, “como economista e democrata”, era contrapor-se à concentração de poder econômico, à “feudalidade industrial”, representada pelos irmãos Pereire, antigos sansimonianos, que acabaram ganhando a concorrência. Logo a seguir, os Pereire, imaginando silenciar a oposição de Proudhon, ofereceram por meio do Estado, a ele e a Huber, 40 mil francos a título de indenização, que foi recusada nesses termos numa carta a Luis Napoleão: “[...] eu não posso receber uma indenização por uma idéia”. Carta ao Príncipe Napoleão, 7 jan 1853, T. V, p. 153-161; Carta ao Príncipe Napoleão, 7 set 1853, T. V, p. 240-242; SAINTE-BEUVE, *Proudhon, sa vie et sa Correspondance*, 1838-1848. 5ª ed. Paris: Michel Lévy Frères, 1875. p. 233-234. Dois anos depois, Proudhon publicou uma nova brochura sobre o tema, intitulada *Des réformes à opérer dans l'exploitation des chemins de fer: et des conséquences qui peuvent en résulter, soit pour l'augmentation du revenu des compagnies, soit pour l'abaissement des prix de transport, l'organisation de l'industrie voitiurière, et la constitution économique de la société*. Paris: Garnier Frères, 1855.

ameaça à liberdade e a propriedade convertida em posse mostra-se como garantia econômica do cidadão perante o seu poder político opressivo; nesse artigo as coisas se mostram distintas, pois nele Proudhon identificou no monopólio privado um poder opressivo que, assim como o Estado na situação anterior, atua contra a concorrência e gera distorções no mundo econômico, pois viola as regras do “bom mercado” criando preços artificiais. Por isso ele questiona: “Mas, dirão todos, como realizar essa utopia do bom mercado no estado de antagonismo e anarquia onde nos encontramos? Como estabelecer a ordem sem comprometer a liberdade?”²⁴⁷

Assim, nota-se que a preocupação relativa à concentração do poder, presente nas primeiras memórias, presidiu o artigo de Proudhon; o que muda de forma significativa é o agente do monopólio, que se situa dentro do próprio terreno econômico, ainda que em conluio com o Estado. Além disso, na passagem citada, ele utilizou uma vez mais o termo anarquia no sentido negativo de desordem econômica, justamente num artigo em que reivindica a ação do Estado. Portanto, tal texto talvez seja a primeira ocasião em que a ideia de um sistema de equilíbrio entre liberdade e ordem - associado respectivamente à economia e política, propriedade e Estado - aparece de maneira clara na obra dele. Se a propriedade - com todas as modificações que o conceito proudhoniano de posse supunha - surgiu desde a primeira memória como um elemento fundamental na concepção de sociedade, o Estado - antes apenas guardião da lei - apareceu pela primeira vez como um agente econômico moderador da virtual tendência monopolista da propriedade e do capital. Portanto, a despeito de toda crítica radical à propriedade e ao Estado, não há nenhuma intenção de abolição ou definhamento de nenhuma dessas instituições na obra proudhoniana até esse artigo.

No pensamento de Proudhon, a concorrência deve ser preservada, pois só ela permite a realização da lei do valor nas trocas e, por sua vez, somente a vigência da lei do valor possibilita a justiça nas trocas. Para ele, Moral e Economia eram associadas, pois “o objetivo moral da

²⁴⁷ PROUDHON. *Concurrence*. p. 200, grifo nosso.

concorrência é a liberdade; seu objetivo econômico é a redução progressiva do preço de mercado”²⁴⁸. Assim, a ingerência do Estado é bem vinda, pois, ao intervir nas vias navegáveis e estradas de ferro, beneficia a concorrência, baixando o preço dos transportes de mercadorias. Tal como Adam Smith, ele não recusa a intervenção do Estado, desde que ele esteja atuando no sentido de preservar o bom mercado.

Nesse artigo, as intenções de Proudhon são claramente elucidadas quando ele apresentou nada menos do que um projeto de lei, composto por treze artigos que, em linhas gerais, propunha o controle do Estado sobre o Rio Saône, de modo a regulamentar e fixar preços máximos para o transporte. O projeto de lei previa parâmetros para a licitação do serviço por meio de leilões públicos às companhias particulares, em concessões de cinco anos, prevendo indenizações aos entrepostos e barcos locais que atuavam na região.

Nesse quadro, é possível supor consistentemente que Proudhon tenha escrito o artigo, defendendo unicamente o interesse de seus patrões sem que estivesse convencido sobre a questão? Uma resposta afirmativa para essa pergunta permitiria desconsiderar esse artigo como parte coerente de sua trajetória intelectual e permitiria concluir que a defesa da intervenção do Estado na “anarquia” econômica não passou de algo episódico escrito exclusivamente como exigência de seus patrões.

Porém, nada parece apoiar essa interpretação. Nenhum texto na trajetória intelectual de Proudhon indica uma postura próxima disso, pelo contrário, ele sempre demonstrou enorme dificuldade em adequar seus textos às expectativas que lhe poderiam ser mais convenientes ou render algum tipo benefício. Nenhuma carta, anotação particular ou documento indica que ele tenha escrito o artigo a contragosto ou forçado por conveniências. A única intenção evidente no artigo é a de mostrar a capacidade de opinar sobre assuntos práticos da economia. No entanto, a posição defendida por Proudhon não se adequava, mesmo que tenha escrito o artigo para o

²⁴⁸ Ibid., p. 200.

Journal des Économistes - à opinião majoritária dos economistas e homens de Estado, o que somente reforça a ideia de que ele efetivamente escreveu defendendo o posicionamento que julgava mais apropriado.

De fato, o artigo de Proudhon foi fortemente influenciado pela sua condição de trabalho e trata da economia a partir de uma questão particular e não mais de um ponto de vista geral, como nos textos anteriores. Assim, *Concurrence* revela a imersão do autor na economia empírica, na qual identificou alianças de interesse existentes em torno das ferrovias, mas que extrapolam em muito esse ramo particular. Para ele, a grande burguesia, os banqueiros e os setores mais reacionários da sociedade estavam todos em conluio e interligados no próprio Estado. Uma carta desse período ao amigo Maurice²⁴⁹ é bastante clara a esse respeito:

Eu estou convencido de que o ministério não é mais que uma loja onde o interesse geral é vencido pelo interesse dinástico e levado a reboque pelas camarilhas. – Uma prova é que o governo tende a consolidar as grandes fortunas, a constituir uma aristocracia do comércio como uma grande propriedade, porque ela é indispensável à dinastia. Eu estou convencido, além disso, que a questão estratégica [em termos militares], que nas estradas de ferro deveria ser acessória, se tornou a principal, não mais porque o poder teme uma guerra contra o estrangeiro, mas porque o sistema das estradas de ferro inaugurado por ele é o complemento do sistema de fortificações da capital [...] Assim, reação monárquica, reação eclesiástica, uma e outra ajudadas pela conivência da alta burguesia, do alto comércio, da grande propriedade, dos legitimistas reagrupados; eis aí em duas palavras o caráter da política de nosso tempo.²⁵⁰

Por outro lado, Proudhon constatava que, enquanto “o poder retorna à religiosidade, o povo abandona o catolicismo”. Na sequência da carta, ele relatou que em Lyon existia uma multidão de famílias que rompeu todas as relações com a Igreja, deixando de batizar as crianças e de casar eclesiasticamente. Observando essas duas tendências contraditórias, ele previa um novo ascenso revolucionário, uma nova “jacobinização das massas”, pois o espírito dos trabalhadores nos subúrbios de Lyon era “de um fanatismo mais vivo e de uma espécie mais

²⁴⁹ Carta a Maurice, 13 ago. 1844, T. II, p. 132-137.

²⁵⁰ Ibid., p. 134.

tenaz do que jamais vi”. O número de socialistas crescia, bibliotecas se formavam por meio de coletas e existiam “até mesmo reuniões para as mulheres!”²⁵¹. Mais do que isso, Proudhon se animava diante de operários que:

[...] menosprezam sermões, não crêem mais nos ricos egoístas, menosprezam as proclamações, os programas e os boletins, não ligam para as arengas acadêmicas [...] é uma propaganda surda, que se faz espontaneamente no povo, sem chefe, sem catecismo, sem sistema ainda muito definido [...]²⁵²

Assim, Proudhon identificava um movimento entre as massas, totalmente divorciado da política republicana e que partia das condições sociais e econômicas, o que para ele conferia uma legitimidade muito maior ao movimento.

Enfim, o período vivido em Lyon foi marcado pela intensa relação de Proudhon com o movimento operário de um lado e com o mundo dos negócios de outro; assim, ele observou a economia do ponto de vista empírico, enquanto a estudava nos livros e esboçava sua próxima publicação. Nesse sentido, o artigo sobre as ferrovias é representativo do confronto entre a teoria e as práticas econômicas. Seja como for, desde *Création* o autor havia estabelecido uma posição de destaque para a Economia Política na ordem dos saberes e as questões econômicas assumiram definitivamente uma posição central na reflexão proudhoniana.

²⁵¹ Ibid., p. 134-136. Proudhon rejeitou a emancipação da mulher desde seus primeiros textos. Em *Contradictions* foi enfático: “Cortesã ou dona de casa (dona de casa, digo, e não criada), não vejo meio-termo: o que tem, pois, essa alternativa de tão humilhante? Em que o papel da mulher, encarregada da condução do lar, de tudo o que se relaciona com o consumo e a poupança, é inferior ao do homem, cuja função própria é o comando da oficina, isto é, o governo da produção e da troca? [...] Sobre tudo isso o gênero humano é unânime, menos, contudo, o socialismo que, sozinho, na vaga de suas ideias, protesta contra a unanimidade do gênero humano [...] O socialismo quer mudar o papel da mulher; de rainha que a sociedade a estabeleceu, quer fazer dela uma sacerdotisa de Cotito [deusa da orgia e devassidão].” Id. *Contradictions*. p. 197-198. Essa posição, recorrente em seus textos, foi desenvolvida na publicação póstuma *La pornocratie; ou les femmes dans les temps modernes*. Paris: Librairie Internationale, 1875. Isso não impediu que a *Société d'éducation mutuelle des femmes* defendesse as ideias sociais de Proudhon no panfleto *Réponse à Satan au sujet de M. Proudhon, par l'archange Saint-Michel*. Paris: Lacour, 1848. Ironicamente, o termo “libertário” é um neologismo, que data de maio de 1857, num panfleto editado em Nova Orleães, escrito por Joseph Déjacque (1822-1864), um discípulo proudhoniano que se rebela contra o mestre, contestando sua posição sobre a emancipação feminina. Intitulado *De l'Être Humain mâle et femelle - Lettre à P. J. Proudhon*; o panfleto tem seguinte epígrafe: “Qu'est-ce que l'homme ? rien. – Qu'est-ce que la femme ? rien. – Qu'est-ce que l'être-humain ? – TOUT”. Cf. DÉJACQUE, Joseph. *De l'être-humain mâle et femelle, Lettre à P.-J. Proudhon*. Nova Orleans, maio 1857.

²⁵² Carta a Maurice, 13 ago. 1844, T. II, p. 136-137.

Capítulo 3

Contradições sem síntese (1846-1847)

3.1 – Proudhon entre os economistas

Paralelamente a toda vivência no mundo do trabalho em Lyon, Proudhon se aproveitou de suas constantes idas a Paris para negócios e travou novas relações políticas e intelectuais, conversando ao mesmo tempo com socialistas, revolucionários e liberais da *Société des Économistes*.¹

Desde as primeiras memórias, seu nome tornou-se conhecido no círculo dos economistas, pois, além da repercussão dos textos em si, A.-J. Blanqui contribuiu para que eles merecessem a atenção dos economistas. Por isso, Garnier dedicou a resenha já examinada - publicada no *Journal des Économistes*, em outubro de 1843² - ao conjunto dos livros até então editados por Proudhon. Na época, ele desempenhava um papel fundamental entre os economistas atuando como diretor da Escola Especial de Comércio, secretário da *Société d'Économie Politique* - fundada por ele e Guillaumin em 1842 - e um dos principais animadores do periódico.

Apesar de considerar tímida³ a resenha, Proudhon sentiu-se agradecido a Garnier pelo tom respeitoso e pela honestidade da avaliação que julgava não encontrar entre radicais e independentes.⁴ Por isso, como foi comentado, ele escreveu diretamente a Garnier visando corresponder-se com ele.⁵ Cerca de cinco meses depois, em fins de fevereiro, Garnier, convidou Proudhon para visitá-lo a fim de conversarem pessoalmente. No início de 1844, o economista, que vivia em Montmartre, recebeu Proudhon em sua casa; ao observar sua

¹ DENIS. Op. cit., p. 398.

² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 169.

³ GARNIER. Op. cit., p. 290-296.

⁴ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 164.

⁵ Carta a Garnier, 28 set. 1943. Apud SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 169.

aparência, supôs que fosse um limpador de chaminés, cujos serviços havia requerido.⁶ Todavia, apesar desse constrangimento inicial, a relação entre ambos tornou-se muito próxima e sem formalidades, tanto que Proudhon retornou por diversas vezes à casa do economista. Tais visitas acabaram por ensejar uma relação amistosa entre ambos, que sobreviveu à Revolução de 1848 e manteve-se até a morte de Proudhon. Sainte-Beuve, afirma ter testemunhado pessoalmente essa proximidade em conversas marcadas por divergências e sarcasmos mútuos.⁷ Desse contato inicial surgiu o convite para que Proudhon tomasse parte no almoço mensal oferecido aos membros e convidados da sociedade.⁸

A *Société des Économistes*, fundada há menos de dois anos e ainda em fase de consolidação, reuniu-se pela primeira vez em novembro de 1842, por iniciativa de economistas que eram amigos muito próximos de Adolphe Blanqui. Composta na maior parte por membros oriundos da ACMP, a *Société*, cujo propósito era “tratar de questões doutrinárias e de fatos econômicos da atualidade”, tentou criar um espaço de discussão separado para uma disciplina que buscava se delimitar claramente em relação às demais.

Portanto, fica claro que Blanqui e Garnier, cunhado do primeiro, foram os responsáveis por introduzir Proudhon entre os economistas. No final de março ele já relatava a Maurice que na última viagem a Paris encontrou novas e numerosas simpatias: conheceu a *Société des Économistes* conduzido “pelo bom amigo Blanqui e seu colega Wolowski” e que pretendia manter uma carreira filosófica paralela ao mundo dos negócios onde se empregava.⁹ Menos de dois meses depois, escrevendo sobre o mesmo tema a Bergmann, sustentava uma opinião positiva sobre essas relações:

⁶ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 170.

⁷ Ibid., p. 162.

⁸ Ibid., p. 170.

⁹ Carta a Maurice, 29 mar. 1844, T. II, p. 123-124.

[...] conheci a *coterie** economista, porque se deve chamar as coisas pelo seu nome, e estou inscrito ali. Existem ali bons rapazes, homens instruídos, de bom senso e bom gosto, com os quais eu tive o prazer de me encontrar. Eu não posso senão ganhar com essas relações; Guillaumin, o editor, é o pivô da *coterie*. Ele me fez alguns comentários, e eu conto tratar com ele para uma próxima publicação [...]¹⁰

Nesse período ele conheceu pessoalmente Louis Reybaud, Horace Say e Louis Wolowski.¹¹ Na mesma carta a Bergmann, relatou ao amigo suas primeiras conversações com Guillaumin – que conhece na casa de Garnier –, sobre um novo livro e a perspectiva de publicá-lo com o editor dos economistas. As intenções de Proudhon iam além do puro interesse acadêmico; pressionado pelas dívidas e buscando uma nova fonte de renda, confidenciou ao amigo: “é preciso que a livraria me renda o que a gráfica me tirou”. Desde então, ele comentou com Bergman que vislumbrava a possibilidade de se fixar em Paris, pois imagina que “teria dinheiro a ganhar ali”, embora naquele momento as coisas com Guillaumin ainda não estivessem acertadas, por isso, ele diz “[...] voltarei aos meus carvões”¹².

Na mesma carta, como em várias outras do período, Proudhon menciona os jesuítas que o desolavam e falava da necessidade de renovar a guerra que Voltaire e Rousseau empreenderam. Escreve que no próximo ano pretendia resumir num volume todos os seus estudos bíblicos, fazendo para a França o que Strauss fez pela Alemanha a respeito da religião.¹³

* Proudhon usa o termo *côterie* para designar o grupo dos economistas. A polissemia do termo permite que ele se preste à ironia em diversos sentidos. As acepções do vocábulo no *Littré* são várias: a mais antiga indica “un certain nombre de paysans, unis ensemble pour tenir les terres d'un seigneur”, ou seja, camponeses tomando posse da propriedade senhorial, o que adquire um sentido curioso aplicado aos economistas pelo autor das memórias sobre a propriedade. Num segundo sentido, o vocábulo designa uma “société d'ouvriers, espèce de compagnonnage”. A conotação contemporânea no dicionário era a de “compagnie de personnes qui vivent entre elles familièrement, ou qui cabalent dans un intérêt commun”; ou seja, o vocábulo não tinha o sentido depreciativo à época e era usado para designar qualquer tipo de agrupamento intelectual ou literário.

¹⁰ Carta a Bergmann, 12 maio 1844, T. II, p. 126.

¹¹ VINCENT. Op. cit., p. 91.

¹² Carta a Bergmann, 12 maio 1844, T. II, p. 126.

¹³ *Ibid.*, p. 127.

De fato, essa era sua segunda chance de ser admitido numa comunidade erudita¹⁴ e nota-se na sua correspondência da época, que ele realmente estava empenhado em alcançar uma posição. No entanto, se nas relações pessoais com os economistas Proudhon dava mostras de polidez, ele não se permitia moderar o teor de suas posições no debate econômico. Nesse período, ele questionava a posição de Pelegrino Rossi, que queria manter a Economia Política ocupando-se apenas das leis naturais que presidem a produção e a distribuição das riquezas e deixando para outras Ciências Morais e Políticas as questões relativas ao desenvolvimento do gênero humano.¹⁵ Proudhon perguntava a Rossi se não havia chegado o momento de reunir, por uma poderosa síntese, todas as Ciências Morais e Políticas, pois:

Dizer que a economia política não é a ciência geral da sociedade porque até agora não tratou mais do que da divisão do trabalho, de capitais e moedas, é afirmar o que se ignora: é fazer como se aquele que inventa os números e o sistema decimal, dissesse que a aritmética se reduz à numeração e que não chega ao cálculo.¹⁶

Assim, Proudhon se situava numa posição bastante particular a respeito das delimitações de campo da Economia Política, pois, ao contrário de muitos críticos da disciplina que se afirmava, defendia sua superioridade perante todos os demais saberes sobre a sociedade. Todavia, ele não pretendia apartar da Economia Política saberes como a Política e o Direito, mas sim incorporá-los e submetê-los aos mesmos critérios.

Essa posição dele ajuda a compreender como foi possível um relacionamento tão próximo entre este autor que aterrorizou tanta gente com seu ataque à propriedade e alguns dos mais influentes economistas do período. A resposta parece estar na luta empreendida pela Economia Política para se legitimar como disciplina científica, já mencionada no segundo capítulo. Se em 1848, a Economia Política havia assumido resolutamente o posto de defensora

¹⁴ DELMAS. Op. cit., p. 97. A primeira oportunidade restou frustrada diante do escândalo causado pela primeira memória sobre a propriedade na academia de Besançon.

¹⁵ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 166.

¹⁶ PROUDHON. Apud SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 166.

da ordem e adquirido privilégios decorrentes dessa posição¹⁷, no início de década de 1840, a situação era muito distinta e a conquista de membros de alguma forma influentes era importante. Nesse contexto, a valorização da Economia Política por parte de Proudhon interessava muito aos economistas, ainda que a pretensão de abrangência da disciplina do primeiro destoasse nitidamente dos últimos.

Dentro desse quadro, a crítica de Proudhon ao socialismo “aporta um grão ao reboło dos liberais”, pois era feita a partir da Economia Política como disciplina científica, ou seja, “a luta contra o socialismo passa, com efeito, pela estigmatização do arcaísmo do comunismo e da ignorância de seus adeptos. Ao espírito utópico, os acadêmicos opõem o realismo, que se torna um critério de avaliação”¹⁸. Na interpretação de Gide e Rist, a atração dos economistas por Proudhon se explica não apenas pela crítica “científica”, do ponto de vista da Economia Política, aos socialistas “utópicos”, como também pela violência incomum, mesmo entre os liberais, com a qual fustigou os “utópicos”.¹⁹

Seja como for, a próxima publicação de Proudhon e, sobretudo, sua atuação na Revolução de 1848, acabariam por encerrar essas relações amistosas.²⁰ No entanto, antes que isso ocorresse, Blanqui e, especialmente Garnier²¹, afiançaram o novo livro de Proudhon a Guillaumin, que acabou franqueando as portas de sua editora ao escritor socialista.²²

¹⁷ Depois de 1848 a Economia Política é oficialmente chamada à reunir todas as outras ciências morais e políticas, encabeçando a reação ideológica liberal. A partir de 1848 os economistas eram consultados pelo príncipe [até mesmo Proudhon, cumprindo pena por ataques ao príncipe, era retirado da prisão para ser consultado por Luis Bonaparte], a Economia Política obteve progressivamente lugares no ensino secundário e superior e foi estabelecida a separação relativa a Moral (mesmo os que antes se opunham). A disciplina se especializou, se autonomizou e se instalou na universidade. Tanto assim, que anos depois, revistas criadas na universidade passaram a concorrer com o *Journal des Économistes*, como foi o caso da *Revue d'Économie Politique* de Gide e Walras, criada em 1887. Cf. DELMAS. Op. cit., p. 100-101.

¹⁸ DELMAS. Op. cit., p. 97.

¹⁹ GIDE; RIST. Op. cit., p. 336-37.

²⁰ Antes de 1848 alguns economistas liberais (Blanqui, por exemplo) manifestaram interesse pelas estranhas doutrinas de Proudhon; depois de 1848, comprovado o caráter nocivo delas, o interesse (e a repulsa que já existia em alguns) se transformou em horror Cf. ANSART. Op. cit. p. 195.

²¹ Revela que Garnier lhe abriu as portas da editora. Carta a Guillaumin, 15 ago. 1844, T. II, p. 140-141.

²² GIDE; RIST. Op. cit., p. 336-37.

3.2 – Os socialistas da esquerda hegeliana alemã

Durante o tempo em que trabalhou com os irmãos Gauthier, Proudhon manteve um apartamento alugado em Paris devido às constantes viagens para tratar dos negócios da empresa.²³ Curiosamente, foi numa de suas visitas a Garnier que ele conheceu o imigrado alemão Karl Grun, por intermédio de quem foi apresentado a Marx, Ewerbeck, Ruge, Pierry, Ribentrop e os russos Bakunin e Herzen. Ele cita que conheceu “mais de vinte alemães, todos doutores em filosofia”, que “cada um deles lhe fala mal de seus co-refugiados e co-socialistas” e que, nessa “Babilônia socialista” que era Paris, era curioso e divertido ver como “pululam entre eles invejas, infidelidades e raivas fraternais”²⁴. Assim, na mesma época em que estreitou suas relações com os economistas, conheceu os jovens hegelianos de esquerda imigrados em Paris. Ao que tudo indica, em ocasiões distintas, ele recebeu Marx e Grun, por volta de outubro de 1844.²⁵ Portanto, enquanto se queixava do parco reconhecimento que tinha na França, os alemães o tinham em alta conta, como demonstra o seguinte comentário de Henri Arvon:

Ficamos espantados ao ver até que ponto a anarquia proclamada por Proudhon no folheto *O que é a Propriedade* preocupa os espíritos na Alemanha, a partir de 1842. Lorenz von Stein, no seu famoso estudo *O Socialismo e o Comunismo da França Actual*, publicado naquele mesmo ano, apresenta ao público alemão os vários aspectos do socialismo francês, ao mesmo tempo que considera Proudhon escritor secundário. Mas, no ano seguinte, Moses Hess vê nele o Feuerbach francês, e Engels, num artigo publicado num jornal inglês acerca deste panfleto, escreve: “Se há um livro francês que eu gostaria de ver traduzido em inglês é este mesmo.”²⁶

A passagem mencionada por Arvon pertence ao artigo de estréia de Engels no periódico *New Moral World*, em fins de 1843, no qual o alemão procurou fazer um balanço sobre os escritores “comunistas” franceses; depois de comentar Pierre Leroux, George Sand e

²³ Segundo a correspondência situado na Rua Mazarine, 36.

²⁴ Carta a Micaud, 7 nov. 1845, T. VI, p. 351-353; VINCENT. Op. cit., p. 91.

²⁵ VINCENT. Op. cit., p. 91; GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 11.

²⁶ ARVON, Henri. *Anarquismo*. Lisboa: Editorial Verbo, 1966. p. 109.

Lamennais, ele avaliou que Proudhon era:

[...] O escritor o mais importante nessa linha [...] um homem novo, que publicou há dois ou três anos atrás seu trabalho: *Que é propriedade?* (Qu'est ce que la Propriété?) onde deu a resposta: '*La propriété c'est le vol*', Propriedade é roubo. Este trabalho é o mais filosófico, da parte dos Comunistas, na língua francesa; e, se eu desejo ver algum livro francês traduzido na língua inglesa, é este. O direito de propriedade privada, as consequências desta instituição, competição, imoralidade, miséria, é desenvolvida aqui com o poder do intelecto, e a verdadeira investigação científica, que eu nunca encontrei reunida num único volume. Além disto, há observações muito importantes sobre o governo, mostrando que todo tipo de governo é igualmente reprovável, não importando que ele seja democracia, aristocracia, ou monarquia, que todos governam pela força; e no melhor dos casos possíveis, a força da maioria oprime a fraqueza da minoria; ele chega, finalmente, à conclusão: 'Nous voulons l'anarchie!' O que queremos é a anarquia, a regra de ninguém, a responsabilidade de cada um para com ninguém além dele mesmo.²⁷

Como se percebe, Proudhon era um escritor que seduzia os alemães; para alguns deles como Karl Grun, ele era “o Feuerbach francês”²⁸; para Marx ele era “o mais lógico e penetrante escritor socialista”²⁹. A razão desse encanto parecia residir no fato de que ele era um dos poucos socialistas franceses livres de uma orientação religiosa³⁰, além de se valer da dialética, ainda que numa versão muito particular, mais tributária de Kant e Fourier do que de Hegel. Ainda assim, essas características permitiram que a esquerda hegeliana alemã encontrasse interlocução em seus escritos. Munidos d'*A Vida de Jesus*, de Strauss, e especialmente d'*A Essência do Cristianismo*, de Feuerbach, esses jovens se empenhavam em converter os franceses a um humanismo que rejeitava Deus.³¹ Como Proudhon era o socialista

²⁷ ENGELS, F. Progress of Social Reform on the Continent - Parte I – France. *The New Moral World*, 3rd series, nº 19 e 21, 4 e 18 nov. 1843. <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/10/23.htm>. Acesso em: 20 out 2007.

²⁸ VINCENT. Op. cit., p. 91.

²⁹ *Rheinische Zeitung*, 7 jan 1843. Três meses antes disso, logo que se tornou editor do *Rheinische Zeitung* (*Gazeta Renana*), o primeiro artigo escrito por Marx comenta que “obras como as de Leroux, Considérant e, sobretudo, a penetrante obra de Proudhon não podem ser criticadas em um sentido superficial; elas requerem um longo e cuidadoso estudo antes de começar a criticá-las” *Communism and the Augsburg Allgemeine Zeitung. Rheinische Zeitung*, Colônia, 16 out. 1842. Além disso, a *Sagrada Família* testemunha o apreço de Marx pelos escritos de Proudhon na época. NEGRO (Op. cit., p. 116-117) corrobora a avaliação.

³⁰ VINCENT. Op. cit., p. 91.

³¹ Arnold Ruge, que vivia em Paris, tentou atrair os socialistas franceses para o projeto dos *Anais Franco-Alemães*. Mas, Pierre Leroux, Cabet, Considérant e Lamennais recusaram, Lamartine após ter considerado a

francês mais próximo aos alemães por suas críticas virulentas à religião, parecia-lhes o mais suscetível para dar um passo além e converter-se a esse humanismo ateu.³²

Os alemães não pouparam esforços para converter Proudhon ao hegelianismo: conversações, leituras traduzidas do alemão para o francês e até mesmo traduções por escrito destinadas a “formar” sua conduta fizeram parte dessa empreitada.³³ Bakunin, hegeliano fanático, participou desses esforços de conversão.³⁴

Grun e Marx disputavam quem seria o “tutor” de Proudhon na Filosofia hegeliana.³⁵ O primeiro era um humanista feuerbachiano, que se proclamava “missionário de Feuerbach”, Marx, porém, já era um comunista convicto, que ajustara as contas com sua consciência filosófica anterior.³⁶ Entre os jovens da esquerda hegeliana alemã abrigada em Paris, Marx e

ideia como “sublime e santa” desmentiu em seguida ter prometido toda a colaboração. Os socialistas franceses estavam (à exceção de Proudhon) a exemplo de Louis Blanc numa maneira geral chocados pelo ateísmo dos alemães. BRUHAT, J. M. *Marx Engels*. Bruxelas: Complexes, 1970, p. 71.

³² Desde 1842 Proudhon tinha em mente escrever um ataque ao Abade Lacordaire, célebre orador católico que viajava o país arrebatando fiéis. Em 1845, quando soube que Lacordaire estaria em Lyon na quaresma, Proudhon preparou uma longa carta aberta ao Abade, que foi publicada, parcialmente devido à sua extensão, na *Revue Indépendante* de Paris em março. A versão integral foi reproduzida nas obras completas: PROUDHON, P.-J. *Le Miserere ou la Pénitence d'un roi: lettre au R. P. Lacordaire sur son carême de 1845*. In: _____. *Ecrits sur la religion*. Paris: Marcel Rivière, 1959. (Oeuvres complètes, 15) p. 139-173.

³³ Grun e Ewerbeck traduziram os seguintes textos para Proudhon (segundo Hauptmann p. 524-543 Apud VINCENT, Op. cit., p. 94-95): GRUN. Ludwig Feuerbach e os Socialistas. *Deutsches Burgerbuch*, 1845 (artigo); FEUERBACH, L. prefácio à segunda edição de *Essência do Cristianismo*, 1841; EWERBECK, A. H. *Cristianismo, Filosofia Germânica e Socialismo* (n.d.); FEUERBACH, Frederic. *Religião do Futuro* (1843-1845), cópia de extratos do trabalho; ENGELS, F. *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845) resumo das principais ideias; ENGELS, F. *Esboço da Crítica da Economia Política* (publicado em *Deutsch-franzosische Jahrbucher*, 1844), extratos; MARX. *A Sagrada Família* (1844) (partes que tratam de Proudhon); MARX. *Sobre a questão judaica* (publicado em *Deutsch-franzosische Jahrbucher*, 1844), só oralmente; MARX. *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (somente a introdução publicada em *Deutsch-franzosische Jahrbucher*, 1844; Os comentários marginais de Proudhon, segundo Hauptmann, mostram anotações e atenção com os textos de Ewerbeck e Feuerbach e não com os de Marx e Engels. Além destes, Grandjunc, cita os seguintes: FEUERBACH, L. *L'essence de la foi d'apres Luther* (1844); FEUERBACH, L. *L'essence de la religion* (1845); FEUERBACH, L. *La mort et l'immortalité* (sob esse título vários artigos publicados entre 1830 e 1846); DAMER, G. Fr. *Le culte de Moloch*; Ghillany, T. W. *Les sacrifices humains ches les Hébreux de l'antiquité* (1842); Lutzelberger, E.C. J. *Jésus, surnommé le Crist* (1842); WEITLING. *L'évangiile des pauvres pécheurs* (1843); BAUER, B. *Critique de l'histoire évangélique es Synoptiques*. (GRANDJONC, Jacques. *Les rapports des socialistes et neo-hegeliens allemands de l'émigration avec les socialistes français, 1840-1847*. In: _____. *Aspects des relations franco-allemandes 1830-1848*. Metz: Centre de recherches relations internationales de l'Université de Metz, 1978, p. 73-86.

³⁴ “Bakunin começara a pregar Hegel para Bielinski, que não conhecia alemão. Noite após noite, apregoava-lhe o novo objetivismo, como fez mais tarde em Paris com Proudhon.” BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 173-74.

³⁵ VINCENT. Op. cit., p. 91.

³⁶ Depois da publicação da *Ideologia Alemã* foi possível conhecer a crítica integral de Marx ao chamado “socialismo verdadeiro” encabeçado por Karl Grun.

Engels não gozavam de muita ascendência. Por outro lado, Grun era muito influente na esquerda alemã em Paris e visitou todos os maiores representantes das tendências socialistas francesas antes de conhecer Proudhon.³⁷ O fruto desse *tour* socialista foi a publicação de *O movimento social na França e Bélgica*³⁸, que fez muito sucesso na Alemanha e divulgou ainda mais o nome do francês. Grun, evidentemente de forma não autorizada, apresentava-se como porta-voz de Proudhon³⁹, para os imigrados alemães. Escrevendo em 1865, Sainte-Beuve o considerou como o mais importante escritor socialista alemão da época.⁴⁰ O fato é que ambos disputavam a correta interpretação de Hegel e Grun parece ter conquistado a predileção de Proudhon.⁴¹

É conveniente lembrar que Marx fez as primeiras leituras de Proudhon quando ainda estava pouco familiarizado com a Economia Política; assim, na interpretação de Negro, aquele teria sido para ele uma espécie de libertador no início dos anos 1840, como fora Feuerbach em certo momento. Também é preciso lembrar que o liberalismo na França já era uma ideologia dominante, enquanto na Alemanha ele mal se afirmava; portanto, para as condições alemãs Proudhon representava um salto na direção do que seria o mais avançado em termos de ideias sociais.⁴² Lidas nessa perspectiva, as primeiras palavras de *Miséria da Filosofia* - “[...] na Alemanha [Proudhon] tem o direito de ser mau filósofo, porque passa por ser um economista francês dos mais fortes”⁴³ - talvez reflitam o deslumbramento inicial do próprio Marx com um texto que a princípio lhe pareceu “o manifesto científico do proletariado francês”. Em que medida tal leitura chamou a atenção de Marx para a Economia

³⁷ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 173-176.

³⁸ Título original da primeira edição: GRÜN, Karl. *Die soziale Bewegung in Frankreich und Belgien*. Darmstadt, 1845.

³⁹ No final da carta enviada por Marx a Proudhon em 5 de maio de 1846, Bruxelas, consta uma observação, assinada por Philippe Gigot, que denuncia a atitude de Grun.

⁴⁰ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 181.

⁴¹ De fato, como demonstra o artigo de Arvon, sem o pano de fundo dos conflitos internos dos hegelianos alemães em Paris, a primeira divergência de Marx com Proudhon seria incompreensível. ARVON, Henri. Proudhon et le radicalisme allemand. *Annales*, Paris, v. 6, n. 2, p. 194-201, 1951.

⁴² NEGRO. Op. cit., p. 118.

⁴³ MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004. p. 21.

Política e influenciou o direcionamento posterior de seus estudos é algo que cabe aos estudiosos do marxismo responder. Seja como for, entre o início dos anos 1840 e a publicação de *Miséria da Filosofia*, é notável a guinada de Marx para as questões econômicas.

Quando Marx visitou Proudhon pela primeira vez, tinha vinte e cinco anos de idade - nove a menos que o francês - e, ao contrário deste, era quase um desconhecido.⁴⁴ O alemão mencionou diversos encontros entre o final de 1844 e o início de 1845, na nota que redigiu por ocasião da morte de Proudhon, em 1865, recordando que:

Durante a minha estada em Paris, em 1844, eu entrei em relações pessoais com Proudhon. Recordo esta circunstância porque até um certo ponto eu sou responsável por sua 'sofisticação', palavra que empregam os ingleses para designar a falsificação de uma mercadoria. Nas longas discussões, frequentemente prolongadas por toda a noite, eu o infectei, para seu grande prejuízo, com um hegelianismo que ele não poderia estudar a fundo, não sabendo alemão. O que eu tinha começado, o Sr. Karl Grün, após a minha expulsão da França, continuou. E ainda este professor de Filosofia alemão tinha sobre mim esta vantagem de nada entender do que ensinava.⁴⁵

Entretanto, apesar da importância que Marx atribuiu a essas conversações, Proudhon não mencionou esses encontros ou o nome de Marx - nem o de Bakunin - uma vez sequer nos *Carnets* e cartas da época.⁴⁶ No caso de Marx, não se pode dizer que era uma omissão deliberada fruto da discórdia entre eles, pois se trata de um período anterior à publicação da *Miséria da Filosofia*.

O estudo de Sainte-Beuve, publicado pela primeira vez em 1865, é ilustrativo a esse respeito. Escrito vinte anos depois do período abordado, nada no texto sugeria que as relações com Marx ou Bakunin tiveram alguma importância para Proudhon. Os futuros expoentes do marxismo e do anarquismo são solenemente ignorados por Sainte-Beuve. Bakunin não é

⁴⁴ VINCENT. Op. cit., p. 91-92.

⁴⁵ Carta de Marx a J.-B. Schweitzer, Londres, 24 jan. 1865. Extratos de *Social-Demokrat*, nº 16, 17 e 18; 1º, 3 e 5 fev. 1865.

⁴⁶ Existe uma carta na qual Proudhon comenta sobre alemães que o visitam e o admiram sem nomear nenhum deles; na mesma carta ele elogia a "disciplina da razão" que qualquer alemão tem devido ao domínio da dialética (Carta a Bergmann, 19 jan. 1845, T. II, p. 174-176.). Marx somente seria citado na correspondência dele depois de publicação *Miséria da Filosofia* (Carta a Guillaumin, Lyon, 19 set. 1847, T II, p. 267-269.).

mencionado sequer uma vez no livro, tampouco os termos anarquia e anarquismo. Quanto a Marx, há uma única e sintomática menção; ele é citado numa passagem na qual o autor enumera diversos autores: Hegel, Feuerbach, Adam Smith, Say, Blanqui, Wolowski, Fourier, Considérant, Liszt, Heine e finalmente Marx. Curiosamente, o nome dele é o único para o qual consta uma nota de rodapé explicativa, descrevendo-o como “um escritor da jovem escola hegeliana, que se distingue na luta contra a escola de Berlin”⁴⁷.

Mas, afinal, que efeito os hegelianos tiveram sobre Proudhon? Ele pretendeu de fato adotar a dialética hegeliana a partir das relações com os imigrantes alemães? Para Georges Gurvitch, as fontes do estudo de Hegel em Proudhon são anteriores ao contato com Grun, Marx e Bakunin; para ele, seria o *Curso de Psicologia* do professor alemão Ahrens - partidário de Kant, Krause e crítico de Hegel - que ministrava cursos livres de Filosofia alemã no *Collège de France*. Gurvitch⁴⁸ lembra que o socialista francês falava de dialética em todos os livros que escreveu antes de conhecer Marx e Grun.⁴⁹ De fato, em *Création*, ele imaginava ter chegado a um método de dialética serial, no qual as antinomias seriam os pólos dinâmicos. Nesse livro ele comentara que “jamais o gênio humano tinha feito um esforço tão prodigioso” como na dialética de Hegel, mas, ao mesmo tempo, expressava suas reservas em relação ao filósofo alemão, reclamando que

[...] suas séries [as tríades] muitas vezes não foram mais que um artifício de linguagem, em desacordo com os fatos; que a oposição entre o 1º e o 2º termo nem sempre foi suficientemente explorada, e que o 3º não os sintetizava. Essas críticas, em nada nos surpreendem: Hegel se antecipando aos fatos no lugar de lhes esperar, forçava as fórmulas, e esquecia o que uma lei geral pode não ser mais suficiente para dar conta dos detalhes. Hegel, numa palavra, era prisioneiro de uma série particular, e pretendia por ela explicar a natureza, tão variada na suas séries e nos seus elementos.⁵⁰

⁴⁷ SAINTE-BEUVE, *Proudhon, sa vie et sa Correspondance*, 1838-1848. 5ª ed. Paris: Michel Lévy Frères, 1875. nota 2, p. 149.

⁴⁸ Gurvitch analisa a dialética de Marx, Proudhon e Hegel em *Dialética e Sociologia* (1962), concluindo que ambas devem pouco a Hegel e se aproximam mais do que se imagina. GURVITCH, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Presença, 1980. p. 5.

⁴⁹ GURVITCH. Op. cit., p. 15-16.

⁵⁰ PROUDHON. *Création*. p. 163, grifo nosso.

A correspondência posterior, no período em que manteve contato com os alemães, revela algo a respeito da dialética de Hegel. Para o amigo Bergmann, ele escreveu que não tinha “[...] necessidade de apresentar a resolução sintética de todas as contradições [...]” e que os “[...] filósofos alemães são muito apressados em chegar a conclusões teológicas e transcendentais”⁵¹. A passagem citada parece refletir o espírito que animou o autor em *Contradictions* e que guardava coerência com as reservas expressas em *Création*: explorar ao máximo as contradições como condição para posteriormente se chegar a uma síntese.

Assim, Proudhon parece não recusar a ideia de síntese em si mesma, mas criticar apenas a precipitação dos filósofos alemães em forjá-la. Parece ter sido essa a intenção que percorreu *Contradictions*, sem que ele tenha apresentado sínteses de uma forma geral.⁵² Assim, o livro pode ser caracterizado como uma busca mais madura pelas sínteses, limitando a crítica à forma pela qual pode ser alcançada.

Noutro sentido, essa passagem pode ser lida como uma recusa da ideia de síntese, pois ali Proudhon estabeleceu a identidade entre o conceito de *síntese* e as soluções teológicas e transcendentais. Ora, em *Création* ele já havia criticado os sistemas de pensamento com pretensões transcendentais, assimilando-os aos sistemas religiosos da Teologia; mais do que isso, vinculou o caráter utópico do socialismo à inspiração em modelos transcendentais e religiosos. É, portanto, plausível pensar que, em *Contradictions*, ele estivesse situado entre essas duas posições, fazendo uma espécie de “experiência” com as contradições de modo a verificar a possibilidade de se chegar a uma síntese.

Noutra carta a Bergmann, essa perspectiva parece se confirmar, pois Proudhon caracteriza o futuro livro como “uma crítica geral da Economia política do ponto de vista das antinomias”⁵³, pela qual ele esperava ensinar ao público francês o que era a dialética, que ele

⁵¹ Carta a Bergmann, 24 out. 1844, T. II, p. 167.

⁵² Embora algumas passagens como a do valor constituído pretendam chegar a sínteses.

⁵³ Carta a Bergmann, 19 jan. 1845, T. II, p. 175.

crê ter introduzido na França com a sua “dialética serial”. Mais do que isso, ele escreveu ao amigo que não sabia ao certo o que sua dialética tinha em comum com a de Hegel⁵⁴, embora imaginasse que existissem semelhanças.

Em fevereiro de 1845, pouco mais de um ano após o primeiro contato entre Proudhon e Marx, este último e Engels tomaram a iniciativa de constituir um comitê de correspondência regular entre os socialistas e comunistas da Europa.⁵⁵ Proudhon foi o único socialista francês convidado para integrá-la⁵⁶, o que permite deduzir a boa reputação dele com ambos.⁵⁷

Na célebre carta, escrita em 5 de maio de 1846 de Bruxelas⁵⁸, Marx expôs os objetivos da rede de correspondência ao francês: “[...] se ocupar da discussão das questões científicas e da vigilância a exercer sobre os escritos populares e a propaganda socialista que pode ser feita na Alemanha por este meio”. A missiva termina com um ataque a Grun, assinado por Gigot; e uma breve saudação assinada por Engels.

A resposta de Proudhon, escrita em menos de duas semanas⁵⁹, foi cheia de reservas e parecia desconfiar de algum dogmatismo latente, além de revelar sua recusa quanto à “ação revolucionária como meio de reforma social”, que para ele, seria “um apelo à força, ao arbítrio”, em suma, um meio artificial. Então, ele indicou em linhas gerais a solução que concebia:

[...] fazer voltar para a sociedade, por uma combinação econômica, as riquezas que saíram da sociedade por outra combinação econômica. Em outros termos, voltar em Economia política, a teoria da Propriedade, contra a Propriedade, de maneira a engendrar aquilo que vós, socialistas alemães, chamam de comunidade, e que eu me limitarei no momento a chamar de *liberdade, igualdade*. Ora, eu creio saber o meio de resolver, a curto prazo,

⁵⁴ “Eu não posso julgar ainda o parentesco que existe entre minha metafísica e a lógica de Hegel, por exemplo, uma vez que eu nunca li Hegel; mas eu estou persuadido de que é a mesma lógica que eu vou empregar em minha próxima obra; ora, esta lógica não é mais que um caso particular, ou se queres, um caso mais simples da minha.” Ibid., p. 176.

⁵⁵ MOREL. Op. cit., p. 12-13.

⁵⁶ GURVITCH. Op. cit., p. 17.

⁵⁷ VINCENT. Op. cit., p. 92-93.

⁵⁸ Em 1845, antes de se instalar em Bruxelas, Marx assinara um contrato com o editor Leske para escrever uma *Crítica da Política e da Economia Política*. Cf. MOREL. Op. cit., p. 12-13.

⁵⁹ Carta a Marx, Lyon, 17 maio 1846, T. II, p. 198-202.

este problema: prefiro, pois, fazer arder a Propriedade em fogo baixo, do que lhe dar uma nova força, fazendo um São Bartolomeu dos proprietários.⁶⁰

Nessa passagem, Proudhon expôs em linhas gerais o tipo de solução para o problema social que desenvolveria depois em 1848. O caminho para as reformas deveria ser pacífico e gradual, partindo da própria natureza da economia; enfim, ele sugeriu uma solução totalmente vinculada à economia.

Na segunda metade da carta, tratou das acusações a Grun e lamentou as divisões entre os alemães, pedindo que Marx compreendesse a situação de Grun e atribuindo as fraquezas deste à sua penúria.⁶¹ Quanto a suposta jactância de Grun em dizer-se preceptor de Proudhon escreveu:

Ignoro completamente se Grun jactou-se de ser meu preceptor; preceptor de que? Eu ocupo-me apenas de Economia política, coisa da qual ele sabe quase nada; eu considero a literatura um brinquedo de menina; quanto à minha filosofia, eu a conheço o suficiente para ter o direito de me divertir ocasionalmente com ela. Grun nada desvelou-me de absolutamente novo [...]⁶²

O desprezo que Proudhon manifestava pela Filosofia nessa passagem apenas reforça a hipótese de que as ideias hegelianas não o agradaram. Ainda assim, ele escreveu a Marx que Grun e Ewerbeck possibilitaram-lhe o conhecimento de muitos textos alemães inclusive os de Marx e Engels – e que gozavam de grande respeito entre os operários alemães em Paris.⁶³ A

⁶⁰ Ibid., p. 200, grifos do autor.

⁶¹ “Grun está exilado, sem fortuna, com uma esposa e dois filhos, não tendo para viver senão sua pluma. O que quereis que ele explore para viver senão as idéias modernas? Compreendo a vossa cólera filosófica e concordo que a santa palavra humanidade jamais deveria ser objeto de tráfico; mas quero ver aqui apenas a infelicidade, a extrema necessidade e desculpo o homem. Ah! Se fôssemos todos milionários as coisas não se passariam melhor? Seríamos santos e anjos [...] É preciso viver, e isto significa comprar pão, lenha, carne e pagar o dono da casa; e acredito que aquele que vende idéias sociais não é mais indigno do que aquele que vende um sermão [...]” Ibid., p. 201.

⁶² Ibid., p. 198-202.

⁶³ “[...] devo ao Sr. Grun, assim como a seu amigo Ewerbeck, o conhecimento que tenho de vossos escritos, meu caro Sr. Marx, dos do Sr. Engels e da obra tão importante de Feuerbach. Estes senhores, a meu pedido, de bom grado fizeram algumas análises para mim em francês (pois eu tenho a desgraça de não ler o alemão), das publicações socialistas mais importantes; e por sua solicitação eu devo inserir (o que faria por mim mesmo, de resto) na minha próxima obra uma menção às obras dos Srs. Marx, Engels, Feuerbach, etc. Enfim, Grun e Ewerbeck trabalham para manter o fogo sagrado entre os alemães que residem em Paris, e a deferência que têm por estes senhores os operários que os consultam, parece-me uma garantia segura da retidão de suas intenções”. Ibid., p. 201-202.

correspondência entre Marx e Proudhon limitou-se a estas duas cartas e ainda que assinalem uma divergência, estiveram longe de constituir uma “polêmica” de fato preocupante pra ele no período.

3.3 - Proudhon e Guillaumin, editor oficial dos economistas

Em março de 1844, Proudhon escreveu a Maurice sobre os planos de publicar suas memórias “aumentadas e melhoradas” a respeito da Economia Política. Dizia que ainda não tinha entrado no “mundo literário”, queixando-se de que não era “[...] conhecido senão pelos radicais e os homens especialistas na ciência”⁶⁴, limites que não satisfaziam nem suas ambições intelectuais nem suas necessidades financeiras.

No decorrer do ano, ele manteve os primeiros contatos com Guillaumin a respeito da publicação de um futuro livro. As tratativas transcorreram bem, mas o ritmo intermitente de seu trabalho no transporte fluvial prejudicava os estudos⁶⁵ e ele foi obrigado a interromper as conversações. Em agosto de 1844, três meses depois dos primeiros contatos, Proudhon retomou as conversas e comentou com Bergmann que o editor lhe fizera uma oferta⁶⁶, selada no mesmo mês, para uma nova publicação sobre Economia Política.

Para o socialista, a publicação de um livro com Guillaumin representava a possibilidade de resolver, a um só tempo, dois problemas que sempre o afligiram: a divulgação de seus escritos e a sobrevivência.

De fato, sua situação econômica sempre foi difícil e - mesmo empregado com os Gauthier - ele permanecia com as dívidas oriundas da gráfica que vendera, sujeito ao pagamento de parcelas acrescidas de juros, sem nenhuma perspectiva de quitar seu débito. Por

⁶⁴ Carta a Maurice, 29 mar. 1844, T. II, p. 123-124.

⁶⁵ No final de julho, por exemplo, Proudhon comentou animado que as ocupações do escritório eram bem menores que no último ano, e que isso lhe permitiria dedicar mais tempo aos estudos para a nova publicação. . Porém, dias depois, o trabalho se intensificou e frustrou suas expectativas. Carta a Maurice, 27 jul. 1844, T. II, p. 130-131.

⁶⁶ Carta a Bergmann, 24 out. 1844, T. II, p. 165.

meio de seus livros, Proudhon almejava encontrar alguma posição que lhe permitisse viver melhor, rendendo-lhe o suficiente para que ele se dedicasse exclusivamente às letras. Sua correspondência é farta em queixas quanto à escassa divulgação e vendagem de seus livros, problema que o obrigava rotineiramente a cobrar dos editores uma melhor distribuição. Ele julgava que a incompreensão de suas ideias devia-se à parca divulgação de seus textos, ignorados por uma espécie de “conspiração, de silêncio”. Nesse quadro, a editora de Guillaumin lhe oferecia a possibilidade de romper “[...] o monopólio retrógrado e intolerante exercido pela camarilha universitária”⁶⁷; por isso ele nutriu uma grande expectativa quanto à futura publicação.

A primeira carta dele ao editor a respeito do novo livro é bastante reveladora quanto às suas pretensões.⁶⁸ Ele se desculpa, dizendo que o trabalho o impediu de cumprir o compromisso de visitá-lo na capital e fala que se ocupava de uma obra importante, na qual não pretendia reformar a Economia Política sozinho, mas abrir o caminho para todos. Proudhon comentou ainda que, por uma coincidência singular, a ACMP pôs em concurso uma série de questões que, se bem consideradas, permitiriam avançar na ciência⁶⁹, pois tais propostas não se resolviam umas sem as outras e a associação, por exemplo, não poderia ser compreendida fora da ciência econômica.⁷⁰ Todavia, ele informou a Guillaumin que não terminaria seu livro para o concurso (prazo de inscrições se encerraria em 30 de setembro de 1844), mas, escreveria uma resposta original.⁷¹

⁶⁷ Carta a Ackermann, 4 out. 1844, T. II, p. 157.

⁶⁸ Proudhon escreve do “Cais Sainte-Marie-des-Chênes, 28”, pequena comuna próxima à fronteira com a Bélgica, Luxemburgo e Alemanha. Carta a Guillaumin, 15 ago. 1844, T. II, p. 138-143.

⁶⁹ As questões eram as seguintes: 1º) O problema da repartição dos salários, o qual abranger a determinação do valor; 2º) o dos *seguros*, o qual, no fundo, não é mais que o da *solidariedade* e o da associação; 3º) As consequências para o futuro do gosto, do bem-estar material, questão que conduz, para mim, a reconstituir toda a moral; 4º) A miséria, o que é, sob uma outra forma, o problema da *desigualdade de condições*. Cf. Carta a Bergmann, 24 out 1844, p. 165. Durante a redação do livro a ACMP colocou outras questões em concurso, que Proudhon menciona no prólogo PROUDHON, P.-J. *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. (Oeuvres complètes, 1) p. 59-60.

⁷⁰ Carta a Bergmann, 24 out. 1844, T. II, p. 166.

⁷¹ Também motivado pelas questões da ACMP Garnier publicou um longo artigo no *Journal des Économistes* (nº 58, 1846), depois editado como um panfleto: GARNIER, Joseph. *Sur l'association, l'Économie Politique et la*

Na mesma carta, Proudhon apresentou sinteticamente o plano da obra⁷² e mostrou que apesar do acolhimento entre os economistas, tinha noção dos receios do editor em virtude do seu passado; por isso prometeu se ater “aos limites da ciência”, dizendo também que a exigência da “frieza científica” o faria renunciar a uma publicação popular e de baixo preço, pois o livro teria entre seiscentas e oitocentas páginas.⁷³

Por outro lado, sabendo que lidava com o editor oficial da Economia Política na França, apresentou suas condições para publicar: exigiu o direito de refutação e crítica aos economistas⁷⁴, perguntou a Guillaumin se ele poderia garanti-lo, reiterando a promessa de usar a forma “mais polida e mais acadêmica possível”⁷⁵. Desse modo, Proudhon tentou preparar o espírito do editor para o texto que confeccionava, lembrando a este que era um livre pensador, um “católico muito medíocre e um dinástico ainda pior”, que seguia a prática aberta por Descartes do livre exame e a da soberania do povo de Rousseau, por esse motivo esperava do editor uma posição imparcial que não interferisse no conteúdo do texto.⁷⁶

Quanto ao andamento do trabalho, ele informou que acumulara materiais, que os planos estavam traçados, as demonstrações feitas e que precisaria de mais um mês de leitura, depois do qual iria remeter manuscritos regularmente⁷⁷, uma vez que sua intenção era publicar o livro em fevereiro ou março de 1845.⁷⁸ Também comentou que leu todos os números da “Revue”⁷⁹, e que seus textos, “para alguém que estuda Economia política na oficina, no rio ou

misere, position du problème de la misere, ou Considérations sur les moyens généraux d'élever les classes pauvres à une meilleure condition matérielle et morale. Paris: Guillaumin, 1846.

⁷² Carta a Guillaumin, 15 ago. 1844, p. 139-140.

⁷³ *Ibid.*, p. 140.

⁷⁴ Na correspondência, a crítica aos economistas é rotineira, não apenas por questões doutrinárias, mas pelo interesse de muitos economistas em conseguir postos e favores no governo. Ele cita em carta, sem nomear, o caso de um economista que ganhara ações para dirigir a estrada de ferro de Bordeaux-Teste. Carta a Maurice, 15 fev. 1846, T. II, p. 192.

⁷⁵ Carta a Guillaumin, 15 ago. 1844, T. II, p. 140.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 141.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 141-142.

⁷⁸ Publicado em outubro de 1845.

⁷⁹ Trata-se do *Journal des Économistes*.

na contabilidade, as resenhas dos estudiosos são uma boa fortuna”⁸⁰.

Pouco tempo depois, o trato com Guillaumin permitiu que ele recebesse parte do pagamento na forma de adiantamentos à medida que enviava os manuscritos e parte como percentual sobre a venda após a publicação. Assim, pela primeira vez, mostrando-se animado com as perspectivas de suas publicações, comentou com Maurice que as vendas de seus livros seguiam lentas, porém regulares, que a *1ª memória* poderia ser reeditada em breve e que - instalando-se em Paris, onde teria contato com autores, editores e um público interessado - esperava “ter um pouco de repouso e bem-estar”⁸¹.

A partir de agosto de 1844 Proudhon trabalhou na redação do livro, que seria publicado somente em 1846. Ao longo desse tempo, comentou o andamento do trabalho em suas cartas ao amigo Bergmann, caracterizando *Contraditions* como “[...] uma crítica geral da Economia política, do ponto de vista das antinomias sociais”⁸².

Uma avaliação recorrente na correspondência é de que “o socialismo, elevado à altura de ciência [...] não é outra coisa senão a Economia política [...]”⁸³. Noutra carta, Proudhon afirmou que a resposta para todas as questões “[...] nos devem ser dadas objetivamente pelo estudo das relações sociais criadas pelos fatos econômicos”⁸⁴. A possibilidade de determinar o valor era outra questão recorrente, assim como as críticas a Say por ter feito da indeterminação do valor um princípio.⁸⁵ Enfim, as cartas fornecem uma amostra do espírito que animou Proudhon durante a redação do livro; mas, apesar de todas as promessas de moderação, ele já dava mostras de que sua crítica aos economistas e à ACMP seria mordaz.

As relações amistosas com os economistas e a admiração que Proudhon demonstrou por alguns deles quando foi introduzido na *Société des Économistes* por Garnier e Blanqui

⁸⁰ Carta a Guillaumin, 15 ago. 1844, p. 141-142.

⁸¹ Carta a Maurice, 3 set. 1844, p. 148-149.

⁸² Carta a Bergmann, 19 jan. 1845, p. 174-176.

⁸³ Carta a Ackermann, 4 out. 1844, p. 160.

⁸⁴ Carta a Bergmann, 24 out. 1844, T. II, p. 166.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 168.

parecem ter sido abaladas enquanto redigia o livro, cedendo lugar a uma dura crítica. No início de 1846 ele escreveu a Maurice que “reexaminando este ano meus Economistas, eu os encontrei infectados desse espírito [do governo, da aristocracia e da alta burguesia] não se ocupando mais do que em obter lugares”⁸⁶. Assim, ele notava que progressivamente eles aderiam à ordem e abandonavam a tarefa de compreender a sociedade. Nesse contexto, suas expectativas de alcançar alguma posição em virtude das relações com os economistas ou da publicação do livro dissiparam-se:

Eu estou mais convencido do que nunca que não há mais lugar para mim nesse mundo, e me vejo em estado de insurreição perpétua contra a ordem das coisas. Um amigo íntimo, que vê o alto mundo, carinhosamente me advertiu para estar em guarda, pois eu sou um dos homens mais detestados e temidos.⁸⁷

As cartas que trocou com Guillaumin nos primeiros meses de 1846 revelam receios de parte à parte e, quando a redação foi chegando ao fim, o editor começou a se preocupar seriamente quanto à repercussão do livro. Em mais de uma oportunidade, temendo a reação dos economistas, ele sugeriu modificações e supressões⁸⁸, que o autor acatou parcialmente embora com certa resistência. Irritado com o editor, Proudhon escreveu: “[...] você está obstinado em não ver no meu livro mais que uma espécie de sátira da Economia política; ficará surpreso quando no final das contas, salvo algumas explicações que cabem ao nosso século obter, ver que no fundo é uma apoteose”⁸⁹. Dois meses depois, temeroso quanto a uma possível sanção por parte do governo monárquico, Guillaumin pediu que o autor suprimisse a frase “o último dos reis franceses?” que constava após o nome de Luis Felipe. Proudhon respondeu bastante irritado:

⁸⁶ Carta a Maurice, 15 fev. 1846, T. II, p. 192.

⁸⁷ Ibid., p. 193.

⁸⁸ Carta a Guillaumin, 4 abr. 1846, T. II, p. 194-195; Carta a Guillaumin, 18 maio 1846, T. II, p. 203-205.

⁸⁹ Carta a Guillaumin, 18 maio 1846, T. II, p. 205.

[...] suprimi como você exigia, as palavras que o preocupavam com relação a S. M. Luis Felipe. Essas palavras não faziam mais que resumir uma olhada filosófica que só se podia obter por uma leitura contínua da obra; você viu nelas uma ameaça revolucionária; não tenho nada que reprovar num homem que busca sua segurança. Sei que você preferiria muito mais à independência de minha linguagem, um estilo mais cheio de voltas, mais acadêmico e maneiras mais amáveis; porém, para isso teria sido preciso infundir-me mais fé nas instituições, mais estima pelos nossos costumes, mais consideração pelos homens. Posto que estas condições faltam, não conheço mais que a impiedosa justiça de minha consciência, e quisera ter um estilo infernal para flagelar tudo que me parece falso e mortal [...]

Um tempo se avizinha, senhor Guillaumin, em que um combate de morte será travado entre o Socialismo e a Economia política; entre a proibição e a não proibição; entre a democracia e a monarquia, etc. Esta batalha não deve empregar o canhão, mas sim a imprensa. Você está em posição, se quiser, de converter sua livraria no campo de batalha de todas as idéias [...]⁹⁰

Este segundo parágrafo chama a atenção sob vários aspectos. Na conflagração que Proudhon anuncia, são definidos dois pólos; num deles está o socialismo, a não proibição e a democracia; noutro: a Economia política, a proibição e a monarquia.⁹¹ Dessa forma, apesar de todas as suas críticas ao socialismo como um todo, fica evidente a identidade que ele reivindicava, bem como o caráter reacionário que ele atribuía à Economia Política. Assim, o conhecimento econômico era defendido por Proudhon unicamente na condição de ponto de partida, pois sua crítica e reforma seriam necessárias para que ele servisse ao socialismo. Nesse quadro, seria improvável que Guillaumin, conhecendo o teor do livro há quase dois anos, conseguisse vê-lo como uma “apoteose” da Economia Política, como Proudhon sugerira. O editor não poderia simpatizar com um texto no qual seus amigos economistas foram tão maltratados e ele próprio convocado a fazer de sua livraria um “campo de batalha”.

Enfim, o livro foi posto à venda em 15 de outubro de 1846⁹² e uma vez publicado,

⁹⁰ Carta a Guillaumin, 29 ago. 1846. Apud SAINTE-BEUVE. SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. *Proudhon: su vida y su correspondência*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945. p. 235-236.

⁹¹ A ordem do segundo par – “proibição e a não-proibição” – aparece invertida na carta, não se sabe se por lapso de Proudhon ou por opção da redação original. De qualquer maneira, o contexto de suas idéias permite estabelecer sem nenhuma dúvida o paralelismo entre socialismo, não-proibição e democracia de um lado, e Economia Política, proibição e monarquia de outro.

⁹² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 186.

Guillaumin limitou-se a dizer: “a culpa é de Garnier”⁹³. Após a publicação Proudhon se tornou ainda mais rude e, em novembro, questionou o editor quanto à distribuição do livro para os críticos dos jornais, tecendo os seguintes comentários sobre sua postura:

Eu lamento não estar de acordo com você sobre os motivos de exclusão com os que pretende justificar sua especialidade estreita de editor economista, e lhe direi claramente que sim, em seu comércio você está submetido a uma lei de proscricção, como um livreiro de seminário, contra tudo o que possa contrariar os interesses de seus patronos, você já não está dentro das condições do livre exame, da imprensa livre, nem mesmo do livre-câmbio [...] Os senhores economistas, não se ofenda, *têm ainda* muitas coisas que aprender para serem absolutamente competentes, mesmo na sua própria especialidade. Isso é dito sem que eu queira de modo algum diminuir aos vossos olhos os méritos de vossos amigos. Não é com palavras que não significam nada, como ‘laissez faire, laissez passer’, que se pode hoje em dia dar uma satisfação aos homens que perguntam: ‘Que fazer, e para onde ir?’⁹⁴

Tais palavras colocam em evidência o ambiente de animosidade entre ambos, além de refletire a radicalização da crítica proudhoniana aos economistas.

3.4 – De Deus à Economia Política: à procura da ordem natural

Contraditions representou o ponto culminante da fase crítica de Proudhon, que segundo ele mesmo, encerrou-se em 1847, antes da Revolução de 1848, a partir de quando ele buscou oferecer soluções para o problema social.

Sainte-Beuve comenta que, apesar da epígrafe bíblica - *Destruam et Aedificabo* (Deuteronômio) -, nesse livro Proudhon só destruiu e prometeu a edificação para o futuro.⁹⁵ Dessa forma, o livro retomou e desenvolveu todas as questões econômicas já tratadas anteriormente, separando-as em capítulos intitulados “primeira época”, “segunda época” e assim por diante, que, na verdade, possuem um encadeamento lógico e não histórico como

⁹³ Ibid., p. 170.

⁹⁴ Carta a Guillaumin, 7 nov. 1846, T. II, p. 224-226.

⁹⁵ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 186.

podem sugerir os títulos.⁹⁶ No entanto, antes de abordá-los, o livro começa por um prólogo no qual o autor pretendeu simplesmente examinar a hipótese de Deus. Era, certamente, algo incomum num livro de Economia Política⁹⁷ da época, mas que fazia todo sentido diante do desenvolvimento do pensamento proudhoniano, pois ele entendia “[...] que as questões sobre Deus, sobre o destino humano, sobre as ideias, sobre a certeza, numa palavra, que todos os problemas elevados da filosofia formavam parte integrante da ciência econômica [...]”⁹⁸. Ora, essa consideração é plenamente coerente com a trajetória pretérita de Proudhon, para quem a Economia Política abrangia um vasto campo, conforme já foi abordado nos capítulos anteriores.

Como bem demonstrou Vincent, a formação católica de Proudhon e o ambiente social francês da época influíram para que suas primeiras ideias sociais tivessem uma conotação cristã, tanto que esse autor qualifica de “socialismo cristão” o pensamento proudhoniano entre 1832 e 1842.⁹⁹ Ora, esse caráter religioso do socialismo não apenas era comum como também predominante no socialismo francês do período, tanto assim que a palavra socialismo tem sua conotação originária ligada à religiosidade.¹⁰⁰ Entretanto, entre 1842 e 1846, Proudhon rompeu progressivamente com o catolicismo e com o cristianismo, adotando uma posição que ele próprio denominou de antiteísta.¹⁰¹

Esse processo de transição estava consolidado quando *Contradictions* foi publicada e o prólogo do livro, que testemunha esse fato, pode ser compreendido como um acerto de contas entre o autor e sua antiga consciência religiosa. Nesse contexto, o prólogo pode ser

⁹⁶ “[...] lembrarei o leitor que não fazemos aqui uma história segundo a ordem no tempo, mas sim segundo a sucessão das idéias [...]” PROUDHON. *Contradictions*. p. 179.

⁹⁷ Marx também reprovou essa mescla de temas religiosos e morais com a Economia Política logo no início da Filosofia da Miséria: “A obra do Sr. Proudhon não é simplesmente um tratado de economia política, um livro comum; é uma Bíblia [...]” MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004. (Coleção Fundamentos de Filosofia) p. 22.

⁹⁸ Carta a Bergmann, 4 jun. 1847. Apud SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 194.

⁹⁹ VINCENT. Op. cit., p. 33-78. A memória de Proudhon sobre a celebração do domingo expressou essas características de maneira cristalina.

¹⁰⁰ PROUDHON. Op. cit., p. 76.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 79.

entendido como um resumo de sua própria trajetória intelectual, em que caminha da Religião à Economia Política, retomando temas discutidos em seus livros anteriores. O texto estabelece a vinculação entre a Religião, a Moral - que dela se emancipa - e a Economia Política - que absorve e veicula a Moral dali para diante. A proximidade com o percurso da Filosofia na modernidade descrito por Rosanvallon é bastante evidente, com o importante diferencial de que para Proudhon a Economia Política não apenas não se emancipa da Moral; como também a incorpora e lhe fornece objetividade.

A questão da regulação social, que para o primeiro foi o principal problema da Filosofia a partir do século XVIII, esteve presente na busca proudhoniana pela ordem na humanidade, na qual ele identificou precisamente um deslocamento do plano religioso para o plano social ao afirmar que “[...] enquanto para os homens de outrora a ordem acusava uma inteligência *fora* do mundo, para os modernos ele parece antes acusá-la *no* mundo”¹⁰².

Mas, Proudhon tinha consciência de que essa busca pela ordem, até então procurada *fora* do mundo, era associada à própria ideia de Deus. Ao supor a existência de uma ordem, supõe que existe um Deus, que a sociedade é governada com “conselho, premeditação e inteligência”¹⁰³; por isso mesmo; ele afirmou que “[...] Deus, o grande Desconhecido tornou-se uma hipótese para mim, quer dizer, um instrumento dialético”¹⁰⁴. Aqui não se trata de nenhuma provocação anticlerical, como em outras passagens de sua obra, mas apenas da afirmação de que tem “[...] necessidade da hipótese de Deus para mostrar o vínculo que une a civilização à natureza”¹⁰⁵. Afinal, Deus criou uma natureza ordenada, cujas leis de funcionamento podem ser descobertas por meio da ciência e estendidas à sociedade. Trata-se do mesmo raciocínio deísta tão presente nos filósofos das luzes no século XVIII.

Assim, preservando Deus, Proudhon aponta o fracasso da religião na busca pelo

¹⁰² Ibid., p. 45.

¹⁰³ Ibid., p. 52.

¹⁰⁴ Ibid., p. 33-34.

¹⁰⁵ Ibid., p. 54.

ordenamento do mundo, o que levou a humanidade a buscar a ordem no plano secular. Por isso, quando ele afirma que tem “[...] necessidade da hipótese de Deus para fundar a autoridade da ciência social”¹⁰⁶, está apenas expressando, que ambos – Deus e a ciência social - cumprem para a humanidade a mesma função: revelar as leis que governam o mundo natural e social e, com base nisso, “[...] a ciência tem o direito de participar do governo e é isso que funda sua competência enquanto conselho e justifica sua intervenção como soberana”¹⁰⁷. Portanto, guiado pela ciência, o homem pode interagir com a natureza por meio do trabalho, fazer de seu esforço uma operação criadora e dessa maneira, o trabalho permite ao homem sua realização integral, fazendo dele um ser moral:

[...] a identidade das leis da natureza e das leis da razão, permite-nos ver na indústria humana o complemento da operação criadora, torna solidários o homem e o globo que ele habita e – nos trabalhos de exploração deste domínio onde fomos colocados pela Providência e que assim se torna parcialmente nossa obra – esta hipótese faz conceber o princípio e o fim de todas as coisas. Assim, se a humanidade não é Deus, ela continua Deus; ou, se preferirmos outro estilo, aquilo que hoje a humanidade faz com reflexão é a mesma coisa que ela começou a fazer por instinto e que a natureza parece cumprir por necessidade [...] quando tivermos definitivamente organizado entre nós o trabalho, poderemos dizer com orgulho: A criação está explicada.¹⁰⁸

À luz dessas reflexões é possível constatar o quão vinculados estavam trabalho e moral no pensamento proudhoniano e, por conseguinte, como lhe parecia despropositada a separação da Economia Política e da Moral.

Se, por um lado, Proudhon manteve um forte sentido moral nessas reflexões, por outro, ele recusou qualquer conteúdo religioso a essa mesma moral. As pregações repletas de altruísmo dos socialistas serão avaliadas por ele como sobrevivências religiosas, exortações morais sem nenhum lastro nas leis naturais, feitas unicamente a partir de um voluntarismo que as ignora. Para ele, o humanismo derivava da ideia divina, pois partia de uma “[...] dedução

¹⁰⁶ Ibid., p. 52.

¹⁰⁷ Ibid., p. 54, grifo nosso.

¹⁰⁸ Ibid., p. 54, grifo nosso.

feita dos atributos fantásticos e hiperbólicos de Deus [...]”¹⁰⁹. Ora, para ele, isso não correspondia à verdadeira natureza humana, não tomava o mundo pelo que de fato era. Assim, o humanismo era uma religião tão detestável como todos os teísmos de origem antiga, porque buscava a utopia de um mundo perfeito, baseava-se no entusiasmo, na imaginação de que é possível eliminar todas as contradições da vida e alcançar a harmonia natural.

Em suma, Proudhon identificou no socialismo uma sobrevivência religiosa condenada a perecer, pois era um sistema de ideias que ignorava a ciência. Para ele, os socialistas absorveram da religião a ideia mística de transcendência, o que só poderia dar margem a utopias. Assim, seu combate ao socialismo chamado por ele de utópico, nasceu da recusa à religião.

A crítica à transcendência já tinha sido feita em *Création*, a propósito de alguns sistemas filosóficos, mas ela é retomada noutra patamar em *Contradictions*. Proudhon nota que “todo esforço, mesmo o daqueles que na seqüência de Bossuet, Vico, Herder e Hegel, aplicaram-se à filosofia da história, foi o de, até o momento, constatar a presença de um destino providencial, que preside a todos os movimentos do homem [...]”¹¹⁰. Ele identificou, ainda, a substituição da escatologia cristã por uma escatologia secular expressa na ideia dominante – “a mais popular e mais autêntica do século” - a “*idéia de progresso*”¹¹¹, que desempenha o mesmo papel da *revelação* outrora:

[...] o latim *revelatio*, do mesmo modo que o grego *apokálypsis*, significa literalmente desenvolvimento, progresso; mas a antiguidade histórica via esse desenvolvimento numa história narrada, antes do acontecimento, pelo próprio Deus, enquanto que a razão filosófica dos modernos o vê na sucessão dos fatos acontecidos. A profecia não é o oposto, é o mito da filosofia da história.¹¹²

¹⁰⁹ Ibid., p. 50, grifo nosso.

¹¹⁰ Ibid., p. 34.

¹¹¹ Ibid., p. 247.

¹¹² Ibid., p. 247.

E, ao mesmo tempo em que Proudhon valorizava o progresso, demonstrava receios quanto às Filosofias da História, dizendo que “um pouco de filosofia afasta da religião [...] e muita filosofia nos traz de volta a ela [...]”¹¹³. A menção a Hegel não é fortuita, uma vez que, conforme já examinado, o socialista manteve intenso contato com os hegelianos alemães, conseqüentemente, todas as menções feitas a esse respeito demonstram que ele guardou precauções perante a dialética hegeliana em função da ideia de síntese, caracterizando-a como teológica e transcendental.¹¹⁴ Assim, há elementos suficientes para concluir que Proudhon associou a síntese hegeliana à utopia, no sentido de que ambas refletiriam mais uma vontade do que uma análise da realidade. Isso fica particularmente evidente quando ele criticou a primeira por se adiantar aos fatos, questão que ele retoma em *Contradictions* quando afirma que:

[...] o campo de exploração da filosofia encontra-se determinado: a tradição é o ponto de partida de toda a especulação sobre o futuro; a utopia está descartada para sempre [...] a teoria da razão se deduz não mais da vacuidade do intelecto, mas sim das formas inumeráveis de uma natureza ampla e diretamente observável.¹¹⁵

Ou seja, ele assimilava a especulação sobre o futuro à tradição e não à ciência, em que a observação é a fonte da qual se pode extrair qualquer conclusão. Dessa forma, para Proudhon, a ideia da transcendência fundava a utopia da comunidade socialmente harmônica desejada pelos comunistas no período, que ele rejeitava como uma mistificação. Esse tema percorreria *Contradictions* do início ao fim, não apenas como uma crítica da Economia Política, mas uma ácida crítica ao socialismo que ele qualificava de utópico.

O aparente despropósito do prólogo sobre Deus evidencia a crítica à transcendência e à utopia, que por sua vez estava na raiz das precauções de Proudhon quanto à síntese. Resultou daí um livro no qual ele procurou explorar os aspectos antinômicos ou contraditórios

¹¹³ Ibid., p. 41.

¹¹⁴ Carta a Bergmann, 24 out. 1844, T. II, p. 167.

¹¹⁵ PROUDHON. Op. cit., p. 54.

da Economia Política e da economia. Em cada um dos capítulos - valor, concorrência, divisão do trabalho, e assim por diante - o autor defende, tal qual um advogado, os aspectos positivos e, a seguir, posiciona-se no lado oposto, ressaltando os aspectos negativos. A respeito disso, Sainte-Beuve comenta que, ao percorrer o texto, o leitor se pergunta se é “um método, uma tática, uma ironia, um jogo, ou uma simples convicção”, sem saber ao certo onde autor pretende chegar.¹¹⁶ Até mesmo os amigos mais próximos de Proudhon tiveram uma reação semelhante, como, por exemplo, Tissot que lhe perguntou porque não oferecia soluções, recebendo a seguinte resposta:

Você preferiria a este dédalo de contradições a expressão do ‘princípio superior’, que concilia todos os contrários. Concebo sua impaciência; mas é como se você reprovasse eu não descobrir antes de buscar. Tudo o que publiquei até o momento, não é outra coisa que a minha investigação, da qual fiz confidência ao público à medida que avançava. Atualmente, estou em condições de dar as preliminares desta organização social, cujas últimas leis não podem ser conhecidas senão à medida que se produzam novos fatos, sem os quais me é impossível ir mais adiante [...]¹¹⁷

Portanto, a recusa da síntese nesse livro não tem caráter doutrinal, ou seja, ele não considera impossível alcançá-las, apenas deixa claro que ela deve se apoiar em fatos, não sendo simplesmente o produto de uma mente inspirada que impõe suas ideias à realidade.

Quando tratou da contradição entre *socialismo* e *propriedade* no primeiro capítulo Proudhon foi bastante explícito, afirmando que a

[...] verdade encontra-se não na exclusão de um dos contrários, mas somente na conciliação de ambos; eu digo que é fato adquirido pela ciência que todo antagonismo, seja na natureza, seja nas idéias, resolve-se num fato mais geral, ou numa fórmula complexa que faz concordar os oponentes absorvendo, por assim dizer, um e outro. Não poderíamos, pois, nós homens do senso comum, aguardando tal solução que sem dúvida o futuro realizará, prepararmos-nos para tão grande transição pela análise das potências em luta, bem como de suas qualidades positivas e negativas? Um tal trabalho, executado com exatidão e consciência, mesmo que não nos conduza de vez à solução, terá ao menos a inapreciável vantagem de nos revelar as condições

¹¹⁶ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 187-188.

¹¹⁷ Carta a Tissot, 13 dez. 1846. Apud Ibid., p. 188.

do problema e por isso nos manter prevenidos contra toda a utopia.¹¹⁸

O prólogo se encerra com Proudhon evocando as diversas questões a respeito da economia e da sociedade postas em concurso pela ACMP nos últimos anos¹¹⁹:

Há alguns anos, a mesma Academia perguntava: ‘Quais são as causas da miséria?’ [...] É sempre a mesma questão da desigualdade de fortunas, que tanto ruído fez há um século atrás, e que por uma estranha fatalidade reproduz-se sem cessar nos programas acadêmicos, como se fosse um verdadeiro nó dos tempos modernos.¹²⁰

Para ele, a simples reiteração de questões semelhantes evidenciava o fracasso da academia em respondê-las satisfatoriamente. De qualquer maneira, o que importa é que as questões tenham sido colocadas em debate, pois, “[...] quando a sociedade profetiza, ela interroga-se pela boca de uns e responde-se pela boca de outros”¹²¹, e Proudhon pensava que caberia a ele a tarefa de resolver o que a Economia Política não foi capaz.

3.5 - Crítica e reforma da Economia Política

O capítulo “Da Ciência Econômica” é iniciado com a frase “Eu afirmo a REALIDADE de uma ciência econômica” e examina o status do conhecimento econômico, sua definição, seu campo e os desenvolvimentos necessários a ele. A seguir, reafirma a “[...] *certeza absoluta* ao mesmo tempo que o *caráter progressivo* da ciência econômica que é, em minha opinião, dentre todas as ciências a mais compreensiva, a mais pura e a melhor traduzida em fatos [...]”¹²². Porém, apesar de afirmar sua realidade, Proudhon se apressa em dizer que não considera como

[...] ciência o conjunto incoerente de teorias ao qual, há aproximadamente

¹¹⁸ PROUDHON. Op. cit., p. 72.

¹¹⁹ Ibid., p. 55-60.

¹²⁰ Ibid., p. 56-57.

¹²¹ Ibid., p. 57.

¹²² Ibid., p. 65.

cem anos, foi dado o nome oficial de *Economia política* e que, apesar da etimologia do nome, ainda não é senão o código ou a rotina imemorial da propriedade. Estas teorias nos oferecem apenas os rudimentos, ou a primeira seção da ciência econômica e é esta a razão, assim como a propriedade, de tais teorias serem totalmente contraditórias entre si e na maior parte do tempo inaplicáveis. A prova desta asserção, que é em certo sentido a negação da Economia política tal como nos foi transmitida por A. Smith, Ricardo, Malthus e J. B. Say e que vemos estacionar há meio século, decorrerá particularmente da presente memória.¹²³

Portanto, a Economia Política seria apenas o esboço de uma verdadeira ciência, limitada à sua “primeira seção”, de onde se conclui que ele seguiu reivindicando a mesma extensão do campo para Economia Política exposta em *Création*. Aqui, Proudhon não fez mais do que reafirmar suas ponderações acerca do potencial e da estagnação da ciência econômica.

No entanto, se a crítica da Economia Política é a mais evidente, não constitui o único alvo de Proudhon no livro, pois, para ele, “[...] duas potências disputam o governo do mundo, anatematizando-se com o fervor de dois cultos hostis: a Economia política, ou a tradição e o socialismo, ou a utopia”¹²⁴. Nesse sentido, eles constituem dois polos contraditórios, a maior de todas as antinomias, por isso seu livro faz uma crítica de ambos ao longo do texto:

A Economia política inclina-se à consagração do egoísmo e o socialismo à exaltação da comunidade. Os economistas, salvo algumas infrações aos seus princípios – pelos quais eles julgam dever acusar os governos – são otimistas quanto aos fatos consumados; os socialistas o são com relação aos fatos a cumprir-se. Os primeiros afirmam que o que deve ser *é* e os segundos dizem que o que deve ser *não é*.¹²⁵

Nesse quadro, Proudhon informa que o objetivo de seu livro é investigar o que existe de “necessário e de verdadeiro na Economia Política? Para onde ela vai? O que pode? O que

¹²³ Ibid., p. 66-67, grifo nosso. “Smith, Say e Malthus, esses três nomes abarcam todo o grande período econômico [...] os que os precederam fizeram misticismo, e o que os seguiram não fizeram mais que desenvolver suas idéias [...]” Carta a Guillaumin, 18 maio 1846, T. II, p. 205.

¹²⁴ PROUDHON. Op. cit., p. 67. Em diversas passagens Proudhon vai reiterar essa apreciação: “Quanto ao socialismo, ele já foi julgado há muito tempo por Platão e por Thomas Morus em uma única palavra: UTOPIA, que dizer *não-lugar*, quimera”. Ibid., p. 85.

¹²⁵ Ibid., p. 68-69.

ela quer para nós? [...] O que vale o socialismo?”, entendendo que a mesma investigação esclareceria isso, pois no final das contas:

[...] a meta a que se propõem o socialismo e a Economia política é a mesma, a saber a liberdade, a ordem e o bem-estar para todos os humanos, é evidente que as condições a serem preenchidas, ou em outros termos, as dificuldades a vencer para atingir tal meta são as mesmas para ambos, e que, portanto resta-nos apenas pesar os meios tentados ou propostos por uma e outra parte [...]¹²⁶

Para Proudhon isso é possível, pois a despeito das divergências, os socialistas e os economistas demandam uma ciência una e indivisível, de qual reconhecem a autoridade. Os socialistas não conseguem “[...] colocar-se de acordo nem sobre o conteúdo, nem sobre os limites, nem sobre o método desta ciência [...]”;

ao passo que os economistas entendem que “[...] a ciência social não é outra senão a Economia política”¹²⁷. Diante disso, ele assumiu a tarefa de esclarecer cientificamente ambos os lados, pois a Economia Política tomou “[...] por ciência seus farrapos de teoria, recusando-se a todo progresso ulterior e por outro lado, o socialismo, abdicando da tradição, tende a reconstruir a sociedade sobre bases inexistentes”.

Para ele, a crítica da Economia Política não é apenas necessária ao socialismo, mas a sua própria condição de existência, pois qualquer hipótese socialista deve observar o que se passa nas práticas econômicas. Assim, Proudhon entendia que “o socialismo nada mais é do que uma crítica profunda e um desenvolvimento incessante da Economia política”¹²⁸. Segundo ele, essa aproximação entre o socialismo e a Economia Política já havia começado, a ideia de que o valor nasce do trabalho abriu essa perspectiva e os socialistas não perderam a oportunidade:

[...] apoderando-se do princípio de que o trabalho é a fonte de todas as rendas, começaram a pedir contas aos detentores dos capitais de todas as suas rendas e benefícios e, da mesma forma como os economistas tinham

¹²⁶ Ibid., p. 72.

¹²⁷ Ibid., p. 73.

¹²⁸ Ibid., p. 76.

tido a sua primeira vitória ao generalizar sob uma expressão comum a renda e a usura, da mesma forma os socialistas tiveram a sua vingança fazendo desaparecer, sob o princípio ainda mais geral do trabalho, os direitos senhoriais do capital. A propriedade foi completamente demolida e os economistas tiveram que se calar.¹²⁹

Assim, ao invés de simplesmente criticar e voltar às costas ao conhecimento econômico, ele pensa que o socialismo deve exigir um ajuste coerente da própria Economia Política pedindo que ela “[...] explique a ficção do capital e o mito da propriedade e que os concilie com a teoria que atribui ao trabalho a origem de toda a riqueza [...]”; pois a

[...] teoria da produtividade real do trabalho e a da produção fictícia do capital são ambas essencialmente econômicas; o socialismo teve apenas o trabalho de demonstrar sua contradição [...] Tudo o que o socialismo poderia exigir em tal caso seria que a Economia política fosse obrigada a conciliar suas teorias ou que ele mesmo se encarregasse desta espinhosa comissão.¹³⁰

Proudhon parece estar convencido de que a missão de reformar a Economia Política cabe aos socialistas e espera contribuir nesse sentido.¹³¹ Para ele, uma evidência do fracasso dos economistas em sua própria especialidade são os concursos promovidos pela ACMP.

O que! Economistas, uma Academia colocando em concurso uma questão [a relação entre lucros e salários] cujos termos ela mesmo não compreende! [...] Como os teólogos, que respondem aos problemas da metafísica com mitos e alegorias, que por sua vez reproduzem sempre os próprios problemas sem jamais resolvê-los, os economistas respondem às questões que eles mesmos se põem contando de que maneira foram levados a colocá-las: aliás, se eles pudessem ir além disso, deixariam de ser economistas.¹³²

De acordo com Proudhon, a limitação da Economia Política tinha uma razão de ser: a recusa da objetividade do valor. Então, o que ele reprovava nos economistas era o abandono

¹²⁹ Ibid., p. 78, grifo nosso.

¹³⁰ Ibid., p. 78-79.

¹³¹ “[...] existe uma fórmula de conciliação superior às utopias socialistas e às teorias truncadas da Economia política, e que se trata de descobri-la.” Ibid., p. 81.

¹³² Ibid., p. 81.

dos fundamentos lançados por Smith¹³³, e assim, sua crítica aos economistas franceses¹³⁴ assumia o caráter de defesa de um dos fundamentos da Economia Política, entendendo que a impossibilidade de explicar satisfatoriamente a relação entre lucros e salários residia justamente nisso:

Qual é, portanto o salário de um operário? O menos que puder lhe ser dado, isto é, não se sabe. Qual deve ser o preço de uma mercadoria levada ao mercado pelo empresário? O maior que ele puder obter, ou seja, uma vez mais: não se sabe. É até mesmo proibido, em Economia política, supor-se que as mercadorias ou as jornadas de trabalho possam ser calculadas, se bem que se convencie que elas possam ser avaliadas e isso pela razão, dizem os economistas, que a avaliação é um operação essencialmente arbitrária, que não pode chegar jamais a alguma conclusão certa e segura. Como, portanto, encontrar a razão de duas incógnitas que, segundo a Economia política, não podem em caso algum ser calculadas?¹³⁵

É possível afirmar que o ponto nevrálgico da crítica proudhoniana à Economia Política francesa residia na objetividade da teoria do valor, pois somente ela conferiria o necessário grau de cientificidade equivalente ao das ciências naturais à ciência econômica. Isso se torna evidente num comentário em que Proudhon rejeita a oscilação dos valores como sinônimo de sua indeterminação, pois quem diz:

[...] *oscilação* supõe necessariamente uma direção média para qual o centro de gravidade do valor é puxado sem cessar. E quando a Academia pede que se *determine as oscilações do lucro e do salário*, ele pede por isso mesmo que se *determine o valor*. Ora é isso precisamente o que repelem os senhores acadêmicos: eles não querem ouvir falar que se o valor é variável, ele é por isso mesmo determinável, que a variabilidade é indício de determinabilidade. Eles pretendem que o valor, variando sempre, não pode jamais ser determinado. É como se sustentássemos que, sendo dado o número de oscilações, a latitude e a elevação do local em que se faz a experiência, não se pudesse determinar o valor do comprimento do pêndulo

¹³³ Neste primeiro capítulo Proudhon se coloca como um herdeiro de Smith, Say, Ricardo e até Malthus e presta homenagem a todos eles pelo desenvolvimento que proporcionaram à Economia Política. Ibid., p. 86. No caso de Malthus, apesar de discordar frontalmente de sua doutrina social. Cf. PROUDHON, P.-J. Les Malthusiens. *Le Représentant du Peuple*, Paris, nº 98, 11 out. 1848.), Proudhon reconhece que ele revela a verdade mais crua e reacionária da Economia Política: os pobres excedentes tem que morrer, eis aí “em poucas palavras, a teoria de Malthus – e aí reside o grande mérito deste escritor, mérito que nenhum de seus confrades jamais cogitou reconhecer-lhe – é uma redução ao absurdo de toda a economia política.” Ibid., p. 83-84.

¹³⁴ BÉRAUD. Op. cit., p. 3.

¹³⁵ PROUDHON. Op. cit., p. 81-82, grifo nosso.

porque este está em movimento. Tal é artigo de fé da Economia política.¹³⁶

Contra todos esses desvios, ele seguiu acreditando que a Economia Política oferecia, como nenhuma outra ciência, a possibilidade de compreender a sociedade. Mais do que isso, para ele, era “[...] preciso reconhecer que os elementos deste estudo estão todos contidos na Economia política; eu creio exprimir o sentimento geral, dizendo que esta opinião tornou-se a da imensa maioria dos espíritos”¹³⁷. Na concepção proudhoniana, encerrara-se o tempo das revoluções e das reformas políticas – antes predominantes – e a relação jurídica perdia importância perante às relações sociais, cuja substância eram as relações econômicas.¹³⁸ Nesse sentido, para Proudhon a “[...] a ciência econômica, antes de buscar como as coisas *devem se passar* na sociedade, tinha que nos dizer como elas *se passam* [...]”, somente com base nesse conhecimento seria possível transformar a sociedade.

Numa sequência lógica, a transformação da realidade social exigiria seu conhecimento, algo que somente se alcançaria por meio da Economia Política, ainda que ela fosse um instrumental incompleto que Proudhon se empenhou em criticar e reformar. Na época, ele definia dessa maneira a situação da Economia Política:

Representemos, portanto, a Economia política como uma imensa planície, repleta de materiais preparados para um edifício. Os operários aguardam o sinal, cheios de ardor e inflamados para se porem à obra; mas o arquiteto desapareceu sem deixar os planos. Os economistas guardaram na memória muitas coisas: infelizmente não possuem sequer a sombra de um esboço. Conhecem a origem e o histórico de cada peça e o quanto custou para ser moldada, sabem qual é a melhor madeira para os pontalotes e qual argila dá os melhores tijolos; sabem o quanto se gastou em ferramentas e carretos e qual é o salário dos trabalhadores de pedra e dos carpinteiros, mas não conhecem a destinação e o lugar de nada. Os economistas não podem dissimular que têm sob os olhos os fragmentos desordenadamente lançados de uma obra-prima, *disjecti membra poetae* [os membros dispersos do poeta]; mas lhes foi impossível até o momento achar o seu desenho geral e todas as vezes que tentaram algumas aproximações, encontraram apenas incoerências. Desesperando ao fim de combinações sem resultado, acabaram por erigir em dogma a inconveniência arquitetônica da ciência ou,

¹³⁶ Ibid., p. 83.

¹³⁷ Ibid., p., p. 86.

¹³⁸ NEGRO. Op. cit., p. 108.

como eles dizem, os *inconvenientes* de seus princípios, ou seja, numa palavra: eles negaram a ciência.¹³⁹

Uma nota de rodapé do mesmo autor, indicada ao final dessa passagem, critica o político e economista Leon Faucher pela distinção que este fazia entre os “dados complexos” da realidade e a “ciência pura” da Economia Política¹⁴⁰, o que, segundo o socialista, era sintomático das carências da ciência econômica. Assim, enquanto os economistas limitavam as pretensões da ciência, conforme Rosanvallon ressaltou¹⁴¹, Proudhon seguia defendendo a identificação entre a realidade econômica e sua representação teórica - a Economia Política -, mas para isso:

[...] Estamos forçados, portanto, a retomar o exame da Economia política, pois somente ela contém, ao menos em parte, os materiais da ciência social; e devemos verificar se suas teorias não ocultam algum erro cuja retificação conciliaria o fato e o direito, revelaria a lei orgânica da humanidade e daria a concepção positiva da ordem.¹⁴²

Mas, se a Economia Política possui todo esse potencial, ela necessita determinar rigorosamente o valor para converter-se de fato em ciência. Portanto, do ponto de vista lógico *Contradictions* se estrutura em torno do valor, conceito que norteará a análise daqui em diante.

3.6 – A necessidade da determinação do valor

“O VALOR é a pedra angular do edifício econômico. O divino artista que nos encomendou a continuação de sua obra, não a explicou a ninguém; mas, a partir de alguns indícios, podemos conjecturá-lo”¹⁴³. Assim, Proudhon abre o segundo capítulo, “Do valor”, ao mesmo tempo, reafirmando seu deísmo e deixando claro que o conceito fundamenta toda a Economia Política. A importância do capítulo no conjunto do livro é tão crucial que o autor

¹³⁹ PROUDHON. Op. cit., p. 86-87.

¹⁴⁰ Ibid., nota p. 87.

¹⁴¹ ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002. p. 255.

¹⁴² PROUDHON. Op. cit., p. 89.

¹⁴³ Ibid., p. 90.

literalmente suplica a atenção do leitor.¹⁴⁴

O conceito de valor constituído que Proudhon tenta desenvolver torna-se mais compreensível se observado no conjunto do seu pensamento, pois, conforme já foi observado e reconhecido por diversos estudiosos de seu pensamento, a noção de justiça é da maior importância em sua obra. Todavia, essa noção deve ser encarnada objetivamente nas trocas. Em função disso, a definição do valor de troca como uma substância mensurável é essencial para que ele possa ser determinado e anule qualquer variação aleatória ou arbitrária. Evidentemente, nesse quadro, ele pensa num mercado justo e funcional, no qual as trocas empíricas representem de fato os valores incorporados nos produtos. Assim, o autor pretendia precisar as condições sociais necessárias à generalização da lei do valor.¹⁴⁵

Nessa perspectiva, o socialista francês retomou a distinção dos economistas clássicos entre o “valor *de uso*, ou valor em si”, definido como tudo que é capaz de prestar algum serviço; e “valor de troca, ou de opinião”¹⁴⁶, definido como a capacidade que os produtos têm de darem-se uns pelos outros.¹⁴⁷ Ambos fazem parte de uma mesma unidade contraditória, “o valor útil e o valor trocável encontram-se desta forma fatalmente encadeados um ao outro”¹⁴⁸, pois “[...] no valor, não há nada de útil que não se possa trocar e nem nada de trocável que não seja útil: o valor de uso e o valor de troca são inseparáveis”¹⁴⁹.

Segundo Proudhon, na situação vigente, o valor de troca das mercadorias oscilava independentemente da “quantidade de trabalho dispensada em sua produção”¹⁵⁰ e dessa irregularidade, socialistas e economistas deduziam consequências opostas:

[...] os primeiros a tomaram como pretexto para caluniar a Economia

¹⁴⁴ Ibid., p. 90.

¹⁴⁵ Enquanto Marx pensava justamente na superação da lei do valor conforme evidencia ao longo da *Miséria da Filosofia*.

¹⁴⁶ PROUDHON. Op. cit., p. 90.

¹⁴⁷ Ibid., p. 92.

¹⁴⁸ Ibid., p. 96.

¹⁴⁹ Ibid., p. 100.

¹⁵⁰ Ibid., p. 95.

política e excluí-la da ciência social; os outros para rejeitar qualquer possibilidade de conciliação entre os termos e para afirmar como lei absoluta do comércio a incomensurabilidade dos valores, e, portanto, a desigualdade das fortunas [...] ¹⁵¹

Nessa situação, a liberdade comercial equivalia a uma produção necessariamente indeterminada ¹⁵² e os economistas sancionavam o “arbítrio comercial”. Por outro lado, segundo Proudhon, muitos dos socialistas, tentando impedir isso, defendiam a regulação estatal dos preços e caíam no arbítrio administrativo; assim, destruiriam a liberdade para criar a igualdade. ¹⁵³ Mas, para ele, embora não se traduzisse de fato nos preços praticados, a lei do valor não deveria ser abandonada.

Examinando a posição dos economistas franceses no período, o autor menciona um episódio no qual a ACMP, “saindo de suas atribuições”, examinou uma memória que propunha o cálculo de tabelas de valor para cada mercadoria segundo as jornadas de trabalho e a produtividade em cada ramo da economia. Pouco tempo depois, o *Journal des Économistes* ¹⁵⁴ reagiu a essa memória “usurpadora aos seus olhos” ¹⁵⁵, criticando-a em nome dos verdadeiros princípios da Economia Política. A refutação não poderia ser mais eloquente para ilustrar a posição dos economistas quanto à teoria do valor:

‘Não existe [...] a medida do valor, o estalão do valor; é a própria ciência econômica que diz isso, assim como a ciência matemática nos diz que não existe o movimento perpétuo ou a quadratura do círculo e que tal quadratura e tal movimento não se encontrarão jamais. Ora, se não há estalão do valor, se a medida do valor não é mais do que uma ilusão metafísica, qual é, portanto, em definitivo, a regra que preside as trocas?... É, nós já o dissemos, a *oferta* e a *demanda* de uma maneira geral, eis a última palavra da ciência’ ¹⁵⁶.

¹⁵¹ Ibid., p. 98.

¹⁵² Ibid., p. 96-97.

¹⁵³ Ibid., p. 97.

¹⁵⁴ Edição de agosto de 1845.

¹⁵⁵ Ibid., p. 101. As citações destacadas mostram que Proudhon tinha plena consciência da disputa de campo entre a ACMP e os economistas reunidos no *Journal* e na *Société*.

¹⁵⁶ Ibid., p. 101.

Proudhon refuta essa conclusão por considerá-la superficial e pergunta por que a ideia “[...] de medir, e conseqüentemente fixar, o valor repugna à ciência? Afinal, [...] todos os homens acreditam nessa fixação, todos a querem, a buscam e a supõem [...]”¹⁵⁷. Para ele a oferta e a procura, invocadas pelos economistas liberais como o único critério para a definição dos valores de troca “[...] nada mais são que formas cerimoniais, que servem para colocar em presença o valor de utilidade e o valor trocável e para provocar a sua conciliação. São dois pólos elétricos, cujo contato deve produzir o fenômeno de afinidade econômica denominado TROCA”¹⁵⁸.

Ele admite a interferência da oferta e da procura na rotina do comércio, mas considera “[...] a média dos preços durante determinado período, como indicativa do valor real e legítimo dos produtos”¹⁵⁹. Assim, Proudhon afirma que sempre replicaria “à direita e à esquerda”¹⁶⁰, pois recusava tanto a indeterminação dos valores defendida pela Economia Política – associada a seu ver à manutenção da ordem vigente -, quanto o desprezo da questão por parte dos socialistas sob o argumento de que o valor de troca “[...] não terá mais lugar numa associação universal que absorveria todo antagonismo”¹⁶¹. Ele divergia de ambas as posições, recusando tanto a sociedade vigente e seu sistema de exploração fundado na propriedade e quanto uma suposta sociedade socialista ou comunista que fosse capaz de transcender o mercado abolindo o valor como critério para as trocas. Na sociedade que ele almeja o direito de propriedade é convertido em posse e a exploração se encerra num mercado de trocas justas que, para se tornar efetivo, exige a determinação do valor. Por isso, o valor não pode se limitar a um conceito de “economia pura” ou um conceito analítico sem operacionalidade.

¹⁵⁷ Ibid., p. 101-102.

¹⁵⁸ Ibid., p. 103.

¹⁵⁹ Ibid., p. 104.

¹⁶⁰ Ibid., p. 104.

¹⁶¹ Ibid., p. 104.

Proudhon afirmou que o valor era a pedra angular do edifício econômico.¹⁶² A essa afirmação, pode ser acrescentada a de que o edifício econômico é pedra angular do pensamento proudhoniano e que, por conseguinte, qualquer rejeição à teoria do valor abala o seu conjunto. Nesse sentido, a teoria do valor é muito mais do que uma questão estritamente econômica. A despeito da maior ou menor pertinência que a teoria do valor de Proudhon possa possuir, é importante destacar que ela surge no conjunto de suas ideias como corolário necessário de dois pressupostos: a existência de leis naturais e a exigência da justiça como critério geral. É o próprio autor que enumerou, no final do parágrafo primeiro do capítulo os dois motivos pelos quais não se pode recusar a teoria do valor:

1º Que como não se produz fatos que não tenham causa, da mesma forma não existem fatos que não tenham leis, e que se a lei das trocas ainda não foi encontrada, a falta não é dos fatos, mas sim dos cientistas;

2º Que enquanto o homem tiver que trabalhar para subsistir, e trabalhar livremente, a justiça será a condição da fraternidade e a base da associação: ora, sem uma determinação do valor, a justiça é manca, é impossível.¹⁶³

Nesse contexto, a lei do valor deve existir de alguma forma. Proudhon não deduziu a existência das leis e a possibilidade da justiça a partir da lei do valor, pelo contrário, é a existência delas¹⁶⁴ que exige uma lei do valor que as objetive, numa espécie de petição de princípio. Nesse sentido, a ordem dos fatores importa e a própria organização do capítulo sobre o valor evidencia que a exigência lógica da lei do valor, exposta no parágrafo primeiro, antecede sua exposição no segundo e terceiro parágrafos. Dessa forma, o sentido da lei do valor pode ser mais bem apreendido no contexto intelectual mais amplo de sua obra.

¹⁶² “É impossível descartar a teoria do valor sem colapsar a doutrina econômica proudhoniana”. NOYELLE. Op. cit., p. 182.

¹⁶³ PROUDHON. Op. cit., p. 104.

¹⁶⁴ “Na primeira lição que deu sobre a jurisprudência, Smith afirmou que o ‘primeiro e o principal desígnio de todo sistema de governo é de manter a justiça’. É, portanto natural que os economistas fixem como fim a justiça, ainda que eles a concebam de forma muito diversa. Mas, como do seu ponto de vista, a sociedade é uma série de trocas, a questão central é determinar o que é uma troca equitativa, portanto analisar o valor das mercadorias.” BÉRAUD. Op. cit., p. 7.

3.7 – Do “erro de conta” ao acerto de contas: as condições para a constituição do valor

O capítulo relativo ao valor é o único em que Proudhon realizou uma tentativa de síntese.¹⁶⁵ Isso por si só, mostra que naquele período ele buscava sínteses, embora repudiasse qualquer forma artificial para alcançá-las.¹⁶⁶ Ao mesmo tempo, isso mostra a importância da questão do valor em sua produção e, de fato, todos os demais capítulos estão subordinados e se estruturam em função deste.

Ao contrário dos livros anteriores, nos quais abordou a questão do valor indo diretamente ao seu conteúdo - o trabalho -, em *Contradictions*, ele começou a abordar o tema apresentando o quadro geral do debate francês sobre o tópico e procurando rebater a indeterminação do valor defendida pelos economistas e desprezada pelos socialistas.

Ele considerava que o valor era conhecido “em seus dois aspectos contrários” – o *valor de uso* e o *valor de troca* – mas que é necessário conhecê-lo no seu todo, pois “se pudéssemos adquirir esta nova ideia, teríamos o valor absoluto e uma *tarification* dos valores [...]”¹⁶⁷. Ou seja, o conhecimento objetivo dele possibilitaria a comparação e a aproximação como os preços efetivamente praticados, pois “o dinheiro está para o valor assim como o termômetro está para o calor”¹⁶⁸. Para demonstrar o que entendia por valor, Proudhon se valeu da seguinte analogia:

¹⁶⁵ Ao longo do capítulo Proudhon designou o valor determinado, “constituído” com diversos termos: *valor absoluto*, *valor sintético* e *valor social*; no capítulo III ele menciona ele ainda agrega o termo *valor verdadeiro* como sinônimo. PROUDHON. Op. cit., p. 135.

¹⁶⁶ Portanto, a avaliação de Gurvitch de que “[...] toda a dialética proudhoniana se funda sobre a ideia ‘de que todas as contradições não se resolvem’ e que a vida do homem e da sociedade são essencialmente contraditórias.” (GURVITCH, Op. cit., p. 67.) pode representar a concepção de Proudhon em seu período construtivo, depois de 1851; mas, seria um erro generalizá-la para os períodos anteriores; pois, como se percebe na questão do valor, ele estava empenhado em alcançar sínteses, e o fato de não efetivá-las na maior parte dos casos não deve escamotear esse empenho. Somente com a publicação de *Da Justiça na Revolução e na Igreja*, em 1858, Proudhon recusou definitivamente o conceito de síntese.

¹⁶⁷ PROUDHON. Op. cit., p. 105. O sentido literal da tradução seria “tarificação”, palavra inexistente em português cuja tradução mais próxima no português parece ser a de “calibração”, no sentido de uma pesagem precisa e não a de tarifação.

¹⁶⁸ Ibid., p. 106.

Imaginemos a riqueza como uma massa mantida por uma força química em estado permanente de composição e na qual elementos novos entram sem cessar e combinam-se em proporções diferentes, mas segundo uma lei certa: o valor é a razão proporcionada (a medida) segundo a qual cada elemento faz parte do todo.¹⁶⁹

Trata-se de uma manifesta analogia com a Química cujo sentido é preciso. Desde 1840, as ciências naturais constituíram um parâmetro de comparação recorrente nos textos de Proudhon, aliás, repletos de analogias com a Mecânica newtoniana. Ao longo de toda a exposição sobre o valor, a Química esteve mais presente que a Mecânica, pois o autor o tratou como uma substância, descrevendo-o de uma forma que remetia à lei das proporções definidas, descoberta por Dalton e Proust no começo do século XIX.¹⁷⁰ Raciocinando nesses termos, ele ponderou que a “[...] proporção de valores pode variar continuamente sem deixar por isto de estar sujeita a uma lei [...]”¹⁷¹. Assim, enquanto os economistas, por princípio, criticaram a memória discutida na ACMP porque rejeitavam a possibilidade de determinação do valor, Proudhon entendia que um levantamento empírico extensivo sobre o valor era legítimo em princípio, mas impraticável face ao dinamismo da produção e do mercado, que a todo o momento inseriam novos elementos modificando as proporções da “massa” de valores:

[...] Concebe-se que em um dado momento a proporção dos valores que forma a riqueza de um país possa, através de estatísticas e de inventários ser empiricamente determinada ao menos de maneira aproximada, mais ou menos como os químicos, auxiliados pela análise, descobriram experimentalmente a proporção de hidrogênio e de oxigênio necessárias para a formação da água. Este método aplicado à determinação dos valores nada tem de questionável, é antes de mais nada, uma operação de contabilidade. Mas um tal trabalho, por mais interessante que fosse, nos traria muita pouca coisa. Por um lado, com efeito, sabemos que a proporção varia sem cessar; por outro é claro que, como um levantamento da fortuna pública fornece a proporção dos valores apenas no lugar e no momento nos quais a tabela foi construída, nós não poderemos daí induzir a lei de proporcionalidade da riqueza. Não seria apenas um trabalho deste tipo que

¹⁶⁹ Ibid., p. 105.

¹⁷⁰ Proudhon menciona explicitamente “[...] os químicos, para os quais a experiência desvelou suas belas proporções [...]” (Ibid., p. 107.); essa comparação também é indicada por Morel. Cf. Ibid. nota 22, p. 141. Em 1806 Joseph Louis Proust formulou a “Lei de Proporções Definidas”, que John Dalton aprimorou propondo uma “Lei de Proporções Múltiplas” em 1808.

¹⁷¹ Ibid., p. 106.

seria necessário para nos ajudar; seria necessário, admitindo-se que o procedimento fosse digno de confiança, milhares e milhões de trabalhos semelhantes.¹⁷²

Aqui ele está diante do problema das condições necessárias para que os preços possam expressar a substância de seu valor na trocas. Um procedimento exaustivo e burocrático, conforme o da memória cidadã, ensejaria necessariamente algum tipo de medida legal para submeter a realidade dos preços à razão do valor de troca - algo que não estava no seu horizonte, pois, para ele, o problema da determinação do valor não se resolveria com medidas administrativas ou legais e deveria encontrar solução na própria economia. Assim sendo, Proudhon identificou a “força” que determina a proporção na “massa” dos valores, pois se, no caso das experiências conduzidas pelos químicos, eles

[...] nada sabem do como e do porquê de tais proporções [dos elementos] nem da força que as determina. A economia social, ao contrário, a quem nenhuma pesquisa *a posteriori* poderia dar a conhecer a lei de proporcionalidade dos valores, pode apreendê-la na mesma força que a produz e que é tempo de fazer conhecer. Esta força, que A. Smith celebrou com tanta eloquência e que seus sucessores menosprezaram [...] está força é o TRABALHO.¹⁷³

A citação permite afirmar que ele retoma Smith para reinterpretá-lo e, ao mesmo tempo, combater os economistas franceses, em especial o mais importante deles, J.-B. Say, que via na utilidade o fundamento do valor.¹⁷⁴ Depois de definir o trabalho como a força que produz o valor, o próximo passo de Proudhon é estabelecer por qual critério seria possível comparar os diferentes trabalhos confrontados na troca. Utilizando-se da figura de Prometeu como metáfora da humanidade e fazendo abstração da quantidade de trabalho, ele identificou o tempo de trabalho como medida do valor:

¹⁷² Ibid., p. 107, grifo nosso.

¹⁷³ Ibid., p. 107.

¹⁷⁴ BÉRAUD. Op. cit., p. 3.

Suponho, pois, que subitamente, por uma feliz combinação de esforços, pela divisão do trabalho, pelo emprego de alguma máquina, por um redirecionamento melhor compreendido dos agentes naturais, pela indústria, em uma palavra, Prometeu tenha encontrado um meio de produzir em um dia, a quantidade de determinado objeto que outrora produzia em dez: o que se segue disto? Que o produto mudará de lugar na tabela dos elementos da riqueza; seu poder de afinidade por outros produtos, se assim posso dizer, aumentou e seu valor relativo diminuiu proporcionalmente. Ao invés de ser cotado a 100, por exemplo, agora valerá 10 [...] Assim, o valor varia e a lei dos valores é imutável: mais ainda, se o valor é suscetível de variação, é porque ele está submetido a uma lei cujo princípio é essencialmente móvel, a saber: o trabalho é medido pelo tempo.¹⁷⁵

Na sequência do texto, ele mencionou que Say e seus sucessores na Economia Política rejeitaram o trabalho como medida de valor, porque ele seria irregular, estaria sujeito à avaliação como qualquer mercadoria e, conseqüentemente, não poderia ser tomado como fundamento do valor; daí a defesa da opinião como fundamento do valor das mercadorias. Assim, há uma diferença entre considerar que o trabalho possa de alguma forma ser determinado e aferido nas trocas e considerá-lo como a substância do valor. Ora, sem um critério objetivo, os trabalhos só podem ser comparados subjetivamente pelos consumidores e toda a sua defesa como substância do valor se reduziria a uma pregação moral. É justamente nisso em que se apoiavam os discípulos franceses de Say.

Proudhon não ignorava essa dificuldade, mas considerava que esse raciocínio mostrava uma “prodigiosa desatenção” dos economistas com a economia real, pois o “[...] o efeito do trabalho é eliminar incessantemente a escassez e a opinião como elementos constitutivos do valor [...], é o de transformar utilidades naturais ou vagas em utilidades mensuráveis ou sociais”¹⁷⁶. Para ele, isso ocorre porque com o progresso da economia paulatinamente gerava o que ele denominou como “socialização do trabalho”, isto é, a uniformização do trabalho, de maneira que a eliminação de habilidades particulares e ritmos diferenciados aproximaria a quantidade de trabalho despendida num mesmo tempo pelos

¹⁷⁵ PROUDHON. Op. cit., p. 112.

¹⁷⁶ Ibid., p. 112-113.

trabalhadores de um modo geral.

De fato, ele está abordando, em outros termos, aquilo que Marx denominou de “trabalho abstrato”. Ora, somente nessa condição a quantidade de trabalho poderia encontrar como medida efetiva de comparação o tempo gasto na produção, por isso, quando escrevia sobre a equivalência de diferentes jornadas de trabalho, ele não estava tomando pura e simplesmente o tempo de duração das jornadas como critério, mas fazendo abstração consciente de outros fatores que contribuiriam para diferenciar a quantidade de trabalho despendida num mesmo tempo, como mostra o exemplo abaixo:

Prometeu é alternadamente lavrador, vinhateiro, padeiro e tecelão. Seja qual for o ofício que exerça, como ele trabalha apenas para si, ele compra aquilo que consome (seus produtos) com uma única e mesma moeda (seus produtos), cuja unidade métrica é necessariamente a jornada de trabalho. É verdade que o trabalho em si é suscetível de variação; Prometeu nem sempre está disposto e, de um momento para o outro seu ardor, sua fecundidade aumentam ou diminuem. Mas como tudo o que está sujeito a variar, o trabalho possui sua média e isto nos autoriza a dizer que, em suma, a jornada de trabalho paga a jornada de trabalho, nem mais nem menos.¹⁷⁷

Mas, se uma jornada pode pagar a outra, isso só pode ocorrer no quadro de ampla socialização do trabalho, no qual a constituição do valor é um fato. Apenas nesse caso, os valores, efetivamente constituídos, poderiam coincidir com os preços; porém,

[...] em toda parte onde o trabalho não está socializado, quer dizer em todo lugar onde o valor não está determinado sinteticamente, há perturbação e deslealdade nas trocas, guerra de astúcias e de emboscadas, impedimento da produção, da circulação e do consumo, trabalho improdutivo, ausência de garantias [...]¹⁷⁸

¹⁷⁷ Ibid., p. 129-130, grifo nosso. A metáfora do sistema métrico, grifado na citação é bastante representativa. Criado na França em 1792 no curso Revolução o sistema métrico visava justamente terminar com os sistemas de medição arbitrariamente definidos segundo de acordo com os monarcas. Pode-se dizer que o metro está para a objetividade do valor defendida por Proudhon, assim como a polegada está para a subjetividade dos preços defendida pelos economistas. Assim, a metáfora métrica vincula o passado, a tradição, a arbitrariedade e a subjetividade dos preços de um lado; e o futuro, o progresso, a ciência e a objetividade de outro.

¹⁷⁸ Ibid., p. 133-134.

3.7.1 - Divisão do trabalho e máquinas *versus* manufaturas

O socialista francês ponderava que com a divisão do trabalho: “[...] a igualdade começa a se manifestar, não mais como identidade na pluralidade, mas como equivalência na variedade [...]”¹⁷⁹, ou seja, a heterogeneidade dominante na economia francesa seria progressivamente substituída pela equalização promovida pela divisão do trabalho. Proudhon tinha plena consciência da preponderância do trabalho semi-artesanal, no qual a habilidade ainda contava muito e os tempos médios de trabalho não podiam representar uma medida precisa para o valor de troca no mercado.

Em suma, o trabalho não estava socializado e não habilitava a constituição do valor. Daí pode-se concluir que, no contexto econômico francês coetâneo a ele, a constituição do valor, nos termos em que ele a formula, era impossível. Ademais, a uniformização de técnicas e procedimentos, a “socialização do trabalho” era um fenômeno típico da grande indústria e não das manufaturas. Dessa forma, essa perspectiva relega a constituição do valor para o futuro impreciso no qual a socialização do trabalho tenha se generalizado. Isso é coerente com o método proudhoniano: explorar as antinomias e evitar sínteses que se adiantem aos fatos. Precisamente nesse caso, os fatos que habilitariam o valor sintético ainda estavam por se cumprir e implicavam na superação das formas artesanais existentes e na provável generalização da grande indústria.

A constituição do valor supunha ao mesmo tempo uma “socialização do trabalho” que acarretaria a equalização da substância do valor; fato inseparável da despersonalização do trabalhador na grande indústria. Nessa situação, a equivalência dos tempos de trabalho em termos de quantidade de trabalho se faria à custa da heterogeneidade dos objetos e dos homens, todos reduzidos a um denominador comum quantitativo. Mas Proudhon não explora suficientemente as dificuldades para a socialização do trabalho e a conseqüente constituição

¹⁷⁹ Ibid., p. 189.

do valor no quadro de uma economia predominantemente artesanal, talvez porque isso implicasse na condenação histórica do trabalho manufatureiro, cujas relações sociais de produção, e cultura correspondente, ele considerava incomparavelmente mais elevadas que as do trabalho industrial.

Nesse quadro, a socialização do trabalho é inseparável da generalização da divisão do trabalho e das máquinas e por isso, os capítulos a respeito destes dois temas sucedem o do valor. A divisão do trabalho era tida por Proudhon como degradante e necessária ao mesmo tempo. Segundo ele, desde Adam Smith os economistas apontaram mais as vantagens do que os inconvenientes intrínsecos à lei da divisão do trabalho, “porque isso serviria melhor ao seu otimismo”¹⁸⁰, mas ele resumiu na seguinte fórmula esta “nova lei de antagonismo”:

O Trabalho, dividindo-se segundo a lei que lhe é própria e que é a condição primeira de sua fecundidade, atinge a negação de seus fins e destrói-se a si mesmo; em outros termos: A divisão fora da qual não há mais progresso, nem riqueza, nem igualdade, subalterniza o operário, torna a inteligência inútil, a riqueza nociva e a igualdade impossível.¹⁸¹

Para ilustrar essa lei, Proudhon cita as observações de Tocqueville¹⁸² a propósito da divisão do trabalho nos Estados Unidos, ponderando que quanto mais avançada ela se encontra, mais o operário torna-se fraco, limitado e dependente, enfim, “a arte faz progressos, o artesão regride! A incapacidade do indivíduo está na razão direta da perfeição da arte [...]”¹⁸³.

Os efeitos deletérios da divisão do trabalho foram objeto de grande debate na sociedade francesa e os economistas, apresentando fórmulas distintas, empenhavam-se na busca de soluções mitigadoras. Na concepção proudhoniana, no entanto, não havia paliativo eficiente na

¹⁸⁰ Ibid., p. 138-139.

¹⁸¹ Ibid., p. 139, itálico no original, grifo nosso.

¹⁸² Ele cita *De la Démocratie en Amérique*, sem se referir à edição ou precisar página. Ibid., p. 146.

¹⁸³ Ibid., p. 143. Em diversas passagens Proudhon usa a palavra *artiste* para designar o operário especializado artesanal (marceneiro, serralheiro, etc.), o termo faz parte do vocabulário social da época, mas Proudhon parece empregá-lo para acentuar a diferença qualitativa entre o trabalho do artesão e da “mão-de-obra” industrial. Ibid., p. 164.

sociedade vigente¹⁸⁴, por isso, ele criticava todas as soluções propostas, a começar pela de A.-J. Blanqui, que buscava uma forma de tornar o produtor “coletivo”. Proudhon ironizava essa intenção dizendo que o amigo:

[...] esquece-se que o produtor coletivo já nasceu há muito tempo [...] e que a questão não é mais genética, mas sim médica. Trata-se de fazer com que o sangue, provindo da região digestiva coletiva, ao invés de ser levado totalmente à cabeça, ao ventre e ao peito, chegue também aos braços e às pernas.¹⁸⁵

Para ele, isso ocorreria com a expropriação, o que Blanqui evidentemente não desejava e por isso não avançou para além de uma incerta participação nos lucros, recomendando, ao mesmo tempo, que os operários constituíssem caixas de poupança.¹⁸⁶

Pelegrino Rossi buscou um meio termo avaliando que “[...] pouco dividido, o trabalho fica improdutivo; muito dividido, embrutece o homem [...] a sabedoria está entre os extremos: *in medio virtus*”. Para Proudhon, isso não passava de ecletismo e, o mais importante, estava “[...] em oposição com a grande lei econômica: *Produzir com os menores custos possíveis a maior quantidade possível de valores...*”¹⁸⁷.

Todavia, o remédio mais preconizado pelos economistas situava-se fora do mundo do trabalho: os operários deveriam preparar “[...] a sua emancipação e a sua felicidade pelo ensino”¹⁸⁸. Michel Chevalier foi o maior defensor da solução educativa, ele propunha que um ensino profissional - voltado para a agricultura, o comércio e a manufatura - deveria substituir o ensino secundário - voltado à administração pública, magistratura, tribunais, profissões liberais, marinha e exército. Na mesma linha, defendia a ampliação de vagas na *École Polytechnique*.¹⁸⁹ Mas, na leitura de Proudhon, nem o Estado nem a economia seriam capazes

¹⁸⁴ Ele rejeita as reformas, as associações, a caridade e o ensino público. Ibid., p. 147.

¹⁸⁵ Ibid., p. 147-148.

¹⁸⁶ Ibid., p. 148.

¹⁸⁷ Ibid., p. 158.

¹⁸⁸ Ibid., p. 147.

¹⁸⁹ Ibid., p. 153-154.

de absorver uma maior quantidade de “politécnicos”, pois na organização social vigente não haviam empregos qualificados suficientes.¹⁹⁰ Dessa forma, um ensino de alta qualidade para uma sociedade cuja força de trabalho era rude seria um despropósito:

Em que espantosos combates de orgulho e de miséria esta mania de ensino universal nos precipita! De que serviria a educação profissional, para que escolas de agricultura e de comércio, se os estudantes não possuem estabelecimentos nem capitais? Que necessidade temos de nos faltar até os vinte anos de toda a espécie de ciências para irmos amarrar fios em um tear mecânico ou escavar carvão no fundo de um poço? O quê? Vocês não tem, confessam, mais que 3000 empregos a dar a cada ano para 50000 capacidades possíveis e falais em criar escolas! Permanecei em vosso sistema de exclusão e de privilégio, velho como o mundo, apoio de dinastias e de patriciados, verdadeira máquina de capar* homens, para assegurar os prazeres de uma casta de sultões. Fazei pagar caro as vossas lições, multiplicai os entraves, descartai, pelo tamanho das provas, o filho do proletário a quem a fome não permite frequentá-las e protegei com todo vosso poder as escolas eclesiásticas, onde se aprende a trabalhar pela outra vida, a resignar-se, a jejuar, a respeitar os grandes, a amar o rei e a orar a Deus. Pois todo o estudo inútil torna-se cedo ou tarde, um estudo abandonado: a ciência é um veneno para os escravos.¹⁹¹

Outros economistas, como o ultra-liberal Charles Dunoyer, consideravam que o ensino, como qualquer ramo de negócio, não deveria ser uma incumbência do Estado¹⁹² e por isso argumentava “[...] se o Estado deve ensino a todos, logo se pretenderá que ele deve igualmente trabalho, e depois o alojamento, a mesa... Aonde isso nos levaria?”¹⁹³. Proudhon, ironizando, concordava que organizar o ensino seria prometer a cada cidadão um emprego e um salário confortável, mas destacava que a teoria de Dunoyer apenas revelava cruamente que o progresso destinava-se a uma elite da humanidade e que “para os nove décimos do gênero humano a barbárie é a condição perpétua”¹⁹⁴.

¹⁹⁰ Ibid., p. 155.

* *Hongrer* no original.

¹⁹¹ Ibid., p. 156.

¹⁹² Ibid., p. 157.

¹⁹³ Ibid., p. 157-158.

¹⁹⁴ Ibid., p. 157-158.

A contradição então reside no fato de que o “[...] o trabalho parcelar é uma ocupação de escravo, mas é o único verdadeiramente fecundo; o trabalho indiviso pertence ao homem livre, mas não paga os seus custos [...]”¹⁹⁵. Assim, o desenvolvimento da produção acarreta a degeneração das relações de trabalho e nesse quadro, “[...] é impossível e contraditório que [...] o proletariado chegue ao bem-estar pela educação ou à educação pelo bem-estar [...]”¹⁹⁶.

O emprego das máquinas, na ideia proudhoniana, acarretava contradições análogas às da divisão do trabalho para a sociedade, uma vez que elas poupam trabalho e geram mais riqueza - aspecto que ele considerava impossível recuar, pois “[...] é preciso produzir sempre e produzir barato, sem isso a existência da sociedade estará comprometida”¹⁹⁷. Por isso, ele criticou Sismondi, “homem de idéias patriarcais”, que desejava retroceder, abandonando as máquinas e a divisão do trabalho.¹⁹⁸ Por outro lado, por ter vivenciado a degradação no seu trabalho, Proudhon sabia que ela estava associada ao progresso das máquinas¹⁹⁹, concluindo que ela rebaixa o trabalhador “[...] fazendo-o decair do posto de artesão para o de mão de obra [...] A miséria ou a degradação: eis o dilema que as máquinas impõem ao operário”²⁰⁰.

Nesse, como nos demais capítulos, depois de explorar as contradições da divisão do trabalho, Proudhon não apresentou solução para a questão. De qualquer maneira, se o valor constituído concebido por ele – aliás, condição necessária à justiça nas trocas - exigia o trabalho socialmente organizado, este, por sua vez, requeria a generalização da divisão do trabalho e emprego de máquinas. E assim, a realização da justiça aconteceria numa sociedade de trabalhadores degenerados pelos efeitos combinados de máquinas e divisão do trabalho.

¹⁹⁵ Ibid., p. 159.

¹⁹⁶ Ibid., p. 164.

¹⁹⁷ Ibid., p. 196.

¹⁹⁸ Ibid., p. 196.

¹⁹⁹ “Eu assisti pessoalmente a introdução das impressoras mecânicas e posso dizer que vi com meus olhos o mal que elas causaram aos impressores. Há quinze ou vinte anos as impressoras mecânicas estão bem estabelecidas; uma parte dos operários foi transferida para a composição, outros abandonaram seu ofício e muitos morreram de miséria: é assim que se opera a realocação [*refusion*] dos trabalhadores na seqüência das inovações industriais.” Ibid., p. 182.

²⁰⁰ Ibid., p. 194.

Então, se por um lado Proudhon demandava a justiça, por outro ele valorizava as relações sociais de produção típicas do modelo manufatureiro, entendendo que “a unidade constitutiva da sociedade é a oficina”²⁰¹.

3.7.2 – Concorrência *versus* Monopólio

A “socialização do trabalho” é apenas uma das exigências para a constituição do valor, uma outra é a existência de um mercado no qual os preços praticados se ajustassem ao valor. Os capítulos relativos à concorrência e o monopólio em *Contradictions*, devem ser lidos dentro dessa ótica, pois

A concorrência é necessária para a constituição do valor, ou seja, para o próprio princípio da distribuição, e conseqüentemente, para o advento da igualdade. Enquanto um produto for dado por um único fabricante, o seu valor permanece um mistério, seja por dissimulação da parte do produtor, seja por incúria ou incapacidade de fazer baixar o preço de custo ao seu limite extremo.²⁰²

Assim, sem a concorrência os preços não traduzem os valores e não há como precisar os salários. Nessa condição, Proudhon reafirma que não há critério seguro para o pagamento dos salários e que sua identificação com as jornadas de trabalho, enquanto critério de mensuração era apenas uma possibilidade:

Certamente não nego que o trabalho e o salário possam e devam ser garantidos; tenho até a esperança de que a época desta garantia não esteja afastada; mas mantenho que a garantia do salário é impossível sem o conhecimento exato do valor, e que este valor pode apenas ser descoberto pela concorrência e não pelas instituições comunistas ou por um decreto do povo.²⁰³

Aqui fica evidente que o valor constituído não é uma fórmula a ser aplicada, mas um resultado produzido em determinadas condições sociais, sem as quais qualquer fixação salarial seria arbitrária. Porém, na argumentação de Proudhon, existe muito mais do que uma

²⁰¹ Ibid., p. 238.

²⁰² Ibid., p. 212, grifo nosso.

²⁰³ Ibid., p. 212, grifo nosso.

impossibilidade “técnica” para a fixação dos salários, para ele a concorrência engendra e internaliza no indivíduo o estímulo vital ao trabalho. Assim, ela equivalia à “personalidade, à liberdade e à responsabilidade individual”, mas isso somente na condição de que estivesse associada ao salário enquanto “expressão do mérito e do demérito, ou seja, numa palavra, a responsabilidade do trabalhador”²⁰⁴. Portanto, para ele, concorrência e regime salarial são peças fundamentais na sociedade, pois

[...] existe alguma coisa mais potente aqui do que a vontade do legislador e dos cidadãos: é a impossibilidade absoluta para o homem de cumprir o seu dever, quando esteja descarregado de toda responsabilidade para consigo mesmo; ora, a responsabilidade para consigo mesmo em matéria de trabalho implica necessariamente, oposição aos outros, concorrência. Decidido que a partir de 1º de janeiro de 1847, o trabalho e o salário estão garantidos a todo mundo, em breve um imenso relaxamento vai suceder à tensão ardente da indústria, o valor real cairá rapidamente abaixo do valor nominal, a moeda metálica, apesar de sua efígie e do seu timbre, experimentará a sorte dos *assignats*²⁰⁵, o comerciante pedirá mais para entregar menos e nós nos instalaremos no círculo mais baixo do inferno de miséria do qual a concorrência é apenas a terceira etapa.²⁰⁶

Nesse sentido, a concorrência, positiva e dinamizadora, seria um motor do progresso material e condição para a criação de riquezas. No entanto, ele entendia que, por uma contradição interna, “a concorrência mata a concorrência”, por isso nunca houve nem haverá uma época em que ela esteja plenamente estabelecida, pois “quanto mais a concorrência se desenvolve, mais ela tende a reduzir o número de concorrentes”²⁰⁷ convertendo-se em monopólio, afinal o “o monopólio é como que a sede de cada individualidade concorrente”²⁰⁸. Nessa perspectiva, não existia um mercado concorrencial, exceto na teoria econômica. Assim, antes mesmo que a divisão do trabalho e a mecanização se generalizassem, a França já

²⁰⁴ Ibid., p. 237.

²⁰⁵ Espécie de bônus criado como moeda pelo Diretório em 1792.

²⁰⁶ Ibid., p. 213, grifo nosso.

²⁰⁷ Ibid., p. 225.

²⁰⁸ Ibid., p. 249.

defrontava com a presença cada vez maior dos monopólios.²⁰⁹

O exemplo mais emblemático desse fenômeno eram as minas da região do Loire, observadas de perto por Proudhon quando trabalhava no transporte de carvão. Em 1837, eram sessenta e cinco companhias de mineração, que depois se fundiram em três sociedades anônimas, até que em 1843, uma delas absorveu as demais.²¹⁰ Essa questão tornou-se objeto de intenso debate entre os economistas que, em sua maioria, condenavam os monopólios seguindo os ditames de Adam Smith. Para o socialista francês, o abandono da lei do valor-trabalho parece ter sido motivado também pela extensão dos monopólios. A esse respeito, ele citou a decepção de Pelegrino Rossi perante a invasão dos mesmos

‘[...] Quase não há um produto que se possa considerar como o resultado puro e simples do trabalho; assim, a lei econômica que proporciona o preço aos custos de produção nunca se realiza completamente. É uma fórmula que é profundamente *modificada* pela intervenção de um ou de outro monopólio, aos quais se acham submetidos os instrumentos de produção.’²¹¹

Para o socialista, o que Rossi chama de “com tanta benevolência uma modificação das fórmulas econômicas, não é senão uma longa e odiosa violação das leis fundamentais do trabalho e das trocas”²¹². Assim, além das consequências para a economia - os preços se descolam dos valores - o monopólio atingia a ciência econômica, pois “[...] a Economia social [política]²¹³, de ciência positiva que é, torna-se uma verdadeira utopia”²¹⁴. Ou seja, a incongruência entre a realidade e as ideias rebaixava a Economia Política da condição de

²⁰⁹ Ibid., p. 231.

²¹⁰ Ibid., nota 61, p. 232.

²¹¹ ROSSI, Pelegrino. *Cours d'Économie Politique*, T.I. p. 143. Apud Ibid., p. 272-273.

²¹² Ibid., p. 272-273.

²¹³ Em *Contradictions* aparece aqui e acolá o termo *Economia social*, designando a *Economia Política* já criticada e reformada que Proudhon tencionava construir. Ele a define assim: “O destino da economia política era, colocando sucessivamente todos estes termos contraditórios, fazer reconhecer tal lei [lei do valor]; o objeto da Economia social, para a qual eu peço por um momento permissão para distinguir da Economia política, se bem que no fundo elas não devessem diferir uma da outra, será o de promulgá-la e realizá-la por toda a parte.” Ibid., p. 113-114, grifo nosso. A Economia social diferia da Economia política pela identidade completa entre realidade econômica e conhecimento econômico.

²¹⁴ Ibid., p. 273.

ciência à de utopia, pois ela se tornava um sistema de concepções sem referencial na economia real. Essa adequação entre ideias e realidade foi superada pelos economistas com o abandono da teoria do valor-trabalho diante das irregularidades de uma economia cada vez mais dominada pelos monopólios e elegeram a oferta e a procura como único critério para os preços, pois, “[...] do ponto de vista do monopólio, o valor não é mais esta concepção sintética [...] o valor perde seu caráter social e nada mais é que uma relação vaga, arbitrária, egoísta e essencialmente móvel”²¹⁵. De acordo com Proudhon, agindo assim, a Economia Política afastou-se definitiva e simultaneamente da verdade e da Moral, pois, a teoria do valor-trabalho era tão científica quanto justa.²¹⁶

A divergência entre o conceito de valor-trabalho e os fatos econômicos foi sanada de outra forma por Proudhon. Para preservar o paradigma do valor-trabalho ele passou a analisar as condições sociais necessárias à sua plena realização, pois “[...] a concorrência abandonada a si mesma não pode jamais chegar à sua constituição, da mesma forma que o valor, ela tem necessidade de um princípio superior que a socialize e defina”²¹⁷, caso contrário, ela se exerce apenas em prol dos interesses privados e se corrompe.

Mas qual a solução desse dilema? Nos termos do socialista francês, a concorrência era a base do progresso econômico e a condição para a constituição do valor, mas suas próprias contradições degenerava num monopólio, que atravancava o progresso e destruía a lei do valor. Assim, não havia meio termo ou equilíbrio que resolvesse a questão. A intervenção do Estado, que ele próprio defendeu no caso dos transportes, era uma saída emergencial que não descartava ou renegava²¹⁸, mas não era uma solução passível de generalização. Por isso Proudhon voltou ao exemplar caso da mineração:

²¹⁵ Ibid., p. 273-274.

²¹⁶ Ibid., p. 273-274.

²¹⁷ Ibid., p. 239.

²¹⁸ No capítulo de *Contradictions* sobre o monopólio ele escreve que “Se, pois, a concorrência exercer-se apenas em proveito dos interesses privados e se seus efeitos sociais não forem nem determinados pela ciência e nem reservados pelo Estado [...]”. Ibid., p. 239, grifo nosso.

A coalizão das minas do Loire colocou a questão social em termos que não permitem que dela fuçamos. Ou a concorrência, quer dizer o monopólio e tudo que se segue; ou a exploração pelo Estado, quer dizer, a carestia do trabalho e o empobrecimento contínuo; ou por fim, uma solução igualitária, em outros termos, a organização do trabalho, o que implica a negação da Economia política e o fim da propriedade.²¹⁹

Ou seja, a solução para a antinomia *concorrência-monopólio* residia no fim da propriedade, ou melhor, do direito de propriedade tal como existia. Aqui o autor indicava a necessidade de um tipo de propriedade que por si só impeça a degeneração da concorrência em monopólio. E assim, a questão que inicialmente levou Proudhon à crítica da Economia Política ressurgia em *Contradictions* situada noutro contexto: como condição necessária à concorrência, à constituição dos valores e à justiça, cuja compreensão requeria uma atenção especial.

3.7.3 – Do valor constituído à questão da propriedade

O capítulo sobre a propriedade de *Contradictions* retomou as reflexões da 1ª memória, pois, neste primeiro livro, Proudhon diferenciou *propriedade* de *posse* na própria terminologia: a primeira designava o direito de propriedade legal, independentemente de seu uso, e era tida como ilegítima; já a outra estava associada a um fato, o trabalho, por meio do qual era considerada legítima. Em outras palavras, a primeira era classificada como *propriedade-roubo* e a segunda como a *propriedade-trabalho*. Mas essas duas instituições distintas foram denominadas *propriedade* em *Contradictions*.²²⁰ Assim, de acordo com sua dialética, o autor avaliou que a separação entre *propriedade* e *posse* era um artifício lógico que servia à sua compreensão, mas que não expressava de fato a propriedade enquanto unidade antinômica composta por duas faces contraditórias antes representadas pela *posse* e pela *propriedade*. Portanto, Proudhon recolocou a questão do direito de propriedade

²¹⁹ Ibid., p. 233, grifo nosso.

²²⁰ Desde 1846 propriedade-furto e propriedade-função são denominadas da mesma maneira. TRINDADE, Francisco. *Proudhon e a Propriedade*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 21 nov. 2005. p. 6.

demandando a justiça, tal qual na *1ª memória*, mas o fez em outros termos.

Dessa forma, se o valor era o índice quantitativo necessário à obtenção da justiça, a propriedade era a instituição chave para gerar as condições sociais necessárias à sua determinação e devia se transformar de alguma maneira para que isso fosse possível. Conseqüentemente, para ele, “o problema da propriedade é, depois daquele do destino humano, o maior que se possa ser proposto à razão, o último que ela conseguirá resolver”²²¹. Todavia, ao contrário do que sugeriam as primeiras memórias sobre a propriedade, a solução para o problema ainda não estava clara, era o que Proudhon anunciava no início do capítulo:

[...] vou expor a teoria da propriedade *em si*, isto é, em sua origem, seu espírito, sua tendência, suas relações com as outras categorias econômicas. Quanto a determinar a propriedade *para si*, isto é, naquilo que deve ser depois da solução integral das contradições e que se torne todos os dias, é, como já disse, a última fase da constituição social, o objeto de um trabalho novo, do qual este tem por objetivo levar a entrever o desígnio e colocar as bases.²²²

Em outros termos, ele anunciou ao leitor que iria retomar a crítica da propriedade, mas não apresentaria a solução do problema.²²³

No que tange à crítica ele retomou todo o exposto na *1ª memória*, ao definir a propriedade como “[...] o direito de *usar e abusar*, numa palavra, o *despotismo*”²²⁴ e lembrar que ela era sempre esse “[...] abominável direito do senhor que sublevou outrora o servo ultrajado, e que a Revolução francesa não pode abolir”²²⁵ e que por isso constituía sempre um obstáculo ao trabalho, à riqueza e ao desenvolvimento da Economia social.²²⁶ No entanto, o que mais interessava do ponto de vista da constituição do valor eram as indicações a respeito da “nova” propriedade:

²²¹ Ibid., p. 158.

²²² Ibid., p. 158, grifo nosso.

²²³ A questão da propriedade foi retomada num de seus últimos escritos, *Theorie de la Propriété* (Paris: Librairie Internationale, 1865), publicado postumamente.

²²⁴ Ibid., p. 212.

²²⁵ Ibid., p. 233.

²²⁶ Ibid., p. 214.

O que se pretende *conservar* e que na realidade se *persegue* sob o nome de propriedade não é mais a propriedade; é uma forma nova de posse, sem igual no passado, e em que há um esforço para deduzir os princípios ou motivos pressupostos da propriedade, depois dessa ilusão de lógica que nos leva sempre a supor, na *origem* ou no *fim* de uma coisa, o que é necessário procurar na própria coisa, a saber, sua significação e seu alcance.²²⁷

Seguindo o espírito geral do livro, Proudhon não avançou para além das contradições e não apresentou uma síntese a respeito da propriedade. A primeira impressão para quem leu a *1ª memória* é de um aparente recuo. Proudhon havia formulado uma proposta muito clara neste livro, condenando a propriedade e defendendo a posse mediante o trabalho, mas aquilo que parecia resolvido ressurgiu como uma questão à espera de solução em *Contradictions*.

Tudo que se pode depreender da leitura é que a propriedade deveria ser democratizada para “fornecer a todos os meios de concorrer”²²⁸ e dessa forma, ela aparece como um princípio, um elemento necessário à concorrência e à constituição do valor, que é o verdadeiro fim almejado. Esse ordenamento lógico só foi possível graças ao exame anterior da socialização do trabalho como condição necessária à constituição do valor.

Na *1ª memória* o quadro era outro, porque Proudhon apenas começava a se aproximar da Economia Política e sua análise da propriedade estava fortemente apoiada no Direito Natural, em cujos termos a propriedade era justificada em função dos valores criados mediante o trabalho. Com esse pressuposto, ele pretendeu estender o direito de propriedade a todos os que trabalhavam e geravam valores. Assim, partiu do valor e chegou à propriedade, ou seja, percorreu o caminho contrário ao traçado em *Contradictions*.

A explicação para esse trajeto inverso reside nas leituras econômicas de Proudhon que, buscando determinar matematicamente o valor, aprofundou sua concepção genérica de que o valor estava associado ao trabalho e buscou na Economia Política as condições sociais para sua quantificação. Por isso, a questão da propriedade, que parecia tão bem resolvida com o

²²⁷ Ibid., p. 239, grifo nosso.

²²⁸ Ibid., p. 226.

conceito de posse mediante o trabalho, foi reavaliada à luz de uma concepção mais complexa de valor. Assim, a crítica da propriedade estava consolidada, mas a resolução de suas antinomias ainda deveria aguardar a história, pois “[...] um dia a propriedade transformada será uma ideia positiva, completa, social e verdadeira; uma propriedade que abolirá a antiga propriedade, e se tornará para todos igualmente efetiva e benfazeja”²²⁹.

3.7.4 – O constituição do valor como programa

A constituição do valor, tomada como condição para uma justiça objetiva por Proudhon, implicava em duas exigências. A primeira era a socialização do trabalho, ou seja, o avanço da divisão do trabalho e das máquinas promovendo a identidade entre jornadas e quantidade de trabalho. A segunda era um mercado concorrencial que possibilitasse as trocas segundo os valores da produção.

Todavia, as duas exigências são contraditórias entre si, pois o avanço da divisão do trabalho e da mecanização levavam à concentração industrial e aos monopólios, que por sua vez estabeleciam artificialmente os preços e impediam a constituição do valor. Além disso, esse processo era inseparável da corrosão da base sócio-econômica manufatureira.

Diante dessas contradições Proudhon avaliou que a ordem social por si só não constituiria o valor e que seria necessária uma intervenção a partir de algum tipo de associação:

Se possuis a ciência social, sabeis que o problema da associação consiste em organizar não apenas os *improdutivos* – graças aos céus existe pouca coisa a fazer desse lado – mas principalmente organizar os produtivos e, através desta organização, submeter o capital e subalternizar o poder. Tal é a guerra que tendes que sustentar: a guerra do trabalho contra o capital, a guerra da liberdade contra a autoridade, a guerra do produtor contra o improdutivo, a guerra da igualdade contra o privilégio. Aquilo que pedes para conduzir a guerra a bom fim é, precisamente, aquilo que deveis combater. Ora, para combater e reduzir o poder, para colocá-lo no lugar que lhe convém na sociedade, de nada serve mudar os depositários do poder, nem de trazer algumas novas variantes às suas manobras: é preciso encontrar uma combinação agrícola e industrial por meio da qual o poder, hoje dominador

²²⁹ Ibid., p. 182.

da sociedade, torne-se seu escravo. Possuís o segredo desta combinação?”²³⁰

Enfim, tudo que se pode depreender da leitura de *Contradictions* são os parâmetros gerais para a transformação social, onde o sujeito social é a classe trabalhadora e o campo de intervenção é econômico e não político:

É preciso, eu repito, que uma FORÇA MAIOR invertesse as fórmulas atuais da sociedade; que seja o TRABALHO do povo e não a sua bravura ou os seus sufrágios quem, por uma combinação científica, legal, imortal, inelutável, submeta o capital ao povo e lhe entregue o poder.²³¹

Dessa forma, Proudhon rejeitou a conquista do Estado, seja pelo sufrágio universal, seja pela força – um “São Bartolomeu dos proprietários”. Nem mesmo uma solução de tipo econômico, como a do crédito que ele apresentaria em 1848²³² foi cogitada neste livro; pelo contrário, o socialista francês entendia que as instituições de crédito (propostas por Blanqui, Wolowski, Chevalier e Lamartine e “quase todos os anti-socialistas”) representavam a recusa da “organização do trabalho”. Para o autor, o crédito só era necessário porque o trabalho não estava realmente organizado²³³ e assim, ele vinculou as transformações sociais à esfera da produção e não à da circulação:

[...] para que o crédito possa se tornar um verdadeiro meio de equilíbrio, é necessário que o equilíbrio seja previamente estabelecido na fábrica, no mercado, no Estado; é necessário, numa palavra, que o trabalho seja organizado. Ora, essa organização não

²³⁰ Ibid., p. 344, grifo nosso.

²³¹ Ibid., p. 348, grifo nosso.

²³² Em 1848 Proudhon proporia uma solução para o problema social a partir do crédito: em síntese, um Banco do Povo permitiria a democratização progressiva da propriedade, o que consequentemente estimularia a concorrência e contribuiria para a constituição do valor. Cf. PROUDHON. *Organisation du crédit et de la circulation, et solution du problème social, sans impôt, sans emprunt*. Paris: Pilhes et Guillaumin, 1848; *Identité de la question politique et de la question économique, méthode et solution. Représentant du Peuple*, Paris, 8 maio 1848; *Banque d’Échange. Représentant du Peuple*, Paris, 10 maio 1848; *Bilan de le Banque d’Échange. Représentant du Peuple*, Paris, 20 maio 1848; *Lois de l’Échange. Comptabilité mutualiste. Banque Hypotécaire. Représentant du Peuple*, Paris, 23 maio 1848; *Solution du problème social*. Paris: Pilhes et Guillaumin, 1847 et 1848; *Résumé de la question sociale, banque d’échange*. Paris: Garnier Frères, 1849; *Banque du Peuple. Déclaration signée P.J. Proudhon; Actes de société; Rapport de la Commission des délégués du Luxembourg*. Paris: Garnier Frères, 1849; *Démonstration du socialisme, théorique et pratique, ou Révolution par le Crédit pour servir d’introduction aux souscripters et adhérents à la Banque du Peuple. Le Peuple*, Paris, 4 mar. 1849.

²³³ Id. *Contradictions*, v. 2, p. 92-94.

existe, mais ainda, é rechaçada; logo, nada há a esperar do crédito.²³⁴

Portanto, sem alterar as relações de produção Proudhon considerava inviável qualquer solução relacionada ao crédito, que “[...] não tem nada a fazer com os pobres, com os diaristas, com os proletários; o crédito, para eles, é um mito”²³⁵.

Quanto à fórmula das associações de produção o autor diz que trataria desse assunto “[...] quando, uma vez acabada a teoria das contradições econômicas, tivermos encontrado na sua equação geral o programa da associação, que publicaremos então com relação à prática e com as concepções dos que nos precederam”²³⁶. E assim, a constituição do valor tornou-se objetivo e eixo de um programa de transformação social baseado numa forma de associação operária cuja formulação mais precisa Proudhon adiou.

3.8 – A Economia Política: de ciência à ideologia

Em meio às críticas que dirigiu aos economistas pode ser notada uma mudança de atitude por parte de Proudhon. A resenha de Garnier sobre as obras do socialista assinalaram que a Economia Política, tão maltratada na *1ª memória*, passou a ser vista com mais respeito em *Création*. Todavia, entre 1844 e 1846, período em que se aproximou da *Société des Économistes*, publicou no *Journal des Économistes* e elaborou seu livro, essa apreciação respeitosa mudou sensivelmente. Ele voltou a criticar duramente os economistas; mas - sem recair no mesmo tipo de crítica das primeiras memórias - o fez de um novo ponto de vista, aquele de quem penetrou nos domínios da Economia Política e pretendia excluir os economistas do campo científico assumindo o lugar que estes se atribuíam.

Nessa perspectiva, Proudhon atribuiu a eles o monopólio retrógrado e intolerante

²³⁴ Ibid., p. 141.

²³⁵ Ibid., p. 131

²³⁶ Id. *Contradictions*, v. 1, p. 279.

exercido pela academia,²³⁷ avaliando que eles se preocupavam mais em obter colocações no governo do que em debater os temas econômicos²³⁸. Ao mesmo tempo, percebeu que era malquisto pela maioria deles e que, logicamente, não teria lugar entre os mesmos²³⁹; foi nesse contexto que acusou Guillaumin de comportar-se como um livreiro de seminário obedecendo a seus patronos.²⁴⁰

Até que ponto esse desencanto era fruto da maior proximidade de Proudhon com os economistas ou de uma progressiva adesão à ordem por parte deles é algo difícil de precisar. Seja como for, o fato é que ele passou a duvidar da honestidade intelectual dos economistas do século XIX comparados aos do século XVIII:

Os mestres da ciência outrora começavam por rejeitar longe de si toda idéia preconcebida, esforçando-se por vincular os fatos, sem alterá-los nem dissimulá-los jamais, às regras gerais. As pesquisas de Adam Smith são, para o tempo em apareceram, um prodígio de sagacidade e de alta razão. O quadro econômico de Quesnay, por mais ininteligível que pareça, testemunha um sentimento profundo de síntese geral. A introdução do grande tratado de J. B. Say volta-se exclusivamente ao caráter científico da Economia política, e nela se vê a cada linha a necessidade que o autor sentia de noções absolutas. Os economistas do século passado certamente não constituíram a ciência: mas eles buscaram com ardor e boa-fé esta constituição. Quanto estamos hoje afastados destes nobres pensamentos! Não é mais uma ciência que se busca, são interesses de casta e de dinastia que se defendem [...]²⁴¹

A avaliação de que a Economia Política havia abandonado seu caráter científico desde o início do século XIX consolidou-se no pensamento proudhoniano; para ele, a partir de Destutt de Tracy “[...] o espírito filosófico obscureceu-se entre os economistas da escola francesa; o medo da ideologia perverteu a sua linguagem e percebe-se, lendo-os, que a adoração do fato lhes fez perder até o sentimento da teoria”²⁴². Essa “adoração do fato” tem o sentido claro de adesão a ordem e não de raciocínio a partir dos fatos e é nesse sentido que o

²³⁷ Ibid., p. 268.

²³⁸ Ibid., p. 271.

²³⁹ Ibid., p. 271.

²⁴⁰ Ibid., p. 273.

²⁴¹ Id. *Contradictions*, v.2, p. 227.

²⁴² Id. *Contradictions*, v.1, p. 177.

monopólio enquanto fato contribuiu para a renúncia à teoria do valor-trabalho e esta é a questão central para o caráter científico da Economia Política segundo Proudhon.

No debate sobre o tema ele desafiava os economistas a sustentar seriamente uma ciência econômica desprovida de um critério objetivo para o valor, desafiando-os a se questionarem intimamente “[...] no silêncio de seus corações, longe dos preconceitos que os perturbam, sem consideração aos cargos que ocupam ou esperam, aos interesses que servem, aos sufrágios que ambicionam, as distinções quem embalam a sua vaidade [...]”²⁴³; uma caracterização na qual os economistas são retratados como uma categoria cuja preocupação última é a ciência e cuja argumentação estaria turvada por interesses privados.²⁴⁴

Dessa forma, a Economia Política não estaria apenas estagnada, mas regredindo. Ele exemplifica esse recuo na crítica a Pelegrino Rossi, de quem assistira um curso no qual o professor afirmava que “a primeira fonte de riqueza é o trabalho”²⁴⁵ e que, portanto, este seria o suporte do valor. O socialista então pergunta: “Porque, depois de ter consignado em seu curso estas palavras tão profundas, o Sr. Rossi acreditou ter que se retratar em seguida numa revista, comprometendo assim gratuitamente sua dignidade de filósofo e de economista?”²⁴⁶ No mesmo sentido, Proudhon insistia em demonstrar que os textos do próprio Say eram contraditórios, pois se ele é aquele

[...] entre todos os economistas que mais insistiu sobre a indeterminabilidade absoluta do valor, é também aquele que deu-se mais trabalho para derrubar esta proposição. É ele que, se não me engano, é autor da fórmula: *Todo produto vale aquilo que custa* ou, o que é o mesmo, *os produtos compram-se com produtos*. Este aforismo, cheio de conseqüências igualitárias, foi

²⁴³ Ibid., p. 127-128.

²⁴⁴ “Vocês fazem contra o socialismo um escudo com esse poder de crescimento da população! E quando nós, homens de ontem retomando a tarefa difícil e abandonada por vocês, dos Adam Smith, dos Ricardo, dos Jean-Baptiste Say, do próprio Malthus, desvelamos a vossos olhares o princípio espoliador, quando demonstramos que a humanidade é sempre atingida antes que o pão e a terra lhe faltem, quando desenvolvemos diante de vocês o mecanismo da usurpação da propriedade, da ficção capitalista e do roubo mercantil, fecham seus olhos para não ver, seus ouvidos para não ouvir, seu coração para não ceder à convicção! A iniquidade do século lhes é mais preciosa que o direito do pobre e seus interesses de seita precedem aqueles da ciência!” Id. *Contradictions*, v. 2, p. 340.

²⁴⁵ Id. *Contradictions*, v. 1, p. 131.

²⁴⁶ Ibid., p. 131.

contradito por outros economistas [...]”²⁴⁷

Assim, ao citar essas passagens de Say e de Rossi para fundamentar o valor-trabalho, ele queria constranger os economistas a aceitar as conclusões de suas próprias premissas, mostrando que eles abandonaram a empreitada científica. O caso de Rossi era emblemático para o autor, porque representava a renúncia à ciência e a adesão ao discurso da ordem. Desse modo, depois de ler a “retratação” de Rossi, ele teceu o seguinte comentário:

Lamento que um homem como o Sr. Rossi sugira-me um pensamento tão triste, mas lendo o que acabo de citar não posso impedir-me de dizer: A ciência e a verdade não contam mais para nada; o que se adora atualmente é a bodega e depois da bodega o constitucionalismo desesperado que a representa.²⁴⁸

Proudhon se esforçou para demonstrar que os economistas não estavam mais no campo da ciência, mas no dos ideólogos, haja vista que a defesa que faziam da indeterminabilidade do valor era a maior prova disso. Mas, “[...] o governo das sociedades é *ciência*, quer dizer estudo das relações naturais, e não *arte*, quer dizer, bel-prazer e arbítrio [...]” e “[...] toda a sociedade declina, a partir do momento em que passa para as mãos dos ideólogos”²⁴⁹, pois deixa de compreender a si mesma e passa apenas a justificar suas iniquidades.

Os debates sobre as relações entre a pobreza e a questão da população evidenciavam a falência da Economia Política, que não oferecia nenhuma explicação satisfatória. Nesse quadro, as teorias de Malthus eram bem-vindas para Proudhon, porque revelavam tanto as contradições insuperáveis da ordem social quanto o caráter reacionário dos economistas, em suma:

A Economia política necessita que a morte venha em sua ajuda; não seria ela própria que vem em auxílio da morte? [...] A Economia política nos diz: não

²⁴⁷ Ibid., p. 128.

²⁴⁸ Ibid., p. 131.

²⁴⁹ Ibid., p. 123-124.

posso dar pão a todos, porque vocês vêm mais depressa do que poderia servi-los. É por isso que há muitos chamados e poucos eleitos!...²⁵⁰

De acordo com a visão proudhoniana, a solução malthusiana adotada pelos economistas²⁵¹ resumia-se a “[...] matar ou impedir de nascer [...]”, uma verdadeiro “[...] código penal da Economia política”²⁵². Assim, os socialistas estariam chamados a assumir a ciência abandonada pelos economistas²⁵³ e encontrar por meio dela a melhor ordem social. Seria preciso “[...] retomar o estudo dos fatos e das rotinas econômicas, detectar o seu espírito e formular a sua filosofia [da Economia Política]. Sem isto, nenhuma inteligência da marcha das sociedades pode ser adquirida e nenhuma reforma tentada”²⁵⁴.

3.9 – Socialismo e Utopia

A crítica de Proudhon ao socialismo é de uma ordem totalmente diferente daquela que ele dirigiu à Economia Política; mas, ao fim e ao cabo, ambas se concentram nas questões econômicas. Para ele, a Economia Política rejeitou a teoria do valor-trabalho e por isso perdeu seu caráter científico; o socialismo desprezou a Economia Política e nada do que reivindicou e propôs à sociedade se apoiou na ciência, pois “o socialismo não faz contabilidade, se recusa a fazê-lo. Nem mais nem menos que a Economia política, afirma a incomensurabilidade do valor”²⁵⁵ que seria abolido na sociedade comunista, como o foi pela Economia Política da época. E assim, por caminhos diversos, ambos ignoravam o que era essencial para

²⁵⁰ Ibid., p. 324.

²⁵¹ “Acreditam nos reduzir ao silêncio com essa tolice malthusiana da progressão aritmética, porque foi do agrado de todos os nossos economistas, ingleses, franceses, cristãos, materialistas, ecléticos, se tornarem propagandistas e vendedores ambulantes nesses últimos cinqüenta anos?” Ibid., p. 343.

²⁵² Ibid., p. 345.

²⁵³ O economista Reybaud havia publicado *Reformadores Contemporâneos*, livro no qual afirmava que a ciência econômica tinha completado sua missão. “[...] A CIÊNCIA ESTÁ FEITA! O Sr. Reybaud fez um juramento e o proclama com muita autoridade; ele é repetido na Academia, nas cátedras, no conselho de Estado, nas câmaras; ele é publicado nos jornais [...] A CIÊNCIA ESTÁ FEITA! Que loucura a nossa, socialistas, em buscar luz em pleno meio-dia, e protestar, com nossas lanternas à mão, contra o brilho dos sóis.” Ibid., p. 229.

²⁵⁴ Ibid., p. 134.

²⁵⁵ Ibid., p. 283.

compreender a transformar a sociedade, deixando vago o terreno da ciência econômica.

O erro fundamental do socialismo, segundo Proudhon era o de “[...] perpetuar o devaneio religioso lançando-se num futuro fantástico no lugar de apreender a realidade que o esmaga [...]”²⁵⁶. Para ele, o espírito religioso do socialismo o conduziu a supervalorizar os sentimentos solidários e a fórmula de Prosper Enfantin, conhecida desde 1831, - “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” – resumia esse otimismo sobre a benevolência humana.

Adotada por boa parte dos socialistas e comunistas, essa fórmula simplesmente eliminava o problema da comensurabilidade dos valores, pois cada indivíduo se tornaria juiz de sua própria medida, recebendo segundo suas necessidades, trabalhando segundo suas capacidades. Ora, isso implicaria numa redistribuição voluntária do excedente, ou nas palavras de Proudhon, na generalização da “caridade, primeira virtude do cristão”²⁵⁷, algo que ele considerava exageradamente otimista, e rejeitava em passagens eloqüentes:

[...] Supor que o trabalhador de alta capacidade possa se contentar em favor dos pequenos, com a metade de seu salário, supor que forneça gratuitamente seus serviços que produza, como diz o povo, *para o rei da Prússia*, quer dizer, para esta abstração que se chama sociedade, o soberano, ou meus irmãos, é fundamental a sociedade sobre um sentimento, não digo inacessível ao homem, mas que, erigido sistematicamente em princípio, não é mais que uma falsa virtude, uma hipocrisia perigosa. A caridade nos é encomendada como reparação das enfermidades que afligem por acidente aos nossos semelhantes, e eu concedo que sob esse ponto de vista a caridade possa ser organizada; eu concedo que procedendo da solidariedade mesma, ela torne-se simplesmente justa. Mas a caridade tomada como instrumento de igualdade e lei de equilíbrio seria a dissolução da sociedade. A igualdade produz-se entre os homens pela rigorosa e inflexível lei do trabalho, pela proporcionalidade dos valores, pela sinceridade das trocas e a equivalência das funções; numa palavra, pela solução matemática de todos os antagonismos [...] Provereis as minhas necessidades, dizeis, na medida de vossos recursos. Eu, ao contrário, compreendo que deva ser na medida de meu trabalho, senão eu deixo de trabalhar. Caridade! Eu nego a caridade, é misticismo. Falar-me-ei em vão de fraternidade e de amor [...] Peço aquilo que me cabe e nada mais do que aquilo que me cabe [...] Falai-me do *deve* e do *haver*, único critério, aos

²⁵⁶ Ibid., p. 134.

²⁵⁷ Ibid., p. 256.

meus olhos, do justo e do injusto [...] Quanto me deveis? Quanto vos devo?
Eis minha religião e o meu Deus²⁵⁸

Por isso ele se opunha à possibilidade de superação da lei do valor, e, por conseguinte do mercado, defendida por muitos socialistas e comunistas; estes estariam iludidos em suas utopias, imaginando que sentimentos solidários bastariam para gerar a ordem na sociedade. Torna-se nítida a rejeição de qualquer conduta moral como garantia dos laços sociais. É a justiça objetivada nas relações econômicas que permitiria o desenvolvimento moral dos indivíduos e não o inverso: a solidariedade voluntária poderia ser o produto de uma sociedade igualitária, mas não sua origem e fundamento²⁵⁹.

Portanto, da mesma forma que Smith procurou os laços sociais na economia, abandonando o conceito de simpatia expresso na TSM, Proudhon fundiu a moral nas relações econômicas e criticou os socialistas que “[...] em vez de buscar a justiça na relação dos fatos, [eles] a tomam na sua sensibilidade; denominando justiça tudo aquilo que lhes parece amor ao próximo e confundindo sem cessar as coisas da razão com as do sentimento”²⁶⁰; enfim, ele considerava o socialismo como um ato de vontade, uma aspiração que não prestava atenção à razão.

Nota-se ao longo de todo livro, que apesar de diferenciar e nomear as distintas correntes socialistas e comunistas e seus respectivos pensadores, Proudhon classifica todas elas sob o rótulo de utopia (a única exceção parece ser Louis Blanc, que nem por isso foi menos criticado). De qualquer maneira, importa é que Proudhon reuniu a República de Platão, a “atração” de Fourier, o “amor e o instinto” de Michelet²⁶¹ e a “grande força de iniciativa” de

²⁵⁸ Ibid., p. 256-258, grifo nosso.

²⁵⁹ Ibid., p. 271.

²⁶⁰ Ibid., p. 257.

²⁶¹ Michelet tinha considerado Proudhon comunista pelos seus ataques à propriedade. O socialista tece o seguinte comentário: “[...] o que responder a um homem que, depois de 40 anos de estudos sobre a história, veio pregar, para todas as ciências, no século XIX, o decaimento pelo INSTINTO?... Que outro discuta com Michelet; quanto a mim, eu o transfiro à cronologia.” Ibid., p. 254-255. Ambos se tornariam amigos depois de 1848, embora Proudhon sempre atacasse o Romantismo.

Blanc²⁶², sob um mesmo critério, pois, segundo ele, “[...] todas as utopias socialistas, sem exceção, se reduzem ao resumo tão curto, tão categórico e tão explícito de Cabet, ou seja, *Minha ciência é a fraternidade [...]*”²⁶³.

Assim, com o socialismo assimilado à fórmula de Cabet, a crítica proudhoniana ao icariano²⁶⁴ equivalia à crítica geral de todo o socialismo e comunismo com pretensões de abolir o mercado e a lei do valor na sociedade²⁶⁵. Para Proudhon

Nada mais fácil de fazer que um plano de comunismo. A república é da dona de tudo [...] Cada um é operário nacional e trabalha por conta do Estado, que não paga ninguém, mas que cuida de todos, como um pai de família faz com seus filhos. Essa é aproximadamente a utopia desse excelente Cabet, utopia renovada [...]

Nesse quadro, enquanto o comunismo teria por modelo a família, tomada como exemplo de laços solidários, a sociedade defendida por Proudhon baseava-se no modelo da oficina. Uma das principais críticas do autor refere à noção de “trabalho atraente” de Cabet, cujos planos não dispensavam a vigilância, a música e os estímulos; ele perguntava porque um trabalho atraente necessitaria de distrações enquanto é feito?²⁶⁷ E complementava dizendo que a apropriação individual dos valores do trabalho bastaria para substituir os controles policiais do Estado comunista sobre o trabalho.²⁶⁸

Outra crítica ao icariano refere-se ao caráter uniformizante de seu comunismo, que desprezava as inclinações e diversidades pessoais; Proudhon ironizava dizendo que poderia haver uma só pessoa “copiada” em grande número nessa sociedade²⁶⁹. A imobilidade é outro

²⁶² Ibid., p. 268.

²⁶³ Ibid., p. 268.

²⁶⁴ Icária era o nome da utopia comunista de Cabet.

²⁶⁵ A exceção é o socialismo de Louis Blanc será tratado separadamente por Proudhon.

²⁶⁶ Ibid., p. 284.

²⁶⁷ Ibid., p. 296-297.

²⁶⁸ Ibid., p. 298-299.

²⁶⁹ Ibid., p. 300.

aspecto criticado pelo autor, que lembra que o comunismo de Cabet e de Fourier²⁷⁰ sempre supunha um estado perfeito em que nada mais mudaria, o fim da história, o fim das contradições²⁷¹; e assim, “[...] o comunismo é conduzido pela lógica à intolerância das idéias [...]”²⁷²; mas, como Proudhon avaliava que isso não correspondia à natureza humana, tal “perfeição” só poderia ser alcançada por meio da artificialidade do Estado; e assim, da negação de todas as mediações nas relações sociais o comunismo ressuscitaria a maior de todas.

Enfim, no quadro social francês, Proudhon lamentava que existissem “[...] somente os economistas de visão curta e os socialistas fanáticos, para quem a ciência se resume por inteiro na fórmula, *Laissez faire, laissez passer*, ou, *A cada um segundo suas necessidades na medida dos recursos sociais*, quando se vangloriam de possuir a ciência econômica”²⁷³.

3.10 - Repercussão do livro: Molinari e Marx

Frustrando uma vez mais as expectativas de seu autor, *Contradictions*, veio a público em 15 de outubro de 1846 na França²⁷⁴ e não suscitou grande interesse. O livro permaneceu pouco conhecido até a participação de Proudhon na Revolução de 1848²⁷⁵ e uma segunda edição precisou aguardar até 1860.²⁷⁶ Todavia, o fracasso editorial na França contrastou com o sucesso na Alemanha. Traduzido por Karl Grun, o livro esgotou a primeira edição e mais duas reimpressões foram feitas em menos de um ano.²⁷⁷

A correspondência de Proudhon testemunha a crítica de alguns de seus amigos que leram

²⁷⁰ “Vejam os fanáticos de Fourier, grandes homens que querem organizar a sociedade e nunca conseguiram montar uma cozinha; [...]” Ibid., p. 253-254.

²⁷¹ Cabet supunha o vestuário eterno, Fourier pensava e por um fim no progresso da ciência. Ibid., p. 300.

²⁷² Ibid., p. 300.

²⁷³ Ibid., p. 392.

²⁷⁴ SAINTE-BEUVE, Op. cit., p. 186; MOREL. Op. cit., p. 11.

²⁷⁵ GURVITCH, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Presença, 1980. p. 45-46.

²⁷⁶ MOREL. Op. cit., p. 24.

²⁷⁷ Ibid., nota 5, p. 14; Carta a Delarageaz, 3 ago. 1847, T III, p. 390; Carta a Guillaumin, 19 set. 1847, T. II, p. 267-269.

o livro.²⁷⁸ Bergmann, por exemplo, criticou o autor considerando que atacando e nomeando pessoas que só desonravam a publicação, o alardeado caráter “científico” e “frio” do livro se esvaía. Proudhon aceitou esta crítica e reconheceu que apesar de seus esforços permanecia panfletário, pois “[...] em matéria de política, de moral prática, de ciência social, de tudo que se atêm à vida ativa e à atualidade da sociedade, as teorias não são somente ideias e abstrações do espírito; elas também são interesses, influências, coalizões, intrigas [...]”²⁷⁹.

Essa parca repercussão na França, comprovada pelos poucos textos que dialogaram com o livro, é evidente em seus *Carnets* onde ele comentou que “[...] todos os que falaram até aqui fizeram-no com uma suprema má fé, vontade, ou estupidez [...]” e elencou a lista de contestações: Marx, o economista Gustave de Molinari, o socialista Vidal, *Univers Religieux*; a revista do sansimoniano católico Buchez²⁸⁰, *Revue encyclopédique* e o comunista Cabet, acrescentando que Pierre Leroux e *Démocratie Pacifique* se calaram.²⁸¹ Porém, os dois únicos que mereceram de Proudhon algum comentário adicional foram as de Marx e Molinari. A resenha deste último foi publicada no *Journal des Économistes* em novembro de 1847.²⁸² O pouco que é sabido a respeito procede de um breve comentário de Sainte-Beuve, de que seu teor é bastante crítico e não reconhece mérito algum ao livro de Proudhon²⁸³, e de um trecho de suas anotações particulares:

Eu recebi o *Journal des Economistes* contendo um artigo contra mim, de um Senhor Molinari. Esta besta maliciosa e de má fé. Uma página consagrada à minha epígrafe, que eu já tinha perdido de vista: *Destruam et aedificabo*. O imbecil não viu que esta fórmula era a da antinomia, que nega e afirma alternadamente, *destruit et aedificat*. O resto está muito abaixo desta ignorância.²⁸⁴

²⁷⁸ Carta de Tissot, 13 dez. 1846, T. II, p 230-232.

²⁷⁹ Carta a Bergmann, 4 jun. 1847, T. II, p. 257.

²⁸⁰ Saint-simoniano “neo-católico” segundo Proudhon.

²⁸¹ Carnet 6, f. 110, 20 de dezembro de 1847. In: P.-J. PROUDHON. *Carnets. II. 1847-1848*. Texte inédit et intégral établi sur les manuscrits autographes avec annotations et appareil critique de Pierre Hautmann. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1961. p. 290.

²⁸² T. XVIII p. 383; 398 Apud DICTIONNAIRE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE. COQUELIN; GUILLAUMIN (Ed.). V. 2. Paris: Guillaumin et cie., 1852-53. p. 479; SAINTE-BEUVE, Op. cit., p. 197.

²⁸³ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 197.

²⁸⁴ Carnet 5, p. 169, 20 de novembro de 1847, p. 289. *Carnets. II. 1847-1848*. Texte inédit et intégral établi sur les manuscrits

A posteridade fez com que a *Miséria da Filosofia* de Marx não apenas se tornasse a mais célebre dentre as críticas a Proudhon, como também a maior fonte para o conhecimento contemporâneo a respeito do francês.

Assim, o debate em torno desses textos adquiriu uma forte conotação política para anarquistas e marxistas, fundamentando posições distintas e, invariavelmente, extraíndo as obras de seu contexto original. Aqui não se pretende formular nenhum veredicto a respeito deles, até porque isso exigiria um estudo exaustivo centrado nessas fontes²⁸⁵, mas apenas compreender seu sentido no contexto da época.

Contradictions foi publicado em outubro de 1846; em dezembro desse ano Engels leu, tomou notas detalhadas e escreveu sobre o livro a Marx. Este, por sua vez, o leu em dois dias e enviou suas impressões a Annenkov, numa carta de dez páginas, antes do fim do ano²⁸⁶. A resposta de Marx a Proudhon, cujas linhas gerais constavam nesta carta, foi redigida no primeiro semestre de 1847 e foi publicada em julho do mesmo ano.²⁸⁷

Para Marx, Proudhon havia se tornado um adversário político cuja influência, sobretudo entre os alemães, precisava ser combatida; mesmo porque, ao contrário do que ocorria na França, seu livro era um sucesso na Alemanha, graças à tradução de Grün.²⁸⁸ Enquanto isso o livro de Marx, publicado originalmente em francês, esperou sua primeira edição alemã até 1855²⁸⁹.

autographes avec annotations et appareil critique de Pierre Hauptmann. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1961. p. 290.

²⁸⁵ A recente publicação em português da *Miséria da Filosofia* de Marx com as anotações de Proudhon evidencia que há dificuldades até mesmo para estabelecer os textos nos quais se apoiou o debate, pois Proudhon acusa Marx de responder a ele citando seu texto de maneira distorcida, sugerindo que se compare o que de fato ele escreveu e como as mesmas passagens que aparecem citadas no texto do filósofo alemão. MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004. (Coleção Fundamentos de Filosofia)

²⁸⁶ Annenkov teve uma impressão favorável ao livro de Proudhon e pediu a opinião de Marx. Carta de Marx a Pavel V. Annenkov, 28 dez. 1846. Disponível em:

<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1846/letters/46_12_28.htm> Acesso em: 08 abr. 2009.

²⁸⁷ NEGRO. Op. cit., p. 119.

²⁸⁸ Proudhon comenta sobre uma terceira tradução alemã numa carta a Guillaumin, 19 set. 1847, T. II, p. 267-269.

²⁸⁹ NEGRO. Op. cit., p. 119.

Diversos estudos questionaram as motivações do alemão ao escrever o texto, pois suas críticas contrastam com a admiração pelo francês demonstrada poucos anos antes. Nesse sentido, a resposta atravessada de Proudhon a Marx em 1846 é rotineiramente apontada como o motivo da ruptura; e assim, a crítica do primeiro ao segundo foi interpretada como uma espécie de vingança, ao mesmo tempo política e pessoal, como se toda motivação de Marx residisse em seu orgulho ferido. Ora, ainda que essa tese possa explicar o caráter panfletário e o tom agressivo na resposta do alemão, ela não é suficiente para compreender o teor de suas críticas ao francês; pois, ao que tudo indica, a discrepância entre os elogios da *Sagrada Família* em 1843 e as críticas da *Miséria da Filosofia* em 1847, explica-se mais pela evolução dos estudos econômicos de Marx e Engels do que pela resposta enviesada de Proudhon.

Assim, o comentário desta tese se dirige aos pontos centrais da crítica de Marx: o conceito de valor constituído – criticado na primeira parte do livro²⁹⁰ - e a concepção de dialética de Proudhon – criticada na segunda.²⁹¹

A primeira parte do texto ataca o “valor constituído” formulado por Proudhon.²⁹² Todavia, Marx não ataca o conceito em si, mas o fato de Proudhon pretender ter feito “uma descoberta científica”²⁹³ quando ele nada mais fazia do que repetir a formulação de David Ricardo. Para comprovar essa tese, o alemão discorreu ao longo de várias páginas a respeito do conceito de valor relativo do economista inglês.²⁹⁴ Porém, se de fato Marx tem razão ao apontar a similaridade entre o conceito de Proudhon e o de Ricardo, ele não pode lhe atribuir nenhuma espécie de “plágio” ao francês, uma vez que ele não lia inglês e pouco conhecia da

²⁹⁰ I – Uma descoberta científica. MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004. (Coleção Fundamentos de Filosofia) p. 23-118.

²⁹¹ II – A metafísica da Economia Política, *Ibid.*, p. 119-215.

²⁹² Uma única anotação de Proudhon consta ao longo de toda primeira parte, a do valor constituído. *Ibid.*, I – Uma descoberta científica. *Ibid.*, p. 23-118; p. 69.

²⁹³ É o título da primeira parte do livro.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 40-44.

obra de Ricardo.²⁹⁵ Assim, ele chegou à um conceito semelhante ao do inglês de forma independente, a partir da leitura de Smith; e o mesmo vale para as semelhanças entre as suas ideias e as de Rodbertus e os demais ricardianos de esquerda citados pelo filósofo alemão.²⁹⁶

Nesse questionamento à originalidade do francês chama atenção o fato de que perante estas mesmas ideias - Proudhon as expôs na *1ª memória* de forma ainda mais simples e direta - tanto Marx quanto Engels impressionaram-se por seu caráter “científico”, como já foi mencionado. Nesse sentido é plausível interpretar que a crítica a Proudhon, como uma crítica da crítica de Proudhon à Economia Política, no mesmo sentido que a crítica a Feuerbach foi a crítica da crítica à Filosofia de Hegel; e assim, representa para Marx um ajuste de contas com a sua “consciência econômica” anterior.

Porém, o cerne da crítica de Marx ao francês não residiu nem na originalidade na exatidão desse conceito do conceito de valor, mas na perspectiva histórica embutida no “valor constituído” de Proudhon. Isso fica claro quando ele compara Ricardo e o socialista francês a propósito do tema:

Ricardo nos mostra o movimento real da produção burguesa que constitui o valor. O Sr. Proudhon, fazendo abstração deste movimento real ‘debate-se’ para inventar novos procedimentos, para regular o mundo segundo uma fórmula pretensamente nova que nada mais é senão a expressão teórica do movimento real existente e tão bem exposto por Ricardo. Ricardo toma seu ponto de partida na sociedade atual para nos demonstrar como ela constitui o valor: o Sr. Proudhon toma por ponto de partida o valor constituído para constituir um novo mundo social através deste valor. Para ele, o Sr. Proudhon, o valor constituído deve dar uma volta e retornar constituinte para um mundo já completamente constituído segundo este modo de avaliação. A determinação do valor pelo tempo de trabalho é para Ricardo a lei do valor trocável; para o Sr. Proudhon ela é a síntese do valor útil e do valor trocável. A teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual: a teoria dos valores do Sr. Proudhon é a interpretação utópica da teoria de Ricardo.²⁹⁷

²⁹⁵ Suas anotações pessoais mostram que ele abandonou a leitura da tradução francesa de *Os Princípios* de Ricardo, não indo além do primeiro capítulo. Cf. BÉRAUD, Op. cit., p. 8-9.

²⁹⁶ Que antecedem às de Proudhon; embora ambos o tenham feito independentemente. Cf. PROUDHON, *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. (Oeuvres complètes, 1) nota 33, p. 154. Marx se empenha em mostrar que a aplicação igualitária da fórmula de Ricardo já tinha precursores ingleses, ricardianos de esquerda, antes de Proudhon: Hodgskins, Thompson e Bray, entre outros. MARX. Op. cit., p. 64-75.

²⁹⁷ Ibid., p. 45, grifo nosso.

A crítica de Marx foi enfática: Proudhon elegia como meta aquilo que Ricardo já havia mostrado ser um fato no “movimento real existente”, “na vida econômica atual”; assim, ele estaria simplesmente pretendendo chegar num ponto aonde o próprio movimento do capital levaria. O alemão ironizou Proudhon escrevendo que “é sobre a igualdade já realizada do trabalho automático que o Sr. Proudhon passa a sua plaina da ‘equalização’, que se propõe a realizar universalmente ‘no tempo futuro’”²⁹⁸.

Mas de que sociedade e economia “atual” Marx fala? A situação da economia francesa correspondia de fato a esse movimento pelo qual o capital, promovendo a ampla divisão do trabalho e mecanização, socializava o trabalho e constituía a lei do valor? Pela caracterização da economia francesa feita no primeiro capítulo e complementada ao longo da tese a resposta é negativa, pois a indústria manufatureira predominou, seja em número de trabalhadores²⁹⁹, seja em produção de riquezas, até o final do século XIX.³⁰⁰ Enfim, as condições francesas eram muito distintas do avanço do capital existente na Inglaterra, cuja economia serviu de base às reflexões de Ricardo. Portanto, quando Marx fala de uma “igualdade já realizada do trabalho automático” ele não se refere à realidade empírica da economia francesa, mas à tendência inerente ao “movimento real existente” abstraído conceitualmente a partir da realidade inglesa, pelo qual o capital, realizando suas potencialidades, faria tábula rasa da economia tradicional promovendo a “equalização” do trabalho.

Ainda no que tange à questão do valor, Marx também criticou Proudhon por, segundo ele, igualar as jornadas de trabalho aos valores, desprezando a diferença entre as quantidades de trabalho³⁰¹; mas esta crítica parece improcedente, pois a ideia de que o valor ainda está por se constituir baseia-se precisamente na avaliação de que tempos e quantidades de trabalho não

²⁹⁸ Ibid., p. 49.

²⁹⁹ Os operários artesãos “Contrariamente ao esquema de Marx, este setor operário não era de modo algum um vestígio desprovido de vida e preso entre a burguesia e o proletariado. A história dos conflitos de 1831 e 1871 mostra, pelo contrário, a singular realidade deste setor [...]” ANSART. Op. cit., p. 247.

³⁰⁰ Ibid., p. 69-71.

³⁰¹ MARX. Op. cit., p. 48-52.

se equivaliam nas condições da economia francesa.

A segunda parte do livro, intitulada “A metafísica da Economia Política”³⁰², tem como fio condutor a crítica à dialética de Proudhon, avaliada por Marx como uma aplicação errônea da dialética de Hegel; todos os demais capítulos do livro de Proudhon foram analisados sob essa ótica. Mas, assim como Proudhon não lia inglês, não leu Ricardo e não partiu de seu conceito de valor; ele também não lia alemão, não leu Hegel e não pretendeu seguir a dialética hegeliana em *Contradictions*.

O tópico referente às relações do socialista francês com a esquerda hegeliana alemã examinou o assunto e o autor reiterou suas precauções quanto às possibilidades de síntese no livro criticado por Marx³⁰³, tanto que para Gurvitch “os ataques de Marx parecem [...] injustificados, pois Proudhon nunca foi hegeliano, nunca pretendeu sê-lo e porque ele próprio criticou a teoria do meio-termo [...]”³⁰⁴.

Assim sendo, a questão do valor constituído enquanto objeto e uma dialética sem síntese enquanto método traduzem o ceticismo de Proudhon relativo às possibilidades de superação das contradições na sociedade. Por isso, mais do que uma divergência a respeito das questões em si, tratam-se de perspectivas teóricas e sociais totalmente distintas. De um lado, para Proudhon, a constituição do valor era a condição para uma sociedade de mercado capaz de promover a justiça nas trocas e submeter o Estado à ordem social. Para o socialista francês, o mercado era um horizonte intransponível e tudo que se poderia fazer era reformá-lo; qualquer tentativa de eliminá-lo seria utópica e estaria fadada a reabilitar o Estado como ordenador da economia, restabelecendo uma opressão semelhante ao absolutismo sobre a sociedade.

³⁰² As anotações marginais de Proudhon no livro de Marx concentram-se todas nesta parte e falam, por exemplo, em “mentira”, “falsificação”, “plágio”, “tudo isso é meu!”, e coisas do gênero. Ibid., p. 119-215: 123-128, 130-131, 133, 136-137, 139-143, 146-148, 151-152, 157.

³⁰³ Ao comentar uma possível resolução sintética das contradições ele escreve: “[...] isto eu suponho, mas não está provado que a contradição na humanidade tenha um fim [...]” PROUDHON. *Contradictions*, v. 1. p. 169.

³⁰⁴ GURVITCH. Op. cit., p. 63.

De outro lado, para Marx, transcender a lei do valor representava a superação do mercado enquanto regulador das trocas e das relações sociais, ou seja, era a condição para o advento do comunismo e a conseqüente extinção do Estado. Para o filósofo alemão, o mercado representava a glorificação da ordem burguesa, qualquer tentativa de reformá-lo seria utópica e estaria destinada a reconstituir cedo ou tarde relações sociais governadas pelo capital. E assim, na contraposição dessas duas perspectivas, quem reivindica a superação de qualquer forma de mediação nas relações sociais - seja o mercado, seja o Estado - é Marx³⁰⁵ e não Proudhon.³⁰⁶

O socialista francês tomou conhecimento da crítica de Marx em 13 de agosto de 1847 por uma carta de Eisermann, discípulo de Grün, denunciando-lhe os ataques da *Miséria da Filosofia*. O francês lhe pediu que enviasse um exemplar, que lhe chegou às mãos em 27 de agosto.³⁰⁷ As anotações marginais de Proudhon provam que ele leu o livro do filósofo alemão³⁰⁸. O assunto aparece uma única vez na correspondência do período, numa carta ao editor Guillaumin, o francês considerou o livro de Marx como “[...] um tecido de grosserias,

³⁰⁵ “Como é que Marx poderia esquecer Proudhon, quando ele próprio, no seu ideal político final, permanece rigorosamente libertário e prevê a desapareição do Estado na ‘segunda fase do comunismo’? Nas suas últimas obras, Proudhon foi muito mais prudente, contentando-se com procurar um ‘equilíbrio’ entre democracia industrial e democracia política radicalmente transformada.” Ibid., p. 20. Ver também Ignatieff: “Marx herdou da economia política a utopia de uma sociedade civil capaz de funcionar sem intervenção política, e que sua sociedade pós-revolucionária, superado o antagonismo de classe, estará para além da política. Sem nenhum conflito de natureza coletiva para julgar, a política se transformaria na administração das coisas” Cf. Op. cit., 226.

³⁰⁶ Essa afirmação se atém às posições de Proudhon no período analisado pela tese, embora suas ideias após o período revolucionário somente confirmem e aprofundem essa perspectiva, seja pela rejeição cabal ao conceito de síntese, seja pela defesa de um equilíbrio dinâmico entre um regime de propriedade reformada e Estado federal. Três obras que expõe essas ideias podem ser destacadas: 1) *Theorie de la Propriété*, escrita em 1862 e publicada postumamente, particularmente o Cap. VI, cujo primeiro parágrafo fala da “necessidade, após ter organizado o Estado, de criar um contra-poder ao Estado na liberdade de cada cidadão. (Cap. VI 1º par); 2) *Du principe federatif et de la necessite de reconstituer le parti de la revolution*, publicada em 1863 e 3) *De la capacité politique des classes ouvrières*, publicada em 1865, especialmente o capítulo XIV “Da mutualidade no governo”.

³⁰⁷ Carta de Eisermann a Proudhon, 13 ago. 1847; 27 ago. 1847. Apud MOREL. Op. cit., p. 25-27.

³⁰⁸ “Eis que tenho a infelicidade de pensar como vós! Teria eu porventura alguma vez pretendido que os princípios sejam outra coisa que não a representação intelectual e não a causa geratriz dos fatos? [...] O verdadeiro sentido da obra de Marx é que ele, por toda a parte, lamenta que eu tenha pensado como ele e que eu tenha dito antes dele. E ele tenta fazer o leitor acreditar que é ele, Marx, quem, depois de ter-me lido, lamenta-se de pensar como eu penso!...Que homem!” MARX, Op. cit., nota 32, p. 131.

de calúnias, de falsificações e de plágios”³⁰⁹, mas ele não gastou mais que três linhas com o caso. Nos *Carnets*, também poucas anotações³¹⁰, uma das quais indicava a intenção de escrever dois artigos - “Les Juifs” e “M. Marx” - no futuro jornal *Le Peuple* respondendo ao filósofo alemão³¹¹; mas o periódico não pode ser lançado em 1847 por falta do depósito de caução exigido por lei e os artigos jamais foram escritos ou publicados.

Logo a seguir, eclodiu a Revolução de 1848 e no torvelinho dos acontecimentos Proudhon se esqueceu de Marx. No século XX, Pierre Hauptmann localizou entre os manuscritos inéditos de Proudhon no chamado “*Cours d’Économie Politique*”, menções ao livro de Marx que lhe pareceram desenvolver as anotações marginais do exemplar pessoal do socialista francês.³¹² Mas, conforme mencionado, estes manuscritos ainda estão sendo examinados na França, até o momento nenhum deles tornou-se público e seu teor permanece desconhecido.

Em suma, o texto de Marx jamais recebeu uma contestação por parte do francês e o nome do alemão esteve praticamente ausente nos textos, cartas e anotações de Proudhon dali para diante.³¹³ Vale lembrar que durante a vida de Proudhon – que morreu em 1865 – Marx (excetuando os artigos de jornal) não publicou muito; depois da *Miséria da Filosofia* vieram o *Manifesto Comunista* em 1848, de pouca repercussão na França, e a *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de 1859, em alemão; o primeiro volume de *O Capital* só foi publicado em 1867.³¹⁴

Nesse quadro, a importância de Proudhon na evolução das concepções de Marx foi

³⁰⁹ Carta a Guillaumin, 19 set. 1847, T II, p. 267-268.

³¹⁰ “– Marx é a ténia do socialismo” *Carnet* 5, p. 169, 24 dez. 1847. PROUDHON, P.-J. *Carnets. II. 1847-1848*. Texte inédit et intégral établi sur les manuscrits autographes avec annotations et appareil critique de Pierre Hauptmann. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1961. P. 200.

³¹¹ *Ibid.*, p. 200; nota na p. 337.

³¹² MOREL. *Op. cit.*, p. 30-31.

³¹³ Trindade inventariou os possíveis motivos da ausência de resposta em TRINDADE, Francisco. *O Silêncio de Proudhon*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

³¹⁴ GURVITCH. *Op. cit.*, p. 19.

incomparavelmente maior do que o inverso e aquilo que se toma como uma grande polêmica entre ambos, não passou de uma crítica de pouca repercussão tanto na obra do francês, quanto no cenário político da época.

Por outro lado, Marx e Engels mencionariam Proudhon ao longo de muitos anos em suas obras e correspondência, ainda que *O Capital* mencione Proudhon numa única passagem³¹⁵ e ignore qualquer contribuição do socialista francês³¹⁶. Em 1848, depois de uma viagem à França durante a revolução, Engels escreveu a Marx que “o proudhonismo continua a ser a expressão mais completa da convicção dos cretinos dos operários franceses. Por isso não há nada a fazer”³¹⁷ Essa incômoda constatação persistiu ao longo dos anos, tanto que na própria AIT, cerca de vinte anos depois, os proudhonianos estiveram presentes. Mas, além incomodar politicamente, essa presença representava um questionamento objetivo às previsões sobre o declínio rápido das manufaturas e o advento da grande indústria:

[...] Proudhon devia seguir sendo um enigma irritante para Marx: acreditando numa desapareição total e rápida desta classe operária assalariada e responsável [os artesãos da manufatura], Marx não podia compreender um teórico que se constituía em sua expressão; Proudhon não tem lugar no esquema de *O Capital*, nem deveria, de certa forma, existir.³¹⁸

Assim, se o sentido dos acontecimentos a médio e longo prazo parece ter dado razão a Marx, o ritmo em que essas mudanças se processaram manteve a estrutura econômica manufatureira vigente e predominante por muito tempo; por isso, segundo Ansart, a influência das ideias proudhonianas no movimento operário francês manteve-se por tanto tempo.³¹⁹

³¹⁵ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. V.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988. nota 38 p. 79.

³¹⁶ Para João Bernardo “é curioso considerar que Marx insistiu repetidamente, em *O Capital*, nos benefícios extraídos pelos capitalistas do aumento da cooperação da força de trabalho, sem, no entanto citar a esse respeito uma só vez que seja o nome de Proudhon, para quem residiria precisamente aqui o segredo da exploração capitalista. Numa obra em que são tão abundantes as referências, este silêncio é mais uma demonstração dos métodos de polêmica que Marx empregava contra as outras correntes socialistas; e a lacuna é tanto mais gritante quanto, em *A Sagrada Família*, no final do capítulo IV, Marx reconheceu quanto a esta questão a prioridade absoluta de Proudhon. [...]” BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 70.

³¹⁷ GURVITCH. Op. cit., p. 19.

³¹⁸ ANSART. Op. cit., p. 243.

³¹⁹ O historiador Eduard H. Carr resume bem uma avaliação comum a muitos estudiosos quando associa

3.11 – O fim de um período

Desde meados de 1846, Proudhon tencionava passar à ação. A correspondência da época revela que ele queria terminar seus estudos e “passar sem demora às realizações”; ele escreveu que dentro de um ano “estarei completamente derrubado sob o absurdo e o ridículo de minhas teorias ou terei gestado o mais vasto movimento revolucionário, o mais radical e o mais decisivo que se viu sobre o globo”.³²⁰ Meses depois, após a publicação do livro, ele sustentava a mesma intenção:

[...] a obra que aparece neste momento com meu nome é a última deste tipo que escreverei, e que na seqüência só me falta prosseguir na aplicação das leis gerais expostas em meu livro, sempre que essas leis sejam exatas. A partir de hoje, volto seriamente à vida ativa, da qual saí em 1840, com minha publicação do ‘Domingo’ e da ‘Propriedade’ [...]³²¹

Durante os últimos meses de 1846, ele seguiu trabalhando na empresa dos Gauthier e encontrou-se bastante atarefado com demandas judiciais. Em janeiro, foi à região de Besançon visitar familiares, período no qual sua mãe faleceu. No início de 1847, esteve à frente de um novo empreendimento. Seus patrões se propuseram a assumir todo transporte de trigo por terra do leste francês a um preço menor que o de outras companhias, intento cuja viabilidade demandava dois mil cavalos, Proudhon foi encarregado de fazer gestões junto a deputados e ministros em Paris, e ao longo de um mês manteve conversações com cerca de quarenta deputados.³²²

Na mesma carta, Proudhon anunciou que paralelamente aos negócios trabalhava na solução das contradições econômicas e que estava tratando da documentação e da arrecadação

Proudhon e o anarquismo às formas tradicionais de produção de um lado e de outro afirma que “os grandes batalhões da revolução industrial estiveram do lado de Marx”. CARR. Op. cit., p. 61.

³²⁰ Ackermann, 2 jul. 1846, T. II, p. 208.

³²¹ Carta a Bergmann, 22 out. 1846, T. II, p. 222. Carta enviada com um exemplar do livro.

³²² Carta a Bergmann, 4 jun. 1847, T. II, p. 255.

de fundos para regularização de um semanário intitulado *Le Peuple*³²³ que ele pretendia ver publicado antes do final de 1847³²⁴. No dia 24 de outubro daquele ano ele deixou o trabalho junto aos Gauthier com apenas duzentos francos e mudou-se para Paris.³²⁵ Apesar de toda a amizade que o levou a trabalhar com os Gauthier, encarou a saída desse emprego como uma libertação, pois se sentia muito desconfortável em manter uma relação de patrão e empregado com amigos.³²⁶

Nessa época sua renda se resumia ao pouco que recebia como parte das vendas de *Contradictions*. Consequentemente, tudo com o que contava para viver dali por diante era a promessa de que Guillaumin editaria seu próximo livro e lhe solicitaria alguns artigos para o *Journal des Économistes*. Assim, apesar das duras críticas que Proudhon dirigiu ao editor, eles parecem ter mantido boas relações; tanto assim que, desempregado, o autor ofereceu seus serviços ao editor apresentando seu “currículo” nos seguintes termos:

As obras que saem de sua livraria bem impressas, são, em geral, pouco corretas; os impressores ascenderam a corretores sem ter muitos conhecimentos. Como este ofício é precisamente o meu, mais ainda, como a Economia política é o objeto particular de meus estudos, se eu puder ser-lhe de alguma utilidade para suas provas, estaria à sua completa disposição. Enfim, conheço medianamente a matéria comercial, e posso encarregar-me muito bem da correspondência: seria na qualidade de agente de transportes por terra ou por água, e seria tão bom diretor de uma companhia quanto o senhor H. Dussard, seu amigo e ex-redator. Se ouvir dizer que necessitam de um homem em algum lugar, eu lhe serei muito grato se pensar em mim. Eu confio que com conhecimentos razoáveis em tipografia, transportes, contabilidade, Economia política, literatura, filosofia, devo encontrar meios de existência [...]³²⁷

Nesse período, decepcionado com a modesta repercussão de seus livros, Proudhon

³²³ Jornal que pretendia continuar a tradição do *Le Peuple*, publicação editava brevemente pelo jornalista Charles Ribeyrolles (1812-1860), um escritor e jornalista republicano francês, companheiro de exílio de Victor Hugo. WOODCOCK. Op. cit., p. 36.

³²⁴ “[...] Meu período de investigação pura terminou: começa para uma nova carreira e logo saberei se valho realmente algo, ou se devo resignar-me a beber, comer, trabalhar, caminhar e morrer como os 999 de cada mil exemplares da espécie humana [...]”. SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 191.

³²⁵ Como medida comparativa, o salário diário de um tipógrafo variava de 5 a 10 em Paris e de 5 a 6 em Lyon; a maioria dos trabalhadores ganhava em torno de 3 francos em Paris e 2 em Lyon; as mulheres 1 francos. PROUDHON. *Contradictions*. p. 149.

³²⁶ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 157.

³²⁷ *Ibid.*, p. 241; Carta a Guillaumin, 19 set. 1847, T. II, p. 267, menciona livro de Marx.

estava convencido de que através da imprensa poderia, enfim, atingir um público mais amplo e combater “a canalha de jornalistas, de utopistas e de economistas”³²⁸. Assim, quando fala em passar às “realizações” ou à “ação”³²⁹, ele se referia à militância que começaria num periódico, no qual as “soluções” apareceriam na forma de artigos³³⁰:

O diário *Le Peuple* será o primeiro ato da revolução econômica, o plano de batalha do trabalho contra o capital, o órgão central de todas as operações da campanha que vou começar contra o regime proprietário. Da crítica passo à ação; e esta ação se inaugura com um diário [...]³³¹

De fato, a publicação de *Le Peuple* só foi autorizada após a Revolução de fevereiro de 1848³³², iniciando um outro período na trajetória de Proudhon, no qual ele e os economistas se encontrariam em campos opostos. Até mesmo a amizade com A.-J. Blanqui³³³ seria abalada por um artigo do *Représentant du Peuple*³³⁴ (julho de 1848), em que ele fez um elogio a Hippolyte Carnot que se demitiu da cadeira de Economia Política no *Collège de France*, recusando um novo plano de ensino. O mesmo artigo afirmava que as duas cadeiras restantes pertenciam a professores cujas doutrinas eram contrárias aos princípios republicanos e cobrava do ministro Flocon suas demissões. Os professores eram Blanqui e Wolowski, “esses dois cortesãos do capital explorador” que mostram “hostilidade contra a revolução econômica, único meio de assegurar a manutenção da República”³³⁵. Blanqui escreveu em

³²⁸ Carta a Bergmann, 4 jun. 1847, T. II, p. 256.

³²⁹ “[...] Meu período de investigação pura terminou: começa para uma nova carreira e logo saberei se valho realmente algo, ou se devo resignar-me a beber, comer, trabalhar, caminhar e morrer como os 999 de cada mil exemplares da espécie humana [...]” SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 191.

³³⁰ Carta a Delarageaz, 3 ago. 1847, T. III, p. 391.

³³¹ SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 243; Carta a Bergmann, 24 out. 1847, T. II, p. 272.

³³² SAINTE-BEUVE. Op. cit., p. 244.

³³³ No início do ano, após a queda de Luis Felipe, Barbés e Louis Blanqui, condenados por uma tentativa de golpe em 12 de maio 1839, foram soltos. Prontamente foi publicado por Taschereau um documento chamado *Revue rétrospective ou Archives secrets du dernier gouvernement. 1830-1848*, que começava pelo “caso de 12 de maio de 1839”, revelando declarações ao Ministro do interior que somente Barbés e Blanqui conheciam. Uma comissão de inquérito formou-se para apurar o valor do documento e incumbiu Proudhon de elaborar um relatório, no qual ele isentou L. Blanqui de culpa. Assim, ele retribuía a A.-J. Blanqui, que desejava se reconciliar com o irmão socialista, o auxílio prestado anteriormente. COSTES. Op. cit., p. 71.

³³⁴ Primeiro nome do jornal *Le Peuple* entre fevereiro e agosto de 1848. O artigo data de 7 de julho de 1848.

³³⁵ COSTES. Op. cit., p. 72.

particular a Proudhon e mostrou profunda mágoa pelo artigo.

No mesmo período, noutra carta, condenou o socialista pelos ódios que seus textos suscitariam: “Sim, vossos escritos pelos quais os insurgentes, morrendo entre meus braços” diziam-se “surpresos pelos meus cuidados”, pois eram “habituaados a crer que nós vivíamos apenas para lhes devorar”³³⁶. A acusação não era gratuita uma vez que, dois anos antes, em *Contradictions*, Proudhon indicou exatamente os economistas como alvo para o povo:

Pois bem! Enquanto vocês gritarem contra a imprudência e contra a população, nós gritaremos contra a hipocrisia e contra a bandidagem; nós os indicaremos para a desconfiança dos trabalhadores e são vocês, só vocês, que responsabilizamos pela exploração que nos assassina e pela infâmia que nos avilta. Vamos repetir em todo lugar, com o som de um trovão: A Economia política é a organização da miséria; os apóstolos do roubo, os provedores da morte são os economistas [...]³³⁷

³³⁶ Ibid., p. 75.

³³⁷ PROUDHON. *Contradictions*, v. 2, p. 340-341.

Conclusão

“De uma madeira tão torta, da qual o homem é feito, nada de inteiramente reto se pode fazer”

Immanuel Kant¹

Ao longo dos capítulos procurou-se atingir o objetivo central da tese que consistia em precisar o papel da economia e da Economia Política na obra de Proudhon no período de 1838 a 1847. Observados em conjunto, os livros desse período evidenciam a predominância das questões econômicas entre as temáticas abordadas pelo autor. Além disso, mesmo em *Création*, no qual o capítulo dedicado à Economia Política ocupa menos de um quinto das páginas, é muito clara a subordinação dos outros temas às questões econômicas.

Todavia, embora se possa constatar a prioridade das questões econômicas na obra de Proudhon, o seu sentido preciso só pode compreendido à luz da contextualização intelectual e social de suas ideias. Nesse quadro, a justiça é o objetivo fundamental, de caráter extra-econômico, que norteia toda sua obra no período. Trata-se de uma demanda que antecede seus estudos econômicos e relaciona-se tanto com sua condição operária quanto com sua formação religiosa, moral e filosófica. Assim, a busca pela justiça foi o veículo que conduziu o pensamento proudhoniano das questões religiosas e morais à questão social e foi por esse caminho que ele interrogou os fundamentos do direito de propriedade. Esse questionamento se fez nos marcos do Direito Natural, de onde Proudhon absorveu a noção de que o conhecimento da natureza humana era a condição para tratar cientificamente os assuntos da sociedade de forma equivalente à empregada pelas ciências da natureza.

¹ KANT, Immanuel Kant. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2004.

Ao examinar a justificativa do direito de propriedade em função do trabalho, o socialista francês direcionou suas atenções para a Economia Política, disciplina que ele pouco conhecia antes de 1840, mas que se propunha a tratar as questões da sociedade de um ponto de vista científico, utilizando os mesmos critérios presentes nas ciências naturais. Dessa forma, o autor vislumbrou a possibilidade de que uma ciência social pudesse fornecer critérios objetivos, matematicamente traduzíveis, para a realização da justiça, pois só assim ela seria imune a qualquer arbitrariedade.

Célébration e as três memórias sobre a propriedade demonstram a progressiva aproximação do francês com a Economia Política. Em *Création* ele a situou na evolução histórica do pensamento humano e estabeleceu a subordinação à disciplina dos demais campos do saber relativos à sociedade.

Proudhon entendia que a possibilidade de uma compreensão científica da sociedade pela Economia Política residia na determinação objetiva da lei do valor. Todavia, no momento em que ele se aproximava da disciplina com essa expectativa, os economistas franceses, em sua maioria, elegiam a indeterminação do valor como norma e a lei da oferta e da procura como único critério na avaliação dos preços. Nessa perspectiva, ele partiu dos conceitos de valor dos britânicos, especialmente o de Adam Smith, para criticar a Economia Política francesa; ao mesmo tempo em que assumia para si a missão de reformar a Economia Política e fazer dela uma verdadeira ciência. Com esse objetivo, o autor francês alicerçou tanto a negação do direito de propriedade quanto a exigência de uma retribuição justa por parte do trabalhador sobre a noção de que toda riqueza derivaria do trabalho, cujo valor poderia ser quantificado matematicamente. Da mesma maneira, ele se apropriou da crítica da Economia Política ao monopólio, estendendo-a à propriedade, avaliada como o maior e mais generalizado dos monopólios. Seguindo a mesma lógica, comparou o lucro dos capitalistas à renda da terra exigida pelos proprietários ociosos e já criticada pelos economistas.

Em suma, o socialista francês tentou extrair todas as conseqüências sociais possíveis das leis da Economia Política; afinal, para ele, a teoria da medida dos valores era “[...] a própria teoria da igualdade”². Justamente por considerar a possibilidade de traduzir a noção de igualdade em termos econômicos, segundo o valor, ele considerava o socialismo como nada mais do que a crítica sistemática da Economia Política. Essa era, para ele, a condição para que o socialismo saísse do campo da utopia e se tornasse - como ele propôs em 1840 - um “socialismo científico”.

A partir das questões econômicas é possível compreender o sentido que Proudhon atribuiu à expressão “socialismo científico” em oposição ao “socialismo utópico”. Para ele, a cientificidade de um pensamento, inclusive do socialismo, estava relacionada à sua maior ou menor adequação à realidade e às leis naturais observadas empiricamente.

Quando Proudhon concluiu que, na situação concreta da sociedade francesa, o valor ainda não estava constituído, ele apontou a discrepância entre a situação empírica da economia e a teoria do valor. Para ele, o caráter científico do socialismo repousava na determinação objetiva do valor, sem a qual não seria possível alcançar a justiça nas trocas e na sociedade de um modo geral. No entanto, essa não era uma exigência fortuita; a determinação do valor só tem sentido nos marcos de uma sociedade de mercado e o caráter científico do socialismo, para Proudhon, residia, sobretudo, na avaliação do mercado como forma de organização social mais adequada à natureza humana. Nesse contexto, a determinação do valor é simplesmente a objetivação matemática decorrente de uma sociedade organizada pelo mercado.

Assim, ele entendia que qualquer proposta de transformação da ordem social baseada numa atitude científica, deveria considerar a realidade da natureza humana, com seus vícios e virtudes. Ora, para o socialista francês a natureza humana era permeada por contradições, que

² PROUDHON, P.-J. *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. (Oeuvres complètes, 2) p. 114.

o faziam considerar que “[...] o estado de guerra é o estado primordial do gênero humano [...]”, que “[...] antes de se devotarem uns aos outros, os homens começam a se devorarem entre si [...]” e que “[...] o sacrifício do próximo precede sempre o sacrifício ao próximo [...]”³.

Nesse sentido, a ordem natural da sociedade não equivaleria à harmonia natural, mas seria simplesmente a ordem social mais adequada à natureza humana tal como ela é. Portanto, há uma correlação entre a caracterização da natureza humana e da ordem social mais adequada a ela. De forma geral, quanto maior a harmonia natural suposta, menores seriam as regulações necessárias às relações humanas. Mas, na avaliação de Proudhon, a observação empírica da natureza humana não habilitava nenhuma ordem social harmônica, fraternal ou solidária, pois para ele

[...], o desenvolvimento das instituições civilizadoras tem como resultado inevitável lançar a perturbação nas paixões, inflamar nos homens o apetite concupiscível e o apetite irascível e fazer desses anjos de Deus outros tantos animais ferozes, acontece que pobres criaturas, destinadas ao prazer, ao amor, se entregam a furiosos combates, ferindo-se horivelmente; e não é coisa fácil implantar entre elas as bases de um tratado paz. Como, pois, será distribuído o trabalho? Qual é a lei de troca? Qual é a sanção da justiça? Onde começa a posse exclusiva, onde termina? Até onde se estende a comunidade? [...] Como, numa palavra, nos tornaremos irmãos? Essa é a um só tempo a questão prévia e o objetivo final da comunidade. Desse modo, a fraternidade, a solidariedade, o amor, a igualdade, etc., só podem resultar de uma conciliação dos interesses, ou seja, de uma organização do trabalho e de uma teoria da troca.⁴

Enfim, percebe-se em Proudhon não apenas a crítica das contradições da ordem vigente, mas também a rejeição quanto à existência de uma harmonia natural de interesses, intrínseca à humanidade. Ao falar de paixões, apetites e interesses, ele argumenta em termos assemelhados aos da aritmética das paixões do século XVIII e, tal como Smith, elegeu o mercado como o melhor regulador social dos interesses. Assim, sob uma discussão de

³ Id. *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. (Oeuvres complètes, 2) p. 114.

⁴ Ibid., p. 271-272, grifo nosso.

aparência estritamente econômica a respeito da determinação do valor, revela-se uma concepção de fundo a respeito da natureza humana - não tão pessimista como a de Hobbes, mas distante do otimismo que Proudhon atribuía a Rousseau. Nesse sentido, ele colocava a fraternidade como meta e não como ponto de partida, pois

[...] os homens passarão da discórdia à harmonia, não somente em virtude do conhecimento que tiverem adquirido de seu destino, mas graças às condições econômicas, políticas e outras [...] a fraternidade, hoje como sempre, espera para subsistir por um princípio que a produza; será que o socialismo pensa que é suficiente, para preencher essa condição, pregar a fraternidade? Desse modo nós construímos sobre o vazio; perecemos miseravelmente em vista da terra prometida que gostaríamos de alcançar através dos ares em vez de seguir o caminho indicado e avançar de etapa em etapa. A fraternidade não existe, isso é universalmente reconhecido; e o socialismo, em lugar de procurar os elementos dela, imagina que é suficiente falar [...]⁵

Segundo ele, a suposição socialista de uma natureza humana excessivamente benevolente carecia de sustentação científica e sua origem estaria nas exortações morais da religião a respeito da bondade e da fraternidade. De acordo com o francês, o anátema de Rousseau contra a sociedade⁶ serviu de base para todo o socialismo moderno. Proudhon reconhecia uma linha de continuidade entre a religião e o socialismo, que incorporava o mito da bondade original do ser humano num certo tipo de deísmo.⁷ Assim, a ideia de uma “[...] igualdade pacífica, fundada sobre a fraternidade e o devotamento é apenas uma falsificação da doutrina católica sobre a renúncia aos bens e prazeres deste mundo [...]”⁸.

Aqui importa menos o rigor com que ele interpretou Rousseau do que os resultados dessa interpretação pois, a partir dela Proudhon estabeleceu a filiação do socialismo à religião e o seu distanciamento em relação à realidade e à ciência. Dessa maneira, considerava que o socialismo estava para a religião, assim como a utopia estava para o paraíso cristão.

⁵ Ibid., p. 290, grifo nosso.

⁶ De que o homem nasce bom e a sociedade o corrompe. Ibid., p. 349-350.

⁷ Ibid., p. 350-351.

⁸ Id. *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Marcel Rivière, 1923. (Oeuvres complètes, 2) p. 219.

Nesse contexto, tudo que assemelhava de alguma forma à transcendência religiosa foi criticado por Proudhon como uma idealização utópica. Por isso ele condenou a ideia de transcendência em diversos sistemas filosóficos, considerando as utopias do socialismo e do comunismo como devaneios religiosos e, assim, recusou as sínteses dialéticas apressadas como soluções especulativas sem base real.

Dessa forma, toda crítica proudhoniana ao socialismo e ao comunismo, incluindo a pretensão de superar o mercado e o Estado, situa-se no contexto de crítica à ideia de uma natureza humana harmônica de inspiração religiosa. Assim, considerando a proposta de superação do mercado como fruto de uma avaliação nada científica sobre a natureza, ele criticou quase todos os socialistas e comunistas de seu tempo. Porém, sob esse critério ele se aparta também de Marx, Bakunin, Kropotkin e Reclus, críticos da propriedade e do mercado e, sob esse critério, relegados ao reino da utopia.

Em contrapartida, Proudhon entendia sua defesa do “bom mercado” como uma leitura realista a respeito da natureza humana, que era não tão pessimista como a de Hobbes e por isso rejeitava o Estado como estruturador da sociedade. Nesse sentido, é possível compreender porque ele não abre mão do mercado, nem de um Estado submisso à sociedade. Foi nesse quadro intelectual que ele pensou as questões econômicas e pode-se concluir que no período abordado pela tese:

- 1) A economia subordinava a política e os demais planos da realidade;
- 2) A Economia Política subordinava e absorvia os demais campos do conhecimento social;
- 3) A transformação social almejada por ele consistia na sujeição de todas as funções sociais a uma ordem econômica reformada.

Em suma, Proudhon foi um dos raros pensadores socialistas que nasceu e cresceu entre a classe trabalhadora; oprimido pela pobreza e pelas dívidas, mergulhado na crua empiria do mundo do trabalho e dos negócios, foi o socialista francês que mais ênfase deu às questões

econômicas, o primeiro que associou o caráter científico do socialismo à crítica da Economia Política, alicerçando seu antiutopismo na precaução quanto à possibilidade superar as contradições da sociedade e da natureza humana.

Apêndice

Estado e Anarquia em Proudhon, 1839-1847

[...] Proudhon, que de nós, Comtois, teria dado sem dúvida melhor das definições: 'Anarquistas... mas de governo'

Lucien Febvre, Prefácio de *Combats pour l'Histoire*

I

Nos textos de 1838 a 1847 a questão do Estado ficou em segundo plano na obra de Proudhon dada a prioridade das questões econômicas. A ausência de uma conceituação mais precisa do Estado, que ele designa como “governo” frequentemente, tem relação com esse fato. Todavia, como se procurou demonstrar ao longo da tese, o autor abordou o Estado em diversas oportunidades neste período.

Na *1ª Memória* Proudhon afirmou que a abolição do direito de propriedade era uma condição necessária “para terminar a reforma do governo e consumir a revolução”¹, numa passagem em que o termo governo pode ser interpretado tanto no sentido de ordem social quanto no sentido da instituição estatal. Porém, nada na citação sugere algo parecido à abolição do Estado e no mesmo livro há outra passagem esclarecedora, na qual o autor definiu o governo como “[...] a economia pública, a administração suprema dos trabalhos e bens de toda a nação”². E aqui não resta dúvida de que o autor se refere ao governo como instituição política, como Estado. Nesse trecho, ele considerou que “[...] a nação é como uma grande sociedade da qual todos os cidadãos são acionistas: cada um tem voto deliberativo na

¹ PROUDHON. *1ª memória*. p. 153.

² *Ibid.*, p. 285.

assembléia, e, se as ações forem iguais, dispõem de um sufrágio”³. Ou seja, o direito político deveria ser correlato a um “direito econômico”, do qual ele seria um simples derivado. Aqui se revela a exigência de subordinação da política e, portanto do Estado, à economia. Proudhon foi ainda mais evidente quando se referiu ao seu “programa de organização igualitária”⁴, com o qual afirmava manter-se coerente desde a *1ª memória*:

Encontrar um sistema de igualdade absoluta, na qual todas as instituições atuais, menos a propriedade, ou a soma dos abusos da propriedade, não somente possam encontrar lugar, mas sejam elas mesmas os meios de igualdade: liberdade individual, divisão de poderes, ministério público, júri, organização administrativa e judiciária, unidade e integralidade no ensino, casamento, família, hereditariedade em linha direta e colateral, direito de venda e de troca, direito de testar, e mesmo direito de patrimônio [...]⁵

Ora, aqui Proudhon elenca uma série de instituições suficientemente eloquentes quanto ao que ele pretende conservar na sociedade. Na mesma época, o socialista francês enviou um exemplar de sua *3ª memória* ao Ministro do Interior Charles Duchâtel na esperança de que a publicação fosse “[...] acolhida favoravelmente” e pudesse “[...] tornar as teorias mais radicais benéficas ao governo”⁶, o que denota uma vez mais a intenção de reformá-lo.

A publicação de *Création* em 1843 - cujo subtítulo era “princípios da organização política” - esclareceu ainda mais a posição do autor em relação ao Estado. Ali Proudhon defendeu que a Economia Política abrangesse “[...] em sua esfera o governo, assim como o comércio e a indústria”⁷ e criticou os economistas por se recusarem a tratar das coisas da administração e do governo. Assim, mais do que concorrer com a Política ou eliminá-la, a Economia Política deveria incorporá-la.

No capítulo “Funções sociais” isso fica particularmente nítido, pois ali Proudhon não só analisou as instituições estatais como também formulou propostas de reforma para as

³ Ibid., p. 285.

⁴ Ele foi redigido para a segunda edição da *1ª Memória* e reafirmado na *3ª memória*.

⁵ Id. *3ª memória*. p. 185-186, grifo nosso.

⁶ Carta a Bergmann, 23 jan. 1842, T. II, p. 10.

⁷ Id. *Création*. p. 294.

mesmas, sob o argumento que “a soberania do ser coletivo, representado pelo Trabalho, se dividia em quatro poderes iguais e paralelos”: poder consular, poder executivo, poder arbitral, poder professoral⁸; para os quais ele define a natureza, as atribuições e os limites.

Além disso, o autor detalhou numa “organografia social” as atribuições da guarda nacional, do eleitor, dos deputados, dos colégios eleitorais, das assembleias comunais e departamentais⁹; discorreu longamente sobre as condições de elegibilidade e funcionamento para todos os cargos políticos e instâncias de poder; da guarda nacional ao judiciário, passando pelos ministros.¹⁰ Curiosamente, Proudhon escreveu que a reforma eleitoral, uma das primeiras a se operar, teria que ser “[...] progressiva e prudente”, caso contrário “[...] correr-se-ia o risco de não encontrar mais que a anarquia”¹¹. Até mesmo para realizar as reformas econômicas que almejava empreender, ele indicou caminhos legais:

Para alterar propriedade nós não necessitamos senão de vias legais: o rebaixamento das taxas de juros, a extensão do domínio público, a vigilância administrativa, a centralização da agricultura, do comércio e da indústria, com as medidas acessórias de polícia e de ordem; Para reformular nosso sistema político, não pedimos mais que medidas legais: a divisão, a especialização, a coordenação e a responsabilidade das funções e dos poderes, em conformidade com as leis da Economia.¹²

Em 1845, seu artigo sobre a concorrência entre as ferrovias e as vias navegáveis apresentou uma novidade quanto às atribuições do Estado. A concentração monopolista em ramos como a mineração¹³ e os transportes de carga, levou-o a manifestar-se a favor da intervenção estatal na economia, visando preservar as regras do “bom mercado” violadas

⁸ O último dos poderes está grafado como “pouvoir enseignant” no original. Ibid., p. 425-426.

⁹ Ibid., p. 427-429.

¹⁰ Ibid., p. 428-446.

¹¹ Ibid., p. 427.

¹² Ibid., p. 427, grifo nosso.

¹³ Proudhon defendeu a intervenção direta do governo como proprietário de todas as minas como único meio de por termo ao monopólio das coalizões capitalistas. Id. *Carnets*. T. I, p. 13, 15 e 19. Apud VINCENT, nota 72, p. 88.

pelos preços artificiais impostos pelos monopólios.¹⁴ Com esse intuito, ele defendeu critérios para a ingerência do Estado na economia¹⁵ e apresentou um projeto de lei que estabelecia o controle estatal sobre o transporte de cargas.

Ora, essa atribuição do Estado era uma inovação no quadro do pensamento proudhoniano. Entretanto, ela tem coerência, pois a ingerência estatal se fazia em benefício da concorrência, condição necessária para a realização da lei do valor e da justiça nas trocas. Tal como Adam Smith¹⁶, Proudhon não recusou a intervenção do Estado, desde que ela promovesse ou protegesse o “bom mercado” contra os efeitos nocivos do monopólio, algo que não deve ser confundido com algum tipo de estatização econômica. Nesse sentido, não há nenhuma ruptura do socialista francês em relação às suas posições anteriores sobre a questão; tanto assim, que ele retornou ao tema nos mesmos termos em mais de uma ocasião.¹⁷

Dois elementos são invariantes na obra de Proudhon ao longo do período abarcado pela tese. Um deles é a subordinação da política, portanto do Estado, à economia (e também da Política enquanto saber à Economia Política). O outro é a demanda pela redução das funções do Estado ao mínimo necessário, à condição de “funcionário da sociedade”.

Nesse quadro, o socialista francês atribuiu distintas funções à instituição estatal e esboçou projetos para sua reforma, procurando adequá-los às leis econômicas. Assim, ele considerou o Estado sucessivamente como: guardião da lei; instituição político-administrativa

¹⁴ “Mas, dirão todos, como realizar essa utopia do bom mercado no estado de antagonismo e anarquia onde nos encontramos? Como estabelecer a ordem sem comprometer a liberdade?” Id. *Concurrence*. p. 200.

¹⁵ Ibid., p. 193.

¹⁶ É sabido que Smith defendeu a concepção de estado como guarda-noturno. Ao soberano, caberiam apenas três deveres de grande relevância: manter a segurança interna e externa da nação, prover a justiça e fornecer os bens públicos indispensáveis ao funcionamento da sociedade. Como ponderou Rosanvallon, “Para Smith, o Estado liberal não é, portanto o do ‘laissez-faire’ no sentido mais trivial. Deve antes de tudo construir e preservar o mercado.” Assim, a ação do governo ajuda na construção da sociedade de mercado, pré-requisito para que o definhamento do Estado entrasse na ordem do dia. ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002. p. 105-106.

¹⁷ Em *Contradictions*, particularmente nos capítulos V (Terceira época. – A concorrência) e VI (Quarta época. – O monopólio); na participação numa concorrência pela concessão de ferrovia em 1853 (ver nota 254 cap. II) e também na brochura *Des réformes à opérer dans l'exploitation des chemins de fer: et des conséquences qui peuvent en résulter, soit pour l'augmentation du revenu des compagnies, soit pour l'abaissement des prix de transport, l'organisation de l'industrie voiturrière, et la constitution économique de la société*. Paris: Garnier Frères, 1855.

necessária à sociedade; receptáculo legal de reformas sociais; objeto de uma reforma política em seus poderes, instâncias e cargos; objeto de estudo numa seção específica da Economia Política; interventor na economia contra os monopólios privados; e, finalmente, guardião de um direito econômico a ser incorporado pelo Código Civil.¹⁸

Importa ressaltar que cada uma das funções que Proudhon conferiu ao Estado está relacionada diretamente com sua análise da economia. Pode-se considerar que para o autor o grau de intervenção do Estado na sociedade é inversamente proporcional à vigência da ordem natural manifestada na economia.

Portanto, resta concluir que a despeito de toda crítica ao Estado e apesar da evidente exigência de subordinação do mesmo à sociedade, para Proudhon isso não equivalia à sua abolição ou supressão.¹⁹ Pelo contrário, o que se percebe entre 1840 e 1847 é que o Estado inicialmente confinado à função de guardião da lei - o “Estado guarda-noturno”, conforme a expressão de Lassale - progressivamente foi incumbido de funções sociais.

II

A tese não ultrapassou o ano de 1847 em sua abordagem, limitando-se a exame dos textos de Proudhon neste período; condição a partir da qual seria inviável oferecer ao leitor um quadro rigoroso e devidamente contextualizado sobre a questão do Estado no pensamento proudhoniano como um todo. Todavia, o exame da questão no período coberto pela tese, somado à leitura das fontes e da bibliografia referente aos dois períodos subsequentes - 1848-1851 e 1852-1865 – na obra do autor francês, forneceu elementos suficientes para a construção de uma hipótese sobre o Estado em Proudhon. Assim, caracterizada a posição de

¹⁸ PROUDHON. *Contradictions*. p. 129, grifo nosso

¹⁹ “P.-J. Proudhon e os mutualistas tinham adotado o termo ‘an-arquia’ para definir sua teoria política. Nele, eles traduziam a ausência de todo poder centralizador, autoritário, mas não a ausência de toda autoridade [...]” . DUBOIS, J. *Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872. À travers les œuvres des écrivains, les revues et les journaux*. Paris: Larousse, 1962. p. 68.

Proudhon quanto ao Estado até 1847, cabe traçar em linhas gerais essa posição nas fases subseqüentes.

No período revolucionário, entre 1848 e 1851, Proudhon chegou a defender a supressão total do Estado em diversos textos.²⁰ Os artigos reunidos em *Confessions d'un révolutionnaire* são eloqüentes quanto a isso e percebe-se claramente que há mudança de postura. Estabelecer as motivações dessa guinada e suas conexões com o contexto da Revolução de 1848, examinar se ela foi ocasional ou estava organicamente articulada com as questões econômicas é uma tarefa necessária. Até porque esse foi o período em que Proudhon, deputado eleito, vinculou-se ao legislativo, portanto ao Estado, e tentou intervir no rumo dos acontecimentos por meio de leis.

Além disso, um exame mais detido sobre este curto período tem desdobramentos para outra questão. Sabe-se que foi Bakunin quem primeiro reivindicou Proudhon como o “pai da anarquia” e considerou a si mesmo como seu continuador.²¹ Mas o próprio russo admitiu que essa reivindicação sobre as idéias de Proudhon era seletiva e excluía determinados aspectos de seu pensamento. Fazendo uma leitura seletiva e radicalizada de Proudhon ele valorizou em especial os textos de 1848-1851, citando como exemplo *Confessions*²²; por outro lado, Bakunin recusou aspectos que chamava de idealistas e metafísicos no francês²³; rejeitava, por

²⁰ Por exemplo, em *Les confessions d'un révolutionnaire pour servir à l'histoire de la révolution de février*. Paris: La Voix du Peuple, Paris, nov. 1849. p. 6-9, 46, 48-50.

²¹ “[...] As idéias de Proudhon, que continham em germe [...] toda a revolução social, compreendendo sobretudo a Comuna socialista, destruidora do Estado”. BAKUNIN, M. A. *Advertencia para el imperio Knuto Germánico* (Locarno, del 25 de junio al 3 de julio de 1871). In: _____. *Obras Completas*. Tomo 2. Madri: La Piqueta, 1977. p. 206. Ver também ANSART. Op. cit., p. 11.

²² ANSART. Op. cit., notas 11 a 16, p. 11-12.

²³ “[...] não há nenhuma dúvida que, na crítica impiedosa que [Marx] fez a Proudhon, há muito de verdade... Este parte da idéia abstrata do direito; do direito passa ao fato econômico, enquanto que o Sr. Marx, contrariamente a Proudhon, exprimiu e demonstrou a verdade indubitável, confirmada pela história passada e contemporânea da sociedade humana, dos povos e dos Estados, que o fator econômico precedeu e precede sempre o direito jurídico e político”. BAKUNIN, M. A. *Socialismo e Liberdade*. Luta Libertária, São Paulo, 2002. p. 49-50; “Proudhon, apesar de todos os seus esforços para sacudir as tradições do idealismo clássico, não deixou de ser durante toda a sua vida um idealista incorrigível, inspirando-se, como eu lhe disse dois meses antes de sua morte, ora na Bíblia, ora no direito romano; sempre metafísico até a raiz dos cabelos. A sua grande desgraça foi nunca ter estudado ciências naturais, e de não ter se apropriado de seu método. Ele teve instintos de gênio que lhe teriam feito entrever a via justa, mas, seduzido pelos hábitos maus ou idealistas do seu espírito, retornava sempre aos seus velhos erros, o que fez com que Proudhon fosse uma contradição perpétua, um

exemplo, seu lado “jurista” e mostrava muita reserva diante de obras como *De la justice dans la révolution et dans l’Église*²⁴.

Evidentemente, o russo não foi o único “herdeiro” de Proudhon; diversos militantes operários franceses, muitos dos quais mantiveram grande proximidade com o autor – atestada pela própria correspondência –, consideravam-se os seus legítimos herdeiros.²⁵ A disparidade de idéias entre Bakunin e seus simpatizantes de um lado, os proudhonianos franceses de outro, ficou patente em diversas ocasiões na Internacional, a ponto de Bakunin se aliar a Marx contra os proudhonianos em algumas debates e votações.²⁶ Não é o caso de “julgar” quem eram os herdeiros mais legítimos de Proudhon, mas apenas de ressaltar o quanto a caracterização do Estado em Proudhon no período de 1848 a 1851 e sua comparação com o período anterior e posterior, permite não apenas uma visão de conjunto sobre o tema na obra do francês, mas adquire também outra relevância, pois se conecta diretamente à questão da origem do anarquismo moderno e da suposta “paternidade” que Bakunin reivindicou para Proudhon.

Seja como for, até 1847 o Estado está presente como funcionário da sociedade e deve intervir ocasionalmente na economia²⁷; de 1848 a 1851 aparece a defesa ocasional de

gênio vigoroso, um pensador revolucionário debatendo-se sempre contra os fantasmas do idealismo, e nunca tendo conseguido vencê-los”. BAKUNIN, M. *Socialismo e Liberdade*. Luta Libertária: São Paulo, 2002. p. 50. Ansart também comenta essa rejeição Ibid., p. 12.

²⁴ “Existem dois Proudhon: um jurista-reformista astuto e um verdadeiro revolucionário-proletário que apela para a revolução social. Não só prefiro este último, como tenho a certeza de que toda a sua influência sobre a classe operária vem do segundo Proudhon”. Carta de Bakunin. Apud Ibid., p. 19. O título integral da obra é *De la justice dans la révolution et dans l’Église, nouveaux principes de philosophie pratique, adressés à Son Eminence Monseigneur Mathieu, cardinal-archevêque de Besançon*. Paris: Garnier Frères, 1858. 3 v.

²⁵ Por exemplo, Chauday e Darimon.

²⁶ “Bakunin, por sua vez, se separa deliberadamente de Proudhon. Em certo momento, faz contra este último frente única com Marx no seio da 1ª Internacional. Rechaça o individualismo proudhoniano. Extrai as consequências da industrialização. Se pronuncia pela propriedade coletiva.” GUÉRIN, Daniel. *Marxismo y Socialismo Libertario*. Buenos Aires: Proyección, 1959. p. 16. Isso ocorreu no Congresso da AIT de 1869 (ao qual Marx não compareceu); nele foi deliberado inclusive a ampliação dos poderes do Conselho Geral, posição orientada por Marx e que Bakunin apoiou na ocasião. Além disso, nos escritos de Bakunin consta a ponderação de que o “[...] Sr. Marx [...] enunciou e demonstrou a incontestável verdade, confirmada por toda a História Antiga e Moderna da sociedade humana, das Nações e dos Estados, que o fato económico precedeu e continua a preceder o direito político e jurídico. Um dos principais méritos científicos do Sr. Marx é o de ter enunciado e demonstrado esta verdade”. BAKUNIN, M. A. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo, Imaginário, 2003. p. 175.

²⁷ Artigo sobre a *Concurrence* e o livro *Création*.

supressão do Estado. No entanto, foi nas décadas de 1850 e 1860, no chamado “período construtivo” de Proudhon, que a questão do Estado - até então tratada de forma secundária, em função das questões econômicas - passou a merecer mais atenção.

O francês parece ter se voltado para a questão do Estado porque ao observar as vicissitudes do capitalismo – sejam as mazelas da exploração sejam as tendências monopolistas -, passou a questionar a possibilidade de estabelecer uma nova ordem social unicamente a partir de um rearranjo da economia e da propriedade. Dessa forma, o movimento de desencanto em relação à Economia Política no século XIX - mencionado por Rosanvallon - atingiu também Proudhon de alguma forma.

Foi nesse contexto que Proudhon desenvolveu o conceito de um Estado federal, concebido como uma instituição moderadora de uma propriedade socializada no quadro de uma república industrial; dessa forma, o Estado se constituiu como instituição essencial na garantia do equilíbrio dinâmico que ele propôs em seus textos²⁸. Essa perspectiva, reconhecida por diversos estudiosos²⁹, é descrita em linhas gerais por Gurvitch da seguinte forma:

²⁸ Três obras dessa podem ser destacadas: *Theorie de la Propriété*, escrita em 1862 e publicada postumamente, particularmente o Cap. VI, cujo primeiro parágrafo fala da “necessidade, após ter organizado o Estado, de criar contra-poder ao Estado na liberdade de cada cidadão”; *Du principe fédératif et de la necessite de reconstituer le parti de la revolution*, publicada em 1863 e *De la capacité politique des classes ouvrières*, publicada em 1865, especialmente o capítulo XIV “Da mutualidade no governo”.

²⁹ Gurvitch: “[...] Estado novo e propriedade federalizada” (GURVITCH. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 57.); Denis: “[...] nas suas últimas obras, teve de se reconciliar com a idéia do Estado, sendo este indispensável para garantir a aplicação do direito econômico. O seu anarquismo limita-se então à afirmação da superioridade do direito sobre o próprio Estado.” (DENIS. Op. cit., p. 402.); Piozzi fala da fase pós-1848, quando “[...] a idéia de extinção cabal do Estado é paulatinamente abandonada e ao fim substituída pela proposta de um sistema federativo capaz de garantir o controle democrático da sociedade sobre os cargos e instituições estatais.” (PIOZZI. Op. cit., p. 106.); Trindade: “Em outros termos, o que Proudhon nega é o Estado construído a partir de um grupo de autoridade, mas não a necessidade de um aparelho de Estado reduzido ao mínimo.” (TRINDADE, Francisco. Cap. 15 – Em Proudhon não há lugar para o Estado. In: _____. *O essencial de Proudhon*. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 88.) e também noutro texto: “[...] o Estado vê-se atribuído na solução federalista um papel de moderador, visando a manter o equilíbrio entre os diferentes actores do campo social, seja a impedir os desequilíbrios que nascem do crescimento unilateral de um dentre eles [...] o Estado, na solução federalista, torna-se o garantidor dum direito de constrangimento que convém instaurar para proteger cada um dos possíveis abusos da liberdade. Encarregado de fazer respeitar as liberdades individuais fundadas sobre o reconhecimento dos direitos do homem, o Estado está a partir daí e só a partir de agora ao serviço do interesse público.” (TRINDADE, Francisco. *O Federalismo de Proudhon: Morte do Estado?* Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 21 nov. 2005. p. 5.)

Equilíbrio entre o Estado e a sociedade econômica organizada sobre bases de autogestão operária, constituição social democrática, resposta nas mãos dos trabalhadores, constituição política de onde terá sido eliminado todo o autoritarismo, limitação do Estado pela propriedade socializada e mutualista, eis o que será a República Industrial [...]³⁰

Por outro lado, esta pesquisa demonstrou que entre 1838 e 1847 os textos proudhonianos atribuíram distintas funções ao Estado, jamais defendendo sua supressão. Nesse sentido, as formulações de Proudhon a respeito de um Estado federal em seu período construtivo indicam mais o desenvolvimento de um tema pouco privilegiado antes de 1848 do que uma mudança radical de perspectiva.

Seja antes 1847 seja a partir da década de 1850, as questões econômicas parecem ter sido o parâmetro para que Proudhon determinasse as atribuições do Estado: mais restritas quando se supunha uma economia mais harmônica, mais amplas e presentes quando a economia pareceu não garantir por si só a harmonia da ordem social.

Tomando o período entre 1848 e 1851 como exceção, sua trajetória intelectual mostra uma dupla recusa à transcendência conforme apontou a conclusão da tese. De um lado, a eliminação da propriedade sempre foi rejeitada por ele, que defendia sua reforma como posse. De outro, a própria submissão do Estado à sociedade foi bastante amenizada ao longo de sua obra e as reivindicações ocasionais de intervenção estatal se transformaram numa reflexão pela qual o Estado, reformado sob todos os aspectos, tornou-se parte ativa e fundamental na manutenção do equilíbrio dinâmico da sociedade. E assim, a reflexão sobre a impossibilidade de superar as instituições do mercado e do Estado, sustentada a partir de uma análise pretensamente científica da Economia Política fundou o antiutopismo de Proudhon.

Em suma, numa visão de conjunto, é possível afirmar que na maior parte de sua trajetória Proudhon defendeu a existência de um Estado subordinado à sociedade.

³⁰ GURVITCH. Op. cit., p. 57.

III

À luz da questão do Estado, o sentido que Proudhon atribuiu à “anarquia” e “anarquista” pode ser analisado mais precisamente. Em *Célébration*, de 1839, a palavra anarquia foi usada com o sentido negativo que era corrente e rejeitada no programa esboçado pelo autor para sua obra futura.³¹ Foi somente na *1ª Memória* – e apenas na segunda parte do último capítulo, depois que o leitor percorreu mais de duzentas páginas -, que o termo apareceu pela primeira vez, já empregado noutra sentido, e que Proudhon definiu-se como anarquista.

No contexto desse capítulo, os termos *anarquia* e *anarquista* têm um sentido preciso, pois o autor estava em busca de uma síntese entre o regime social da propriedade e da comunidade, uma terceira forma de sociedade que ele chamou de Liberdade.³² Assim, a anarquia foi definida como a forma de governo mais adequada ao regime de liberdade e o anarquista como o seu partidário. Proudhon considerava que anarquia seria o governo baseado no conhecimento da verdadeira ordem natural, adquirido tanto pela razão quanto pela experiência que se consolidava nos costumes. Dessa forma, a descoberta das leis e da ordem natural, progressivamente limitaria o poder arbitrário do governo, processo que o autor ilustra com a restrição dos poderes do rei:

[...] aos poucos a experiência vai formando hábitos; estes os costumes; em seguida os costumes são formulados em máximas, são colocados como princípios, enfim, são traduzidos em leis, às quais o rei, lei viva, é obrigado a prestar homenagem. Chega um tempo em que os costumes e as leis são tantos que a vontade do príncipe se vê por assim dizer enlaçada pela vontade geral; que, ao ser coroado, é forçado a jurar que governará em conformidade com os usos e costumes, e que ele próprio é apenas o poder executivo de uma sociedade cujas leis foram feitas sem ele.³³

³¹ “[...] Encontrar um estado de igualdade social que não seja nem comunidade, nem despotismo, nem fragmentação, nem anarquia, mas liberdade dentro da ordem e independência dentro da unidade.” PROUDHON. *Célébration*. p. 23-26, grifo nosso.

³² Id. *1ª memória*. nota n, p. 342.

³³ Ibid., p. 338, grifo nosso.

Em síntese, a anarquia, que Proudhon chamou de socialismo científico³⁴, denota um regime no qual a política se tornou independente de vontades soberanas, das opiniões e crenças populares³⁵ adequando-se às leis naturais. Além disso, representa a defesa do Direito Natural contra o Direito Divino enraizado no Estado, demandando a adequação das leis positivas às leis naturais. Em suma, para Proudhon, o regime social da liberdade não admite o governo da vontade, apenas a autoridade da lei³⁶ e o anarquista é aquele que busca “conformar-se à regra” da ordem natural. Portanto, não há na *1ª Memória* menção alguma a abolição do Estado, apenas a exigência de que ele se ajuste à ordem natural.

Na segunda e terceira memórias sobre a propriedade, nas quais reiterou as questões centrais da primeira, ele não retomou o conceito de anarquia, mostrando que o tema não fazia parte das proposições centrais do texto. Entretanto, o termo anarquista voltou a aparecer em sua correspondência depois que ele foi a julgamento em função da *3ª Memória*. Numa das cartas do período, ele se compraz com a decisão do tribunal que o absolveu, ponderando que ele era: “[...] *homem de meditação, não de revolução, economista, não anarquista* [...]”³⁷; mais do que a satisfação pela absolvição, Proudhon manifestou claramente sua preferência pela identidade de economista.

Em *Création*, conforme mencionado, ele voltou a empregar a palavra no sentido de desordem social³⁸; em *Concurrence*, utilizou-a designando desordem econômica³⁹ e nas

³⁴ Ibid., p. 339, grifo nosso.

³⁵ Ibid., p. 338-339.

³⁶ Ibid., p. 343.

³⁷ Carta a Bergmann, 8 fev. 1842, T. II, p. 13, grifo nosso.

³⁸ Escreveu que uma das primeiras reformas a operar seria a eleitoral: “reforma progressiva e prudente, contudo; sem o que, correr-se-ia o risco de não encontrar mais que a anarquia”. Id. *Création*. p. 427.

³⁹ “[...] o recolhimento de documentos sobre a navegação do Saône, e sobre as chances de melhoramento que ele ainda pode ter. E resultará das minhas cifras, ou, mais que tudo, dos fatos existentes dos quais eu sou testemunha, que com um pouco de ordem, e colocando fim à anarquia que causa um dano imenso ao comércio e ao Estado, no que concerne ao transporte, que a estrada de ferro projetada entre Lyon e Chalon-sur-Saône será a menos produtiva de todas as ferrovias da Europa [...]”. Carta a Touneux 12 jun. 1844, T. II, p. 128-129, grifo nosso. Ver também: “Mas, dirão todos, como realizar essa utopia do bom mercado no estado de antagonismo e anarquia onde nos encontramos? Como estabelecer a ordem sem comprometer a liberdade?” Id. *Concurrence*, p. 200, grifo nosso.

oitocentas páginas de *Contradictions* o termo anarquia, nas raras vezes em que aparece, significa desordem econômica: “[...] os provedores da morte são os economistas [...] Quem é que, por instigação da Inglaterra, forma uma liga para aplicar ao universo esse sistema de anarquia, de escroqueria e de rapina? Sempre os economistas”⁴⁰. Há uma única passagem no livro onde Proudhon confere uma conotação positiva aos anarquistas, mas não à anarquia.⁴¹

Fazendo um balanço referente ao emprego desses vocábulos na obra de Proudhon entre 1839 e 1847 pode-se concluir que ele foi, de fato, o primeiro autor a lhe conferir um sentido positivo e definir-se como anarquista. Embora, nesse período, a autodefinição de Proudhon como republicano, economista, antiteísta⁴² “reformista sincero”⁴³ e, sobretudo, socialista seja mais recorrente.

Quanto à ordem social almejada não há nenhuma nomenclatura predominante antes de 1848.⁴⁴ Para designá-la, o autor valeu-se de denominações distintas: estado de igualdade social⁴⁵, “liberdade dentro da ordem e independência dentro da unidade”⁴⁶, sistema de igualdade absoluta⁴⁷, socialismo científico⁴⁸, socialismo⁴⁹, república⁵⁰, governo democrático⁵¹ e anarquia, que era mais uma entre todas as designações citadas.

Além do escasso uso do termo anarquia, chama a atenção o sentido em que ele foi

⁴⁰ Id. *Contradictions*. v. 1, p. 340-341. Noutra passagem ele cita Blanqui corroborando o sentido que o economista confere a anarquia: “Vimos o curso natural das coisas produzir efeitos desastrosos e criar a anarquia na produção, a guerra pelos mercados e a pirataria na concorrência [...]”. Ibid., p. 222.

⁴¹ “Aqueles [...] que anunciam o fim próximo da propriedade, que provocam com Jesus Cristo e com São Paulo a abolição da propriedade, que raciocinam sobre a produção, o consumo e a distribuição das riquezas, são os anarquistas e os ateus; e a sociedade caminha visivelmente na igualdade e na ciência, a sociedade é a negação incessante de Deus”. Ibid., p. 247.

⁴² VINCENT. Op. cit., p. 79.

⁴³ PROUDHON. *Contradictions*. v. 2, p. 345.

⁴⁴ Depois de 1853 Proudhon utilizou com mais frequência federação agro-industrial, federalismo e democracia industrial.

⁴⁵ PROUDHON. *Célébration*. p. 26-27.

⁴⁶ Ibid., p. 26-27.

⁴⁷ Id. 3ª memória. p. 185-186.

⁴⁸ Id. 1ª memória. p. 339.

⁴⁹ Carta a Ackermann, 4 out 1844, T. II, p. 160.

⁵⁰ Id. 1ª memória. p. 84.

⁵¹ Proudhon empregará mais tarde a expressão “democracia industrial” em *Capacidade*. Id. *Création*. nota 236, p. 336.

empregado, pois, se é certo que Proudhon conferiu-lhe um novo sentido, também é fato que ele não deixou de empregá-lo em sua conotação negativa corrente. Na maior parte das vezes, ele usou o termo no sentido de desordem social ou econômica, ocasiões nas quais ele próprio condenou a anarquia em nome da ordem.

Outro elemento a se ressaltar é que dentre os contemporâneos de Proudhon, a grande maioria o considerava simplesmente um autor socialista; alguns o tinham por economista e outros - para sua grande irritação -, comunista. O epíteto de anarquista aguardaria até a Revolução de 1848 para ser aplicado a Proudhon, mas nesse contexto não indicou nenhuma particularidade do pensamento proudhoniano em relação ao conjunto do socialismo.⁵² Tanto que após o período revolucionário, a caracterização dominante a respeito de Proudhon seguiu sendo a de socialista. Em 1865 Proudhon já gozava de grande notoriedade, poucos meses depois de sua morte Sainte-Beuve publicou um estudo biográfico onde não mencionou uma vez sequer - ao longo de duzentas e cinquenta páginas - os termos anarquia, anarquismo ou anarquista para caracterizar o autor ou suas idéias.⁵³

A ausência do termo “anarquismo” na obra proudhoniana não é fortuita e o significado dos sufixos nos termos *anarquia*, *anarquista* e *anarquismo* merece atenção, conforme mostra Jean Dubois em seu estudo sobre o vocabulário político e social francês.⁵⁴ Assim, enquanto *anarchie* designava um estado ou ordem social; *anarchiste* era o adjetivo do sujeito que o almejava e *anarchisme* denotaria o sistema de idéias ou a doutrina que defendia tal ordem social.

Dubois identificou uma ordem lógica e cronológica no aparecimento dos vocábulos.

⁵² O adjetivo anarquista era dirigido aos socialistas em geral pelos setores mais conservadores, com a conotação sempre depreciativa de agitador, desordeiro, radical. Mas, no contexto de 1848, esse não foi um privilégio de Proudhon, pois o termo foi aplicado a republicanos, socialistas e comunistas de maneira indiscriminada; portanto, não registra nenhuma particularidade do pensamento proudhoniano em relação ao conjunto do socialismo. Agulhon lembra que depois de reprimir violentamente os protestos de 23 a 25 de junho, o governo comunicou aos departamentos que “A ordem triunfou sobre a Anarquia. Viva a República!”. AGULHON. Op. cit., p. 74-75.

⁵³ SAINTE-BEUVE. Op. cit.

⁵⁴ DUBOIS. Op. cit., p. 158-166.

Assim, *comunidade*, precedeu *comunista* que por sua vez antecedeu *comunismo*; e o mesmo vale para *capital*, *capitalista* e *capitalismo*. Enquanto o segundo termo sucede mais ou menos rapidamente o primeiro, o terceiro demora a adentrar no vocabulário político, pois demanda uma sistematização de idéias a respeito de um objeto. Assim, os vocábulos com o sufixo *ismo* são um índice seguro de algum grau de maturação de idéias a respeito de um objeto. De fato, antes de 1848, Proudhon escreveu a respeito de *capitalistas*, *comunistas* e *anarquistas*, mas jamais mencionou *capitalismo*, *comunismo* ou *anarquismo*. No exaustivo levantamento Dubois sobre o vocabulário político e social da França entre 1869 e 1872, as palavras *comunismo* e *coletivismo* já se mostravam presentes - embora o termo *capitalismo* estivesse apenas começando a ser difundido -, enquanto *anarquismo* era um termo desconhecido.

Em 1872, sete anos após a morte de Proudhon, a 1ª Internacional, onde Bakunin atuou, já estava dissolvida. Isso significa que ao longo de toda trajetória do francês o termo *anarquismo* não fazia parte do vocabulário político e social e o mesmo vale para o período de militância mais atuante de Bakunin.⁵⁵ Se a análise de Dubois está correta a ausência da palavra *anarquismo* no vocabulário político indica que a reflexão sobre a anarquia ainda não havia gestado um conjunto de idéias ou uma doutrina encarnada por algum pensador, grupo ou movimento. A situação é totalmente distinta no que se refere ao socialismo, cuja presença no vocabulário político nota-se desde as primeiras décadas do século XIX.⁵⁶

Em síntese, entre 1838 e 1847 Proudhon definiu-se e foi definido por seus contemporâneos como socialista e/ou economista – e raramente como anarquista; suas idéias e práticas não suscitaram nenhum movimento ou organização político-ideológica caracterizada como anarquista. Diante disso, pode-se concluir que o uso dos vocábulos anarquista e anarquia foi ocasional e que estes não são os termos mais apropriados para designar, respectivamente, o autor e a ordem social por ele almejada.

⁵⁵ O título do último livro de Bakunin é *Estatismo e Anarquia*, no qual o termo anarquismo está ausente.

⁵⁶ VINCENT. Op. cit., p. 76-77.

Todavia não se trata simplesmente de uma questão terminológica, como se já existisse um “conteúdo” anarquista em Proudhon cujo batismo tardio seria apenas uma formalidade sem importância. Há um divórcio radical entre o conteúdo das idéias e práticas de Bakunin em relação a Proudhon: o francês defendia o Estado e a propriedade, ainda que reformados; assim como defendia a lei do valor, a concorrência e o mercado como mediadores necessários das relações sociais; mais do que isso, acusava de utópicos os que pretendiam aboli-los. Assim, o contraste entre suas idéias e as de Bakunin é flagrante nestes aspectos e em muitos outros (por exemplo, a questão da violência, a importância do partido e da vanguarda e o hegelianismo)

Diante disso, é possível ignorar ou subestimar aspectos tão centrais no pensamento proudhoniano sem desfigurá-lo totalmente? A resposta parece evidente e qualquer identidade entre Proudhon e o anarquismo subsequente só pode ser forjada omitindo elementos centrais de seu pensamento e ressaltando aspectos comuns muito vagos e de teor genérico (a busca pela liberdade, por exemplo); um procedimento que perde de vista os elementos que definem e distinguem historicamente o anarquismo de outras correntes políticas.

Mas além do termo anarquismo jamais ter sido empregado por Proudhon e seus simpatizantes, ele mal foi utilizado por Bakunin, que ao longo de sua trajetória se auto-intitulava coletivista, socialistas anti-estatal ou anti-autoritário⁵⁷; apenas no final da vida o russo fez uso esporádico do termo. De fato, somente por volta de 1876, com o advento do comunismo anarquista, o vocábulo passou a ser usado com mais frequência, sendo adotado formalmente em 1880.⁵⁸

⁵⁷ “Se Proudhon se proclamou anarquista, Bakunine muito pouco utilizou este termo e opunha o coletivismo anti-autoritário ao socialismo de Estado ou comunismo [...]”. BARRUÉ, Jean. *O Anarquismo Hoje*. Assírio & Alvim, Lisboa, 1976. p. 12.

⁵⁸ Diversas fontes e estudos sobre esse período informam sobre os debates – e os receios – dos socialistas anti-autoritários que precederam a adoção do termo anarquista para designar a corrente em 1880. Entre eles podemos citar os testemunhos diretos de Cafiero e Kropotkin e os livros de Nettlau e Guérin: CAFIERO, Carlo. *Anarchie e Comunismo: résumé du discours prononcé par le comp. Cafiero au congrés de la Fédération Jurassienne*. *Le Révolté*, Genebra, 13, 27 nov. 1880; GUÉRIN, Daniel. *Le congrés de la fédération jurassienne de 1880*. In: _____. *Ni Dieu ni Maître*. Paris, Maspero, 1979. v. 2, p. 105-126; KROPOTKIN, P.

Ademais, a transição do coletivismo de inspiração bakuninista para o comunismo anarquista comportou grandes mudanças de orientação e rupturas, seja no plano das idéias, seja nas estratégias e práticas do movimento.⁵⁹

Dessa forma, se o conteúdo das idéias e das práticas era distinto e se os termos usados pelos próprios militantes para caracterizar seus movimentos eram distintos, é razoável considerar a hipótese de que o anarquismo moderno foi de fato, em seu conteúdo e em sua terminologia, uma corrente formada pelos comunistas anarquistas na segunda metade da década de 1870. Nessa perspectiva, é Bakunin e não Proudhon, quem pode ser considerado como o precursor do anarquismo, ainda que os comunistas anarquistas tenham rompido com importantes elementos do bakuninismo em sua formulação.

Quanto à identificação de Proudhon com o anarquismo e a invocação dele como “fundador” do mesmo, tudo não passa de um grande anacronismo perpetuado ao longo do tempo por aqueles que buscaram construir a árvore genealógica, e ideológica, do movimento.

Anarchism. In: *The Encyclopaedia Britannica*, Londres, 11ª ed., 1905; KROPOTKIN, Piotr. *Em torno de uma vida, memórias de um revolucionário*. São Paulo, José Olympio, 1946. p. 420; NETTLAU, Max, *La internacional antiautoritaria hasta el año 1877 (Congreso de Verviers); Los orígenes del anarquismo comunista en 1876 y en 1880*. In: _____. *La anarquía a través de los tiempos*. Madrid, Jucar, 1975. p. 115-116.

⁵⁹ Essa questão foi examinada na introdução de FABRRI, Luigi; MALATESTA, Errico. *O Anarco-Comunismo Italiano*. São Paulo: Editorial Luta Libertária, 2003.

Fontes

1 - Dicionários

DICTIONNAIRE ANALYTIQUE D'ECONOMIE POLITIQUE. GANILH, Charles (Ed.). Paris: Ladvocat, 1826.

DICTIONNAIRE POLITIQUE: ENCYCLOPEDIE DU LANGAGE ET DE LA SCIENCE POLITIQUES. (dir.) GARNIER-PAGES. Paris: Pagnerre, 1843.

DICTIONNAIRE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE. COQUELIN, Charles; GUILLAUMIN, Gilbert-Urbain (Ed.). Paris: Guillaumin et cie., 1852-53. 2v.

NOUVEAU DICTIONNAIRE D'ÉCONOMIE POLITIQUE. SAY, Leon; CHAMLEY, Joseph (Ed.). Paris: Guillaumin, 1891-92. 2 v.

SUPPLEMENT AU NOUVEAU DICTIONNAIRE D'ECONOMIE POLITIQUE. SAY, Leon; CHAMLEY, Joseph (Ed.). Paris: Guillaumin et cie, 1897.

2 - Textos de Proudhon

2.1 – Obras publicadas entre 1838-1847

(Para um mesmo livro, a primeira referência é a da publicação original, as demais são de edições usadas na tese)

PROUDHON, P-J. *Candidature a la pension Suard*. Besançon, 1838.

_____. *Candidature a la pension Suard*. Paris: Lacroix, 1873.

_____. *Candidature a la pension Suard*. In: _____. *Oeuvres complètes*. V. 4. Paris: Marcel Rivière, 1926.

_____. *De l'utilité de la célébration du Dimanche, considérée sous les rapports de l'hygiène publique, de la morale, des relations de famille et de cité*. Besançon: Bintot, 1839.

_____. *De l'utilité de la célébration du Dimanche, considérée sous les rapports de l'hygiène publique, de la morale, des relations de famille et de cité*. Paris/Besançon: Prévot/Bintot, 1845.

_____. *De l'utilité de la célébration du Dimanche, considérée sous les rapports de l'hygiène publique, de la morale, des relations de famille et de cité*. In: _____. *Oeuvres complètes*. V. 4. Paris: Marcel Rivière, 1926.

_____. *Qu'est-ce que la propriété? Ou recherches sur le principe de droit et du gouvernement*. Paris: Brocard, 1840.

_____. *Qu'est-ce que la propriété? Ou recherches sur le principe de droit et du gouvernement (premier mémoire)*. In: _____. *Oeuvres Complètes*. V. 4. Paris: Marcel

Rivière, 1926.

_____. *Lettre à Blanqui, professeur d'économie politique au Conservatoire des Arts et Métiers, sur la propriété (deuxième mémoire sur la propriété)*. Paris: Prévot, 1841.

_____. *Qu'est-ce que la propriété? Lettre à Blanqui, professeur d'économie politique au des Arts et Métiers, sur la propriété (deuxième mémoire sur la propriété)*. In: _____. *Oeuvres complètes*. V. 10. Paris: Marcel Rivière, 1938.

_____. *Avertissement aux propriétaires; ou lettre à M.V. Considérant, rédacteur de La Phalange, sur une défense de la propriété (troisième mémoire sur la propriété)*. Paris: Prévot, 1841.

_____. *Avertissement aux propriétaires; ou lettre à M.V. Considérant, rédacteur de La Phalange, sur une défense de la propriété (troisième mémoire sur la propriété)*. In: _____. *Oeuvres complètes*. V. 10. Paris: Marcel Rivière, 1938.

_____. *Explications présentés au Ministère Public sur le droit de propriété*. Besançon, 1842.

_____. *Explications présentés au Ministère Public sur le droit de propriété*. In: _____. *Oeuvres complètes*. V. 10. Paris: Marcel Rivière, 1938.

_____. *De la création de l'ordre dans l'humanité; ou principes d'organisation politique*. Paris: Prévot, 1843.

_____. *De la création de l'ordre dans l'humanité, ou principes d'organisation politique*. In: _____. *Oeuvres complètes*. V. 5. Paris: Marcel Rivière, 1927.

_____. *De la concurrence entre les chemins de fer et les voies navigables. Journal des Économistes, revue mensuelle d'Économie Politique et des questions agricoles, manufacturières et commerciales*. Paris, n° 42, p. 157-202, maio 1845.

_____. *Le Miséréré ou la Pénitence d'un roi: lettre au R. P. Lacordaire sur son carême de 1845. Revue Indépendante*, Paris, mar. 1845.

_____. *Le Miséréré ou la Pénitence d'un roi: lettre au R. P. Lacordaire sur son carême de 1845*. In: _____. *Oeuvres Complètes*. V. 15: *Ecrits sur la religion*. Paris: Marcel Rivière, 1959.

_____. *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. Paris: Guillaumin, 1846. 2 v.

_____. *Système des contradictions économiques; ou philosophie de la misère*. In: _____. *Oeuvres complètes*. V. 1-2. Paris: Marcel Rivière, 1923.

_____. *Carnets, 1843-1846: texte inédit et intégral établi sur les manuscrits autographes avec annotations et appareil critique de Pierre Hauptmann*. V. I. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1960.

_____. *Carnets, 1847-1848: texte inédit et intégral établi sur les manuscrits*

autographes avec annotations et appareil critique de Pierre Hauptmann. V. II. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1961.

Correspondance de P.- J. Proudhon. Paris: Librairie Internationale A. Lacroix et Cie, 1875. 14 v.

2.2 – Obras publicadas entre 1848-1865

_____. *Organisation du crédit et de la circulation, et solution du problème social, sans impôt, sans emprunt*. Paris: Pilhes et Guillaumin, 1848.

_____. Qu'est-ce la propriété? *Représentant du Peuple*, Paris, 25 abr., 2 maio 1848.

_____. Comptabilité propriétaire. *Représentant du Peuple*, Paris, 2 maio 1848.

_____. Identité de la question politique et de la question économique, méthode et solution. *Représentant du Peuple*, Paris, 8 maio 1848.

_____. Banque d'Échange. *Représentant du Peuple*, Paris, 10 maio 1848.

_____. Bilan de le Banque d'Échange. *Représentant du Peuple*, Paris, 20 maio 1848.

_____. Lois de l'Échange. Comptabilité mutualiste. Banque Hypothécaire. *Représentant du Peuple*, Paris, 23 maio 1848.

_____. A la démocratie pacifique. *Représentant du Peuple*, Paris, 27 maio 1848.

_____. Programme révolutionnaire adressé aux électeurs de la Seine. *Représentant du Peuple*, Paris, 31 maio, 1^o e 5 jun. 1848.

_____. Proposition relative à l'impôt sur le revenu, présentée le 11 juillet 1848 par le citoyen Proudhon. *Représentant du Peuple*, Paris, 11 jul. 1848.

_____. Discours prononcé a l'Asemblée Nationale. *Représentant du Peuple*, Paris, 31 jul. 1848.

_____. Le droit au travail et droit de propriété. *Représentant du Peuple*, Paris, n^o 98, 5 e 11 ago. 1848.

_____. Manifeste du Peuple. *Le Peuple*, Paris, 2 set. 1848. numero spécime.

_____. Les Malthusiens. *Le Représentant du Peuple*, Paris, n^o 98, 11 out. 1848.

_____. *Solution du problème social*. Paris: Pilhes et Guillaumin, 1847 et 1848.

_____. *Résumé de la question sociale: banque d'échange*. Paris: Garnier Frères, 1849.

_____. *Banque du Peuple. Déclaration signée P.J. Proudhon; Actes de société; Rapport de la Commission des délégués du Luxembourg*. Paris: Garnier Frères, 1849.

_____. *Candidature du citoyen Proudhon aux électeurs catholiques*. Paris: Beaulé et

Maignand, 1849.

_____. Démonstration du socialisme, théorique et pratique, ou Révolution par le Crédit pour servir d'introduction aux souscripteurs et adhérents à la Banque du Peuple. *Le Peuple*, Paris, 4 mar. 1849.

_____. Qu'est-ce le gouvernement? Qu'est-ce Dieu? *Voix du Peuple*, Paris, 4 nov. 1849.

_____. *Les confessions d'un révolutionnaire pour servir à l'histoire de la révolution de février*. Paris: La Voix du Peuple, Paris, nov. 1849.

_____. *Intérêt et principal: discussion entre MM. Proudhon et Bastiat*. Paris: Garnier Frères, 1850.

_____. *Gratuité du crédit: Discussion entre MM. Bastiat et Proudhon*. Paris: Guillaumin, 1850.

_____. *Proposition à l'Assemblée Nationale pour l'organisation d'un service de transport entre Avignon et Chalon-sur-Saône*. Paris: Boulé, 1850.

_____. *Idée générale de la Révolution au XIXe siècle; choix d'études sur la pratique révolutionnaire et industrielle*. Paris: Garnier Frères, 1851.

_____. *La révolution sociale démontrée par le coup d'état du 2 décembre*. Paris: Garnier Frères, 1852.

_____. *Manuel du spéculateur à la Bourse*. Paris: Garnier Freres, 1852.

_____. *Philosophie du progrès, programme par P.J. Proudhon (Première lettre: De l'Idée de progrès Sainte-Pélagie 26/11/1851; Seconde lettre: De la Certitude et de son criterium, Sainte-Pélagie 01/12/1851)*. Bruxelles: Lebègue, 1853.

_____. *Des réformes à opérer dans l'exploitation des chemins de fer et des conséquences qui peuvent en résulter, soit pour l'augmentation du revenu des compagnies, soit pour l'abaissement des prix de transport, l'organisation de l'industrie voiturière, et la constitution économique de la société*. Paris: Garnier Frères, 1855.

_____. *De la justice dans la révolution et dans l'Église, nouveaux principes de philosophie pratique, adressés à Son Eminence Monseigneur Mathieu, cardinal-archevêque de Beasancçon*. Paris: Garnier Frères, 1858. 3 v.

_____. *La Justice poursuivie par l'Église, appel du jugement rendu par le tribunal de police correctionnelle le 02/06/0858 contre Proudhon, avec une consultation de son avocat, Gustave Chaudey*. Bruxelles: Office de publicité, 1858.

_____. *Théorie de l'impôt (1860)*. In: _____. *Oeuvres complètes*. V. 15. Paris: Librairie Intenationale, 1868.

_____. *La guerre et la paix: recherches sur le principe et la constitution du droit des*

gens. Paris: Michel Lévy Frères, 1861. 2 v.

_____. *Du principe fédératif et de la nécessité de reconstituer le parti de la révolution*. Paris: Dentu, 1863.

_____. *Lettre aux ouvrières de 1863*. In: *Oeuvres Complètes*. V. 13. Paris: Marcel Rivière, 1936.

_____. *Lettre aux ouvriers en vue des élections de 1864*. Paris, mar. 1864.

2.3 – Obras póstumas

_____. *De la capacité politique des classes ouvrières*. Paris: Dentu, 1865.

_____. *Théorie de la Propriété*. Paris: Librairie Internationale, 1865.

_____. *France et Rhin*. Paris: Librairie Internationale, 1867.

_____. *Mélanges : articles de journaux (1848-1852)*. V. 1. Paris: Librairie Internationale, 1868.

_____. *Mélanges : articles de journaux (1848-1852)*. V. 2. Paris: Librairie Internationale, 1869.

_____. *Les Contradictions politiques: théorie du mouvement constitutionnel au XIXe siècle*. Paris: Librairie Internationale, 1870.

_____. *Carnets, 1848-1850: texte inédit et intégral établi sur les manuscrits autographe avec annotations et appareil critique de Pierre Hauptmann*. V. III. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1968.

_____. *Carnets, 1850-1851: texte inédit et intégral établi sur les manuscrits autographes avec annotations et appareil critique de Pierre Hauptmann*. V. IV. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1974.

2.3 – Periódicos dirigidos por Proudhon

La Représentant du Peuple, journal quotidien des travailleurs, Paris (fev. 1848 – ago. 1848).

Le Peuple, journal de la République démocratique et social, Paris (set. 1848 – jun. 1849).

La Voix du Peuple, Paris (set. 1849 – maio 1850).

Le Peuple de 1850, Paris (jun. 1850 - out. 1850).

3 – Obras de outros autores

ARISTÓTELES. *A Política*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1988.

PSEUDO-ARISTÓTELES. *Económicos*. Madri: Gredos, 1984. (Biblioteca Clássica Gredos, 70). p. 229-314.

ASHWORTH, Henry. *Recollections of Richard Cobden and the Anti-Corn-Law League*. Londres: Routledge/Thoemmes Press, 1993.

BASTIAT, Frederic. *Intérêt et Principal: discussion entre M. Bastiat sur l'inter-voix du peuple*. Paris: Garnier, 1850.

_____. *Gratuité du Crédit*. In: _____. *Oeuvres Complètes*. Tome V: *Sophismes économiques. Petits pamphlets*. Paris: Gullaumin, 1862-1864. p. 94-335.

BAUDRILLART, Henri. P.-J. Proudhon. *La Revue des Deux Mondes*, 1^o fev. 1873.

BELLEGARRIGUE, Anselme. Manifeste. *L'anarchie: journal de l'ordre*. n^o 1, abr. 1850. Paris: Bureau d'abonnement, 1850.

BLANQUI, Adolphe-Jérôme. *Histoire de l'économie politique en Europe: depuis les anciens jusqu'à nous jours*. Paris: Guillaumin et cie, 1882.

_____. Qu'est-ce que la propriété? Séance du 29 août 1840. In: VERGÉ, Charles; LOISEAU. *Séances et travaux de l'Académie des sciences morales et politiques (Institut de France), comptes rendus publiés dans le Moniteur Universel, 1840-1841*. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1893. p. 124-136.

_____. Carta a Proudhon, Paris, 1^o maio 1841. In: PROUDHON, P.-J. *Qu'est-ce que la propriété? ou recherches sur le principe du droit et du gouvernement (Premier mémoire)*. Paris: Brocard, 1840. p. 14-17. Disponível em:
<<http://bibliotheque.uqac.quebec.ca/index.htm>>. Acesso em: 5 jun 2007.

COQUELIN, Charles. Capital. In: DICTIONNAIRE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE. V. 1 : A-I. COQUELIN, Charles; GUILLAUMIN, Gilbert-Urbain (Ed.). Paris: Guillaumin et cie., 1852. p. 273-288.

DÉJACQUE, Joseph. *De l'être-humain mâle et femelle: lettre à P.J. Proudhon*. Nova Orleans, maio 1857.

DIDEROT, Dennis. Arithmétique Politique. In: _____. *Oeuvres*. Tome III: Politique (Encyclopédie: articles). Paris: Robert Leford, 1995. p. 17-22.

_____. Autorité Politique. In: _____. *Oeuvres*. Tome III: Politique (Encyclopédie: articles). Paris: Robert Leford, 1995. p. 22-28.

_____. Droit Naturel. In: _____. *Oeuvres*. Tome VII: Encyclopédie III (D-L). Paris. Hermann, 1976. p. 24-29.

_____. Homme (Politique). In: _____. *Oeuvres*. Tome VII. Encyclopédie III (D-L). Paris. Hermann, 1976. p. 423-425.

ENCYCLOPEDIE CATHOLIQUE, répertoire universel et raisonné des Sciences, des Lettres, des Arts et des Metiers, formant une bibliothèque universelle. GLAIRE; P. B., WALSH (org.). Paris: Parent-Desbarres, 1839.

ENGELS, F. Progress of Social Reform on the Continent - Parte I – France. *The New Moral World*, 3rd series, nº 19 e 21, 4 e 18 nov. 1843.

<<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/10/23.htm>. Acesso em: 20 out 2007.

FAUCHER, Léon. Propriété. In: DICTIONNAIRE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE. V. 2: J-Z. COQUELIN, Charles; GUILLAUMIN, Gilbert-Urbain (Ed.). Paris: Guillaumin et cie., 1853. p. 460-473.

GARNIER, Joseph. Ouvrages de M. P.-J. Proudhon. *Journal des Économistes*, Paris, T. 6, p. 290-296, ago.-nov. 1843.

GODWIN, William. *Investigacion acerca de la justicia politica y su influencia en la virtud y la dicha*. Buenos Aires: Ed Americalee, 1945.

_____. *Recherches sur la population, et sur la faculté d'accroissement de l'espèce humaine*: contenant une refutation des doctrines de M. Malthus sur cette matière. Paris: J.-P. Aillaud, Libraire, 1821.

HODGSKIN, Thomas. *A Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital: ou a improdutividade do Capital demonstrada em relação às presentes associações de jornaleiros*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

KANT, Immanuel Kant. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2004.

KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

_____. *A Questão social: o humanismo libertário em face da ciência*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 19(??).

LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 2 v. (Os Economistas, 19)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família ou critica da critica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004. (Coleção Fundamentos de Filosofia)

_____. Le Discours de Proudhon contre Thiers. *La Nouvelle Gazette Rhénane*, Colônia, nº 66, 5 out. 1848.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. V.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Communism and the Augsburg. *Allgemeine Zeitung. Rheinische Zeitung*., Colônia, 16 out. 1842.

_____. Carta a J.-B. Schweitzer, Londres, 24 jan. 1865. Extratos de *Social-Demokrat*, nº 16, 17 e 18; 1º, 3 e 5 fev. 1865.

McCULLOCH, John Ramsay. *The principles of political economy*. 5ª ed. New York: A. M. Kelley, Bookseller, 1965. (Reprints of economic classics)

_____. *Outlines of political economy*. New York: A.M. Kelley, 1966. (Reprints of economic classics)

MILL, Stuart. *Princípios de economia política*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas)

_____. Da Definição de Economia Política e do Método de Investigação Próprio a Ela. In: STUART MILL; BENTHAM. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 295-219.

MOLINARI, Gustave de. Compte rendu. T. XVIII p. 383-398. Apud. DICTIONNAIRE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE. COQUELIN, Charles; GUILLAUMIN, Gilbert-Urbain (Ed.). Paris: Guillaumin et cie., 1852-53. p. 479.

MONTCHRÉTIEN, Antoyne de. *Traicté de l'oeconomie politique dédié en 1615 au roy et à la mère du Roy*. Paris: Riviere, [19--]

?? Proudhon. In: DICTIONNAIRE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE. V. 2: J-Z. COQUELIN, Charles; GUILLAUMIN, Gilbert-Urbain (Ed.). Paris: Guillaumin et cie., 1853. p. 478-479.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril, 1974. (Os pensadores, 28)

REVUE ÉTRANGÈRE ET FRANÇAISE DE LÉGISLATION ET D'ÉCONOMIE POLITIQUE, Paris, T. 7, 1840, p. 648; T. 8, 1841, p. 848.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discours sur l'Économie Politique. In: DIDEROT, Denis. (org.). *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts e des Métiers, par une société de Gens de Lettres*, 1755. Disponível em: <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/>. Acesso em: 10/02/2006.

ROYER, C. Proudhon. In: NOUVEAU DICTIONNAIRE D'ÉCONOMIE POLITIQUE. 2ª ed. V. 2 (Ed.) Leon Say e Joseph Chailley. Paris: Guillaumin, 1900. 2 v. p. 676-681.

SAINTE-BEUVE, Charles Auguste. P. J. Proudhon. *La Revue Contemporaine*, out.-nov.-dez. 1865.

_____. *Proudhon, sa vie et sa Correspondance*, 1838-1848. 5ª ed. Paris: Michel Lévy Frères, 1875.

_____. *Proudhon, su vida y su correspondência*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado De Economia Política*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os pensadores)

_____. *Cours complet d'économie politique pratique: l'économie des sociétés*. Paris: Rapilly, 1828. 6v.

SISMONDI, Jean-Charles-Léonard Simonde de. *Economia política*. Madrid: Alianza, 1969. (Biblioteca de la Ciencia Económica. Economía política).

SMITH, Adam. *Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril, 1984.

_____. *Teoria dos sentimentos morais ou ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

THIERS, Louis-Adolphe. *Du droit de propriété*. Paris: Pagnerre, 1848. (Petits traités publiés par l'Académie des sciences morales et politiques)

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WALRAS, Leon. *Théorie critique de l'impôt: précédée de Souvenirs du Congrès de Lausanne*. Paris: Guillaumin, 1861.

_____. *L'économie politique et la justice: examen critique et réfutation des doctrines économiques de M. P.-J. Proudhon précédées d'une Introduction à l'étude de la question sociale* Paris : Guillaumin, 1860.

WARREN, Josiah. *Equitable Commerce: a new development of principles* (1852). Nova Iorque: Burt Franklin, [19-]. (American Classics of History and Social Science Series, 1)

XENOFONTE. *Econômico*. (Trad.) PRADO, Anna Lia Amaral de Almeida. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Clássicos)

4 - Sites

Carta de Blanqui a Proudhon, Paris, 1º maio 1841. In: PROUDHON, Pierre-Joseph Proudhon. *Qu'est-ce que la propriété? Ou recherches sur le principe du droit et du gouvernement (Premier mémoire)*. Paris: Brocard, 1840. p. 14-17. Disponível em: <<http://bibliotheque.uqac.quebec.ca/index.htm>>. Acesso em: 5 jun 2007.

Carta de Marx a Pavel V. Annenkov, 28 dez. 1846. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1846/letters/46_12_28.htm> Acesso em: 08 abr. 2009.

Bibliografia

Obras de Referência

PALGRAVE'S DICTIONARY OF POLITICAL ECONOMY (1894). HIGGS, Henri (ed.). Londres: Macmillan, 1963. 3 v.

THE NEW PALGRAVE: A DICTIONARY OF ECONOMICS. EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter Newman (orgs.). Londres/Nova Iorque: Macmillan/Stockton Press, 1987. 4v.

INTERNATIONAL ENCYCLOPEDIA OF THE SOCIAL SCIENCES. SILLS, David (ed.). Nova Iorque: Macmillan, 1972. 17 v.

DICIONÁRIO DE POLÍTICA. BOBBIO, Norberto et alli (orgs.). 7ª ed. Brasília: UnB, 1995.

Livros e Artigos

AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ALCOUFFE, Alain. The institutionalization of political economy in French universities: 1819-1896. *History of Political Economy*, Duke, v. 21, nº 2, p. 313-344, 1989.

ALLIX, Edgard. L'Oeuvre économique de Germain Garnier, traducteur de Adam Smith e disciple de Cantillon. *Revue d'histoire des doctrines économiques et sociales*, 1912. p. 317-342.

ANSART, Pierre. *El nacimiento del anarquismo*. Buenos Aires: Amorrutu, 1973.

_____. Pierre. Proudhon: Anarchisme ou Fédéralisme? *Les Cahiers de Psychologie politique*, Paris, nº 16, jan. 2010.

ARIDA, Pérsio. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: GALA, Paulo; REGO, José Márcio (orgs.). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 13-44.

ARVON, Henri. Proudhon et le radicalisme allemand. *Annales*, Paris, v. 6, n. 2, p. 194-201, 1951.

AUGÉ-LARIBE, Michel. Introduction. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Qu'est-ce que la propriété? ou recherches sur le principe de droit et du gouvernement (Premier mémoire)*. Paris: Marcel Rivière, 1926. (Oeuvres complètes, 4.) p. 99-118.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929). São Paulo: HUCITEC, 1979.

BANCAL, Jean. *Pluralismo e Autogestão: os fundamentos* (1970). Brasília: Novos Tempos, 1984.

_____. *Proudhon, pluralisme et autogestion: les réalisations*. T. II. Paris: Aubier Montaigne, 1970. (Recherches économiques et sociales)

BÁRTOLI, H. Proudhon. In: THE NEW PALGRAVE: A DICTIONARY OF ECONOMICS. V. III: K-P. EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter (Ed.). Londres/Nova Iorque: Macmillan/Stockton, 1998. 4v. p. 1035-1036.

BEKKEN, Jon. *Anarchist Economics*. Disponível em: <http://www.syndicalist.org/theory/anarchist_economics.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2005.

BÉRAUD, Alain. Proudhon et Smith. *Journées d'Études*, Paris, 9 jun 2007.

BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. *Ensayos Contra la Corriente* ensayos sobre história de las ideas. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. *Limites da Utopia*: capítulos da história das ideias (1979). São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

BERTHIER, René. *Essai sur les fondements théoriques de l'anarchisme*. 2008. Disponível em: <<http://www.monde-nouveau.net/spip.php?article114>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BERTHOD, Aimé. *Proudhon et le propriété*: un socialisme pour les paysans. Paris: Giard, 1910.

BIRRELL, Neil. The Some notes for an anarchist theory of trade. *The Raven*, Austrália, v. 31, p. 247-261.

BLAUG, Mark. *Dissenters*: Charles Fourier (1772-1837), Henri de St. Simon (1760-1825), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), John A. Hobson (1858-1940). Aldershot, Hants, England/Brookfield, Vt., USA: E. Elgar Pub., 1992. (Pioneers in economics, 31)

_____. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Dom Quixote, 1989. 2 v.

BOURDEAU, Vincent. La 'démocratie nouvelle': représentation de l'homme économique en cytoyen républicain chez Proudhon et Walras. *Corpus, revue de philosophie*, Paris, n° 47, p. 13-37, 2004.

BOUGLÉ, Célestin. La méthode de Proudhon dans les premiers mémoires sur la propriété. *Revue d'Économie Politique*, Paris, out. 1910.

BOOKCHIN, Murray. Municipalization: community ownership of the economy. *Green Perspectives*, n° 2, fev. 1986.

BOWNESS, Alan. Courbet's Proudhon. *The Burlington Magazine*, Londres, v. 120, n. 900, 75th Anniversary Issue, p. 123-130, mar. 1978.

BRAUDEL, Fernand. A Produção ou o Capitalismo em casa alheia. In: _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVIII*. V. 2 – Os Jogos de Troca. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- BRETON, Yves; LUTFALLA, Michel. *L'Économie Politique em France au XIX siècle*. Paris: Economica, 1991.
- BRUHAT, J. M. *Marx Engels*. Bruxelas: Complexes, 1970, p. 71.
- BUBER, Martin. *Caminos de Utopia*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CARR, Edward Hallet. Proudhon: Robinson Crusoe of socialism. In: _____. *Studies in revolution*. Londres: Macmillan, 1954. p. 38-55.
- CARRIÈRES, Henri. Uma apresentação concisa da História Conceitual. *Cadernos de Sociologia e Política*, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 8, p. 55-69, nov. 2005.
- CANNAN, Edwin. *Repaso a la teoría económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1940.
- _____. Anarchism. In: PALGRAVE'S DICTIONARY OF POLITICAL ECONOMY. V. I: A-E. EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter (Ed.). Londres/Nova Iorque: Macmillan/Stockton, 1998. 4v. p. 38-39.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1975). 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- _____. Valor, Igualdade, Justiça, Política: de Marx a Aristóteles e de Aristóteles até nós. In: _____. *As Encruzilhadas do Labirinto* (1975). T. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 331-418.
- CERQUEIRA, Hugo E. A da Gama. *Adam Smith e seu contexto: o Iluminismo escocês*. VIII Encontro de Economia da Região Sul, ANPEC SUL, 2005.
- _____. *O discurso econômico e suas condições de possibilidade*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.
- _____. A Mão Invisível de Júpiter e o Método Newtoniano de Smith. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, nº 4, p. 667-697, out.-dez 2006.
- CHOMSKY, Noan. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Imaginário/Sedição, 2004.
- CLARK, David. Bakunin. In: THE NEW PALGRAVE: A DICTIONARY OF ECONOMICS. 1987. V. I: A-D. EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter (Ed.). Londres/Nova Iorque: Macmillan/Stockton Press, 1998. 4v. p. 176.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado* (1974). 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- COGGIOLA, Osvaldo L. A. História e história econômica: relações e contradições. In: _____. *Caminhos da História*. São Paulo: Xamã, 2006. p. 323-354.
- COLE, G. H. D. *Historia del Pensamiento Socialista: los precursores, 1789-1850*. V. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1958. 4 v.
- _____. *Historia del Pensamiento Socialista: marxismo e anarquismo, 1850-1890*. V. 2.

México, Fondo de Cultura Económica, 1958, 4 v.

COLSON, Daniel. *Petit lexique philosophique de l'anarchisme: de Proudhon à Deleuze*. Paris: Livre de poche, 2001.

CORNELISSEN, Christian. *El comunismo libertário y el régimen de transición*. 1930. Edição cibernética de 2004. Disponível em: <<http://www.antorcha.net/biblioteca>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

CORPUS, revue de philosophie: Proudhon. Paris, n° 47, 2004.

COSTES, A. P.-J. Proudhon et Adolphe Blanqui. *Le Mouvement Social*, Paris, n° 48, p. 71-75, jul-set 1964.

CREAGH, Ronald. Miseres e l'économie, Économie de la misere. *Refractions: recherches et expressions anarchistes*, Paris, n° 9, Out.-Inv. 2002.

CUVILLIER, Armand. *Proudhon*. Paris: Éditions Sociales Internationales, 1937.

DEANE, Phyllis. *Evolução das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DELMAS, Corinne. L'affaire Proudhon. Lectures croisées de *Qu'est-ce que la propriété? Politix*, vol. 8, n° 29, p. 80-102, 1995.

DENIS, Henri. Pierre-Joseph Proudhon. In: _____. *História do Pensamento Econômico* (1966). 4ª ed. Lisboa: Horizonte, 1982. p. 397-405.

_____. O Anarquismo. In: _____. *História do Pensamento Econômico* (1966). 4ª ed. Lisboa: Horizonte, 1982. p. 655-658.

DE PAULA, João Antonio. Walras nos *Journal des Economistes*: 1860-65. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 56, n° 1, p. 121-146, jan. - mar. 2002.

_____. João Antonio; CERQUEIRA, Hugo E. A da Gama; MOTTA e ALBUQUERQUE, Eduardo da. Nações e estilos de economia política. *Revista de Economia Política*, v. 27, n° 3 (107), p. 357-374, jul.-set. 2007.

DESJARDINS, Arthur. *Proudhon, sa vie, ses oeuvres, sa doctrine*. Paris: Perrin, 1896. 2 v.

DEVON, J. Terrence. The Anarchist Economy. *Economic Incentives*, School of Economic Science, jan.-fev. 1979.

DIAZ, Carlos. *Las Teorias Anarquistas*. Zero, Madrid, 1977.

DILLARD, Dudley. Keynes and Proudhon. *Journal of Economic History*, v. 2, p. 63-76, maio 1942.

DOLLÉANS, Édouard. *Proudhon*. Paris: Gallimard, 1948.

DOMMANGET, Maurice. *Proudhon*. Paris: Société univ. d'éd. et de librairie, 1951. (Les grands éducateurs socialistes)

DROZ, Édouard. *P.-J. Proudhon (1809-1865)*. Paris: Pages Libres, 1909.

DUBOIS, Jean. *Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872: a travers les œuvres des écrivains, les revues et les journaux*. Paris: Larousse, 1962.

DUMONT, Louis. *Homo Aequalis*. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. *Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUNN, John. The identity of the history of ideas. In: _____. *Political Obligation in Historical Context: essays in political theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

ELTZBACHER, Paul. *L'anarchisme*. Paris: Marcel Giard, 1923.

FEBVRE, Lucien. P. J. Proudhon, De la création de l'ordre dans l'Humanité, ou principe d'organisation politique, réédité par Bouglé et A. Cuvillier. *Annales*, Paris, v. 1, n°1, p. 128-129, 1929.

_____. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1985.

FERES Jr., João. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n° 3, p. 665-680, 2005.

FERRATON, Cyrille. L'association mutuelliste de Pierre-Joseph Proudhon, une synthèse du socialisme et de l'économie politique classique. *Économies et Sociétés, histoire de la pensée économique*, Paris, v. 39, n° 10, p. 1791-1818, 2005.

FIORIN, José Luiz. *Contexto e Compreensão*. Anais do IV Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Campinas, UNICAMP – IEL, 4 a 6 set. 1995. p. 93-97.

_____. A linguagem em uso. In: _____. *Introdução à Linguística*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 165-186.

FINLEY, M. I. Aristotle and Economy Analysis. *Past and Present*. n° 47, maio 1970.

_____. *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1973.

FOUCAULT, Michel. Governamentabilidade. In: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALVÃO, Luiz Alfredo. *Marx & Marx: a teoria e a prática do marxismo no tempo da Revolução Alemã de 1848*. São Paulo: Ática, 1977. (Ensaio, 25)

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Faire L'Histoire de la Pensée Économique? Questions pour un débat. *Revue économique*, Paris, n° 4, p. 655-687, jul. 1978.

GEORGE, William H. Proudhon and Economic Federalism. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 30, n° 4, p. 531-542, ago. 1922.

GIDE, Charles; RIST, Charles. Proudhon e o Socialismo em 1848. In: _____. *História das Doutrinas Econômicas: desde os Fisiocratas até os nossos dias (1909)*. Rio de Janeiro:

Alba, 1941. p. 331-364.

_____. Os Anarquistas. In: _____. *História das Doutrinas Econômicas: desde os Fisiocratas até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Alba, 1941. p. 687-715.

_____. Proudhon. In: PALGRAVE'S DICTIONARY OF POLITICAL ECONOMY. V. III: N-Z. HIGGS, Henry (Ed.). London: Macmillan, 1963. 3 v. p. 237-238.

GODELIER, Maurice. *Un domaine contesté: l'anthropologie économique*. Paris: Mouton, 1974.

_____. Infra-estruturas e história. In: ASSIS CARVALHO, Edgard de. *Antropologia*. São Paulo: Ática, 1981, (Grandes Cientistas Sociais, 21) p. 174-184.

_____. A parte ideal do real. In: ASSIS CARVALHO, Edgard de. *Antropologia*. São Paulo: Ática, 1981, (Grandes Cientistas Sociais, 21) p. 185-203.

GONNARD, René. Proudhon. In: _____. *Historia de las Doctrinas Económicas* (1921). Madri: Aguilar, 1952. p. 445-453.

GOULD, Stephen Jay. Kropotkin não era nenhum panacrácio. In: _____. *Viva o Brontossauro! reflexões sobre a história natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

GUCHET, Y. Liberte, Progrès et Machinisme dans le Pensée de Proudhon. *Revue du Droit Publique et de la Science Politique en France et a l'Étranger*, Paris, v. 80, p. 951-974, set.-out. 1964.

GUÉRIN, Daniel. *Marxismo e Socialismo Libertário*. Buenos Aires: Proyección, 1964.

GUILLÉN, Abraham. *Economía Autogestionaria: las bases del desarrollo económico de La sociedad libertaria*. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 1990.

_____. *Economía Libertaria: alternativa para un mundo en crisis*. Bilbao: Fundación Anselmo Lorenzo, 1988.

_____. *Socialismo Libertario: ni capitalismo de monopolios, ni comunismo de estado*. Móstoles: Madre Tierra, 1990.

GUNNELL, John G. *Teoria Política*. Brasília: EdUNB, 1981.

GURVITCH, Georges. *Fundadores Franceses de la Sociologia Contemporânea: Saint Simon e Proudhon*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970.

_____. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983.

_____. *Proudhon y Marx: una confrontación*. Barcelona: Oikos-Tau, 1976.

HALÉVY, Daniel. *La jeunesse de Proudhon*. Paris: Cahiers du Centre, 1913.

HALÉVY, Élie. *La Formation du radicalisme philosophique*. Paris: Presses universitaires de France, 1995.

_____. *Histoire du socialisme européen*. Paris: Gallimard, 1948.

_____. *L'Ere des tyrannies*. Paris: Gallimard, 1990.

HASBACH, Guillaume. Les Fondements Philophiques de l'Économie Politique de Quesnay et de Smith. *Revue D'Économie Politique*, Paris, T. VII, p. 747-795, 1893.

HAUBTMANN, Pierre. *Marx et Proudhon, leurs rapports personnels (1844-1847)*. Paris: Économie et Humanisme, 1947.

_____. *Pierre-Joseph Proudhon, sa vie et sa pensée: les grandes années 1849-1855*. T. II. Desclee de Brower, 1987.

_____. *Pierre-Joseph Proudhon, sa vie et sa pensée: les dernières années 1855-1865*. T. III. Desclee de Brower, 1987.

HARMEL, Claude. *Histoire de L'Anarchie: des origines a 1880*. Paris: Champ Libre, 1984.

HECKSCHER, Eli Filip. *La Epoca Mercantilista: historia de la organizacion y las ideas economicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1983.

HEILBRONER, Robert L. *A História do Pensamento Econômico: as vidas, épocas e idéias dos maiores pensadores econômicos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

HILL, Walter. W. Anarchism. In: *ENCYCLOPEDIA OF POLITICAL ECONOMY*. V. 1: A-K. O'HARA, Phillip Anthony (Ed.). Londres/Nova Iorque: Routledge, 2001. 2v. p. 13-16.

HIRSCHMAN, Albert O. *As Paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOBSBAWM, Eric. J. *A Era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento Critico, 12)

_____. *Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas: la Teoría*. Madri: Alianza, 1977. p. 22.

HUGON, Paul. O socialismo de trocas ou proudhonismo. In: _____. *História das Doutrinas Econômicas*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1962. p. 232-245.

IGNATIEFF, Michael. Marxismo y Economia Política Clásica. In: SAMUEL, Rapahel (org). *Historia Popular y Teoria Socialista*. Barcelona: Grijalbo/Critica, 1984. p. 225-236.

JACKSON, John Hampden. *Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. (Homens que fazem época)

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências*

- preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, nº 57, p. 27-38, fev. 2005.
- JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Publicações do Quixote, 1977.
- KARATAIEV, N.; RINDINA. El socialismo pequeño burgués de Proudhon. In: _____. *Historia de las doctrinas económicas*. Buenos Aires: Ed Cartago, 1965. p. 230-238.
- KHALIL, Elias L. Has economics progressed? Rectilinear, historicist, universalist and evolutionary historiographies. *History of Political Economy*, Duke, 27, 1, p. 45-87, 1995.
- KNOWLES, Rob. *Political economy from below: economic thought in communitarian anarchism 1840-1914*. Nova Iorque: Routledge, 2004.
- _____. Political Economy from below: communitarian anarchism as a neglected discourse. In histories of economic thought. *History of Economics Review*, Oxford, nº 31, Inverno, 2000.
- LABROUSSE, Ernest. *Le mouvement ouvrier et les idées sociales en France de 1815 à la fin du XIX^e siècle*. Paris: CDU, 1948.
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- LANZA, Luciano. Ajustar as contas com a Economia. *Revista Utopia*, Lisboa, nº 16, ago. 2004.
- _____. Bref voyage dans l'économie qui n'existe pas. *Réfractations: recherches et expressions anarchistes*, Paris, nº 7, 2005.
- LARRÈRE, Catherine. *L'Invention de l'Économie au XVIII^e Siècle: du droit naturel à la physiocratie*. Paris: Presses Universitarie de France, 1992.
- LASLETT, Peter. Introdução. In: LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEHNING, Arthur. *Conversaciones con Bakunin*. Barcelona: Anagrama, 1978.
- _____. *De Buonarroti a Bakounine: etudes sur le socialisme international*. Paris: Champ Libre, 1977.
- LEVAL, Gastón. *Colectividades Libertarias en España*. Buenos Aires: Proyección, 1972.
- _____. *Concepciones constructivas del socialismo libertário*. Buenos Aires: Anagrama, 1972.
- _____. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- LEVAN-LEMESLE, Lucette. Guillaumin, éditeur d'Économie Politique, 1801-1864. *Revue D'Économie Politique*, Paris, ano 95, nº 2, p. 134-149, 1985.
- LORENZO, César M. *Los Anarquistas Españoles y el Poder*. Paris: Ruedo Ibérico, 1969.

LUTFALLA, Michel. Aux origines du libéralisme économique em France, Le “Journal dès Économistes”, analyse du contenu de la première série 1841-1853. *Revue d’Histoire Économique et Sociale*, Paris, ano 50, p. 494-517, 1972.

MACPHERSON, Crawford Brough. *A teoria política do individualismo possessivo: Hobbes Niveladores, Harrington, Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAITRON, Jean. *Histoire du mouvement anarchiste en France (1880-1914)*. Paris: Soc. Universitaire, 1955.

_____. *Le Mouvement Anarchiste en France: des origins à 1914*. V. I. Paris: Gallimard, 1975.

MANNHEIN, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARTIN, Thierry. Proudhon, lecteur de Cournot. *Corpus, revue de philosophie*, Paris, nº 47, p. 39-54. 2004.

MASON, E. S. Fourier and Anarchism. *The Quarterly Journal of Economics*, Massachusetts, v. 42, nº 2, p. 228-262, fev. 1928.

MEEK, Ronald Lindley. *Economia e Ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *Smith, Marx y después: diez ensayos sobre el desarrollo del pensamiento económico*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1980.

_____. *Los orígenes de la ciencia social: el desarrollo de la teoria de los cuatro estádios*. Madri: Siglo Veintiuno, 1981.

MENEZES, Djacyr. *Proudhon, Hegel e a dialética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MINTZ, Frank. El pensamiento de Santillán sobre la transformación económica revolucionária, la guerra civil y la violência. *Anthropos*, Barcelona, nº 138, p. 23-44, nov. 1992.

MOREL, J. C. O. Introdução. In: PROUDHON, P.-J. *Sistema de Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*. T. I. São Paulo: Ícone, 2003. p. 7-32.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *Burocracia e Autogestão (a proposta de Proudhon)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

NEGRO, Dalmacio. Retorica y Dialectica. La polemica entre Marx y Proudhon. *Revista de Estudios Políticos*, Madri, nº 204, nov-dez. 1975. p. 95-144.

NETTLAU, Max. *Bibliographie de l’Anarchie*. Bruxelas/Paris: Bibliothéque des Temps Nouveaux/P.-V. Stock, 1897.

_____. *La anarquía a través de los tiempos*. Madrid: Jucar, 1975.

NOLAND, Aaron. Proudhon and Rousseau. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, v. 27, jan. 1967.

_____. Pierre Joseph Proudhon: socialist as social scientist. *American Journal of Economics*, n° 26, jul. 1967.

NOYELLE, H. La notion de justice dans l'œuvre économique de Proudhon. *Revue d'histoire des doctrines économiques et sociales*, Paris, n° 2, 1923.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. O anjo e a história. *Folha de São Paulo*, 16 ago. 1998. MAIS! p. 5-7.

PELOSSE, Valentin. Joseph Déjacque et la création du néologisme 'libertaire' (1857). *Économies et Sociétés (Cahiers de l'institut de science économique appliquée)*, Paris, t. 6, n° 12, 1972. (socialisme: science et éthique)

PERRINJAQUET, Alain. Idéal libertaire et idée du droit naturel. *Refractions: recherches et expressions anarchistes*, Paris, n° 6. Disponível em: <<http://refractions.plusloin.org/>>. Acesso em: 23 dez. 2005a.

_____. La Propriété. *Refractions: recherches et expressions anarchistes*, Paris, n° 7. Disponível em: <<http://refractions.plusloin.org/>>. Acesso em: 23 dez. 2005b.

PERROT, Jean-Claude. *Une Histoire Intellectuelle de l'Économie Politique au XVII et XVIII siècle*. Paris: Ed. De l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992. 496 p. (civilisations et sociétés, 85)

PESSIN, Alain. Le Libertaire, le liberal et le libertin. _____. *La Rêverie Anarchiste (1848-1914)*. Paris: Librairie des Méridiens, 1982. (Bibliothèque de l'Imaginaire).

PIOZZI, Patrizia. *Os Arquitetos da Ordem Anárquica: de Rousseau a Proudhon e Bakunin*. São Paulo, UNESP, 2006.

POCOCK, John G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. The history of political thought: a methodological enquiry. In: LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W.G. (org.) *Philosophy, Politics and Society*. Second Series. Oxford: Blackwell, 1962. p. 183-202.

_____. *El momento maquiavélico: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Madrid: Tecnos, 2002.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

_____. *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris: Larousse, 1974.

_____. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl;

ARENSBERG, M. Conrad; PEARSON, Harry W. *Comercio y Mercados en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. p. 289-315.

_____. Aristóteles descubre la economía. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, M. Conrad; PEARSON, Harry W. *Comercio y Mercados en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. p. 111-141.

_____. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de História das Idéias*, Porto, nº 1, 1978.

POPESCU, Oreste. On the historiography of economic thought: a bibliography survey. *Journal of World History*, Honolulu, v. 8. nº 1, p. 168-209, 1964.

PUENTE, Isaac. *El Comunismo Libertário y otras proclamas insurreccionales y naturistas*. Bilbao: Likiniano Elkartea, 2003.

REICHERT, William O. Natural Right in the Political Philosophy of Pierre-Joseph Proudhon. *The Journal of Libertarian Studies*, Alabama, v. 4, nº 1, p. 77-91, inverno 1980.

RITTER, Alan. Anarchism and Liberal Theory in Nineteenth Century. *Bucknell Review*, v. 19, p. 37-67, 1971.

ROLL, Eric. *Historias das doutrinas econômicas*. São Paulo: Nacional, 1962.

_____. Proudhon. In: _____. *Historia de las Doctrinas Económicas* (1962). México: Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 238-248.

ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002.

_____. *L'age de l'autogestion*. Paris: Seuil, 1976.

_____. La historia de a palabra “democracia” en la época moderna. *Estudios Políticos*, Colômbia, p. 9-28, jan.– jun. 2006.

RUDÉ, George. *Multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra: 1730–1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAGOT-DUVAUROUX, Dominique. La propriété intellectuelle, c'est le vol! Le débat sur le droit d'auteur au milieu du XIXème siècle. In: PROUDHON, P-J. *Les Majorats Littéraires*. Paris: Les Presses du Réel, dez. 2002.

SANTILLÁN, D. A. *O Organismo Econômico da Revolução: a autogestão na guerra civil espanhola*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCHAPIRO, J. Salwyn. Pierre-Joseph Proudhon, Harbinger of Fascism. In: BLAUG, Mark. *Dissenters: Charles Fourier (1772-1837), Henri de St. Simon (1760-1825), Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), John A. Hobson (1858-1940)*. Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vt., USA: E. Elgar Pub., 1992. (Pioneers in economics, 31). p. 94-117.

SCHMIDT, Christian. De Charles Gide à Mark Blaug: éléments pour une histoire de l'histoire

- de la pensée économique. *Revue d'Économie Politique*, Paris, ano 93, nº 6, p. 847-868, 1983.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. Anarquismo. In: _____. *Historia da Análise econômica*. V. 2. Rio de Janeiro: Aliança para o Progresso, 1964. p. 91-94.
- SKINNER, Quentin. *El retorno de la gran teoría en las ciencias humanas*. Madri: Alianza, 1988.
- _____. *Fundações do Pensamento Político Moderno* (1978). São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. *Visões da Política: sobre os métodos históricos* (2002). Algés: Difel, 2005.
- STARK, Werner. *Historia de la economía en su relación con el desarrollo social*. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1961.
- _____. *History and historians of political economy*. New Brunswick: Transaction, 1994.
- STEIN, Jeff. Proudhon's Economic Legacy. *Libertarian Labour Review*, Philadelphia, nº 10, p. 8-13, Inverno, 1991.
- _____. The Collectivist Tradition. *Libertarian Labour Review*, Philadelphia, nº 13, p. 24-29, Verão, 1992.
- _____. Market Anarchism? Caveat Emptor. *Libertarian Labour Review*, Philadelphia, nº 13, p. 33-34, Verão 1992.
- STRUVE, Pierre. L'Idée de Loi Naturelle: dans la science économique. *Revue d'Économie Politique*, Paris, nº 3, p. 294-317, maio-jun.1921.
- _____. L'Idée de Loi Naturelle: dans la science économique (continuação e fim). *Revue d'Économie Politique*, Paris, ano 35, p. 294-317, 1921.
- TAFT, Philip. Anarchism. In: _____. *Movements for Economic Reform*. Rinehart & Co, 1950.
- TAPINOS, Georges. Prefácio. In: SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril, 1983. p. 3-35.
- TAYLOR, O. H. Economics and the Idea of Natural Laws. *Quarterly Journal of Economics*, Massachusetts, p. 1-39, nov. 1929.
- _____. Economics and the Idea of *Jus Naturale*. *Quarterly Journal of Economics*, Massachusetts, p.205-241, nov. 1929.
- TOUCHARD, Jean. El Anarquismo a finales del siglo XIX: una rebeldía. In: _____. *Historia de las Ideas Políticas*. México: Red Editorial Iberoamericana, 1994. p. 550-554.
- _____. Proudhon. In: *Historia de las Ideas Políticas*. México: Red Editorial Iberoamericana, 1994. p. 434-439.

TONNIES, Ferdinand. *Comunidad y asociacion: el comunismo y el socialismo como formas de vida social*. Barcelona: Península, 1979. (Homo sociologicus, 20)

TRIBE, Keith. *Land, Labour and Economic Discourse*. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltda, 1978.

TRINDADE, Francisco. *O essencial de Proudhon*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. Proudhon e o federalismo. *A Batalha*, CEL, Lisboa, série VI, nº 160, nov-dez 1996.

_____. *Síntese Hegeliana e Equilíbrio Proudhoniano*. Disponível em: <<http://www.franciscotrindade.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

_____. *O Campo de Observação da ciência social*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

_____. *A Economia Política enquanto ciência social*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

_____. *Economia e Socialismo*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 17 fev. 2007.

_____. *Proudhon e a Propriedade*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 21 nov. 2005.

_____. *A Propriedade e a contribuição proudhoniana*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

_____. *Proudhon e o Manual do Especulador da Bolsa*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 6 jan. 2007.

_____. *Federalismo de Proudhon: Morte do Estado?* Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 21 nov. 2005.

_____. *Proudhon e o Comércio Internacional ou como Internacionalizar o Progresso Social*. Disponível em: <<http://proudhoniana.blogspot.com>>. Acesso em: 1 fev. 2007.

TROUSSON, Raymond. *D'Utopie et d'Utopistes*. Paris: Hartmann, 1998.

TULLY, James (ORG.) *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Cambridge, U.K.: Polity Press, 1988.

XIFARAS, Mikhail. Y a-t-il une théorie de la propriété chez Pierre-Joseph Proudhon. *Corpus, revue de philosophie*, Paris, nº 47, p. 229-282, 2004.

VEBLEN, Thorstein. *Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965.

_____. Why is Economics Not an Evolutionary Science. *The Quarterly Journal of*

Economics, Massachusetts, v. 12, 1898.

VINCENT, K. Steven. *Pierre-Joseph Proudhon and the Rise of French Republican Socialism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1984.

VINER, Jacob. Adam Smith e o Laissez-Faire. In: _____. *Ensaios selecionados*. Rio de Janeiro: FGV, 1972. p. 205-234.

_____. Poder versus abundância, como objetivos da política exterior nos séculos XVII e XVIII. In: _____. *Ensaios selecionados*. Rio de Janeiro: FGV, 1972. p. 265-291.

_____. The Intellectual History of Laissez Faire. In: BLAUG, Mark (org.). *Pre-classical economists: pioneers in economics*. V. 3: Brookfield: E. Elgar Pub., 1991.

WATKINS, Frederic M. Proudhon and the Theory of Modern Liberalism. *Canadian Journal of Economics and Political Science*, v. 13, p. 429-435, ago. 1947.

WINCH, Donald. La aparición de la economía como ciência, 1750-1870. In: CIPOLLA, Carlo. (Org.). *Historia Económica de Europa*. V. 3: La Revolucion Industrial. Barcelona: Ariel, 1985. 6v.

WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. V. 1: A Idéia. Porto Alegre: L&PM, 2004.

_____. Anarchism. In: THE NEW PALGRAVE: A DICTIONARY OF ECONOMICS. (1987) V. I A-D. (Ed.) EATWELL, John; MILGATE, Murray e NEWMAN, Peter. Londres; Nova Iorque: Macmillan; Stockton, 1998. 4v. p. 90-93.

XIFARAS, Mikhail. Y a-t-il une théorie de la propriété chez Pierre-Joseph Proudhon. *Corpus, revue de philosophie*, Paris, n° 47, p. 229-282, 2004.